INSTITUTO
HISTÓRICO
DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



VOL. LVII

1999

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

PATROCINADO E SUBSIDIADO PELA
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

SEDE
Edifício de S. Francisco

DIRECÇÃO (1999)

Presidente – Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino
Secretário – Francisco dos Reis Maduro Dias
Tesoureiro – Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art.º 15.º do Regulamento do Instituto)

BOLETIM
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
DA
ILHA TERCEIRA

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



VOL. LVII

1999

ANGRA DO HEROÍSMO

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1999)

SÓCIOS EFECTIVOS:

Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino
Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires
Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes
Director da BPADAH / Dra. Mariana Mesquita
Director do MAH / Dr. José Olívio da Rocha
Director Regional da Cultura / Dr. Marcolino Candeias
Emanuel Felix Borges da Silva
Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias (Presidente)
Francisco Ernesto de Oliveira Martins
Governador do Castelo/Cor. Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz
Dr. Helder Fernando Parreira de Sousa Lima
P.e Dr. Jacinto Monteiro da Câmara Pereira
João Dias Afonso
P.e Dr. João Maria de Sousa Mendes (Presidente Substituto)
Dr. Jorge Eduardo Abreu Forjaz
Doutor José Guilherme Reis Leite
Eng.º José Henrique Santos Guedes (Tesoureiro Substituto)
Dr. José Leal Armas
Luís Manuel Conde Vieira Pimentel
TCor. Manuel Augusto de Faria (Secretário)
Dr. Rafael Valadão dos Santos
Dr. Rui Ferreira Meireles (Secretário Substituto)
Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves (Tesoureiro)

SÓCIOS HONORÁRIOS:

Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos (Prof da Universidade Nova de Lisboa)
Prof. Doutor Dante de Laytano (Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)
Dr.ª Elsa Brunilde Lemos de Mendonça (Professora Efecriva do Ensino Secundário)
Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (Presidente da Academia Portuguesa de História)
Prof. Doutor Joel Serrão (Professor da Universidade Nova de Lisboa)
Sua Ex.ª Reverendíssima o Sr. D. José Pedro da Silva (Bispo Resignatário de Viseu)
Prof. Doutor José Enes Pereira Cardoso (Professor da Universidade dos Açores)
Prof. Doutor Walter Fernando Piazza (Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Prof. Doutor Wilhelm Giese (Professor da Universidade de Hamburgo)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1999)

SÓCIOS CORRESPONDENTES:

- Dr. Alberto Borges dos Santos
- Doutor Alberto Vieira
- Doutora Ana Maria Ferreira
- Doutor António José Telo
- Dr. António Santos Pereira
- Dr. Augusto Athaíde
- Doutor Avelino Meneses
- Doutora Carmen Maria Radulet
- Dr. Celestino Sachetti
- Doutor Donald Warrin
- Doutor Douglas Wheeler
- Doutor Eduíno de Jesus
- Ermelindo Santos Machado Ávila
- Dr. Fernando Aires
- Doutor Fernando Castelo Branco
- Arq.º Francisco Riopardense de Macedo
- Dr. Gonçalo Andrade Pinheiro Nemésio
- Dr. Hugo Moreira
- Dr.ª Isabel Cid
- Almirante Jesus Salgado Alba
- João Afonso Corte-Real
- João Gabriel Ávila
- Dr. Jorge Couto
- Dr Jorge Felizardo
- Doutor José de Almeida Pavão
- José Leite Pereira da Cunha
- T Cor Eng.º José Magalhães Cymbron
- Dr. José Manuel Bettencourt da Câmara
- Doutor Arq.º José Manuel Fernandes
- Doutor José Martins Garcia
- Doutor José Medeiros Ferreira
- Dr. José Olívio Mendes Rocha
- Dr. José Pereira da Costa
- Dr.ª Judite Costa Evangelho
- Padre Júlio da Rosa
- Leonel Holmes
- Arq.º Luís António Quizado Durão
- Dr. Luís Manuel Machado Meneses
- Doutor Luís Manuel Vieira Andrade
- Eng.º Luís Ricardo Hintze Ribeiro Jardim
- Doutor Manuel Lobo Cabrera
- General Manuel de Sousa Meneses
- Dr.ª Maria Antonieta Soares de Azevedo
- Doutora Maria Augusta Lima Cruz
- Doutora Maria Margarida Roque Lalanda Gonçalves
- Dr.ª Marie Lin Salvador
- Dr. Mário Mesquita
- Doutora Mary Theresa Vermette
- Dr. Miguel António Jasmins Pereira Rodrigues
- Miguel Figueiredo Corte Real
- Doutor Nereu do Vale Pereira
- Dr. Nestor de Sousa
- Doutora Norberta Bettencourt Amorim
- Doutor Onésimo Teotónio Almeida
- Oriolando Sousa da Silva
- Eng.º Orlando Vasconcelos de Azevedo
- Prof. Doutor Osvaldo Ferreira de Melo
- Pedro da Silveira
- T Cor. Doutor Rui Carita
- Doutor Rui Martins
- Doutor Victor Hugo Forjaz
- Dr. Victor Luís Gaspar Rodrigues

V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico

O PAPEL DAS ILHAS DO ATLÂNTICO NA CRIAÇÃO DO CONTEMPORÂNEO

COMISSÃO CIENTÍFICA

Doutor António José Telo
Doutor José Guilherme Reis Leite
Doutor Alberto Vieira
Doutor Avelino Freitas de Meneses

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dr. Álvaro Monjardino
Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias
Sr. Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves
Dr. José Olívio Mendes Rocha
Ten. Coronel Manuel Augusto Faria

PROGRAMA

2.ª FEIRA, 24 DE MAIO DE 1999

Sessão de Abertura

CONFERÊNCIA:

Dr. ÁLVARO MONJARDINO – Academia Portuguesa de História – IHIT
O Atlântico, entrada no Contemporâneo

1.ª ÁREA: *AS ILHAS E O PODER NAVAL*

CONFERÊNCIAS:

Doutor GEOFFREY TILL – King's College, London – Royal Academy of the Armed Forces, Bracknell
Islands and Naval Power

Doutor ANTÓNIO JOSÉ TELO – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
O poder naval, a armada e as ilhas no século XIX

COMUNICAÇÕES:

Doutor AUGUSTO CÉSAR ZEFERINO – UFSC – UNISUL – INCEPI – IHGSC
Ilha de Santa Catarina: a geografia das fortalezas

Dr. RICARDO MANUEL MADRUGA DA COSTA – Núcleo Cultural da Horta
Guerra peninsular, conjuntura transatlântica e seu impacto nos Açores

Dr. PAULO MIGUEL FAGUNDES DE FREITAS RODRIGUES – Universidade da Madeira
A Ilha da Madeira durante as guerras napoleónicas

Sessão de abertura na CMAH
Sessões de trabalho no Museu de AH

3.ª FEIRA, 25 DE MAIO DE 1999

2.ª ÁREA: *A INGLATERRA, POTÊNCIA MARÍTIMA – SEU POSICIONAMENTO QUANTO ÀS ILHAS DO ATLÂNTICO*

CONFERÊNCIAS:

Doutor ERIC GROVE – Universidade de Hull
The Azores and British Naval Strategy

COMUNICAÇÕES:

Doutora FÁTIMA SEQUEIRA DIAS – Universidade dos Açores – IHIT
A Inglaterra no universo dos negócios micaelenses no século XIX

Dra. MARIA JÚLIA DE OLIVEIRA E SILVA – Escola Superior de Gestão de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém
A importância das ilhas atlânticas no comércio dos mercadores estrangeiros, sobretudo ingleses, nas primeiras décadas do século XVIII

Dr. EMANUEL JANES – Escola Secundária Gonçalves Zarco, Funchal
Apetência inglesa pela ilha da Madeira: 1801-1828

Sessões de trabalho no Museu de AH

4.ª FEIRA, 26 DE MAIO DE 1999

3.ª ÁREA: *OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, NOVO PODER EMERGENTE, NA SUA RELAÇÃO COM AS ILHAS DO ATLÂNTICO*

CONFERÊNCIAS:

Doutor BRUCE VANDERVORT – The Journal of Military History – George C. Marshall Library
The role of the Atlantic islands in the American war of Independence

COMUNICAÇÕES:

Eng.º JOSÉ CARLOS MAGALHÃES CYMBRON – CERIE (Universidade dos Açores) – IHIT
O Almirante Alfred Tahyer Manhan e a emergência do poder americano

Doutor JORGE MANUEL MARTINS RIBEIRO – Faculdade de Letras, Universidade do Porto
O papel dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no relacionamento luso-americano nos finais do século XVIII e inícios do século XIX

Doutor RUI ALEXANDRE CARITA SILVESTRE – Universidade da Madeira – IHIT
O poder emergente dos Estados Unidos nos finais do século XVIII. Reflexos nas Ilhas

Doutor JOÃO ADRIANO RIBEIRO – Universidade da Madeira
Considerações sobre o relacionamento entre as Ilhas e os Estados Unidos da América após a sua independência

Doutora MARY THERESA S. VERMETTE – IHIT
Diplomacy in Atlantic Outposts: American Consulates in the Azores (1790-1900)

Sessões de trabalho no auditório da CMPV

5.ª FEIRA, 27 DE MAIO DE 1999

4.ª ÁREA: *REDESCOBRIR O ATLÂNTICO NOS SÉCULOS XVIII-XIX: TURISMO, LITERATURA DE VIAGENS E EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS*

CONFERÊNCIAS:

Doutor ALBERTO VIEIRA – Centro de Estudos da História do Atlântico, Funchal – IHIT
Redescobrir o Atlântico nos séculos XVIII-XIX

COMUNICAÇÕES:

Doutor JOSÉ MANUEL FERNANDES – Faculdade de Arquitectura de Lisboa – Universidade Autónoma de Lisboa
Açores: Espaço construído no século XIX, uma síntese

Eng.º ORLANDO VASCONCELOS DE AZEVEDO – Faculdade de Ciências; Estação Florestal Nacional
Campanhas oceanográficas do Príncipe de Mónaco nos Açores

Doutor LUÍS MANUEL ARRUDA – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa
O pensamento científico de Arruda Furtado

Dr. CARLOS SANTIAGO MARTÍN FERNÁNDEZ – Universidade de la Laguna, Tenerife
Rasgos generales de la geografía de la isla de El Hierro (Islas Canarias) Durante el siglo XIX

Dr.ª TERESA CLÁUDIA TAVARES – Escola Superior de Educação, Santarém
Configurações literárias das identidades colectivas e culturais: Açores e Madeira, mundanidade e segredo

Dr.ª ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES GOMES – Escola Superior de Educação, Santarém
Espelhos literários, viagem e poder

Sessões de trabalho no Museu de AH

6.ª FEIRA, 28 DE MAIO DE 1999

5.ª ÁREA: *INCIDÊNCIAS NA HISTÓRIA DOS AÇORES*

CONFERÊNCIAS:

Doutor AVELINO FREITAS DE MENESES – Universidade dos Açores – IHIT
Os Açores na defesa do império luso-brasileiro. As incidências na 2.ª metade do século XVIII
Doutor JOSÉ GUILHERME REIS LEITE – IHIT
A entrada no Contemporâreo vista dos Açores

COMUNICAÇÕES:

Doutor NEREU DO VALE PEREIRA – Fundação Cultural Açorianista, Florianópolis – IHGSC – IHIT
As ilhas açorianas e o Brasil meridional no século XVIII
Doutora MARIA NORBERTA DE SIMAS BETTENCOURT AMORIM – Universidade do Minho – IHIT
Crescimento demográfico e emigração. O caso do sul do Pico
PEDRO DA SILVEIRA – Biblioteca Nacional
Forster e o Conde de Ségur
Doutora MARIA FERNANDA DINIS T. ENES – Universidade Nova de Lisboa
Eleições de 1823 e 1826 em Angra: ideologias em confronto
General MANUEL DE SOUSA MENEZES – Sociedade de Geografia de Lisboa – IHIT
A conquista liberal dos Açores
Doutor DONALD WARRIN – Califórnia State University, Hayward – IHIT
O jorgense João Ignacio d'Oliveira
Dr JOÃO MARIA MENDES – IHIT
O estado religioso de uma diocese atlântica há cem anos: o relatório do bispo de Angra para a sua visita ad sacra limina
Doutor JOÃO CARLOS GARCIA / Doutor MIGUEL NOGUEIRA
O espaço vivido e recordado da família Lacerda
Dr. FRANCISCO DOS REIS MADURO DIAS – IHIT
O Reordenamento físico da entrada nobre de Angra: o cais da Capitania Geral dos Açores
Doutor F. RIOPARDENSE DE MACEDO – Brasil
Açorianos para o Sul do Brasil

Sessões de trabalho no Museu de AH

O Atlântico, porta do Contemporâneo

Álvaro Monjardino

I – AS IDADES DA HISTÓRIA

1. O que é o Contemporâneo?

Vem de Joaquim de Fiore a teoria das *três idades* em que o frade cisterciense dividia a História da Humanidade. Projectando-lhes o mistério trinitário, Joaquim de Fiore chamou-lhes então a *era do Pai*, a *era do Filho* e a *era do Espírito Santo*.

Esta visão teológica encontraria algum eco nos nossos dias. É um eco particularmente nítido na fase final, aquela em que Teilhard de Chardin, após descrever o *passo da vida* e o *passo da reflexão*, apontou ainda a *sobrevida* como estádio último na evolução do mundo.

No século XVII o pensamento renascentista exprimiu-se em outra visão tripartida da História. Dividiu-a então em Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna. A sensibilidade clássica estava tão presente que as datas-charneira foram as de dois cataclismos políticos desabados sobre os impérios que modelaram a Civilização Ocidental. Assim, a queda de Roma nas mãos dos hérulos, com deposição do imperador, em 476, marcou o fim da Antiguidade. Dez séculos depois, a queda de Constantinopla em 1453, com o fim do Império Romano do Oriente, assinalou o fim da Idade Média.

Pensadores franceses de oitocentos acharam aquela modernidade já antiga e escolheram novo marco. Para eles, a revolução francesa (1789) dava início a uma idade nova – e para ela cunharam a expressão *Idade Contemporânea*. Contemporânea deles, é claro. Porque a qualificação era muito mais relativa que as anteriores haviam sido. E assim, esta Idade Contemporânea, hoje também já velha de dois séculos, dificilmente o pode ser também de nós e para nós, a tantos anos de vista. Porém não pode negar-se que, convencionalmente, corresponde a um período novo, em qualquer caso diferente, na vida dos Homens. De resto, o euro-centrismo dos critérios usados para dividir a História explica a escolha dos marcos divisórios para cada era. E o galo-centrismo, particularmente, o do último desses marcos.

Embora. A *abertura do Contemporâneo*, tema para os trabalhos deste Colóquio no que toca às ilhas do Atlântico, incide nos séculos XVIII e XIX, aquele período realmente começado por transformações tecnológicas e suas consideráveis repercussões sócio-políticas. Além disso, como vai ver-se, é o período em que a Europa, onde se fez a civilização presente, *começa a deixar de ser* o que antes fora: o agente das mudanças trazidas ao mundo.

2. Este Contemporâneo de dois séculos começou efectivamente a desenhar-se com uma revolução. E, antes e mais que social, com uma revolução tecnológica. A outra revolução, a das ideias, essa vinha detrás, da ciência experimental e das liberdades do pensamento renascentista ainda quando espartilhadas por um absolutismo político que chegou a instrumentalizar a própria disciplina das igrejas.

O Colóquio que agora iniciamos é, portanto, sobre o *papel das Ilhas do Atlântico na abertura do Contemporâneo* – desse mesmo Contemporâneo que, em boa verdade, nem é dos nossos dias nem realmente começou com a revolução francesa.

Porquê, pois, as Ilhas? E, mais precisamente, porquê o Atlântico?

É que as anteriores idades, na visão dos historiadores que as

qualificaram, viam mesmo a Europa como o núcleo da (única?) civilização. Olhada mais de perto, de facto algo nela parecia caminhar do Levante para o Poente, assim como que contrariando a rotação da terra... Mas a referência era sempre o Mediterrâneo e, crescentemente, as terras a seu norte. Mesmo quando, quebrada pelos Descobrimentos, essa antiga perspectiva se abriu ao resto do mundo.

Abriu, decerto, e de que maneira. E no entanto o *sujeito activo* do processo histórico continuava a ser europeu. Mesmo quando alcançava o Oriente por mar, mesmo quando dava a volta à Terra, mesmo quando encontrava essa Quarta Parte nova depois chamada de as Américas. Ainda então a pequena Europa, ousada, conflitual e conquistadora, permanecia o centro desse mundo em que os continentes surgiam e os mares se agigantavam enquanto as distâncias ficavam mensuráveis e afinal mais curtas do que nos tempos do mistério. O Império Otomano, por mais asiático que se tornasse, desejava a Europa como domínio e, em qualquer caso, olhava-a como referência. A Rússia de Pedro, o Grande, estendida embora até Vladivostok e ao Mar de Bering, mais tarde mesmo às costas ocidentais americanas, continuava a ter a Europa como guia. À falta de melhor, a chamada *janela* do czar Pedro I deitava para o Báltico e o seu palácio de Verão acabava num jardim com balcão aberto sobre o Golfo da Finlândia...

Ora uma das coisas que aparecem de novo no século XVIII, mesmo para além das descobertas técnicas que abrem caminho à revolução industrial, é o início de uma mudança do centro de gravidade do próprio mundo. Na América do Norte se travou, senão o mais duro, decerto o que viria a revelar-se mais frutuoso em termos territoriais – da chamada Guerra dos Sete Anos. As novas potências que acediam à idade industrial e tinham alguma tradição marítima procuravam, já então e quase obsessivamente, projectar-se além-Atlântico. Os dois países ibéricos haviam iniciado a exploração das riquezas nesse novo mundo, fosse pela rapina, fosse pela agricultura, logo com a transformação do que ela produzia, como aconteceu com

o açúcar. Pela agricultura principiaram também os colonos ingleses do século XVII. Antes ainda, aparecera a prata, primeiro no México, depois no Alto Peru. Com ela financiou a Espanha a longa e penosa Guerra dos Trinta Anos. E muita dela passou pelo porto desta nossa pequena cidade, dando causa à construção da enorme fortaleza filipina que lhe coroa o horizonte. No século XVIII, o Brasil, que começara como mera escala no caminho da Índia, depois como colónia açucareira, ia revelando as riquezas e a dimensão do seu interior. As capitanias costeiras do tempo de D. João III cediam o passo a uma penetração que ultrapassava em muito a linha ocidental de Tordesilhas. E era o oiro que, descoberto desde 1690 e explorado nas décadas seguintes, desviou o centro económico do Brasil para o sul, e a capital, de Salvador da Baía para o Rio de Janeiro (1763). Este esforço de penetração criou conflitos com as colónias de Espanha, ecoando com crescente e maior violência os que surgiam do lado europeu do Atlântico.

II – UMA IDADE TRANSATLÂNTICA

3. A França iniciara uma presença significativa nos espaços que, na América do Norte e entre o Mississipi e as Rochosas, se estendiam até ao Golfo do México. Reconhecido pelos espanhóis desde 1519, este território foi ocupado por La Salle em 1682, reinando Luís XIV, donde o seu nome de Luisiana. Cedido depois à Espanha em 1762, passando de novo à França em 1801, acabaria vendido aos Estados Unidos da América por 15 milhões de dólares dois anos volvidos. Mas não sem que, antes, se houvesse tentado a sua rentabilização a partir da Europa... O escocês John Law fundara em 1717 a Companhia das Índias Ocidentais justamente para exploração da Luisiana. Esta primeira experiência capitalista transatlântica apostava, naturalmente, nas potencialidades dos enormes espaços que pareciam abrir-se, do outro lado do oceano, ao dinamismo e à iniciativa do que hoje

se chamariam os agentes económicos. A iniciativa de Law arrastou entusiastas, deu azo a grande especulação mas terminou com a bancarrota sucedida em 1720.

Menos de quatro décadas volvidas começava a Guerra dos Sete Anos (1756-63). Começava de maneira tipicamente europeia-continental, com a invasão da Silésia pelos prussianos. À proposta do *Pacto de Família* ligando as casas reais onde havia Bourbons, Portugal não aderiu por razões que tinham a ver com a ligação a Inglaterra – e com as implicações marítimas em geral e as transatlânticas em particular. O Brasil, claro... Houve, efectivamente, uma invasão franco-espanhola do território português. Mas as lutas, se não maiores, decerto de maior consequência – em aquisições territoriais e efeitos futuros – aconteceram nas Américas. Foi então que a França perdeu o Canadá, a ilha de Cabo Bretão e algumas Antilhas, enquanto a Espanha ficava sem a Florida. A Inglaterra aumentava substancialmente a sua presença na América, reconhecida pelo Tratado de Paris de 1763. Este êxito viria a ter um preço, também transatlântico e com repercussões bem maiores, logo na década seguinte.

4. As ilhas do Atlântico são muitas e nem todas pequenas, isoladas ou dispersas como às vezes parece pensar-se naquelas que a isso se limitam.... Ilha, todavia, é a Gronelândia, ilhas são a Islândia, a Irlanda, a Grã-Bretanha... Ora foi justamente nesta grande ilha do Atlântico que teve início a revolução industrial. Começada pela indústria têxtil, com máquinas accionadas por moinhos de água, ganharia decisivo impulso com o uso crescente da máquina a vapor. Circunstâncias naturais (rios navegáveis e de caudal regular, depois o carvão e metais para a indústria pesada), sociais (libertação dos servos e afastamento dos campos de batalha europeus) e geopolíticas (abertura ao mar e poder naval desenvolvido sobretudo a partir do Acto de Navegação de Cromwell, em 1651) fizeram da Grã-Bretanha a iniciadora e, durante bastante tempo, a força condutora da revolução industrial.

No 3.º quartel do século XVIII estavam definidos os traços da

primeira economia global. E esta começava justamente por ser transatlântica. As Américas iam já recebendo migração de europeus e, para as suas plantações tropicais, importavam escravos da costa africana a um ritmo tal que viria a suscitar reacções no século seguinte. Desde que os colonos vindos da Europa se fixaram nas Américas, foram cerca de 15 milhões os escravos negros levados para o novo continente. E destes, tanto como 2 milhões e 300 mil só nos últimos 30 anos do século XVIII. Os produtos americanos tinham mercado crescente na Europa. A revolução industrial, nascida embora numa ilha do Atlântico, essa não atravessara logo o Oceano. Mas projectar-se-ia do outro lado com o desdobrar da época, até assentar aí as bases para o que, no futuro, se afirmaria como o maior poder económico dos nossos dias.

5. O Contemporâneo começava também com revoltas sociais e políticas. E a mais importante de todas elas foi a das colónias inglesas da América de 1775, que conduziu à declaração da independência dos Estados Unidos no ano seguinte, o mesmo em que Adam Smith dava à estampa a sua *Riqueza das Nações*. A emancipação norte-americana, ancorada na ideologia liberal, tivera como causa próxima a reacção contra os tributos destinados a cobrir os custos daquela guerra dos Sete Anos, cujas implicações no Novo Continente autenticamente lhe haviam redesenhado o mapa e as fronteiras. Aconteceu então a recusa de pagar o imposto do selo (1765), substituído por direitos sobre o chá, o papel e os vidros, tudo ainda importado da metrópole britânica. Daí o *Boston Tea Party* de 1773, o congresso de Filadélfia e a independência da Virgínia, seguida da declaração da independência das colónias como um todo, em 1776.

Era uma rebelião de colonos. Colonos brancos e europeus de origem. Seguida com atenção na Ibero-América, apenas seria contudo aí secundada por revoltas independentistas eficazes – também de brancos ou crioulos, em qualquer caso de grupos dominantes – no primeiro quartel do século XIX. Houve para isso factores próprios. Um,

a própria mentalidade dos colonos de raiz ibérica. Outro, um elemento moderador externo.

Esse elemento moderador dos novos movimentos independentistas americanos seria precisamente uma *outra* rebelião *diferente em termos sociais*: a revolta dos escravos em S. Domingos havida em 1792. Esta – afinal a segunda revolução americana – assentava em princípios menos utilitários e mais humanitários, como eram os proclamados pela revolução francesa já então em pleno curso. Não apresentou assim, como nos Estados Unidos, a característica de uma revolução de élites. A revolta dos escravos conduziria à independência do Haiti em 1804, mas constituiu um factor retardador para as das colónias espanholas e, mais ainda, para a do Brasil.

Esta dualidade revolucionária verificada ao longo das orlas orientais do Atlântico prefigura afinal muito do que iria acontecer, tanto imediatamente depois como até aos nossos dias. Porventura pela primeira vez a realidade transatlântica afirmava-se na história do mundo, mostrando-se determinante quer nas soluções quer também nas contradições. Porque as revoltas independentistas mostravam já as duas faces de uma realidade social, conflituante e que de maneira nenhuma se ficaria por ali.

6. Presentes nas Caraíbas desde o tempo da grande pirataria – concretamente em Antigua desde 1632, em Barbados desde 1655, nas Bahamas desde 1717 – os ingleses eram senhores da Jamaica em 1670 e fizeram desta ilha um dos maiores mercados mundiais de escravos. A mesma motivação inicial – a de interceptar as frotas rumando à Península Ibérica – explica a presença de franceses e dos holandeses nas Antilhas, ocupando posições insulares pobres mas estratégicas que ainda subsistem. E ainda a presença dos mesmos nas Guianas, mas estas sobretudo por haverem falhado as tentativas de uns e outros para se instalarem no Brasil.

Entretanto, perdidas que estavam as colónias da América do Norte, a Grã-Bretanha, já lançada numa dinâmica de potência indus-

trial em busca de mercados, voltava-se sem demora para a Ibero-América. A intervenção britânica nas guerras napoleónicas traduzira-se em afirmações notáveis de poder naval e com grande incidência atlântica – o bloqueio continental, a ocupação da Madeira, as vitórias no Cabo de São Vicente, em Copenhague, em Trafalgar. Na sua esteira se situa a penetração económica nas antigas possessões de Espanha que iam acedendo à independência. Foi ainda neste contexto que também se apossaram de Ascensão, em 1815, e das Falkland em 1832. Nessa altura os ingleses eram também uma forte presença no Brasil, a cujos portos haviam conseguido livre acesso desde que a corte portuguesa fora para o Rio de Janeiro em 1807. E isto ao mesmo tempo que dominavam, por arrastamento das guerras napoleónicas, o continente português e tomavam posições económicas em Espanha, desde as Astúrias e o País Basco até à Andaluzia. E olhavam as ilhas atlânticas como pontos estratégicos para o seu projecto imperial.

Coincidente no tempo com estes sucessos, foi ainda o lado americano do Atlântico que afinal assegurou a efectiva implantação do liberalismo político em Portugal. A revolução liberal de 1820 ficara em frangalhos com a restauração, dita legitimista, do infante D. Miguel. Seu irmão, D. Pedro de Bragança tinha deixado o Brasil cuja independência fizera – não como república, mas como um império, porventura na prefiguração do que viria a ser a maior potência da América do Sul. Vinha exilado, mas determinado a fazer triunfar o sistema constitucional no território português. Restava-lhe, em Portugal, esta nossa pequena ilha, única base liberal subsistente desde 1828 face às perseguições miguelistas e à debandada geral dos revolucionários havida no resto do país. Para aqui veio pois D. Pedro, viajando a bordo da novidade que era então um navio a vapor. Chamava-se *Superb*. A Terceira, logo o resto dos Açores, ser-lhe-iam a indispensável base para a conquista pretendida e consumada dois anos depois. E com isso estas ilhas atlânticas desempenharam também o seu papel, verdadeiramente ímpar, na criação do Contemporâneo em Portugal.

7. O século XIX veria o apogeu do império britânico e também o início da sua decadência. A relação Europa-América intensificava-se através do Atlântico com a navegação a vapor, o incremento do comércio, a migração europeia e as comunicações por cabo submarino. A Guerra da Secessão, primeiro conflito bélico dos tempos modernos, consolidou a união norte-americana. Surgiram novas armas em terra e mar, abriu-se o passo à exploração do petróleo e à expansão no sentido da costa oeste. Uma tendencial superioridade tecnológica, nascida de medidas educativas que, então legisladas, rapidamente se implementavam a nível nacional, e de uma autêntica corrida às invenções existia já a par com uma imigração maciça da Europa pobre que atravessava o oceano em busca de vida melhor. E o novo país recebi-a, com exigências sanitárias e certezas de trabalho duro, é certo, mas na noção de que o capital humano é grande a base do progresso. A Guerra de Cuba – com tomadas de posição ainda em territórios insulares – afirmaria o novo poder hegemónico que se desenhava no fim do século XIX e se estendia já também para o Pacífico. Sintomaticamente, até o falhanço europeu na abertura do canal do Panamá – a ligação entre os dois grandes mares – apenas seria suprido por iniciativa e efectiva intervenção norte-americana.

III – UMA REALIZAÇÃO DA UTOPIA?

8. Conquanto os projectos de sociedades perfeitas remontem à Antiguidade e a *Utopia*, ilha da completa harmonia, seja uma criação literária de Thomas More, não há dúvidas de que o Novo Mundo atraiu também, a par dos que nele procuravam riquezas ou fazer cristandade, os profetas e os agentes de soluções sociais utópicas. E acrescentaríamos, com Igor Chafarevitch, que entre os primeiros deles estiveram os Jesuítas nas suas *reduções* do Paraguai, desde o século XVII estendidas dos Andes até praticamente ao Rio da Prata. Sociedades organizadas e disciplinadas por aqueles missionários atentos e

sensíveis à cultura dos povos que queriam trazer ao rebanho cristão, as reduções jesuítas promoveram efectivamente os guaranis (em um número da ordem dos 200000) fixando-os à terra, ensinando-lhes profissões, mas mantendo-os sob uma apertada disciplina que, sendo social era, principalmente, espiritual e que, de alguma maneira, os infantilizou. A proporção dos padres para a população índia não seria de mais que um para mil. O sistema assim criado e ferreamente mantido viria a ser dramaticamente desfeito entre 1767 e 1773 por intervenções externas, que foram de Espanha, de Portugal e do próprio papa. O resíduo político desta tentativa falhada ou, mais precisamente, interrompida, é a república do Paraguai, onde subsistiram até ao nosso tempo tradições de governo autoritário e sufocador das liberdades.

Mas as reduções paraguaias não foram caso único de experiências utópicas. Reformadores sociais do século XIX tentaram dar corpo, em terras americanas, às suas teorias socializantes a que a Europa se mostrava avessa... Foi o caso do inglês Robert Owen (1771-1858) que, visitando os Estados Unidos da América em 1825, fundou no estado de Indiana uma colónia utopista, a *New Harmony*, que em breve redundaria em fracasso. O francês Charles Fourier (1772-1837), esse idealizara um sistema comunitário baseado em grupos de 1600 pessoas – as *falanges* – cada um habitando um enorme edifício com 400 hectares de terreno para cultura anexos – o *falanstério*. A ideia de Fourier seria introduzida também nos Estados Unidos por Albert Brisbane e, entre 1840 e 1850, concretizou-se na construção e activação de 40 falanstérios. Só depois a iniciativa esmoreceu. Em outra perspectiva, esta religiosa, assinale-se o caso dos Mormons, mas aqui numa autêntica (e eficaz) versão norte-americana do povo hebraico da Bíblia, com a sua cidade perfeita e destruída, Nauvoo, as perseguições sofridas (em parte por praticarem o chamado *casamento plural*) o seu profeta mártir, Joseph Smith, o seu Moisés, Brigham Young, e até um Êxodo, que os levou a atravessar o continente, a fundarem uma nova cidade no meio de um deserto, Salt Lake City, e finalmente à criação do Estado do Utah, recebido na federação norte-americana e onde ainda hoje são o grupo dominante.

9. Mas, se a utopia é, por definição, algo de irrealizável, talvez estejamos a esquecer a principal delas, que correspondeu a um efectivo projecto de sociedade diferente (até por deliberada contraposição) das que se haviam deixado na Europa, e também das dos povos que já habitavam o Novo Mundo muitos séculos antes de os Europeus ali haverem chegado. Esse projecto teve, porém, uma peculiaridade importante. É que se concretizou mesmo e, a dois séculos de vista, pode dizer-se afoitamente não haver falhado em suas linhas fundamentais. Ele veio a chamar-se justamente – Estados Unidos da América.

Quando Alexis de Tocqueville visitou o novo país que emergia de duas guerras da independência, este ainda nem sequer consolidara verdadeiramente a sua união e estava longe de haver ocupado o território que presentemente abrange. Mas os olhos jovens daquele europeu arguto já ali encontraram coisas novas e notáveis que deixou assinaladas e descritas no ano de 1840.

O que Tocqueville apontava no seu clássico *Democracia na América* era algo que pensadores europeus haviam sonhado, preconizado mesmo, mas cuja realização tardava ou se ficara pelo caminho: o princípio da efectiva soberania do povo, a descentralização política e administrativa, um equilíbrio feito da vigilância recíproca dos três poderes, uma religiosidade democratizada, a associação cívica sistemática e actuante, um peso menor da burocracia e o relevo prioritariamente dado à educação de base. Era, no fundo, o primado de uma sociedade civil activa e interventora.

Só que estas características, incipientes embora, estavam já na altura em efectiva concretização. A utopia realizava-se, contradizendo o seu próprio conceito. Hoje, século e meio volvido, vemos que as coisas observadas e descritas por Tocqueville se consolidaram – muitas delas através de ásperas lutas, resistências e até injustiças – mas continuam, com as referências do início, a fazer o seu caminho. Caminho que transbordaria as fronteiras, se repercutiria na própria Europa e no resto das Américas. Caminho que havia de se estender, já no presente século, ao outro lado do mundo e às velhas civilizações

do Extremo-Oriente. A utopia americana seria, assim, de alguma maneira exportada. E começara por sê-lo para o outro lado do mar, desse mesmo Atlântico por onde os primeiros europeus ali haviam chegado, a maior parte deles para começarem uma vida nova de mais justiça e maior liberdade.

E eis por que o Atlântico, a antiga estrada das descobertas europeias, mar de piratas e corsários, via dolorosa para os escravos de África, acabou por se revelar como a porta do Contemporâneo: quando a revolução industrial – nascida em uma das suas ilhas – e logo o peso de valores e de instituições finalmente desabrochados no lado ocidental das suas margens passaram a ser, como foram e ainda hoje são, determinantes na História do mundo.

Islands and Maritime Power

Geoffrey Till

Introduction

The maritime environment is a function of the interaction of many elements. Some are dynamic and transitory like trade patterns, the correlation of naval forces, shifts in political opinion on land and so on, but others are more enduring. Amongst the most enduring are the world's basic geographic realities, the shape of coastlines, the nature of access to the high seas, the availability of ports; such general characteristics were well described by Mahan [1]

But Mahan had much to say specifically on the matter of the significance of islands, most obviously for the United States, Hawaii and the West Indies. A canal across Panama would transform the Caribbean into one of the great shipping highways of the world, and the islands of the area would be crucial to its control; the greatest prize of all was Cuba. In 1891, Mahan urged his Government to improve the US position in the region by buying St Thomas and St John from Denmark, and to establish naval leases in Haiti and San

---

[1] Mahan, Alfred Thayer, The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783 [Boston : Little, Brown, 1890] pp 25-57.

Domingo. The Caribbean was a cluster of island fortresses ["the very domain of sea power if ever region could be called so"][2] by which the canal and its shipping could be controlled, by means of their dominance of the main sea lines of communication. These strategic aspirations played a considerable part in bringing about the Spanish-American war which in the end delivered many of Mahan's objectives.

In 1893, he argued with equal conviction and for the same sort of reasons that the United States should regard itself as the natural guardian of the increasingly vulnerable Hawaiian islands. Uniquely situated astride some of the Pacific's main trade routes, their acquisition was to be regarded first as an advance defence for the American coast, and second as a base for a move into the western Pacific. As he put it:

> *Sea power consists, in the first place of a proper navy and a proper fleet; but in order to sustain a navy we must have suitable posts for naval stations, strong places where a navy can be protected and refurnished.*[3]

First Hawaii, and then the Philippines !

So then, what are the characteristics of islands ? Why do they matter? What, in fact, is an island? "A piece of land," says the New Oxford Shorter Dictionary unhelpfully, "completely surrounded by water." At one end of the scale, the term could embrace barren rocks like Rockall, currently disputed between the Irish Republic and the UK. At the other, it could apply to both those countries themselves.

---

[2] Quoted in Livezey, William E, Mahan on Sea Power [Norman : University of Oklahoma Press, 1981] p126.

[3] Ibid, p 181.

It could apply to larger entities such as Australia, even to the whole of the Eurasian land-mass which Halford Mackinder referred to as "The World Island," distinguishing it thereby from all the other more maritime islands scattered around its periphery. Since some 75 per cent of the world's surface is sea, after all, all the land could be said to come in the form of islands of various kinds, sizes and shapes. The confusion is evident. Even Mahan thought Cuba "not so much an island as a continent." [4] But common usage is much more restrictive than this; it defines islands more narrowly, in terms of the many characteristics that determine their role in maritime history.

The characteristics of islands

Surrounded by the Sea

"This precious stone set in a silver sea."[5]

Islands are surrounded by the sea and have often become bases for the use or ownership of local sea areas. Under the recently ratified UN Convention on the Law of the Sea [UNCLOS], islands capable of sustaining economic life have the same rights to a territorial sea, a contiguous zone and an exclusive economic zone as does mainland territory. The resultant extension in a state's sea area can be quite dramatic. The Pacific island of Kiribati for example now has a sea area of some 3.5 million square kilometres even though its land area is only some 690 square kilometres.

---

[4] Ibid, p 127

[5] William Shakespeare 1564-1616, Richard II

If the resources [oil, perhaps, or gas, or fish] of the sea areas in question are of commercial value, then the ownership of islands can be of very considerable economic, political and strategic significance. Sovereignty and jurisdictional rights over islands becomes crucial to the prosperity of nations, when established title confers rights over intrinsically valuable parts of the world ocean.

The sea-bed in the Spratly, Paracel and Senkaku island areas of the Western Pacific, for example, is thought likely to be rich in the oil, gas and other sea-based minerals on which the burgeoning economies of East Asia will increasingly depend. The American Crestone company has long been exploring the area with the agreement of the Chinese; other companies have also moved in as well, sparking real tensions between Vietnam, China, Japan and other claimants to the islands.

The areas around these islands are also rich fishing grounds, a fact that may, in fact, prove to be of more commercial significance than its mineral potential. Certainly the significance of islands for commercial fishing should not be forgotten. Ownership of the South Kuriles [disputed between Russia and Japan, for example, confers an EEZ of some 100,000 square kilometres containing fish, invertebrates and water plants with a market value of some $1 billion. Of Russia's total 6-7 million tons annual total fish catch, some 1½ million comes from this region. With such commercial interests at stake, neither disputant is likely to be particularly accommodating to the other.[6]

Other examples of this can be found in the South Atlantic. Here it is not only a question of the resources of the disputed sea areas themselves [which in this case are fish, krill and their oil-bearing

---

[6] Zinberg Yakov and Drfte, Reinhard, "Chas and Russia and the Territorial Dispute with Japan", The Pacific Review Vol 6, No 3, 1993.

potential] but also their implications for claims upon the continent of Antarctica. Islands are the basis for most of the complex and overlapping claims of Argentina, Chile, Britain, France, Australia and New Zealand. For a while it seemed that were the claims of Chile and the UK [based respectively on the Beagle islands, the Falklands and the Falkland Island dependencies [namely South Georgia and the South Sandwich Islands] to be pressed vigorously, Argentina would be cut off from the south completely. At the other end of the scale, Norway's previous exploration work in the area and consequent ownership of Bouvet island might confer title to 1.2 million square miles, a great swathe of a continent almost as far away from Oslo as it is possible to get. While all such claims are in abeyance and the economic exploitation of Antarctica, the world's last wilderness has been frozen for 50 years it is hard to believe that a land area that occupies some 10 per cent of the world's surface does not contain resources to tempt exploitation with the technology of the 21st Century. Accordingly, all such claims remain, unresolved, on the table.

Remote From the main Sources of National Power

"Some secreted island, Heaven knows where!" [7]

Historically, governments have always felt themselves to have fewer security resources [money, soldiers, institutional infrastructure] than their full security requires. For this reason, they tend to concentrate on the security of the land area nearest home and their power to determine the outcome of events on the periphery is greatly conditioned

---

[7] William Wordsworth (1770-1850) The Prelude.

by the strategic realities and limitations of the situation at the centre. Accordingly islands, which almost by definition are remote from the centre, will tend to be neglected, left to their own devices, economically under-developed, sparsely populated, indifferently administered and often ambiguously owned.

Indeed, this is one of their main attractions to mainlanders. Going to islands is the classic means of "getting away from it all." In ancient times the otherworldliness of islands sparked myths and mystery. The legend of Atlantis is common throughout Europe but many individual countries have their own home-spun alternatives; for the British it was a mystic fascination for the lands of Lyonesse somewhere west of Cornwall, for the druidical mysteries of Anglesey and so on. More prosaically, Scotland's Western Isles, the Orkneys and the Shetlands have become a place of deliberate retreat for mainlanders disenchanted with the pressures of modern life. Such feelings, however, are not peculiar to the British but universal.

In practical terms, however, this remoteness sometimes makes islands seem unowned and certainly vulnerable to seizure and possibly development by entrepreneurial outsiders using the means of sea power. Thus the British seizure of Hong Kong and Singapore, islands largely ignored by the local mainlanders but which later came to dominate regional economies; nor is this an exclusively European activity. In quite the same style, the Omanis of the 19th Century first conquered, then developed, the islands of Pemba, Kilwa and Zanzibar as an *entrepot* for the whole of west Africa.

The island of Taiwan is another example. Once sparsely inhabited by Malayo-Polynesian aborigines, it had little contact with mainland China, except as an occasional place of refuge, even though it is barely 130 kilometres away. As such it was ripe for seizure and exploitation by others. The Portuguese were first on the scene in

1590; they called it Ilha Formosa [Beautiful Island] in tribute to the virgin forests that then covered it. The Dutch followed in 1633, took over completely and were ejected in their turn 30 years later. The island remained tenuously part of a fading mainland China, always on the margins of Imperial interest. The Americans thought about buying it, but settled in the end for establishing trading posts there, as did other Westerners. All this foreign interest encouraged the Chinese to consolidate their rights over the island, but they lost it again in 1895, this time to the Japanese, after the disasters of the Sino-Japanese war. Japan held it for the next 50 years when they were dispossessed in turn and the island was handed back to the Chinese, in the shape of the Kuomintang. The ownership and status of the island of Taiwan of course remains a major point of contention.

The point of all these examples is that maritime power was the means by which such ambiguities in ownership were exploited by acquisitive outsiders, and once acquired, they provided both a defence commitment and a means of consolidating the power that had made such acquisitions possible.

Self-Contained

"An island entire of itself."[8]

Islands can also become a mark of sovereignty, a matter of national pride irrespective of any strategic or commercial interest they might have. In 1804, the British seized a 600 feet high lump of basalt rock just off the coast of Martinique, commissioned it as the sloop-of-war

[8] Dofin Donne 1571-1631, Devotions XVII.

HMS Diamond Rock and used it to help impose a blockade of Fort Royal. For Napoleon, this was an outrage; in a letter to Admiral Villeneuve, he referred to it as "that symbol of British insolence on the doorstep of Martinique" [9], and authorised a major expedition to re-take it. Much the same kind of symbolism animated Argentina's General Galtieri in 1982. The Falklands conflict of 1982 was at least partially set off by the desire of the Junta to find some popular and emblematic cause that would offset the Argentine people's growing dissatisfaction with their own government.[10]

National pride has also been very evident in the various current island disputes of the Asia-Pacific. The popular dissent that led to the Tiananmen square incident and the international reaction to it "...forced," it is claimed, " the Chinese government to resort to nationalistic appeals as a major way of shoring up its legitimacy." Such sentiments may apply to the Vietnamese too.[11] Considerable nationalistic fervour has also been demonstrated by the disputants over the Senkaku islands, although often by non-official groups. In one instance of this, some 20 Taiwanese Olympic athletes, inevitably accompanied by some journalists, sought to plant a "holy torch" as a way of asserting Chinese sovereignty. They were repelled by a considerable show of force involving 11 Japanese Coastguard vessels, two helicopters and a fighter aircraft.[12] Nationalism is also clearly at stake in the dispute between Japan and Russia over the South Kuriles, and even more obviously in the various disputes between China and Taiwan, and between Greece and Turkey in the Aegean.

---

[9] Quoted on Stuart, Vivian and Egglestone, George T, His Majesty's Sleep of War Diamond Rock [London : Robert Hale, 1978] p 109.

[10] Gamba Stonehouse, Virginia Gamba, Strategy in the Southern Oceans : A South American View [London : Harvester, 1989] p 104.

[11] Chen Jie, "Human Rights : ASDANs New Importance to China", The Pacific Review, Vol 6, No 3.

[12] "Specks on Ocean Spark Dispute", The Sunday Times 28 October 1993.

Perhaps one reason for the tendency to look at islands in this way is that the geographic discreteness that is by definition a characteristic of islands makes them peculiarly suitable as a means of displaying nationalistic fervour in a limited and containable way. This was plainly behind Sir Julian Corbett's view that conflicts that centred on maritime issues were more likely to be contained than those on land, especially between territorial neighbours.[13] A comparison between the short, sharp, limited Falklands War of 1982, with the messy open-ended Israeli intervention in the Lebanon which took place at the same time, appears to support the notion that expressing nationalism by action over islands may be somewhat safer than doing so on the mainland!

But, in fact, the Falklands episode shows that the symbolism can go horribly wrong - with effects that escalate far beyond what may have been intended. In just the same way, it would be dangerous to assume that the effects of such gestures as the Chinese missile firings of 1996 against Taiwan can always be accurately assessed in advance and contained afterwards.

Strategically Worthwhile

In some cases, the control of islands may confer important strategic benefits, in particular an enhanced capacity to control the activities of other states in the area. At least in theory possessing nearby islands would seem likely to make it easier to control, or at least supervise the movement of nearby shipping. Archipelagic states like the Philippines and Indonesia are able to exercise considerable authority

---

[13] Corbett, Sir Julian S Some Principles of Maritime Strategy [London : Brassey's, 1988] pp 56-57.

over the intermediate sea areas between their islands, including the designation of shipping lanes. More ominously, Iran's seizure of the Tumb islands in 1971 seemed to confer an enhanced ability to supervise the movement of shipping through the Strait of Hormuz – at least as far as some of her neighbours were concerned. The Falklands, Ascension, Tristan da Cunha, the Pitcairn islands on the other hand are simply too far away from the major shipping routes to matter, from this point of view, except perhaps as an occasional refuge for commerce raiders.

Leaving aside the question of why such states would wish to interfere with shipping in this way, their ability to do so is dependent on the position of the islands, and their size and facilities. Let us consider the question of position first. The Spratlys' proximity to the major shipping routes through the South China Seas and its various approaches to the Indian Ocean appears to make them very significant in this regard. One of the reasons why the Japanese for example have demonstrated nervousness over the Spratlys dispute is that although they have renounced their own claims to the area, much of their shipping passes through the South China Sea area and could be vulnerable to deliberate or inadvertent interference. In fact, though much of the Spratlys area is designated by mariners as "dangerous ground" to be avoided wherever possible. The main shipping route in fact lies some distance away.

The South Kurile islands could, in some scenarios, be even more significant since they form part of a chain of islands that border the Sea of Okhotsk a sea area second only to the Barents in importance to the former Soviet Union because it was a vital operating area of its ballistic missile firing submarines coming out of Petropavlovsk on the Kamchatka peninsula. Moreover, the straits between the South Kuriles and Japan was one of a chain of access points for the Soviet/Russian Pacific Fleet out into the Pacific, or, for their enemies, into

its base areas. The same goes for some of the islands disputed between South Korea and Japan.

But, often, remote spots like Diego Garcia and Ascension can have enormous significance as staging posts on the way to distant theatres of operation. Diego Garcia has been vital to the conduct of recent operations in the Gulf while Ascension was crucial to the conduct of the Falkland campaign. Ascension unexpectedly found itself to be a staging post for ships and aircraft en route to the operational area, with its airbase providing facilities for Nimrod and Vulcan aircraft. It facilitated the reorganisation, transfer and final stowage of the war supplies of an RN Task Force that had departed the UK in extreme haste. Widewawake airport lived up to its name, with 100 fixed wing flights and 500 helicopter movements in and out, every day. It was the scene of tremendous industry with the Royal Engineers laying a 3 mile pipeline across the island in 3 days. Ascension was also an important communications centre between the UK and the operational area, it was the scene of last-minute conferences and facilitated the monitoring of Argentine radio communications. Finally, it was of considerable value as an exercise area, allowing troops to come ashore after a long sea-passage and to join in intensive landing and other exercises to sharpen up for impending conflict.

The strategic value of islands has often been recognised in unusual ways. Indeed, not infrequently they been commissioned as warships in their own right. HMS Diamond Rock has already been mentioned. The island of Anholt in the Kattegat was another example in 1811. Famously, the island of Malta was awarded the George Cross in recognition of both its strategic importance to the conduct of the Mediterranean campaign in the Second World War and of the bravery of its inhabitants.

Paradoxically, their value is sometimes recognised in reverse as it

were, by various attempts to decouple islands from their strategic significance. The Spitzbergen archipelago for example, though indisputably owned by Norway could be crucial to the conduct of maritime operations in Europe's northern waters and so the object of considerable contention between local powers. For this reason, the 1919 treaty guarantees their permanent demilitarisation and the equitable distribution of their coal and other resources amongst the many signatories. The Aland islands in the Baltic are another interesting case. Largely inhabited by people of Swedish stock, but owned first by Russia and now by Finland, they are seen to represent a serious threat to the security of Stockholm. In recognition of their considerable potential for conflict, they have been guaranteed a high degree of autonomy, cultural integrity, neutralised and demilitarised. [14]

But, in truth, mere position on its own confers little strategic benefit unless there are adequate facilities to go with it. The Dardanelles experience in 1915 is instructive in this regard. The nearby islands of Imbros, Lemnos, Lesbos and Samothrace were immediately useful to the allies in their invasion of Turkey as fleet anchorages. But it was only when airstrips, harbours, port facilities and military base areas inland were constructed that their proximity to the battlefront was of decisive advantage. In 1982, Ascension was of considerable value to the British Falklands force as we have seen, but South Georgia [much nearer the battle area] was as we have seen strategically irrelevant for this reason. In the Gulf War, the ability to make use of facilities on the mainland, much reduced the strategic significance of the area's many islands.

Few of the disputed islands in the Pacific have these kinds of facilities – largely in consequence of their remoteness. Area control often

---

[14] Rystad, Goran et al (Eds), In Quest of Trade and Security : The Baltic in Power Politics 1500-1990 Vol II pp51-106.

depends heavily on air superiority. Interestingly, in the Paracels, Woody island and in the Spratlys, Pagasa have airstrips maintained by the Chinese and Philippines respectively. Both, though, are far too small for modern high-performance aircraft like Mig 29s, Su 27s or F-15s since these normally need runways of some 10,000 feet. Older fighters like the Chinese J-6 [a Mig-19 derivative] could probably be operated from the 7-8,000 feet runway on Woody island, if with some difficulty. But the airstrips built on some of the Spratlys could handle no more than small transport or patrol aircraft. These could, at a pinch, be equipped with missiles for use against ships or other aircraft but such aircraft would find it difficult to sustain air or surface superiority in the region.

Thus, it would be extremely difficult for any of the contestants to establish air superiority in an area as geographically remote as the Spratlys [unless they invest heavily in aircraft carriers or in-flight refuelling (IFR) facilities]. Some concern has been expressed at China's acquisition of Su 27s and Mig 29s from Russia and their possible deployment to Hainan island, but without extensive IFR such aircraft even though they could cover the Spratlys, would not be able to linger for long enough to be decisive. Moreover, other countries of the region [most obviously Vietnam] may be able to deploy as many, or even more, modern fighter aircraft into the region.

Rather the same arguments can be made about naval facilities. Naval forces in any case have much more strategic mobility than air forces do because they can take their supplies with them more easily. For this reason, the clashes in the Paracels and Spratlys to date have been fought by naval forces. Their range is dependent on ship size, and their capacity for distant replenishment from supply ships. Although none of the navies in question are, strong in this regard [though they are certainly improving] they could sustain significant naval operations in the Spratlys even without local support. To provide any

significant extension to the range of their navies by the construction of base facilities in the area, would seem to require much more space, and much more financial investment by the disputants than seems likely or sensible.

But there is a strategic disadvantage to seizing and maintaining such islands too. Turning them into something that is strategically beneficial requires huge infrastructure investments [harbours, unloading and storage facilities, fuel depots, maintenance facilities, garrison accommodation etc]. The British effort to improve the defensibility of the Falklands after the campaign is a case in point. But without such efforts, distant islands can easily become a hostage to fortune if they are susceptible to a coup de main spoiling raid from a nearby adversary. As the Japanese demonstrated in 1941, even large, strong islands [such as Singapore] are vulnerable to surprise attack. Less dramatically, a few mines unloaded into the sea around a disputed island claimed and used by a competitor would be difficult indeed to deal with. However, sometimes, disputed islands are seized by an adversary; because the new occupant might reasonably anticipate and guard against retaliation, the recapture of islands once lost becomes an expensive and difficult operation as the British discovered in 1982. Defending their offshore islands against the mainland Chinese has been an onerous task for the Taiwanese for many years. For all these reasons, the strategic benefits conferred by islands [and especially small ones remote from a friendly mainland] are often quite dubious, and the military commitments entailed something that needs to be set against their economic or political value. For this reason, states have often shown themselves reluctant to take on such responsibilities, or to abandon them like Rattan in 1748 or Belle Isle in 1763 once the immediate need has passed.

Sometimes, conquerors hang on to captured islands despite the manifest strategic disdavadvantages of doing so. Hitler thought that

seizing the British Channel Islands was a psychological coup – to the extent of accepting the need for expensive fortifications and a 40,000 strong garrison [which included the good quality 319th Division]. In the event these assets were completely irrelevant to the outcome of the Normandy campaign and the islands, strategically worthless, were liberated long after its conclusion.

But even when islands do confer strategic benefits these may compete with their commercial advantages. It is hard to see, for example, how the putative oil/gas reserves in the South China Sea or the fishing grounds of the Okhotsk could be fully developed in the atmosphere of prospective threat needed to realise their strategic utility.

Securely separate

The separateness of islands has also led them often to be regarded as a place of imprisonment for criminals [Devil's Island, Alcatraz] or political opponents [once the project to purchase one of the Azores was abandoned, Napoleon on Elba and St Helena, Mandela on Robbins Island] or, indeed as general areas for resettlement for offenders and other undesirables [Australia]. Even Taiwan was once considered as a possible penal colony. The only connection between this and maritime power is that the discovery, maintenance and support of such islands is usually a naval responsibility.

But there are other interesting linkages too. The "separateness" of islands may make their owners hard for mainlanders to dominate or attack. Napoleon's frustration at the British capacity to sit in their little group of offshore islands and defy his plans for Europe is well known:

Either our Government must destroy the English monarchy,

or must expect to be destroyed by the corruption and intrigue of these active islanders ...Let us concentrate all our activity upon the navy, and destroy England. That done, Europe is at our feet [15]

Hitler felt much the same and so, now, do the mainland Chinese when confronting their Taiwanese cousins across the water.

Nor is this relatively increased invulnerability simply maritime. The maritime and commercial powers of the Gulf, for example, have consistently shown a special interest in the acquisition of the area's islands. Islands insulate [the word itself is significant] their occupants from social and political upheaval and envious marauders on the mainland. Accordingly, their relative security led even barren and unpromising islands such as Hormuz and Qais to be transformed into rich and prosperous centres of maritime power. It was just such thinking that persuaded Sayyid Said to seize Zanzibar in 1828.

Intrinsically productive

Some islands have benefited from a favourable climate, or position, or combination of the two and have themselves become a valuable source of national wealth and therefore a focus for maritime rivalry. The Spice islands of South East Asia are one example of this, the sugar islands of the Caribbean another. The riches derived from the latter were immense. According to Bryan Edwards in 1794, the sugar islands were "the principal source of the national opulence and maritime power of Britain." Famously, they were regarded by the British as of more significance than the American colonies.

---

[15] Quoted in Woodman, Richard, The Victory of Seapower : Winning the Napoleonic War 1806-1814 [London : Chathan Publishing, 1998] p186.

Accordingly, they were bitterly contested between Spain, the Netherlands, Britain and France. The island of St Lucia changed hands between Britain and France no less than 14 times.[16]

These islands were important both for the production of sugar and as sea bases from which the enemy's sugar trade could be attacked. This explained the desperate French attempts to sustain their remaining island and other holdings in the Caribbean, namely Guadeloupe, Martinique, Guiana and San Domingo between 1807-1812. [17]

Implications For Maritime Power

If these are the characteristics of islands, what are their implications for maritime power ? There seem to be three: they are in themselves an element of maritime power; accordingly, they become the object of dispute and conflict between maritime nations; they therefore influence the role and shape of navies.

Islands as an Element of Maritime Power

From all the above, it is clear that islands may make a significant, diverse and varying contribution to a nation's maritime power. That value is completely dependent, however, on the strategic context. the issue here may be simply technological. Clearly the decline of Angra do Heroísmo and other ports in the Azores is largely attributable to the arrival of steam propulsion, which robbed them of the value of their position.

The variability of strategic value is also illustrated by Iceland and the other islands of the North Atlantic. Before the First World War,

---

[16] Stuart, op cit p 135.
[17] Woodman, op cit pp 75-80.

Iceland was remote, cut-off from the mainstream of European life and rarely visited. Since Command of the Sea was enjoyed by the British Royal Navy, there was no need to take a strategic interest in the place during World War. Even just before the Second World War, it was primarily seen as a place to indulge in "a genuine desire to escape for a time to some place remote from the upheavals of a Europe rapidly going mad." [18] But in the early days of the Second World War the strategic context dramatically changed, and propelled Iceland into the front-line.

In the first place, the unexpected German seizure of the whole of the French and Norwegian coastlines, greatly extended the range of its U-boats. These turned out to be much more of a threat than most pre-war analysts had expected. A degree of over-confidence about their capacity to contain the U-boat threat had led the British rather to neglect the quality of their anti-submarine escorts. These were few in number, inadequately armed, and crucially, of limited endurance - much too short-legged for effective operations across the Atlantic ocean. The same was true of anti-submarine aircraft. Worse still, the British loss of the ports of southern and south-western Ireland meant that their convoys were starting from further back anyway [19]. Many of these deficiencies could be ameliorated by the seizure of Iceland, which the British duly did, politely but firmly, on 10th May 1940. Amongst their final incentives was the nightmare prospect of the Germans getting there before them, as they had in Denmark and Norway. Months before, in January 1940 the Director of the Admiralty's Plans division warned:

---

[18] Quoted : Bittner, Donald F The Lion and the White Falcon : Britain and Iceland : The World War II Era [Hamden, Course : Archon Books 1983] p 8.

[19] For more discussion of this and related points, see Sloan, Geoffrey, The Geopolitics of Anglo-Irish Relations in the Twentieth Century. {London: Leicester University press,1997] Pp 134-238.

> *The strategic value that would accrue to us by the unrestricted use of Icelandic harbours is so great that I consider the possibility of obtaining immediate use of them should be examined at once. Certainly upon any sign of German invasion of Denmark, I think we should take immediate steps to secure them for our use.* [20]

Although the German "Fall Ikarus" in fact was never a realistic possibility, the strategic consequences would have been so appalling that the British felt they had no choice but to get there first.

Subsequent events proved them right. Iceland did indeed prove to be of enormous benefit as a staging post for aircraft on ASW patrol and for convoys crossing the Atlantic on the northern route, or in transit to or from northern Russia. The occupation of Iceland also facilitated the maritime blockade of Germany.

All this seemed to confirm Klaus Haushofer's view [as quoted by Churchill, that "...whoever possesses Iceland holds a pistol pointed at England, America and Canada." [21]. While the strategic context may have radically changed with the onset of the Cold War, the military importance of Iceland did not. The prospect of possible conflict with the Soviet Union alerted the Americans to the need to negotiate for base facilities all around the Atlantic basin, in Iceland, Greenland, the Azores, the Canaries, Dakar, Liberia, Morocco and Ascension island. For both the Danes and the Icelanders, experience showed that studied neutrality had proved an inadequate defence against other countries' perceptions of their strategic value. Accepting the inevitable in 1946, the Icelanders agreed to allow the Americans to stay on and in 1949 followed Denmark into NATO.

---

[20] Quoted ibid, p 33.
[21] Quoted ibid, p 1.

The strategic role and importance of Iceland however varied as the Cold War proceeded. In the early days, when NATO's concern was to prevent a Soviet submarine and cruiser break-out into the Atlantic, Iceland was a blockade base, and a jumping off point for forward maritime and air operations against the Soviet Northern and Baltic fleets. But with the onset of Massive Retaliation in the 1950s, when the salience of such conventional operations seemed so much reduced, the strategic value of Iceland likewise declined. It reverted to being a point of support for American and Canadian reinforcement shipping coming across the Atlantic - just like last time in fact. With the arrival and development of the alternative philosophy of Flexible Response through the 1960s and 1970s Iceland and the other Atlantic islands became steadily more important along with the perceived likelihood of sustained conventional operations. In the final phases of the Cold War, the era of "The Maritime Strategy" and Reagan's 600 ship navy, Iceland became a key part of NATO strategy once more, just as it was in the late 1940s, only this time the maritime adversary was much more formidable.[22]

With the end of the Cold War, however, the strategic significance of the island has once more declined as maritime strategists look to other areas and other problems. The rise and fall of Iceland as a factor in maritime power shows the extent to which the strategic significance of islands is a function of the strategic environment, and, not least, the relative salience of maritime power itself. Islands are always there; whether they are strategically valuable or not depends partly on their own attributes of position, size, facilities and so forth, and partly on external circumstances. The dramatic and completely unexpected rise

---

[22] Eberle, Adm Sir James "Future Policy Options" in Till Geoffrey (Ed), Britain and NATO : Northern Flank [London : Macmillan 1988] pp 165-174 et seq. More generally, see Palmer Michael A, Origins of the Maritime Strategy : American Naval Strategy in the First Postwar Decade [Washington : Naval Historical Center, 1988] and Friedman, Norman : The U S Maritime Strategy [London : Janes, 1988].

in the importance of Ascension in 1982 shows how dangerous it could be for planners to neglect the contribution that islands can make to maritime power.

Islands as Objects of Dispute and Conflict.

For all these reasons, the sovereignty of islands has become a matter of dispute in many parts of the world. In the South Atlantic, the Falkland islands became in 1982 the focus of a war between Argentina and the UK, and force has certainly been threatened between Greece and Turkey over various islands in the Aegean, most recently, Imak between Argentina and Chile over the islands of the Beagle Channel. There are also a number of disputed islands in the Gulf and Middle East [Abu Musa and the Tumb islands occupied by Iran since 1992 and 1971 respectively, the Hawar islands disputed between Bahrain and Quatar, Bubiyan owned by Kuwait, disputed by Irak, the Hanish islands claimed by Eritrea and Yemen and so forth, But probably the main focus for concern at the moment is the great swathe of islands in the Asia Pacific stretching from Singapore to the north of Japan, the disputes over which are summarised in the accompanying table.

Some Island Disputes

Islands	Disputants
1. Padra Branca Islands	Malaysia and Singapore
2. Sipadan and Ligatan Islands	Malaysia and Indonesia
3. Louisa Reef	Malaysia and Brunei
4. Spratlys and Paracels and	China, Taiwan, Vietnam,

South China Sea	Philippines, Malaysia and Brunei
5. Senkaku Islands	Japan, China and Taiwan
6. Liancourt Rocks	Japan and ROK
7. S Kuriles	Japan and Russia
8. Dongsha/Pratas Penghu/Pescadores Taiwan	Taiwan and China

Of these, the dispute over the Paracel and Spratly islands is the most complex, apparently intractable and potentially dangerous since it involves so many countries with over-lapping claims to a very large area, and has already led to lethal clashes between two of the main disputants. It seriously disrupts international relations in the region. The Chinese-Taiwan dispute can also be seen as an island dispute, and in terms certainly of consequence is one of the most worrying cause of tension in the whole Asia-Pacific region. Although the table shows that this region is perhaps the worst affected by the kind of disputes over the ownership of islands that seem inseparable from their perceived importance, it is in truth a global phenomenon.

Islands as an Influence on the Size, Shape and Function of Navies

"We shall defend our island, whatever the cost may be."[23]

The discovery, sustainment and defence of island territories in both peace and war is a major commitment for the world's maritime for-

[23] Winston Churchill, Speech, 4 June 1940.

ces. It mandates legal awareness of the significance of islands and the impact that an unfolding Law of the Sea can have upon them. Countries which take their island holdings for granted [as perhaps did the British over the Falklands before 1982 and the Philippines did over Mischief Reef in 1995] will find their claims threatened and perhaps a need for an expensive and difficult re-possession operation.

If jurisdiction needs to be continually asserted to be effective, then navies with island territories to defend will need sufficient numbers of ships, with the range, endurance and sea-keeping capacity necessary for the task. If the islands are far away, they will also need to be able to sustain a distant garrison. In all probability the task will require significant investment in maritime airpower, and perhaps land forces, too. The more, the bigger and the further away the islands are, the greater the potential commitment required to sustain them, if they are threatened. It is therefore no surprise to see that at least until the recent currency crisis in the area all the navies of the Asia-Pacific are expanding those aspects of their defence forces that seem most appropriate to the defence of island and other sea territories that now seem so much more important than they were. The lessons of the Mischief Reef affair have been driven home.

They have been reinforced by those of the Falklands campaign, and more remotely perhaps of the Second World War. Re-taking lost islands is an expensive and difficult business, requiring a real amphibious capacity and the ability to conduct forward operations in a hostile environment.

Conclusions

The conclusion to this chapter is quite short and simple: from the perspective of maritime power, islands matter - they always have and they probably always will.

A Armada (e as Ilhas) na formação do Portugal Contemporâneo

António José Telo

O grande problema da História Naval contemporânea em termos nacionais é a falta de um aparelho conceptual de análise adaptado à realidade portuguesa. É esse o motivo por que se tende a considerar este ramo da História como menor, quase como um passatempo exercido em circuito fechado para um público pequeno, com um tom de actividade saudosista dos séculos de ouro.

Há uma tendência fatal para aplicar ao poder naval nacional os conceitos desenvolvidos e válidos para os grandes poderes, conceitos que se prendem essencialmente com a forma e a função do controlo oceânico em termos do poder global. O resultado destas tentativas, como não podia deixar de ser, é triste, pois fatalmente se verifica que Portugal não tem um papel significativo na Época Contemporânea (desde 1808 para cá) em termos do controlo activo dos oceanos do mundo.

A conclusão quase inevitável para os analistas mais distraídos é que o poder naval pouco interessa nos dois últimos séculos da História Portuguesa. Ainda há pouco tempo um consagrado jornalista português resumia muito bem esta ideia do "senso comum" ao dizer

que "o poder naval português nos últimos dois séculos é uma questão de meia dúzia de canhoneiras para África"...

É correcto dizer que Portugal perdeu a real capacidade de exercer um controlo dos oceanos, mesmo em sentido regional e não global, a partir de 1808. Esse ano marca a passagem de uma esquadra de 13 naus e outras tantas fragatas, que ainda era uma realidade activa e efectiva em termos do controlo da rota do Brasil, para outra de 2 naus antiquadas, que estão desarmadas a maior parte do tempo. É uma transição brutal e muito rápida, que se dá por motivos que não interessam neste momento, sobretudo ligados à mudança do sistema internacional que acompanha as guerras napoleónicas.

Em termos do aparelho conceptual de análise dos grandes poderes é inevitável a conclusão de que, com a perda da capacidade de exercer um controlo efectivo dos oceanos pela Armada, o poder naval deixou de ser importante para Portugal. A falácia deste raciocínio é que ele tem inerente a si a ideia de que só o controlo dos oceanos interessa em termos do poder naval, o que é uma afirmação errada para os pequenos estados. Significa isto que é necessário desenvolver um aparelho conceptual de análise adaptado à realidade e não se pode estar na dependência intelectual de uma importação directa das ideias e conceitos elaborados para países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América, só válidos para os grandes poderes. Fazer isso é como tentar pesar batatas em metros cúbicos, ou medir o volume de uma piscina em quilogramas. Há uma relação vaga entre o objecto e a medida usada, mas o resultado é necessariamente deturpado e errado, pois uma coisa não está adaptada à outra.

O problema referido em termos da História Naval contemporânea é, aliás, geral em muitos campos do saber nacional. Há um crónico déficit de produção teórica para analisar essa realidade própria e muito original que é o Portugal contemporâneo. É esta a principal causa do nevoeiro em que vivemos e das muitas ilusões e mitos que alimentamos diariamente. A culpa é de todos nós, especialmente daqueles que têm a pretensão de ser historiadores, analistas, pensado-

res ou criadores e que muitas vezes se limitam a ser tradutores ou autores de cronologias, sem terem mesmo consciência das suas limitações.

Esta deficiência em termos da História Naval do Contemporâneo leva a que exista uma permanente apetência pela análise dos séculos de ouro, quando Portugal era um poder naval global, que tinha um papel fundamental na criação do primeiro sistema mundial. Já George Ball, que contactou com os responsáveis portugueses em 1963, começava o relatório da sua missão por dizer que o país era governado por um triunvirato formado por Vasco da Gama, o Infante D. Henrique e Afonso de Albuquerque, pois nenhum dos portugueses com que falou se esqueceu de referir com uma reverência algo saloia esses nomes. É uma catarse e uma cura do orgulho ferido quase inevitável num país que tem uma aguda consciência da perda do seu poder relativo na passagem para o Contemporâneo e ao qual faltam os elementos teóricos de análise necessários para uma melhor compreensão do que se passa.

*

Numa perspectiva pessoal, penso que a Armada cumpriu um importante papel na formação e evolução do Portugal contemporâneo. Este pode ser resumido em sete pontos gerais que, embora se refiram a vertentes muito diferentes, se mantêm como uma constante nos dois últimos séculos. O peso relativo de um ou outro varia de acordo com os períodos consideradas, mas todos eles estão presentes em menor ou menor grau.

1) A ACÇÃO INTERNA

Um primeiro ponto está ligado à criação e estabilidade da estrutura política interna. A formação e defesa de um determinado regime político é uma das mais importantes funções dos militares num pequeno poder como Portugal, embora geralmente os analistas apres-

sados a ignorem ou prefiram não a mencionar. Basta recordar neste campo que todas as mudanças de regime no Portugal contemporâneo se fizeram através dos militares, ou seja, que eles foram o grande factor de modernização das estruturas políticas nacionais, independentemente da adjectivação ideológica da mudança. Em termos simples, podemos dizer que nenhum poder político se forma ou consolida em Portugal sem garantir previamente o domínio da costa, o que é normal tendo em conta que este é o caminho obrigatório para as relações com o mundo atlântico, de onde chega em regra o apoio político, económico, diplomático, financeiro e militar. Um excelente exemplo é a guerra civil entre liberais e absolutistas, onde os primeiros acabam por vencer, apesar de terem, quando desembarcam no Mindelo, um exército de somente 7000 homens, contra os mais de 80 000 homens que D. Miguel mantinha em armas. O factor isolado que mais contribui para a vitória liberal foi, sem dúvida, a compreensão da importância do controlo da costa e a capacidade de criar uma força naval que a garantisse. Também em 1910, por exemplo, os republicanos se conseguem impor e mudar o regime em larga medida pelo apoio que angariaram na Armada, apesar de terem contra si a maioria do corpo de oficiais do Exército. Noutras mudanças de regime, como em 1926 ou em 1974, o papel da Armada não foi tão evidente, mas foi sempre necessária a sua passividade ou colaboração em pequena escala para assegurar a vitória da facção que queria impor um novo regime – foi o caso da Regeneração de 1850, do golpe de 1926 ou do de 1974. O que nunca aconteceu na Época Contemporânea em Portugal foi vermos instalar-se e adquirir estabilidade um regime que não fosse capaz de garantir o controlo da costa, função que implica o uso de uma força naval apropriada, muito diferente das esquadras de controlo dos oceanos. Damos só um exemplo: os pequenos cruzadores que eram os principais navios da Armada em 1910 de pouco serviriam se tivessem de enfrentar a marinha espanhola, mas eram vitais para controlar Lisboa e o Tejo e foram usados com essas funções muitas vezes nos golpes e contra-golpes de 1910-1919.

2) O ESPAÇO ATLÂNTICO

Um segundo ponto está ligado à valorização que a Armada permite das posições atlânticas portuguesas e, a partir daí, da forma como facilita as relações com os poderes que dominam o Atlântico. Mais uma vez é uma função em que os historiadores portugueses pouco falam, mas é vital para formar o país tal como se desenvolveu nos dois últimos séculos. A ligação privilegiada à Inglaterra até 1945 e, depois disso, aos Estados Unidos da América foi essencial para garantir simultaneamente a defesa do Império e da dualidade peninsular. Sem ela não se compreende que um pequeno poder tenha mantido um império tão grande como o alemão no período da "corrida à África". Não se compreende igualmente que, por exemplo, se tenha sempre contado com o apoio financeiro e técnico dos poderes mencionados para modernizar as Forças Armadas e, em parte, a economia. Esta ligação privilegiada essencial foi mantida em grande medida devido à importância das posições atlânticas nacionais e à forma como a Armada as valorizou. Entre 1898 e 1918, por exemplo, a Inglaterra pedia garantias secretas de que não seriam feitas concessões estratégicas nos portos atlânticos portugueses a um poder rival em troca do seu apoio em África e na Europa. Este facto era de tal modo importante que pouco depois de estas garantias terem sido dadas pela primeira vez (em 1898), Londres renova o compromisso de defender o Império pelo Tratado de Windsor de 1899. Depois de 1945, para citar só outro exemplo, foi por causa da importância dos Açores que o país se tornou a única ditadura convidada a ser membro fundador da NATO. Em todas estas circunstâncias a Armada funcionou como instrumento de valorização das posições atlânticas portuguesas, seja por assegurar minimamente a sua defesa contra certos tipos de ameaças, seja por se integrar num dispositivo mais geral de defesa do Atlântico, como aconteceu, para citar somente dois exemplos na 1ª Guerra Mundial ou depois da criação da NATO.

3) O "NOVO BRASIL EM ÁFRICA"

Um terceiro ponto diz respeito à importância da Armada em termos da criação e aplicação possível de uma estratégia nacional. Durante grande parte da Época Contemporânea essa estratégia confundiu-se com o sonho de "um novo Brasil em África". Não interessa aqui saber se esse sonho era viável ou não, se estava ou não adaptado às múltiplas realidades envolventes ao longo destas dezenas de anos. O que interessa é que ele existiu, foi um elemento essencial na formação do Portugal contemporâneo, da sua economia, mentalidades, política e ideologia. A Armada foi um instrumento vital para a concretização possível desse sonho. Até 1895 a Armada foi a principal presença no Império. Era um verdadeiro bombeiro barato, sempre pronto a apagar fogos e impedir desastres. Era ela que abafava as rebeliões, apoiava a colonização, mantinha a soberania possível contra o exterior, garantia grande parte da administração, combatia o tráfico negreiro e explorava o interior. Depois de 1895, quando as campanhas de pacificação se deslocam para o interior, a Armada foi numericamente suplantada pelo Exército como a principal presença militar europeia no Império, a pontos de quase ter desaparecido entre 1918 e 1960. Simbolicamente a administração do Império e da Marinha pertencem a um mesmo Ministério até quase à 1ª Guerra Mundial. Ao longo do século XX, a Armada continua a ser um factor multiplicador de forças no Império, o único ao dispor de Portugal até muito tarde e, logo, o único capaz de garantir a soberania nas múltiplas crises. É a Armada que, por exemplo, garante a defesa da presença em Macau na guerra civil na China em 1927, ou que é enviada a reforçar Angola na crise interna de 1931, ou que é chamada a reocupar Timor em 1945. Mesmo nas guerras de 1961-1974 a Armada, embora estivesse longe de ser a arma mais numerosa, desempenhou uma importante função e adaptou-se amplamente a um tipo de conflito que desconhecia até aí. Ela seria, juntamente com a Força Aérea, o grande factor multiplicador de forças que permitiu a Portu-

gal ser o país da Europa que aguentou durante mais anos uma guerra subversiva e que mais investiu nela em termos relativos, enquanto o Exército se tornava o principal sustentáculo dos dispositivos montados em todos os teatros de operações. A Armada que estava no Império e assegurava estas funções vitais para a estratégia nacional pouco tinha a ver com as esquadras que controlavam os oceanos. Era uma verdadeira "poeira naval", de navios que iam de poucas dezenas a poucas centenas de toneladas. Os raros navios que tinham mais de mil toneladas (quase nada em termos europeus) asseguravam normalmente a chefia das estações e funcionavam como bases móveis de apoio da poeira naval, que desempenhava as reais funções.

4) A DEFESA EXTERNA DO ESPAÇO EUROPEU

A Armada tem ainda grande significado em termos da definição de uma política militar nacional, mesmo quando pensamos somente no espaço europeu. Para compreender as razões de tal é preciso recordar que até 1974 o conceito básico por detrás da política militar para defesa do espaço europeu era a estratégia das guerras napoleónicas. O país não podia contornar o facto de que só tinha uma única fronteira terrestre europeia e que esta o separava de um vizinho bastante mais poderoso. Não havia profundidade estratégica do território nacional do lado do continente, pois todo o país era um rectângulo com cerca de 200 quilómetros de largura e acesso relativamente fácil ao litoral. A profundidade estratégica só se podia encontrar do lado do Oceano, onde o território se prolongava pelos espaços insulares criando a zona que desde finais do século XIX se chamava o "triângulo estratégico" (Lisboa-Açores-Cabo Verde). A política militar nacional em termos da Europa tinha sempre na sua base a noção de que, em caso de ataque em força na fronteira terrestre, a única defesa era retirar o mais lentamente possível para o litoral e aguentar aí a investida do invasor o máximo de tempo, em posições defensivas preparadas à volta da capital. Era a noção do "campo

entrincheirado de Lisboa", que de várias formas esteve no centro da política militar nacional até 1945. Era um cenário que admitia duas variantes: ou Lisboa se defendia até chegarem reforços por mar e era então possível passar à contra-ofensiva; ou tal não acontecia e os órgãos de soberania deviam retirar para as ilhas, de modo a continuar aí a resistência com o apoio dos Aliados. Em qualquer dos casos a Armada era chamada a cumprir várias funções importantes: assegurar a defesa da capital pelo lado do mar; assegurar a defesa mínima das ilhas; garantir a possibilidade de retirada dos órgãos de soberania para a região insular; garantir a cooperação com os Aliados e os reforços que vinham necessariamente do mar. Estas eram as missões centrais da Armada em termos da política militar nacional até 1945. Na realidade, como o perigo real de um ataque em força na fronteira europeia era remoto na maior parte das situações, enquanto as restantes necessidades eram urgentes e prementes, esta função vai permanecer como central nos planos navais, mas só muito parcialmente concretizada em termos de unidades e meios efectivos.

A partir de 1945 a situação muda. Pela primeira vez os responsáveis nacionais reconhecem que Portugal continental não se pode defender na fronteira ou no campo entrincheirado de Lisboa, conceito obsoleto perante os novos meios técnicos. A política militar nacional em termos da Europa passa a ter no centro a cooperação do país em tempo de paz com os aliados, de modo a criar um dissuassor conjunto crível. Até 1961 essa cooperação era vista principalmente como um esforço conjunto com a Espanha para a defesa dos Pirinéus. A partir de 1949, a tendência, porém, era para dar um peso crescente à colaboração no seio da NATO. Desde 1974, essa foi, sem dúvida, a referência primordial. A Armada desempenhava um papel importante nesta cooperação, a pontos de ser a arma mais beneficiada com a ajuda externa nos primeiros dez anos de inserção na NATO. Entre 1960 e 1974 as guerras de África alteram a divisão de recursos e a defesa do espaço europeu passa claramente para segundo plano, com o abandono relativo das tarefas NATO e da cooperação militar com

a Espanha. No entanto, nestes anos é a Armada que, com a formação do IBERLANT, se torna o principal elo de ligação operacional à NATO, assegurando a presença portuguesa nos exercícios e treinos comuns, em conjunto com as unidades aéreas do Montijo, herdeiras directas da aeronáutica naval. O fim das guerras de África em 1974/75 altera por completo de novo as prioridades da política militar, com um retorno às posições tradicionais. Há um esforço de edificação de Forças Armadas mais pequenas e modernas, equilibradas e inseridas numa arquitectura de defesa comum, que continua a ter a NATO como pilar principal, embora com um crescente peso do esforço autónomo da União Europeia.

A Armada, em resumo, foi ao longo de toda a Época Contemporânea um elemento essencial para o desenvolvimento de uma política militar adaptada à vertente da defesa externa do espaço europeu.

5) CIÊNCIA, TÉCNICA, ARTES E LETRAS

Numa opinião pessoal, uma das mais importantes funções dos militares na Época Contemporânea em Portugal tem sido a de funcionarem como veículos de modernização da sociedade, em termos da técnica, da ciência, das formas organizativas e políticas. É uma função pouco importante nos grandes poderes, como a Inglaterra ou os Estados Unidos da América, mas essencial nos pequenos e, muito em especial, num poder tão original como Portugal. As novidades técnicas e científicas tendem a chegar ao país através dos militares, em programas de rearmamento financiados e apoiados do exterior para responder a crises. Estes são acompanhadas em regra de uma mobilização, de amplas transformações na organização, mentalidade, técnicas, tácticas e funcionamento das Forças Armadas, o que é um resultado directo da importação de novas tecnologias. Quando a crise passa e se dá a desmobilização, os largos milhares de antigos militares que regressam à vida civil são outros tantos veículos de transmissão das técnicas, formas organizativas, atitudes e mentalidades que aprenderam nas fileiras.

No caso da Armada, basta recordar que não só a formação dos oficiais foi o grande incentivo para o desenvolvimento da matemática e da engenharia em Portugal nos séculos XVIII e XIX, como até bem avançado o século XX o Arsenal da Marinha de Lisboa era a mais complexa e a maior instalação industrial existente no país. A máquina a vapor, por exemplo (uma das técnicas básicas da primeira revolução industrial) veio para Portugal aplicada à navegação (em 1820) e vulgarizou-se minimamente com as campanhas da guerra civil, que trazem a primeira geração de engenheiros maquinistas (ingleses) para o país. A primeira máquina a vapor nacional foi feita no Arsenal, tal como sairiam da Escola Naval os primeiros engenheiros maquinistas nacionais. Mesmo algumas empresas das tecnicamente mais desenvolvidas em Portugal nasceram a partir do esforço dos programas navais, como é o caso da Parry & Son, fundada por dois engenheiros ingleses contratados anteriormente pelo Arsenal da Marinha. Já nos finais do século XIX o Arsenal de Lisboa seria ainda responsável pelo uso pioneiro da tecnologia do trabalho do aço ou pela aplicação da electricidade a fins industriais. Foi a Armada que, na passagem do século, desempenhou um papel central no desenvolvimento de algumas das novas ciências em Portugal, como a meteorologia, a astronomia, a oceanografia ou a hidrografia, para já não mencionar a geografia, a etnografia, a antropologia ou a botânica, com influências múltiplas, onde a Armada é uma das significativas. Algumas das técnicas mais importantes do século XX chegam ao país através da Armada, como sejam parcialmente o aço, as comunicações rádio, a electricidade, os motores de explosão. Mais tarde, depois da 2ª Guerra Mundial, a Armada cumpre uma importante função na vinda para Portugal das tecnologias ligadas à electrónica e à informática.

Os oficiais da Armada desempenham ainda um papel em alguns campos das letras e da cultura, aspecto normalmente sublinhado pelos poucos autores que estudam estes assuntos mas que, numa opinião pessoal, é muito menos importante do que a sua função na ver-

tente da ciência e da técnica. Neste último campo, a Armada é pura e simplesmente vital para as grandes técnicas que marcaram o Contemporâneo e sem as quais este não existia. No caso das letras e das artes a acção dos oficiais da Armada é meramente auxiliar e complementar, mas nunca vital. Deve ser salientado, porém, o seu contributo na vertente particular da História, muito em especial na História da expansão e do séculos de ouro, bem como um conjunto de autores notáveis na narrativa de viagens e na literatura popular e de divulgação científica de finais do século XIX.

6) COMÉRCIO E FOMENTO

Um sexto campo diz respeito à acção da Armada no comércio marítimo e no fomento. Na Época Contemporânea o comércio marítimo multiplica-se muitas vezes, tendo por exemplo mais do que decuplicado entre 1860 e 1900. A Armada foi chamada a organizar e coordenar esta actividade central em termos de uma sociedade moderna. Será ela a lançar em meados do século XIX a divisão da costa em departamentos e capitanias, a organizar os marítimos, a disciplinar as pescas, a coordenar a actividade portuária e a incentivar o desenvolvimento de instalações portuárias adaptadas. Para além disso, a Armada irá organizar as funções necessárias a garantir a segurança do comércio marítimo, desde a farolagem das costas aos serviços de socorros a náufragos, sem esquecer o levantamento hidrográfico e a instalação das mais diversas ajudas à navegação, desde sistemas de bóias e luzes até ao LORAN e à recepção de satélites.

Durante grande parte de Época Contemporânea é a própria Armada que assegura directamente o transporte para certas zonas do Império não servidas por carreiras regulares nacionais, como Moçambique (até começos do século XX), a Índia ou Timor. É igualmente a Armada a responsável pelo correio marítimo até muito tarde. É ainda o Ministério da Marinha que organiza e fomenta o desenvolvimento da marinha de comércio e de cabotagem. A Armada é

igualmente chamada desde muito cedo a defender o espaço marítimo, tanto contra o contrabando, como contra as actividades de pesca não permitidas ou a emigração clandestina, para o que organiza de forma permanente esquadrilhas de fiscalização nas zonas de fronteira marítima (as mais regulares são as do Algarve e do Rio Minho). A Marinha desempenhou ainda certas funções de fomento pouco normais, como sejam a criação da primeira rede rádio de comunicações rádio em termos da Europa, do espaço insular e do Império.

7) DIÁSPORA E EMIGRAÇÃO

Finalmente podemos distinguir um sétimo campo essencial para um país como Portugal, que se afirma e se defende secularmente através da diáspora pelos quatro cantos do mundo. É um movimento associado desde o primeiro momento à formação de Portugal, mas especialmente intenso na Época Contemporânea. A emigração em larga escala arranca em meados do século XIX em direcção ao Brasil e à América e torna-se uma das mais marcantes características da maneira portuguesa de estar no mundo. A Armada é chamada a organizar, coordenar e apoiar este fluxo desde o primeiro momento. A emigração para o Brasil, por exemplo, era controlada pelos capitães de porto e os navios da Armada tinham a missão concreta de reprimir a emigração clandestina. Eram eles também que faziam périplos tão regulares quanto possível pelos principais portos de destino dos emigrantes, para apoiar as comunidades portuguesas e desenvolver a sua identidade. Nas alturas de crise – e muitas houve devido a desastres naturais, revoluções, golpes ou guerras – era a Armada a primeira chamada a actuar para proteger as comunidades nacionais, fosse na revolução no Brasil em 1890, nas guerras da América do Sul ou na Guerra Civil Espanhola em 1936, quando os avisos e contra-torpedeiros da Armada asseguram a retirada das centenas de portugueses nos principais portos do país vizinho.

*

Depois do que ficou dito penso que é inevitável concluir-se que o poder naval foi muito importante na formação do Portugal contemporâneo e isto justamente porque o país é um pequeno estado que não pode ter a veleidade de exercer um controlo dos oceanos. O poder naval moldou a evolução política interna, valorizou as posições atlânticas, foi um veículo privilegiado de contacto com os grandes poderes, permitiu os sonhos do "novo Brasil", foi uma importante via de modernização da sociedade portuguesa, contribuiu para o seu fomento e apoiou a diáspora. Podemos dizer que, ao contrário das aparências, o poder naval foi especialmente importante no Portugal contemporâneo justamente quando desapareceu – pelo menos quando "desapareceu" em termos dos conceitos usados pelos grandes poderes.

Voltamos assim ao ponto de partida quando referimos que quem tentar analisar o caso de Portugal com a aplicação dos conceitos dos grandes poderes só prova que não entende o fundamental. A realidade é o contrário da aparência neste caso, como, aliás, na maior parte dos outros. A dificuldade está em usar os instrumentos do saber para ver para além do nevoeiro do "senso comum".

O PAPEL DAS ILHAS DO ATLÂNTICO NA CRIAÇÃO DO CONTEMPORÂNEO

Ilha de Santa Catarina, Brasil: A Geografia das Fortalezas no Contemporâneo

***Augusto César Zeferino**, Ph. D. em Geografia*

"Até muito recentemente, as fortificações têm sido entendidas, simploriamente, como pura afirmação de soberania, no entanto, acima desse aspecto, elas foram o palco e o resguardo do encontro de culturas que permitiu a sociedade que somos ..."

(Carita, 1997:59)

Faz parte do presente estudo compreender o papel da geografia das fortalezas e das ilhas no contemporâneo da vida da sociedade hoje ali instalada.

Alguns fatos históricos serão referidos ao longo do trabalho quando apresentarem importância significativa para a compreensão do objetivo colocado. É importante lembrar, conforme nota abaixo, que vários estudiosos já se dedicaram exaustivamente à apresentação e

compreensão do processo histórico ali ocorrido, tornando desnecessária a repetição de análises tão bem apresentadas por outros autores.[1]

O autor buscou informações que contribuíssem para a compreensão da contribuição das ilhas e das fortalezas na atração de centenas de milhares de visitantes – nacionais e estrangeiros – e sua contribuição para a economia local e regional.

As ilhas e as fortalezas de hoje parecem expressar uma relação historicamente construída sobre bases assentadas no relacionamento cultural, acadêmico e paisagístico, além das relações administrativas e militares, elementos também presentes, de acordo com muitos escritos, na história vivida por nossos precursores, embora tendo objetivos diferentes.

De data incerta quanto à sua ocupação pelos europeus, a Ilha de Santa Catarina, já então ocupada por ameríndios, desempenharia importante papel no contexto histórico e geográfico da navegação e assentamentos portugueses nos séculos XVIII e XIX. Vale destacar, todavia, a visão de alguns historiadores sobre um importante componente do processo de ocupação da área – a própria geografia que se apresentava aos olhos e desafios daqueles que a ela demandavam.

---

[1] Os mais significativos, quanto à profundidade do tratamento e à consistência das análises, são: Eliane Veras da Veiga. As fortificações catarinenses no Brasil colonial – introdução ao seu estudo. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1991, um estudo da arquitetura das fortalezas; Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Compilado por Paulo Berger. Florianópolis, SC: Assembléia Legislativa, Assessoria Cultural, 1979; Oswaldo Rodrigues Cabral. As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia. Rio: Conselho Federal de Cultura, 1972, o mais completo documento sobre o tema; Rosângela M. de Melo Machado. Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – um panorama. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1994; Sara Regina Silveira de Souza. A Presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX. Florianópolis, SC: IOESC, 1981, um estudo das fortalezas e igrejas da Ilha de Santa Catarina sob o ponto de vista da arquitetura, e As fortalezas catarinenses: notas para uma revisão histórica. Florianópolis: Imprensa Universitária de UFSC, 1991;

Sobre as fortalezas, individualmente, aparecem os seguintes trabalhos: Paulo W. Vieira da Rosa. Anhatomirim – a ilha redimida. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1983; Ramon Gualberto Ledo Gomez e Blanca Sierra de Ledo. Ahatomirim, hoje: sua nova história na UFSC. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1983; Sara Regina de Souza. Anhatomirim e sua fortaleza. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1990; Walter Fernando Piazza e outros. Fortaleza de Santa Cruz. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1990;

Vejamos, a seguir, alguns relatos históricos da autoria de visitantes que na Ilha aportaram por razões diversas.

Devemos, ao analisar tais depoimentos, lembrar que enquanto o nativo "tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente" (Tuan, 1980:72), o visitante, por ter uma visão simplificada do meio ambiente por onde passa ou convive rapidamente, pode mais facilmente anunciar o resultado de suas observações, e faz dela uma avaliação mais estética. Todavia, com um esforço especial, pode provocar empatia em relação às vidas e valores do lugar e seus habitantes. Neste sentido, os visitantes estrangeiros à Ilha de Santa Catarina tinham, no seu interesse especial ou por determinação de funções delegadas – missões científicas, militares etc. –, o elemento gerador dessa empatia, o que fez muitos deles produzirem relatos e estudos de alto valor, inclusive científico.

Na verdade, a Ilha de Santa Catarina, como quase todas as ilhas do mundo, fez e faz parte do universo de encantamento que a natureza criou, provocando nos indivíduos de então e nos de hoje, um certo *mistério* que tem promovido ao longo da História a busca pelo paraíso. Neste sentido, Monjardino (1998:167) nos traz interessante comentário:

> *"A sedução das ilhas como lugares de felicidade e mesmo compensação para esforços ou sacrifícios subsiste até nos* Lusíadas, *pois outras coisa não é a* Ilha dos Amores. *Ela corresponde a uma noção de recompensa – hedonista – e de bem-aventurança – não propriamente espiritual..."*

Brito (1829), em sua *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*, ao descrever sobre a viagem de Solís (partindo da Espanha em 1515) à América, considerado pelo autor citado como o primeiro descobridor europeu da ilha, nos traz um interessante relato sobre o entendimento que se fazia então da geografia da área:

Por esta abreviada descripção da viagem de Solís que collige claramente, que a bahia onde ele fundeou, e que nomeou – dos Perdidos – he aquella mesma comprehendida pela Ilha de Santa Catharina e pela terra firme adjacente: e supposto não esteja exactamente indicada a sua latitude de 27°, mas sim a de 27°,26´, esta pequena differença deve attribuir-se á qualidade dos instrumentos nauticos de que se usava naquelles tempos, assim como ao atrazamento, em que então se achava a sciencia da navegação; sendo assaz notorio, que todos os navegantes antigos e modernos até ao tempo, em que o nosso habil Cosmographo Pimentel escreveo seu excellente Roteiro, e elle mesmo, determinarão com pouca exactidão a posição geographica de muitos lugares, (ou talvez de todos) da costa do Brasil. Cumpre notar, que na descripção desta viagem de Solís não de diz, se aquella bahia dos Perdidos tinha por hum lado alguma Ilha; porêm elle podia estar alli fundeado, e não perceber se a terra que lhe ficava a leste, era Ilha, ou não; o que precisamente lhe havia de succeder, huma vez que ancorasse ao norte e para leste da Ponta-grossa, a pouca distancia da praia das Canavieiras : hum lançar de olhos sobre o Plano Hydrigraphico da Ilha de Santa Catharina, que vai annexo a esta Memoria, bastará para se conhecer a verdade do que levo dito. Tambem pode dar-se, que no tempo em que Solís fundeou na indicada bahia, o terreno que hoje he Ilha, ainda estivesse unido á terra firme por hum isthmo, no lugar onde agora existe o estreito que separa a Ilha da terra firme, e que depois se desunisse por effeito de algum daquelles phenomenos physicos, de que a historia nos offerece muitos exemplos ; sendo certo, que Monsieur Frezier, navegante assaz conhecido, que esteve na Ilha de Santa Catarina, no ano de 1712, affirma haver somente duas braças e meio de fundo no sobredito estreito, ... quando hoje hhámais de quinze. Mas apezar do que deixo referido, quero conceder que Solís fundeasse em lugar situado exactamente na la-

titude de 27°,00: se assim aconteceo, fundeou da enseada das Garoupas, único lugar para o norte da Ilha de Santa Catharina, até ao rio de S. Francisco, a que Solís podia dar o nome de bahia, ainda que não o seja. Por tanto, ou elle ancorasse em Garoupas, ou na bahia que separa a sobredita Ilha da terra firme, em qualquer das duas hypotheses fica evidente que Solís foi o primeiro descobridor da Ilha que hoje se chama de Santa Catarina, e da costa do Brasil que pertence á Capitanía daquelle mesmo nome; pelo menos eu assim considero Solís, em quanto não chegarem ao meu conhecimento as descripções circusntaciadas das viagens dos outros navegantes, que antes delle vierão ao Brasil. (5-6)

Tais dúvidas, todavia, não impediram que novos conhecimentos fossem se somando aos esforços anteriores, e que o ambiente insular sob consideração passasse a ser reconhecido como um dos mais estratégicos e belos ao longo da costa brasileira.

Brito faz também a seguinte descrição da posição e superfície da Ilha de Santa Catarina:

A Ilha de Santa Catharina está situada hum pouco para o norte da metade da extensão da costa da terra firme, e he separada desta por hum pequeno estreito, que não tem de vão mais de 180 braças; o lançamento da Ilha he quasi de norte a sul, achando-se a ponta septentrional pela latitude de 27° 26´ e na longitude de 38° 37´ a oeste do Meridiano de Lisboa: o meio da Ilha no lugar daquelle estreito e da Villa Capital está situado na latitude de 27° 40´; e a ponta mais meridional em 27° 53´. Tem quasi dez legoas de norte a sul, e menos de tres na sua maior lergura de leste a oeste... (1829:28)

Como se pode observar, o autor tem a preocupação com a lo-

calização e as dimensões da Ilha, elementos de extrema importância para a orientação de futuros interesses da época.

H. Rey (1877:5-6), já de posse de novos instrumentos de medição e informações mais precisas, traz a seguinte descrição da situação geográfica da Ilha de Santa Catarina:

> *A Ilha de Santa Catarina, a Jurere-Mirim dos Índios, a Ilha dos Patos dos primeiros exploradores, está situada na costa oriental do Brasil, a 27° 33´ 25´´ de latitude S. e a 50° 54´24´´ de longitude O. Ela se estende paralelamente ao lado, na direção do N. ao S. Sua forma é de um triângulo mais alongado e bastante irregular que mediria por volta de 50 km na sua parte mais longa e teria 10 km de largura média. O perímetro da ilha é de mais ou menos 160 km e sua superfície de 410 km2.*
>
> *A ponta ou o vértice do triângulo é representada pela Ponta dos Naufragados, na extremidade S da ilha; a base pelas praias São Francisco e das Canas (ou Canavieiras), ou ainda por uma linha que se estenderia da Ponta Grossa de São José à Ponta dos Ingleses, no lado E. Um canal pouco profundo, semeado de ilhotas e de recifes, separa a ilha do continente.*
>
> *No meio de seu comprimento, este braço de mar se retrai a ponto de não ter mais que 440 m de extensão transversal sobre a ponta da ilha que corresponde a esta estreita passagem (o Estreito) está a vila de Nossa Senhora do Desterro, principal lugar da ilha e capital da província de Santa Catarina.*
>
> *Sob o nome de ancoradouro da baía de Santa Catarina se deseja falar, mais habitualmente, da metade norte do estreito compreendido entre a passagem de Desterro e a barra do Norte. Nesta grande baía se encontram as ilhas de Ratones Grande e Ratones Pequeno, a ilha do Francês, e ainda bem*

perto da costa continental a ilha de Anhatomirim (27º 25´32´´ latitude S, 50º 55´26´´ longitude O) dominada pelo forte de Santa Cruz, diante da qual vem atracar grandes embarcações de guerra.

A beleza da geografia local foi expressa por Brito da seguinte forma:

...se goza huma variedade de golpes de vista sublimes e encantadores: a bahia que separa a Ilha da terra firme, e que o estreito divide em duas partes ; o numero de pequenas Ilhas dispersas por ambas ellas, a variedade de pequenas enseadas, a multiplicidade de praias e pontas salientes no seu contorno, a diversidade de cores verdes com que na estação propria se reveste o terreno cultivado á beira-mar em razão das plantações de differentes qualidades, os montes e valles, cultivados huns, e cobertos de viçosas matas outros, esta variedade de objectos que se succedem huns aos outos, torna aquelles sitios sobremaneira apraziveis aos olhos e offerece assumpto para serias meditações ao espirito do observador Philosopho ! Se á Ilha de Santa Catharina se tivesse dado a attenção politica que merece, e se tivessem aproveitado devidamente as vantagens que ella offerece, combinando o util com o agradavel, sem duvida seria ella hoje o Paraiso do Brasil... (1829:39-40)

Numa interpretação mais apaixonada, mas não menos importante, Virgílio Várzea (1985) assim se expressa sobre a Ilha de Santa Catarina:

A importantíssima posição hidrográfica da Ilha de Santa Catarina tem sido larga e repetidamente assinalada e louvada pelos mais ilustres navegantes, desde as primeiras explorações marítimas nas costas da América do Sul até a atualidade. As suas duas excelentes baías talhadas entre o

> *pitoresco recorte do continente e da Ilha, além de oferecerem dois vastos portos, ...apresentam mais no seio de seus numerosos sacos ou enseadas uma infinidade de pequenos ancoradouros como não há em todo o Brasil, em muitos dos quais podem fundear os maiores navios, sobretudo nos da parte compreendida à entrada da barra setentrional na linha dos Ratones à Santa Cruz (Anhatomirim) incluindo os surgidouros das Caieiras e Sambaqui. Estas baías são ligadas ao fundo pelo Estreito, que faz delas como um longo e magnífico canal contra a terra firme, de extensão de toda a Ilha (30 milhas), canal que começa na ponta do Rapa, ao norte, e acaba na dos Naufragados, ao sul.* (129)

Brito lembra "...a vantajosa posição geographica da Ilha de Santa Catarina, e seu excellente porto ..." (1829:20) como importantes fatores para a tomada de decisão por parte da administração portuguesa no sentido de estabelecer ali e nas terras adjacentes uma capitania.

> *Com efeito, com seus portos abrigados e suas enseadas tranqüilas, a Ilha poderia vir a ser um excelente ponto de apoio às tropas lusitanas, sempre se defrontando com o rival castelhano no sul do continente, ponto de onde poderiam sair reforços de toda a ordem, necessários à conservação do domínio, na eterna e sempre renovada querela entre as duas potências peninsulares. Não convinha que, por um golpe de mão bem sucedido – que, afinal, veio a suceder –chegasse a Espanha a ocupá-la, cortando, assim, a retaguarda dos portugueses, com todas as conseqüências que pudessem resultar.* (Cabral, 1972:11)

A Ilha, para fazer face aos interesses vividos então, seria equipada com a melhor técnica e arquitetura militares disponíveis. A geo-

grafia, sem dúvida, dadas as possibilidades e limites oferecidos, determinaria o mapa das fortalezas, contribuindo para produzir um padrão espacial de edificações e comunicação que buscava o fortalecimento da presença e propósito de quem a ocupava.

O Brigadeiro José da Silva Paes, primeiro governador de Santa Catarina, assim que chegou à ilha

> *...logo se occupou de examinar a natureza e qualidades physicas e politicas do paiz, do que deo parte para Côrte informando-a do que vio, e do que era necessario fazer...; que era essencialmete preciso fortificar o porto... No entretanto que não recebeo resposta da Côrte, começou aquelle Governador por fazer levantar a fortaleza de Santa Cruz na pequena Ilha de Inhátó-merim, fronteira á ponta grossa na barra do norte, a qual fortaleza serviria tambem de registo dos navios por isso mesmo, que o melhor ancoradouro se acha, e está debaixo da sua artilharia: em Agosto do seguinte anno de 1740 deo principio a outra fortaleza na sobredita ponta grossa, e pouco depois do mesmo anno principiou igualmente outra na Ilha maior das duas de Ratones...*
>
> *Depois disso voltou a sua attenção para a defeza da barra do sul, que supposto seja estreita, e menos frequentada que a do norte, he com tudo de grande importancia considerada militarmente, e na pequena ilhota que esta situada na entrada da indicada barra, começou a edificar em 1742 huma pequena fortificação...* (Brito, 1829: 21-22)

Ao ser investido, em 1738, no governo da Capitania de Santa Catarina, José da Silva Paes veio também com a incumbência de a fortificar. Isto, todavia, exigia recursos, levando Silva Paes a escrever ao governo português dizendo que "fortalezas sem gente é o mesmo que corpo sem alma", ao que a Corte de Lisboa atendeu. (Piazza, 1992: 50)

As principais fortalezas, no entanto, só foram efetivamente ocupadas quase dez anos após a construção, pois lhes faltava recursos financeiros e humanos.

Sobre o trabalho de Silva Paes, mesmo Anson, que o acusou de passar informações sobre sua esquadra para os argentinos, assim descreve:

> *...O Brigadeiro Dom José Sylva de Paes, Governador desta Colônia, tem a reputação de ser um hábil engenheiro; e não se pode negar que ele entende de seu assunto, pelo menos em parte, estando certo das vantagens que a construção de algumas novas obras acarretam, porque ... existem ainda três outros fortes para defender a entrada do porto, nos quais ainda trabalham, não estando nenhum deles pronto.* (1776:67, in *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.* Compilado por Paulo Berger. Florianópolis, SC: Assembléia Legislativa, Assessoria Cultural, 1979)

Na seqüência dos acontecimentos vividos pela conflituosa relação entre Portugal e Espanha, os portugueses se viram obrigados a aumentar a defesa da Ilha de Santa Catarina, e outras fortificações menores foram construídas. (Ver Quadro n.° 1)

Os escritos sobre os fatores, causas, contexto e resultados no período, nos indicam uma imensa e profusa série de acontecimentos envolvendo agentes e interesses diversos, estando presente também o temor vivido pelos residentes.

Diz Anson ao chegar à Ilha de Santa Catarina:

> *...Observamos de nossos navios, a uma distância bastante considerável, dois fortes que pareciam destinados a impedir a passagem dos inimigos entre a Ilha de Santa Catarina e o continente. Não nos demoramos a perceber que nossa Es-*

> *quadra havia espalhado o alarme na costa; pois vimos os forte içar bandeiras e ouvimos também vários tiros de canhão, disparados com a intenção de fazer os habitantes tomar armas.* (1776:64, in *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.* Compilado por Paulo Berger. Florianópolis, SC: Assembléia Legislativa, Assessoria Cultural, 1979)

As características gerais desse contexto apontam para uma acirrada disputa de poder entre portugueses e espanhóis, e entre residentes e visitantes estrangeiros, ora com interesses científicos, de provisão ou de rapinagem.

Tal processo de relacionamento, baseado na constante disputa por um espaço significativamente importante no contexto de dominação então presente, tirava proveito da excepcional geografia da região, e a organização do espaço local e regional foi se estruturando via assentamentos humanos, com o suporte da imigração açórico-madeirense, construção de uma rede de caminhos e trilhas, e construção de edificações específicas, incluindo os fortalezas na região de maritimidade interior entre a ilha e o continente.

As fortalezas, de alguma forma demandaram uma rede de comunicações terrestres e marítimas que possibilitasse o transporte de indivíduos e estoques – de armas, víveres etc. No sentido das ligações físicas comunidade/fortalezas, ou no sentido do que resultou a partir dessas ligações, Peluso (1991) bem descreve como alguns caminhos que faziam a ligação entre o centro da cidade de Desterro e algumas fortalezas foram desaparecendo:

> *A planta da cidade de 1876 mostra que o plano urbano atendeu ao acréscimo do número de habitantes com a transformação de antigos caminhos em ruas, e com a abertura de novas vias públicas. O caminho em direção ao antigo forte de São Francisco tornou-se a atual rua Esteves*

Júnior. A rua agora denominada Conselheiro Mafra, que desde a Figueira até o forte Santana era simples picada, recebeu o tratamento de rua, por haver sido instalado, em 1841, no alto da colina, o cemitério público. Na baía Norte, paralelamente à praia, foi aberta rua até o forte de São Luiz (presentemente ruas Almirante Lamego, Bocaiúva, Heitor Luz) que se afasta da praia onde encontrava a avenida Trompowski (ainda não aberta naquele ano).

O caminho que levava do centro da cidade ao forte São Luiz deu as ruas que se denominavam Visconde de Ouro Preto, Almirante Alvim e Victor Konder, e unindo-as à paralela orla da baía Norte, as que, presentemente são as ruas Altamiro Guimarães e Alves de Brito.

A trilha através do morro em direção à Trindade foi prolongada, na sua base, até encontrar-se com a rua para a Trindade a leste do local do forte São Luiz, constituindo ruas que mais tarde foram incorporadas à avenida Mauro Ramos. Desembocando nessas ruas já desaparecidas, a rua General Bittencourt era a via pública do extremo leste da cidade. (316-317)

Vê-se, dessa forma, como algumas fortalezas determinaram o nascimento de uma rede de caminhos que mais tarde, com o advento da modernidade, se transformariam em ruas. Na realidade, as fortalezas atuaram como pontos centrais na definição da rede de caminhos em algumas regiões da Ilha de Santa Catarina. A fortaleza de São José da Ponta Grossa é um outro exemplo de como alguns caminhos – hoje estradas – nasceram em função das fortalezas. E mesmo os caminhos marítimos para as fortalezas localizadas em ilhas – Anhatomirim e Ratones Grande, a saber – determinaram pontos de contacto na ilha de Santa Catarina, os quais tiveram continuidade na terra em direção às sedes das vilas e freguesias.

Quando a Ilha se tornou um importante entreposto da navegação nas rotas do Atlântico Sul e passou a ter um papel estratégico significativo aos interesses expansionistas da Coroa Portuguesa, com a conseqüente ancoragem de inúmeras embarcações necessitadas de abastecimento variado, do alimento às toras de madeira para reparos, as trilhas e caminhos passaram a desempenhar importantes funções, incluindo a econômica, servindo de ligação entre as vilas e as fortalezas, promovendo impulsos de mudanças... (Zeferino *et all*: 1997)

A Ilha, de localização privilegiada se comparada a outros sítios ao longo do litoral brasileiro e em especial na região, apresentava também uma conformação e recorte invejáveis, principalmente quando considerados frente à técnica, recursos e cultura militar e de navegação presentes no período.

Os habitantes originários e/ou descendentes da migração açórico-madeirense, tão trabalhada por Walter Piazza (1992), eram agora o suporte demográfico maior do contingente humano local.

A intervenção na geografia local se fez principalmente respaldada na tradição e cultura açórico-portuguesa continental, com reflexos na sua organização espacial, na cultura alimentar, religiosa e de lazer, e certamente na área econômica, também. A administração local – da ilha – se assentou no sistema de freguesias e intendências, e isto contribuiu sobremaneira para estabelecer e reforçar a organização espacial, de modo a promover um sistema peculiar de comunidades. Tal processo vai refletir, mais tarde, na consolidação de um modelo de comunidades que, de caráter centralizador, exige hoje da administração municipal, estratégias e políticas sensíveis ao alto nível de coesão e sentido de lugar que se estabeleceu e continua na alma do povo.

Como conseqüência das relações dos agentes mais importantes na questão do poder com componentes externos, sediados no continente europeu, surge, no século XVIII (1736), a decisão da constru-

ção de um sistema de fortalezas por todo o Brasil, e a Ilha de Santa Catarina, ambiente físico-natural de rara excepcionalidade para apoio àqueles que demandavam ao Prata, por exemplo, se expõe como o *locus* ideal para a implantação de um sistema de defesa baseado na construção de fortalezas para atender à política de então.

O Brigadeiro José da Silva Paes, engenheiro militar, assume, por ordem do rei de Portugal, a liderança do processo, e implanta, sob suas ordens e *expertise*, um fabuloso complexo de edificações militares no ambiente afeto pela Ilha de Santa Catarina – fortalezas de Santa Cruz (Ilha de Anhatomirim), São José da Ponta Grossa (Ilha de Santa Catarina), Santo Antônio (Ilha de Ratones Grande) e Nossa Senhora da Conceição (Ilha de Araçatuba); posteriormente outros assumem a continuidade desse processo com a construção de fortalezas de menor porte.

São implantadas, a partir de 1939, 10 fortalezas com localização conhecida, conforme quadro a seguir:

QUADRO N° 1: FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA
ANO DE FUNDAÇÃO/CONSTRUÇÃO E FECHAMENTO/DEMOLIÇÃO

Fortaleza:	Ano		Localização
	Fundação/ Construção	Fechamento/ Demolição	
1. Santa Cruz (Ilha de Anhatomirim)	1739	Em uso para fins culturais e turísticos	Na ilha de Anhatomirim, junto à costa continental, fazendo frente para o fortaleza de São José da Ponta Grossa
2. São José da Ponta Grossa	1740	Em uso para fins culturais e turísticos	Na porção noroeste da ilha de Santa Catarina, a aproximadamente 25 km do centro principal da cidade
3. Santo Antônio (Ilha de Ratones Grande)	1740	Em uso para fins culturais e turísticos	Na ilha de Ratones Grande, junto à costa noroeste da ilha de Santa Catarina, fazendo a triangulação com as fortalezas de São José da Ponta Grossa e Fortaleza de Santa Cruz
4. Nossa Senhora da Conceição (Ilha de Araçatuba)	1742	Objeto de estudos para recuperação	Na ilha de Araçatuba, ao sul da Ilha de Santa Catarina (município de Palhoça)
5. São Luiz da Praia de Fora	1771	1839	No bairro Praia de Fora, na porção central da costa oeste da Ilha de Santa Catarina, hoje parte do centro urbano principal (avenida Beira Mar Norte)
6. Bateria de São Caetano	1765	?	100 m a leste do Fortaleza de São José da Ponta Grossa, na costa noroeste da Ilha de Santa Catarina
7. São Francisco Xavier	1761	1841	No bairro Praia de Fora, na porção central da costa oeste da Ilha de Santa Catarina, hoje parte do centro urbano principal (avenida Beira Mar Norte)
8. Santa Anna do Estreito	1761/1765	Em uso (funciona ali o museu militar)	Junto à cabeceira insular da ponte Hercílio Luz
9. Santa Bárbara da Villa	Anterior a 1786	Ocupado pela Marinha, mas sendo desativado.	Localizado na área sul do centro urbano principal da Ilha de Santa Catarina, junto à praça central, e construído sobre uma pequena ilhota
10. São João	1793	1880	No ponto de maior aproximação com a ilha de Santa Catarina, junto à cabeceira continental da ponte Hercílio Luz

FONTE: Oswaldo Rodrigues Cabral. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia.* Rio, GB: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
Obs: É assinalada ainda a construção de outras três fortalezas, todas de difícil comprovação e localização, a saber: da Lagoa da Conceição, do Lessa, da Ponta das Almas (de Souza: 1981)

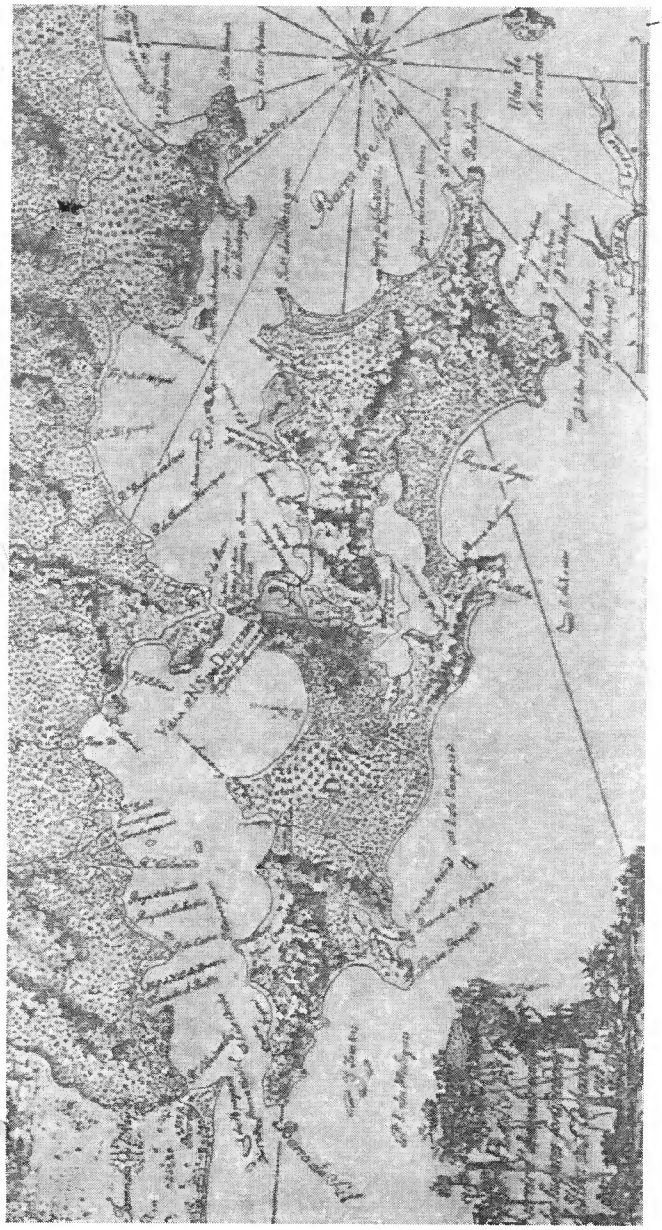


FIG. 1: Carta da Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço, com a localização de suas fortalezas (1786), incluída na obra de José Correia Rangel, e citada por Oswaldo R. Cabral (1972: 16/17)

O contexto histórico e político mundial sofreu grandes alterações no período conseqüente, o mesmo acontecendo com o panorama local. As fortalezas já não mais possuíam qualificação para a defesa e crescimento pretendidos. Uma nova geografia se apresentava, tendo como fundo as novas relações fundamentadas na industrialização, urbanização e livre comércio.

Os portugueses, como colonizadores, se retiraram do país, permanecendo, no entanto, o espírito da construção de uma nova sociedade por aqueles que, já miscigenados na nova cultura, se decidiram por continuar na terra prometida.

O papel das ilhas (e de suas fortalezas) passa a sofrer uma profunda reorientação a partir das transformações ocorridas nas relações entre as próprias potências que nelas depositaram determinados esforços, principalmente aqueles ligados à defesa de seus interesses em meio às disputas territoriais. Portugal e Espanha começavam a fazer parte de um outro mundo, cujo domínio vislumbrava mudança de comando. As ilhas não mais tinham o papel que antes lhes fora determinado, e com o afastamento do interesse, foram embora também os investimentos, e o abandono tomou conta de suas vidas.

Na Ilha de Santa Catarina e seu entorno, algumas fortalezas foram demolidas para dar lugar a novos propósitos de ocupação, e as que ficaram foram deixadas ao relento do silêncio da história. As fortalezas dormiam acomodadas na aconchegante geografia!

O ambiente, todavia, por força de fatores naturais e sócio-culturais, produziu situações epidêmicas que deram às fortalezas um papel para o qual elas não haviam sido planejadas. No século XIX, por exemplo, foi instalado um *lazareto* na Fortaleza de Ratones Grande, poupando a Villa Capital de um surto de cólera. E as Fortalezas de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim, e Santa Ana, passaram atender os doentes de febre amarela quando do surto de 1881.

Ainda em fins do século XIX, algumas fortalezas foram invadidas por famílias de pescadores que viviam nas vilas vizinhas, e em algumas delas instalaram-se doentes mentais e prisioneiros.

Depois do fracasso militar das fortificações, algumas, como São José da Ponta Grossa e Santa Cruz de Anhatomirim, foram utilizadas como local de quarentena nas epidemias, enfermaria para soldados brasileiros feridos na Guerra do paraguai (1864-1868) e como prisão de paraguaios. O destino de presídio também atingiu os brasileiros que lideraram a Revolução Federalista de 1894, violentamente reprimida pelo "Marechal de Ferro", Floriano Peixoto, que ordenou o fuzilamento de 185 opositores ao seu regime... (Revista Horizonte Geográfico: julho/agosto 98, p. 30-31)

O papel social das fortalezas, agora, teve relevância para toda a comunidade, e já não serviam aos conflitos entre portugueses e espanhóis, ou entre saqueadores e nativos, mas à guerra posta pelas doenças, transformando-se em centros de atendimento médico-sanitário.

No dizer de Monjardino (1998),

De uma maneira geral, as ilhas do Atlântico Ocidental ligadas à expansão ibérica tinham de ressentir-se quando esta terminou e mesmo, de alguma maneira, se inverteu. Por isso e apesar dos progressos políticos trazidos pelo ideário liberal, o século XIX está nelas conotado com uma certa decadência. O seu uso estratégico sofreu, por outro lado, uma mudança de sujeito. A perda do protagonismo mundial que Portugal e Espanha outrora haviam exercido correu a par com o desaparecimento quase total de uma política marítima relevante por parte destes países. Por via disso, muito do préstimo destas ilhas viu-se transferido, embora sem mudanças formais de soberania, para utentes estrangeiros que dele efectivamente careciam...

Perdida, atenuada ou apenas suspensa a sua instrumentalidade, a estes arquipélagos restou voltarem-se para os seus recursos próprios potenciando-lhes na medida do possível o conhecimento e a utilização... Evidenciam a vulnerabilidade histórica das situações insulares que nunca conseguiram criar uma auto-suficiência senão as expensas de grande frugalidade...Mas a abertura ao mundo foi desenvolvendo conhecimento e criando necessidades novas. (173-174)

O mar, todavia, escondeu surpresas, e as fortalezas permaneceram para uma nova defesa – a do contexto geo-econômico e histórico-cultural do contemporâneo.

E neste sentido, as ilhas propuseram-se a novas conquistas! Não necessariamente por determinações externas, mas por sentirem-se talvez, e pela primeira vez, donas de seu próprio destino. E por isso tinham de navegar sozinhas. A criatividade foi um importante instrumento dessa decisão, e incluiu a utilização do patrimônio histórico e natural de que dispunham.

O contemporâneo chegou mais cedo do que se esperava, e de repente as novas composições sociais se acordaram para o passado e para o lugar. Sentimentos topofílicos provocaram as ilhas e suas fortalezas para uma nova função, introduzindo-as na realidade de hoje. Elas – as que ficaram – tinham um importante papel a desempenhar na economia, no estético e na construção de um novo espaço, cujas qualificações passaram a exigir a retomada dos valores que o passado, com tanto esforço, havia produzido de forma tão concreta.

No contemporâneo já não mais estão presentes a disputa entre portugueses e espanhóis, mas a benéfica relação entre seus descendentes – latino-americanos descendentes de espanhóis enriquecem o espaço local e regional no caloroso verão insular, onde vivem os descendentes dos portugueses continentais e insulares. Já não mais estão ali os navios piratas para a rapina nem os navios que traziam cientistas de uma só direção, mas são os negócios entre locais e visitantes que fazem a geografia local brilhar no contexto das relações económicas e académicas internacionais.

As fortalezas de hoje têm um papel fundamental na construção do espaço geo-espacial e social da Ilha de Santa Catarina e arredores que ultrapassa a própria geografia local. Devido aos componentes históricos que carregam, são motivo também de fortalecimento das novas relações que se impõem entre espaços tão distantes, como entre os Açores, por exemplo, e a própria Ilha.

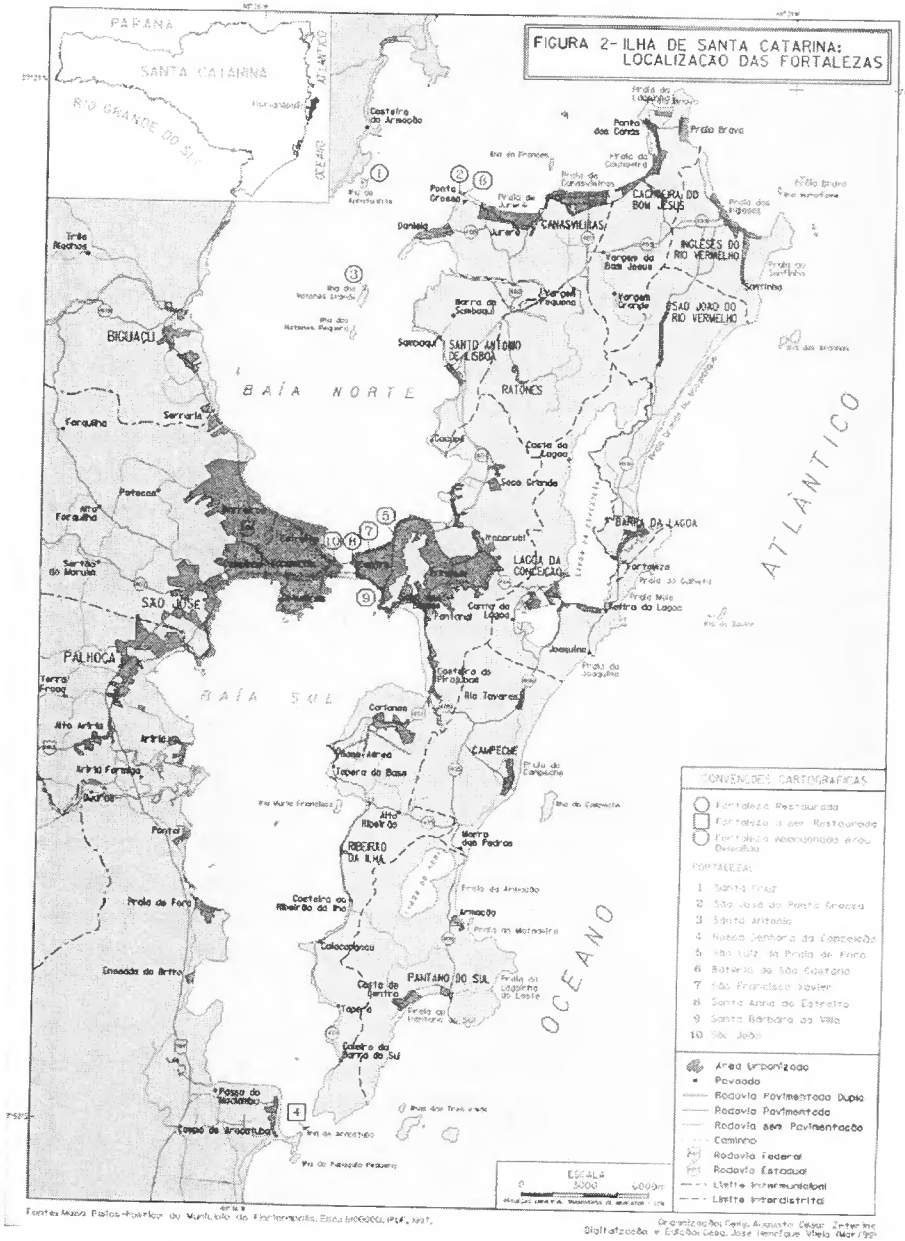


FIGURA 2- ILHA DE SANTA CATARINA:
LOCALIZAÇÃO DAS FORTALEZAS
PARANÁ
SANTA CATARINA
RIO GRANDE DO SUL
OCEANO ATLÂNTICO
BAÍA NORTE
BAÍA SUL
ATLÂNTICO
OCEANO
BIGUAÇU
SÃO JOSÉ
PALHOÇA
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA
RATONES
CANASVIEIRAS
JURERÊ
CACHOEIRA DO BOM JESUS
INGLESES DO RIO VERMELHO
SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO
BARRA DA LAGOA
LAGOA DA CONCEIÇÃO
CAMPECHE
RIBEIRÃO DA ILHA
PANTANO DO SUL
Costeira do Pirajubaé
Rio Tavares
Costeira do Ribeirão da Ilha
Costeira do Saco dos Limões
Ponta das Canas
Praia Brava
Ponta Grossa
Praia de Jurerê
Praia de Canasvieiras
Praia dos Ingleses
Praia do Santinho
Barra do Sambaqui
Praia da Joaquina
Praia Mole
Praia do Campeche
Praia do Matadeiro
Praia do Pântano do Sul
Praia da Armação
Praia do Morro das Pedras
Praia da Tapera
Praia do Ribeirão da Ilha
Praia de Fora
Praia do Lagoinha do Leste
Praia dos Naufragados
Praia do Pinho
Praia do Saquinho
Praia do Forte
Praia do Sonho
Praia do Gravatá
Praia do Pântano do Sul
Praia dos Três Irmãos
Praia do Pântano Pequeno
Praia do Matadeiro

Hoje, o produto cultural, acadêmico e sentimental, principalmente a partir de 1948, após o Primeiro Congresso de História Catarinense, entre esses dois espaços, passa por um crescendo que valida todos os esforços até aqui desenvolvidos, tanto pelos antigos quanto pelos novos agentes.

As fortalezas, com toda a carga de sentimentos que promoveram, compuseram na geografia local um tabuleiro de interesses e inter-relações que muito tem contribuído para elevar o nível de qualidade de vida no contemporâneo das comunidades afetadas.

Tal resultado, todavia, exigiu a implantação de programas específicos de ação na área de estudos e de aparelhamento das fortalezas e seu ambiente físico e cultural imediato, tendo a colaboração de inúmeros agentes promotores, principalmente a Universidade Federal de Santa Catarina, a qual opera a administração das fortalezas já recuperadas com exceção da Fortaleza Santa Anna do Estreito, onde está instalado o museu militar.

O quadro a seguir apresenta informações sobre tais programas, já implantados ou em implantação.

QUADRO Nº 2: ESTRUTURA DE ATENDIMENTO E SERVIÇOS DAS FORTALEZAS ADMINISTRADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

FORTALEZA	ESTRUTURA/SERVIÇOS
SANTA CRUZ DO ANHATOMIRIM	Loja de souvenirs; exposição permanente. em painéis. das ruínas e restauração; exposições culturais e artísticas itinerantes; maquetes da fortaleza; exposição do projeto "Goolfinho Sotália"; Manequins com uniforme do Século XVIII; aquário marinho; restaurante. **Projetos de pesquisa em andamento**: 1) Projeto Golfinho Sotália; 2) Projeto Alvenarias Degradadas por Umidade e Salinidade – estudo de caso da Fortaleza de Anhatomirim.
SANTO ANTÔNIO DE RATONES	Exposição "Fortaleza de Santo Antônio - retrospectiva", trilha ecológica através da reserva nativa Mata Atlântica. **Projetos de pesquisa em andamento**: 1) Projeto de Educação Ambiental e Levantamento Faunístico e Florístico da Ilha de Ratones Grande; 2) Laboratório de demonstração de criação de mariscos.
SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA	Oficina de Renda de Bilro – Exposição e vendas; Exposição arqueológica "Cotidiano da Fortaleza de São José da Ponta Grossa: aspectos da alimentação"; loja de souvenirs; capela; manequins com uniformes do século XVIII. **Projeto em andamento**: Projeto multimídia para apresentação das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

FONTE: Universidade Federal de Santa Catarina (Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: Departamento de Apoio à Extensão - Divisão de Turismo Educativo. janeiro de 1999.

É de se ressaltar, ainda, a produção acadêmica de trabalhos sobre as fortalezas que foram editados via Universidade Federal de Santa Catarina, como muitos daqueles relacionados na bibliografia do presente ensaio. Além disso, projetos diversos estão atualmente em desenvolvimento pela mesma instituição, conforme anexo.

Foi lembrado anteriormente o importante papel que as fortalezas e as ilhas locais desempenham no contemporâneo, haja vista o expressivo número de visitantes que anualmente se dirigem a esses pontos de interesse turístico-cultural. Pode-se afirmar que as fortalezas e o entorno físico-natural se constituem no mais importante interesse individual para os turistas que demandam à Ilha de Santa Catarina.

Os quadros e gráficos a seguir bem expressam tal relação, indicando a grandeza e o ritmo de evolução das estatísticas (período 1996/1998).

A Fortaleza de Santa Cruz, em 1996, atraiu 64,7 % dos visitantes. Na verdade, pode-se incluir como elementos valorados pelos visitantes: o seu porte; a localização em uma ilha de um extraordinário recorte geográfico, próxima ao continente, e que demanda translado marítimo, o que já é em si um atrativo; a existência de restaurante e aquário, e a sua fama como a fortaleza de maior significado histórico.

São José da Ponta Grossa, de acesso por terra, também com expressivo número de visitantes – 51.432 (31,8 %).

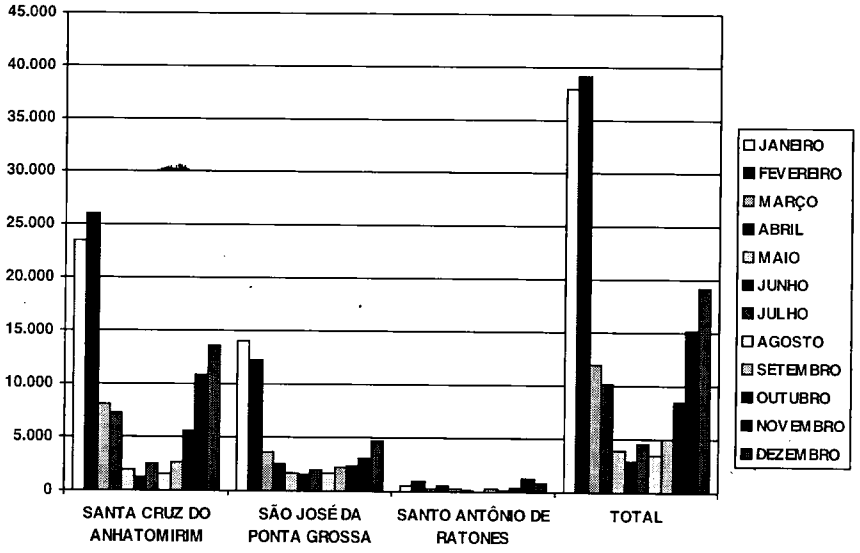
Ratones Grande havia sido restaurada recentemente, e seus atrativos ainda pouco conhecidos, por isso sua limitada participação no total (3.5 %).

QUADRO Nº 3: DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE VISITANTES DAS FORTALEZAS ADMINISTRADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - 1996

MÊS	FORTALEZA SANTA CRUZ DE ANHATOMIRIM	FORTALEZA SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA	FORTALEZA SANTO ANTÔNIO DE RATONES	SUB-TOTAL
JANEIRO	23.459	13.985	509	37.953
FEVEREIRO	26.029	12.205	915	39.149
MARÇO	8.027	3.606	317	11.950
ABRIL	7.254	2.434	490	10.178
MAIO	1.928	1.623	300	3.851
JUNHO	1.290	1.569	124	2.983
JULHO	2.567	1.995	44	4.606
AGOSTO	1.559	1.660	221	3.440
SETEMBRO	2.622	2.226	101	4.949
OUTUBRO	5.527	2.414	466	8.407
NOVEMBRO	10.847	3.028	1.276	15.151
DEZEMBRO	13.643	4.687	882	19.212
TOTAL	**104.752**	**51.432**	**5.645**	**161.829**

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Universidade Federal de Santa Catarina (Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: Departamento de Apoio à Extensão - Divisão de Turismo Educativo, janeiro de 1999).

GRÁFICO N.º 1: DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE VISITANTES DAS FORTALEZAS – 1996



FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Universidade Federal de Santa Catarina (Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: Departamento de Apoio à Extensão - Divisão de Turismo Educativo), janeiro de 1999.

Para 1997, as figuras mostram um acréscimo de aproximadamente 25.000 visitantes no total, com significativo aumento no número de visitantes para a Fortaleza de Ratones Grande, que passa de 5.645 para 14.091 visitantes, sofrendo um acréscimo de 149,6 % em relação ao ano anterior.

Anhatomirim também teve um aumento significativo no número absoluto de visitantes, embora percentualmente tenha tido apenas 0,47 % de aumento na sua participação.

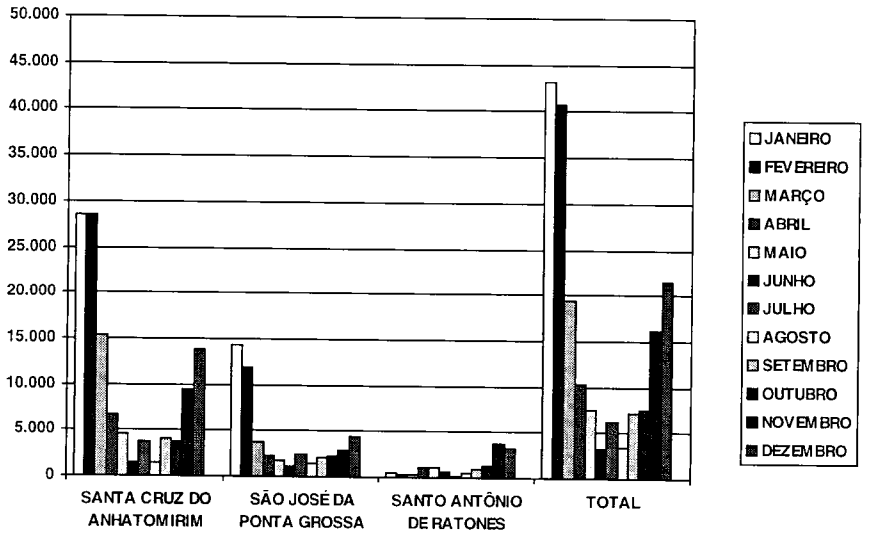
São José da Ponta Grossa sofreu queda no número de visitantes, tanto absoluta quanto percentualmente.

QUADRO N° 4: DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE VISITANTES DAS FORTALEZAS ADMINISTRADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - 1997

MÊS	FORTALEZA SANTA CRUZ DE ANHATOMIRIM	FORTALEZA SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA	FORTALEZA SANTO ANTÔNIO DE RATONES	SUB-TOTAL
JANEIRO	28.462	14.308	427	43.197
FEVEREIRO	28.552	11.907	325	40.784
MARÇO	15.384	3.716	271	19.371
ABRIL	6.714	2.337	1.149	10.200
MAIO	4.586	1.801	1.174	7.561
JUNHO	1.519	1.118	655	3.292
JULHO	3.666	2.414	147	6.227
AGOSTO	1.446	1.434	563	3.443
SETEMBRO	4.093	2.047	978	7.118
OUTUBRO	3.734	2.343	1.337	7.414
NOVEMBRO	9.429	2.878	3.763	16.070
DEZEMBRO	13.781	4.449	3.302	21.532
TOTAL	**121.366**	**50.752**	**14.091**	**186.209**

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Universidade Federal de Santa Catarina (Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: Departamento de Apoio à Extensão - Divisão de Turismo Educativo). janeiro de 1999.

GRÁFICO N.º 2: DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE VISITANTES DAS FORTALEZAS – 1997



FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Universidade Federal de Santa Catarina (Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: Departamento de Apoio à Extensão - Divisão de Turismo Educativo), janeiro de 1999.

Para 1998, a tendência continua, tendo a Fortaleza de Santa Cruz apresentado um pequeno acréscimo, a de São José sofrido uma nova queda, e a de Santo Antônio da Ilha dos Ratones Grande apresentado um significativo aumento no interesse dos turistas, saltando para quase dezenove mil visitantes, representando aproximadamente 10 % do total de visitantes.

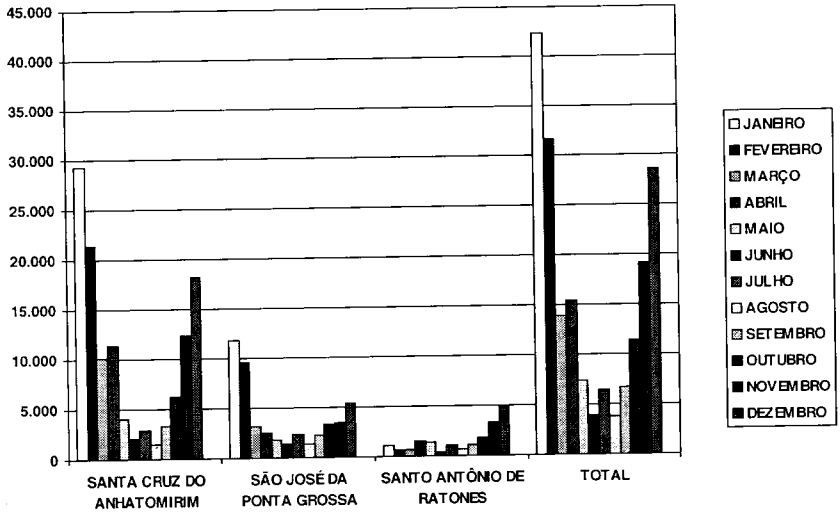
É bom salientar que o movimento se dá mais acentuadamente nos meses de verão, especialmente de novembro a março, época de forte presença de turistas brasileiros (paulistas e gaúchos, principalmente) e estrangeiros (argentinos, uruguaios, paraguaios e chilenos, pela ordem de importância numérica)

QUADRO N° 5: DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE VISITANTES DAS FORTALEZAS ADMINISTRADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - 1998

MÊS	FORTALEZA SANTA CRUZ DE ANHATOMIRIM	FORTALEZA SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA	FORTALEZA SANTO ANTÔNIO DE RATONES	SUB-TOTAL
JANEIRO	29.373	11.830	1.095	42.298
FEVEREIRO	21.426	9.527	665	31.618
MARÇO	10.977	3.175	664	13.916
ABRIL	11.393	2.555	1.460	15.408
MAIO	4.013	1.870	1.422	7.305
JUNHO	2.032	1.373	481	3.886
JULHO	2.873	2.410	1.161	6.444
AGOSTO	1.597	1.430	677	3.704
SETEMBRO	3.361	2.165	1.102	6.628
OUTUBRO	6.240	3.346	1.850	11.436
NOVEMBRO	12.419	3.505	3.312	19.236
DEZEMBRO	18.241	5.427	4.930	28.598
TOTAL	**123.045**	**48.613**	**18.819**	**190.477**

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Universidade Federal de Santa Catarina (Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: Departamento de Apoio à Extensão - Divisão de Turismo Educativo). janeiro de 1999.

GRÁFICO N.º 3: DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE VISITANTES DAS FORTALEZAS – 1998



FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Universidade Federal de Santa Catarina (Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: Departamento de Apoio à Extensão - Divisão de Turismo Educativo), janeiro de 1999.

As informações quantitativas globais, conforme as informações abaixo, refletem um volume expressivo de visitantes, quase igualando a população da própria Ilha de Santa Catarina.

Outro ponto a lembrar é a representação financeira desse volume de visitantes, pois cada indivíduo pagou, nos anos referidos, o equivalente a US$ 3.00 (não estudante) e US$ 1.50 (estudante), gerando uma receita bruta, no último ano, de aproximadamente US$ 500,000.00, afora gastos com *souvenirs* e alimentos.

Tais resultados se referem exclusivamente à receita das fortalezas, pois a economia local como um todo tem a sua receita enormemente ampliada através do transporte, hospedagem, alimentação e compras no comércio local, deixando na economia insular centenas de milhões de dólares americanos, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento da economia com resultados físicos expressivos no sistema viário, comércio e construção civil em geral.

Dados gerais para as três fortalezas indicam uma carga de visitantes quiçá demasiadamente excessiva para ambientes tão frágeis, com uma média anual de 179.505 visitantes, requerendo urgentemente estudos de capacidade de carga turística.

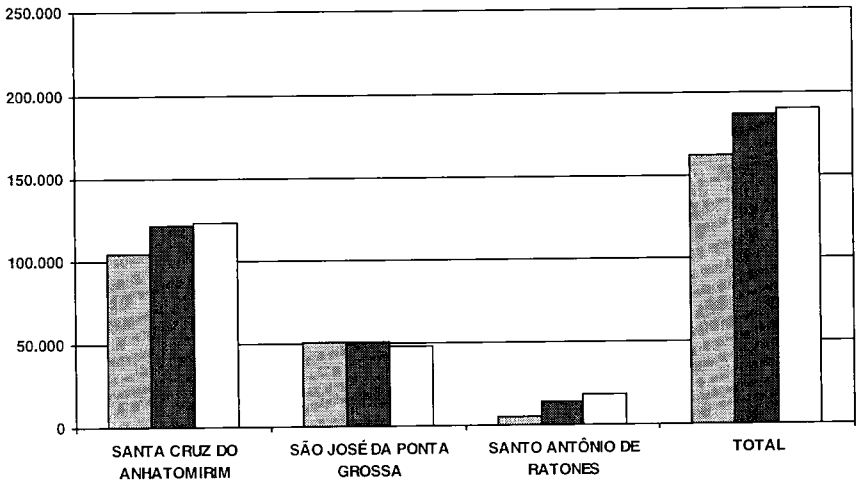
O meio ambiente vem, por isso, gradativamente perdendo a sua capacidade de suportar tal demanda, e requer urgente atenção de toda a sociedade, para que no futuro não se estabeleça ali, e novamente, o adormecimento das ilhas e suas fortalezas!

QUADRO N° 6: DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE VISITANTES DAS FORTALEZAS ADMINISTRADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - 1996/1998

ANO	FORTALEZA SANTA CRUZ DE ANHATOMIRIM	FORTALEZA SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA	FORTALEZA SANTO ANTÔNIO DE RATONES	SUB-TOTAL
1996	104.752	51.432	5.645	**161.829**
1997	121.366	50.752	14.091	**186.209**
1998	123.045	48.613	18.819	**190.477**
TOTAL NO PERÍODO	**349.163**	**150.797**	**38.555**	**538.515**
MÉDIA ANUAL NO PERÍODO	***116.388***	***50.266***	***12.852***	***179.505***

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Universidade Federal de Santa Catarina (Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: Departamento de Apoio à Extensão - Divisão de Turismo Educativo), janeiro de 1999.

GRÁFICO N.º 4: DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE VISITANTES DAS FORTALEZAS – 1996/1998



Como proposta para o futuro, apareceu recentemente, quando da visita do Ministério do Esporte e Turismo a Santa Catarins, a utilização das fortalezas como oportunidades de negócios, via terceirização dos serviços a serem explorados nesses locais, inclusive acenando com a possibilidade de instalação de hotéis e pousadas. (Jornal "O Estado", 30/31-01-99, Geral, pg. 07).

Hoje, um dos componentes mais fortes do setor é o serviço de transporte marítimo em direção às fortalezas, já tendo sido responsável por algumas empresas no setor.

Como visto, as ilhas e as fortalezas desempenham na atualidade um papel diferente daquele relativo ao tempo em que as fortalezas tinham função militar e de segurança. Algumas delas já incorporadas na economia local.

Como considerações finais, as informações e análises anteriores parecem reforçar a grandeza e as vicissitudes do processo histórico que envolveu a vida das fortalezas, e ao mesmo tempo permitiram acompanhar o assentamento geográfico das mesmas.

Pode-se dizer, ao final, que o câmbio sofrido pelas ilhas e fortalezas parecem indicar o caminho da modernidade, mas ao mesmo tempo suscita preocupações quanto ao futuro, pois o processo de intervenção por parte dos diversos agentes promotores da ocupação da área demonstra (a imagem de satélite anexa mostra a extensão da ocupação humana na Ilha) desconhecimento e/ou descompromisso para com os limites da capacidade de carga do ambiente local.

BIBLIOGRAFIA

Brito, Paulo J. M. de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina.. Escritpta no Rio de Janeiro em o anno de 1816.* Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829. Reimpressa pela Sociedade Literária Biblioteca Catarinense. Florianópolis, SC: Livraria Central, 1932.

Cabral, Oswaldo Rodrigues. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia.* Rio: Conselho Federal de Cultura, 1972.

Carita, Rui. "Os engenheiros militares na construção do Brasil: SC." *ANAIS DO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA* (04-07/09/1996). Organizado por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Florianópolis, SC: CAPES/MEC, 1997. Pp. 59-72.

Duncan, James (organizador). *The Modern Traveller – a popular description, geographical, historical, and topographical of the various countries of the globe: Brazil and Buenos Aires.* (volume I). Londres: James Duncan, 1825.

Gomez, Ramon Gualberto Ledo e Ledo, Blanca Sierra de. *Anhatomirim, hoje: sua nova história na UFSC.* Florianópolis, SC: Imprensa Universitária da UFSC, 1983.

Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Compilado por Paulo Berger. Florianópolis, SC: Assembléia Legislativa, Assessoria Cultural, 1979.

Machado, Rosângela M. de Melo. *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – um panorama.* Florianópolis, SC: Imprensa Universitária da UFSC, 1994.

Monjardino, Álvaro. "Os Açores e o Brasil." *ANAIS DO SIMPOSIO COMEMORATIVO AO CINQÜENTENÁRIO DO 1º CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE E 250 ANOS DE PRESENÇA AÇORIANA EM SANTA CATARINA* (08-09/09/1998). Organizado por Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Florianópolis, SC: CAPES/MEC, 1998. Pp. 167-176.

O Estado. Edição de 30/31 de janeiro de 1999. Florianópolis, SC.

Peluso Júnior, Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.* Florianópolis, SC: Editora da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

Piazza, Walter F. *A epopéia Açórico-Madeirense 1747-1756.* Florianópolis, SC: Ed. Da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992.

Piazza, Walter Fernando, Cláudia Araujo Grillo e Thais L. Colaço. *Fortaleza de Santa Cruz.* Florianópolis, SC: Imprensa Universitária da UFSC, 1990.

Revista **Horizonte Geográfico**, ANO II, n° 58, julho/agosto 98.

Rey, H. *ARQUIVES DE MÉDICINE NAVALE.* "Li'l Sainte-Catherine (Brésil)", tome vingt-septième. Paris: 1877. 33 pg.

Rosa, Paulo Weber Vieira da. *Anhatomirim – a ilha redimida.* Florianópolis, SC: Imprensa Universitária da UFSC, 1983.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina.* Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1978.

Souza, Sara Regina Silveira de. *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha dè Santa Catarina – séculos XVIII e XIX.* Florianópolis, SC: IOESC, 1981.

_____. *Anhatomirim e sua fortaleza.* Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1990.

_____. *As fortalezas catarinenses: notas para uma revisão histórica.* Florianópolis, SC: Imprensa Universitária da UFSC, 1991.

Tuan, Yi-fu. *Topofilia – em estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* São Paulo: DIFEL, 1980.

Várzea, Virgílio. *Santa Catarina – a Ilha.* Florianópolis, SC: Editora Lunardelli, 1985.

Veiga, Eliane Veras da. *As fortificações catarinenses no Brasil colonial - introdução ao seu estudo.* Florianópolis, SC: Imprensa Universitária da UFSC, 1991.

_____. *Memória Urbana.* Florianópolis, SC: Editora da UFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993.

Zeferino, Augusto César, Maurício Ruiz Câmara e André Luiz dos Santos, e outros. *Velhos Caminhos Novos – resgate histórico-geográfico dos caminhos da Ilha de Santa Catarina.* Relatório apresentado ao CNPq/Programa FUNGRAD. Florianópolis, SC: UFSC – Departamento de Geociências, 1997.

ANEXO

PROJETOS PROMOVIDOS PELA UFSC (SÓ OU EM CONJUNTO COM OUTRAS ENTIDADES), NÃO ENQUADRADOS NO TEXTO PRINCIPAL

1. PROGRAMA DE TURISMO EDUCATIVO NAS FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA

a) Treinamento de Alunos Universitários para atuar como guias nas Fortalezas
Entidade: UFSC
Ano: 1984

b) Treinamento de adolescentes das comunidades próximas às Fortalezas para actuarem como guias mirins na Fortaleza de São José da Ponta Grossa
Entidade: UFSC e Associação de moradores da Praia do Fortaleza e de Sambaqui
Ano: 1992

2. PROJETO "ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DO GOLFINHO *TUCUXI SOTÁLIA FLUVIATILIS* NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ANHATOMIRIM"
Entidade: UFSC, FAPEU, IBAMA, FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTECÇÃO A NATUREZA, WHALE &DOLPHIN – INGLATERRA
Ano: 1991

3. PROJETO " CULTIVO EXPERIMENTAL DE MOLUSCOS MARINHOS"
LOCAL: Fortaleza de Santo Antônio de Ratones
Entidades: UFSC, CNPq, IBAMA, EPAGRI, UNIVERSIDADE DE VICTORIA – CANADÁ

Obs. Hoje dentro da UFSC, mais de dez Departamentos de Ensino utilizam mexilhões e ostras em projetos de pesquisas.
Ano: 1992

4. PROJETO "ESTUDO DA VARIABILIDADE GENÉTICA E ECOLÓGICA DE COMUNIDADES DE *Drosophila* EM REGIÕES DE MATA ATLÂNTICA DE ILHAS DE SANTA CATARINA.
LOCAL: Fortaleza de Santo Antônio de Ratones
Entidade: UFSC
Ano: 1997

5. PROJETO " AMBIENTAÇÃO SACRA DA CAPELA DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA"
Entidade: UFSC
Encomendada ao Supermercado Imperatriz para financiamento (aguardando resposta)
Ano: 1997

6. PROJETO "MATERIAL PROMOCIONAL E EDUCATIVO DAS FORTALEZAS DA ILHA DE SANTA CATARINA"
Entidade: UFSC
Encomendada à EMBRATUR (aguardando resposta)
Ano: 1997

7. PROJETO "RESGATE DOS UNIFORMES DOS SOLDADOS DA INFANTARIA DE LINHA DA ILHA DE SANTA CATARINA"
Entidade: UFSC
Encaminhado à EMBRATUR (aguardando resposta)
Ano: 1997

8. PROJETO "CONSTRUÇÃO DE HOME PAGE (PÁGINA GRÁFICA) DO PROJETO FORTALEZAS"
Entidade: UFSC
Ano: 1995

9. PROJETO "TREINAMENTO DE RÁDIO COMUNICAÇÃO E AMADORISMO"
Entidade: UFSC, LABRE, Ministério da Cultura
Ano: 1992

10. PROJETO "ORGANIZAÇÃO, CATALOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO FORTALEZAS"
Entidade: UFSC
Ano: 1997

11. PROJETO "RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO SUBAQUÁTICO NAS FORTALEZAS CATARINENSES CONSTRUÍDAS PELO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES NO SÉCULO XVIII"
Entidade: UFSC
Ano: 1997 a 1999

Guerra Peninsular, Conjuntura Transatlântica e seu impacto nos Açores

Ricardo Manuel Madruga da Costa

Contrariamente ao que a generalizada omissão constatável nas sínteses de História de Portugal poderá sugerir, as Invasões Francesas não constituem acontecimento à margem do qual os Açores tenham permanecido. O mesmo podemos dizer relativamente à hostilidade que, na mesma época, minava a precária relação entre os Estados Unidos da América e a Inglaterra, a qual teria o seu epílogo com a Guerra de 1812 cujo desfecho se assinala com o Tratado de Ghent em 1815. A verdade é que os Açores, de modo significativo, protagonizam em ambos os acontecimentos um papel cujo nível de intervenção merece ser relevado.

Ao propormo-nos tratar nesta comunicação as questões acima identificadas, importa antes de mais referir que em trabalho publicado no *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* [1] e em artigo a publicar na próxima edição da revista *Arquipélago-história* [2], da Universidade dos Açores, estudámos, com relativo detalhe, os temas que agora iremos expor. Porém, como no primeiro caso a divulgação do boletim se processa em termos extremamente restritos e a edição da revista Arqui-

---

[1] Ricardo Manuel Madruga da Costa, "Faial 1808-1810. Um tempo memorável", in Boletim do Núcleo Cultural da Horta, Horta, v..XI, 1993-95, pp.135-284.

[2] Ricardo Manuel Madruga da Costa, "As Invasões Francesas e a transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil. Algumas repercussões nos Açores", in Arquipélago-história, Ponta Delgada, 2ª Série, v. III, 1999 (no prelo).

pélago-história a que aludimos apenas contará com escassas semanas de presença nos escaparates no momento da realização deste congresso, julgamos ainda poder usufruir do privilégio de uma certa novidade susceptível de estimular o vosso interesse. Por outro lado, o espaço de tempo que medeia entre as duas publicações e o facto de surgirem, aparentemente, de forma desconexa, justificará certamente esta tentativa de síntese quanto ao essencial dos conteúdos, visando uma abordagem integradora.

Começaremos por sublinhar que, não sendo temas envolvendo episódios de uma mesma problemática e apresentando idêntica relevância – menos ainda numa perspectiva da historiografia portuguesa – cruzam-se, no entanto, em termos de quase coincidência temporal, submetendo a realidade açoriana a uma conjuntura reveladora de certa unidade, facto que ganha maior consistência se tivermos presente a circunstância de em ambos, como protagonista privilegiado, a Inglaterra jogar interesses que se prendem com a sua estratégia de domínio, em particular no tocante ao comércio no Atlântico.

A conjuntura resultante da invasão de Junot em Novembro de 1807, que determinaria a transferência da coroa portuguesa para o Brasil em 27 de Novembro do mesmo ano, situa de facto os Açores num plano de importância nada condizente com o silêncio que a história lhe reservou. A primeira invasão implicou, desde logo, o súbito isolamento dos Açores e a consequente necessidade de providências imediatas da parte do Governador e Capitão-General, D. Miguel António de Mello. De facto, o Governador vai tomar a iniciativa de suspender a legislação régia em vigor como forma de obviar ao inesperado corte de relações com o continente o que configura uma atitude digna de nota ao traduzir a assunção de verdadeiro poder legislativo. Porém, a verdade é que é através da sua actuação no tratamento de uma complexa situação decorrente da deslocação dos interesses britânicos para os arquipélagos atlânticos – para os Açores em especial –, que podemos aperceber os contornos desse período dominado pelas Invasões Franceses nas suas várias

implicações nas ilhas açorianas. A documentação existente no arquivo da Capitania-Geral, sobre a qual trabalhámos [3], prova, inequivocamente, que o arquipélago ganha estatuto de plataforma estratégica de enorme importância. Destaquemos algumas questões mais salientes que se colocam ao Capitão-General, obrigando-o a um envolvimento intenso e frequente neste período tão conturbado da vida nacional a que os Açores não seriam poupados. Nos planos interno e externo, em face das vertentes com que o Capitão-General se confrontaria e que a documentação referida comprova, aquele governante vai tomar as seguintes providências:

Criação de condições legislativas de excepção, de sentido liberalizante, adequadas à salvaguarda do abastecimento das ilhas numa conjuntura de bloqueio e, posteriormente, num quadro de autêntico desmantelamento da economia portuguesa de duradouras consequências. O assento resultante da reunião extraordinária da Junta da Real Fazenda, realizada em 4 de Janeiro de 1808 é demonstrativo de uma intervenção de grande alcance cujo âmbito se traduz, de facto, num conjunto de medidas ousadas conquanto ditadas por um sentido prático de acordo com as circunstâncias;

Desenvolvimento de esforços visando a fortificação e o apetrechamento da defesa do arquipélago perante a perspectiva, não afastada totalmente, de um ataque pelas forças napoleónicas, ainda que, depois de Trafalgar, a marinha francesa tenha ficado impossibilitada de dispersar os seus recursos em operações para paragens tão afastadas e que obrigariam, necessariamente, à concentração de meios. Não obstante esta aparente impossibilidade e a opinião do Capitão-General quanto à improbabilidade de um ataque, uma vez que as ilhas nada ofereciam que pudesse despertar-lhes a cobiça, a verdade é que foram desenvolvidas diligências para a defesa dos Açores, sem excluir

---

[3] Ver anexos documentais aos estudos referidos nas notas anteriores. O primeiro contém a transcrição de 37 documentos, enquanto que o último é acompanhado da transcrição de 11 documentos e mapas.

detalhados planos de defesa, de que é exemplo aquele que o Governador das ilhas do Faial e Pico, Theodoro Pamplona, elaborou para a primeira destas ilhas;

Coordenação das autoridades locais, mesmo transigindo com os rigores da lei, no sentido de garantir o apoio logístico da marinha britânica, cujo movimento se intensificou extraordinariamente, sem descurar igual apoio à ilha da Madeira para abastecimento das tropas inglesas ali estacionadas em resultado da convenção secreta celebrada entre a Inglaterra e Portugal. Neste particular, é visível a contemporização da autoridade máxima do arquipélago com os abusos e ingerências da marinha inglesa, apesar das queixas que chegavam ao seu conhecimento;

Superação de crises surgidas em resultado da pressão exercida pela navegação estrangeira sobre os comerciantes e autoridades locais no sentido de garantirem o abastecimento, causando por isso graves crises frumentárias, ou agravando situações de carência pré-existentes, e suscitando conflitos a justificar medidas de carácter moderador ao nível da fixação de preços, ocasionadas por reclamações dos comandantes das unidades navais frequentando águas açorianas, face a práticas especulativas;

Controlo de uma intensificação da actividade do contrabando em consequência do acréscimo da navegação, afectando os interesses da Fazenda e envolvendo redes cuja dimensão, segundo indicia a documentação, se estenderia à Madeira, Cabo-Verde e Inglaterra;

Conciliação dos interesses nacionais e da preservação da soberania nacional num contexto de grande fragilização política e de interferência estrangeira em assuntos da governação, tanto de militares como das próprias entidades consulares residentes no arquipélago, tudo indiciando que os Açores passam a ser, de facto, posição chave no assegurar de um espaço de liberdade de vital interesse no desenvolvimento do processo político e militar, assumindo-se como verdadeira fronteira nacional entre a Europa e o Ultramar, bem como

garante do exercício da soberania portuguesa, pesem embora as dificuldades referidas;

Manutenção de um canal de comunicação com o poder régio instalado no Brasil, com um dos vértices na Grã-Bretanha tendo por interlocutor o Enviado de Portugal junto da Corte de Londres, processando-se alguns contactos, porventura de maior responsabilidade, com intervenção pessoal do Capitão Elias Jozé Ribeiro investido na missão de mensageiro do Governador e Capitão-General;

Afectação da totalidade das rendas da coroa nos Açores, depois de satisfeitas as despesas ordinárias indispensáveis, com o objectivo de amortizar o capital e juros de um empréstimo de 600.000 Libras Esterlinas contraído por Portugal junto da Inglaterra em 1809, o qual iria absorver cerca de 300 contos de reis, correspondendo a 70.450 Libras, retirados daquelas receitas, até ao ano de 1815.

Referimos, até agora, aspectos que se prendem com a conjuntura criada pelo eclodir da Guerra Peninsular a que se seguiu a fixação de D. João VI e sua corte no Rio de Janeiro. Passamos em seguida a abordar algumas questões que se relacionam com o segundo dos temas acima mencionados, ou seja, o que se refere à conflituosidade das relações entre a Inglaterra e os Estados Unidos da América e seus reflexos no arquipélago.

O período da presidência dos Estados Unidos da América a cargo de Thomas Jefferson e a busca de uma afirmação daquele país na cena do comércio internacional, recusando a tutela da Grã-Bretanha e o seu desejo de impor condições extremamente lesivas do comércio dos países neutrais, vai dar lugar a uma sequência de incidentes cujas consequências levarão a América a adoptar medidas visando contrariar os objectivos britânicos. Tenhamos também em conta que o florescente comércio americano sofria já os efeitos dos Decretos de Napoleão, datando de 1806, afectando de igual modo a navegação neutral. Neste contexto, entre 1806 e 1810, o Congresso vai aprovar sucessivamente o *Nonimportation Act*, o *Embargo Act*, o *Nonintercourse Act* e, por fim, o Macon Bill n.º 2. É exactamente no

decorrer da sucessão deste conjunto de medidas legislativas que a posição dos Açores, e a baía faialense em particular, irá revelar-se determinante, ao funcionar como verdadeiro entreposto da navegação transatlântica. Sobretudo após a abolição do *Embargo* e a sua substituição pelo *Nonintercourse Act* de Março de 1809, a afluência de navios à Horta atingirá proporções inusitadas, sendo elucidativo registar que entre Janeiro de 1808 e Abril de 1810, ali afluirão 164 navios de nacionalidade americana. O fenómeno explica-se: o *Nonintercourse Act*, embora estabelecendo restrições ao comércio entre as partes em conflito, não impedia formas indirectas de comércio, pelo que na Vila da Horta se baldeavam as cargas descarregadas pelos navios americanos para reembarque nos navios ingleses que igualmente acorriam ao seu ancoradouro. Pela subtileza da prática se satisfaziam os interesses de uns e as necessidades dos outros com o beneplácito e directa intervenção do Consul John Bass Dabney, ele também parte altamente interessada no negócio.

Vemos, assim, que situando-se o conflito entre ingleses e americanos à margem dos desenvolvimentos políticos da Guerra Peninsular, – o que não significa que a estratégia napoleónica seja indiferente aos últimos –, acaba por entrecruzar-se com as operações inglesas associadas aos desenvolvimentos peninsulares, designadamente no plano da logística, conferindo à realidade a que os Açores ficam sujeitos uma unidade conjuntural susceptível de uma visão integrada como anteriormente defendemos. É indubitável que as duas situações se confundem e na perspectiva dos ingleses, tendo os Açores como nó estratégico, o envolvimento na Guerra Peninsular como prolongamento do conflito que os opunha à França napoleónica, como a manutenção de um domínio nas relações comerciais com as ilhas a oeste dos Açores, a que acresce o reforço das relações com o Brasil por virtude da abertura dos seus portos em condições preferenciais após a chegada do Regente, são tudo parte da mesma urdidura na qual o aprovisionamento proporcionado pelos navios das suas antigas colónias no continente americano, surge como instrumental ao suprir

carências essenciais derivadas do diversificado xadrez político dominado pela Inglaterra.

No que toca aos Açores, e em particular à intervenção do Governador, para além da satisfação que lhe causará o inesperado acréscimo das receitas da Fazenda – aliás verificável através da documentação e cujo contributo para o acréscimo das transferências para amortização do empréstimo contraído pela coroa portuguesa em Inglaterra será significativo – a situação não irá causar a criação de solicitações de natureza fundamentalmente diversa das que a presença inglesa já causaria, nomeadamente a nível das implicações resultantes da procura acrescida de géneros da terra, agudizando crises já tradicionais, ou do sobressalto das populações confrontadas com a presença desordeira da marinhagem. A correspondência que o Governador Militar das Ilhas do Faial e Pico dirige ao Capitão-General é, sob este ponto de vista, esclarecedora. Como esclarecedor de um certo clima de turbulência social será o facto de ocorrerem nesta época os conhecidos – mas não explicados – episódios da fuga, ou rapto, de freiras de conventos faialenses, a que não será estranha a providencial ajuda de um ou outro lobo do mar menos sensível à visão respeitável de um hábito religioso.

A natureza desta comunicação quase dispensaria a tradicional conclusão. Julgo, mesmo assim, que valerá a pena ordenar algumas considerações finais em jeito de síntese:

Numa perspectiva nacional, e na emergência das Invasões Francesas e consequente mudança da Regência para o Brasil, os Açores passam a assumir verdadeira linha de fronteira nacional onde a soberania, efemeramente embora, pode exercer-se sem grande risco ou constrangimento, assegurando também papel de suporte à aliada britânica no desenvolvimento de uma manobra estratégica que serve, não só os seus interesses, mas igualmente os interesses da coroa portuguesa no sentido da libertação do continente do domínio napoleónico.

Ainda numa avaliação dos interesses da coroa portuguesa, as

ilhas açorianas, à margem da desordem instalada no território do continente, constituem-se num espaço fiscal de recurso face à necessidade de amortizar o empréstimo de 600.000 Libras contraído pelo Enviado de Portugal junto da Corte de Londres em nome do Príncipe Regente D. João VI;

Com particular incidência nos anos de 1808 a 1810, mas não se limitando a eles no que toca ao impacto na vida social e económica dos Açores, o arquipélago vive os efeitos de uma conjuntura complexa que envolve ambas as margens do Atlântico, numa abrangência de interesses que se estende da Inglaterra ao Brasil, Colónias das Ilhas a Oeste dos Açores e Estados Unidos da América;

No centro geográfico desta trama de relações e antagonismos, os Açores asseguram um protagonismo de relevância assinalável ou seja, para utilizar expressão de Albert Silbert, posicionam-se como verdadeiro Carrefour de l'Atlantique, reproduzindo, salvaguardados os contextos e circunstâncias, um significado estratégico de contornos próximos dos que se apresentam à análise no período do domínio filipino. Nesta linha de pensamento, parece legítimo afirmar-se que se está também perante um protagonismo que antecipa méritos que ao arquipélago são reconhecidos no desenrolar dos conflitos mundiais da primeira metade do nosso século.

Afinal, a ausência dos temas que aqui tratámos, na historiografia nacional, é apenas isso: uma estranha omissão, já que na época a que nos reportamos, e no contexto explicitado, a intervenção estratégica dos Açores terá de ser entendida como uma quase inevitabilidade e, numa perspectiva historiográfica, incontornável.

"A Ilha da Madeira durante as *Guerras Napoleónicas*: a génese das ocupações britânicas de 1801 e 1807"

Paulo Miguel Fagundes de Freitas Rodrigues

Durante as *Guerras Napoleónicas*, a Ilha da Madeira foi ocupada duas vezes por tropas britânicas: a primeira, entre Julho de 1801 e Janeiro do ano seguinte; a segunda, entre Dezembro de 1807 e Outubro de 1814. O texto que de seguida apresentamos tem por objecto não as ocupações *em si*, mas as conjunturas internacionais que, em 1801 e em 1807, as provocaram. Por outras palavras: o objecto da nossa apresentação tem como limite cronológico e analítico o(s) momento(s) em que as embarcações britânicas surgem(iram) na baía do Funchal[1].

1. A definição da importância estratégica insular e a sua relação com os interesses britânicos.

A Ilha da Madeira faz parte de um pequeno arquipélago, si-

---

[1] Julgamos ser pertinente acrescentar ainda o seguinte esclarecimento: este texto aborda apenas dois dos momentos que caracterizaram a vida insular durante as *Guerras Napoleónicas*, pois esta é uma temática muito mais vasta e com outros componentes, os quais desenvolvemos na nossa dissertação de Mestrado, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

tuado no paralelo 33° N (a 796 km da costa africana, a 504 km das Ilhas Canárias, a 978 dos Açores e a 980 de Lisboa), que é também composto pela ilha do Porto Santo e ainda por dois subgrupos de ilhas desabitadas: as Desertas e as Selvagens[2]. A Ilha principal ocupa uma área que ronda os 750 Kms quadrados[3].

O espaço insular é, como se pode verificar, reduzido, mas conseguiu reter, gerir e expandir, no início do século XIX, uma *importância estratégica de tradição comercial*, que ultrapassou, em muito, os limites do antigo Império Português[4]. Como veremos, foi a partir desta *componente tradicional* que, desde a última década do século XVIII até 1815, se desenvolveram outras funções estratégicas relevantes.

A funcionalidade estratégica da Madeira era uma consequência da sua posição Atlântica. A este respeito, importa destacar também outros dois elementos: por um lado, a situação daquele a que podemos chamar de *Paralelo da Madeira*, que fica muito perto da zona de entrada no Atlântico dos Ventos Alísios de NE (que se prolongam até ao Equador); por outro lado, devemos salientar a função proeminente do Funchal, não só como ponto preferencial para o contacto directo da Ilha com o exterior, como também enquanto centro político-administrativo insular[5].

O primeiro pressuposto esclarece-nos a respeito da necessidade de passagem pela Ilha, e o segundo indica uma das razões funda-

---

[2] A respeito da dimensão geográfica do arquipélago (e da Ilha) vide Sarmento (1936) e Orlando Ribeiro (1985, ed. original 1949). Para dados fornecidos segundo um contemporâneo Giraldez (s.d.).

[3] A Ilha tem cerca de 57 kms de comprimento máximo (entre as Pontas do Pargo e de São Lourenço) e 23 km de largura máxima (entre as Pontas de S. Jorge e da Cruz). Estes números não são absolutos, nem a sua aceitação tem sido pacífica, variando conforme os estudos consultados. Assim, para além dos trabalhos referidos na nota anterior, vd. o *Elucidário Madeirense*, vol. II, verbete "Madeira", pp. 307-312, ed. de 1984 (1945) e Eduardo Pereira (1989).

[4] Sobre este e outros aspectos do dinamismo insular, desde o período da colonização até ao século XVIII, vide Carita (1989-1996); Para o século XVIII, Maria de Lourdes de Freitas Ferraz (1994).

[5] O Arquipélago está situado entre os paralelos 33° 7' 50" e 32° 22' 20" de Latitude Norte e entre os meridianos 16° 16' 30" e 17° 16' 38" de Longitude Oeste. As Ilhas dos Açores são o extremo oeste da área referida, mas onde o vento era mais fraco. A este respeito pode vide Silbert (1954) pp.10-11.

mentais na definição do principal ponto de ancoragem e de defesa (aspecto que não desenvolvermos nesta apresentação). Ou seja: se os ventos obrigavam as embarcações que rumavam da Europa para o hemisfério Sul a passar na zona marítima próxima da Madeira (e Canárias)[6], a cidade era também o último ponto seguro de abastecimento, antes de Cabo Verde ou até, muitas vezes, do continente americano.

Não custa perceber, portanto, porque é que a Ilha representava, tendo em conta apenas os elementos naturais, um dos pontos fulcrais nas ligações marítimas da Europa, com *todos* os continentes, em particular com o cada vez mais concorrido espaço ibero-americano, embora também o fosse na passagem para a costa ocidental de África e alguns pontos no Índico e do Pacífico. Ou seja, a Ilha encontrava-se situada numa *zona de encruzilhada*, que era ainda reforçada pela *proximidade suficiente* do mar Mediterrâneo[7]. Tudo isto era ainda enformado por um outro aspecto singular: o grande tráfego atlântico que passava pela Madeira apenas se verificava no sentido Norte-Sul[8].

Foram estas características que conferiram ao Funchal a

---

[6] Este percurso significava ainda a fuga aos ventos variáveis de Oeste, opção ainda mais relevante quando sabemos que aqueles no Inverno podiam ser extremamente violentos. Cf. Silbert (1954) p. 11.

[7] Silbert (1954) afirma que "**si le monde méditerranéen continue a garder le contact avec Madére il ne joue dans la vie de l'île qu'un rôle bien médiocre**" (p. 8). Esta opinião é discutível a vários níveis, mas não nos interessa desenvolvê-la neste espaço. De facto, aquilo que afirma Silbert poder-se-á ter verificado no que diz respeito às questões comerciais, mas pela investigação que efectuámos sabemos que isso não sucedeu na dimensão político-militar. No espaço atlântico, Godechot (1947) opõe as rotas "portuguesa" e "espanhola" (esta pelas Canárias), diversão com que Silbert parece concordar, quando afirma que não era pelos Açores, mas sim pela Madeira, que passava a rota "portuguesa", acrescentando que "**(...) la route de Madère devint plus facilement anglaise et fus sans doute plus importante**" (p.12).

[8] Apenas uma rota não passava pelo mar da Madeira: aquela que conduzia para norte do Cabo de Haterras. No Inverno, no entanto, mesmo esta era mais fácil e segura através das Antilhas e, por isso, através da Madeira. Cf. Silbert (1954) p.11. Convém esclarecer que apenas falamos em "grande tráfego", pois este não se trata de um principio absoluto, apesar de ser largamente predominante. Assim, ao longo da nossa investigação encontrámos diversas referências que nos confirmam as situações de excepção. No sentido Sul-Norte, de uma forma geral, as passagens verificavam-se na zona dos Açores ou, inclusive, a norte destas ilhas.

essência da sua vida quotidiana, numa relação que tinha uma *pedra-de-toque* no elemento técnico, pois, como muito bem sintetizou Albert Silbert, "**la position de Madère est en rapport avec une vieille et simple règle générale de la navigation à voile (...)**"[9].

Esta realidade pode ser confirmada em textos coevos, em particular naqueles de proveniência britânica, onde se nota uma tendência para destacar a relação entre o elemento físico e a importância estratégica geral das ilhas portuguesas. Embora existam outras referências, retivemos a nossa atenção em duas obras que, sob diversos aspectos, consideramos essenciais: *An Authentic account of an embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China* (1797), de George Stauton[10], e também *A Voyage to Cochinchina* (1806) de John Barrow[11].

Apesar de publicadas em épocas distintas, estas obras têm como referência a mesma expedição e fornecem indicações preciosas e minuciosas acerca da navegação até à Ilha (e no mar do arquipélago). É também interessante observar a coincidência (?) entre a sua publicação e o desenrolar do conflito, o qual, em qualquer das datas se apresentava difícil para os interesses britânicos.

Este problema, aliás, é destacado por Barrow, não só quando se refere ao lapso temporal entre os dois relatos (1797-1806), como

---

9 Silbert (1954), p.10. Um breve parêntesis para louvar a reedição bilingue desta obra, levada a efeito pelo *Centro de Estudos de História do Atlântico* em 1997. Um exemplo que, infelizmente, parece não ter seguidores na Ilha. E textos não faltariam.

10 Sir George Stauton, *An Authentic account of an embassy from the King of Great Britain to the emperor of China*, vol. I, cap.° III, London, W.B. and C.°, 1797, pp. 53 a 85. O capítulo III é dedicado á Ilha da Madeira. A expedição partiu de Portsmouth a 26 de Setembro de 1792 (naus *Lion*, de 64, e *Hindostan* e o brigue *Jackall*), conduzindo o Earl of Macartney, embaixador extraordinário e plenipotenciário de SMB ao Imperador da China. A 1 de Outubro saíram de Torbay, passaram por Devonshire, pela Ilha de Ushant e a 10, depois de 9 dias sem verem terra, avistaram o Porto Santo. As informações acerca da navegação para a Madeira são baseadas nas palavras de Sir Erasmus Gower, o comandante da expedição.

11 John Barrow, *A Voyage to Cochincina, in the years 1792 and 1793 (...)*. London, T, Cadell and W. Davies, 1806, pp. 1 a 26. O capítulo I diz respeito à Madeira. O autor faz referência a G. Stauton, que foi seu companheiro na expedição em causa e a quem dedica a obra. Ou seja, esta é uma outra visão de uma mesma viagem.

também quando acrescenta que as alterações entretanto introduzidas no horizonte político mundial forneciam "**the scope for new suggestions and reflexions which could not exist when the voyage was made** [1792], **but which are *particulary applicable to the present time***"[12].

Antes de mais, convém referir que ambas procuram analisar os problemas gerais de navegação entre Porthsmouth e a Madeira, embora Stauton, ao referir-se ao espaço atlântico português, tenha reservado uma atenção muito particular à navegação no mar do arquipélago[13], enquanto Barrow denota maior preocupação em fornecer informações relativas aos ventos e correntes na entrada do Mediterrâneo[14]. Por outro lado, para além de manifestarem as preocupações de âmbito naturalista, que eram usuais na época em que escreviam, ambos coincidiram em outros dois aspectos: primeiro, na aceitação de que a passagem pela Ilha continuava a ser, senão obrigatória, pelo menos necessária, para uma viagem rápida (e segura) para as Américas; depois, na preocupação de caracterizar, sob o ponto de vista geográfico, o Funchal e o seu espaço envolvente, tendo em conta que tais dados seriam importantes para uma aproximação segura.

A cidade, por estar situada numa baía pronunciada, aberta, exposta aos ventos e sem qualquer infra-estrutura para acostagem, obrigava as embarcações à vela a precauções redobradas[15]. As naus, mesmo depois de ancoradas, continuavam a temer uma alteração repentina no sentido do vento, o qual, quando soprava de Sul, podia arrastá-las contra a costa. Perante este perigo, a alternativa apresen-

---

[12] Barrow (1806), prefácio, p. v. Itálico nosso.

[13] Stauton (1797) pp. 60 a 63. Preocupa-se com a navegação entre o Porto Santo e o Funchal, deixa indicações acerca das posições geográficas, refere a influência das correntes e informa acerca dos cuidados a ter na aproximação à baía do Funchal.

[14] Barrow (1806) p. 2-3.

[15] Stauton (1797) p. 61 e 62 e Barrow (1806) p. 3 e 5. Talvez por isso, todo o movimento marítimo se confundia com a urbe. Apesar de qualquer imagem pecar por defeito, podemos tentar imaginar o movimento, diverso, constante durante o dia, entre as embarcações e a costa, por intermédio de barcaças e ao longo de uma linha de praia de areia e calhau com cerca de 2 Km.

tada era a utilização da Fortaleza do Ilhéu, como ponto de amarração dos cabos, embora em breve se tivesse verificado que aquele espaço era insuficiente, para salvaguardar o movimento marítimo[16].

Tudo isto era, porém, uma herança. O meio físico, os condicionalismos técnicos, as linhas de navegação atlânticas e o juízo formulado pelos contemporâneos a respeito da Ilha, tudo se baseava na memória e na tradição, mas foi exactamente neste quadro que se inseriram os interesses das duas grandes potências europeias com propensão ultramarina: a Inglaterra, com a sua capacidade naval e os seus vastas possessões ultramarinas, e a França, com intenção de os afectar e, assim, expandir o seu próprio Império.

Neste sentido, julgamos que é relevante destacar que a definição da importância estratégica insular tem na sua base uma dimensão geográfica, que nos remete para um passado que pode remontar até ao período dos *Descobrimentos*. Deste pressuposto resulta, portanto, que, no final do século XVIII, a importância estratégica da Madeira era, antes de mais, uma *herança*, na qual se inseriram então alguns factores inovadores.

Em concreto, isto significa que, até às *Guerras Napoleónicas*, a soberania portuguesa na Ilha nunca estivera em causa e que a Coroa se serviu das disputas internacionais, para gerir e manter a ligação da Madeira às duas principais esferas de influência existentes. Porém, a questão insular começou-se a complicar, quando, devido a diversas alterações na conjuntura internacional, se passou a admitir,

---

16 Cf. Stauton (1797) p. 62. Este autor faz referência á hipótese da construção de um porto, apesar da elevada despesa que isso implicava, e salienta que a obra só poderia ser realizada entre o Ilhéu e a rocha ("pontinha") que se encontrava junto á costa. Acrescenta, no entanto, que seria sempre uma tarefa difícil, pois o mar era, por vezes, muito violento (com o vento sul). As ondas, que embatiam no Forte, podiam atingir os 80 pés; J. Barrow retomou a questão, afirmando que a baía era considerada "**extremely dangerous from the autumnal to the vernal equinox**", época em que os ventos de sul causavam "**a high and rolling swell of the sea to be thrown in upon the shore**". Barrow aproveita para relatar o sucedido como cmdt. da nau *Hindostan*, que naquela mesma expedição esteve em constante sobressalto e que em outra expedição anterior tinha perdido o seu barco, com a morte de todos os que estavam a bordo, só escapando ele (e o cozinheiro) por estarem em terra. Cf. Barrow (1806) p.5.

a respeito da função estratégica da Madeira, por influência da situação continental, uma utilidade que ultrapassava a referida visão comercial *tradicional*. É, em parte, este novo olhar que nos ajuda a explicar a verdadeira índole da Ilha durante as *Guerras Napoleónicas*.

No final do século, a Ilha despertava dois graus de interesse: um interesse de facto e contínuo, que no final do XVIII já tinha tradição: o britânico; um interesse quase sempre teórico, paralelo, inconstante e periódico – o francês – existente quase sempre na medida em que pudesse afectar e dificultar a acção britânica. Entre ambos estavam os interesses próprios de Portugal.

Neste quadro e num conflito com dimensões mundiais, foi com naturalidade que a Madeira se inseriu, de imediato, na esfera de influência da potência marítima, não só por tudo aquilo que significava para o Império britânico, como também porque poderia funcionar como um ponto de apoio e controlo, sobre uma parte dos movimentos navais da potência continental, que mantinha interesses ultramarinos.

Com a subida de Bonaparte ao poder e a nova dinâmica imposta na política externa francesa, que impulsionou as disputas europeias com reflexos intercontinentais, começou-se então a exercitar o peso estrutural da Madeira no Atlântico. Este exercício foi, por um lado, o reflexo das opções estratégicas das grandes potências e, por outro, o resultado da estreita correlação dos factores económico, político e militar, sempre com o pressuposto de que o valor estratégico da Madeira, desde que utilizado com eficácia, poderia afectar a realidade atlântica e, desta forma, o equilíbrio entre as potências. Este facto era suficiente, para que se tivesse colocado, desde cedo, a hipótese de medidas de carácter militar, que, na conjuntura de então, apenas a Inglaterra podia tomar e foi o que acabou por fazer na plenitude.

Neste contexto, as *vias de desenvolvimento* da situação estratégica da Madeira, podem ser enumeradas da seguinte forma:

1. na relação com o espaço atlântico.

1.1. zona de ligação entre o continente europeu e o americano.

a) tráfego brasileiro.

b) ligações com as Caraíbas.

c) controlo da navegação com as colónias espanholas.

1.2. posição central no triângulo português (Lisboa-Cabo Verde-Açores).

a) pressão e controlo sobre as ilhas Canárias.

1.3. zona de passagem obrigatória para a Índia e Ásia.

2. na ligação com o Mediterrâneo.

2.1. controlo do trânsito geral relacionado com o Estreito de Gibraltar.

3. na relação com a Península Ibérica.

3.1. ponto de apoio rápido a qualquer actividade costeira.

3.2. segunda linha de controlo sobre Cádiz e da costa mediterrânica espanhola.

Assim, durante o período napoleónico, a Ilha viu ser renovada a sua função no Atlântico, numa conjuntura em que o oceano funcionava como *espaço fulcral*, para a definição de poderes. Por outro lado, importa destacar que a potenciação do espaço madeirense resultou da correlação de diversos factores, e nunca de um em particular. Esta dinâmica teve por base diversas motivações exteriores que, embora habituais na História da Madeira, se concretizaram, durante as *Guerras Napoleónicas*, através de novas *fórmulas* e de diferentes *formas* (de que as ocupações são um exemplo).

Neste sentido, a principal novidade está no reconhecimento da utilidade militar e política que, enquanto catalisadora do interesse internacional, pelo espaço insular, se sobrepôs ao peso das tradicionais actividades comerciais e produtivas locais. Após esta tomada de consciência, estavam criadas as condições necessárias para que sucedesse um conjunto de experiências inovadoras, na realidade histórica madeirense.

Assim, se as principais produções insulares (a açucareira e a vinícola) tinham ajudado a desenvolver a economia madeirense (e portuguesa), atraindo, para o Funchal, embarcações de diversas proveniências, aquilo que se começou a verificar no final da década de 90, e depois se desenvolveu durante a primeira década e meia do século XIX, foi o inverso: neste período, ao contrário dos antecedentes, foram os condicionalismos político-militares (e não os comerciais) a provocar o interesse pela Ilha e a contribuir para a sua posição de relevo a nível internacional, enquanto, em simultâneo, mas agora em consequência desta importância estratégica, se desenvolveu, de forma extraordinária, o principal produto de exportação (o vinho).

Quer isto dizer que só o aparecimento de um conjunto de novas exigências pode explicar uma ocupação de âmbito militar (uma vez que o predomínio comercial britânico já existia, de facto, e para o manter não era necessária a referida ocupação). Daí que, ao definir as exigências, estejamos também a caminhar para a compreensão dos motivos da ocupação. Pela primeira vez na História da Madeira, os ritmos impostos pela actividade comercial relacionada com a ilha (e os seus elevados rendimentos) não eram a causa de um interesse secular. Só desta forma se podem entender que as ocupações tivessem sido *militares*, existindo, por isso, muito para além dos interesses comerciais locais e das suas ramificações, em particular daquelas a que estavam ligados os negociantes britânicos.

2. A conjuntura internacional, o poder naval britânico e a posição portuguesa em 1801.

No final do século XVIII, apesar da maior propensão britânica, o interesse pela Madeira era plural, pois também é possível encontrar referências à Ilha nos círculos diplomáticos franceses. Em 1796, por exemplo, quando pela primeira vez, desde a Revolução, a situação continental parecia estar a caminhar para uma estabilidade favorável aos interesses franceses, M. D'Hermand, cônsul em Madrid,

propôs aos seus superiores a conquista da Madeira, embora apenas com o intuito de pressionar Lisboa e, dessa forma, tentar afastar Portugal da aliança inglesa[17]. Contudo, o interesse francês foi fugaz, pois a França continuou envolvida em várias querelas continentais e, neste período, a viragem para o Atlântico não chegou a atingir as proporções desejadas em Paris. Ainda assim, este interesse manteve-se sempre latente.

No início de 1801, uma vez mais o espectro do isolamento era uma das ameaças preocupantes para a G.B., desta vez na sequência do Tratado de Luneville, do interesse que a Prússia manifestava em relação a Hannover, da renovação da *Liga da Neutralidade Armada* e, claro, das movimentações na Península Ibérica, onde a Espanha era impelida a invadir Portugal.

De novo, a paz no continente, favorável à França, permitia que esta renovasse as suas ameaças contra o Reino Unido, no âmbito das quais se devem inserir as referidas investidas contra Portugal[18]. Nos primeiros meses de 1801, a resposta britânica foi imediata e vigorosa. Entre outras coisas, a *Royal Navy* atacou Copenhaga e foi ordenado o reforço das forças britânicas na Sicília e em Gibraltar. A intenção era óbvia: defender os seus interesses nacionais e ultramarinos, optando, no entanto, em relação ao espaço europeu, por uma atitude de *defesa activa*, confirmando assim a sua opção pelo mundo colonial[19].

Em termos gerais, as referidas movimentações britânicas pretendiam atingir 4 objectivos: assegurar uma das portas do mercado europeu; evitar que as principais unidades da marinha dinamarquesa

---

[17] Cf. Pins (1984) p. 27.

[18] A *Paz de Lunéville* (9 de Fevereiro de 1801) entre a Áustria e a França confirmou o acordo de Campo Fórmio e significou o fim do Sacro Império Romano. A França recuperou territórios na margem esquerda do Reno e através de um complexo jogo de cedências e recriações assegurou a estabilidade na Europa. A 27 desse mesmo mês Carlos IV de Espanha declarou guerra a Portugal. Se existia ou não, da parte da Espanha, interesse na guerra, essa é outra questão.

[19] Na prática aquilo que se verificava era a oposição entre Henry Dundas (favorável a uma aposta na marinha e nas colónias) e Grenville (virado para o Continente). Vd. Mackesy (1984).

fossem utilizadas pela França; ter capacidade para controlar os movimentos navais franceses e reforçar a segurança das ligações da metrópole com o Império[20]. Como se verifica, o interesse britânico incidia unicamente sobre os espaços europeus *ultra-periféricos.*

Nesta conjuntura, a posição portuguesa definiu-se a partir de duas vertentes fundamentais: uma, *central*, era consequência das suas possessões ultramarinas (onde podemos inserir a Ilha da Madeira); outra, *relativa*, que era produto da situação geográfica do Reino no espaço peninsular e europeu. Até 1815 a importância da primeira vertente foi uma constante e a influência da segunda variou.

Neste âmbito, existiam então quatro espaços vitais, nos quais se baseava quase toda a política externa portuguesa:

1. o Atlântico, *em si*, enquanto espaço de ligação com a metrópole e de trânsito para todo o Império;
2. o Brasil (território ultramarino prioritário) e as linhas de navegação que a ele conduziam;
3. as diferentes áreas no Atlântico onde se manifestava o interesse português (directo ou indirecto):
   3.1. a zona de entrada no Mediterrâneo
   3.2. as zonas de negociação de escravos na costa africana
   3.3. as zonas que ajudavam a manter a rota para a Índia
   3.4. as Caraíbas (enquanto catalisador da movimentação das potências)
4. a Europa (devido à ligação umbilical que desenvolvia com o Atlântico) e Lisboa (ponto nevrálgico do Império).

Para Portugal, esta era a linha de prioridades em vigor no início das *Guerras Napoleónicas,* e com ela se construiu o conceito que

---

[20] A Ilha de Malta foi recuperada em Setembro de 1800; O Czar Paulo I foi assassinado em Março de 1801; A frota dinamarquesa, primeira linha da projectada *Liga da Neutralidade Armada do Norte*, foi anulada em Abril; Neste período foram também ocupados diversos domínios ultramarinos nas Índias Ocidentais.

melhor exprime a situação portuguesa na época: vulnerabilidade, crescente desde meados do século XVIII; algo estável após a *Revolução Francesa*; irreversível com as *Guerras Napoleónicas*[21].

Neste complexo jogo de interesses, é fundamental salientar que no final do século XVII o peso das posições britânicas perante Portugal era bem menor do que se supõe. Embora o marco institucional, que tinha sido estabelecido pelo Tratado de Methuen, não se tivesse modificado de forma significativa, a verdade é que o sistema de relações luso-britânico sofrera alterações de fundo. Esta evolução nota-se, por exemplo, entre outras coisas, no comércio brasileiro, onde a Inglaterra era apenas uma entre as quatro nações que negociavam os produtos locais. Por isso a revisão do acordo de 1703 era também um dos objectivos da política externa britânica no(s) período(s) que agora analisamos e condicionou fortemente as relações com Portugal[22].

Do ponto de vista português, a aliança prevalecia por três razões: assegurava a defesa dos portos continentais e a segurança dos ultramarinos, significava um elemento dissuasor perante as ameaças externas e, de uma forma geral, funcionava como garantia da segurança geral no Império.

Para Portugal, contudo, a supremacia *Royal Navy* tinha um resultado ambíguo: ao assegurar uma unidade muito difícil de gerir (mas que seria impossível, sem a marinha britânica), podia introduzir (e fê-lo) elementos de profunda instabilidade. Neste caso, isso podia suceder quer por *defeito* (porque desprotegia), quer por *excesso* (dificultava a manutenção da soberania portuguesa e a posição do governo, a nível internacional)[23]. Daqui resultou que a atitude portu-

---

[21] Acerca da *vulnerabilidade* portuguesa vide Alexandre (1993).

[22] A este respeito vide Maxwell (1971), Silbert (1981), Alexandre (1993) e Macedo (1978 e 1982).

[23] Os diplomatas portugueses tinham essa noção e, também por isso, a única saída encontrada na política portuguesa foram os compromissos possíveis, de harmonia com as diferentes conjunturas.

guesa, até ao início do século XIX, tivesse balançado entre uma resposta positiva aos pedidos de apoio contra a Espanha e a França coligadas[24] e/ou o assumir de uma dúbia neutralidade nos conflitos em que participasse a Grã-Bretanha[25].

Em síntese: as dificuldades introduzidas pelas *Guerras Napoleónicas* tiveram muito a ver com a incapacidade portuguesa em gerir uma realidade nova, para a qual as respostas conhecidas não serviam ou pouco adiantavam. Dificuldades estas, convém esclarecer, que não foram exclusivas do nosso país, mas proporcionais aos problemas que todas as potências europeias sentiram para lidar com a *questão napoleónica*. Neste sentido, repercutiram-se, nos espaços portugueses, um conjunto de novos problemas, quase todos de proveniência externa, que não foram devidamente interpretados ou, sendo-o, não permitiram a construção de alternativas que mantivessem incólumes as estruturas existentes.

É neste âmbito que se deve compreender a atitude portuguesa quanto à Madeira, pois a Ilha representa uma dimensão da realidade que acima expusemos, sob dois planos: um que diz respeito à sua inserção e função na política externa nacional; outro que tem a ver com a relação plural entre o poder central e o poder local, em particular quanto aos assuntos de defesa. Nestas linhas vamos desenvolver apenas o primeiro destes planos.

No final do século XVIII, o governo português seguia com alguma preocupação a situação madeirense. Em primeiro lugar, porque, apesar dos acordos existentes com a Inglaterra (ou talvez por isso), reconhecia que a prioridade portuguesa (ligada ao tráfego brasileiro) poderia ser afectada a partir do Funchal. Como teremos opor-

---

[24] O que sucedeu nas guerras da *Sucessão Espanhola* e dos *Sete Anos*, os conflitos que tinham repercussões no Atlântico e no mundo colonial.

[25] Nas disputas internacionais das décadas de trinta e quarenta e durante a *Guerra da Independência Americana*. Nestes casos a neutralidade que teve duas dimensões: real (distanciamento efectivo dos conflitos) ou teórica (colaboração activa, embora não formal, com a Inglaterra). Durante a guerra, Portugal proibiu a entrada de embarcações americanas e a venda de munições. Cf. Dec.º 30 de Agosto de 1778, Biker, *Suplemento à Colecção de Tratados...*, t. XI, p. 366.

tunidade de verificar, esta preocupação contribuiu para que se introduzisse um efeito algo perverso no relacionamento luso-britânico acerca da Madeira.

Sabemos que a importância da Ilha nos diversos fluxos comerciais atlânticos era histórica[26]. No que diz respeito a Portugal, a singularidade está no facto dessa posição não ser, no final do século, uma consequência directa da principal rota atlântica portuguesa: a rota do Brasil. Pelo contrário, como salienta Albert Silbert, a Madeira "**à cet point de vue, comme à d'autres, ne se situe pas dans les cadres classiques de la vie económique portugaise. Les relations de Madère et du Brésil nous semblant en effect avoir evolué à part (...). Il est visible que l'État portuguais a cherché à écarter Madère du circuit luso-brésilien**"[27]. Esta situação condicionou toda a política portuguesa quanto á Ilha, em particular a nível diplomático, representando uma das razões para as frequentes tentativas de *marginalização* da posição insular. Esta atitude, porém, estava condenada ao fracasso, pois não dependia dos desejos nacionais, mas sim da conjuntura internacional e dos interesses britânicos.

Na prática, a Coroa reconhecia (e temia) a *intromissão* do Funchal nas linhas comerciais entre Portugal e o Brasil, através da actividade ilegal (leia-se contrabando), praticado pelos comerciantes estabelecidos na Ilha, sobretudo os britânicos. Neste contexto, o interesse português pela Madeira existia apenas na medida em que a produção vinícola local (ou outra qualquer produção que se viesse a implantar) e os rendimentos da Alfândega contribuíssem, com elevadas quantias, para o Tesouro do Reino. Por alguma razão este era, por sistema, o primeiro ponto nas instruções que se transmitiam para as autoridades locais, sempre que estas assumiam funções, em particular quando se tratava do capitão-general e governador.

Desta forma, numa conjuntura internacional de conflito aber-

---

[26] A este respeito, julgamos desnecessário estar a enunciar aqui a bibliografia que o comprova.
[27] Silbert (1954) pp. 13-14.

to, com as duas áreas de influência definidas, os motivos da relação Portugal-Madeira-Inglaterra fizeram com que a ilha definisse a sua situação, a partir dos interesses estratégicos da potência marítima e não do Estado que sobre ele exercia a soberania.

No que diz respeito à atitude de Portugal, isto originou uma situação curiosa: a posição geográfica da Madeira fê-la afastar-se das prioridades portuguesas (ligadas, como já referimos, ao Brasil), mas por isso mesmo renovou o interesse da Inglaterra. Ou seja, as razões para a *recusa* portuguesa passaram a ser os motivos do interesse britânico, na sequência dos quais tiveram lugar os dois momentos de auge da relação anglo-madeirense (as ocupações).

No que diz respeito à consciência que os diplomatas portugueses tinham sobre a situação internacional, merece destaque o desagrado, lúcido e prudente, de Rodrigo de Sousa Coutinho, perante aqueles que considerava terem sido "**os infelizes Tratados que S.A.R. foi obrigado a concluir**". O ministro português considerava que, a partir de então, dever-se-ia trabalhar, de acordo com a Grã-Bretanha, "**sobre o modo de fazer ilusórias estas estipulações para o futuro, procurando também que não fiquem permanentes**". E acrescentava que os interesses da França serviam para demonstrar a importância da aliança luso-britânica, que "**felizmente tem subsistido (...) e de que ambas têm tirado tão grandes vantagens, sendo notável que a *aliança e comércio das duas nações é mais um efeito constante da posição física das ditas (...) do que de imaginárias e procuradas relações (...)*"**[28].

Em 1801, a atitude da Inglaterra, perante o conflito na Península, reflectiu, entre outras coisas, um aspecto preocupante, mas que o governo português conseguira até então evitar: ao afirmar a sua incapacidade para facultar qualquer tipo de ajuda (material ou humana), o Gabinete britânico deixou explícito que o *espaço continental português* não era uma prioridade na sua estratégia de guerra. Este

[28] ANTT-MNE, ALPL, cx 150, 20 de Junho de 1801, RSC a Lima. O itálico é nosso.

facto, convém salientar, não nega o valor intrínseco do território continental português, mas demonstra que este não era entendido, em 1801, como uma área prioritária para política britânica. Esta situação manter-se-ia até 1808-1809 e, mesmo assim, no extremo, a Península Ibérica só passou a ser uma opção inequívoca após 1812, o que aliás também pode ser verificado através da análise do movimento das forças estacionadas no Funchal.

Foram duas as razões para esta atitude: por um lado, as dificuldades materiais da Inglaterra não eram fictícias (e, a este respeito, sempre que havia disponibilidade, o Mediterrâneo tinha prioridade); por outro lado, como já referimos, a G.B. concentrava muito do seu interesse na viragem organizada (e legal) para o mercado brasileiro.

Ainda neste âmbito, mas a outro nível, podemos ainda fazer uma breve referência às ilhas Canárias (e à de Tenerife, em particular), as quais, pela proximidade em que se encontravam dos espaços insulares portugueses e por estarem inseridas numa zona de continuidade das linhas de navegação para Sul, reuniam as condições para funcionar como um espaço utilizável pelos inimigos da Inglaterra. Funcionavam, portanto, as referidas ilhas espanholas, como uma alternativa ao arquipélago madeirense, aspecto que era reforçado pelo seu poder defensivo natural, que as fazia deter uma capacidade persuasora superior, muito consistente, capaz de evitar a ocupação inglesa[29]. Aliás, as dificuldades sentidas na abordagem feita às Canárias, induziram, ajudaram a definir e, porque não, tornaram mesmo irreversível, a viragem para a Madeira[30].

---

29 Basta recordar o que sucedeu a Nelson, em 1797. Quanto aos condicionalismos naturais, podemos destacar o número de ilhas habitadas, os ventos e as correntes marítimas entre elas, que muitas vezes dificultavam a navegação e facilitavam o refúgio.

30 Em meados de 1800 o governo britânico calculava que a guarnição de Tenerife fosse constituída por cerca de 15.000 soldados. O ataque à ilha espanhola estava incluído num plano de contingência, no caso de fracassarem a coligação continental e as tentativas britânicas para desembarcar em Itália.

Cf. Mackesy (1984), p. 100 e cap.° VI, pp. 119-141.

Com esta atitude, o Almirantado demonstrou estar consciente de que, com ou sem o acordo da Corte de Madrid, as Canárias funcionavam como base naval, onde se refugiavam e de onde partiam as unidades navais francesas (e espanholas), corsários ou piratas. Na luta contra estas acções, nunca o poder naval britânico foi absoluto, apesar de ter conseguido fazer prevalecer a sua capacidade dissuasora, para a qual o apoio logístico do Funchal se revelou essencial. Ou seja, a ameaça foi contínua, mas a marinha britânica, ao controlar os acessos, restringiu os efeitos negativos da presença inimiga.

Assim, o receio do Gabinete britânico tornou-se concreto, quando cada vez mais se acreditava que era verosímil um *golpe-de-mão* francês contra a Madeira. Não só pelas insinuações do passado, mas também porque logo no início de 1801, se divulgaram (e confirmaram) diversas informações acerca da saída de várias unidades navais dos portos franceses no Atlântico e no Mediterrâneo, que ao escaparem ao bloqueio britânico representavam um perigo indefinido no oceano[31].

Nesta época, para além da vigilância quotidiana que exercia sobre aqueles portos, o Almirantado mantinha também na *zona peninsular atlântica*, uma ou duas divisões (no máximo), que tentavam controlar o porto de Cádiz, apoiar Gibraltar e, em simultâneo, percorrer toda a costa, entre o *Rochedo* e o Ferrol. Do ponto de vista britânico, este espaço de *vigilância peninsular* era limitado, a Oeste, pelas ilhas açorianas e, a Sul, pela Madeira, mas nele podem-se incluir outras áreas, com pontos de intersecção, entre os quais circulavam as referidas unidades de guerra britânicas:

a) Gibraltar-Funchal-costa algarvia;

---

[31] W.O. 1/397, *Intelligence Papers*, carta de Paris, 24 de Novembro de 1800 – desde o final de 1800 que chegavam ao ministério diversos relatórios secretos sobre as saídas de unidades de guerra de Brest para as *West Indies* (Guadalupe e S. Domingo), sendo constante a hipótese de também sair para aqueles destinos a esquadra francesa (com soldados e agentes). Na mesma época, chegaram informações de movimentos de tropas e barcos nos portos espanhóis de Cádiz e, em particular, do Ferrol (F.O. 63/36, 18 de Fevereiro de 1801).

b) Lisboa-Funchal-Gibraltar;

c) Lisboa-Funchal-Açores.

Em interacção com estas áreas, mas com outra dimensão, estava latente o futuro triângulo estratégico Lisboa-Cabo Verde-Açores, no qual a Madeira ocupava uma posição central e em relação ao qual a Inglaterra mantinha interesses.

No imediato, as preocupações do Almirantado, acerca dos movimentos de forças navais no Atlântico (ou, em particular, no mar da costa ocidental europeia), tinham a ver, na essência, com os dois espaços ultramarinos que então mais preocupavam a Inglaterra: as Antilhas (e a sua desejada *extensão* ibero-americana) e a Irlanda. Enfim, sem esquecer a Índia (embora esta ainda sem possuir a importância que depois adquiriu) e o espaço mediterrânico.

Em relação estreita com os dois espaços atlânticos acima referidos, existiam áreas, zonas ou pontos estratégicos, que adquiriam maior ou menor valor, de acordo com a posição que ocupavam ou com a relação que mantinham com os primeiros. Desta equação relativamente simples, resultava o grau do interesse que por eles (pontos, zonas ou áreas) manifestava a Inglaterra e a protecção que desejava (ou podia) dispensar-lhes.

Quer isto dizer, portanto, que quando se verificavam (ou noticiavam fugas) e/ou movimentos (quase sempre indeterminados) de divisões ou esquadras francesas e/ou espanholas, o receio em Londres materializava-se não só através de medidas preventivas na Irlanda e nas Antilhas, mas também pela disposição de vários *obstáculos* nas áreas que a elas poderiam conduzir. Aliás, era comum a ideia de que qualquer ataque em larga escala só poderia ter como alvo prioritário um daqueles espaços. Por outro lado, havia que ter em conta, como já referimos, o peso da actividade corsária, tradicional inimiga do tráfego comercial, mas que agora parecia ter também capacidade para se constituir num perigo potencial contra os pontos estratégicos.

Foi neste quadro (complexo) que se destacou a posição da Ilha da Madeira e, em particular, o espírito que provocou a primeira ocu-

pação. Acontecimentos esses que não podem ser dissociados daquilo que, no mesmo período, sucedeu em outros espaços limítrofes da Europa, com relevo para Gibraltar, Minorca, Malta, Sicília e Copenhaga, sem esquecer os casos de Elba, Sardenha e Córsega, nem as acções efectuadas pela Inglaterra nas Índias Ocidentais[32].

3. As negociações luso-britânicas para a primeira ocupação.

É importante começar por desmistificar o poder efectivo daquele que era o pilar da força britânica: a *Royal Navy*. Esta, de facto, no início do século, ao contrário do que muitas vezes se refere, apenas podia viabilizar, e mesmo assim com dificuldades, a prévia *opção defensiva*, que a Inglaterra havia adoptado para os mares da Europa e à qual já fizemos alusão. Esta afirmação, como se percebe, não nega o valor e o peso que a marinha britânica acabou por ter no desenlace do conflito, mas apenas reavalia as suas funções, uma vez que, pelo menos até 1805 (ou, no extremo, até ao final de 1808), os movimentos da *Royal Navy*, no perímetro europeu, foram, quase por sistema, uma resposta às iniciativas (navais ou terrestres) da França. Nesta perspectiva, era esta quem impunha o ritmo do conflito[33]. Ao percebermos isto, estamos também a compreender outra parte dos motivos que forçaram a Inglaterra a concretizar a(s) ocupação(ões).

Neste sentido, a principal função da marinha britânica foi impedir a execução dos movimentos militares franceses, para assim evitar o avanço ultramarino da potência continental. Era esta, em sentido estrito, a utilidade e flexibilidade da *Royal Navy* em 1801: a tal

---

[32] Gibraltar era uma possessão britânica desde 1704; Malta tinha sido perdida em 1798, mas fora recuperada em 1800; Minorca, em posse da Espanha desde 1783, tinha sido ocupada pelos britânicos em 1798 (embora regressasse ao poder espanhol em 1802); Sicília em 1799 (e depois entre 1806 e 1814) serviu de refúgio a Fernando VII e de plataforma das forças britânicas no Mediterrâneo; Copenhaga foi bombardeada em Abril de 1801; na primeira metade de 1801 foram diversas as conquistas britânicas nas Índias Ocidentais, não só à França, mas também à Dinamarca e à Suécia.

[33] Mackesy (1984) já refere esta perspectiva, mas quem a melhor desenvolve é Muir (1996).

atitude defensiva que, no entanto, nunca a impediu de manter uma relativa supremacia marítima[34].

Durante a primeira *fase atlântica* do conflito, a atitude *defensiva* da Inglaterra esteve, em muito, dependente da rapidez e acuidade das informações que eram enviadas para Londres. O conhecimento, o mais preciso possível, da posição, rumo, número, capacidade ofensiva e objectivo das unidades inimigas, eram elementos fundamentais e deles podia até depender a hipótese de resistência em vários pontos do globo (incluindo da própria G.B.) e também o grau de eficácia das suas principais estruturas de defesa[35].

Foi neste contexto que sucedeu a primeira aproximação, ainda durante a década de noventa, após o fracasso das negociações para a paz geral de Lille (em 1797) e na sequência da aproximação de Portugal à França, quando Grenville, então o ministro dos negócios estrangeiros britânico, demonstrou, embora sem particularizar, um até então inusitado interesse pela "**guarnição das ilhas** [portuguesas] **da costa ocidental de África**"[36]. Segundo aquele ministro, a situação internacional não estava favorável, panorama que contribuía para que se multiplicasse o receio, que se sentia na Inglaterra, não só pela segurança do Império, mas também em relação à integridade da própria Grã-Bretanha.

Cauteloso, Luís Pinto de Sousa limitou-se a considerar "**muito judiciosas**" o que, naquele contexto, considerava como as inconsequentes "**reflexões**" de um aliado[37]. Porém, apesar de superficiais, aquelas reflexões indicavam um novo (e talvez decisivo) impulso na interligação do Funchal com as esquadras, divisões e unidades de

---

34 Supremacia, mas não a hegemonia (que veio a alcançar, de facto, durante o século e cujas sementes foram lançadas com as *Guerras Napoleónicas*).

35 Aliás, este foi um aspecto constante e relevante durante todo o conflito, que ganhou outra importância tendo em conta a postura defensiva da Inglaterra e, depois, as suas necessidades ofensivas.

36 ANTT-MNE, ALPL, cx. 149, 23 de Fevereiro de 1798, Pinto de Sousa a Almeida e Castro – em resposta aos ofícios de 5 de Fevereiro.

37 Idem.

guerra britânicas,[38] sem esquecer a tradicional relação com os corsários e comboios navais que rumavam ao Sul[39]. Aliás, não foi por acaso que, dois anos depois, em 1799, surgiu um relatório, feito por um oficial superior britânico, o brigadeiro-general Maitland, o qual, na sequência de uma breve passagem pelo Funchal, enviou para Londres um conjunto de judiciosas informações, dirigidas a Henry Dundas, a quem manifestava a sua apreensão pela situação insular[40].

Os receios do governo britânico encontravam a razão de ser em vários factores: desde a incerteza quanto à posição de Portugal, face à forte pressão franco-espanhola, passando pela dificuldade em perceber qual a verdadeira extensão dos objectivos de Bonaparte (dúvidas e imprecisões agravadas pelas frequentes fugas de divisões navais francesas, em particular de portos que a *Royal Navy* acreditava que conseguia bloquear), até ao reconhecimento das próprias fraquezas militares (que impediam a tomada de uma atitude ofensiva), sem esquecer a instabilidade política interna, motivada por diversos problemas (desde o agravar da questão irlandesa, até às disputas ministeriais, passando pelas reivindicações nos sectores navais e militares).

---

[38] AHU-Madeira, 1091, 30 de Julho de 1799, Vilares a RSC – entre outros assuntos, pedia que lhe fossem abonadas despesas de representação que o obrigavam as "**contínuas visitas aos navios de guerra ingleses (...) que são frequentes passar por aqui**".

[39] ARM, Avulsos, cx. 7, n.º 868 – referência ao aprisionamento de uma galera portuguesa, por um corsário francês, por sua vez apreendido por outro inglês; Quanto aos comboios, apenas duas referências impressionantes: AHU-Madeira, 1125, 22 de Outubro de 1799, Vilares a RSC - referência à chegada (a 4) do "**desejado**" comboio de Inglaterra. Eram 108 (!) embarcações, onde se incluía uma "**grande nau**" (comandada pelo almirante conselheiro Roger Curtis e que transportava o novo governador do Cabo) e ainda duas fragatas. O bispo afirma, nesta ocasião, que não se via tal "**há muitos anos**", destacando também o movimento comercial que a sua presença originou e o facto de tudo ter decorrido com normalidade. Partiram a 12; ARM-AGC, 198, 8 de Abril de 1801, Câmara a RSC – Referência a outro comboio, que passou em Fevereiro de1801, desta vez com 109 velas, coberto por uma divisão inglesa, sob comando do almirante Sir Robert Calder. Partiu a 28. Cônsul informou que estavam no encalço de uma esquadra francesa e, caso não a encontrassem, seguiam para o Brasil.

[40] W.O. 1/71, 24 de Fevereiro de 1799, Maitland a Dundas – o brigadeiro-general chegou ao Funchal a 23 e partiu a 25, em direcção à Jamaica. O relatório foi, segundo o próprio, motivado por diversas queixas, mas em particular por aquela que foi apresentada por um capitão britânico, cuja embarcação tinha sido capturada e transportada para as Canárias. Mais tarde, em Abril, a partir de Filadélfia, para onde entretanto se deslocou, Maitland relembrou a pertinência e a urgência de dar uma resposta concreta aos problemas apresentados no seu documento. Cf. Paulo Miguel Rodrigues, *A Ilha da Madeira durante as Guerras Napoleónicas*, Lisboa, Julho de 1998, pp. 84 e ss. (Tese de Mestrado).

Do lado português, na Corte, apesar dos boatos que por vezes sopravam de Madrid ou das suspeitas que se levantavam em Paris, poucos acreditavam que fosse verosímil uma acção de força por parte da França contra a Madeira. Mais: quando se colocava tal hipótese, logo o governo – preocupado com a intromissão da Inglaterra – negava a sua viabilidade e destacava as incapacidades materiais dos franceses para atingir aquele objectivo, para além de elogiar as capacidades defensivas insulares.

Este ponto de vista é reforçado pela ausência de qualquer documento oficial, de origem portuguesa, através do qual fosse tomada a iniciativa de solicitar a ajuda militar da Inglaterra para a defesa insular, ausência esta que, em certa medida, reafirma a atitude de *marginalização* a que já nos referimos. Não se deve deduzir destes factos, porém, que a questão madeirense estivesse de todo ausente das conversações diplomáticas realizadas por iniciativa portuguesa.

Em meados de 1801, quando se verifica a passagem de Lourenço de Lima para a Legação portuguesa em Londres, e de D. João de Almeida (que ocupava aquele cargo) para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, inaugurou-se uma nova etapa no (difícil) relacionamento luso-britânico[41].

Desde Fevereiro, depois de Hawksbury ter aconselhado o governo português a negociar directamente com a França, com tudo o que isso implicava, D. João de Almeida optou por insistir apenas nas negociações para ajuda financeira, que decorriam em paralelo com os pedidos de auxílio militar, opção que se tornou central nas conversações a partir de Março e que Lourenço de Lima, apesar de pouco informado sobre o assunto, herdou e manteve. Apesar do esforço de ambos, os resultados não foram animadores e, quando parecia estar

---

41 ANTT-MNE, ALPL, cx. 721 - Lourenço de Lima chegou a 18 Maio de 1801 e iniciou as suas funções a 8 de Junho. A relação com o seu antecessor nunca foi pacífica. Quando soube (a 13 Julho) da nomeação de D. João de Almeida e Castro para os Negócios Estrangeiros, Lima limitou-se a responder de forma seca.

afastada a hipótese de um reforço do subsídio governamental, a alternativa que se desenhou foi um empréstimo na banca londrina[42].

Se em condições normais esta era uma tarefa difícil, na conjuntura de então, pior se tornava, pois as dificuldades surgiam a todos os níveis. Desde o juro a estabelecer, até à necessidade de encontrar uma fonte credível e segura, passando pelos obstáculos que o próprio o governo britânico podia criar em todo o processo.

Ora, foi neste ambiente que, em Junho de 1801, a questão da Madeira surgiu nas conversações luso-britânicas, por iniciativa de um dos elementos da Legação portuguesa em Londres, o Conselheiro e Agente Abade José Correia da Serra que, numa tentativa de ultrapassar o impasse que se estava a gerar nas negociações, introduziu a Ilha no processo, como mais um elemento a ter em consideração para que o entendimento fosse possível. Esta era ainda, entenda-se, uma primeira abordagem, oficiosa, que se verificava quase a título particular, sem a dimensão que em poucas semanas adquiriria.

Deste modo, em meados do ano, Correia da Serra comunicou ao seu ministério as negociações que vinha realizando, com alguns banqueiros londrinos, para conseguir um empréstimo de 9 milhões de cruzados (ou mais, se possível)[43]. O abade, segundo afirmava, tinha já a concordância de alguns negociantes, faltando *apenas* a autorização e as garantias do governo britânico, condição que em muitos casos poderia ser decisiva, embora, como também acrescentava, não parecesse ser essa a situação, pois Correia da Serra admitia que, mesmo sem as referidas garantias governamentais, o empréstimo poder-se-ia efectu-

---

[42] O subsídio acordado era de 600 mil libras, que deviam ser entregues em três prestações. Destas, a terceira, com o agravar da situação em Portugal, foi sendo sucessivamente adiada.

[43] ANTT-MNE, ALPL, cx. 721, 2 de Junho de 1801, Correia da Serra a Almeida e Castro - Não era o primeiro pedido de empréstimo. Nem foi o último. Era apenas mais um. Cinco anos antes, por exemplo, os Decretos de 29 de Outubro e 7 de Novembro de 1796 tinham dado cobertura a um empréstimo de 10 milhões de cruzados (juro a 5%, em apólices), depois aumentado até 12 milhões (juro a 6%). Para este empréstimo, que se concretizou, as garantias foram: a consignação dos rendimentos das décimas eclesiásticas, das comendas e do *quinto* dos donatários da Coroa: Cf. Marquês do Funchal (1908).

ar. Neste caso, porém, sem tais garantias, a quantia nunca poderia ser superior aos 9 milhões, a taxa passava a 6 ou 7% e seria necessário aumentar as seguranças e lucros oferecidos por Portugal[44].

A garantia portuguesa mais desejada era, por tradição, os diamantes. Todavia, no início do século XIX, as pedras preciosas, só por si, já não preenchiam os requisitos necessários[45]. É neste quadro que Correia da Serra sugere, como alternativa, os "**dízimos e rendas reais da Ilha da Madeira**", embora fazendo-o "**hipoteticamente, só como lembrança**". Para seu espanto, segundo afirma, a oferta foi de imediato "**mui bem recebida**"[46].

Admitia-se, portanto, que as referidas receitas da Madeira poderiam oferecer as garantias necessárias, para a realização do empréstimo, "**porque pelo grande tráfico com a Inglaterra, e a pouca distância, é quase como se estivessem às portas de Londres**"[47]. A *lembrança* do Abade, embora sem receber qualquer resposta de Lisboa, abriu um precedente, mas não teve sequência do lado português, o que demonstra que o Conselheiro da Legação actuara a título individual.

De facto, com alguma perspicácia, Correia da Serra mais não fez do que indicar uma via pacífica (e, até certo ponto, profícua) para negociar a posição estratégica da Ilha. Ao movimentar-se com algum à vontade no meio diplomático, é natural que o Abade cedo se tivesse apercebido do risco que, a curto ou médio prazo, a Madeira podia correr. Quer em consequência da expansão francesa, quer pelas ligações aos interesses britânicos. Por isso, procurou antecipar-se, iniciando as negociações, enquanto delas se podiam retirar dividendos, sem colocar em causa, a soberania portuguesa. Na essência, a sua intenção era simples: atrair a Inglaterra a uma fonte de rendimentos, que

---

[44] Idem, ibidem. Em condições normais o juro seria mais 1% do que os empréstimos feitos ao governo britânico, atingindo, por isso, na melhor das hipóteses, valores de 5 1/3 ou 5 1/4 %.

[45] Ibidem. A sua venda, segundo afirmava, não era certa e o preço variava segundo a moda. Para além disso, "**como não se consomem**", uma certa porção no mercado "**engasga as vendas e diminuí o preço**".

[46] Ibidem.

[47] Ibidem.

lhe era atractiva, garantir dessa forma o espaço em causa, mas tentar realizá-lo sem qualquer presença militar estrangeira. Ou seja, o Correia da Serra reconhecia as dificuldades no Reino, mas acreditava nas hipóteses de resistência. Estava muito optimista.

Esta era, no entanto, a parte ideal da questão. A outra tinha a ver com as dúvidas levantadas em Lisboa, onde os receios eram evidentes, em particular quanto ao *excesso de zelo* que se temia que os ingleses pudessem manifestar para *segurar* tal *garantia*. Daí o *esquecimento* que, no imediato, a Corte portuguesa preferiu dedicar ao assunto. Se para Correia da Serra o poder naval e o interesse britânico pareciam ser suficientes para evitar qualquer acção inimiga contra a Madeira, na Corte existia a noção de que o valor daqueles pressupostos podia variar, consoante a situação peninsular, o que, de facto, acabou por suceder. A razão estava, portanto, algo repartida e os acontecimentos que se seguiram vieram demonstrá-lo. Na prática, a Ilha foi ocupada e o Tesouro local acabou por ter que contribuir para o pagamento das dívidas.

Lourenço de Lima chegou a aperceber-se do rumo desfavorável que as coisas estavam a tomar, queixou-se então, para Lisboa, da falta de instruções concretas e da inexistência de informações credíveis, faltas que de algum modo contribuíram, como o próprio reconhecia, para a sua inércia e incapacidade para negociar[48].

Porém, sob pressão da conjuntura internacional, o espírito de cedência acabou por predominar do lado português e, em Julho, mas agora sem a participação de Correia da Serra, foram retomadas as negociações para a concessão do empréstimo[49].

---

[48] ANTT-MNE, ALPL, cx. 721 - Por exemplo, só por intermédio de Hawksbury é que o representante português foi informado das negociações em Badajoz. A 8 de Julho reclamou devido a não receber notícias de Portugal desde 12 de Maio (2 meses). Queixou-se também da forma como (não) era recebido pelo ministro inglês, chegando mesmo a sugerir que talvez fosse conveniente o seu regresso a Lisboa.

[49] O pedido era o mesmo e resultava do fracasso das negociações anteriores. Portugal solicitava agora 1 milhão de libras esterlinas. A sua efectivação pressuponha duas vertentes: a aceitação no Parlamento britânico e a cedência do Governo. No primeiro votavam-se as *garantias*, com o segundo concluíam-se as *seguranças*. Como na época já estavam fechadas as sessões parlamentares, Lourenço de Lima propôs o estabelecimento inter-governamental quanto às condições e seguranças, por forma a que o dinheiro pudesse ser adiantado (ANTT-MNE, ALPL, idem); José de Almada faz referência a este pedido de empréstimo, ligá-o à Madeira (como garantia), mas nada refere a propósito das iniciativas anteriores do Abade Correia da Serra. Cf. Guedes (1943), p. 17.

Desta vez, Lord Hawksbury, até então muito hábil a colocar diversas reticências aos pedidos que recebia de Portugal, prontificou-se a negociar. A celeridade do ministro britânico provocou algum espanto em Lourenço de Lima, que logo ficou a perceber que a abertura tinha um preço elevado: exigia a (re)introdução da questão madeirense nas conversações. Era evidente a relação com as iniciativas anteriores de Correia da Serra, embora desta vez tivesse sido o ministro de S.M. Britânica a demonstrar interesse pelo "**exacto rendimento livre da Ilha**". Esta *curiosidade*, inesperada para o ministro português, segundo o próprio então afirmou, acabou por lhe causar diversas dificuldades de manobra[50].

A reacção de Lourenço de Lima foi no sentido de procurar afastar a Madeira das negociações, recordando que para o empréstimo que então se discutia, aquilo que se negociava eram apenas os rendimentos da Alfândega de Lisboa e nada mais. Porém, a tréplica de Hawksbury não deixou quaisquer dúvidas: o interesse por Lisboa estava, de momento, afastado, não apenas devido ao entendimento entre a Corte portuguesa e a espanhola, mas também porque em Londres se continuava a desconhecer (e a recear) os termos da paz luso-francesa, nos quais (temia a G.B.) poderia entrar a Madeira, o que a ocorrer seria sempre em termos desfavoráveis aos interesses britânicos[51].

Deste ponto de vista, passou então a existir, do lado inglês, a preocupação de apresentar a Ilha como a única garantia credível para qualquer negociação futura entre ambas as Cortes. Mais do que isso, houve a preocupação em deixar fortes indicadores de que a Inglaterra estava disposta a utilizar toda a sua capacidade militar para defen-

---

[50] ANTT-MNE, ALPL, cx. 721, Lima a Almeida e Castro, n.º 15 – Custa a crer que Lourenço de Lima não tivesse conhecimento da carta do Abade José Correia da Serra, apesar desta ter sido enviada a 2 de Junho, data em que ainda não desempenhava oficialmente as suas funções. No entanto, convém lembrar que as relações entre os dois eram tudo menos pacíficas e que a relação de Lima com Almeida e Castro também não era serena.

[51] Naturalmente que se referia a um conhecimento oficial, embora existisse algum temor pela hipótese de existirem artigos secretos prejudiciais aos interesses britânicos.

der aquele espaço insular português. A este respeito, a posição do Gabinete era clara: "**os rendimentos da Ilha da Madeira fariam o objecto de entrar em negociação, uma vez que se deixasse *ocupar a Ilha por tropas inglesas pelo tempo necessário para o pagamento*, assegurando-se assim a hipoteca**", pois tais tropas a "**preservariam de algum ataque inimigo**"[52]. Isto era o desdobrar da hipótese apresentada por Correia da Serra, mas ultrapassando os parâmetros que ele próprio havia previsto.

As palavras de Lord Hawksbury confirmam a verdadeira intenção da Inglaterra. Naquele momento, o desejo era ocupar e o resto – as negociações para o empréstimo, um hipotético acordo secreto para a ocupação e tudo o que dizia respeito ao Reino – só servia de pretexto, o que era, ainda assim, muito importante, porque poderia fornecer a cobertura necessária – sem deixar transparecer um entendimento, que a Corte portuguesa receava, por poder acicatar Napoleão. Na perspectiva inglesa, interessava reduzir ao máximo as hipóteses de ter de ser necessário efectuar uma acção violenta contra a Ilha, que nem o governo britânico desejava.

Neste sentido, os rendimentos da Madeira eram apenas um *meio* e não um *fim*. Por outras palavras: o que menos importava, na estratégia de guerra britânica, naquele momento (em Julho de 1801), era o valor efectivo dos rendimentos reais da Ilha e mais as novas perspectivas que se abriam no controlo global do tráfego oceânico, tanto sob um ponto de vista estritamente militar, em particular logístico, como pela ligação a outros rendimentos, esses sim, consideráveis, que tinham a ver com as Índias Ocidentais. Se isso pudesse ser facilitado, pela concessão de um empréstimo onde entrasse a Ilha, melhor.

Do lado português, o sobressalto, apesar de evidente, depressa foi ultrapassado e Lourenço de Lima compreendeu então, embora algo tarde, as notícias que vinham sendo publicadas nos periódicos

---

[52] ANTT-MNE, ALPL, idem. O texto está impresso em Biker, t. XV, p. 54.

londrinos, sobre as "**expedições secretas que se destinavam para as costas dos domínios portugueses**", perante as quais, nada mais pôde fazer, senão tentar repelir o que considerava ser "**uma condição tão humilhante**"[53].

Só assim se pode entender que, numa última tentativa para evitar a ocupação, recordando aos seus interlocutores que Portugal partira para as negociações com a França, por "**sugestão e autorização**" da Inglaterra, tivesse considerado que a Madeira possuía uma defesa própria e capaz e que "**as forças navais da Grã-Bretanha, que bloqueavam os portos de França e Castela, e especialmente a esquadra de Cádiz**", estavam em condições de impedir qualquer agressão que de futuro se intentasse contra a Ilha portuguesa. É de crer que talvez nem ele acreditasse naquilo que afirmava.

Estes argumentos, como seria de esperar, não provocaram qualquer reacção do lado britânico. O que em Julho se decidia em Londres (e que Lourenço de Lima teimava em não aceitar) era a forma (e as condições) em que se deveria realizar a ocupação e não se esta era viável ou necessária. Há muito que esta segunda parte tinha sido definida e, como é natural, à revelia de Portugal. Ou seja, aquilo que o Gabinete oferecia era uma justificação, que considerava decorosa, pois ao deixar implícita a sua posição quanto ao assunto, fazia parecer que a decisão final pertencia a Lisboa, através de um acordo, mesmo que este fosse secreto. Ora, como em Portugal se manteve o impasse, ao governo britânico não restou alternativa senão dar seguimento ao processo de ocupação. Sem esperar pela anuência portuguesa. Daí a surpresa com que quase tudo decorreu, vistas as coisas a partir de Lisboa.

Depois, perante os factos consumados e num ambiente que era, mesmo a nível pessoal, cada vez mais adverso, nada mais ocorreu ao ministro português senão lamentar o sucedido, queixando-se

---

[53] Idem.

que a atitude da Inglaterra mostrava "**o fundo verdadeiro da negação dos socorros**", recusa que era ainda mais agravada, em sua opinião, porque "**nos deixavam absolutamente, sem recear mesmo que realmente nos aliemos ofensiva e defensivamente com as Nações suas inimigas, *porque têm em vista as nossas possessões*, como até os papeis ministeriais afirmam**". Mas esta era, como se sabe, uma visão comprometida, embora próxima da verdade[54].

Convém não esquecer, no entanto, que a rapidez de decisão, factor crucial no movimento das forças britânicas e um elemento essencial em todo o processo, não tivera, do lado português, uma resposta equivalente. O governo, ao tentar utilizar, com a Inglaterra, a mesma atitude delatória que o caracterizava nas relações com a França, foi compelido a ter que enfrentar o que temia: a ocupação.

Esta, apesar de tudo, acabou por ser aceite com relativa naturalidade – apesar dos protestos oficiais – uma vez que a ocupação serviu para actualizar e renovar a função da Ilha da Madeira na política externa portuguesa. Ou seja, o governo julgou ver acrescida a sua capacidade de negociação com a Inglaterra. A este respeito, aliás, são elucidativas as opiniões que Lourenço de Lima transmitiu para Lisboa, na sequência das conferências que ia mantendo com Hawksbury.

De facto, na sua correspondência oficial, o ministro português sugeria que a Ilha funcionasse como um trunfo, a utilizar em futuras negociações, destacando "**a facilidade que este ministro** [Hawksbury] **mostrou sobre o pagamento do resto do subsídio, e a remota esperança em que me pôs sobre o empréstimo, *de que já se havia excluído*, é tudo *efeito do facto que teve lugar no Funchal***"[55]. Algum tempo depois, após outra conferência, Lourenço de Lima acrescentou que a presença britânica na Madeira era "**uma prova decisiva de haverem tropas disponíveis em Inglaterra (...),**

---

[54] *Ibidem.* São conhecidas as opiniões (contrárias) de Lourenço de Lima acerca da Inglaterra. Era o que se pode considerar um *pró-francês*. Cf. Almada (1946), p. 17.

[55] ANTT-MNE, ALPL, cx. 721, 25 Agosto 1801, Lima a Almeida e Castro, n.º 27.

que parecia bem podiam ser mandadas [para o Reino], **se não estivessem reservadas a outras expedições coloniais**"[56].

O que se verifica perante os factos, é que o governo português, ao prever as dificuldades que teria para organizar um sistema de defesa eficaz e depois de ter sido informado do desembarque das tropas britânicas, tentou alcançar aquilo que lhe parecia lógico: continuar a contestar a ocupação, com a intenção de retirar dela um conjunto de dividendos (políticos, militares e financeiros) que pudessem ser utilizados em favor de outros espaços portugueses.

Desta forma, admitia-se na Corte, introduzir-se-ia nas relações luso-britânicas uma maior legitimidade para exigir contrapartidas. Em si, esta dedução era razoável, mas o desenvolvimento dos interesses britânicos acabou por provar o contrário, pois nem sempre (ou quase nunca) o governo inglês concordou com tal premissa.

Em 1801, apesar de tudo, a atitude portuguesa, materializada numa política de contemporização, a única que parecia ser viável, permitiu que se afastasse um problema grave (que era a perda da soberania sobre as ilhas) e teve ainda a virtude de aumentar a disponibilidade para resolver (ou adiar), a partir dessa base, outras questões nacionais e/ou ultramarinas[57]. Por isso, naquilo que diz respeito à Madeira, quando o risco era perder, a opção foi ceder, tentando fazê-lo em condições favoráveis. No limite, a Corte demonstrou ter alguma capacidade para se adaptar aos novos problemas, neste caso resultantes da situação estratégica da Ilha.

Por outro lado, convém destacar que tudo isto sucedeu num ambiente que Frere, o ministro inglês em Lisboa, resumia com apenas duas palavras: "**extremely critical**"[58], e num momento que em

---

[56] Idem – Sabemos hoje que as forças terrestres britânicas não eram, de facto, tantas como suponham os portugueses. Cf. Mackesy (1984) e Kennedy (1990).

[57] Possibilitou, por exemplo, uma concentração nas questões brasileiras e outra disponibilidade para a resolução dos problemas na Península. Em relação à Madeira, contudo, não deixa de ser curiosa a política eminentemente centralizadora que parece vigorar mais tarde, desde 1808. O receio de um afastamento, que poderia entrar em convergência com o elemento ocupante ?

[58] F.O. 63/37, 28 de Junho de 1801, Frere a Hawksbury, n.º 59 – Não foi por acaso que nesta época se estreitaram as comunicações com Sempriére, em Faro. Para transmitir uma ideia da situação, basta recordar as dificuldades para enviar e receber notícias.

Londres havia já informações de que uma divisão naval francesa, que se separa da esquadra de Gautheaume, podia estar pronta para se dirigir contra a Ilha[59].

Por fim, há que considerar também o peso da comunidade britânica na Ilha, em particular daqueles que estavam ligados ao comércio com as Antilhas, sem esquecer o mercado canário e as relações com as costas leste americana, ocidental africana e a Índia. Aliás, Thomas Murdoch, o comerciante que chegou a estabelecer contactos directos com o governo em Londres, afirmava ter informações de que as importações da América iam ser suspensas, adiantando que, só por causa de tais notícias, vários mercadores tinham já manifestado a sua intenção de abandonar a Madeira[60]. Como se depreende, a propagação deste sentimento contribuiu para aumentar, ainda mais, a pressão que já existia sobre o governo britânico, neste caso materializada com a sugestão de uma ocupação militar, que foi apresentada pelos referidos comerciantes[61].

Esta sugestão, porém, deve ser entendida apenas como mais um aspecto de um todo, que é o processo de ocupação, nada mais. Apontar os negociantes britânicos como os principais mentores da acção militar é, como se depreende, manifestamente abusivo. Pelos dados que recolhemos, as coisas ter-se-iam desenrolado com ou sem a participação daqueles.

Ainda assim, os mercadores apontavam quatro motivos para justificar a presença das forças terrestres e navais: antes de mais, a

---

59 Cf. Almada (1947) p.18; Biker, t. XV, p. 56.

60 W.O. 1/353, Carta de Murdoch, 5 de Março de 1801 – embora não sendo muito variadas, as importações dos E.U.A. eram importantes pelas suas quantidades e valor, pois dali vinha o pão, a maior parte dos cereais e muita carne, géneros que, naquela época, o Reino Unido era incapaz de fornecer a preços competitivos.

61 Idem – Murdoch afirmava que na Ilha, que considerava "**very opulent**", existiam cerca de 90.000 habitantes. A respeito da pressão exercida pelos comerciantes, vd. Gregory (1988). Este autor afirma que a carta em causa foi dirigida a Thomas Gordon, que então se encontrava em Londres e era um dos sócios da firma *Newton, Gordon and Murdoch*, estabelecida na Madeira. Segundo instruções de Murdoch, a missiva devia ser entregue a alguém influente nos círculos governamentais. A sua presença entre a documentação do *War Office* pressupõe que o foi.

eminência de um ataque francês que, a ser bem sucedido, podia transformar a Ilha numa estação de apoio aos corsários, que seria ainda mais perigosa e ameaçadora do que as Canárias; depois, destacavam o aumento significativo do número de fragatas e de corsários franceses e espanhóis a cruzar no mar da Madeira, para os quais os navios que seguiam para as Índias Ocidentais eram alvos cada vez mais fáceis; adiantavam também que a perda do controlo sobre a Ilha iria provocar danos irreparáveis aos interesses britânicos, não só na actividade comercial, mas também nas condições gerais de navegação (mercante e militar), pois os comboios e, em particular os navios de guerra, perderiam uma fonte única de reabastecimento no oceano, onde poderiam, afirmava Murdoch, encontrar provisões frescas, para além de água, vinho e cerveja[62]; por fim, era indicado que o porto do Funchal funcionava como um abrigo contra os ventos de Norte, Este e Oeste, em particular contra os primeiros, que se faziam sentir com alguma regularidade entre Fevereiro e Novembro, situação que se destacaria sempre que os navios fossem impedidas de utilizar os portos continentais[63].

A todas estas movimentações – em Londres, Lisboa e Funchal – vieram juntar-se, em Junho, informações de que Napoleão não tinha intenção de ratificar o recente tratado de paz luso-francês (o que representava uma forte ameaça sobre Lisboa). Porém, muito mais grave do que isto, eram as informações de que a França se preparava

---

62 *Ibidem* – afirmava que o valor total das exportações britânicas para a Madeira equivaliam a cerca de 350.000 libras esterlinas. Era grande a variedade de produtos que eram introduzidos na Ilha (legal ou ilegalmente), entre os quais se destacavam as roupas, fazendas, tecidos, artigos de luxo, pipas e cerveja; Ainda segundo Murdoch, a Madeira exportava cerca de 15.000 pipas/ano, embora este valor fosse variável (Gregory refere 8.000): para a G.B. e Irlanda, 3.500; Índias Orientais, 5.000; Índias Ocidentais e América britânica, 4.500; E.U.A., 2.000; Destas, as 8.000 que seguiam para o Reino Unido e Índias Ocidentais e, pelo menos, 2/3 das 5.000 pipas/ano enviadas para a Índia eram transportadas em navios britânicos. Murdoch apresenta, entre outros, alguns valores parciais: roupas, fazendas, tecidos e artigos diversos: 250.000 libras; açúcar, chá e café: 25.000; licores e afins: 75.000. Cf. Gregory (1988), p. 47.

63 *Ibidem* – os ventos de norte predominavam durante 8 meses e, segundo Murdoch, "**there are not altogether fifteen days in a season that ships cannot lie ankor here**".

para cercar Gibraltar[64]. Em nosso entender, este foi um factor determinante.

Perante esta informação, o processo acelerou-se e as hesitações, que de algum modo também tinham caracterizado a administração de Addington, desapareceram: a Inglaterra reafirmou não poder comprometer-se no continente e, em simultâneo, confirmou o seu interesse pela Madeira.

Nesta perspectiva, foram três os catalisadores da primeira ocupação: primeiro, a preocupante e crescente, embora aguardada, pressão francesa sobre Gibraltar, que, no caso de ter êxito, não só resolvia, em favor da França, a questão peninsular, como também teria repercussões em todo o Império britânico; segundo, a demora da Corte portuguesa (incompreensível para o governo britânico), em transmitir os termos do Tratado de Badajoz, o que fomentava algumas suspeitas, apesar das informações que o governo britânico disponha, a respeito da posição francesa[65]; terceiro, as dúvidas a respeito da situação militar portuguesa, em particular sobre o estado e organização da defesa e da capacidade do exército, que não fornecia garantias de uma resistência eficaz ou, no mínimo, consistente e duradoura[66].

Já verificámos que as respostas da Corte portuguesa nunca foram satisfatórias e preocuparam ainda mais o governo britânico quando D. João de Almeida, guiado pelo desejo de garantir que a Madeira não constava nos termos acordados em Badajoz, revelou que a Coroa estava determinada, embora só em último caso (ou seja, pe-

---

64 F.O. 63/37, 25 de Junho de 1801, Frere a Hawksbury, *most secret*; F.O. 63/37, 27 de Junho de 1801, Arbuthnot a Hawksbury; F.O. 63/37, 29 de Junho de 1801, Frere a Hawksbury – dá conta da reunião que teve com Almeida e Castro e do conhecimento que lhe deu das intenções de Bonaparte.

65 F.O. 63/37, Frere a Hawksbury, 29 de Julho de 1801 – só na data deste ofício é que Almeida e Castro entregou o Tratado de Paz luso-francês, já depois da ocupação da Ilha, mas ainda sem que tal fosse conhecido em Lisboa. Frere reteve particular atenção nos artigos 4.º e 5.º secretos, nos quais se refere a cessão de S. João de Cabo Verde aos franceses.

66 F.O. 63/37, 25 de Junho de 1801, Frere a Hawksbury, *most secret* – Na sua opinião o inimigo estaria em Lisboa em três semanas. Nestas circunstâncias, lembrava a necessidade da presença e assistência de uma divisão naval britânica, pronta a estar em Lisboa em pouco tempo. Na época era o Almirante Saumarez quem cruzava na zona próxima de Lisboa e foi a ele que Frere pois a questão em consideração. Saumarez apareceu no Tejo a 26.

rante o risco de um ataque contra Lisboa), a efectuar uma retirada estratégica para um ponto próximo do continente. Este ponto, segundo afirmava aquele português, seria a Madeira, aceite como o local ideal, pois permitiria que o príncipe regente ficasse a meio caminho, entre os domínios americanos e a Europa[67].

Esta revelação, a que atribuímos alguma credibilidade, embora sem esquecer o contexto em que foi proferida, permite-nos especular sobre a hipótese de existir ainda um outro motivo catalisador da acção britânica: evitar que se concretizasse o referido plano de emergência, uma vez que a sua concretização ia contra os interesses britânicos, cada vez mais virados no sentido de exercer pressão para a abertura do mercado brasileiro.

Como veremos, seis anos mais tarde, sucedeu algo semelhante e então foi a memória a colocar de sobreaviso as autoridades inglesas. De facto, em 1807, ainda mais do que em 1801, a Inglaterra desejava impedir que o príncipe regente se transferisse para o Funchal. Mas esta é outra questão, que abordaremos de seguida.

4. A conjuntura de 1807, o Bloqueio Continental e os seus reflexos na Ilha.

A paz geral, definida no final de 1801 e materializada nos termos do Tratado de Amiens, assinados em Março de 1802, não resolveram as principais questões em conflito e, em parte por isso, a trégua foi breve. Em Maio de 1803, o conflito reacendeu-se e, desde então, até 1814, o objectivo da França foi tentar romper a cada vez mais asfixiante supremacia naval da Inglaterra, que esta tentou assegurar e desenvolver[68].

---

67 F.O. 63/37, 29 de Julho de 1801, Frere a Hawksbury – ofício a relatar aquilo que Almeida lhe comunicou em reunião. Para este propósito, foi também pensada a Ilha Terceira. Porém, acreditando nas palavras de Almeida, esta segunda hipótese foi abandonada de imediato, por causa dos terremotos frequentes que nos seis meses anteriores tinham sido quase uma constante.

68 Nesta fase, a estratégia francesa embatia num paradoxo interessante: a supremacia naval era necessária para invadir a G.B., contudo, uma vez existindo, se o fosse de forma temporária não assegurava a vitória e sendo-o de forma constante tornava desnecessário o desembarque. É significativo que neste período (1802-1805) tenha ocorrido um aumento do movimento naval (esquadras e corsários) nos mares da Madeira.

Sabendo que possuía uma marinha insuficiente, Bonaparte virou-se então, num primeiro momento, para os potenciais fornecedores de navios. Neste aspecto, a pressão sobre a Espanha teve um efeito imediato, traduzindo-se no acréscimo do poder naval francês e só a diplomacia britânica impediu que o mesmo tivesse sucedido com a armada dinamarquesa[69]. Porém a força naval franco-espanhola estava dispersa e a sua reunião, sendo necessária, era também um risco. A derrota em Trafalgar (em Outubro de 1805) serviu para ilustrar este facto, destacando as diferenças existentes entre as marinhas rivais e provocando uma alteração na política de guerra francesa[70].

Porém, ao bloqueio naval, a França respondeu com vitórias em terra. Ainda antes de Trafalgar os exércitos napoleónicos tinham derrotado as forças austríacas, em Ulm, pouco tempo depois esmagaram os austro-russos, em Austerlitz, e, apesar do percalço em Maida, derrotaram as forças prussianas, em Iena[71].

Este quadro, como se percebe, não era inédito. Em 1807, como em 1801, a Áustria estava destroçada e implorava a paz (pela terceira vez); a França conseguia reter (de novo) o controlo sobre a península itálica, expulsando as forças anglo-russas; a Corte de

---

[69] Entretanto, a 16 de Maio de 1804, Bonaparte proclamou-se Imperador dos franceses e, a 2 de Dezembro, coroou-se diante de Pio VII. A 12 a Espanha declarou guerra à Inglaterra e cedeu a sua marinha.

[70] Na batalha de Trafalgar (21 de Outubro de 1805) a esquadra britânica (Nelson) derrotou a franco-espanhola (Villeneuve). Foi o ponto final nas ilusões de Napoleão, pelo menos quanto a um desembarque frutuoso no Reino Unido. Contudo, e apesar da mobilidade das suas esquadras ter sofrido uma redução significativa, isto não significa que a força naval francesa tivesse ficado inerte. Sobre Trafalgar existe imensa bibliografia. Destacamos: Schom (1992) e Keegan (1993).

[71] A campanha do Ulm (capitulação a 17 de Outubro de 1805) foi constituída por um conjunto de acções nas quais as tropas napoleónicas derrotaram os Austríacos após estes terem invadido a Bavária (aliado da França); Em Austerlitz (2 de Dezembro de 1805), aconteceu uma das grandes vitórias de Napoleão e foi dado o golpe de misericórdia na *Terceira Coligação*: a Áustria, depois de Viena tomada, assinou o Tratado de Pressburg e os russos retiraram; Maida (6 de Julho de 1806), em contraste com as anteriores, foi uma derrota dos exércitos franceses, embora perante uma força britânica que se preparava para embarcar (retirar) para a Sicília. Esta foi uma das situações que os historiadores anglo-saxónicos consideram de *backwaters*, semelhante à estratégia pensada (e utilizada) na Guerra Peninsular; Na batalha de Iena (14 de Outubro de 1806), Napoleão derrotou a Prússia e chegou a Berlim. Em todos estes acontecimentos aquilo que nos interessa verificar é que no território continental as coisas estavam definidas, a viragem para a Península era elementar e o recuo inglês inevitável (com os efeitos que isto provocava nas ilhas).

Madrid, sem alternativas viáveis, estava sujeita a Paris; e Napoleão, com os Decretos de Berlim e Milão, definia o Bloqueio Continental[72].

Após a batalha de Friedland o leque napoleónico parecia estar fechado[73]. Com os Tratados de Tilsit, a Prússia ficou reduzida a um satélite francês e a Rússia aceitou banir o comércio britânico, colocando até a hipótese de aderir a uma aliança francesa[74]. A paz regressou à Europa central e, com ela, reforçou-se a hegemonia francesa. Isto quer dizer que no continente, entre Portugal e a Suécia, não havia qualquer aliado britânico e a ameaça pairava sobre ambos. A guerra entrou então numa nova fase.

Em 1807, a resposta britânica foi, uma vez mais, imediata e incidiu de novo sobre os espaços coloniais. De facto, só a partir de meados de 1808, por uma conjugação de diversos factores que não vamos desenvolver, a atitude da Inglaterra sofreu algumas alterações, que a fizeram abandonar a postura *defensiva* que adoptara na Europa, para passar a admitir algumas acções organizadas na Península Ibérica.

Mas havia nesta época um outro problema, pois desde 1805 que uma esquadra russa, sob o comando do almirante Siniavin, se encontrava a operar no Mediterrâneo, sempre com a complacência da *Royal Navy*. Na nova conjuntura internacional, resultante do *Tratado de Tilsit*, o Almirantado não fazia a menor ideia de como a referida esquadra ia reagir. Na dúvida, Canning procurou antecipar-se e informou o Czar que a Inglaterra não permitiria que, sob qualquer pretexto,

---

72 O Bloqueio visava, como sabemos, a capitulação da Grã-Bretanha através da asfixia económica. É vasta a bibliografia a este respeito. Destacamos o essencial: Crouzet (1958).

73 Friedland (14 de Junho de 1807): vitória francesa sobre as forças combinadas da Rússia e Prússia. Os aliados perderam cerca de 20.000 homens e os franceses 9.000. Dez dias depois foram assinados os Tratados de Tilsit.

74 Tratados de Tilsit (7-9 de Julho de 1807): o armistício concluiu-se a 25 de Junho ao qual se seguiram dois tratados de paz: um com a Rússia (a 7) e outro com a Prússia (a 9). Estes não só firmaram a paz como esboçaram uma partilha da Europa entre os dois Impérios. De seguida, Alexandre I propôs a sua mediação à Inglaterra e, perante a recusa desta às negociações, aderiu ao Bloqueio Continental. Cf. Godechot (1984), pp. 176-177 e Kennedy (1991), p. 161.

a referida esquadra passasse para o Báltico ou sequer tentasse parar em Nápoles. O ideal, afirmava o ministro, seria mesmo que as naus se dirigissem para um porto inglês.

O almirante Siniavin concordou com esta última sugestão e, quando passou pelos navios que bloqueavam Cádiz, em Novembro, aproveitou para informar o almirante Purvis que o seu destino era Portsmouth[75].

Porém, pouco depois de entrarem no Atlântico, os navios russos foram atingidos por um temporal e, por necessidade ou não, Siniavin optou por entrar no Tejo. Ora, esta aproximação a Lisboa coincidiu (?) com um período crítico para Portugal, tanto sob o ponto de vista político, como diplomático, quando as tropas de Junot se aproximavam e a Corte estava de saída.

Com os franceses em Lisboa e a esquadra russa no porto, o Almirantado optou por bloquear a cidade, acima de tudo por temer que as naus pudessem ser utilizadas, pelos franceses, para um desembarque na Irlanda.

Paradoxalmente, apesar desta hipótese, que a *Royal Navy* logo se encarregou de limitar, a passagem de Siniavin para o oceano contribuiu para simplificar os problemas que a Inglaterra sentia no Mediterrâneo, onde a manutenção das tropas na Sicília e as bases navais em Gibraltar e em Malta, ofereciam as garantias suficientes para o controlo sobre quase todo o movimento naval naquele mar[76].

Foi neste quadro (domínio no Báltico e gestão controlada no Mediterrâneo), que o ministério britânico viu crescer a tensão no Atlântico próximo da Europa (o que em muito se ficou a dever ao interesse renovado de Napoleão pela Península Ibérica), e, por outro lado, foi compelido a ter de agir, uma vez mais, a nível mundial. Exemplo desta última dimensão, podem ser os ataques a Buenos

---

[75] Cf. Muir (1996), p. 28.

[76] Cf. Idem, pp. 28-29. Em Janeiro de 1809 a Inglaterra assinou a paz com os turcos e nos anos seguintes Collingwood manteve sob vigilância a esquadra francesa, protegendo o comércio britânico e marcando presença no Adriático (o almirante morreu a bordo, doente, em Março de 1810).

Aires, a ocupação (breve) de Macau e ainda o reforço da posição britânica na Serra Leoa[77].

Estes movimentos, contudo, estão longe de significar um aumento da capacidade militar britânica. Numa primeira fase, representam apenas um (re)definir de posições, por parte da potência naval perante a potência continental. Desta vez, no entanto, não sob uma perspectiva exclusivamente *defensiva* (se compararmos com aquilo que sucedeu em 1800-01), mas já com um intuito ofensivo, embora não imediato.

Em 1807, predominavam em Londres quatro propostas quanto ao envolvimento no conflito: aquela que era favorável a uma atitude ofensiva e decisiva, contra a França, em território europeu, mas que contava com poucos defensores; uma outra, que afastava a Inglaterra de qualquer envolvimento no continente, pelo menos a médio prazo; uma terceira, que aceitava a parceria com Portugal, mas apenas no espaço ibero-americano; uma quarta, que defendia que a Inglaterra devia assegurar um porto neste último espaço, sendo Montevideo o ponto que reunia maior consenso, por facilitar o desenvolvimento da política expansionista britânica nesta zona do globo[78].

Aquilo que nos interessa destacar é que, em qualquer dos casos, a área atlântica onde se inseria a Madeira revelava-se, uma vez mais, fulcral.

O Gabinete acabou por resistir à *tentação* ibero-americana e não enviou qualquer expedição militar para tentar conquistar um porto neste espaço – os acontecimentos de Buenos Aires foram um equívoco, na sequência de uma expedição não autorizada, que cedo se revelou um desastre – e, depois, em meados de 1808, contra as expectativas, o governo percebeu que a contenção militar na Europa poderia não ser tão longa, como de início tinha sido previsto. Por outro

---

77 Sobre este assunto, vide Bryant (1987, vol. II); Kennedy (1991); Sherwig (1969).

78 Em Dezembro de 1807, Castlereagh propôs o envio de 8.000 homens para conquistar Montevideo. A respeito de qualquer das opções vide Muir (1996), Sherwig (1969) e Kaufmann (1952).

lado, só por si, a saída da Corte portuguesa abria as portas de um mercado há muito desejado.

Em relação a Portugal, os efeitos do Tratado de Tilsit foram muito semelhantes ao que havia sucedido logo após o Tratado de Luneville, quando a França, pacificada a Europa Central, se virou para a Europa do Sul e atlântica.

O que aconteceu depois, entre Julho de 1807 (quando a França comunicou que Portugal devia fechar os seus portos aos navios britânicos) e Novembro (quando Junot entrou em Lisboa), foi relativamente rápido e culminou, como se sabe, com a saída apressada do príncipe regente para o Brasil[79]. Entretanto, em Outubro, pelo Tratado de Fointainebleau, a França e a Espanha tinham já acordado os termos da partilha do território continental português. O objectivo destas movimentações era simples: fechar o mercado europeu à Inglaterra e proceder à divisão territorial de Portugal[80].

O governo inglês manteve-se sempre atento ao decorrer destes acontecimentos, como o demonstram as ordens que foram transmitidas, no início de Novembro, ao general Moore, para que este se dirigisse de imediato da Sicília para Gibraltar, com cerca de 8.000 homens, e se mantivesse pronto para intervir em Portugal e/ou na Madeira[81]. Foi também por esta altura, que aumentou o interesse do governo britânico em relação ao estado efectivo da marinha real portuguesa, em particular a respeito das unidades que era conveniente evitar que caíssem em poder dos franceses, um interesse semelhante

---

[79] É despropositado estar a desenvolver esta questão. Interessa apenas referir que a 12 de Agosto os embaixadores francês e espanhol entregaram notas, ameaçando com a declaração de guerra e que a 30 de Setembro ambos abandonaram Lisboa, embora sem declaração de guerra. Desde Julho que Napoleão preparava um exército em Baiona. A 18 de Outubro Junot entrou em Espanha e a 12 de Novembro chegou a Salamanca. A 29 estava em Lisboa. Sobre estas questões a obra essencial continua a ser Fugier (1930).

[80] A respeito do Tratado, para além de Fugier, vide também Alexandre (1993).

[81] W.O. 1/305, 17 de Novembro de 1807, Hawksbury a Moore, *most secret and confidential* - Por outro lado, Cathcart, que ainda estava em Copenhaga, recebeu ordens para destacar, logo que possível, 10.000 homens do seu exército. Cf. Muir (1996), p. 29.

ao que já tinha despertado a esquadra dinamarquesa, estacionada em Copenhaga[82].

Uma vez mais, em 1807, como nos anos anteriores, a Inglaterra estava incapaz de suster o avanço as tropas napoleónicas e, por isso, não teve alternativa senão tentar limitá-lo. Fê-lo, num primeiro momento, através da sua capacidade naval e colocando a hipótese de agir contra os portos de Lisboa, Ceuta ou Port Mahon; mais tarde, afastadas estas hipóteses, ocupando a Madeira e, seis meses depois, concretizando o desembarque em Portugal[83].

5. A Ilha perante os novos interesses britânicos.

Em 1807 (como em 1801), o risco de perder a Península Ibérica contribuiu para apressar a ocupação, pois, para a *Royal Navy*, continuava a ser importante não perder os portos portugueses, pelo menos enquanto não tivesse disponível uma alternativa viável, não só para a costa portuguesa, mas também – destaque-se – para Gibraltar.

Neste contexto, o que desde logo se deve salientar, no processo que conduziu à segunda ocupação, são os seus elementos de continuidade, que a tornam semelhante ao que já havia sucedido, seis anos e meio antes, em Julho de 1801.

Em 1807 existiram, porém, duas novas premissas, que não só justificam que o interesse inglês fosse superior, como também indi-

---

[82] FO 63/57, s.d., *State of the portuguese marine*, s.d. - embora sem data, deve ser de Setembro. Segundo este documento, que circulou no ministério britânico, a marinha portuguesa possuía, em meados de 1807, 12 naus de linha, 16 fragatas, 10 brigues de guerra, 10 *gun vessels* (navios armados), 10 iates 10 *armed packets* e ainda 4 xavecos. Um total absoluto de 68 embarcações de guerra artilhadas; FO 63/62, 20 de Outubro de 1807, Gambier a Canning (Quadros do estado das naus de linha, fragatas, brigues de guerra e transportes armados da marinha portuguesa presentes no Tejo) - segundo este documento: 13 naus de linha (2 de 80 peças e 11 de 74); 23 fragatas e brigues (4 de 40, 8 de 36, 1 de 24 e 6 de 20). Dos navios de 36 peças, 3 estavam desarmados. O mesmo sucedia com 3 dos de 20. Existiam ainda 6 grandes transportes (3 prontos a partir, 2 no Brasil e 1 ausente nos Açores, onde tinha ido "**buscar tropas**").

[83] As tomadas de Lisboa ou Ceuta foram logo colocadas de parte, pela qualidade das respectivas fortificações. A respeito de Port Mahon, quando as instruções chegaram, já o panorama insular se tinha alterado.

cam as razões da sua manutenção, por muito mais tempo: por um lado, em relação à Europa, a atitude *defensiva*, que tinha sido a única alternativa viável em 1801, cedeu lugar, em breve, embora ainda de uma forma cautelosa, à intenção *ofensiva*, que estava dependente apenas de uma oportunidade (que acabou por surgir meses depois, em meados de 1808, mais cedo do que era esperado em Londres); por outro lado, o valor da Ilha foi potenciado pelo desenvolvimento dos novos interesses britânicos no Atlântico Sul.

A partir daqui se depreende que, sob o ponto de vista britânico, a Madeira podia funcionar, mas desta vez em definitivo, depois da curta (e algo equívoca) experiência de 1801, como uma base destacada e avançada para a *Royal Navy*.

Deste modo, apesar de assentar numa base algo semelhante ao que sucedera em 1801, os pressupostos da segunda ocupação adquiram uma outra projecção, uma vez que inseriam a Ilha num movimento global de âmbito britânico, onde predominavam duas dimensões, que se deviam desenvolver em simultâneo e correlacionar-se: a dimensão intercontinental e a dimensão europeia. O que interessa destacar é que, para ambas, o Atlântico era o espaço fundamental e, nas duas, a atitude britânica foi condicionada, primeiro, pela França, depois, pelos Estados Unidos e ainda, embora a outros níveis, por Portugal, Espanha, Suécia e Rússia.

De tudo isto se pode inferir, se ainda fosse necessário destacar, que não foi por acaso ou por um simples capricho ou sequer solicitação dos comerciantes britânicos, que a segunda ocupação acorreu e *durou* sete anos, até 1814, não continuando apenas por motivos que escapam ao âmbito restrito deste artigo. Aqui apenas interessa referir que a atitude tomada pelo governo inglês em 1807 foi condicionada pela elevação contínua do patamar mínimo de entendimento com a França, lógica que fez aumentar as exigências *de* e *em* ambos os lados do conflito.

Uma vez mais, um dos principais motivos que conduziu as forças britânicas para a Madeira foi a incerteza (ou, se quisermos, a *insegurança*, adoptando uma perspectiva britânica), que caracteriza-

va a conjuntura internacional de então. A *pedra-de-toque* eram os acontecimentos (ou aquilo que se esperava que pudesse acontecer) na Península. Foi este o primeiro catalisador.

Mas em 1807 existiram outros dois: a hipotética quebra das vantagens da G.B. no Mediterrâneo, e o cada vez mais provável interregno na relação, algo atribulada, mas até então geralmente pacífica, entre a Inglaterra e os Estados Unidos. No resto (entenda-se: na importância estratégica da Ilha em relação a tudo aquilo que estava a Sul, que era muito, em termos económicos), a presença britânica na Madeira serviu para facilitar e alicerçar, ainda mais, uma gestão e controlo já tradicionais. Estes, feitos a partir da Ilha, eram tão mais valorizados, quanto mais insegura fosse a situação na Península.

Por outras palavras: a importância da Madeira era inversamente proporcional aos níveis de segurança que se sentiam na Península Ibérica, consolidando-se quando a ameaça da potência continental se distinguia.

Quer isto dizer, portanto, que a função do Atlântico foi ainda mais valorizada, enquanto espaço essencial para o desenvolvimento da estratégia de guerra britânica, na qual readquiriram preponderância, de uma forma inédita, todos aqueles pontos, de apoio e passagem, que facilitassem os contactos, a troca de informações e os abastecimentos das esquadras ou das unidades isoladas da *Royal Navy*.

Em Inglaterra, a preocupação, quanto ao desenvolvimento dos acontecimentos peninsulares, aumentou de uma forma muito intensa, a partir de meados de 1807.

Em Junho, o ministro em Lisboa, Strangford, escreveu a Canning, dando conta das informações que recebera, acerca da intensa actividade naval, que decorria a sul, desde a costa algarvia até Gibraltar, caracterizada por diversas investidas, realizadas por *privateers*, tanto franceses, como espanhóis ou mesmo britânicos[84].

---

[84] W.O. 1/751, 4 de Junho de 1807, Strangford a Canning – as principais vítimas eram as embarcações portuguesas, em relação às quais a atitude dos britânicos nem sempre divergia das práticas de franceses e espanhóis.

A proporção e frequência destes ataques deixa entender que a zona estava fora do controlo efectivo da *Royal Navy*, a qual, apesar das unidades destacadas para aquele espaço, se encontrava incapaz de anular uma actividade em pleno crescimento e que era efectuada, quase sempre, por embarcações extremamente rápidas.

No último trimestre de 1807, tudo isto se agravou e Strangford confirmou aquilo que o Gabinete já suspeitava: existiam fortes razões para acreditar que as relações entre Portugal e a Inglaterra iam sofrer uma alteração considerável, que passava, entre outras coisas, pelo encerramento dos portos portugueses à navegação britânica. Contudo, se isto não causou grande surpresa e apenas serviu para que a *Royal Navy* redobrasse a sua vigilância, o mesmo já não sucedeu quanto a outras informações, que deram a conhecer várias movimentações e alguns preparativos navais em Cádiz, onde o Almirantado sabia que se encontrava uma esquadra inimiga[85].

Apesar de serem poucos os que acreditavam que esta esquadra conseguisse iludir a vigilância exercida por Purvis, as informações causaram algum mal estar, até porque se temia que o seu destino fosse o porto de Lisboa, onde se poderia reunir com as tropas francesas, que avançavam pela Península[86].

Foi ainda neste âmbito, que surgiu um dos sinais mais alarmantes, em Outubro, quando o ministro inglês em Lisboa afirmou que tinha conhecimento (baseando-se em informações cujo teor não duvidava) de um plano francês, para cercar e tomar Gibraltar, cuja execução era suposto começar em Dezembro. Esta hipótese aumentou ainda mais a tensão, porque os acontecimentos na Península coincidiam com tal tentativa, ainda por cima num período em que se faziam sentir algumas dificuldades para assegurar,

---

[85] W.O. 1/751, 10 de Outubro de 1807, Strangford a Purvis, *secret*.

[86] Idem - Strangford tinha informações a respeito de instruções que teriam sido transmitidas para Cádiz, no sentido de que as embarcações se dirigissem para Lisboa. Para além disso, sabia-se que tinham acabado de chegar àquele porto *5 distintos oficiais franceses* (a 1 ou 2 de Outubro).

com regularidade, as comunicações entre Gibraltar, Lisboa e Londres[87].

Podemos afirmar, portanto, que em 1807 a estratégia de guerra britânica, pelo menos no que diz respeito ao espaço madeirense, teve em conta os seguintes aspectos:

a) o risco imediato de que a Ilha pudesse ser ocupada pelo inimigo;
b) o compromisso peninsular e os riscos sobre Gibraltar, em particular;
c) as crescentes dificuldades de transporte, de comunicação e a utilidade da Ilha, enquanto depósito de provisões e espaço de gestão de informações;
d) a presença britânica no Mediterrâneo e, através deste, no sul da Europa;
e) a viragem para o espaço ibero-americano e a forma utilizada, para nele intervir;
f) os frequentes desentendimentos com os Estados Unidos;
g) as questões fomentadas pela própria política interna e a pressão dos meios oposicionistas (desde o Parlamento, até à questão irlandesa)[88].

---

87 W.O. 1/751, 20 de Outubro de 1807, Strangford a Canning, *most secret* - Seria fastidioso estar a descrever aqui tudo aquilo que Strangford afirmava saber quanto a este plano. Em linhas gerais, o ministro em Lisboa afirmava que tudo passava por uma ligação entre o governo francês (por intermédio de dois oficiais engenheiros), um particular residente em Paris, uma família de judeus radicada em Gibraltar, alguns oficiais franceses e ainda dois oficiais irlandeses, pertencentes à guarnição do *Rochedo*. Os oficiais franceses acima referidos, conhecedores da língua espanhola, ter-se-iam dirigido de Paris para Madrid (via Bordéus) e depois para Cádiz. Daqui esperava-se que embarcassem para Tânger, onde receberiam passaportes e, passando por comerciantes, introduzir-se-iam em Gibraltar. Quanto ao plano de operações, pouco ou nada se sabia, mas Stangford garantia que tinham sido enviados recentemente para M. de Beauharnais (que estava em Madrid) alguns desenhos e esboços. Uma das questões que se levantava, tendo em conta o envolvimento dos oficiais britânicos, era saber se havia o risco destes tentarem corromper uma parte da guarnição. Sugeria-se, por tudo isto, uma vigilância constante e apertada sobre os indivíduos em causa.

88 A queixa a respeito dos problemas de comunicação e da falta de navios foi uma constante no lado português, que também se fez sentir entre os britânicos, em particular depois de 1809-10.

5.1. A Convenção Secreta e a segunda ocupação (1807).

Quando a França declarou guerra a Portugal, a 23 de Outubro, três meses depois de ter solicitado o encerramento dos portos, já as tropas britânicas se haviam começado a preparar para avançar para a Madeira, um processo que se tendia a acelerar, pois aguardava-se, para breve, a confirmação de que Portugal ia, de facto, fechar os portos aos navios britânicos, e que as tropas de Junot dirigir-se-iam para Lisboa[89].

Em Londres, Domingos de Sousa Coutinho não escondia o seu receio e procurou manter-se informado a respeito da preparação das expedições navais. O passado recente era um motivo suficiente para esta atenção redobrada do ministro português, fomentada também pelos boatos que circulavam em Londres, em particular no meio comercial[90]. Este clima agravou-se em Agosto (quando ganhou forma o avanço das tropas francesas e, na sequência disso, o governo britânico recordou a necessidade do príncipe regente preparar a sua retirada para o Brasil[91]) e confirmou-se no início de Setembro, primeiro com as notícias divulgadas pelo *Morning Post*, uma gazeta ligada ao ministério, na qual se publicitaram os preparativos de uma expedição, que se devia dirigir para umas possessões portuguesas, e depois porque foi o próprio Canning a abordar a questão[92].

Importa referir, porém, que, num primeiro momento, o Gabinete negou quase tudo. Quando foi interrogado pela primeira vez sobre a questão da Madeira, Canning foi peremptório ao considerar que a Ilha "**era um objecto *sempre presente* no governo britânico**", mas

---

[89] FO 63/56, 22 de Outubro de 1807, Canning a Strangford – convém recordar também o receio que existia pela presença em Lisboa da esquadra russa sob o comando de Siniavin.

[90] ANTT-MNE, cx 726, 28 de Julho de 1807, DSC a Araújo, n.º 270.

[91] ANTT-MNE, cx 726, 28 de Agosto de 1807 (com *P.S.* de 12 de Setembro), DSC a Araújo, n.º 280 - depois de uma conferência com Canning, na qual este afirmou que "**não havia tempo que perder para que S.A.R. tomasse as medidas que convinham, se, em última análise, fosse obrigado a sair de Portugal**".

[92] ANTT-MNE, cx 726, 12 de Setembro de 1807, DSC a Araújo., *mais que secretíssimo* (sn) – as notícias foram publicadas a 11 e, ainda nesse dia, Sousa Coutinho contactou Canning.

acrescentou que não estava "**decidida**", nem sequer "**tratada**", qualquer expedição[93]. Pelos documentos do *F.O.*, sabemos que isto não corresponde à verdade, pois há muito que o processo estava em movimento.

Assim, Domingos de Sousa Coutinho começou por inquirir Hammond, o sub-secretário de Estado, sobre as referidas notícias e este não só negou a sua veracidade, como afirmou nunca ter ouvido falar em tal expedição, predispondo-se, inclusive, para tentar saber, junto do editor, "**quem lhe tinha dado o artigo**". Com Canning passou-se algo semelhante, embora este, para surpresa de Sousa Coutinho, tivesse adiantado que se reunira com uma deputação de negociantes britânicos estabelecidos no Funchal, a que lhe tinha requerido a ocupação imediata da Ilha. Neste contexto, Canning colocou a hipótese de terem sido aqueles a passar a notícia para as *gazetas*, "**provavelmente para levantar um alarido e forçar o governo**", acrescentou[94].

Perante estas informações, o ministro português não perdeu tempo e, no mesmo dia, encontrou-se com Murdoch (um dos principais negociantes, que em 1801 auxiliara a expedição de Clinton), pedindo-lhe que tranquilizasse os seus colegas e dando-lhe a conhecer, inclusive, os planos de S.A.R. no caso da situação se deteriorar. Esta reunião, porém, não foi proveitosa, pois Murdoch não só negou ter qualquer conhecimento sobre a expedição, como também fez o mesmo a respeito da referida deputação, chegando a afirmar que se tivesse sido chamado, para nela participar, ter-se-ia recusado[95].

A situação estava tão mal explicada, as repetidas alegações de desconhecimento eram tão estranhas e os sinais eram tão evidentes, que Sousa Coutinho percebeu que, se não agisse com rapidez, o desenlace seria muito prejudicial aos interesses de Portugal.

---

93 Idem.

94 ANTT-MNE-ALPL, cx 726, 12 de Setembro de 1807, DSC a Araújo, 2.ª via, (sn).

95 Idem – Murdoch culpou as gazetas de quererem provocar agitação e referiu que apenas tinha conhecimento de alguns avisos, feitos aos mercadores que negociavam em portos portugueses.

Não precisou de esperar muito, pois em poucos dias os boatos confirmaram-se e o Gabinete deu a entender que a ocupação da Ilha era irreversível. Ao ministro restou a alternativa de tentar remediar a situação, o que o levou a enveredar pelo campo habitual da dilação, que, neste caso, começava na tentativa de "**persuadir** [Canning] **do dano que nos faria a ocupação**", em particular se ocorresse "**tão antecipadamente**", pois, para além de poder apressar um ataque francês contra a Ilha, podia provocar o pânico nas autoridades e habitantes locais[96].

Foi neste contexto que acabou por acontecer um *ajuste pessoal* entre Coutinho e Canning (a definição é do diplomata português), assinado a 12 de Setembro, através do qual, o ministro britânico se comprometia a não dar a ordem de saída à expedição para a Madeira (ou a qualquer outra dirigida a uma possessão portuguesa), enquanto "**não houver a certeza de uma marcha ou declaração hostil da parte da França contra Portugal**". Em contrapartida, a esta *segurança*, D. João devia-se comprometer a não remeter para a Ilha qualquer reforço de tropas, nem admitir nela a presença de oficiais franceses. Para além disto, Canning impôs ainda que o governador da Madeira deveria receber, de imediato, instruções secretas, para não resistir ou "**não fazer mais que uma aparente resistência**" a qualquer expedição inglesa, e "**claramente anunciar a sua intenção de guardar a ilha em depósito para sua Alteza Real**"[97].

Este *ajuste*, apesar dos seus motivos imediatos (o avanço francês, o interesse britânico e o receio português), alargou, de forma con-

---

[96] ANTT-MNE, cx 726, 10 e 12 de Setembro de 1807, DSC a Araújo, *mais que secretíssimo* (sn) - remete cópia de uma carta que dirigira a Canning (a 10), na qual salientava o prejuízo que tal acção podia ter para os interesses de Portugal, recordando o que sucedera dois anos antes (quando se colocou a hipótese de uma esquadra que saíra de Rochefort se poder dirigir para o Funchal) e o pânico que então sentira o governador, ao ponto de afirmar que em meia hora a cidade podia ser destruída para "**50 anos**".

[97] ANTT/MNE-ALPL, cx 726, 6/12 de Setembro de 1807, DSC a Araújo; Downing Street, *Accordé entre (...) Canning et moi* [Sousa Coutinho] (documento transcrito e traduzido em Soriano, t. III, pp. 622-623) - este acordo, que Sousa Coutinho lembrava ser *pessoal* (pelo menos até ter a anuência de S.A.R.), era constituído por 5 pontos e foi assinado pelas duas personalidades em epígrafe.

siderável, o seu âmbito, quando nele também ficou expresso que Sousa Coutinho devia receber, "**por recomendação**" de Canning, *plenos poderes*, não só "**para assinar uma Convenção**" sobre a Madeira, mas também para concluir um acordo, que impedisse a marinha portuguesa de cair em poder dos franceses, e para preparar "**um tratado eventual de socorro e de comércio entre o governo português transferido para o Brasil e o governo britânico**"[98].

Como se percebe, este acordo pessoal não foi mais do que a *ante-câmara* da *Convenção Secreta*, assinada em Outubro, entre Portugal e a Inglaterra. Obrigado a agir de imediato, Domingos de Sousa Coutinho fez o que estava ao seu alcance para suster o ímpeto britânico, pelo menos enquanto aguardava pela chegada de instruções, as quais passou a exigir que fossem "**bem claras**" e, saliente-se, sem "**medo**" que ele assinasse qualquer "**coisa que não for conforme elas**"[99].

No Reino, o ministro dos negócios estrangeiros, António de Araújo, respondeu de imediato, manifestando-se favorável ao *ajuste* e ao acordo previsto, embora, nas observações que depois remeteu para Londres, se tivesse oposto ao teor das instruções secretas, que Canning exigira que fossem remetidas ao governador. Segundo António de Araújo, tal desejo apenas se poderia concretizar depois das tropas francesas entrarem em território português, pois, se ocorresse antes, ia provocar, de imediato, "**a marcha das tropas francesas**", hipótese que de Sousa Coutinho também já tinha colocado.

Por outro lado, para reforçar a sua posição, António de Araújo admitia ainda que, no caso de retirada, o príncipe regente poderia ser obrigado a "**descer na Ilha da Madeira**", que neste caso deveria estar "**independente da influência estrangeira**", até para evitar que se considerasse que S.A.R. se ia acolher entre os ingleses[100].

---

98 Cf. Soriano, t. III, p. 623.

99 ANTT-MNE, cx 726, 12 Setembro 1807, DSC a Araújo.

100 Cf. Soriano, t. III, p. 623. Estas observações, feitas por Araújo, estão anexas ao referido *ajuste* e respondem a ponto por ponto; ANTT/MNE-ALPL, L.° 511, 23 Setembro 1807, Araújo a DSC (201).

Em parte, foram as observações e a concordância de António de Araújo que abriram, em definitivo, o caminho para a *Convenção* e contribuíram para diminuir o ritmo dos preparativos da expedição, sem terem sido suficientes para suspendê-la. Aliás, a ocupação da Ilha era um elemento intrínseco à própria *Convenção*.

Estes factos confirmaram-se durante a segunda quinzena de Setembro, através de duas informações, ambas transmitidas por Domingos de Sousa Coutinho: primeiro, quando fez referência à transferência, de Portsmouth para Cork, dos preparativos de "**uma expedição**", comandada pelo general Beresford, que o embaixador português já "**suspeitava**" que se podia dirigir para a Madeira, mas a respeito da qual nada sabia, pelo menos a nível oficial; depois, quando foi informado, por uma carta que recebeu de Cork (mas cujo remetente, o diplomata não revela), na qual se confirmava o destino da expedição, mas se adiantava que o embarque das tropas tinha sido *contramandado*[101].

Como então referia o ministro português, o "**tempo é de espera**", que acabou por não ser longa, pois, em meados de Outubro, chegaram a Londres, os *plenos poderes* e as instruções, para que Sousa Coutinho pudesse acertar o tal acordo que a Inglaterra exigia e que, para Portugal, era suposto ter a utilidade de aceitar a ocupação e, assim, "**conservar intacta**" a Madeira e todas as outras possessões ultramarinas[102].

Neste contexto, as negociações foram breves e, tendo em conta que os principais pressupostos estavam definidos desde Setembro, não foi difícil chegar aos termos do acordo, que se estabeleceu através da *Convenção Secreta*, assinada em Londres, a 22 de Outubro.

---

[101] ANTT-MNE, ALPL, 22, 28 e 29 de Setembro de 1807, DSC a Araújo, n.os 286, 287 e 288 - em todos os ofícios também dava conta das dificuldades que sentia para reunir-se com Canning (ou mesmo com Hammond).

[102] ANTT-MNE, ALPL, L.° 511, 28 de Setembro de 1807, Araújo a DSC, n.° 202; Idem, cx. 726, 5 e 14 Outubro 1807, DSC a Araújo – para o ministro dos negócios estrangeiros esta era "**mais uma demonstração de que a G.B. deve tratar Portugal com moderação**". Pedia-se segredo quanto ao comércio.

Desta forma, não só ficou concluído o processo negocial, iniciado em meados do ano, como também ficou estabelecida uma nova plataforma de entendimento, entre Portugal e a Inglaterra, que veio alterar, de sobremaneira, as relações existentes entre ambos[103].

Quanto à Madeira, a Inglaterra conseguiu, com a *Convenção*, criar as condições necessárias para que a *tomada* da Ilha pudesse ser absoluta, desde que as circunstâncias assim o exigissem, neste caso indo até contra aquilo que o governo português pretendia, que era "**conservar intacta à monarquia portuguesa a ilha da Madeira e as mais possessões ultramarinas**"[104].

Em Portugal a oposição à *Convenção* fez-se sentir, senão em termos gerais, pelo menos a respeito de alguns dos seus termos, algo que se percebe melhor se tivermos em conta que era ainda admitida a hipótese de serem aceites todas as condições impostas pela França (em particular o encerramento dos portos), anuência esta que, em Outubro, passou a ser ainda mais evidente e inevitável[105].

Neste sentido, a ocupação da Madeira nunca esteve dependente da retirada do príncipe regente, nem sequer da sua atitude perante os interesses britânicos no Reino. Aquele processo decorreria independentemente deste e concretizar-se-ia em qualquer dos casos. Ou seja, mesmo que Portugal não adoptasse quaisquer medida hostil contra os interesses britânicos, a entrada das tropas napoleónicas na Península

---

103 Este documento encontra-se transcrito em Soriano, *op. cit.*, t. III, pp. 626-632 em Almada (1947) vol. II, pp. 111-118. A este respeito, vd. Paulo Miguel Rodrigues, *op. cit.*, pp. 191 e ss.

104 Este foi, aliás, o principal foco de descontentamento na Corte portuguesa. A Grã-Bretanha ratificou a *Convenção* no dia seguinte à partida da expedição de Beresford para a Madeira.

105 Desde o final de Agosto que se sabia que Portugal estava inclinado a aceitar grande parte das condições que eram impostas pela França (excepto a detenção dos súbditos britânicos e o confisco dos seus bens), embora ainda sem definir uma data para começar a fazê-lo. Mais tarde, no início de Outubro, perante a dilação portuguesa, os representantes da França e Espanha saíram de Lisboa e com isso formalizaram o corte de relações. Pouco depois D. João solicitou a Jorge III a manutenção de "**uma *guerra aparente***", para tentar salvar a monarquia. A 20 do mesmo mês, um decreto real deu ordem para o encerramento dos portos do reino aos navios britânicos. A 3 de Novembro António de Araújo notificou o governo de Paris que aceitava todas as condições francesas. Cf. Alexandre (1993), p. 156-157.

e a sua marcha para território português, eram motivos suficientes para justificar a ocupação.

Na essência, a relação entre a saída do príncipe regente e a ocupação da Madeira apenas existia na medida em que a atitude daquele poderia condicionar os critérios sob os quais se iria reger a força britânica e também as linhas de desenvolvimento da sua acção na Ilha. Aliás, quando a *Convenção Secreta* foi assinada a situação peninsular já fornecia os motivos suficientes para que a ocupação da Madeira se concretizasse, pois poderia aceitar-se como resposta às ameaças que pairavam sobre os interesses imediatos da Inglaterra, as quais poderiam ser, com alguma rapidez, extensíveis à Ilha.

Neste ambiente, a acção de Domingos de Sousa Coutinho pode dividir-se em 3 fases: a *fase da surpresa*, que o levou ao protesto veemente; uma *fase intermédia*, caracterizada por diversas iniciativas, que culminaram com a assinatura da *Convenção*; a *fase final*, que precipitou a expedição, mas que também se caracterizou pelo esforço para limitar as probabilidades de tal acção se concretizar e, em simultâneo, controlar os seus movimentos, para assim dispor do máximo de informações possíveis, sobre o seu estado, sempre com a intenção de impedir a saída da divisão naval ou, pelo menos, para evitar que tal sucedesse de uma forma incógnita, que poderia dar lugar a uma ocupação inesperada.

Entretanto, enquanto Domingos de Sousa Coutinho procurava evitar a saída de Beresford, Strangford informava, sem esconder a sua surpresa, que António de Araújo se manifestara favorável à hipótese do desembarque britânico na Madeira, baseando-se, o ministro inglês, não só nas conversas que mantivera com o português, mas também nas garantias que este lhe havia dado, durante a última semana de Outubro, de que já tinham sido enviadas instruções secretas, para que o governador não rebatesse qualquer expedição inglesa. Mais: por aquilo que Strangford então transmitiu, António de Araújo chegou a admitir que a cedência da Ilha poderia ser entendida como uma compensação pelo encerramento dos portos no continen-

te, permitindo, assim, que a G.B. comerciasse livremente com o Brasil e penetrasse no espaço ibero-americano[106].

Em Londres, como seria de esperar, Canning reagiu com algumas reticências, reacção que foi potenciada pela ignorância que Domingos de Sousa Coutinho confessou ter sobre tal assunto, em particular a respeito das instruções enviadas para o Funchal. Os acontecimentos que se seguiram vieram confirmar que as dúvidas do ministro britânico, a respeito da boa vontade manifestada pelo governo de Lisboa, se justificavam e nem foi preciso esperar muito para o comprovar, pois passado pouco tempo ficou-se a saber que as referidas instruções iam em sentido contrário ao que Araújo tinha afirmado[107].

Mesmo assim, nas instruções e nos ofícios que foi remetendo para a Legação em Londres e nas reuniões que manteve com o embaixador britânico, António de Araújo manteve e insistiu que era favorável à presença dos britânicos na Ilha. Aliás, como lhe competia, o ministro português ainda tentou retirar algumas vantagens imediatas desta política de *entendimento* e, nesse sentido, chegou a sugerir que seria "**muito útil**" que a marinha de guerra portuguesa mantivesse pelo menos dois navios fora do porto de Lisboa, desde que possuíssem salvo condutos passados pelos ingleses, para "**cruzar livremente no Estreito ou entre esta costa e a ilha da Madeira**"[108].

A tradicional dubiedade da Corte só serviu para reforçar a des-

---

[106] FO 63/56, 28 Outubro 1807, Strangford a Canning; W.O. 1/751, 12 Novembro 1807, Canning a Castlereagh, *most secret* - neste último ofício, o primeiro remetia ao segundo, para que este enviasse *ao comandante das tropas que se preparavam para seguir para a Madeira*, o duplicado de uma ordem do Príncipe Regente para o governador (entregue por Sousa Coutinho a Hawksbury, por Canning se encontrar fora de Londres), que confirmava o teor das garantias anteriormente dadas por Araújo. Quanto à posição que este último tornou pública acerca das referidos benefícios comerciais vd. ANTT/MNE-ALPL, L.° 511, 28 Setembro 1807, Araújo a DSC.

[107] FO 63/56, 22 Outubro 1807, Canning a Strangford – para afastar todas as dúvidas, o ministro britânico solicitou que lhe fosse remetida uma cópia das instruções, que devia seguir juntamente com a notificação do fecho dos portos. Os dados recolhidos parecem indicar que Sousa Coutinho também foi propositadamente induzido em erro (ANTT/MNE-ALPL, L.° 511, 14 Outubro 1807, 206).

[108] ANTT/MNE-ALPL, L.° 511, 15 Outubro 1807, Araújo a DSC, n.° 207 – o pretexto apresentado era o combate ao corso argelino e a base sugerida era a baía de Lagos. Parece óbvio que, podendo ser esse um dos motivos, não era com certeza o único.

confiança do Gabinete e, por outro lado, marcou, agora em definitivo, a desinteligência entre António de Araújo e Domingos de Sousa Coutinho. Na prática, o resultado desta política foi a (re)aceleração dos preparativos da expedição para a Madeira[109].

A respeito desta, o plenipotenciário português, depois de ter a certeza da sua inevitabilidade, chegou a sugerir que a divisão naval, comandada por Hood, passasse primeiro por Lisboa, para aí consultar Strangford e assim receber informações recentes, sobre os desenvolvimentos em Portugal, na esperança de que, com isso, ainda se pudesse evitar a ocupação[110].

Contudo, para o governo britânico, a necessidade de tomar a Ilha tornou-se tão evidente, que o Gabinete, apesar de ter em preparação uma expedição em Cork, chegou a remeter instruções urgentes para John Moore (que era suposto estar em trânsito, da Sicília para Gibraltar), para que este seguisse, desta última estação, para a Madeira, e a ocupasse, utilizando a força, se fosse necessário[111].

Neste caso, a ocupação deveria ocorrer independentemente do que sucedesse em Lisboa, colocando-se então duas hipóteses: se Moore seguisse com o *comboio*, que era suposto conduzir a Corte portuguesa para o Brasil, devia agir de acordo com aquilo que estava estipulado na *Convenção*; porém, se isso não ocorresse, ou seja, se o príncipe regente se mantivesse no Reino, mas apenas neste caso, Moore devia-se preparar para o desembarque na Ilha pela força. Em qualquer dos casos, o número de homens utilizados não devia exceder os 3.000 *rank and file*.

As coisas acabaram por se resolver de outra forma, primeiro,

---

[109] ADM 2/153, 10 de Agosto de 1807 a Fevereiro de 1808, fazem-se os relatos dos movimentos efectuados entre Spithead, Plymouth e Cork pelos navios pertencentes à Divisão Naval destinada à Madeira.

[110] ANTT/MNE-ALPL, cx. 727, 31 de Março de 1808, DSC a (s.n.) - O ministro lembra ter feito tal sugestão numa análise que remete para o Rio em Março de 1808. Não encontrámos, no entanto, qualquer documento que o comprove, mas neste caso julgamos que isso não é imprescindível.

[111] W.O. 1/305, 17 de Novembro de 1807, Hawksbury a Moore, *most secret and confidential*. Muir também faz referência a este facto. Cf. Muir (1996), p. 28.

porque não foi fácil estabelecer a comunicação com Moore – cuja data de chegada a Gibraltar, onde devia receber a correspondência, era desconhecida – e depois, porque o governo inglês, tendo em conta esta última hipótese e que "**the necessity of the *immediate* occupation of Madeira has become *peculiarly urgent***", optou por não esperar mais, e fazer avançar a expedição que se aprontava em Cork[112].

Foi a passagem pela Madeira de algumas das embarcações, que seguiam com a esquadra que conduzia a Corte portuguesa para o Rio, que fez chegar ao Funchal as primeiras notícias dos acontecimentos em Lisboa e, então sim, pela primeira vez, foram transmitidas instruções no sentido de que o governador da Ilha apoiasse qualquer força britânica, desde que esta o solicitasse[113]. A retirada da Corte, contudo, até pela rapidez com que se processou, estava longe de ser um dado adquirido em Inglaterra e ainda menos na Irlanda, situação que, naturalmente, se mantinha, quando a 6 de Dezembro, a expedição com destino à Madeira recebeu ordem para sair de Cork. Esta sequência de acontecimentos, que contribuiu para criar uma alguma dissonância entre a realidade e o conhecimento que dela tinham os responsáveis britânicos, foi suficiente para provocar alguns equívocos.

Quer isto dizer que, *em si*, a saída da expedição, tendo em conta os termos da *Convenção*, não era surpreendente, antes pelo contrário. Porém, as circunstâncias em que tal se verificou e as informações disponíveis, provocaram uma mudança no espírito com que Beresford e Hood interpretaram as instruções recebidas, algo que até

---

112 W.O. 1/305, 16 de Novembro de1807, Hawksbury a Moore – se Moore recebesse esta carta antes de despachar uma força para a Madeira devia abster-se de o fazer, se já o tivesse feito devia tentar chamá-la antes dela chegar ao seu destino, mas se isto já tivesse ocorrido devia então esperar por Beresford para a mandar retirar. Beresford estava informado de tudo isto.

113 AHU-Madeira, 1802, A.R. 7 de Dezembro de 1807, assina o Marquês de Lagos, Nuno da Silva Telles, gentil-homem da Câmara de S.A.R. - ordem para que o governador se apreste para prover aguada e refrescos à nau inglesa *London* e a outras que o peçam. Informa que a nau *Príncipe Real* (onde seguia o Príncipe Regente) devia passar pelo Funchal, o que acabou por não suceder, alegadamente por causa de uma tempestade que entretanto se levantou, mas que não evitou, no entanto, que algumas naus tivessem passado pelo porto. Este A.R. foi recebido no dia seguinte à sua emissão.

já estava previsto e expresso nestas. Por outras palavras: Beresford saiu de Cork, pensando que o príncipe regente continuava em Lisboa e, mais do que isso, se recusava a sair. Neste caso, tinha instruções para *tomar* a Ilha, em absoluto.

Daí que, em 1807, mais que uma ocupação, tivemos uma *tomada*, que acabou por levar à assumpção da soberania insular por parte da Inglaterra, situação que prevaleceu durante três meses e que teve o seu momento mais significativo no juramento feito a Jorge III, enquanto soberano dos habitantes.

The Azores and British Naval Strategy

Eric Grove

When asked to prepare this paper I surveyed the indices of the standard works of British naval history for the words "Azores" and was struck that the islands were of greatest importance in two periods, the Sixteenth Century and the Twentieth. This paper will therefore concentrate on these periods, in the first of which the islands were a major area of English naval deployment and in the second of which the archipelago played a key role in the application of air power to the exercise of the command of the sea.

The reason for the Azores' importance in the Sixteenth Century was the key role the islands played at that time in the movement of the Spanish bullion convoys across the Atlantic. The islands were vital as a place to repair weather beaten masts and hulls after two months or more at sea and to replenish ships with provisions and water. In addition ships could shift cargo to improve both seaworthiness and defensibility. The Azores stop-over allowed the cargo to be assessed in order to sustain Seville's markets.[1]

This made the islands a natural focus for raiding operations with varying degrees of official support. At this time English naval power was only in its embryonic stage. There was no permanent national

[1] P. Butel , *The Atlantic* (Routledge, London and NewYork, 1999) p. 72

maritime fighting force, only Royal investment in operations that were supposed to pay for themselves, if not make a substantial profit. In such a context the Azores were usually a seductive attraction from other strategic objectives. The Flota, like all convoys, was hard to find at sea. It had to put into the Azores. Therefore if one waited in the vicinity of the islands one was bound to strike it lucky sometime. Sadly for the English, however, they were never able to project naval power sufficiently effectively to mount a successful raid. Patrols of the islands were too often interrupted by expeditions ashore for water and when the Flota arrived its escort, often strong, had to be dealt with.

English pirates operating sometimes as "Privateers" under whatever political cover they could obtain in the disordered Europe of the day (and sometimes with none) were active around the Azores from at least the 1560s. The heavily armed Castle of Comfort took seven Portuguese carracks in 1567 near Terceira. The union of the Spanish and Portuguese crowns in 1580 left the pretender Dom Antonio briefly in control in the Azores and his commissions were obtained as figleafs of legitimacy for English pirates. In modern terms one might say an alliance was formed between Antonio and the English pirate mafia, whose most prominent members were Hawkins and Drake, a connection that remained after Antonio lost the islands to Spain. Dom Antonio had first tried to use these connections to offer base facilities in the Azores in return for English naval defence but Queen Elizabeth proved reluctant to give too much open English support. There were a few English ships in the mixed fleet that tried to oppose the Spanish invasion of 1582-3 but, despite its heavier gun armament, the opposing Marquis of Santa Cruz proved victorious in what was probably the finest exercise in what we would now call "power projection" of the Century.[2]

---

[2] N.A.M. Rodger. *The Safeguard of the Sea.; A Naval History of Britain 660 to 1649* (London, Harper Collins, 1997), p. 246

As the crisis between England and Spain escalated the Queen sponsored Drake in 1587 to mount a major raid to interfere with Spanish invasion plans. After raiding Cadiz and placing himself strategically off Cape Sagres Drake's piratical instincts were unable to resist the siren attraction of the Azores. His fleet was scattered by storms but he was lucky enough to "make his voyage" to the tune of £140,000 by capturing the carrack São Felipe. Despite bad weather Santa Cruz was able to escort the Flota safely into port. [3]

The following year the pirate mafia, by now fully integrated part of England's naval organisation, proposed a standing blockade of the Spain- Azores area with squadrons of a dozen ships each for four monthly periods but such was beyond England's contemporary naval means. The main event of the year was the repulse in English waters of the famous Spanish armada by a combination of an English fleet of Royal and private warships under Lord Admiral Howard of Effingham and, more importantly perhaps, the weather.

Nothing demonstrates the unsatisfactory nature of semi-privatised naval operations more than the disastrous 1589 expedition under Drake and Norris to Iberia which the pirate mafia hoped would restore their client Dom Antonio to the Portuguese crown. Frustrated in this enterprise they tried to reach the Azores but were frustrated again, this time by the weather. Equally unsuccessful was the attempt the same year by the Duke of Cumberland and Sir Martin Frobisher to intercept the Flota in the Azores. While the English ships were searching for food water the convoy slipped unmolested into Angra.[4]

Frobisher was back in the Azores in 1590 covered by Hawkins cruising off Finisterre. The English threat was such that the Flota was held back at Havana that year, the Spanish resorting to fast frigates to get some bullion through. The pull of the Azores was such however that Hawkins was soon off his blockading station in search of the non

---

[3] *Ibid.*, pp. 252-3
[4] *Ibid.*, p. 278

existent convoy. Spain, a much richer state than England, responded to the reverses of 1587-90 by an impressive naval build up. By 1591 she was able to give that year's double Flota much more formidable cover than it had ever received before. This was a well for her as Lord Thomas Howard took an English squadron to the Azores in search of the extra rich pickings expected. Howard's initial group was composed of four of the Queen's most powerful ships, Defiance, Revenge, Elizabeth Bonaventure and Lion with two smaller Royal vessels and one of Sir Walter Raleigh's private warships.[5]

As famously recorded in the poem the English were at Flores in the Azores waiting for the convoy. Luckily for most of them they were warned at the last minute that the Flota was being reinforced by a powerful force from Spain. The English were taking in water at Ponta Delgada and cleaning their ships with ballast ashore. It was an achievement to put to sea with the Spanish squadron already closing in on both sides of the island. All got away but one, Revenge, prototype of the English race built galleon and Drake's ship in the Armada battle. She was commanded by Sir Richard Grenville, an ardent Protestant who was not to be put off opportunities for killing Roman Catholics. An unpopular selfishly aggressive man he allowed himself to be cut off by the powerful Spanish fleet and did not even utilise his superiority in firepower. Instead he chose a close quarters duel which lasted for fifteen hours. It took a minor mutiny by Grenville's crew to stop him blowing up the ship rather than surrender. Revenge eventually was forced to strike her colours, a major boost to Spanish morale in an otherwise rather troubled year with the flota assailed by bad weather that wrecked ships and created stragglers that could be picked off by English raiders. The bad weather also sank the battered Revenge. [6]

The Revenge episode became something of an icon in English

---

[5] *Ibid.*, p. 279
[6] *Ibid.*, pp. 280-1

naval culture. Despite the manifold defects of Grenville's leadership, the stubbornness of his resistance was used to reinforce the taboo against giving up one of the Queen's ships. There was long a "Greynville" (sic) Term at the Naval College at Dartmouth, a sign of the power of the Flores legend (if not the reality) to be seen as an example for emulation by young officers.

In 1592 ambitious English plans to go to the West Indies were replaced by more operations round the Azores. Again a large Portuguese carrack was captured, the Madre de Deus, by no less than ten English ships netting about a quarter of a million pounds' worth of booty, not far short in value of the annual Royal income. The Queen was able to increase her revenue by about thirty per cent from the pepper she sold from her share of the loot.[7]

The Earl of Essex , who increasingly dominated Elizabeth's court in the 1590s, was very critical of "idle wanderings upon the sea" around the Azores and argued for expeditions either to the West Indies or against Iberia itself. These had mixed success in 1595-6 and in 1597 a further expedition was mounted against Ferrol. After troubles with the weather Essex was reduced to his own "idle wanderings" around the Azores which failed completely to do anything significant against the Flota and opened the West of England up to a Spanish expedition that was only repulsed by storms.[8]

The "Island Voyage" as it became known was the last major attempt to intercept the Flota around the Azores. The islands next appear as worthy of mention in the middle of the Seventeenth Century when the Commonwealth considered basing ships there to facilitate a presence off the Portuguese Coast to counter the Royalist fleet. The latter under Prince Rupert arrived in the Azores to victual in 1651 but was assailed by storms and lost his battered flagship Constant Reformation. Two years later the Royalist ship Swallow was fired on

---

[7] *Ibid.*, p. 281
[8] *Ibid.*, p. 287

trying to make landing in the islands. More welcome the same year was Sir Robert Holmes' Commonwealth fleet that visited for a week to victual on the way to South Africa. War with Spain rather than the Netherlands emphasised Commonwealth-Portuguese amity and brought Atlantic islands and the Flota back into British strategic thinking. By this time the treasure ships were by-passing the islands and the Canaries were more of the strategic focal point in the Atlantic islands. Obtaining the bullion of the Indies proved no easier in the new environment, however. Not even Blake's great victory in 1657 at Santa Cruz could obtain the contents of the Spanish treasure ships that had been salted away in Tenerife before the arrival of the English Fleet. Nevertheless the inability to import the bullion had serious effects on Spain whose army in Portugal fell apart and which was forced reluctantly to acknowledge Portuguese independence.[9]

With Portugal independent and in Alliance with England (later Britain) and Gibraltar from 1704 the lynch pin of the British strategic position in the Central Atlantic, the Azores tended to fade further from strategic focus although it was always important to maintain good relations with the Portuguese government in control of the archipelago. Naval diplomacy and presence was used in this process notably in the Nineteenth Century when the Tagus was effectively a major British naval base. It was also envisaged that the islands might be a focal point for the deployment of cruisers in the defence of trade. The main priority, however, was a negative one, to stop the islands falling into potentially hostile hands.[10]

During World War One the limited access to the sea of the Central Powers, the limited range of most U-boats and the activities from 1917 of the US Navy who used the islands as an important base for the projection of their maritime power to Europe set the context of

---

[9] J.D. Davies, "Blake: Santa Cruz, 1657" in E.J. Grove (Ed.) *Great Battles of the Royal Navy* (London, Arms and armour, 1994)

[10] A.S Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico* (Lisbon, ASA, 1993) p. 39

the role of the islands as a limited British preoccupation. In World War Two the situation was much more serious, especially after the fall of France in 1940 transformed Germany's strategic access to the Atlantic. There were worries about German amphibious descents on the Atlantic islands in general and the Azores in particular. Occupation of the islands would threaten British use of the Atlantic while the islands provided fall back positions if Gibraltar was captured or neutralised. Three brigades of troops (one 101 Brigade Royal marines) were kept at six hours notice to repel any invasion of the Atlantic islands. Moreover, in the official historian's words, in the late Summer of 1940 "the safety of the Atlantic islands ... played a large part in the movements of Force H", the British ad hoc battle group formed at Gibraltar to cover both the Western Mediterranean and the Central Atlantic.[11] Two transports on their way back home from the abortive Operation Menace against Dakar were held at Gibraltar to land troops in the Azores if required, and a cruiser was kept keeping an eye on the islands for the rest of the year. At the end of 1940 Force H sailed to cover the islands on receipt of news of a German expedition being readied at Bordeaux. The Germans in fact considered the seizure of the islands and their logistic maintenance far too risky. The British in their turn planned to occupy the Atlantic islands if Germany moved against Spain or Portugal.[12]

In early 1941 it seemed as if Franco might join the Axis and Operation Puma, was prepared. In its final form 20,000 men were to be used to occupy first the Canaries and then the Azores and the Cape Verde islands. Naval forces engaged in the whole operation were to comprise a battleship, three carriers, three cruisers and nineteen destroyers. [13] The official historian considered it "fortunate" that Puma was never activated " at a time when the threat to our vital

---

[11] S.W. Roskill, *The War at Sea 1939-45*; Vol 1, *The Defensive* (London, HMSO, 1954) pp. 272-3

[12] *Ibid.*, p. 273

[13] *Ibid.*, p. 380

trade routes was serious and our maritime forces (were) stretched to the limit."[14]

By mid-1942 the boot was on the other foot and, with negotiations beginning between Britain and Portugal over British occupation of the islands, Germans began to worry about this threat. Hitler, much to the chagrin of the German U-boat command, insisted German submarines be held back from their main guerre de course to guard against any British move against the islands.[15] The opening up of the Allied front in North Africa that year did increase the amount of traffic in the vicinity of the Azores and U-boats (with the support of tanker submarines) began to operate more in the area, sometimes with good results. In January 1943 a Trinidad – Gibraltar tanker convoy TM-1 was attacked by a pack of a dozen U-boats with the loss of seven ships. The key to the anti-U-boat war was the provision of anti-submarine air cover and pressure for use of the Azores as an air base began to mount. Salazar, the Portuguese dictator was worried about German reactions and only on 18 August 1943, with Germany increasingly tied down on the defensive, was an agreement was finally signed to allow British use of the islands. The British promised Portugal military equipment and a guarantee against German action in return for use of the air and port facilities on Terceira and Fayal from 8 October. [16]

A force composed of the escort carrier Fencer, three destroyers, merchantmen, oilers anti-submarine trawlers and landing craft was organised and sailed in three small convoys from Britain at the end of September under the command of Commodore R.V. Holt to arrive on schedule on the 8th. The Coastal Command Fortress aircraft were delayed by bad weather and Fencer had to land nine of its Swordfish to provide the first ASW air capability at Lajes airfield on Terceira.

---

[14] *Ibid.*, p. 381
[15] *Ibid.*, Vol. 2 (London, HMSO, 1956) p. 106
[16] *Ibid.*, Vol. 3, Part I (London, HMSO, 1960) p. 46

Finally on the 18th the RAF Fortresses arrived. It is true that U-boat operations had already been interdicted by US escort carrier operations in the area but one cannot over-estimate the importance of the utilisation of the Azores bases for the rest of the war. In the words of the British official historian: "thus, after more than four years of war, could reliable air cover at last be provided over the whole of the North Atlantic north of 30 degrees North, while the escort carriers looked after convoys using the more southerly routes....the prosecution of the Atlantic struggle had been transformed, and the U-boats suffered further and drastic discomfiture."[17]

Use of the Azores prevented the Germans exploiting the vital chink that the lack of land based air support might have made in the defences of convoys in the area. The utility of the Azores bases must not be judged by the numbers of submarines actually sunk by aircraft based in the islands. Defence of maritime trade is best judged by the shipping that gets through, not by the attackers destroyed. On 30th October an Azores based fortress escorted its first convoy, an unwelcome development that did not go unnoticed by the Germans. The Fortresses were soon supplemented by Wellingtons equipped with Leigh Lights to increase their effectiveness at night. These proved especially useful, notably when one sank U211 in defence of Convoy SL139/MKS 30. The German attack on this large convoy by no less than 31 U-boats failed, with no ships torpedoed, a testimony to the effectiveness of the combined defences of which Azores based aircraft were a fundamental part. One escort was damaged but she was towed to the Azores, another advantage gained from the islands occupation.

Salazar did not want the Americans in his islands but by disguising them as part of RAF Coastal command US aircraft had appeared by 1944. This presaged the major post war US presence that lies outside the scope of this paper. What is relevant, however is the clear perceived lesson of the war often articulated in post war British

17 *Ibid.*, p. 47

documents that Azores airfields were a sine qua non for the maintenance of Allied sea communications in the Atlantic. For this reason Portugal was invited into NATO and the islands played a major role in the Alliance's maritime plans up to the end of the Cold War. Thus it was that at the end of the period of British maritime supremacy as well as its beginning the Azores assumed key importance in British maritime strategy.

A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário

(a visão nem sempre "politicamente correcta" do viajante nas ilhas)

Fátima Sequeira Dias

1 – Durante o século XIX, à semelhança dos demais arquipélagos do Atlântico Norte, também o dos Açores foi, assiduamente, visitado por inúmeros estrangeiros, pelos mais variados motivos[1]. Logo no início do século, Jean Gustave Hebbe[2], oficial da marinha sueca, viajou pelas ilhas. Anos mais tarde, John Webster[3] fixou residência na ilha de S.Miguel, e, depois, chegaram, recrutados pelo exército libertador, os capitães Boid[4] e Hodges[5], companheiros de armas de D. Pedro IV. A partir de meados do século, após a implantação definiti-

---

[1] – Cf: *Os Açores vistos por estrangeiros. Literatura de Viagens e Estudos Científicos. Catálogo da Exposição Bibliográfica*, Ponta Delgada, 1984.

[2] – Jean Gustave Hebbe, "descrição das ilhas dos Açores" (1802), trad. J.B.B. Eyries, in *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Ed. Fac-similada, 1982, vol. X, pp.515-537.

[3] – J.W. Webster, " A ilha de S.Miguel em 1821" in *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, vols. XIII e XIV, 1983.

[4] – "Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais", (1832), trad. João Hickling Anglin in *Insulana*, Ponta Delgada, 1949, vol. V; 1950, vol. VI; 1951, vol. VII.

[5] – G. Looyd Hodges, *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*, Londres, 1833, trad. João Hickling Anglin, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 12, 1954.

va do liberalismo em Portugal, começaram a chegar turistas à procura de exotismo, como Lyman Weeks[6]; naturalistas consagrados em busca de novas espécies, como o cientista Ferdinand Fouqué e o Príncipe Alberto do Mónaco[7]; jornalistas à procura de exemplares reportagens "*na esperança de que possa vir a ser útil aos que pensam em visitar o arquipélago ocidental, em especial a ilha de S. Miguel*", como Walter Frederick Walker[8] e Alice Baker[9]; doentes dos pulmões em demanda da cura para o seu mal, como Henry, irmão do médico Joseph Bullar[10], e, finalmente, familiares na senda dos parentes "perdidos", como Catherine Green Hickling[11], e William H. Prescott[12] e Elise Nye[13] - filha e netos, respectivamente, de Thomas Hickling, rico negociante americano radicado na ilha de S.Miguel, desde 1769[14], e como ainda Caroline Pomeroy[15], cunhada de Charles William Dabney, cônsul americano na ilha do Faial.

A par destes passageiros de elite, também desembarcaram na ilha de S.Miguel outros "viajantes" estrangeiros – modestos trabalhadores à procura de um mister, como as criadas, as preceptoras, os jardinei-

---

[6] – "Dos Açores", (1882), trad. João Hickling Anglin in *Insulana*, 1958, vols. XIV-XV.

[7] – Luis Arruda, *Naturalists and Azores before the 20th century*, *Museu Bocage*, Publicações avulsas, 2ª série, nº3, Lisboa, 1998.

[8] – *The Azores or Western Islands: a political, commercial and geographical account*, Londres, Trubner & Co, 1886, trad. João Hickling Anglin em "Os Açores ou Ilhas Ocidentais", (1886) in *Insulana*, vols. XXI, XXII e XXV-XVII. Citação retirado de *Insulana*, 1969-70, vol. XXI, pag. 138

[9] – "Um Verão nos Açores e na Madeira de Relance", (1882), trad. de João Hickling Anglin in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1958-59, vol. 16-17.

[10] – *Um inverno nos Açores e um verão no vale das Furnas*, (1838), trad. João Hickling Anglin, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949.

[11] – "Diário de Catherine Green Hickling (1786-1789), trad. de Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, *Insulana*, 1993, vol. XLVI.

[12] – "Quatro cartas do historiador William H.Prescott contendo impressões da sua visita a S.Miguel em 1815-1816" , trad. João Hickling Anglin in *Insulana*, 1951, vol. VII, n.º 3 e 4.

[13] – "Diário de uma viagem da América aos Açores no veleiro 'Sylph" em Julho de 1847", trad. de João Hickling Anglin e notas de Nuno Álvares Pereira, in *Insulana*, Ponta Delgada, 1973-74, vol. 29-30.

[14] – João Hickling Anglin, "Tomas Hickling" in *Insulana*, Ponta Delgada, 1949, vol.V, nº1-2, pp.108-115.

[15] – "Diário de Caroline Pomeroy", (1824), trad. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, in *Insulana*, 1997, vol. 53, pp.97-130.

ros, os carpinteiros, os maquinistas, os engenheiros, os artistas, os explicadores e os guarda-livros ingleses, contratados pelas famílias ricas, pelos empresários de sucesso e pela Junta Administrativa das Obras do Porto Artificial de Ponta Delgada[16]. Destes, porém, só deles sabemos através de referências indirectas, enquanto dos outros podemos contar com os seus preciosos diários de viagem – os registos mais genuínos - e com os seus inestimáveis escritos acerca do quotidiano das ilhas, mesmo quando algumas referências são imaginadas e outras plagiadas ...

Ingleses e americanos dominaram as "visitas de estudo" e de ócio às ilhas, embora, pela mesma altura, outros estrangeiros também tenham decidido aqui se estabelecer, muitos deles ficando até ao fim de suas vidas. Entre estes estrangeiros estabelecidos a título definitivo no arquipélago, contam-se os "hebreus marroquinos" que, acompanhados por suas famílias, vieram fazer comércio[17]; os dois chineses que vieram ensinar a preparação das folhas de chá aos sócios da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense[18]; os africanos que, requisitados no império, vieram trabalhar nas plantações experimentais do concelho da Povoação, e até Gugunhana que, sem reino e sem trono, foi obrigado a passar o resto dos seus dias na ilha Terceira...

As ilhas dos Açores, ainda que constituindo parte integrante do Estado português, eram designadas pelos ingleses como "Ilhas Ocidentais" ou *Western Islands* – por oposição às *Eastern Islands*, nas Caraíbas. Os Açores, a Madeira e Cabo Verde, contudo, também eram conhecidas como "ilhas de África"[19]. O certo é que, em comum, os

---

[16] – Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto. Subsídios para a História Micaelense. (1820-1898)*, Ponta Delgada, 1982, Fátima Sequeira Dias, "As monumentais obras do porto de Ponta Delgada", *Revista da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada*, 1998.

[17] – Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A casa Bensaúde e os Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996, 1° capítulo.

[18] – Gabriel de Almeida, *Dicionário Histórico-Geográfico*, 1893, pag.32: "os dois operários Lau-a-Pan, mestre manipulador do chá e Lau-a-Teng, intérprete e coadjuctor, apresentavam todos os defeitos inerentes à sua raça".

[19] – d'Avezac, *Îles de l'Afrique*, Paris, Firmin Didot Frères, Éditeurs, 1848.

arquipélagos da Macaronésia ofereciam aos "aventureiros" estrangeiros uma estada ociosa num clima ameno, proporcionavam produtos agrícolas bem cotados nos mercados estrangeiros, abriam os seus portos à reexportação das manufacturas europeias.

E Portugal, de que forma via o arquipélago dos Açores? Face ao seu extenso império colonial, forjado desde a primeira descompartimentação planetária marítima europeia (1434-1550), as pequenas ilhas dos Açores mais não representavam do que uma minúscula e longínqua parcela de território, governada por altivos e soberanos capitães dos donatários e regimentada pelo Ministério da Marinha e do Ultramar, à semelhança das suas colónias. Mesmo após 1766, data da criação da Capitania General dos Açores pelo Marquês de Pombal, quando o arquipélago foi transformado administrativamente numa província - uma província insular –, agora dependente do Ministério do Reino tal como as demais províncias do reino e, por isso, obrigado a adoptar as mesmas leis em vigor no território nacional, ele não deixaria de ser uma realidade desconhecida e afastada da dos interesses nacionais. A *Constituição* liberal de 1822, impondo uma nova hierarquia no espaço político português, veio transformar os arquipélagos da Madeira e dos Açores em "Ilhas Adjacentes" – adjacência que seria reafirmada, de novo, cem anos mais tarde no *Código Administrativo,* de 1936, e na lei n.º 1 967, de Abril de 1938, com a publicação das *Bases de Administração do Território das Ilhas Adjacentes*[20]. Os viajantes portugueses nas ilhas dos Açores, ao longo dos últimos cem anos, mantiveram-se sempre alheios à terminologia administrativa, preferindo denominá-las, por exemplo, "Ilhas de Maravilha" [21] e "Ilhas

[20] – José Bruno Carreiro, *A autonomia administrativa dos distritos das ilhas adjacentes*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, pag. 73: "[e também o] decreto n.º 30 214 de 22 de Dezembro de 1939, anexado, datado de 31 de Dezembro de 1840, ao código administrativo da mesma data e novamente publicado com algumas alterações no decreto n.º 36 453 de 4 de Agosto de 1947".

[21] – Cf: Oldemiro César, *Terras de Maravilha, os Açores e a Madeira*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1924, pag. 124: "*Entretanto o Terreiro do Paço continua a ignorar as ilhas, e como ele todos nós as ignoramos. Deixa-lhes arruinar os portos, não lhe acende os faróes, não lhes concede a autonomia administrativa a que têm legítimo direito, não lhes dá postos de telegrafia sem fios, mas cobra-lhes os impostos e demite-lhes os regedores e os professores que se permitiram ser bem educados, provando que sabiam receber condignamente os seus hóspedes*".

Desconhecidas"[22], na profunda convicção de estarem a contribuir para erradicar a ignorância portuguesa sobre os seus domínios insulares [23]...

O certo é que, entre os estrangeiros, durante muitas gerações, o arquipélago dos Açores, tal como o da Madeira e o das Canárias, conservou as designações de *Western Islands* e de "Ilhas de África", atraindo a imaginação de turistas e aventureiros para fascinantes aventuras em terras longínquas[24]! Assim, à semelhança da progressiva "descoberta" inglesa dos arquipélagos da Madeira[25] e das Canárias[26], os estrangeiros sonhavam desvendar os segredos destas terras "desconhecidas" e quiçá estabelecer uma "colónia sin bandera"[27], pois, graças à amenidade do clima, à abundância de águas minerais, à luxuriante vegetação e à afabilidade dos autóctones, crescia o interesse por essas ilhas que ofereciam inúmeras oportunidades para investimentos de sucesso em *health resorts*[28], em armazéns e depósitos de carvão para

---

[22] – Raul Brandão, *As Ilhas Desconhecidas*, (1926), prefácio de António Manuel Machado Pires, Lisboa, Ed. Comunicação, 1987.

[23] – Entre os "viajantes" nacionais, consulte-se: J. Leite de Vasconcelos, *Mês de Sonho*, Lisboa, Livraria Universal, 1926, pag.13: *"os Portugueses conhecem muito imperfeitamente o seu território, já não direi o Ultramar, porque longínquo, mas sobretudo as Ilhas Adjacentes, e o próprio continente. Para, por exemplo, se ir daqui aos Açores, e especifico os Açores, visto que eles constituem o tema deste discurso – gastam-se cinco dias incompletos, e menor número se gastaria em condições de navegação diversas das ordinárias, contudo os Açores parece que estão a distância infinita, escondidos ou perdidos nas sombras de uma noite mais fabulosa que real (....)"*; Hugo Rocha, *Primavera nas ilhas*, Angra do Heroísmo, Lisvraria Editora Andrade, 1936, pag. 169: *"E se o continente não pode operar milagres e a panaceia da rápida e completa salvação nacional não depende, unicamente, das suas próprias forças, convenhamos em que deve interessar-se um pouco mais e um pouco melhor por este prolongamento insular da terra portuguesa tão esquecido, tão incompreendido, tão postergado, por vezes"*; Maria Lamas, *A ilha verde*, Lisboa, Editorial "O Século", 1938; Vasco Calixto, *Pelas estradas dos Açores*, Lisboa, Ed. do Autor, 1973...

[24] – Cf: *Brown's Madeira, Canary Islands and Azores*, (1895), 1932, 14ª ed.

[25] – Alberto Vieira, *Do Éden à arca de Noé. O madeirense e o quadro natural*, Região Autónoma da Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1999.

[26] – Victor Morales Lezcano, *Los ingleses en Canarias*, Coleccion Clavijo y Fajardo, Ilhas Canárias, 1992; Nicolás Gonzales Lemus, *Las islas de la ilución (Británicos en Tenerefie. 1850-1900)*, Ediciones del cabildo insular de Gran Canaria, Las Palmas de Gran Canaria, 1995..

[27] – Victor Morales Lezcano, *Los ingleses en Canarias*, Coleccion Clavijo y Fajardo, Ilhas Canárias, 1992, pag. 31.

[28] – Herman Canfield, *The Azores as a health resort*, Providence Medical Association, Dezembro, 1892; Lyman Weeks, "Nos Açores" in *Insulana*, vol. XV, 1959, 1º semestre, pag.85: " *Considerações de saúde teem contribuido largamente para fazer ressurgir os Açores e aproximá-los mais da vida do século XIX. Como estação de inverno, S.Miguel é considerado pelos nosso primos ingleses a par das mais favorecidas localidades do Sul da Europa; o mesmo se poderá dizer do Faial. Fora destas duas ilhas, porém encontra o viajante bem escassas comodidades*".

abastecimento dos vapores, e em locais de ócio e de prazer para repouso das tripulações e para a elite europeia no seu *grand tour*.

A fácil acessibilidade do arquipélago facilitava, então, este encontro[29]. Esta verdadeira descoberta. Havia viagens directas, mais ou menos frequentes, para o destino açoriano: as baleeiras norte-americanas que caçavam cachalotes nos seus mares; os veleiros, também norte-americanos, "Paladin" e "Sarah", que transportavam emigrantes das ilhas para o Novo Mundo[30]; os veleiros ingleses que carregavam a laranja açoriana para os portos do Reino Unido; os vapores portugueses da Companhia União Mercantil (desde 1857)[31], os da Lusitânia e, posteriormente, os da Empresa Insulana de Navegação (fundada em 1871 e em funcionamento quase até aos nossos dias) que ligavam os portos das ilhas com a Madeira e a metrópole, quinzenalmente[32]; e, ainda, os vapores das companhias estrangeiras, como a "Empresa Portuguesa de Navegação para o Brasil", a "Linha de Vapores Portugueses", de J. H. Andresson & Sucessores, a "Companhia Portuguesa de Navegação", a "linha de vapores Prince", a "Cuban Lines", a "La Ligure Brasiliana", a "Oriente Steam Navigation Company, Limited" [33] e a "Scrutton's West Indian Line"[34], que aportavam

---

[29] – Fátima Sequeira Dias, "Tradição e inovação no comércio e navegação do arquipélago dos Açores durante o século XIX" in *História das Ilhas Atlânticas*, Região Autónoma da Madeira, 1997, vol.I, pp.271-286.

[30] – Lyman H.Weeks, "Nos Açores" in *Insulana*, vol XIV, 1º semestre, 1958, pag.85.

[31] – Francisco Carreiro da Costa, *Esboço Histórico dos Açores*, Instituto Universitário dos Açores, 1978, pag.237: "*Em Julho de 1857, principiava essa carreira com o navio "Duque do Porto", chegado a Ponta Delgada a 19 (...). O vapor "D.Estefânia" reataria a carreira em 1858 ou 1859 (...). Daí a CUM ceder as suas acções e actividades à Compahia Lusitânia, com cinco navios – Oceano, Neptuno, Atlântico, Açor, Insulano. A partir de 1 de Janeiro de 1875, essa exploração passaria para a E.I.N. – que veio até quase aos nossos dias*".

[32] – Oldemiro César, *Terras de Maravilha, op.cit.*, pag. 187: "*O Insulano 1º, Açor, Atlântico, Luso, Funchal, Benguela, Veja, Peninsular, Insulano 2º, S.Miguel e Lima. Actualmente, possui os vapores Funchal, S.Miguel e Lima que fazem com regularidade, quinzenalmente, a carreira entre Lisboa, Madeira e Açores*".

[33] – Fátima Sequeira Dias, "Clemente Joaquim da Costa. O homem, o empresário e o notável" in *Revista População e Sociedade*, CEPFAM, 1997, nº3, pag. 320: Clemente Joaquim da Costa era consignatário dessas companhias em Ponta Delgada, nos finais de oitocentos.

[34] – W. R. Kettle, "Notícia da ilha de S.Miguel" in *Arquivo dos Açores*,Ponta Delgada, ed. Facsimilada, 1982, vol. IX, pag.10.

nos portos açorianos, em escala entre os continentes americano e europeu, para "tomar refresco" e reabastecer de carvão.

As rotas da navegação internacional não dispensavam, no tempo, essas escalas técnicas, podendo os portos açorianos, após a construção dos seus quebra-mares, em Ponta Delgada (iniciada em 1861) e na Horta (iniciada as em 1876) fornecer, com segurança, o insubstituível carvão importado do Reino Unido. Já depois do fim da "economia da laranja" (esta, como se sabe, terminou na década de setenta), o porto de Ponta Delgada, entre 1876 e 1880, recebeu uma média anual de 391,6 barcos (cerca de 148 mil toneladas) – números que não cessaram de aumentar nas décadas seguintes, apesar da frequente denúncia dos comerciantes locais contra os excessivos direitos aduaneiros exigidos em Portugal.

Os passageiros desembarcados nos portos açorianos podiam ser transportados em todos os tipos de barcos, embora o nível de conforto e o preço fossem bastante variados. Tomando apenas dois exemplos, ambos anteriores à construção dos portos açorianos e à generalização da navegação a vapor, verifica-se que os irmãos Bullar, desembarcados em Ponta Delgada, a 6 de Dezembro de 1838, depois de 22 dias de viagem desde Cows, Ilha Branca, no Reino Unido, viajaram na pequena embarcação inglesa, denominada "Miranda", de 100 toneladas, destinada ao transporte de laranja, e que Elisa Nye, chegada ao Faial, a 13 de Agosto de 1847, vinda de New Bedford, com 36 dias de viagem, viajara na pequena baleeira, "Sylph", construída por seu pai.

Partindo da descrição da realidade insular oferecida por alguns dos mencionados viajantes estrangeiros, procurámos descrever os fenómenos do "isolamento" e do "atraso" das ilhas através dos quadros, então pintados.

2 – Reveladores de uma determinada "gramática do olhar" – uma certa forma de observar, uma certa forma de descrever, uma certa forma de comparar, e, sobretudo, uma certa pretensão "científica" de

explicar o que era diferente e, por isso, estranho – os relatos dos viajantes, nunca deixaram de observar uma realidade marcada pela pobreza e pela ruralidade, apesar dos "olhares", raramente "distanciados"[35], nem sempre terem sido coincidentes nos temas privilegiados. Estes temas à semelhança dos abordados na designada "literatura de viagens", tão em voga na época romântica, nunca esqueceram as referências à *magnificência* e à *beleza* das paisagens naturais, à *imundice* e à *falta de asseio* das hospedarias, à *precariedade* dos caminhos, à *grosseria* e à *ruralidade* dos costumes dos autóctones... Chega-se mesmo a suspeitar de que era de bom-tom incluir esse tipo de comentários: elogios à natureza, porque feita por Deus; críticas aos costumes, porque resultantes da acção do homem!

De facto, repetiam-se os elogios tecidos à imponência da paisagem açoriana – as suas grotas e caldeiras, as suas lagoas e baías, o seu clima e temperaturas amenos – recorrendo-se, com frequência, aos adjectivos "soberbo", "sublime", "grandioso", "gigantesco", "maravilhoso"...

Não se pouparam os encómios à beleza da velha Caldeira, na ilha do Faial, à magnificência do vale das Furnas, na ilha de S.Miguel, à majestosa montanha, na ilha do Pico, às espectaculares fajãs, na ilha de S.Jorge.... assim, como não se esquecia o sossego da vivência nas ilhas:

"*depois das nove da noite as ruas [de Ponta Delgada] são quietas como atalhos de cemitérios*" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 255);

"*nada, talvez, impressiona mais uma pessoa que desembarca em Ponta Delgada (...) do que a tranquilidade serena da cidade, aparentemente deserta, para o que muito contribui o andar silencioso de uma grande parte da população descalça*" (Walker, (1886), XXVI, 125);

---

[35] – Claude Lévi-Strauss, *O olhar distanciado*, (1983), Lisboa, Edições 70, 1986.

"[a vila das Lajes, nas Flores é], notável por ter muitas igrejas e poucas casas de habitação" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 93);

"a vila de Santa Cruz [é] um lugar tão animado como um cemitério da aldeia. Não há nada para fazer, nem ninguém que faça alguma coisa" (*Ibidem*, 96)...

Neste universo de elogios à idílica natureza insular, apenas Lyman Weeks desdenhou da luxuriante paisagem açoriana, chegando a afirmar que *"seria necessária grande imaginação para considerar os Açores como lugares puramente celestiais"* (*Ibidem*, 92)!

Os "olhares" do viajante estrangeiro, embora nunca deixando de enformar preconceitos e suspeições perante a diferença – a diferença da paisagem e a diferença dos costumes, logo sedimentados no "carácter" e na "alma" dos povos insulares[36] –, variavam, porém, consoante a sua idade[37], o seu género, a sua nacionalidade, o motivo e a época do ano escolhida para a sua viagem e até a duração da sua estada nos Açores. A sua crença religiosa, bem como o estado de desenvolvimento económico do seu país de origem reflectiam-se ainda, de forma indelével, na descrição das ilhas e das gentes. Deste modo, visitar os Açores durante ou após a prosperidade da "economia da laranja"[38], no período da Primavera ou do Inverno, estar na força da ju-

---

[36] – Joseph e Henry Bullar, *Um inverno ....., op.cit.*, pag. 180: *" o desprezo da verdade, a falta de sinceridade e o amor da manha, eis os defeitos principais do caracter dos ilhéus"*; Lyman Weeks, "Nos Açores" in Insulana, XV, 1959, 1° semestre, pag.86: *" o verdadeiro encanto da vida açoriana consiste precisamente nesta preguiça, manifestada em tudo, e na aversão completa a qualquer trabalho activo do espírito ou do corpo . A preguiça torna-se condição normal de cada indivíduo e a atitude repousada parece ser a única aspiração desejável daqueles que para aqui veem no intuito de recuperarem energias gastas"*.

[37] – Catherine Green Hickling tinha 17 anos em 1786, data da sua chegada a S.Miguel. Cf: Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues (trad. e notas), "Diário de Catherine Green Hickling, 1786-1789" in *Insulana*, 1993, vol. XLVIV, pag.46-52. Elisa Nye também tinha 17 anos quando viajou para os Açores, Cf: "Diário de uma viagem da América aos Açores ..." *op.cit.*, pag. 6.

[38] – Fátima Sequeira Dias, "A importância da 'economia da laranja' no arquipélago dos Açores durante o século XIX" in *Arquipélago*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, 1995, vol. I (n°2), pp.189-240 e Idem, "A decadência da economia da laranja e o despontar do ideal autonomista na ilha de S.Miguel no século XIX" in *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Universidade dos Açores, Jornal de Cultura, 1996, pp. 1127-157.

ventude ou em plena idade madura, ser mulher ou ser homem, vir visitar os familiares ou vir à procura de aventura, ser português ou estrangeiro motivavam, decididamente, vivências e experiências, em suma, "olhares" bem diferenciados da realidade circundante.

Só a "*abominável*" prática religiosa do catolicismo pelos açorianos parece ter recebido a unanimidade das condenações pelos viajantes estrangeiros – todos de filiação protestante. Criticavam quer a licenciosidade dos costumes do clero católico, quer a ignorância e fatalismo que ele imprimia no povo açoriano:

"Rara é freira que não tem um amante, isto é, um namorado que a visita todos os dias, lhe jura amor constante e dá tantos beijos nas grades quantos Piramo e Thisbe davam na malfadada fenda que os separava" (Prescott, (1816), VII, 1951, 231).

"É hábito regular nocturno destes heróis [os oficiais] o conduzirem escadas de mão a todos os pontos acessíveis dos conventos de Vila Franca, quer nos muros, quer nas janelas, pondo cerco às celas das belas moradoras, onde quer que as precauções da madre abadessa oferecessem oposição mais forte do que o desafecto da velada comunidade" (Boid, (1832), VII, 1951, 324).

"A maioria dos conventos dos Açores se tornaram ultimamente pouco menos que uma espécie de bordéis, cheios de dissolutas enclausuradas, onde todo o homem, casado ou solteiro, tinha uma amante predilecta (...). Há um certo ar estudado de garridice e artifício no hábito das freiras açorianas como nunca encontrei nos outros países" (*Ibidem*, 59).

"Como resultado natural da extrema ignorância, mostram-se supersticiosos e fanáticos até ao último ponto e humilhantemente sujeitos ao clero e suas manhas" (*Ibidem*, 260).

"Sente-se o domínio das ordens religiosas em todas as famílias, domínio este que se estende às acções mais comuns da vida e tem uma influência paralisante no melhoramento de maneiras mais polidas ou adiantamento intelectual" (Webster, (1821, 44)[39].

De resto, deparámos com várias contradições, não só entre os diversos "olhares" como também no referente ao mesmo "olhar".

Assim, criticava-se a preguiça do povo:

"A inércia assenta sobre tudo e a população parece considerar qualquer espécie de actividade como grosseiro sacrilégio feito às tradições locais (...) até os porcos e os cães são aqui a verdadeira personificação da apatia e da inacção e quase se não dignam sequer grunhir ou ladrar, nem volver para nós um olhar sonolento" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 121).

"[Nas Sete Cidades] de manhã até à tarde reina uma actividade moderadamente sonolenta; do pôr ao nascer do sol prevalece uma quietude opressiva" (*Ibidem*, 274).

"O povo trabalha ou vagueia pelas ruas numa espécie de apatia, como se oprimido pelo aborrecimento predominante" (*Ibidem*, 96);

"Nunca ninguém aqui morre, provavelmente porque dá menos trabalho o viver" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 96).

"Por cada homem que se ocupa em acarretar às costas, há pelo menos meia dúzia doutros encostados às casas ao sol" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 96).

---

[39] - J. H. Webster, " A ilha de S.Miguel em 1821", trad. César Rodrigues, in *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, ed. Fac-similada, 1982, vols. XIII e XIV.

"A senhora americana cose, escreve, lê francês e alemão e toca piano; viaja, gosta de andar de burro e aprecia uma boa vista. A senhora portuguesa não faz nada disto. Não lê. Fica em casa a abanar-se. Valsa, valsa, valsa sempre e não quer saber de mais nada senão dançar, dançar, dançar sempre" (Baker, (1882), 17,1959, 119).

"Bem podia ter sido aqui construído o Castelo da Indolência. E quem quer que, dominado pelo deleite da ociosidade, resolva, ao nascer-lhe um filho, que este Não-há-de fazer-nada e se chame Nada-que Fazer, deverá obrigá-lo a vir residir nesta ilha.

Nada aqui que perturbe a corrente calma da vida (...) e nenhum açoriano deixa de dormir por motivo de pensamentos ou cuidados" (Bullar, (1838-39), 1986, 327).

"Senhor, foi o Papá quem fez tudo isto, os portugueses são muito preguiçosos, não fazem senão dormir, fumar e jogar ás cartas" (Boid, (1832), VII, 1952, 64)[40].

"[Os capotes] servem para encobrir muita vergonha falsa. Tornar-se-iam insuportáveis entre gente mais activa; estes cabides de capotes, porém, raramente se mexem; estão parados, vagueiam e tagarelam o dia inteiro. Esta pequena variedade do orgulho converte indivíduos bem constituidos, cujas figuras, mesmo vestidas de andrajos, seriam esbeltas, em seres mal definidos e esfarrapados, como miseráveis trapeiros em dia de inverno" (Bullar (1838-39), 1986, pag.83).

e elogiava-se o seu incessante labor:

"La population de Punte-Delgada différe essentiellement de celle des autres villes des Açores. Le sang en est plus vif, et l'on ressent

---

[40] – d'Avezac, *Îles d'Afrique*, 1848, pag.78 menciona este episódio.

sur ses quais quelque chose qui rappel l'indéfinissable sensation causée par le bruit des villes industrielles ou par l'agitation de nos boulevards. Les habitants, habilement dirigés par leur municipalité, ne perdent pas leur temps dans la paresse ou dans les efforts d'un travail improductif" (Olivier de Ceinemar, (1875), 1263)[41].

"*As mulheres das classes trabalhadoras executam todos os trabalhos grosseiros e pesados, sendo coisa surpreendente vê-las transportar com aparente facilidade enormes cargas (...) em breve perdem os atractivos femininos, tornando-se enrugadas, terrivelmente feias e prematuramente doentes*" (Boid, (1832), V, 1949, 262).

"*Poucos [camponeses das Furnas] andam ociosos (...) trabalham de sol-a-sol por um xelim diário*" (Baker, (1882), 17, 1959, 117).

"*As mulheres destas ilhas são em extremo hábeis em toda a espécie de trabalhos de agulha ornamentais, particularmente em belos bordados e rendas de quaisquer desenhos concebíveis, vendo-se, porém, obrigadas pela necessidade de vendê-los por preços absurdamente baixos*" (Walker, (1886), XXVI, 135).

Criticava-se a rudeza dos autóctones:

"*O português não é compassivo com o seu animal. Condu-lo com um aguilhão do comprimento de um pau de vassoura, armado na extremidade com uma ponta aguçada de aço. Trata, porém, muito bem de si próprio, nunca se deitando sem se cobrir de roupa complementar*" (Baker, (1882),16, 1958,169).

"*A Terceira é profundamente portuguesa, com toda a indolência, atraso, presunção e falta de iniciativa que aquele nome implica.*

---

[41] – *Les Açores.*

S. Miguel, ao contrário, pela força das circunstâncias, tem sido até certo ponto, obrigada a aprender com os seus superiores [– os ingleses –] (ainda que muito contra vontade, sem dúvida) e é, por isso, mais inglezada e continental. Estando mais próxima do continente europeu e sendo mais visitada por estrangeiros, está mais impregnada de ideias e hábitos continentais. A influência de um século de constante comércio com a Inglaterra tem também servido para lhe moldar a vida. No entanto, afinal, ninguém um pouco familiarizado com a condição apática da mãe-pátria, Portugal, poderá encontrar ideias modernas muito avançadas em qualquer dos territórios portugueses" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 252).

"A extravagância do vestuário do adulto parece tornar necessária a redução da indumentária das crianças. Feliz a criança que se pode cobrir com um simples vestido" (*Ibidem*, 288).

"As crianças – lindos e interessantes garotos – quase em estado de nudez, cobertas as roupas e os corpos de porcaria e de trapos, de tal modo que nenhum inglês seria capaz de as distinguir as crianças das classes altas das mais baixas" (Boid, (1832), VII, 1951, 310).

"Com excepção dos indivíduos mais abastados, toda a gente anda descalça e as mulheres cobrem a cabeça com lenços brancos ou xailes de cores claras" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 97)

"As classes superiores e médias são muito fechadas e muito desconfiadas não só dos estrangeiros, mas também umas das outras. Consequentemente, mesmo entre si, não há quase nada daquilo que designamos pelo termo - sociedade" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 255).

"Nenhuma particularidade dos portugueses tem sido mais criticada por estrangeiros do que o hábito do isolamento, raro sendo que alguém convide qualquer estranho para uma recepção em sua

casa. Desconhece-se por completo um convite para jantar, em comemoração de algum acontecimento (...). O cavalheiro português, ainda que pobre, é tão orgulhoso como Artabanes, não tolerando a crítica de um estranho – daí a sua relutância de o convidar" (Walker, (1886), XXVI, 140).

"As senhoras possuem pouca instrução (...) de maneiras acanhadas e grosseiras, desconhecendo a arte de conversar em sociedade e levando uma vida de supina indolência e recolhimento. Nunca se vêem na rua, excepto na igreja ou num ou outro festejo nocturno. A sua única ocupação é comer, beber, dormir interminavelmente e ver quem passa, pelas grades das varandas, onde se sentam acocoradas como as índias, com as pernas cruzadas sob as ancas - espreitando por um postigo corredio, feito para tal fim e ali se conservando às vezes durante metade do dia (...) [mostram singular] falta de gosto no vestir e falta de elegância" (Boid, (1832), V, 1949, 263-264).

"As classe médias, negociantes e mercadores, são de marca muito inferior aos seus pares de outros países (...) aqui são indolentes, sem a mínima consideração pelas normas de honestidade e de honra nas suas transacções e extremamente dados ao jogo. Sua ignorância é extraordinária (..), são corruptos e viciosos em seus hábitos, gostos e ocupações" (Boid, (1832), V, 1949, 263).

"Mulheres meio nuas, de braços cruzados, indolentes e inactivas, com aspecto de impassível desesperança em seus rostos, aliás sem expressão, vêem-se acocoradas no chão de seus casebres imundos, de mistura com galinhas e pombas. Bébés nus arrastavam-se às portas e um bando de crianças brutais e selvagens lançou-se ruidosamente no nosso encalço a pedir esmola" (Baker, (1882), 17, 1959, 109).

"Os morgados constituem nos Açores uma classe à parte e tem comparativamente poucas relações com outras pessoas. A maior parte

deles passa a vida num estado de grande indolência e ignorância parecendo consistir quasi toda a sua felicidade em comer, dormir e amontoar dinheiro (...). Os morgados são extremamente desmazelados no seu vestuário, e o interior das suas casas é desolador e triste. Muitos deles não tendo recebido educação alguma, deixam crescer os seus filhos na ignorância e ociosidade" (Webster, (1821), XIV, 43)

e enalteciam-se os seus gestos aristocráticos:

"Provavelmente nenhuma outra nação da Europa excede a portuguesa em urbanidade e boa educação, atributo proveniente da influência dos moiros (...). São os portugueses muito apegados à etiqueta; todas as senhoras neste país, de qualquer categoria, esperam que se lhes dirijam por 'excelência'" (Walker, (1886), XXVI, 138).

"A população é de tendências pacíficas, sendo ocorrência muito rara um insulto a qualquer pessoa. Mesmo os pequenos garotos da rua, rudes e pouco simpáticos, tiram os barretes e desviam-se em atitude respeitosa quando passamos" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 255).

"Nenhum outro povo excede provavelmente os açorianos na formalidade dos seus costumes e gosto de ostentação; um estrangeiro ao desembarcar entre eles, achar-lhes-á tanta graça, como ficará aborrecido com o porte cerimonioso de todas as classes entre si (...) Quando qualquer senhora atravessa a sala, todos os cavalheiros se levantam e ficam de pé até que ela retome o seu lugar" (Webster, (1821), XIV, 45-46).

"A polidez desta gente impressiona muito um inglês. Raro é o campónio que, ao passar por nós, não tira o chapéu, mesmo quando isso, pela carga que transporta, se torna para ele um gesto incómodo" (Bullar, (1838-1839), 1986, pag. 31).

"Pelo costume [se] exige que um cavalheiro tire o chapéu a toda a senhora que vê, quer conhecida ou não, e quer ainda vá ela a pé, de burro ou esteja sentada à varanda" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 286).

"Um estrangeiro poderá passar por indelicado, enquanto não souber que todo o homem deve tirar o chapéu a qualquer senhora que veja, esteja ela na varanda, na carruagem ou na rua" (Bullar, (1838-39), 1986, 36).

"As classe mais baixas e a gente do campo constituem categoria social muito acima dos seus pares de Portugal: são hábeis, inofensivos, mansos e delicados e, quando induzidos a trabalhar, mostram-se laboriosos em extremo. Não são traiçoeiros nem vingativos, como os seus irmãos continentais que, como estes façam uso da faca, quando levados ao desespero" (Boid, (1832), V, 1949, 260).

"Os nossos burriqueiros tratam-se entre si e aos seus conhecidos por - senhor e senhora. A criança beija a própria mão ao receber o "penny" que lhe é oferecido. As contas da estrebaria e outros papéis que nos interessam dirigem-se à "Ilustríssima e Excelentíssima Senhora" (Baker, (1882), 16, 1958, 164).

"Com estes atractivos a cidade [de Angra do Heroísmo] constitui uma tentação para a nata da sociedade açoriana, tornando-se numa espécie de asilo da nobreza decadente de Portugal. Senhores e marqueses e condes e barões e toda a nobreza menor são numerosos como as areias da praia, podendo haver a certeza de a cada passo se acotovelar qualquer insignificante titular.

Mesmo o pequeno guarda da alfândega que passeia pelo convés do barco e vigia atentamente para que não saiam para terra cinco cents de tabaco de contrabando, tem o ar de um polaco exilado e involuntariamente o tomamos como o filho mais novo empobrecido de alguma família fidalga" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 246).

"*No que respeitava ao vestuário e ás danças bem me poderia julgar num salão de baile em Inglaterra ou em França, e não foi sem alguma surpresa que notei a falta de qualquer traje regional característico. Em vez dos fandangos ou boleros, ou de danças espanholas e mouriscas, quarenta pares tomavam parte na primeira série de quadrilhas terminando pelo habitual passeio, como se faz em Inglaterra*" (Bullar, (1838-39), 1986, 17).

Criticava-se o prolongamento dos costumes portugueses nas ilhas:

"O português nunca se vê sem o seu cigarrinho. Senhoras e homens à mesa e noutra qualquer parte deitam baforadas de fumo sem pedir licença a ninguém. Em compensação, porém, nenhuma refeição principia no vapor e nenhum cavalheiro toma o seu lugar à mesa sem que as senhoras estejam presentes" (Baker, (1882), 16,1958, 181).

"Os morgados e a nobreza das ilhas são uma raça ostentosa e tirânica, que exerce sobre os seus inferiores e subordinados a mesma espécie de despotismo que o governo pratica para com todos (...) em excesso orgulhosos, amigos da ostentação e afectando pompa, esplendor e opulência muito além dos meios de que dispõem. Jazem em triste degradação intelectual e moral" (Boid, (1832), V, 1949, 263).

e salientava-se as semelhanças dos costumes insulares com os do Oriente:

"Os chãos das cabanas são terreos, nos quais as famílias se sentam à moda dos turcos; raras vezes usam garfos e facas às refeições, mas comem com as mãos" (Webster, (1821), XIV, 49).

"De vez em quando aparece um traço de orientalismo. As mulheres das melhores classes raramente são vistas sozinhas nas ruas" (Baker, (1882), 16, 1958, 164).

"Geralmente está pendurada ao lado da porta, no patamar, uma corda de campainha, ainda que, às vezes, se possa ser admitido na casa por virtude do uso vigoroso dos nós dos dedos ou pelo mais primitivo costume oriental de bater ás palmas" (*Ibidem*, 151).

"Estes costumes orientais, como o de bater palmas quando se vai a casa de alguém, na falta de uma sineta e a saudação "Muito Boas Noites" dos criados, a trazerem à noite as luzes, ainda aqui se conserva. Nas ruas, também, o singular chamamento chiado de "pisch", usado por ricos e pobres, se ouve a cada canto, quando se chama alguém, certamente como processo de atrair a atenção com menos esforço e mais penetrante do que o nosso áspero "halloo'" (Walker, (1886), XXVI, 141).

"A arquitectura das igrejas é mourisca (...). O interior é pobre, de um vistoso barato, de coloridos simples e berrantes e dourados, pobres pelas paredes e altares; imagens de gesso adornadas de bagatelas lantejouladas e altares decorados com tapeçarias pobres, rendas de imitação e grandes arcos feitos de gravatas americanas baratas" (Baker, (1882), 16, 1958, 152).

"A índole bondosa dos portugueses em breve os levou a adoptar um costume estranhamente generoso e interessante, em uso no Industão. Quando ocorre uma morte, a família observa não somente um retiro rigoroso, mas também os da casa se abstêm de trabalha, nem mesmo se cozinham os alimentos e por isso os vizinhos e os amigos mandam em tabuleiros providos com abundância carnes cozinhadas e frutas para satisfação das necessidades domésticas" (Walker, (1886), XXIII, 1968, 62).

"Curioso hábito se mantém em Portugal, tanto entre os homens, como entre as mulheres, de deixar crescer a unha do dedo mínimo, e muitas vezes a do polegar, até um comprimento prodigioso, como pro-

va de que a pessoa não tem necessidade de trabalho manual; trata-se manifestamente de uma relíquia do barbarismo, só digna de ser conservada entre os tapuias, os índios do Brasil e os chineses" (*Ibidem*, 139).

" O uso geral de adornos, o gosto dos brincos de oiro, de elevado custo e de outros atavios do mesmo precioso metal, mesmo entre os pobres, e o hábito (generalizado ainda há poucos anos) de se sentarem de pernas cruzadas em esteiras no chão, são igualmente orientais.

Existe também, como entre os árabes, o mesmo amor do ritmo. São frequentes os "balhos" como lhes chama nas casas dos pobres" (Bullar, (1838-39), 1986, 139).

Se, entretanto, procurarmos diferenciar os olhares – o olhar feminino do olhar masculino – verifica-se que o "olhar" feminino, embora encomiando a paisagem, raramente se alheava da descrição das diversas formas de sociabilidade local. Os diários das jovens americanas da família Hickling, fruto do vigor da sua juventude, da profunda crença puritana, da ausência de responsabilidades matrimoniais, profissionais e económicas e da pretendida confidencialidade dos registos que não pressupunham a sua publicação, estão repletos de inconfidências acerca do círculo de amizades e relações sociais de Thomas Hickling e de indiscrições acerca do comportamento das senhoras em sociedade.

"Os caminhos fora da cidade são maus para carruagens e usam-se "liteiras" para fazer visitas, o que é conveniente para as senhoras quando vestidas a preceito, embora me pareça que as daqui não costumam perder muitas horas com as toilettes". As mulheres não podem ser vistas na rua com a cabeça descoberta, usando um véu preto e são acompanhadas por uma ou duas criadas de acordo com a classe que pertencem. Os homens e as mulheres não passeiam juntos, pois pareceria mal" (C.G.Hickling, (1789), XLVIV, 1983, 57).

"Quando saímos usamos véu preto e a patroa distingue-se das criadas, colocando um laço também preto na frente do véu" (*Ibidem*, 60).

"Os Dabney haviam convidado muitas pessoas para uma recepção à noite aos oficiais, o que muito me alegrou pela oportunidade que se me ofereceu de conhecer alguns faialenses. Estas reuniões são muito diferentes das da América. As senhoras sentam-se à volta do quarto e os homens ficam de pé à entrada ou num canto da sala, falando uns com os outros, parecendo receosos de se aproximar das senhoras" (Nye, (1847), XXIX-XXX, 1973-1974, 21).

"Les choses se passaient encore bien plus ridiculement dans les bals particuliers, car pour des bals publics on n'en donnait jamais. Les dames invitées ne prennaient pas de tout part à la danse, mais elles se tenaient avec les dames et les demoiselles de la maison dans une pièce contigue à la salle où l'on dansait. Elles restaient lá sans lumière, pour ne pas être vues des messieurs. Quant à ceux-ci, ils dansaient avec les servantes de la maison et avec celles du dehors invitées par la dame qui donnait le bal" (Ida Pfeiffer, (1859), 622)[42].

"As mulheres portuguesas têm uma vida muito pacata; fazem visitas cerimoniosas umas às outras com grande formalidade e sem a companhia dos homens (...). As senhoras costumam sentar-se no chão, algumas vezes sobre almofadas ou cochim , mas geralmente sem nada, formam um circulo num dos extremos da sala, conversam e dedilham os rosários apressadamente" (C.G. Hickling, (1786), XLVIV, 1983, 59)

"Não gosto de ir sozinha muito cedo, pois que os portugueses se mostram muitas vezes impertinentes com uma senhora que não vá

---

[42] – Ida Pfeiffer, *Mon sécond voyage autour du monde*, trad. W. de Suckau, Paris, Hachette, 1859, 2ª ed. Texto gentilmente cedido por Pedro da Silveira.

na companhia de um cavalheiro, por isso nunca dou um passeio que não seja acompanhada do Henrique ou do Pai" (Nye, (1847), XXIX-XXX, 1973-74, 42).

O "olhar" masculino, pelo contrário, também sem esquecer o gosto pelo pormenor, ambicionava apresentar uma visão mais ampla do quotidiano, abordando a sua história[43], apontado informações sobre a economia, a sociedade, os costumes e as instituições do arquipélago e, geralmente, interpretando a razão do modo de ser e de estar dos açorianos.

"A minha observação do carácter português quase me leva a acreditar na teoria de Monboddo e a considerar os habitantes naquela fase da metamorfose em que havendo perdido as caudas de macaco, ainda não adquiriram a inteligência de homens. Nos progressos mecânicos e nas artes e comodidades usuais da vida, estão os portugueses pelo menos dois séculos atrás dos ingleses; e quanto a conhecimentos literários, se é certo, como pretendem alguns escritores, que a 'ignorância é uma felicidade' então podem eles proclamar-se com segurança o povo mais feliz da terra" (Prescott, (1815), VII, 1951, 231).

"O tempo é tão caprichoso que os habitantes são absolutamente anfíbios – se durante metade do dia estão expostos ao sol, é certo que na outra metade se encontram dentro de água" (*Ibidem*, 224).

"Os açorianos são de disposição pacífica e de percepção rápida, mas em todas as classes tão deploravelmente ignorantes e em tal estado de rebaixamento mental que a sua existência pouco se eleva

---

[43] – Cf: Walter Frederick Walker, "Os Açores ou ilhas Ocidentais", in *Insulana*, 1961, vol. XXII, pp.141-209; 1969-70, vol. XXV-XXVI, pp.49-76, 118-158 este autor apresenta a história e anota inúmeras estatísticas económicas da ilha de S.Miguel.

acima da dos animais irracionais (...). Falam a língua portuguesa com variações dialectais particulares às diferentes ilhas, porém com um tom monótono em extremo desagradável ao ouvido" (Boid, (1832), V, 1949, 259).

"Os portugueses são profundamente afectados pelo ciúme, dor do cotovelo, como lhe chamam. São individualmente ciumentos uns dos outros e colectivamente de todos os estrangeiros e de influências estrangeiras. São inexcedíveis em manifestações exteriores de cortesia; nisto nem os franceses lhes levam a palma, mas a sua polidez não vai além do cotovelo" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 295).

O olhar masculino também não esquecia os comentários às senhoras...

"As mulheres dos Açores [são mais belas que as naturais de Portugal] menos amarelas, de cabelo e olhos negros, mas de grandes pés (...) tornam-se notáveis pela sua fecundidade" (Boid, (1832), V, 1849, 259).

"Vi, porém, algumas senhoras que se mostravam apaixonadas pela dança, ainda que vestidas sem gosto, mesmo com artigos bons e caros, e decerto não escrupulosamente limpas nas suas pessoas; mostravam-se, não obstante, afáveis, apesar de deficientes em suas maneiras, caindo mesmo na gaucheire. Não sendo ilustradas, não mantinham a conversação e por isso se mostravam incapazes de manifestar as suas amáveis disposições através do meio fascinante da palestra" (*Ibidem*, 81).

"As mulheres [de S. Miguel] possuem vozes ásperas e desafinadas, o lhes granjeou o epíteto entre os restantes açorianos de o "povo mais bruto das ilhas", mas faça-se justiça esta nota aplica-se mais particularmente ao seu modo de falar, duro e dissonante em absoluto desapropriado ao canto, sendo as suas canções entoadas na clave mais

alta possível, destituídas de toda a suavidade, tal como cantam" (Walker, (1886), XXIII, 1968, 92)[44].

"'Raparigas bonitas' de cabelos loiros, leves e airosas, como se veem por toda a parte na Inglaterra, não as havia; mas era grande a proporção de mulheres deveras formosas (...) de estatura, em geral, meã, bem proporcionadas, com tendência para a obesidade" (Bullar, (1838-39), 1986, 17).

"As mulheres são pequenas e joviais, a maior parte agradam pela vivacidade de seus olhos e doçura de sua linguagem; algumas podem mesmo passar por belas. Na classe mais elevada as mulheres são mais brancas" (Hebbe, (1802), 1982, X, 518).

Neste trabalho – primeiro de um estudo que se pretende mais aprofundado sobre a visão dos Açores oferecida pelos estrangeiros – só nos interessaram as avaliações pejorativas, os juízos de valor, os preconceitos e as confusões entre o modelo de civilização "correcto" e "superior" – porque representando o modo de viver dos visitantes e o modelo de civilização "incorrecto" e "inferior", enfim, *errado* – porque diferente do paradigma anglo-saxónico, puritano, afirmativo dos valores emergentes do capitalismo industrial e financeiro.

Não restam dúvidas, contudo, quanto ao atraso efectivo dos Açores, mesmo durante a prosperidade da designada "economia da laranja", em relação às regiões que estavam em vias de uma rápida industrialização. O modelo agrícola das ilhas, assente na benignidade do clima, na fertilidade dos solos e na fraca remuneração do factor trabalho, sustentava, então, um forte sector exportador de produtos da terra – cereais, leguminosas e citrinos – mas coarctava o investimento

---

[44] – Acerca do sotaque micaelense também Boid, "Descrição dos Açores", *op.cit.*, 1951, vol. VII, pag. 57: " quando animados, elevam as vozes a um tom de soprano forçado, áspero e desagradável em extremo".

produtivo nos sectores secundário e terciário. Daí, o sector primário ser o maior empregador do tempo. A reduzida dimensão do mercado local – pela escassa dimensão populacional e pela fraqueza do rendimento das famílias – estimulava, assim, a preservação de um modo de produção tradicional e de uma estruturação social conservadora, dividida entre alguns possidentes e muitos deserdados.

A descrição dos estrangeiros acerca da sujidade das ruas, da deambulação de porcos e demais animais domésticos pela cidade de Ponta Delgada[45] e da falta de higiene da população não parece ser nem exagerada, nem suspeita, porquanto as diversas posturas camarárias apontando as multas para tais nefastos comportamentos comprovam essa triste realidade[46]. Se dúvidas houvesse, o capitão Boid admoestava acerca da sujidade dos micaelenses

"*São intoleravelmente sujos, cheios de vermes, sujeitos, portanto a erupções cutâneas, em especial sarna, o vestuário é grosseiro*" (Boid, (1832), V, 1949, 261)

"*Insectos detestáveis são as moscas, os mosquitos, os percevejos e as pulgas, que durante o tempo quente infestam as casas em extrordinária quantidade - sendo os dois últimos o produto da costumada porquidão e desmazelo dos habitantes*" (*Ibidem*, 80).

Negligenciámos, porém, as coloridas e divertidas referências às cidades e vilas açorianas, porque, como já se afirmou, só nos interessaram as expressões etnocêntricas, os juízos de valor e os preconceitos e, nesse sentido, a sujidade das ruas pertencia ao quotidiano insular.

---

[45] – Joseph e Henry Bullar, *Um inverno... op.cit.*, pag. 176: "*[a rua principal da Horta] é limpa, com casas bem construidas, bem pavimentada e e isenta dos porcos e dos burros que abundam em Ponta Delgada*".

[46] – Fátima Sequeira Dias, "O município de Ponta Delgada ao longo do século XIX" in *O Município no Mundo Português*, Região Autónoma da Madeira, Funchal, 1998.

3 – Segundo o primeiro recenseamento português, efectuado em 1864, as ilhas possuíam uma população calculada, então, em 248 028 habitantes (o que representava 5.9% da população portuguesa). Os três pequenos núcleos urbanos – Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada – , com uma população de 35 579 habitantes (uns escassos 14,3% do total), constituíam os únicos três pólos de cioso e perseverante cosmopolitismo, no seio do universo rural que caracterizava a economia insular.

A cultura de cereais – trigo, mas sobretudo milho – para a auto-subsistência das gentes e para a exportação e a produção de citrinos destinada, integralmente, à exportação para o Reino Unido dominavam a economia micaelense e, por arrastamento, a economia insular, desde meados da segunda metade do século XVIII até ao início do último quartel do século XIX. Entre 1858 e 1861, 48% da laranja desembarcada nos portos britânicos era proveniente dos Açores[47]. Ainda na década de 70, quando já se manifestavam, com acuidade, os sinais de decadência, o valor da sua exportação ainda era superior à soma dos valores relativos à exportação dos cereais e dos legumes, ou seja, ascendia a 262 797$365 réis insulanos[48]. Fora a prosperidade advinda dessas culturas que, sem dúvida, motivara a construção dos portos de Ponta Delgada e da Horta – as infra-estruturas de maior dimensão e de maior custo no arquipélago, desde o povoamento, segundo os contemporâneos. Os beneficiários dessa prosperidade – os terratenentes tradicionais, porque proprietários das terras, e alguns comerciantes de grosso trato, porque dominando o sector importador e as redes de distribuição – construíram luxuosos palacetes, plantaram paradisíacos jardins, viajaram pela Europa, contrataram preceptoras inglesas para os filhos e distinguiram-se pelas artes de bem-receber[49].

---

[47] – Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de sucesso...op.cit.*, pag. 236.

[48] – Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja e os "gentlemen farmers", 1780-1880*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, pag. 49: em 1847-75, a exportação de cereais alcançou 170 679$980 e a exportação de legumes 122 636$431, num total de 556 113$776.

[49] – Fátima Sequeira Dias, "Uma breve reflexão sobre a História dos Açores com particular incidência no exemplo micaelense" in *Arquipélago, História*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, III, 1999, 457-484.

Distinção, porte cavalheiresco, comportamentos refinados, bom-gosto e requinte na decoração dos interiores das suas mansões caracterizavam essa elite que, apesar de pouco numerosa, era notada pela sua ostentação económica. Ela agrupava aquelas cerca de 500 pessoas que se reuniram para ouvir António Feliciano de Castilho no seu primeiro sarau literário em terras micaelenses[50], que abrilhantavam as festas na loja maçónica transformada em Clube Micaelense, e que organizavam os *pic-nics*, os passeios às quintas dos arredores da cidade e as excursões às Furnas, para se banharem nas águas sulfurosas das termas e para visitarem as caldeiras, em honra dos visitantes ilustres. Estes, afinal, eram quase sempre seus hóspedes, pela falta de pensões e de hotéis à sua altura e pelos laços de amizade e de parentesco que os unia. Os Dabney, no Faial, e os Hickling, em S. Miguel, eram incansáveis com quem lhes vinha recomendado. Thomas Hickling (1745-1835), vice-cônsul dos Estados Unidos, era conhecido, por èxemplo, por ter sempre as camas feitas com lençóis lavados, para acolher os visitantes imprevistos nas suas casas de campo, em Vila Franca do Campo e, na "Quinta do Tanque", nas Furnas[51]. Sua filha, Catherine, referiu-se, amiudadamente, à franca hospitalidade de seu pai – os copiosos jantares, os suculentos lanches e a constante animação no jardim de sua casa nas Furnas, repleto de visitantes e de pessoas da localidade[52]...

---

[50] – Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia, *Novas páginas da história Micaelense (subsídios para a história de S.Miguel), 1832-1859*, (1947), Ponta Delgada, Ed. Jornal da Cultura, 1994, pag.293. Antônio Feliciano de Castilho com a família desembarcou em S.Miguel em 25 de Agosto de 1847, aqui residindo até 9 de Julho de 1850.

[51] – Josehp e Henry Bullar, *Um inverno nos Açores op.cit.*, pag.55: "*é tão conhecida a hospitalidade do vice-cônsul americano, que os visitantes que teem necessidade de um lugar de repouso, se utilizam da sua casa em Vila Franca, em que agora residimos. Tem mesmo por vezes sucedido que o seu bondoso proprietário, ao dirigir-se a ela, a encontra tão cheia de gente, que resolve procurar outra habitação (...) Em Inglaterra há tantas hospedarias, que a hospitalidade particular quase se desconhece. Ninguém pensa em hospedar em sua casa qualquer pessoa, a não ser um amigo, a quem se oferece de jantar*".

[52] – Catherine Green Hickling, Insulana, vol. XLIV, 1983, pag.73 : "*porque é hábito cá em casa ter sempre camas preparadas, foi fácil hospedá-los*"; *pag. 66: "todas as tardes reúnem-se no nosso tanque cerca de 50 a 100 pessoas que se divertem bordejando, pescando e de outras maneiras*".

O quotidiano dessa elite micaelense, porém, nada tinha a ver com a realidade da população açoriana.

"Ver" a pobreza não era, pois, tarefa difícil[53]. O crescimento demográfico, a forte concentração da propriedade agrícola, a fraca industrialização, a dificuldade em emigrar e a agonia financeira dos serviços públicos asfixiavam a economia e sociedade açorianas, espartilhada entre um punhado de poucos ricos, de alguns remediados e de muitos pobres[54].

Ora, os viajantes oitocentistas não se cansaram de insistir sobre essa pobreza, patente nos magotes de crianças nuas; nas mulheres e nos homens descalços e com a roupa muito remendada; na sua alegria ruidosa e "pouco civilizada"; nos seus modos grotescos; na sua subserviência e excessiva gratidão perante as esmolas sem valor; no seu olhar insistente sobre os estrangeiros; na sua submissão e no respeito com os superiores...

"Porta sim, porta não, descobre-se um banco de sapateiro com meia dúzia de homens ocupados atentamente no trabalho, o que é tanto mais de surpreender, quanto é certo que toda a gente anda descalça" (Baker, (1882), 16, 1958, 152).

"Todos os naturais destas ilhas, de ambos os sexos, das classes trabalhadoras andam descalços, excepto aos domingos e dias santos, em que os mais remediados trazem botas e sapatos. Em ocasiões como estas, ou quando assiste a um mercado ou procissão distante, a gente de Agua de Pau calça uma bota ou sapato, levando a outra debaixo do braço. Um casaco novo é também virado e usado até ficar no fio" (Walker, (1886), XXVI, 120).

---

[53] – Joseph e Henry Bullar, *Um inverno...,op.cit.*, pag. 86: *"Não se encontra por aqui a pobreza degradante, mas sim uma notável falta das chamadas comodidades. Nas casas dos pobres limita-se a mobília a uma cama, uma caiza ou baú e uma ou duas cadeiras"*.

[54] – Realidade que se manteve presente ao longo de décadas até à grande emigração nos sessenta e setenta de novecentos. Acerca do sub emprego nos campos e da pobreza nas ilhas, Vide: Armando Cândido, *O problema dos excedentes demográficos. Aviso prévio efectuado na Assembleia Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1952, pp.67-68.

"Quando a um pobre lhe morre um filho pequeno, os amigos congratulam-se com ele por tão feliz acontecimento; mas se lhe morre o porco, dão-lhe os pêsamos. Parece-me que se trata de um caso de justa avaliação do valor relativo de um e de outro..." (Prescott, (1816), VII, 1951, 226).

"Os barqueiros florentinos, que carregam às costas os passageiros até à costa, são descritos como "palrando, gritando, saltando, com gesticulações selvagens, ávidos e oportunos (...) trigueiros do sol, de pés descalços e pernas ao léu, trajando roupas com tal abundância e variedade de remendos que excedem os adornos da capa de José do Egipto. Barretes de lã ou chapéus velhos, relíquias de quasi todos os estilos obsoletos coroam-lhes as cabeças" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 94).

"Com excepção dos indivíduos mais abastados, toda a gente anda descalça e as mulheres cobrem a cabeça com lenços brancos ou xailes de cores claras. Todos os homens e rapazes que encontramos tiram-nos os chapéus, devendo a cortesia ser retribuída do mesmo modo (...) pequenos gaiatos seguem-nos e servem-nos durante todo o dia, considerando-se generosamente pagos com a insignificante quantia de cinco "cents", sendo a sua gratidão coisa de estarrecer" (*Ibidem*, 97-98).

4 – Os viajantes observaram bem, e, quase sempre, quiseram diagnosticar as causas do atraso das ilhas!

Enquanto os nacionais procuraram os eufemismos da geografia e da natureza para explicarem o atraso das ilhas - *"águas, sujeitas a cóleras súbitas", "terra, que treme quase todos os dias [no Faial]", "seis meses de inverno, seis meses de mau tempo"*..., (como expressou, poeticamente, Raul Brandão[55]), os estrangeiros, pelo contrário,

---

[55] - *Ilhas Desconhecidas, op.cit.*, pp.139-140.

procuraram as suas causas na organização política e económica, nas instituições, no credo religioso e na tradição cultural do país.

A vigência do absolutismo régio surge, desde logo, como a primeira causa do atraso açoriano: "*Pelo que respeita ao governo dos Açores, tem este sido até hoje tão inábil, tão cruel, tão contaminado de todos os lamentáveis excessos do despotismo, que pode com justiça ser considerado o cancro que tem incessantemente enfraquecido a vitalidade do país e de facto atrasado o seu desenvolvimento*" (Boid, (1832), V, 1949, 255).

Os viajantes estrangeiros também não esqueceram de mencionar entre as causas do atraso açoriano o catolicismo ignorante e laxista do clero, opressor do povo (Weeks, (1882), XIV, 1958, 290); o sangue mouro da população – "*a infusão de sangue moiro tingiu o carácter bem como os costumes do povo, assim as suas feições e a sua arquitectura. Até mesmo a saudação usual de todos os dias , pouco compreendido*" (*Ibidem*, 281); a consanguinidade nos casamentos (Walker, (1886), XXVI, 137); a infelicidade das ilhas por não serem governadas pelos britânicos[56]; a indolência motivada pelo clima[57]; o abandono das ilhas pela mãe-pátria (Boid, (1832), VI, 169, 173, 292)...

Esses aspectos reunidos contribuíram, afinal, para a falta de espírito comercial e ausência de sentido empreendedor da população, criticavam os estrangeiros. Daí, as ilhas estarem afastadas da modernidade quinhentos anos!

---

[56] - Thomas Ashe, *Azores or Western Islands (...). The importance of these valuable islands to the British empire*, Londres, Sherwood, Neely and Jones, Paternoster Row, 1819 e Boid, "Descrição dos Açores" in *Insulana*, 1952, vol. VII, pag. 78: " *se a ilha estivesse na posse dos ingleses em breve veríamos ali [nas Furnas] uma pequena Cheltenham, com seus banhos, sala de beber a água, bibliotecas, hóteis, casas de hóspedes, e passeios, em conjunção com todos os restantes requisitos que contribuem com o seu conforto e luzo para o bem-estar de visitantes doentes ou sãos*".

[57] - Joseph e Henry Bullar, *Um inverno nos Açores... op.cit.*, pag. 78: " *Ainda que o clima de Vila Franca seja quase isento de defeitos, não lamento que o clima inglês dele se afaste, porquanto, com a mesma temperatura no nosso país, os ingleses, em vez de serem o que são, ter-se-iam tornado numa raça de indolentes pobretanas, montados em burros. É impossível viver aqui e não sentir a influência daquele espírito de preguiça que parece haver-se fixado em toda a ilha*".

"[As gentes açorianas] encontram-se atrasadas centenas de anos do mundo moderno, no ambiente da Europa Medieval" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 86).

"Quando sairão os portugueses da apatia e do semi-barbarismo em que vivem há tantos séculos?" (Boid; (1832), VII, 1952, 79).

"Ainda conservamos leve recordação de haver vivido algures no século XIX, mas acordamos todas as manhãs com o sentimento de que isto deve ser um erro: - estamos pelo menos quatrocentos anos errados nas contas" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 277).

"Desde o tempo do seu descobrimento e colonização no século XV, estas ilhas parece terem vivido em recuo permanente para o passado em vez de avançarem até ao presente. Tudo tem o sabor de uma antiguidade mais ou menos remota" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 278).

"Mantêm o grosseiro sistema dos seus antepassados e as suas ferramentas e utensílios seriam rejeitados pelos selvagens dos sertões africanos. Limitam-se a cavar o solo, e lançar-lhe a semente ao acaso; tão generosa é a natureza que dali a pouco tempo se obtém fartas colheitas" (Boid (1832), V, 1959, 75).

"Agricultura de hoje nas ilhas é a mesma que era no tempo de David e dos profetas, de Homero e de Virgílio. A canga, o carro, o arado, a grade, a eira, a debulha e a joeira são precisamente os que vêm descritos no Velho Testamento, na Odisseia e com mais pormenores nas Geórgicas. O grão é cortado com uma foice e os feixes atados por homens, mulheres e crianças, como no tempo de Rut e Booz" (Baker, (1882), 16, 1958, 160).

"As enxadas, pás e forquilhas são interditas ou invenções do demónio" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 279).

"O carro vulgar é um veículo pesado de madeira de duas rodas com altas sebes de vimes (...) Não se parece com nenhuma outra coisa no mundo (...) Como o aldeão é avesso a ensebar os eixos, os carros em andamento chiam e gemem ao longo das estradas (...) dizem os camponeses que esta chiadeira afugenta as feiticeiras e faz que os bois trabalhem melhor; ufanando-se cada qual do guincho especial do seu carro" (*Ibidem*, 280).

"Vagueando de casa em casa no vale das Furnas, facilmente esquecemos que estamos a viver nos meados do século 19 tão primitivas são as ocupações dos habitantes" (Baker (1882), 17, 1959, 116).

"Quem estiver habituado às nossa máquinas que poupam tempo e trabalho, observa com espanto e interesse os processos simplistas de trabalho nos Açores. As máquinas de serrar e até mesmo a nossa serra vulgar, são ali desconhecidas. (...) Não há carrinhos de mão, nem enxadas, nem pás de ferro nas ilhas. Os rapazes que trabalham no quebra-mar com grosseiros sacos de fardo atirados por sobre as cabeças e os ombros, em lugar de chapéus, acarretam o entulho em cestos postos à cabeça" (*Ibidem*, 160).

"Depois da debulha, a palha foi retirada por meio de ancinhos pesados de madeira, o grão varrido em pequenos montões, uma bandeira içada para mostrar a direcção do vento e homens com pás de madeira levantaram o trigo ao ar, contra o vento, para o joeirar. Toda a cena era verdadeiramente oriental e pitoresca" (*Ibidem*, 161).

"Ainda ali se não ouviu falar em "oito horas de trabalho por dia", mas em compensação, o número de dias de trabalho foi reduzido. Os dias santos são feriados e tão numerosos que os dias de trabalho se resumem a 250 por ano" (Weeks, (1882), XIV, 1958, 293).

No entanto, também aqui, abundavam as contradições. Face ao atraso tecnológico descrito, elogiava-se, em discursos paralelos, o

imenso trabalho da população açoriana e, em particular, o imenso investimento produtivo dos micaelenses, patente nos paradisíacos jardins, com espécies florestais de todo o mundo, no intenso labor de manutenção das quintas[58], no exigente trabalho nas estufas de ananases[59], na prática de outonar a terra por meio do tremoceiro[60], na construção das fábricas do tabaco, do álcool[61], do açúcar, do linho... Mas o próprio autor que elogiava o intenso labor criativo dos açorianos, viria afirmar que "*a desvantagem de longa permanência em ilhas isoladas como estas é a atrofia mental a que está sujeita a população, na falta de estimulantes convenientes*"[62] e viria comparar o comerciante de Ponta Delgada a "*um verdadeiro "cão de caça", à procura de ganho, o que não o impede muitas vezes de ser uma alta personagem*" (Walker, (1886), XXVI, 142).

Essas contradições vão acompanhar o universo das referências sobre as ilhas ao longo das gerações, de tal forma que até aos nossos dias ainda se refere, jocosamente, os elogios tecidos ao carinho, à inteligência e à distinção dos nobres micaelenses na recepção de D. Pedro IV e de seus correligionários, no ano de 1832, aquando da preparação da expedição dos 7 500 Bravos do Mindelo, e, ao mesmo tempo, se não ignora o trocadilho atribuído àquele monarca que recordava S. Miguel como a terra dos cem mil burros... (Boid, (1832), VII, 1951, 314).

---

[58] – Walter Walker, "Os Açores ou ilhas Ocidentais" in *Insulana*, vol. XXII, pp.190, 191, 198; Sá da Bandeira, também viajante nas ilhas, elogiava, surpreendido, o intenso labor na plantação de uma quinta: *Diário da Guerra Civil, 1826-1832*, (recolha, notas e posfácio de José Tengarrinha). Lisboa. Col. Seara Nova, 1976, vol.II, pag.59.

[59] – *Ibidem*, pag.191; Lyman H.Weeks, "Nos Açores" in Insulana, 1958, vol.XIV, pag. 311.

[60] – *Ibidem*, pag. 198.

[61] – *Idem*, vol. XXVI, pag. 122.

[62] – *Ibidem*, pag. 136.

A importância das Ilhas Atlânticas no comércio dos mercadores estrangeiros – sobretudo ingleses – nas primeiras décadas do século XVIII

Maria Júlia de Oliveira e Silva

Pretende demonstrar-se, com este trabalho, a importância que os arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira tiveram no tráfego comercial realizado sobretudo entre a Europa e o Continente Americano, nas primeiras décadas do século XVIII.

Utilizámos, para a sua elaboração, sobretudo fontes notariais existentes em Lisboa – as que sobreviveram ao Terramoto de 1755[1] – (além de fontes impressas), talvez menos ricas que as açorianas mas, mesmo assim, elucidativas da importância que as Ilhas tinham para o comércio português da época, nomeadamente para o exercício do mes-

---

[1] É importante referir que parte dos arquivos notariais, de notários que se situavam na parte ribeirinha da cidade, desapareceram com as consequências provocadas pelo Terramoto de 1755, dificultando, assim, o conhecimento – através deste tipo de fontes – da tessitura dos negócios neste período agora tratado. Apesar disso, conseguem recolher-se informações a partir de um considerável número de contratos – em que participam mercadores estrangeiros (isolados ou em parceria) – realizados em Lisboa. Concretamente quase quatro centenas, dos quais mais de 10% referem-se directamente aos dois arquipélagos atlânticos: o da Madeira e o dos Açores. Vide Anexo III.

mo por mercadores estrangeiros. E embora haja referências anteriores, as indicações agora tratadas situam-se, sobretudo, entre 1692 e a terceira década do século XVIII.

Por um lado, os dois arquipélagos atlânticos, agora tratados, funcionavam como pontos estratégicos extremamente importantes, não só pelo comércio "oficial" que neles se realizava, como, à margem deste, – e sobretudo as ilhas dos Açores – pelas possibilidades de exercício do comércio de contrabando que permitiam, e este aspecto não é de menor consideração ao falarmos do tráfego realizado nas áreas de domínio português. Por outro lado, tanto a Madeira como os Açores ofereciam não só pontos necessários para fazer aguada e, de caminho, transaccionarem-se mercadorias, como elas próprias ofereciam produtos (e nem sempre – ao longo dos tempos – os mesmos) interessantes de serem comerciados, tanto por nacionais, como por estrangeiros. Pode mesmo, na minha opinião, alargar-se às ilhas dos Açores a expressão que Albert Silbert empregou para enfatizar a importância geo-estratégica do arquipélago da Madeira "un carrefour de l'Atlantique"[2].

Assim, as Ilhas tinham importância económica por si próprias, valiam também por aquilo que ofereciam, pelos produtos que ofereciam para abastecimento e exportação e também por aqueles de que necessitavam – sobretudo a Madeira – de importar. Em qualquer dos casos, as situações foram-se alterando.

Como diz Maria Olímpia da Rocha Gil[3]: "Depois de terem servido de suporte à expansão ultramarina dos povos peninsulares (como escalas da rota do Cabo, da Carreira das Índias ou da da Baía), os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias esboçaram no século XVII o seu aprendizado como centros de produção de artigos importantes

---

[2] Albert Silbert, *Un Carrefour de l'Atlantique. Madère (1640-1820)*, Lisboa, 1954

[3] Maria Olímpia da Rocha Gil, "Os Açores e o Comércio do Atlântico nos finais do século XVII (1680-1700)", in *Arquipélago*, Rev. da Univ. dos Açores, Série Ciências Humanas, número especial, 1983, pp.137-204.

no tráfego internacional (pastel, trigo, vinho, aguardente), ... Não se contentam com serem pontos de troca...

Ao assumirem-se como centros produtores de determinadas mercadorias (sem por isso deixarem o seu papel de escalas para reexportação), ao discutirem as suas populações como e em que condições se exportariam os vinhos (da Madeira, das Canárias), ou os trigos (dos Açores), os arquipélagos começavam a mostrar na segunda metade do século XVII que não poderiam ser tomados como simples pontos de escala entre continentes, mas antes verdadeiras entidades capazes de construir o seu espaço próprio na enorme diversidade do mundo que o Atlântico criou".[4]

Com efeito, foi isso mesmo que se passou. Nomeadamente o declínio do comércio e cultura do pastel (mais evidente nas últimas décadas do século XVII) "intensifica" a introdução da cultura e consequente comércio de novos produtos como a batata, o milho e o linho que vieram a ter (além do destino comercial já referido) implicações na dieta alimentar das populações. Provavelmente verificou-se, também, o desenvolvimento de outras culturas, como a do trigo e a do vinho, embora com o tempo (e talvez a breve trecho) a cultura do trigo fosse suplantada pela do milho[5]. Além, como é óbvio, da cultura de alguns legumes – o feijão, por exemplo – e árvores de fruta como a laranjeira[6], que tão importante virá a ser na economia açoriana do século XIX.

E, embora com a "queda" do pastel, os contactos comerciais com os países do Norte da Europa tenham diminuído nas duas últimas décadas do século XVII , nas primeiras do século XVIII aumentaram consideravelmente, sobretudo pela mão dos ingleses[7], não só

---

[4] Idem, ibidem, págs. 177 e 178.

[5] Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, ed. Cosmos, Lisboa, 1991, pág. 103.

[6] Luis Mendonça, *História dos Açores. Visão Geral (Sécs. XV-XIX)*, Ponta Delgada, 1996, pág.92-98.

[7] Vide Anexos.

pelos produtos da terra, mas também como ponto de passagem e de paragem no comércio com o Brasil. Assim, os Açores participavam neste comércio com vinho, aguardente, farinha, carne de porco salgada e recebiam, em troca, produtos brasileiros (açúcar e tabaco) ou de outras proveniências, nomeadamente ingleses.

A própria agricultura deixara de ser de subsistência e orientara-se para o mercado, sobretudo, no que toca ao arquipélago dos Açores, nas ilhas de S. Miguel, na Terceira e no Faial, embora a ilha de St.ª Maria faça também parte do circuito comercial seguido pelos mercadores estrangeiros.

E continua a ser importante, durante pelo menos a primeira metade do século XVIII, o comércio de cereais feito quer inter-ilhas, quer (embora a contragosto) com o arquipélago da Madeira, quer com a praça portuguesa de Mazagão no Norte de África, tanto mais que o milho ia, a pouco e pouco, – e à medida que a sua cultura aumentava – substituindo o trigo no comércio local, antes de começar, também, a ser exportado.

O comércio do vinho e aguardentes foi também, e progressivamente, aumentando de importância, apesar das restrições que por vezes eram impostas, mais pelas facilidades concedidas a estrangeiros do que propriamente por limitações aplicadas ao produto nacional, neste caso das Ilhas. Senão vejamos: em 1711, Duarte Sodré Pereira informa do Funchal, para Lisboa, a Joseph Gulston & C.ª que tinha avisado para, da ilha do Faial, não remeterem em seu nome mais aguardentes para Lisboa, por estarem nesta cidade (no Reino, portanto) permitidas as aguardentes "de fora"[8]; e, poucos dias depois, escreve para a ilha de S. Miguel (a Francisco Lopes de Oliveira) para que não lhe remeta mais aguardente para Lisboa porque "as agoas ardentes tem baixado em Lisboa por se tornarem ademitir as de fora já não tem conta"[9]. E, ainda em Outubro desse ano de 1711, pelo mes-

---

8 Copiador de Cartas de Duarte Sodré, fl. 67.

9 Idem, fl. 68.

mo motivo, escreve para a Baía, a José Alves Viana, estranhando que este não tivesse ainda vendido as aguardentes que recebera, enviadas das Ilhas, (uma vez que o preço estava a baixar pela admissão "das de fora"), mas com algum sentido de humor remata dizendo: "mas não perde venda senão quem não tem de quê"[10].

Os Agentes Comerciais

É difícil tratar da importância das ilhas portuguesas, Açores e Madeira, no comércio do Atlântico, sem relacionar produtos comerciados, locais de origem e de destino desses mesmos produtos, e mercadores envolvidos nesse tráfego, muitos deles (as mais das vezes) estrangeiros, mesmo quando os primeiros intervenientes são mercadores, ou interessados na mercancia, nacionais. Isto é, frequentemente as encomendas são feitas por nacionais (em nome próprio ou em nome de mercadores estrangeiros) com indicação de serem remetidas, para o Reino, Brasil ou outro lugar, a entregar a mercadores estrangeiros que se encarregam da sua venda e de, por sua vez, remeterem outro tipo de mercadorias para voltarem a ser transaccionadas, ou fazerem o pagamento em dinheiro, procedimento este típico quando se tratava das ilhas açorianas[11].

Quer isto dizer que a importância dos mercadores estrangeiros no comércio português do Atlântico, nomeadamente naquele que se centra ou passa pelas ilhas dos Açores e da Madeira, não se limita aos mercadores residentes ou temporariamente estantes ou assistentes nas Ilhas. Os que aí residem, mesmo que muito temporariamente, são uma pequena parte dos estrangeiros interessados e com interesses directos no comércio açoriano ou madeirense.

Assim, importa considerar e estabelecer, tanto quanto possí-

---

[10] Idem, fl.121.

[11] A fazer fé nas cartas enviadas e nas recomendações feitas por Duarte Sodré Pereira entre 1710 e 1712. Idem, fl.115 por exemplo.

vel, as redes de relações entre mercadores estrangeiros residentes no Reino e os que estão instalados nas Ilhas, passando necessariamente por mercadores nacionais. Por outro lado, a ligação do comércio das Ilhas ao comércio atlântico, através de mercadores estrangeiros[12], não se esgota no triângulo: Reino-Ilhas (Madeira e Açores)-Brasil. Inclui, no período ora tratado, as Antilhas, as colónias inglesas da América do Norte, regiões africanas como Angola, e cidades europeias como Londres ou Amsterdão.

Apesar de nos Anexos I, II, III e IV estarem indicados quer os nomes dos comerciantes estrangeiros, referidos nas fontes utilizadas, em Portugal (sobretudo Lisboa) e com indicações para as Ilhas, e de estarem indicados também os anos em que foram parte em contratos notariais, são meras indicações numéricas que pouco nos dizem da tessitura das relações comerciais estabelecidas entre estes e os mercadores portugueses, em todos os pontos do "Reino", Ilhas e colónias. As recomendações para esperarem melhor ocasião de embarque ou melhor preço para obterem um maior lucro, as questões ligadas aos pagamentos, de que são utilizadas várias formas, ficam à margem dos números apresentados, embora estes, só por si, já nos possam dar indicações da importância das Ilhas: verdadeiras "encruzilhadas" do Atlântico.

São estas relações comerciais, que passam também pelas relações pessoais entre mercadores estrangeiros e portugueses, que nos podem dar, ou pelo menos indiciar, as redes comerciais estabelecidas (tendo as Ilhas como "centro"), que vamos tentar apresentar, com a certeza de possíveis (quase certas) lacunas e falhas, tanto mais que utilizamos apenas (além do Copiador de Cartas de Duarte Sodré), e como já referimos, fontes notariais existentes em Lisboa.

Assim, encontramos vários contratos notariais que referem expressamente quer ilhas dos Açores, quer a Madeira, entre 1692 e 1736.

---

[12] E de nacionais, quer directamente, quer com ligações aos estrangeiros.

Quase todos eles são procurações passadas a homens de negócio[13] para "cobrarem e arrecadarem dívidas de dinheiro, encomendas, carregações, fazendas, mercadorias e seus porcedidos", que, em nome de quem passa a procuração, tenham sido "remetidas por quaisquer pessoas e seus correspondentes", indicando-se, quase sempre, o nome da embarcação (nau, caravela, bergantim, nau-caravela) em que as encomendas são enviadas; e, além disto, a recomendação para os procuradores "administrarem suas fazendas e mercadorias", cuja especificidade, por vezes, é expressa.

É o caso da procuração passada em 11 de Abril de 1710, por Pedro Bruque & C.ª, homens de negócio ingleses na praça de Lisboa, para que Gaspar da Silva Nogueira, na ilha do Faial, possa cobrar de Manuel Francisco Grangeiro, capitão do navio S. Francisco Xavier Sol do Oriente, que viera de Paraíba e descarregara no Faial, todas as caixas de açúcar branco e mascavado e "meyos de sola" que tudo "constará dos conhecimentos e pertenças dos donos das ditas caixas e mejos de sola" e que agora pertencem a ele Pedro Bruque & C.ª por terem comprado [essas mercadorias] a várias pessoas em Lisboa (onde se destinava o navio), e poderá o mesmo procurador carregar, no mesmo ou noutro navio, e enviar a mercadoria referida para a capital do Reino. No caso de o capitão se recusar a entregá-la, eles (Pedro Bruque & C.ª) "mandarão à dita Ilha por sua conta [barco] a carregar as ditas caixas e sola, por assim lhe pertencerem"[14].

Tal como em 25 de Fevereiro de 1715, António de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria passa procuração a Pedro de Faria, homem de negócio na ilha Terceira, para "haver e arrecadar dividas, encomendas, carregações, porcedidos e remessas" e tudo o que lhe pertencer "por conhecimentos, escritos, escrituras e para vender e despachar todas as suas fazendas, mercadorias ..."[15]. Da mesma forma, Gui-

---

[13] Vide Anexo III.

[14] AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 3 (antigo n.º 11), Livro 410.

[15] AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 1 (antigo n.º 12-A), L.º 374.

lherme Fixe (Guilherme Fisher, o Moço)[16] recebera, em 14 de Agosto de 1693, procuração passada, em Lisboa, pelo P.e Inácio da Fonseca e Silva[17] para recolher, na ilha Terceira, as dívidas que a mãe, entretanto falecida e que fora moradora na cidade de S. Luís do Maranhão, tinha a receber de dinheiro, fazendas e mercadorias e seus porcedidos. Ou, em 13 de Março de 1726, Miguel Dias, mercador de vinhos, em Lisboa, e proprietário do bergantim N.ª S.ª do Monte do Carmo e St.º António que incumbe os seus procuradores na ilha de S. Miguel e na ilha de St.ª Maria[18] para que tomem posse do dito bergantim "cobrando todas as fazendas de sua conta e todos os fretes de todos os carregadores, comissários ... e tudo o mais que nas ditas Ilhas for seu por qualquer forma" e poderão vender, depois, o dito bergantim pelo preço "em que se ajustarem, dando de tudo boa conta"[19].

Acontece exactamente o mesmo na ilha da Madeira, com procurações passadas, por exemplo, a António Moniz Pimentel (em sua ausência a António Vougado Souto-Maior)[20], a Guilherme Bolton, "consul da nação inglesa na ilha da Madeira"[21], a Thomas Morganho (Morgan) vice-cônsul "da nação holandesa" na Ilha da Madeira[22], a Diogo Pedro Gomes e a Manuel Roiz da Costa[23]. Ou o registo (em

---

[16] José Guilherme Reis Leite, "Os Fisher. Esboço Histórico de uma família açoriana", Revista *Atlântida*, Colecção Ínsula e José Damião Rodrigues, "De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII)", in *Ler História - Açores: peças para um mosaico*, n.º 31, pg. 56.

[17] AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 1 (antigo nº 12-A), L.º 301.

[18] Na Ilha de S. Miguel: Capitão Francisco Lopes de Oliveira, Tomé Peixoto Barreto e João Cursy. Na Ilha de St.ª Maria: Fernão de Sousa Bettencourt, Constantino Velho, João Soares de Sousa e Albuquerque e o capitão Manuel Lopes Maré.

[19] AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 2 (antigo n.º 1) L.º 402.

[20] Passada em 4 de Outubro de 1697. AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 1 (antigo n.º 12-A), L.º 301.

[21] Passada, em Lisboa, por Simão Francisco, em 23 de Novembro de 1701. AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 1 (antigo n.º 12-B) L.º 483.

[22] Passada em Lisboa, uma em 16 de Abril de 1704, por Abraham Hysterman, cônsul geral da "nação holandesa" em Portugal. AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 1 (antigo n.º 12-B) L.º 487, e outra em 1705, no mesmo cartório, L.º 490 (?).

[23] Passada, em 19 de Setembro de 1712, por Pedro de Torres Costa, homem de negócio da praça de Lisboa, para arrecadarem de António dos Santos de Sousa, mestre da caravela N.ª S.ª da Conceição e Almas, "as encomendas, carregações, fazendas e seus porcedidos". AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 3 (antigo n.º 11) L.º 417.

11 de Abril de 1712) de uma dívida contraída pelo já referido António de Saldanha de Albuquerque de Castro Ribafria, a Luís de Sousa de Carvalho, de Lisboa, no montante de 1.900$000, para com eles pagar o resto de uma letra (que fora no total de 3.986$920) a favor de Francisco Luís de Vasconcelos, morador na ilha da Madeira, "porcedido de uma carregação de vinhos e aguardentes" que o devedor levara para Angola[24], em 1709, para aí ser vendida; letra que seria paga a Barduchy & Judice Comp.ª, mercadores estrangeiros da praça de Lisboa.

E este último exemplo apontado é elucidativo, por um lado das relações comerciais entre Lisboa-Madeira-Angola (ou outras zonas, que nem sempre o Brasil ou o Reino), por outro lado de como é difícil destrinçar completamente as relações comerciais dos mercadores estrangeiros, das dos mercadores nacionais, seja no Reino, nas Ilhas ou em qualquer outra parte, sendo que, muitas vezes, intervêm neste tráfego outros mercadores estrangeiros, noutros países, e que não estão (e não sei se alguma vez terão estado) em território português: Reino, Ilhas ou colónias.

Mais pormenorizado, até pelo tipo de documento de que se trata, é o Copiador de Cartas de Duarte Sodré, embora para um período limitado de tempo: 1710-1712/13. Dá-nos informações, além de preciosas, esclarecedoras do tipo de relações e das "redes" estabelecidas entre mercadores nacionais – passando necessariamente pelas Ilhas – e mercadores estrangeiros, e das interligações que se criam, indicando também orientações para onde se destinavam os resultados da mercancia (fosse em moeda, fosse em mercadorias). Pela riqueza de informações que transmite e, provavelmente, por poder representar um modo de agir dos mercadores nacionais (mesmo que pertençam – como o nobre e fidalgo Duarte Sodré Pereira – a outras categorias sociais, o que não era raro acontecer) e dos mercadores estrangeiros e das ligações entre eles, importa que façamos uma referência, algo mais demorada, a este

---

[24] Em 13 de Março de 1709. AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 7 (antigo n.º 9-A), L.º 342.

Copiador de Cartas, na medida em que nos pode, de alguma forma, esclarecer melhor, noutros modos, sobre esta questão.

Assim há, para alguns negócios e situações, cuidados especiais no contacto com mercadores judeus não conhecidos. É o que se depreende das cartas escritas em 1711, para Lisboa tratando do resgate[25] de um irmão de Duarte Sodré (Frei Francisco) aprisionado, o barco em que se transportava, por piratas argelinos, e em que se refere: "...e que se guardem dos judeus o que puder ser..."; "fugindo dos judeus por rezão do segredo mas pela via deste me podeis escrever debaixo do nome do dito Barduxe e Judici e pelos ingleses de Lisboa com sobrescrito a José Gloston e por Londres por mão de Rodrigo Ximenes, e por Amsterdão por mão de Miguel e Duarte de Crasto (sic) e por Hamburgo, por Manuel Ximenes, todos judeus, e meus conhecidos"[26].

Damo-nos, também, conta das más relações existentes nesta altura (1710-1712) entre as ilhas dos Açores e a Madeira no que respeitava ao envio de trigo para esta última, o que levava não só a que os mercadores dos Açores (a fazer fé nas cartas de Duarte Sodré) tivessem na Madeira "muito pouco crédito porque [na Madeira] quem quer carregação se lhe fazem por crédito para toda a parte"[27]. E, no mesmo sentido, era dito, pouco tempo depois, para Lisboa, a Barduche & Judici "vejo o preço dos trigos e se eu tiver ocasião eu mandarei navegar algum das Ilhas [dos Açores] para essa corte, mas é muito arriscado pagar os fretes de vasio pelo mao governo daquelas ilhas..."[28].

Estas más relações entre os dois arquipélagos tinham essencialmente que ver com as formas de pagamento utilizadas. As ilhas dos Açores preferiam o pagamento em moeda[29] que não havia com abun-

---

[25] A Barduxe & Judici. *1710 – Copiador de Cartas de Duarte Sodré*, fl. 93.
[26] *Idem*, fl. 94.
[27] *Idem*, fl. 56.
[28] *Idem*, fl. 78.
[29] Em carta de 21 de Maio de 1711, a Francisco Lopes de Oliveira, na Ilha de S. Miguel: "...temos entendido pelo que V. M. me avisa que qurendo de lá alguma coisa lhe mande dinheiro o que não pode ser porque o não há, e quem o tem em Lisboa o tem em toda a parte do mundo ... ... Por segundas e terceiras vias tenho mandado as letras de V. M. para Lisboa umas pela Terceira outras em dereitura á poucos dias, e já tenho dito a V. M. que das compras que fizer pagarei logo em letra sem esparar a ocasião de Outubro", *Idem*, fls. 56 e 57.

dância na Madeira, o que levava a que, por vezes, saíssem os navios dos Açores (ilha de Santa Maria, por exemplo) "de vazio ficando tanto pam na Terra como ao depois se tem visto em prejuizo do comércio desta Ilha que se acha hoje sem nenhum"[30], daí se encomendar trigo em Boston[31], com a promessa de ser pago a 30$000 o moio, mas em letras passadas em Lisboa[32], quase sempre por mercadores estrangeiros. Não era só em Boston que se procurava encomendar cereais. Também o faziam em Nova Iorque. Aliás neste porto é de referir a tentativa de compra, ou de mandar construir um bergantim, em que Duarte Sodré seria uma das partes interessadas, pagando a parte que lhe pertencesse "em letras para Londres e Jamaica"[33]. E, algum tempo depois, propõe a Tomás Brum da Silveira, da ilha do Faial, participar na proporção de 1/4 na compra de uma embarcação "para carregar os efeitos dessas Ilhas [dos Açores] para o Brasil e andar nessa carreira"[34].

A intervenção de mercadores estrangeiros nestes negócios, muitas vezes como comissários, era paga com uma comissão que segundo "o estilo" era de 3%, embora estes tentassem, sempre que podiam, aumentá-la[35]. Embora, como diz Duarte Sodré, para Lisboa, a Joseph Gulston[36], "os correspondentes das conquistas inglesas não dão boas contas, e sendo várias as [encomendas] que tenho mandado fazer de trigos e farinhas de efeitos que tenho em Barbados e Nova Iork, e créditos de letras para Londres e nada basta para ter algum [trigo] mas alguem o tera"; situação que não melhorou, pela referência que

---

30 Vide nota anterior

31 A André Jonatão Belihcer, em carta de 30 de Abril de 1711. *Idem*, fl.45.

32 *Idem*, fl.45

33 Em carta a Abraam de Pexter, de 30 de Junho de 1711. *Idem*, fl. 63.

34 Em carta de 30 de Outubro de 1711. *Idem*, fls.110 e 111.

35 Em carta a Barduxe & Judici, em 28 de Abril de 1711: "... mas tenho a dizer a V. Mes. que a comissão de 5% tirada da dita encomenda é fora do estilo porque muitos o fazem a 2%, e os mais a 3%, espero que V. Mes. se acomode nesta forma sendo a 2 % o que navegar por minha conta de efeitos que lhe mande entregar, e 3 % do que comprar para esta ilha [Madeira] ou outra parte. *Idem*, fl. 43.

36 Em cartas de 2 de Agosto de 1711 e de 20 de Novembro do mesmo ano. *Idem*, fls. 78 e 124.

faz em Novembro: "Estou vendo no que param as remessas dos meus efeitos das conquistas inglesas, mas desgostam-me as más correspondências que lá espremento."[37].

Ou seja, a partir da Madeira, são encomendados cereais e, eventualmente, outros géneros em Boston (André Jonatão Belihcer (inglês)), Nova Iorque (Abraam de Pexter (inglês)) e Filadélfia (Richarte Antoni (inglês)), a mercadores estrangeiros, para serem pagos com o resultado de encomendas, geralmente vinhos e aguardentes, das Ilhas (Madeira ou Açores) ou de Portugal, ou açúcar do Brasil, enviadas para Barbados, (José Ward (inglês)), Jamaica (Aram Lamego (inglês)) e Nova Iork, e, caso não chegassem, com letras para Londres (Rodrigo Ximenes (inglês)). Algumas destas ordens eram emitidas por intermédio de Joseph Gulston, o Velho & Comp.ª, mercadores ingleses, com sede em Lisboa.

Integravam-se ainda nesta "rede": Duarte de Crasto (sic) em Amsterdão, Manuel Ximenes (inglês) em Hamburgo, Miguel de Crasto (sic) em Curaçau[38], e Miguel e Duarte de Crasto (sic) em Amsterdão[39], todos estrangeiros, além dos Padres "da Companhia", em Angola, donde partiam escravos para o Brasil, pagos com açúcar que era enviado para a Europa: Amsterdão, Londres e Lisboa.

É óbvio que neste entrelaçar de relações comerciais, participavam também mercadores portugueses, tanto do Reino, como das Ilhas[40], Madeira ou Açores.

---

37 Vide nota anterior.

38 Idem, fl. 17. Na carta que lhe dirige, em 28 de Fevereiro de 1711, refere o ter intercedido em favor de Lourenço de Mey, também de Curaçao, que tinha ido à Madeira comprar vinhos, "vendo eu que ele ia enganado no preço dos vinhos, e tambem na bondade, lhe dei a terça parte da carregação a 28$000 pipa posto a bordo havendo ele ajustado a 30 alem da comissão de 3% fazendo-lhe dar bons vinhos de que se engeitarão alguns que ele tinha aceite ...". Esta intervenção de Duarte Sodré foi feita por recomedação não só de Duarte de Crasto (sic), como tambem pela recomendação do Governador de Curaçao. *Idem*, fl. 17.

39 Não sabemos se este Miguel de Crasto (sic), aqui referido, é o mesmo com quem são feitos negócios em Curaçau. *Idem*, fl. 94.

40 Cf. Maria Júlia de Oliveira e Silva, *Fidalgos-Mercadores no Século XVIII Duarte Sodré Pereira*, Lisboa, 1992. Quadro nº 1 AGENTES COMERCIAIS DE DUARTE SODRÉ PEREIRA 1710--1712, págs. 224 a 227.

As redes comerciais aqui antevistas e referenciadas, através do Copiador de Cartas, são confirmadas pelos dados recolhidos nos contratos notariais analisados. Assim, são enviados vinhos e aguardentes da ilha da Madeira para Angola, das ilhas dos Açores vão farinhas, vinhos, aguardentes e carne de porco salgada para o Brasil donde vem para as Ilhas (e para o Reino) açúcar e outros géneros. Ainda dos Açores vão trigos para o Reino e para Mazagão[41] e, por vezes, também para a Madeira. Pagamentos que são feitos em moeda, através de letras de câmbio ou por encontro de contas, em praças comerciais que não são necessariamente em território nacional, embora se verifique uma maior incidência, neste aspecto, em Lisboa e em Londres.

É neste ambiente de relações comerciais/pessoais, em que há verdadeiras redes familiares de que são exemplo os Gulston, os Advicos (?), os Vanzeller, que tem de se compreender a maior parte da trama de negócios integrados, desta maneira, na ampla rede mercantil do Atlântico, dentro e para além das estruturas oficialmente admitidas.

Efectivamente nos finais do século XVII e primeiras décadas do século XVIII há numerosos registos que atestam como os mercadores instalados no arquipélago açoriano e também na Madeira aproveitaram as permissões oficiais concedidas, e que, por vezes, davam mais facilidades a mercadores estrangeiros, em detrimento dos nacionais.

"Mas muitos devem ter ultrapassado o que estava determinado, de tal modo que em 1711 o rei declarava: "sendome prezente os grandes descaminhos dos direitos Reais e as prejudiciais consequências que se seguem ao comércio destes meos Reynos das fazendas que nas Ilhas dos Assores & Madeira se embarcam pera os Brazis & a pouca vigilancia...". Por tal motivo ordenou que, em caso algum, fosse permitida a saída dos Açores e Madeira de outras embarcações que aque-

41AN/TT, Arquivos Notariais, Cartório Notarial n.º 7 (antigo n.º 9-A), L.º 370.

las que a legislação previa e a fiscalização se fizesse com todo o rigor[42]. ... A força da proibição e o reconhecimento da necessidade de controlo atestam a presença da fraude e esta pode significar muito quanto à capacidade de reacção dos arquipélagos atlânticos"[43].

* * *

No entanto, fosse este comércio realizado estritamente dentro das normas e regras legalmente estabelecidas, fosse através do comércio de contrabando, e muito há-de ter sido efectuado por esta forma (e este é difícil, se não impossível, de contabilizar), não há dúvida da importância dos arquipélagos portugueses da Madeira e dos Açores no comércio do Atlântico, no período considerado.

Pela análise das fontes utilizadas fica, parece, demonstrada essa importância, para além de também se verificar o papel fundamental que os mercadores estrangeiros, com predominância clara para os ingleses, tiveram nesse comércio. Aliás, embora em menor escala e com menos exemplos numéricos, tal já tinha sido afirmado para o século XVII:

– "...as transacções nos Açores revestiram-se de outras formas. ...

Com ingleses houve-as também por meio de agentes ou de procuradores locais, através de casas de negócio por conta de grupo residente em Lisboa, igualmente com ingleses estantes ou residentes nos Açores, ...

Foram variadas, portanto, as formas como os britânicos intervieram no comércio dos Açores, mostrando-se ter sido corrente o uso de numerário de prata.

Os ingleses nos Açores continuarão a estabelecer-se no de-

---

[42] Hélder de Sousa Lima, *Os Açores na economia atlântica (subsídios) – séculos XV, XVI e XVII*, Angra do Heroísmo, 1978, 2.ª parte, Documentos – pp. 363 e segs.

[43] Maria Olímpia da Rocha Gil, "Os Açores e o Comércio do Atlântico nos finais do século XVII (1680-1700)", in *Arquipélago*, Rev. da Univ. dos Açores, Série Ciências Humanas, número especial, 1983, pp. 173.

curso dos séculos XVIII e XIX, concentrando-se o maior núcleo, predominantemente de homens de negócios, em Ponta Delgada ..."[44]

Pensamos, que, nas primeiras décadas do século XVIII, com um mercado português apetecido pelos estrangeiros, sobretudo devido à existência do ouro brasileiro que garantia meios de pagamento em metal nobre e procurado, as ilhas portuguesas do Atlântico – Madeira e Açores – tiveram um importante papel de charneira nesse comércio entre continentes, com base no Atlântico, não só como pontos geo-estratégicos extremamente importantes, mas também pelos interesses que ofereciam ao comércio (e não só pelo contrabando possível de realizar) quer de nacionais quer de estrangeiros (sobretudo ingleses) estivessem eles estanciados nas Ilhas ou no Reino ou não. A análise conjugada de outras fontes confirmarão, com certeza, estas conclusões.

---

44 Nestor de Sousa, "Sinais da Presença Britânica na Vida Açoriana (séculos XVI-XIX)", in Revista *Arquipélago*, número especial, 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha, Ponta Delgada, 1988, pp. 25-100.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – FONTES

I-A – A.N./T.T.[45]

Cartório Notarial n.° 1 (antigos n.os 12-A, 12-B e 12-C), Livros 301, 362, 374 e 474 a 490

Cartório Notarial n.° 2 (antigo n.° 1) Livros 392, 394, 402 423

Cartório Notarial n.° 3 (antigo n.° 11), Livros 406, 410, 414, 416, 417, 420, 429, 433, 478 e 522

Cartório Notarial n.° 7 (antigo n.° 9-A) Livros 336, 342, 405 e 455

Cartório Notarial n.° 15 (antigo n.° 7-A), Livros 298 e 356

I-B – *1710 – Copiador de Cartas de Duarte Sodré*

II – BIBLIOGRAFIA

II-A – ESTUDOS GERAIS

FISHER, H. E. Stephen, *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*, Lisboa, Construir o Passado,6, Gradiva, 1984

MAURO, Frédéric, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe Siècle*, s.l., 1960

OLIVEIRA, Aurélio de, "Os vinhos no Porto: 1600-1700 (Política e Administração municipais)", in *Douro – Estudos & Documentos*, Ano 2, 1997, n° 3, pg. 47 a 70.

PANTALEÃO, Olga, *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*, S. Paulo, 1946

---

45 Após a maior parte da investigação utilizada neste trabalho estar realizada, foi alterada a numeração dos Arquivos Notariais existentes na Torre do Tombo. Tentámos, tanto quanto nos foi possível, actualizar as referências. Por alguma *involuntária* inexactidão pedimos desculpa.

46 Adverte-se para o facto de todos os nomes estrangeiros - ingleses e outros - são indicados neste trabalho tal como são referidos nos documentos onde, por vezes, são transcrição fonética do que ao funcionário, que escrevia o contrato, parecia ser o nome; outras vezes são já "aportuguesamento" do nome. Só quando há assinatura dos próprios é que podemos tirar dúvidas, e isso nem sempre foi, neste caso, possível.

Deve ainda referir-se que indicamos os mercadores por nacionalidades e, na medida do possível, por ordem alfabética. No entanto, agregámos (mesmo que fosse alterada a ordem alfabética) os mercadores que tinham o mesmo apelido e sempre que sabemos o parentesco que os ligam indicamo-lo. Pretendeu-se, assim, dar uma mais imediata ideia da existência de negócios familiares operados por estrangeiros (neste caso) em Portugal.

PEDREIRA, Jorge, "Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais", in *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117, 1992-2.º e 3.º, pgs. 407-440.

IDEM, "Tratos e Contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)", in *Análise Social*, vol. XXI, n.º 136-137, 1996-2.º e 3.º, pg. 355--379.

SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal,* Lisboa, 4 vols.

SIDERI, Sandro, *Comércio e Poder – Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1970

SILVA, Maria Júlia de Oliveira e, *Fidalgos-Mercadores no Século XVIII: Duarte Sodré Pereira*, Lisboa, IN/C.M., 1992

IDEM, "Antes e depois de Methuen: os negócios de uma família de mercadores ingleses em Portugal, 1690-1740", in *História Empresarial em Portugal. XV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Évora, Univ. de Évora, 1995, pp. 27-44, policopiado

II-B – ESTUDOS SOBRE OS AÇORES E A MADEIRA

AFONSO, João, "Thomas Amory – Mercador nos Açores (1706-1719). As suas Cartas e as de W. Bolton", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXXVIII, 1980, pp. 5-13

ARQUIPÉLAGO, Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha, Ponta Delgada, 1988.

AZEVEDO, Julião Soares de, "Memória Francesa sobre o comércio de Portugal no final do XVII", sep. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XVII, 2ª série, nº 3, Lisboa, 1950

IDEM, "Os Açores e o Comércio do Norte, no Final do Século XVII", sep. *Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo*, Angra do Heroísmo, 1952-1953

GIL, M.ª Olímpia da Rocha, *O Arquipélago dos Açores no Século XVII. Aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, ed. da autora, 1979

IDEM, "O Porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII (elementos para o estudo do seu movimento)", in *Do Tempo e da História*, Lisboa, III, 1970, pp. 51-130.

IDEM, "Os Açores e a Nova Economia de Mercado (Séculos XVI-XVII)", in *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, n.º III, 1981, pp. 371-425.

IDEM, "Os Açores e o comércio Atlântico nos finais do Século XVII (1680-1700)", in *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, Número Especial, 1983, pp. 137--204.

LEITE, José Guilherme Reis, *Os Fisher. Esboço Histórico de uma família açoriana*, sep. de *Atlântida*, Colecção "Insvula", n.º 11, s.d., [1975]

MENDONÇA, Luís, *História dos Açores. Visão Geral (Sécs. XV-XIX)*, Ponta delgada, 1996

RILEY, Carlos Guilherme, "Afinidades Atlânticas - As relações entre os Açores e a Grã-Bretanha", in *Insulana*, Vol. XLVIII, 1992, pp. 99-119.

RODRIGUES, José Damião, "De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII)", in *Ler História*, n.º 31, 1996, pp. 41-67.

SILVA, P.e Fernando Augusto da Silva e Carlos Augusto de Menezes, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, 1940-1946 (tb. em CD-Rom, ed. de C.E.H.A., Funchal)

SILBERT, Albert, *Un Carrefour de L'Atlantique. Madère (1640-1820)*, Lisboa, 1954

SOUSA, João José Abreu de, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns Aspectos*, Funchal, 1989

IDEM, *História Rural da Madeira. A Colónia*, Funchal, 1994

SOUSA, Nestor de, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986

IDEM, "Sinais da Presença Britânica na Vida Açoriana (séculos XVI-XIX)", in Revista *Arquipélago*, número especial, 1988: Relações Açores- Grã-Bretanha, Ponta Delgada, 1988, pp.25-100

VIEIRA, Alberto, *O Público e o Privado na História da Madeira*, vol. I, Funchal,1996

VINHOS (Os) Licorosos e a História. Actas do Seminário Internacional realizado no Funchal de 19 a 24 de Abril de 1998, Funchal, 1998

ANEXO I

ESTRANGEIROS REFERENCIADOS EM CONTRATOS NOTARIAIS

(1692 - 1737)

Anos	Ingl.	Hol/Fl.	Italian.	Franc.	Alem.	Din/Su.	Espnh.	Irland.	N/Indic.	Total
1692			2							2
1693										
1694	2	2	1		3		1		1	10
1695	3		1	1						5
1696	3	2								5
1697	8	3							1	12
1698	8	5			2	1				16
1699	1	5		3		2			1	12
1700	11	1	1							14
1701	3	1		1	1				3	8
1702	4	2		1	1	1				9
1703	2			1						3
1704	1		1							2
1705	2	1		1						4
1706	15	11	1		1			1		29
1707	9	5	2				2		1	19
1708	9	1	2	1	2				1	16
1709	15		4			1	1			21
1710	11		5	1	1	1 s			1	20
1711	9	1	5	1			1			17

1712	9		3			1	1			14
1713	14	2	1	1						18
1714	7									7
1715	2		3			3				8
1716	1	1	4							6
1717	1									1
1718	1									1
1719										
1720	2									2
1721	4									4
1722	2									2
1723										
1724	2									2
1725	2			1						3
1726	4									4
1727	10				2				1	13
1728	2									2
1729	3									3
1730	2									2
1731	3					1				4
1732	1									1
1733	2									2
1734	1									1
1735	2									2
1736	2									2
1737	3									3
Total	198	43	36	13	13	11	6	1	10	331

ANEXO II

MERCADORES ESTRANGEIROS, RESIDENTES (OU ESTANTES) NAS ILHAS
(REFERIDOS NAS FONTES UTILIZADAS NESTE ESTUDO)
INDICADOS POR NACIONALIDADE (1693 - 1736)

Anos	Ingl.	Holand.	Franc.	Total
1693	1			1
...				
1701	1			1
1702	1			1
1703				
1704		2		2
1705		2		2
...				
1710	4			4
1711	4			4
1712	3			3
1713	3		1	4
...				
1724			2	2
1725				
1726	3			3
...				
1736	2			2
Total	22	4	3	29

ANEXO III

MERCADORES ESTRANGEIROS, RESIDENTES (OU ESTANTES) EM PORTUGAL
(REFERIDOS NAS FONTES UTILIZADAS, NESTE ESTUDO)
INDICADOS POR NACIONALIDADE (1686-1740)[46]

INGLESES

Ambrósio Wilson – 1730
André Phellipe de Borem – 1715
António Haywood (capitão de galera) – 1710
António Rider (no **Rio de Janeiro**) – 1700
Aram Levemor (em **Coimbra**) – 1706)
Artur Start (genro de Joseph Advicos, o Velho) 1701, 1706, 1709, 1712, 1713, 1714, 1727, 1731, 1732, 1735, 1736
Artur Start & C.ª – 1706, 1708, 1709, 1710, 1711, 1713
Artur Start & João Cusdem Comp.ª – 1709, 1717
Artur Start, João Cusdem & Samuel Clarque Comp.ª – 1714
Artur Start & Joam Coque e João Dauty Comp.ª – 1709
Sampsão & Ricardo Start Comp.ª (no **Porto**) – 1735
Ricardo Start (no **Porto**) – 1735
Benjamim Houblon – 1706
Christopher Gerim – 1736
Clemente Lampeir
Cornélio Rob (capitão de navio) – 1707
Cristovão Gervem (mestre de navio) – 1736
Diogo Bento – 1698, 1706, 1707
Diogo Butler (o mesmo que o anterior ?) – 1706
Diogo Holdem – 1714
Diogo Holden (em **Faro**) – 1698

---

[46] Adverte-se para o facto de todos os nomes estrangeiros - ingleses e outros - são indicados neste trabalho tal como são referidos nos documentos onde, por vezes, são transcrição fonética do que ao funcionário, que escrevia o contrato, parecia ser o nome; outras vezes são já "aportuguesamento" do nome. Só quando há assinatura dos próprios é que podemos tirar dúvidas, e isso nem sempre foi, neste caso, possível.

Deve ainda referir-se que indicamos os mercadores por nacionalidades e, ne medida do possível, por ordem alfabética. No entanto, agregámos (mesmo que fosse alterada a ordem alfabética) os mercadores que tinham o mesmo apelido e sempre que sabemos o parentesco que os ligam indicamo-lo. Pretendeu-se, assim, dar uma mais imediata ideia da existência de negócios familiares operados por estrangeiros (neste caso) em Portugal.

Diogo Milner – 1697, 1698
Joseph Milner – 1697
Joseph Milner & C.ª – 1707
João Milner – 1707
Diogo Nash – 1729
Diogo Wever – 1722
Duarte Maine – 1727
Estevão Elles – 1698
Phellipe Jaquison1731, 1732, 1735, 1736, 1737
Francisco Coques (na **Baía**) – 1698
George Abney – 1737
Giles Bend (capitão de navio) – 1713
Granier & Alleo (?) & Bequer – 1730
Gualter Cronquer – 1698
Guilherme Bortoque (?) – 1700
Guilherme Broune – 1712, 1718
Guilherme Cowan – 1720, 1721
Guilherme Easse (capitão de charrua) - 1706
Guilherme Fox – 1727
Guilherme Gardiner – 1729
Guilherme Hade (capitão de navio) – 1731
Guilherme Hepburne (capitão de navio) – 1707
Guilherme Jemiros ?) – 1706
Guilherme Majuade (?) (no **Porto**) – 1709
Guilherme Poynts & Joseph Poynts Comp.ª – 1712, 1713
Guilherme Suife – 1710
Guilherme Viollety – 1716, 1720, 1721
Isaac Hoster – 1697
Jacomo Cornhart – 1702
Jacques Garnacha – 1700
Jacques Granaat – 1724
Jacques Nobel – 1707, 1713, 1721, 1727, 1729
Simão Nobel – 1707, 1709
João Acha – 1694, 1696, 1697, 1698, 1699, 1705, 1706, 1707, 1710
João Acha & C.ª – 1700, 1702, 1731
João Acha, o Moço – 1714
Duarte Ache – 1696
João Baudoim & Comp.ª – 1722
João Botler – 1733

João Butler – 1726, 1727
João Campson – anterior a 1727
João Captem – 1712
João Carse – 1732, 1735
João Coque – 1713
João Crov – 1701
João Cusdem – 1714
João Cusdem & Comp.ª João Dampty e Tempest Milner – 1711, 1712, 1714, 1715
João Dausaint (Directos da Comp.ª do Corisco) – 1724, 1726
João Dringhern & Cristovão Dringhern (em **Évora**) – 1712
João Earlle (Cônsul Geral) – 1697, 1698 (1709 – notícia de que já faleceu)
Guilherme Earle (sobrinho de João Earle) – 1709, 1710
João Flemante – 1695, 1696, 1698, 1700, 1702
João Godarte – 1709, 1713, 1721, 1726 1727, 1733
João Hackthan – 1697
João Hardevicos (Vice-cônsul) – 1707
Joseph Advicos, o Velho – 1710
Joseph Advicos, o Moço – 1710
Enorfe Advicos (filho de Joseph Advicos, o Velho) – 1710
João Hermans – 1726
João Hortham Dellyme – 1697
João Lane (em **Évora**) – 1709
João Leduque – 1696
João Perçivall – 1720
João Rider – 1697
João Sherman – 1724, 1725, 1727
John Stanyan – 1696
João Stephens – 1730
João Wards – 1697
Jorge Hables – 1737
Joseph Boys (capitão de navio) – 1714
Joseph Gulston, o Velho – 1694, 1695, 1696, 1697, 1698,1699, 1714, 1720, 1721, 1727, 1728, 1729, 1731, 1737 (1690-1740)
Joseph Gulston, João Hacktlan & Isaac Hoster C.ª – 1697
Joseph Gulston, o Velho & Comp.ª – 1711, 1713, 1736, 1737
Joseph Gulston & Thomas Chase Comp.ª – 1713, 1730, 1733
Joseph Gulston, Phelipe Jacsão & Artur Start Comp.ª – 1732, 1735, 1736, 1737
Joseph Gulston, o Moço – 1714, 1719, 1720, 1721, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1731, 1736, 1737 (1714-1740)

Joseph Gulston & Filho – 1720
Guilherme Gulston (irmão de Joseph Gulston, o Velho) – 1695
Rafael Gulston (irmão de Joseph Gulston, o Velho) (no **Rio de Janeiro**) – 1714
Rafael Gulston (irmão de Joseph Gulston, o Velho) (em Lisboa) – 1720, 1721
Guilherme Bruque (cunhado de J. Gulston) – 1686, 1697, 1698, 1704, 1720, 1721, 1726
Joseph Acha – 1694, 1696, 1697
Joseph Harnicos – 1698
Joseph Perseval – 1694, 1698
Joseph Vethan – 1696, 1698
Lançalote Esthegane & João Godarte C.ª – 170'6
Leonardo Nuão – 1697, 1714
Lourenço Reison – 1701, 1702, 1724, 1726
Luís Craft & João Dauquer (na **Baía**) – 1711
Manuel Bequer – 1703, 1706, 1707, 1708, 1710, 1711
Pedro Bruques – 1709, 1710, 1713, 1714
Pedro Bruque & C.ª (Joseph Gulston ?) – 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714
Pedro Bruques & António de Samora Comp.ª – 1708
Geraldo Bruques & Laco (sic) Ruy (na **Baía**) – 1708
Pedro Douquer (no **Porto**) – 1697
Pedro Laporte – 1707
Pedro Reymundo – 1706, 1708
Ricardo Vinhate – 1727
Richard Milles – 1711
Roberto Estuque (no **Porto**) – 1697
Roberto Hacktian - 1697
Samuel Clarque – 1714
Samuel Elcore (?) – 1700
Samuel Granier – 1731
Simão Gedres (capitão de navio) – 1709
Thomas Crofford – 1697, 1699, 1713, 1714
Thomas Chase – 1730, 1732, 1733
Thomas Comfort – 1697
Thomas Comfforte & Comp.ª – 1713
Thomas Fenith – 1706
Thomas Jili (capitão de patacho) – 1702
Thomas Mayo – 1729
Tobias Luges (no **Rio de Janeiro**) – 1700

HOLANDESES e FLAMENGOS

Abraham Hysterman (cônsul geral da Holanda) – 1706
Abraham Loot – 1706
Paulo Lot – 1706
António Cramer – 1698, 1706
Carlos Leyler – 1712
António de Zamora – 1707
Christians Vanderwel – 1696
Cornélio Admiral – 1705, 1706
Desgrolliers (Desgrolliers e Vanderach) – 1698, 1699, 1706
Desgrolliers Godefroy & Joam Vanderach C.ª – 1706, 1707
João Vanderach, 1706, 1707
João Vanderch & C.ª – 1696, 1698, 1699
João Vanderaque – 1694
Gerardo Wagenaer (capitão de sumaca) – 1711
Guilherme Venpoorte – 1707
Honorato Guibordenche & Comp.ª (flamengo?) – 1716
Hores (Flores?) Nicolau (mestre de navio) – 1702
Jerónimo D-Oyenbruge – 1707
Joam Villart – 1701
Henrique Vanzeller – 1697
Henrique Vanzeller e Jacob Vanzeller Irmãos & C.ª – 1702
João Vanzeller (no **Porto**) – 1699
João Vanzeller & Comp.ª – 1716
Jacob Vanzeller – 1697
Leonardo Lusthof (cônsul em **Setúbal**) – 1701
Miguel Levesque – 1701, 1711
Rodrigo Vendat Selar – 1700
Rolando Vanzeller – 1697, 1699
Rolão Vanzeller – 1697
Pedro Baen – 1699
Pedro Brochier – 1706
Brocheis & Pillaer Comp.ª (flamengos ?) – 1710, 1713
Pedro Brocheis & Gaspar Gerardo Pilaer Comp.ª (flamengos ?) – 1713
Pedro Emaus – 1698
Pedro Roos – 1696

ITALIANOS

Alberto Barduche (florentino) – 1704
Angelo Maria Rosseti – 1709
Cipriano Rosseti (genovês) – 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1715, 1716
Cipriano Rosseti & Comp.ª Vicente Roiz Torres (genovês) – 1712
Cipriano Rosseti & Hierónimo Rosseti e Joam André Rosseti Comp.ª (irmãos) (genoveses) – 1712, 1716
António Manzony – 1694, 1695
Bernardes Manzony – 1694, 1695
Carlos Cataneo (genovês) – 1715
Francisco Mendes Briry – 1692, 1694
Jacomo António Lavasgi (genovês) – 1711
Jacques da Costa & António Maria Persille Comp.ª (italianos?) – 1707
Joam Baptista Miçone (genovês) – 1707
João Baptista Cafareno (genovês) – 1695
João Maria Rosso (genovês) – 1706
Paulo António Pemano – 1711

FRANCESES

António Gois – 1695
Daniel de Lacurt – 1708
Dauvergne & Boisson – 1699
Joam Jacque Fayon (na **Baía**) – 1703
João Fazom – 1699
João Lapimier de la Tour – 1727
João Lopes Gaudier (no **Porto**) – 1710
João Luís Martins – 1703
João de Marez – 1697
Jorge Lapier – 1725
Luis Joam Martim (Vice-cônsul) – 1713
Pedro Miguel – 1701
Pedro Rox – 1695
Pedro Ruz – 1702
Rogier Maciel – 1699

ALEMÃES

Alexandre Hus (Cônsul) – 1710
German Brens (hamburguês) – 1708
Henrique Nibbe (hamburguês) – 1701
Henrique Bibbel & Comp.ª (hamburgueses) – 1694
Jacques Gul (hambueguês) – 1694, 1698, 1702
João Fique – anterior a 1694
Clara (D.) Piper (V.ª de João Fique) – 1694
João Henrique Schrender (hamburguês) – 1706
João Maximiliano (hamburguês) – 1706

DINAMARQUESES E SUECOS

Joachim de Langes (dinamarquês – Cônsul) – 1698, 1699, 1702, 1709, 1712, 1715, 1731
Lourenço Coque (dinamarquês) – 1699
Jacques de Maloy (Malsy ?) (sueco) – 1710

ESPANHÓIS

Joam Roiz (galego) – 1707, 1709, 1711, 1712

IRLANDESES

Julião Grant – 1706

NACIONALIDADE NÃO INDICADA

Armão Crochoman – 1701
Francisco Jacques de Torneo – 1697
Francisco Vaubets (Vanbets?) – 1699
Jacques da Costa – 1710
João Lionardes – 1686
João Martons (sic) – 1694
Joachim de Bechi & Christiano Simões Comp.ª – 1710
Lourenço de Grene Inos – 1701
Pedro da Maya e mulher Feleixa Heush – 1701
Rodrigo Vos – 1708
Vates Caires – 1707

ANEXO IV

NOMES DE MERCADORES ESTRANGEIROS RESIDENTES EM PORTUGAL, COM INDICAÇÕES DIRECTAS A COMÉRCIO COM AS ILHAS ATLÂNTICAS E REFERIDOS NAS FONTES

(1686-1740)

LISBOA

Abraham Hysterman (holandês – Cônsul geral) – 1704, 1705
Barduche & Judici (ingleses) – 1710, 1711, 1712, 1713
Cusdem, Milner & Bambim C.ª (ingleses) – 1713
João Baptista Bernalle (francês) – 1724
Joseph Gulston, o Velho (inglês) – 1710, 1711, 1712, 1726, 1736
Joseph Gulston, o Moço (inglês) – 1726, 1736
Pedro Bruque & C.ª (inglês) – 1710

ILHA DA MADEIRA

David Lovegro – 1711
Guilherme Bolton (inglês – cônsul na Madeira) - 1701
Joam Honard (inglês) – 1702
Jorge Pereira Bravem (inglês ??) (assistente no Funchal) – 1713
Luis Joam Martim (francês – Vice-cônsul) – 1713
Thomas Morganho/Morgan (holandês – vice-cônsul na Ilha da Madeira) – 1704, 1705

ILHAS DOS AÇORES

Claudio Andriu (francês) (Ilha de S. Miguel) – 1724
Guilherme Fixe (inglês) (Ilha Terceira) – 1693, 1710, 1711, 1712
João Crusy (inglês ?) (Ilha de S. Miguel) – 1726

SEDIADOS NOUTROS LUGARES

Abraam de Pexter (inglês) (Nova Iorque) – 1711, 1712
Aram Lamego (inglês) (Jamaica) – 1710, 1711, 1712

Duarte de Crasto (sic) (Amsterdão) – 1710, 1711, 1712
Giles Bend (inglês – Capitão de navio) – 1713
José Ward (inglês) (Barbados) – 1711, 1712
Manuel Ximenes (inglês) (Hamburgo) – 1710, 1711, 1712
Miguel de Crasto (sic) (Curaçau) – 1711
Miguel e Duarte de Crasto (sic) (Amesterdão) – 1712
Richarte Antoni (inglês) (Filadélfia) – 1710, 1711, 1712
Rodrigo Ximenes (inglês) (Londres) – 1710, 1711, 1712

A apetência inglesa pela Madeira no final da Monarquia Absoluta e princípio do Liberalismo (1801-1828)

Emanuel Janes

Introdução

Neste estudo é nosso propósito traçar um esboço da "Apetência inglesa pela Madeira no final da Monarquia Absoluta e princípio do Liberalismo" com base em vários documentos que se encontram sobretudo no Arquivo Regional da Madeira. Genericamente centrar-nos-emos nos anos de 1801-1802 e 1807-1814 porque em relação ao ano de 1828 decorre ainda a investigação.

1 – A Apetência Inglesa pelo Arquipélago da Madeira

Só a partir do séc. XVI é que os ingleses começaram a enraizar-se na Ilha, vindo a tornar-se uma colónia importante, sobretudo a nível económico. Foi a introdução da cana de açúcar e do vinho na Madeira que fez convergir para a Ilha grande número de estrangeiros, para se introduzirem no comércio desses produtos. De forma a proteger os comerciantes madeirenses foi inicialmente proibido àqueles residirem na Madeira mais de quatro meses em cada ano e de terem negócio em companhia dos naturais. Só em 1498 D. Manuel anularia estas disposições.

Nos finais do séc. XVI estavam já estabelecidos na Madeira muitos negociantes e fanqueiros ingleses. Em 1642 Portugal renova a aliança com a Inglaterra, consolidando-a com o casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com o Rei Carlos II de Inglaterra, em cujo dote se alienaram as praças de Tânger e Bombaim, concedendo-se ainda liberdade ao comércio inglês no Brasil. Neste dote se incluía ainda a Ilha da Madeira, doação que não chegou a concretizar-se.

Os tratados comerciais de 1642, 1654, 1660, 1661, estreitaram ainda mais os laços entre os dois países e à Madeira aflui grande número de comerciantes ingleses que procuravam o vinho, consumada como estava a crise do açúcar. Assim em 1654 foi concedida redução dos direitos nas mercadorias inglesas sendo ainda isentos dos tributos de guerra e impostos sobre o vinho, ganhando assim vantagens sobre os madeirenses na exportação.

Em meados do século XVII predominavam no Funchal os ingleses negociantes de atacado em géneros de primeira necessidade e artigos de conforto e inovação, tornando-se então muito significativa a colónia inglesa na Madeira, justificando já a existência de um cônsul. A primeira nomeação, em 1658, recai no mercador John Cartre ([1]). Mas é a partir de 1668 depois do tratado de paz com a Espanha que se expande mais livremente o comércio com a Inglaterra.

Nos finais deste século deram-se, na Madeira, alguns tumultos populares entre madeirenses e ingleses, especialmente nos períodos de fome. O Senado do Funchal obrigou então alguns navios ingleses surtos no porto a irem buscar trigo aos Açores e perante a sua recusa, foram presos. Numa reunião posterior, em que estiveram presentes os letrados da cidade, ficou estabelecido que perante as necessidades abolia-se a lei tendo-se determinado que nenhum tanoeiro, sob graves penas, rebatesse ou concertasse pipas para embarque e ninguém carregasse coisa alguma para bordo dos barcos ingleses atracados no porto.

---

1 – Carta régia de 14 de Março de 1658, apresentada e traduzida à CMF a 13 de Abril do mesmo ano.

Este foi um período em que decaiu bastante o prestígio da comunidade britânica junto dos madeirenses, que os acusavam de monopolistas do comércio das subsistências e de explorarem a aflitiva situação dos madeirenses, apontando-se a dedo o mercador William Bolton. Ficou memorável a reunião do senado da cidade, a 4 de Julho de 1696, em que o Juiz do povo, apoiado pelos vinte e quatro, fez um extenso libelo acusatório, indo de seguida o povo, no fim da sessão, à fortaleza de S. Lourenço pedir ao Capitão-general que promovesse a saída daquele negociante para fora da Ilha. Na altura, o Rei português recebeu uma carta do Rei de Inglaterra onde este chamava a atenção para o vexame porque passavam os súbditos ingleses, recomendando a abstinência de impulsos e apelando para o cumprimento dos privilégios concedidos em alvarás, ordens e provisões.

Serenados os ânimos, voltou à Ilha W. Bolton que foi nomeado cônsul-deputado nas ilhas da Madeira e Porto Santo, tomando posse em Câmara a 29-5-1697.

Após o tratado de Methuen os ingleses introduziram os seus produtos em Portugal e na Madeira com mais facilidade e ainda novas castas de vinha que produziam um mosto que se destinava ao fabrico de aguardente.

Pelos anos de 1680 umas dez casas inglesas e outras tantas de outros estrangeiros instalaram-se no Funchal, compravam vinhos já prontos e os exportavam recebendo artigos de retorno (2)

No começo do Séc. XVIII a Madeira tornou-se um entreposto comercial importante de África e do Brasil posto de reexportação do bacalhau, farinhas, queijo e outros artigos, recebendo ouro, marfim e produtos coloniais, escravos, açúcar e madeiras. Na altura, a colónia inglesa encontrava-se já congregada em feitoria para protecção dos seus interesses, reunindo fundos para a sua causa e de subvenção ao serviço médico e religioso. O porto do Funchal então estava de "contínuo coalhado por navios de comboio e esquadras que dos mares do

2 – Paulo Perestrelo da Câmara, *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira*, p.85.

norte passavam para as Índias"([3]) e esta cidade era o entreposto ou depósito e exclusivo lugar que recebia as riquezas de todo o país e as exportava.

Os ingleses tinham muitas prerrogativas especiais, entre outras, as de ter conservatória e juiz privado([4]). Algumas nações escolheram mesmo cidadãos ingleses residentes aqui para seus representantes consulares([5]).

Os comerciantes ingleses consideravam-se dispensados de ir à Câmara, para abrir e estabelecer os preço dos géneros alimentícios. A Câmara ressentiu-se e determinou que não mais fosse permitida a entrada de vinho das Canárias, e carga de qualquer género, que viesse consignado a mercador estrangeiro, sem que o respectivo cônsul apresentasse uma relação dela, com custo e local onde ficava armazenada.

O conde de S. Miguel, D. Álvaro Xavier Botelho Távora, enquanto Capitão-general da Madeira, foi contemporizador para a colónia inglesa que, aquando da sua substituição no cargo, apresentou uma elogiosa exposição de serviços solicitando a sua continuidade.

---

3 – Idem, p. 28.

4 – Os privilégios que gozavam os ingleses na feitoria eram os seguintes:

■ O mandado de prisão de um inglês não poderia ser legalmente efectuado, sem a autorização do Juiz conservador privado;

■ Quando a prisão tivesse sido feita, não era cumprida na cadeia, mas em fortificações ou casa apropriada;

■ Os ingleses não podiam ser desalojados de suas vivendas próprias para o efeito de aposentadoria às justiças;

■ Não eram obrigados a ter cavalo, contra sua vontade, mas no caso de o terem, não se lho podia tomar;

■ Podiam cavalgar em bestas muares, e de sela e freio;

■ Usar armas ofensivas e defensivas de lume ou sem ele, não fazendo uso delas, naquilo em que o não devessem, privilégio este extensivo aos seus feitores e criados, até ao número de seis;

Não era obrigados ao pagamento de fintas, peitas, imposição ou encargos de guerra.

Em 1725 William Rider é nomeado cônsul inglês na Madeira por Thomas Buranett, cônsul-geral em Lisboa, e traz para serem registados os "capítulos de fazer e privilégios do consul da nação inglesa, Wiliiam Rider, deputado desta ilha da Madeira" documento que contem 28 artigos além de seis de acrescentamento convencionado entre as partes, com poderes bastantes, e ainda um chamado de acordo secreto.

5 – Thomas Morgan foi cônsul da Holanda em 1704, Charles Chambers em 1734 e em 1745 Samuel Silis, residente para vice-cônsul. Outros representaram a Sardenha, Suécia, Dinamarca, etc.

Esta representação de 31 de Janeiro de 1754 é assinada pelo cônsul William Nash e pelos negociantes ingleses no Funchal John Catanach, William Murdoch, Richard Hill, Thomas Lamer, John Scott, John Pringle, Mathews Hiccox, Charles Chambers, James Gordon, John Searl, Francis Newton e Sam Sillis, vice-consul.

Em 1766 vai governar a Madeira um sobrinho do Marquês de Pombal, João António de Sá Pereira, o qual depressa se deu conta duma antiga prática da feitoria inglesa de presentear todos os anos o Capitão-general com uma determinada quantia para "calças" como então se dizia (6). Numa carta ao Marquês, o governador Sá Pereira dava conta desta situação e escrevia: "a nação inglesa querendo obsequiar os governadores para os ter sempre propícios, a fim de melhor continuar os grandes interesses que tira desta ilha e vendo que as suas embarcações nada pagavam para o Governo, impôs com permissão da sua corte, um tributo aos capitães dos seus navios, da quantia de 240 rs. Por cada pipa de vinho ou aguardente, 300 rs. Por cada caixa de açúcar, 150 rs por cada arroba de casquinha; 200 rs por cada saco de urzela que se exporte daqui; nas suas embarcações, a que ficaram chamando o *direito de nação* pago pelos carregadores para arrecadação do qual nomeiam todos os anos um tesoureiro e um escrivão, o que faz uma grande soma e dela se valem para todas as despesas que o comum da nação aqui faz...Funchal 30 de Abril 1768" (7). O Marquês alterou então esta situação revendo o ordenado do governador. Foi, no entanto, durante o Governo do Marquês de Pombal que a feitoria inglesa obteve a concessão longamente ambicionada de construir um cemitério porque sendo os ingleses anglicanos e não podendo

---

6 – O vencimento da 1ª autoridade era de 1200$000 rs anuais mas já havia sido dobrado atendendo às grandes despesas de representação neste porto e ainda assim não chegavam para coisa alguma.

7 – Uma dessas despesas era a verba de 600$00 rs que em dia de Epifania vinha o cônsul inglês oferecer ao governador em nome da colónia e portanto este com bastante antecedência consultava o marquês se o devia ou não receber, queixando-se ao mesmo tempo do fraco rendimento de emolumentos da Secretaria e seus precários recursos pecuniários. O ministério ignorava esta antiga praxe local que foi banida, saindo da fazendo as despesas extraordinárias que fossem determinadas.

ocupar o adro das igrejas, eram lançados ao mar. Os funchalenses, nesta época, imitavam os ingleses no luxo, na abundância da bebida e nas demais modas dispendiosas.

De 1792 a 1818 decorreu um período brilhante de prosperidade económica da Madeira. Por esta época, no Funchal, segundo Paulo Bettencourt da Câmara, existiam umas 30 casas de negócio, quase todas inglesas, muitas das quais prósperas: "com mágoa vemos, que apenas contém meia dúzia de estabelecimentos portugueses, que tal nome merecem, que possam com elas competir, e alguns desses mesmos, já se têm visto na borda do abismo, pois a ambição britânica que sabe prestar mútuos auxílios aos seus nacionais, na hora do infortúnio e em quem brilha a união e nacionalidade, emprega todos os rodeios, para desacreditar e arruinar todo o estabelecimento não inglês, que lhe possa fazer sombra, ou não entre na sua comunhão de ideias e interesses"(8). Se exceptuarmos a casa J.A.G.Rego, pode-se dizer, que a única portuguesa de nomeada, que há na Madeira é a do barão do Tojal, e mesmo assim olhada com inveja, pelos ingleses. A estas seguem-se as de Araújo Irmãos, J.M.Bernes, R. Leal, Monteiro e C.ª, F.A. Ornelas e A. Pestana. Entre as casas estrangeiras, ricas e acreditadas, as principais são as seguintes: Blackburns & C.ª, Blandy; Burnett & Houghton, Gordon Duff & C.ª, Keirs & C.ª, Leacock Harris & C.ª, Lewis & C.ª, J.H. March & C.ª, Murdock Shortrige & C.ª, Newton Gordon Murdock & C.ª, Phelps Page & C.ª e Rutherford & Grant.(9)

A Maçonaria na Madeira nasceu na feitoria inglesa, organizando-se os pedreiros livres numa associação de auxílio mútuo e defesa de interesses. Em 1770 já existia uma loja maçónica organizada na Madeira. Em 1789 chega ao Funchal o botânico francês Jean Orquiguy, encarregado de estudar a flora da Madeira e a sua importância medicinal, apresentando-se como representante do Grande Oriente de França.

---

8 – Paulo Perestrelo da Câmara, idem, p. 90.

9 – *Ibidem*, p. 91.

Em 1792, D. Maria I ordenou ao Governador D. Diogo Forjaz Coutinho que descobrisse quem era *maçon* para informar o Santo Ofício. Foram muitas pessoas presas entre elas militares, portugueses e estrangeiros, mas muitos fugiram para um navio americano surto no porto do Funchal.

Com a vinda das tropas inglesas à Madeira organizaram-se depois novas lojas maçónicas.

2 – A Ocupação da Madeira pelas tropas inglesas

Várias foram as tentativas inglesas para se apoderar politicamente do arquipélago da Madeira desde os tempos do casamento de Carlos II com a infanta portuguesa D. Catarina. Foram duas as ocupações da Ilha pelas tropas inglesas que concretizaram esses desejos: a primeira entre 1801-1802, a segunda entre 1807-1814, embora já em 1764 tenha estado na Ilha, cerca de uma semana, uma esquadra inglesa comandada pelo comodoro John Byron. Em 1801, o pretexto foi a ajuda militar inglesa na guerra contra a Espanha; em 1807 o pretexto foi a não aderência de Portugal ao Bloqueio Continental e as consequentes invasões francesas. O objectivo porém era outro, ou seja, a sua efectiva ocupação, visto que com o fim das invasões francesas, os ingleses continuaram ocupando o arquipélago com graves prejuízos para a economia madeirense e para o seu povo que sofreu os mais variados vexames. Durante esta ocupação eram os ingleses que administravam o arquipélago à sua maneira, e as autoridades portuguesas apenas detinham o poder na teoria. Apesar das resoluções do Tratado de Paris em que se condenava a ocupação inglesa da Madeira e se exortava os ingleses a desocuparem a Ilha, eles foram permanecendo aqui, como se esta ocupação correspondesse à sua posse definitiva. Mesmo depois da saída das tropas inglesas da Madeira, as ingerências da Inglaterra na diplomacia portuguesa continuaram e salientaram-se no período mais quente das lutas liberais portuguesas. Em 1828, aquando da usurpação miguelista e o bloqueio marítimo à Ilha,

o Governo inglês interferiu na política madeirense, através do seu cônsul, com o argumento de que prejudicava os negócios dos seus súbditos. Mais tarde, por volta de 1897, chegou-se inclusivamente a falar na cedência ou na compra do Arquipélago pela Inglaterra.

Em 1801, os comerciantes ingleses residentes na Madeira temendo prejuízos nos seus negócios decidem pedir auxílio e protecção à Pátria mãe para os seus interesses económicos([10]). O Governo inglês, decidido em dar apoio aos seus súbditos, envia uma armada, comandada pelo comodoro Bowen e pelo coronel Clinton, para "protecção da Ilha", que chega ao Funchal a 24 de Julho de 1801 e aqui permanece até 25 de Janeiro de 1802.

Esta chegada causou muita surpresa na Madeira, já que o Capitão-general da Ilha, D. José Manuel da Câmara, não fora avisado. Este, sensatamente, reuniu o Conselho de oficiais e autoridades da cidade para tomar posição face à chegada dos ingleses, o qual decidiu não opor resistência e pelo contrário colaborar com eles([11]). Assim se fez o desembarque das tropas britânicas sem incidentes, sendo distribuídas pelos fortes da cidade. Entretanto o Capitão-general da Ilha enviava uma circular aos comandantes das diferentes unidades para que aprontassem as suas gentes de forma a poderem defender a Ilha de qualquer ataque dos franceses aproveitando para lhes comunicar o apoio recebido do governo inglês.

Em Novembro de 1807, Portugal tendo vindo a adiar o cumprimento da decisão de Napoleão que ordenara o bloqueio económico à Inglaterra, vê-se invadido por um exército francês que entra em Lisboa sem qualquer resistência. O Rei, entretanto, já estava a caminho do Brasil apoiado pela sua velha aliada, a Inglaterra. No final desse ano de 1807, a Madeira era novamente ocupada por tropas inglesas com o fim de ser protegida. A armada inglesa era comandada pelo contra-almirante Samuel Hood e pelo Major-general William Carr

---

10 – Alberto Artur Sarmento, *Madeira 1801 a 1802 1807 a 1814 Notas e Documentos*, p.1.
11 – Idem, pp. 1-2.

Beresford. Esta ocupação duraria muito mais tempo do que a primeira já que terminaria apenas em 1814 após vários esforços diplomáticos do ministro português em Londres.

Estas duas ocupações tiveram como pretexto a defesa do arquipélago, no entanto os objectivos eram claramente outros: a tomada definitiva do arquipélago, como aliás aconteceu com outras possessões ultramarinas portuguesas.

A primeira ocupação (1801-02) é feita quando as tropas inglesas são necessárias no continente onde existiam os confrontos com a Espanha, e Portugal já havia pedido ajuda militar à Inglaterra e esta respondeu que não a podia dar por não ter tropa disponível. O cônsul e vice-cônsul explicaram ao Capitão-general da Madeira, D. José Manuel da Câmara, que elas vinham em auxílio da Ilha([12]). Este auxílio foi feito sem pedido expresso do Governo Português e não era necessário na Madeira porque ela não estava sendo atacada. Mais: a atitude das forças inglesas, ameaçadora, colocando-se em frente do Funchal em linha de batalha "fundeando ao longo da cidade na distância de tiro de espingarda e amarrando-se por todos os lados"([13]) é francamente hostil. Depois do desembarque, as primeiras pretensões dos comandantes ingleses foram as de guarnecerem as fortalezas da cidade com os seus homens o que é sintomático das intenções com que vinham. O Governo português, logo que teve conhecimento (pelo governador da Madeira) desta afronta, ordenou ao seu ministro em Londres que interviesse junto do Governo inglês de forma a fazer sair da Madeira as tropas britânicas. O Governo inglês asseverou por várias vezes que já havia expedido ordens nesse sentido às suas tropas, mas essas ordens só foram dadas efectivamente em Março de 1802.

A segunda invasão deu-se em Dezembro de 1807 e as razões são as mesmas da primeira. Em Agosto de 1807 os comerciantes in-

---

12 – *Ibidem.*

13 – Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Tomo II, Primeira Época, p. 442 e ofício do Capitão-general governador da ilha ao Príncipe Regente, Paulo Câmara, *Op. Cit.* p.5.

gleses, em particular os que negociavam para a Madeira, com receio de que os portos portugueses pudessem ser fechados ao seu comércio, voltam a pedir a intervenção do seu Governo, alegando para isso o desguarnecimento militar da Ilha, face a um hipotético bombardeamento dos franceses([14]). Segundo os negociantes ingleses, o perigo para a Madeira vinha do mar, mas a Inglaterra enviou para a Madeira apenas forças terrestres, o que mostra que o governo inglês tinha como objectivo ficar com esta possessão portuguesa.

O ministro português em Londres procurou impedir esta invasão, em frequentes conversações com o Governo inglês que se mostra inflexível, conseguindo apenas dele alguma demora na expedição, de que resultou o tratado secreto de Londres de 22 de Outubro de 1807, que Luz Soriano classifica de "ominoso, e de perenal vergonha e desdouro para o negociador português"([15]), que abria os portos portugueses aos navios ingleses e facultava as importações de mercadorias em navios ingleses pagando os mesmos direitos que pagavam em Portugal.

Mas o Governo inglês não desistia de deitar mão à Ilha da Madeira para o que lhe servia de pretexto o Decreto de 8 de Novembro de 1807([16]). Em Dezembro, o Governo inglês ordenou à expedição que partisse, mesmo com a oposição do Ministro português em Londres, D. Domingos António de Sousa Coutinho, que havia pedido que esta, pelo menos, tocasse o porto de Lisboa antes de se dirigir à Madeira, de modo a averiguar o estado do país. Tal pedido foi recusado, o que mostra bem a avidez com que os ingleses desejavam tomar para si a Ilha.

A 24 de Dezembro, chega ao Funchal a armada inglesa que requer de imediato a entrega temporária da Madeira para ficar sob a sua

---

14 – Idem, p. 679.

15 – *Ibidem*, p. 680 e Tomo III, doc. 129, pp.626-640.

16 – Efectivamente o regente D. João, futuro rei D. João VI, por decreto de 20 de Outubro de 1808, mandava encerrar os portos do Reino aos navios britânicos e bem assim a prisão e confisco de bens aos súbditos ingleses, medida que só mandou executar a 8 de Novembro, depois de previamente avisar a comunidade inglesa para ter tempo de se pôr a salvo.

protecção, tomando então conta do Governo político e militar da Ilha, tendo o governador Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Meneses se demitido do seu cargo em favor de Beresford.([17]). A este acto seguiu-se o içar da bandeira inglesa em todas as fortalezas e baterias da Ilha em lugar da portuguesa, substituindo-se também o selo e as armas do príncipe regente pelas de sua alteza real o Rei de Inglaterra e publicou-se no dia 31 de Dezembro de 1807 uma proclamação onde se dizia que a Madeira rendeu-se "às armas de sua majestade britânica"([18]), e exigiu-se o juramento de fidelidade de todas as autoridades ao Rei inglês. Uma das primeiras medidas de Beresford, como governador, foi a diminuição das taxas alfandegárias em certos géneros e de protecção às mercadorias inglesas.

Apenas dois oficiais recusaram render-se às tropas inglesas. Foram eles os Capitães António Manuel e Paulo Dias de Almeida, e por isso foram obrigados a ir para o Brasil([19]).

Devido às insistentes reclamações do ministro português em Londres contra esta ocupação junto do Governo inglês, conseguiu-se acordar, com Mr George Canning, no dia 16 de Março de 1808, uma convenção por meio da qual nominalmente se restituiu a Portugal o governo político e económico da Madeira, continuando no entanto o governo militar na posse dos ingleses que superintendiam não só as tropas inglesas mas também as portuguesas. Acontecimentos posteriores haveriam de provar as verdadeiras intenções da Inglaterra no que respeita à Madeira.

Em Agosto de 1808, Beresford recebeu ordens para se dirigir a Lisboa para auxiliar o exército britânico naquela cidade e, em vez de levar todo o exército disponível na Madeira, levou apenas um regimento de infantaria e uma companhia de artilharia, metade das for-

---

17 – Veja-se o documentos desta capitulação no Livro de Registo da CMF, tomo 13 fls.185-186, em inglês e português e em várias obras da época.

18 – Veja-se o documento desta proclamação no Livro de Registos citado, a fls 188 e 189, e em várias obras da época.

19 – Veja-se, Alberto Artur Sarmento, *Op. Cit*, p. 21 e Rui Carita, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira de 1817/1827*, p. 34.

ças estacionadas na Ilha, sendo substituído pelo General Mead. Mais tarde, em Julho de 1809, veio ordem para este seguir para Lisboa juntamente com o restante contingente militar inglês estacionado na Madeira. O General Mead é então substituído pelo General Gordon que trouxe consigo um corpo de "veteranos e inválidos"([20]). Este contingente de deficientes e inválidos foi no entanto se arrastando na Madeira até 1814, mesmo contra a vontade popular, que se viu violentamente ofendida e profundamente vexada quando Beresford ordenou o enforcamento de um seu militar que matara um companheiro, à revelia do direito e da lei portuguesa.

Provavelmente os ingleses só não conseguiram os seus intentos de se apropriarem da Madeira, devido ao trabalho e insistência do Ministro português em Londres, D. Domingos António de Sousa Coutinho, e da ameaça deste de fazer publicar todas as convenções havidas entre ele e o Governo inglês.

3 – **Nota Final**

Face ao exposto, podemos tecer algumas considerações:

1° Os ingleses eram os verdadeiros donos da Madeira, pois controlavam-na economicamente. Compravam tudo o que pertencia aos madeirenses. Recorriam sempre ao mesmo estratagema: arruinavam-nos economicamente para se apoderarem dos seus negócios. Chegaram a deter ruas quase inteiras no Funchal com as suas casas comerciais, como é o caso da Rua do Comércio. Seria aliás interessante investigar os registos notariais para verificar esta situação;

2° A importância estratégica da Madeira era fundamental para a Inglaterra como ponto de passagem para o Brasil, África e Índias tendo em conta a complicada situação política internacional de então. Segundo Luz Soriano, a sorte por que passou a Madeira estava também destinada aos Açores e a Cabo Verde;

---

20 - Veja-se Alberto Artur Sarmento, *Ibidem*, p. 47.

3º Estas ocupações foram feitas na perspectiva de se tornarem definitivas porque a sua retirada foi sendo sempre adiada o mais possível. Aliás podemos perguntar, porque razão exigiu Beresford um juramento de fidelidade dos habitantes e autoridades da Madeira ao Rei de Inglaterra? Porque razão é que Beresford, sendo um militar tão qualificado, veio para a Madeira e não foi directamente para o campo de batalha?

4º Por último, parece-nos que, sempre que houve problemas na Madeira ou em Portugal que pudessem pôr em causa os interesses da Grã Bretanha ou dos seus cidadãos, a Inglaterra interveio. Foi assim em 1764, em 1801, em 1807, em 1828 e em 1931.

BIBLIOGRAFIA

- *Livro de Registos do Arquivo da Câmara Municipal do Funchal*, Tomo 13 e 14.
- Alberto Artur Sarmento, *Madeira 1801 a 1802 1807 a 1814, Notas e Documentos*, Funchal, Separata do Diário de Notícias do Funchal, 1930.
- Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, 3 Volumes, Fac-símile da Edição de 1946, Funchal, Edição da DRAC, 1984.
- Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra*, Livro II, (Anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo), Funchal, Typografia Funchalense, 1873.
- Paulo Perestrelo da Câmara, *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira*, Lisboa, 1841.
- Rui Carita, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira de 1817/1827*, Funchal, DRAC, 1982.
- Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Tomo III, Imprensa Nacional de Lisboa, 1879.

Caesura: Azorean-North American relations in the years of the American War for Independence (1776-1783)

Bruce Vandervort

Introduction

Poets and musicians employ the Latin word *caesura* to describe a break in meter or rhythm. It will be a useful word for us here today as well, to describe the brutal interruption of peaceful relations and fruitful commerce between the Azores and North America that was occasioned by the American War for Independence.

For a century and more before the outbreak of hostilities between Great Britain and her North American colonies, commercial ties between the colonies and Portugal had grown apace. In the years just before the war, about half of the codfish, wheat and maize exported to southern Europe by the North American colonies ended up in Portuguese bellies. And trade was on the increase. In 1772--1773, 151 English and North Anerican ships visited the port of Lisbon annually, compared to an annual average of only 118 in the years 1765-1768.[1] Although figures comparable to those I have just

(1) H.E.S. Fisher, *The Portugal Trade – A Study of Anglo-Portuguese Commerce, 1700-1770* (London: Methuen, 1971), 129, 90.

cited are not available for the Atlantic islands, it is clear that the Azores shared fully in the booming trade between Portugal and Britain's North American colonies in the 1770s. Indeed, in some ways, the Azores trade was more important for the North Americans than intercourse with mainland Portugal. To begin with, the islands were nearly a thousand miles closer to North America. And they were located at the very center of a web of trade routes connecting the European mainland with the colonial world. Since the mercantilist trade policies followed by all the European powers meant that it was impossible to trade directly with their colonies, merchants who wished to buy or barter for colonial produce were obliged to carry on their trade at markets in the metropole. Unless, of course, they were able to frequent entrepots conveniently located somewhere between the colonies and the metropole, where business might be conducted more or less on what might be thought of as "neutral ground." The Azores fulfilled this function admirably for North American merchants in the 1700s. In an earlier paper delivered to this group, Mary Vermette provided a cogent description of the importance of the Azores to North American traders.

> As English colonists, they were aware of the importance of using the Azores as a center for transshipment of Brazilian sugar, spices from the East and textiles from Europe, among other items. This meant that in the 18th century commercial towns such as Angra, Horta and Ponta Delgada were host to a wide range of foreign merchants, including people from Virginia and New England.[2]

But those pleasant and profitable scenes would be erased by the American War of Independence and their like would not be seen again for the better part of two decades. Over the course of the war, from 1776 to 1783, all Portuguese ports, including those of the Atlantic

---

(2) Mary Vermette, "Early America's relationship with the Azores", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 45,2 (1987): 1302.

islands, would be closed to commerce with the North American rebels. For the Atlantic islands, this would mean that smuggling replaced legitimate trade as the main mode of commerce with the outside world and that the seas around the islands were transformed from a zone of peaceful trade to a zone of war. And when this great and painful caesura finally came to an end, with the resumption of normal relations in the years following American independence, it would gradually become evident that the war had produced changes in the commercial relationship between Portugal and the new United States – changes that were fundamental and not always favorable to Portugal.

The Interdict

Portugal's reaction to the revolt of Britain's North American colonies was swift and prejudicial. On 4 July 1776 – an unfortunate bit of timing – the government in Lisbon made known its displeasure with the nascent American revolution and announced that henceforth all Portuguese ports would be closed to shipping emanating from the rebel colonies. This stance, described by the Portuguese government as one of "neutrality", was, as events would soon show, something less than that. While the exclusion of American ships was strictly enforced, British vessels, both commercial and military, continued to visit Portuguese ports pretty much throughout the war, even using them as bases from which to raid enemy shipping and conduct operations against enemy fleets. It was this "double standard", as American observers saw it, that more than anything else served to poison relations between the colonial revolutionaries and Portugal during the War of Independence.[3]

---

(3) José Maria Latino Coelho, *História Política e Militar de Portugal desde o fim do século XVIII até 1814* (Lisbon: Imprensa Nacional, 1885), 2:44 ff.

Historians continue to debate the motivations that lay behind the Portuguese embargo against trade with North America during the War of Independence. Most agree that Portugal's traditional, close alliance with Britain against Spain weighed heavily in the balance. First forged in the late 1400s and made even more binding by the Methuen Treaty of 1703, the Anglo-Portuguese pact was of more than usual significance to Portugal in the mid-1770s. A lingering border dispute with Spain over Brazil had erupted into open warfare and British help was urgently required, not only to defend the colonial boundary of Brazil but perhaps eventually to protect Portugal herself against Spanish encroachments, aided and abetted by France, tradicional enemy of Britain and ally of Spain under the terms of the Bourbon Family Compact. Thus, the exigencies of internacional diplomacy underlay Portuguese support for Britain in her struggle against the American rebels.[4]

But some historians have wondered if Lisbon might not have reached the same decision had there been no alliance with Britain and no South American crisis. The chief minister of the government in Lisbon in the opening years of the American War of Independence was, after all, Sebastião José de Carvalho e Melo, known to the wider world after 1770 as the Marquis de Pombal (and known to his many but necessarily discreet enemies as "The Pasha"). In an age which boasted "enlightened despots" of the sort of Frederick the Great of Prussia and Maria Theresa of Austria, Pombal nonetheless merits the accolade of Europe's most zealous disciple of "enlightened absolutism". From his vantage point as the chief servant of His Royal Majesty, King José I, the Marquis saw to the throttling of all those he believed to be opponents of enlightened royal rule. These included not only the Jesuits, whom he hounded from the land, and the nobility, some of whom ended up on the scaffold, but also colonial

(4) José Calvet de Magalhães, *Portugal and the Independence of the United States* (Lisbon: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983), 10-11.

malcontents, especially in Brazil, where the Paulista uprisings earlier in the century had not been forgotten.[5] We should not be surprised, then, to find Pombal in the forefront of opposition to the colonial rebels of North America, in spite of an "economic nationalist" outlook which made him resentful of Portugal's economic subservience to Britain. For he believed, and rightly so, that the North American revolutionaries were setting a precedent that could not help but attract the attention of their fellow coloniais elsewhere, first and foremost in Brazil.[6]

The long caesura

Whatever the reason for the Portuguese embargo against North American trade, it provoked a swift and virulent response from the Continental Congress in Philadelphia and from American envoys in Europe. The excitable American agent in Paris, Silas Deane, fired off a letter on 17 September 1776 to recommend that the Congress retaliate by authorizing the seizure of Portuguese vessels.[7] But the Continental Congress was prepared to go even further than the irrepressible Deane. On 30 December 1776 it instructed its envoys in Paris and Madrid to draft a treaty with Spain which, if reports that Portugal had "insultingly expelled [American] vessels from [its] ports" proved correct, would forge an alliance with France and Spain and lead to a declaration of war against Portugal.[8]

---

(5) The best account of the remarkable life and career of Pombal in English is Kenneth Maxwell's *Pombal, Paradox of the Enlightenment* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995).

(6) For a concise account of the influence of the American War of Independence on Spanish- and Portuguese-speaking America, see Library of Congress, Symposium on the American Revolution, *The Impact of the American Revolution Abroad: Papers Presented at the Fourth Symposium, May 8-9, 1975* (Washington, D.C.: Library of Congress, 1976), 101-125.

(7) Francis Wharton, ed., *The Revolutionary Diplomatic Correspondence of the United States* (Washington, D.C.: Government Printing office, 1889): 2:169. Also see Charles Isham, ed., *The Deane Papers* (New York: New-York Historical Society, 1887-1889), 1:247, 290-291, 311.

(8) W.C. Ford et al., *Journals of the Continental Congress, 1774-1789* (Washington, D.C.: Government Printing Office, 1904-) 6: 1035.

By the springtime of 1777, however, the American tone had softened. Talk of war had dissipated and the Continental Congress contented itself with a remonstrance to Lisbon. This change of tack was no doubt due to some extent to the recent ascendancy among the American agents in Paris of the more pragmatic Benjamin Franklin.

More importantly, however, the Congress was reacting to news of the death in February 1777 of the Portuguese monarch, José I, and the subsequent dismissal of the Marquis de Pombal, his chief minister and the architect of the trade embargo of 1776. Expectations that the embargo would be lifted were high. Thus, a letter addressed to the new Portuguese ruler, Queen Maria, on 16 July 1777 by Franklin and Silas Deane was framed in almost cordial terms.

> As a long Friendship and Commerce has subsisted between the Portuguese and the inhabitants of North America [they wrote], whereby Portugal has been supplied with the most necessary commodities in Exchange for her Superfluities, and not the least Injury has ever been committed or even attempted or imagined by America to that Kingdom, the United States cannot but be astonished to find not only their commerce affected, but their Navigators who May Need a Port when in Distress refused the common rights of humanity, a conduct toward the said States not only unprecedented, but which we are confident will not be followed by any other Power in Europe.[9]

This letter of remonstrance merits, I think, a brief pause for a closer analysis. It is a perfect statement of the contours of the mercantilist relationship that bound colonies to the mother country in the 17th and 18th centuries. As Franklin and Deane so rightly described it, this relationship involved the exchange of "necessary commodities" (read raw materials) from the colonies for the "Super-

---

(9) Torre do Tombo, *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal nos Estados Unidos*, Caixa 1, No. 1. Reprinted in Magalhães, *Portugal and the Independence of the United States*, 19.

fluities" (read luxury goods, increasingly manufactures) from the metropole. This classic linkage, denounced by Adam Smith in *The Wealth of Nations,* published in the same year as the issuance of the American Declaration of Independence, would not survive the War of Independence. Later, we will have occasion to see the new United States which emerged from the war demand of the Old Worid, Portugal included, a new economic relationship, one which took into account the desire of the new nation to manufacture and sell under a regime of free trade the fruits of its infant industries.

Though it would not match the expectations of the Continental Congress, there was something of a thaw in the Portuguese official attitude toward the American rebels following the death of José I and the departure of Pombal. Royal censorship of the semi-official newspaper, the *Gazeta de Lisboa,* was relaxed during the years 1778--1779, permitting the expression of occasional criticism of British "repression" of the North American colonies. One scholar has made the observation that this temporary "bias in favor of the American colonists" in the press was allowed by the Portuguese Court with a view to seeing "the British embarrassed and weakened, in the hope that Portugal's relative position might be improved."[10] One might add to this the conjecture that the pro-American "bias" in the *Gazeta de Lisboa* was a way of mollifying the French and Spanish, who were at the time putting great pressure on Portugal to abandon the British alliance and join them in support of the American rebels. Finally, might it not have begun to dawn on some Portuguese statesmen and informed members of the public that the British were fighting an uphill battle in North America and that, in any case, the war was against the best interests of Portugal? We get a glimmer of this kind

---

(10) Henry Hunt Keith, "Independent America through Luso-Brazilian
The Gazeta de Lisboa (1778-1779) and the *Correio Braziliense* (1808-1822) of London", in Keith et al., Portugal and America: studies in Honor of the Bicentennial of American Independence (Lisbon: Luso-American Educational Foundation & the Calouste Gulbenkian Faundation, **1976),** *19-34.*

of sentiment in remarks made by Portuguese journalist Félix António Castrioto in a cover letter to the Franklin-Deane remonstrance referred to above. (It was the Parisbased Castrioto who conveyed the remonstrance to the Court in Lisbon.) In his letter, addressed to Portuguese Secretary of State Ayres de Sá e Mello, Castrioto said

> I know that the United Colonies have five hundred privateers at sea and the entire Navy of Great Britain cannot prevent them from continually seizing her ships, even close to the coast of the three kingdoms [England, Scotland and Ireland]. I know that Portuguese go to foreign ports to load the wheat carried there by Americans. I find it regrettable that my nation is deprived of the advantages of direct trade with the colonies and that, moreover, she exposed herself to great losses, which only revocation of the edict [of 4 July 1776] can avoid."[11]

Newspaper "editoriais" were, however, as far as the Portuguese government was willing to go in the direction of a more positive attitude toward the American Revolution at this stage. To the extent that support for the British cause had begun to wane, it was now supplanted by fear of what the British might do if Portugal departed any further from her alliance with Britain: descend on Brazil, perhaps even attack Portugal itself. Thus, there would be no relaxation of the embargo on trade with the Americans.

Disappointment at the lack of progress in this area would provoke an impolitic and arrogant explosion by John Adams in a letter to John Jay of 15 May 1780.

> Pray is it not necessary to think a little of Portugal . Should not Spain, France and America, too, use their influence with Portugal, to shut her ports against the armed vessels of all nations at war, or else admit the armed vessels of all? Under her present system of neutrality, as they call it, the ports of Portugal are as advantageous to England as any of her own, and

(11) Torre do Tombo, op. cit. Caixa 1, No. 3. Reprinted in Magalhães, op. cit., 20-21.

> more injurious to the trade of Spain and America, if not of France, while they are of no use at all to France, Spain and America. This little impotent morsel of a state ought not to do so much mischief so unjustly. If she is neutral, let her be neutral, not say she is neutral and to be otherwise. Would it be proper for Congress to discover some sensibility to the injuries which the United States receive from these States, such as Denmark and Portugal?[12]

Meanwhile, the seas around the Azores became a war zone. The American raiders Castrioto had warned about now plied the oceano sometimes as lone privateers, sometimes in small squadrons, preying on British convoys coming up from the Indies. One of the most famous of these American commerce raiders was the notorious Captain Gustavus Conyngham, whose cruises in the English Channel and the eastern Atlantic in 1777 netted him several prizes and created an internacional incident, when it was discovered that he had engaged French crews and was disposing of his prizes in French ports.[13] The British, of course, were active in the area as well, and particularly so after the entry of France into the war in 1778 and Spain in 1779. Before that time, British war vessels appeared in Portuguese ports largely to refit or revictual, in the course of convoy duty, escorting merchant fleets up from the Indies or supply ships out to Gibraltar. We read that in 1778, a ship of the line of Admiral "Foul Weather Jack" Byron's fleet ended up in the harbor of Horta dismasted and in need of repairs.[14] This was typical of the help the British Royal Navy expected of and generally received from its Portuguese allies. With the widening of the war in 1778-1779, the British presence in the seas

---

(12) Charles Francis Adams, ed. *The Works of John Adams, Second President of the United States* (Boston: Little, Brown & Co., 1856), 7:105-106.

(13) Jonathan R. Dull, *A Diplomatic History of the American Revolution* (New Haven: Yale University Press, 1985), 83-84.

(14) Piers Mackesy, *The War for America, 1775-1783* (Reprint, Lincoln: University of Nebraska Press, 1993), p. 212.

around Portugal intensified. In 1779, a small Royal Navy squadron under the command of Commodore John Johnstone took up position off the Portuguese coast. While its main mission was to keep a close eye on the Spanish fleet at Cadiz, in the event that it should make an attempt to link up with the French, Johnstone's squadron also patrolled off the Azores, where it could offer protection to British merchant convoys.[15]

1780 marked the beginning and the end of major naval battles near the Azores. The Royal Navy struck first. On 8 January 1780, Admiral Sir George Brydges Rodney pursued and took a Spanish convoy off the Azores, composed of fifteen merchant ships, escorted by a ship of the line, four frigates and two smaller warships. The convoy belonged to the Company of Caracas and was carrying naval stores and provisions, which the British promptly sent off to their beleaguered garrison at Gibraltar.[16] On the 2nd of August, 1780, again near the Azores, the Spanish and French returned the favor. Thirty-two Allied ships out of Cadiz intercepte a British convoy, drove off its small escort, and seized all but three of sixty-three East and West Indiamen, victuallers, military storeships and troop transports. Some 3,150 men and goods worth 1.5 million pounds sterling were lost. It was one of the most devastating reverses suffered by Britain at sea during the War of Independence.[17]

What finally enabled Portugal to make a break with the policy with respect to the American colonies inaugarated by Pombal was a deterioration of British fortunes on land commensurate with the maritime catastrophe related above. The British defeat at Yorktown in October 1781 absolved Portugal of its obligations to the British alliance. When American and British negotiators began discussions

---

(15) Mackesy, *War for America*, 315.

(16) David Syrett, *The Royal Navy in European waters during the American Revolutionary War* (Columbia: University of South Carolina Press, 1998), 85-86.

(17) Syrett, *Royal Navy in European Waters*, 136-137.

toward a peace treaty in 1782, the Portuguese government made it know that it was reviewing its policy toward the colonial rebels.

Toward a new era

On 15 February 1783, the Portuguese government finally revoked the 1776 decree closing its ports to American shipping. Following the signing of the Treaty of Paris which brought the eight--year War of Independence to a close, the new United States of America moved to normalize trade relations with the European powers, including Portugal. There were talks in Paris between Benjamin Franklin and Dom Vicente de Sousa Coutinho, the Portuguese ambassador to France, in the summer of 1783. In June of that year, Sousa Coutinho was handed a list of American objectives in the commercial talks from John Adams. It included: free trade with Brazil, "establishment of a commercial entrepot in one of the islands of the Azores" and entry into Portugal of American flour in addition to the products traditionally exported there from North America, for example, wheat, rice, and dried fish.[18] This would prove to be the opening gambit in a series of trade negotiations that bore preliminar fruit only in 1786, and would achieve a full return to normal commercial relations only in 1819. The sticking points in the trade talks bore witness to how commercial relations between Portugal and America had changed in the course of the War of Independence. John Adams and his American colleagues were not interested in a return to the *status quo ante*. Or perhaps it would be better to say *not much interested* in a return to the old relationship. For there was the demand for "establishment of a commercial entrepot in one of the islands of the Azores", for the restoration of a transshipment center there that would once again make colonial products available to North American merchants who might be denied access to them in the

(18) Wharton, *Revolutionary Diplomatic correspondence of the United States*, 6:538.

colonies themselves. But, if the Americans had changed, had become "economic nationalists" and were now demanding the opening of European markets for their nascent manufactures, the Portuguese state had changed its economic spots, too. It, too, in what we might call the Pombalist mould, expressed an equally determined kind of "economic nationalism." Gone were the days when the Azores might function as a kind of "neutral ground" for commercial transactions with foreigners who wished to evade the strictures of closed colonial markets. Said Luiz Pinto de Sousa, Portugal's ambassador to Britain, apropos of the American demand for an entrepot in the Azores,

> Her Majesty would have set up the best entrepot for all sorts of contraband if she permitted on the islands of the Azores a commercial depot run by Americans. These islands are of the greatest importance owing to their situation; and even in the present state of their commerce, they are more prone to help foreigners than to seek advantage to our nation.[19]

The Americans would come back to the Azores, New Englanders and Virginians would again stroll down the streets of Angra and Horta, the Dabneys would launch their dynasty in the islands, but the terms under which the relationship would be carried on had changed. The old tempo and pace had been interrupted by the exigencies of war, a caesura had intervened, and when the music resumed once again, it was to a different, perhaps better but certainly less exotic, tune, the tune of the Industrial Revolution and of economic nationalism.

---

(19) Torre do Tombo, *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Caixa 1, No. 7, "Observações ao Plano," 16 November 1783, by Pinto de Sousa. Reprinted in Magalhães, *Portugal and the Independence of the United States*, 43.

Mahan e a emergência do poder americano

José Carlos Magalhães Cymbron

I – INTRODUÇÃO

Quando, em 1876, na Exposição do Centenário em Filadélfia os americanos se extasiavam diante do Pavilhão das Máquinas, especialmente perante o motor Corliss que, sozinho, fornecia energia para as oito mil máquinas expostas, os americanos, dizíamos nós, deram-se conta, subitamente, da civilização industrial em marcha no seu país. Ao tempo da Guerra Civil, os Estados Unidos encontravam-se bem atrasados em relação às principais nações industriais da Europa. No final do século, a sua produção excedia a produção conjunta da Grã-Bretanha, França e Alemanha. Todavia, à epoca do celebrado acontecimento não era ainda perceptível na sociedade americana que tinha chegado o tempo de pensar os Estados Unidos como grande potência no mundo. Contudo, o expansionismo e o envolvimento internacional americano tinham já precedentes quando, ainda antes da Guerra Civil, os americanos se envolveram a vários títulos nos assuntos do Canadá, América Latina, Havai e Ásia. Logo nos primeiros tempos da Independência, Jefferson declararia que a América do Norte seria o ninho a partir do qual todo o Hemisfério Ocidental seria povoado.

De facto, desde o início da sua existência como nação, os Estados Unidos quiseram incorporar, sem sucesso, territórios a Norte e a Leste dos Grandes Lagos. A guerra de 1812 marcaria o falhanço das tentativas forçadas, mas não esgotaria a utilização posterior de métodos mais subtis para anexar o Canadá à União.

A doutrina de Monroe, elaborada em 1823 e inspirada pelo Secretário de Estado John Quincy Adams, assinala a americanização da política externa dos Estados Unidos e postula a ideia de que o Hemisfério Ocidental seria uma área essencialmente aberta à influência económica e ao controle político dos Estados Unidos, negando às potências europeias o direito de interferência nos seus assuntos. Monroe, na sua declaração unilateral, queria acautelar uma dupla ameaça: a do Império Russo que procurava estender a sua influência na costa oriental do Pacífico e a das potências da Santa Aliança susceptíveis de apoiar a Espanha na America Latina. Durante muito tempo a doutrina teve apenas uma aplicação tímida e defensiva. Só no final do século ela tornar-se-ia ofensiva e serviria para justificar as anexações americanas.

A utilização prudente da doutrina de Monroe seria visível no próprio J.Q. Adams em relação a Cuba, uma ilha que Jefferson queria anexar até 1808. Manifestando um determinismo que, aliás, perpassa o próprio processo de formação dos Estados Unidos e que não escaparia a Ratzel, aquando da sua permanência na América, Adams entendia que, de acordo com as leis da gravitação política, aquela ilha espanhola, qual maçã cortada pela tempestade da sua árvore original, acabaria por gravitar em direcção à União Norte-Americana, afastando assim a hipótese da utilização da força.

Em relação à Asia, o interesse dos Estados Unidos tomaria forma quando, em 1844, o primeiro acordo comercial com a China foi assinado. Dez anos mais tarde, o Comodoro Mattew C. Perry abriria as portas do Japão ao comércio com o Ocidente. Ainda nos anos 40 os americanos fazem saber às potências europeias e ao Japão que não tolerarão qualquer controlo sobre o arquipélago havaiano. As tentativas de anexação

daquelas ilhas começariam ainda antes da Guerra Civil, mas, como se sabe, só se concretizariam no tempo do Presidente McKinley.

É na decada de 60 que a configuração da ideia de "Império Americano" nasce com aquele que foi, seguramente, um dos mais destacados Secretários de Estado dos Estados Unidos, William Henry Seward. A visão de Seward radicava-se na ideia de que a História mostrava que havia um império em movimento constante para Ocidente, em direcção às margens do Oceano Pacífico onde as civilizações renovadas e decrépitas se encontrariam.

O que é notável em Seward é que ele intuiu com perspicácia e antecipação que um poder mundial teria que ter uma forte base continental. Nesse sentido, seria necessário ao império americano desenvolver e consolidar a mais forte base económica de poder e, sobretudo, integrar as diversas partes, existentes e futuras, da União. Só depois deveria mover-se para o Pacífico em direcção à Ásia onde, segundo ele, se travaria a batalha pelo poder mundial. O seu pensamento está bem ilustrado nesta sua advertência em 1853: "Abra-se uma estrada de Nova York a São Francisco. Cultivem-se as nossas terras, movam-se as dez mil rodas das nossas fábricas. Multipliquem-se os nossos navios, e mandêmo-los em direcção a Este. A nação que tirar mais materiais e provisões da Terra, que fabricar em maior quantidade, e que vender as maiores produções e manufacturas às nações estrangeiras, deve ser e será, o maior poder da Terra." (1)

Armado com estes conceitos, Seward desenvolveu uma verdadeira estratégia que passava pela incorporação do Canadá e do México na base continental. Chegou mesmo a preconizar que a cidade do México seria um excelente sítio para capital do Império Americano. Foi ele que no âmbito dessa política adquiriu o Alaska ao Império Russo em1867. No extra continental incorporou as ilhas Midway e planeou a aquisição das Indias Ocidentais Dinamarquesas que veio

1. William Henry Seward, *The Works of William H. Seward*, edição de George E. Baker, Boston (1853-1883), vol. III, p. 618.

a ocorrer mais tarde e de Santo Domingo que não se veio a verificar.

Sugeriu, igualmente, o desenvolvimento de uma rede de caminhos de ferro transcontinental e a importação de trabalhadores asiáticos como mão de obra barata, para acelerar o desenvolvimento do continente.

Os sucessores de Seward continuaram a dar corpo ao impulso expansionista americano, ora dirigindo-o para Sul, ora encaminhando-o em direcção a Ocidente. Todavia, cabe aqui uma referência para o facto dos Estados Unidos terem reservado um assento na Conferência de Berlim que, em 1884-85, decidiu a partilha da África. Os interesses americanos foram aguçados quer pelos relatos de alguns missionários sobre a riqueza mineral do Congo, quer pelo aventureiro Henry Stanley que, no *New York Herald*, sugeriu que aquela área era um manancial de oportunidades comerciais. Muitos homens de negócios solicitaram apoio governamental para a abertura de vias férreas e o estabelecimento de carreiras marítimas. O Secretário de Estado Frelinghuysen enviou mesmo uma missão comercial ao Congo para estudar as potencialidades oferecidas. Todavia, o Senado teve receio em ratificar o estabelecido na Conferência de Berlim. Não estava preparado para contradizer a doutrina de Monroe e, com isso, receava que os poderes europeus se tentassem intrometer nos assuntos da America Latina.

Como se pode observar, especialmente, no período após Guerra Civil Americana até aos anos 90, os políticos e os homens de negócios sentem-se progressivamente obrigados a olhar para o exterior da União. As intervenções externas obrigariam em 1883 ao lançamento das bases de uma nova e moderna Marinha, em ordem a defender interesses crescentes. Não se trata ainda de uma esquadra com poderosos navios de batalha, como viria a acontecer na década seguinte, mas sim de um conjunto de cruzadores rápidos com a missão de proteger o comércio. Todavia, isso constituia um dos sinais de que uma nova era se aproximava para a América.

II – A CONJUNTURA INTELECTUAL

Não admira, pois, que a essa nova era corresponda o aparecimento de um conjunto de intelectuais e publicistas que evidenciam as ambições e as crenças de uma sociedade em evidente mudança. Entre outras, as obras de homens como F. J. Turner, Josiah Strong Brooks Adams, e A. T. Mahan exprimem sincronicamente as tendências da sua geração e influenciam poderosamente a criação de uma ideologia expansionista que vai, naturalmente, justificar directa ou indirectamente a acção política.

É dessa época (1893) a explicitação da conhecida tese de Turner sobre a fronteira. Em *Frontier in American History*, Turner desenvolve a ideia de que a expansão terrestre foi o factor central e dinâmico do progresso americano. Segundo ele, como não existiam mais terras livres, as instituições americanas poderiam estagnar e, portanto, os Estados Unidos encontravam-se na situação dilemática de proceder ao reajustamento das suas instituições, de acordo com um novo ambiente social, económico e político, ou encontrar novas áreas para continuar a expansão. Turner sugere, claramente, a segunda via. Em 1996, num artigo no *Atlantic Monthly*, revela o seu pensamento: "Por cerca de trezentos anos o factor dominante na vida americana foi a expansão. Com o estabelecimento na costa do Pacífico e a ocupação das terras livres este movimento tornou-se impossível. Como estas energias expansionistas não mais operarão, há que fazer uma predição impetuosa: os pedidos para uma vigorosa política estrangeira, para um canal interoceânico, para o fortalecimento do nosso poder nos mares, e para a extensão da influência da América em remotas ilhas e países próximos, são indicações de que o movimento deverá continuar." ([2])

As ideias de Turner tiveram larga difusão e influenciaram polí-

---

2. Frederick Jackson Turner, *The Problem of West* in Atlantic Monthly, LXXVII, Set-1896, p. 289-297.

ticos como Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson. O tema do desaparecimento da fronteira continental e o seu relacionamento com a turbulência social dos anos 90, assim como as suas implicações na elaboração da política estrangeira americana, tornaram-se recorrentes para o entendimento da emergência dos Estados Unidos como potência mundial no final do século passado.

Convergentemente, embora fazendo apelo a um proselitismo expansionista que Turner nunca usou, aparece a figura de Josiab Strong, ministro Congressionista, nascido em1847, e que, a partir de 1871, se dedica intensamente às missões na "Home Missionary Society". Em 1885, publica um livro intitulado *Our Country. Its Possible Future and Its Present Crisis,* que conhece uma popularidade inusitada para a época e que transforma o seu autor numa personalidade nacional. Strong introduz no debate uma forte dimensão ideológica corporizada por um fervoroso apelo à expansão do cristianismo, mas fê-lo em termos que tiveram uma profunda implicação na política externa dos Estados Unidos. Na verdade, Strong acreditava na ideia de que os impérios mundiais formavam-se movimentando-se historicamente para oeste, e que um novo império estava em formação no Oeste americano. Segundo Strong, os Anglo-Saxões tinham características que os tornavam particularmente aptos para espalharem os benefícios espirituais e económicos da civilização ocidental através do mundo. Em *Our Country* ele assume a predestinação da América dizendo explicitamente: "esta raça de inigualável energia com toda a majestade do seu número e o desejo de progresso atrás dela – representativa, esperamos nós, da maior liberdade, da mais pura Cristandade, do mais alta civilização –, tendo desenvolvido traços de agressiva peculiaridade destinadas a inculcar as suas instituições em toda a Humanidade, espalhar-se-á por toda a Terra" ([3]). A extrema popularidade grangeada por Strong, nomeadamente entre a geração mais jovem, radica-se na combinação que fez do proselitismo religioso, das ideias de Turner, do

3. Josiah Strong, *Our Country. Its Possible Future and Its Present.* New York. 1885. p. 170.

darwinismo social em voga no seu tempo e das preocupações económicas e sociais que atormentaram a América no findar do século.

Confluindo ainda na formulação do pensamento expansionista americano da década de 90, avulta a figura de Brooks Adams, que acreditava que a solução para os problemas americanos passava: pelo reforço da centralização em ordem à nação ganhar eficiência na luta com os outros poderes; pelo controlo da Ásia e do Extremo Oriente, áreas onde a competição pelo poder se iria evidenciar; e pela necessidade de se encontrar alguém que pudesse liderar o povo americano naquela cruzada. Em relação a este último ponto Brooks Adams não tinha dúvidas: o homem era Theodore Roosevelt.

Na sua biografia sobre Brooks Adams, Arthur Beringause apelida os três autores atrás referidos como "três mosqueteiros num mundo em guerra perpétua" ([4]). Como acentua Walter LaFeber, Alfred Thayer Mahan seria o quarto. De facto, Mahan não só seria o mais conhecido, como seria o mais influente. Todavia, e a despeito das diferenças que existiam entre eles, não é possível compreender o papel de verdadeira "eminência parda" de Mahan sem o amadurecimento intelectual proporcionado por Turner, Strong e B. Adams a par de outros de menor relevo.

III – MAHAN E O SEU TEMPO

Alfred Tayer Mahan teve uma carreira normal de oficial de Marinha até à publicação do seu conhecido livro *The Influence of Sea Power upon Ilistory 1660-1783* em 1890. Nascido a 27 de Setembro de 1840 em West Point, onde seu pai, oficial do Exército, era professor na Academia Militar, Mahan ingressou na Academia Naval de Annapolis quando findava a guerra da Crimeia, tendo concluído o seu curso dois anos antes do início da Guerra da Secessão. Durante esta,

---

4. Arthur Beringause em *Brooks Adams*, pág. 129, citado por Walter LaFeber em *New Imperialism*, p. 85.

serviu em navios que, ou bloqueavam os portos da Confederação ou se dedicavam à instrução de uma Marinha em acentuada expansão. Como traço significativo desse tempo destaca-se o seu contacto com Stephen B. Lucy, comandante do *USS Macedonian,* navio onde serviu em 1862-63.

Terminada a Guerra Civil, Mahan foi colocado no Esquadrão da Ásia, onde efectuou um cruzeiro de muitos meses passando pelo Cabo da Boa Esperança, Aden, Bombain, Singapura e Hong-Kong. De regresso do Oriente, em 1869, o então ainda jovem oficial atravessou o canal do Suez, inaugurado pouco tempo antes.

Desta estadia reteve duas impressões importantes. Uma, a da presença de soldados ingleses ao longo das rotas marítimas em locais tão afastados. A outra, era relativa às consequências da abertura do canal do Suez. Entendia que F. Lesseps havia devolvido ao Mediterrâneo o que Vasco da Gama lhe havia retirado.

Nos anos 70 Mahan prossegue uma carreira normal alternadamente entre comissões embarcado e em estabelecimentos em terra. Cabe aqui um parêntesis para uma referência ao Almirante Luce, sob cujas ordens, como vimos, Mahan tinha servido. Stephen Bleecker Luce era um oficial culto, que passava por ser o chefe de fila de um conjunto de oficiais americanos que reagiam contra a decadência do poder naval do país, o carreirismo dos oficiais e a desprofissionalização da classe. Em época de crise e perante a acomodação e a relutância dos comandos em aceitar mudanças de comportamento, Lace acreditou que só com uma acção continuada de formação no seio dos oficiais mais modernos poderia criar as condições para que a Marinha estivesse preparada para aquilo que era o seu dever, ou seja, fazer a guerra quando fosse necessário. Para isso, utilizou o Instituto Naval, fundado em 1873, com a sua participação. Entre as suas tarefas destacava-se a escolha dos artigos para publicação no *Record,* antecessora da hoje conhecida *Proceedings.* É nessa revista que Mahan viria a publicar um importante artigo intitulado "Naval Education for Officers and Men", que ia de encontro à preocupação central de Luce. A admiração deste por Mahan reforça-se, quando este dá

à estampa "Gulf and Inland Waters", um ensaio histórico sobre a Guerra Civil Americana.

Tanto Luce como Mahan preocupavam-se com a falta de preparação dos oficiais com responsabilidade do comando de grandes forças no mar, especialmente em Táctica e Estratégia e isto numa época de grande mutação tecnológica e de instabilidade política. Advinha esta preocupação da observação das campanhas modernas, principalmente, das guerras Austro-Prussiana e Franco-Prussiana, onde o preparo profissional dos oficiais e a capacidade dos estados-maiores jogara um papel de primeiro plano. Por outro lado, Luce tinha o lamentável exemplo, que a vitória não disfarçara, da impreparação dos chefes da União em enfrentar o general Lee.

Daí a urgência na criação do Naval War College, onde os oficiais fossem habilitados a estudarem as campanhas e batalhas do passado e reconhecer quando os princípios da ciência da guerra tinham sido ilustrados ou desprezados ou onde o desrespeito aos mesmos tinha levado à derrota.

Luce era um homem perfeitamente informado acerca do pensamento militar europeu da sua época. Tinha a percepção que as razões das vitórias e derrotas na guerra implicavam a análise crítica da História, por forma a estabelecer relações de causa-efeito donde se pudessem deduzir "princípios da guerra" entendidos como verdades permanentes. Por outro lado, consciente da dimensão e da crescente complexidade das operações militares, buscava um "método" que, baseado em critérios racionais, pudesse demonstrar se um "problema militar" tinha ou não solução. Criado o "Naval War College", Luce convidou Mahan para assumir a responsabilidade do ensino da História Naval e da Táctica. Por essa época, em 1885, Mahan encontrava-se em Callao, no Peru. Aceitou com entusiasmo o convite de Luce. Enquanto aguardava colocação, Mahan iniciou a preparação do curso. Na biblioteca do Club Inglês de Lima encontrou uma tradução da obra do historiador alemão Momsen, a História de Roma. Da leitura deste livro resultaria, mais tarde, no prefácio da *Influence of Sea Power upon History*, a passagem referente ao

problema militar enfrentado por Aníbal, durante a Segunda Guerra Púnica, em face do domínio romano das águas do Mediterrâneo ([5]). Na preparação das suas lições, Mahan concebeu que as apresentações deviam começar por uma consideração sobre o mar, dos seus usos por parte dos Homens e dos Estados, e os efeitos que o seu controlo ou a sua falta de controlo exercem no desenvolvimento pacífico ou no poder militar das nações. Tais apreciações levariam, naturalmente, às fontes do poder marítimo, fossem estas de natureza comercial, militar ou geográfica. Era a directriz da obra que o consagraria nos círculos militares, intelectuais e políticos uns anos mais tarde. Com efeito, em 1890, saiu *The Influence of Sea Power upon History 1663-1 766.* É, especialmente, no seu primeiro capítulo que Mahan desenvolve o conceito de Poder Marítimo ([6]). Os restantes capítulos constituem a análise de uma série de campanhas e batalhas navais que servem de comprovação à sua teoria.

Mahan deu dois contributos essenciais ao desenvolvimento do pensamento naval. Em primeiro lugar, a análise das implicações e as interrelações das actividades marítimas com as questões do poder no âmbito nacional e internacional. Um segundo aspecto, tem a ver com o estabelecimento de princípios e com a formulação de uma estratégia naval. Para Mahan, estas duas questões assumiam igual importância e eram, naturalmente, interdependentes.

The Influence of Sea Power upon History é, em larga medida, a história do poder marítimo inglês e do sucesso da Grã-Bretanha como potência mundial. Do estudo do caso britânico, Mahan deduziu os elementos constitutivos que afectam o poder marítimo, discutindo a posição geográfica, a configuração física, o volume da população, o carácter do povo e do governo, assim como a extensão do território. Esta metodologia de análise do poder marítimo viria a ser profusa e entusiasticamente seguida em

---

5. Alfred Thayer Mahan, *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*. Little Brown, Boston 1979, pp. 15-21.

6. Traduz-se aqui "Sea Power" por Poder Marítimo, embora exista em inglês a expressão "Maritime Power". De qualquer modo, deve-se fazer a distinção em português entre Poder Naval e Poder Marítimo, aquele visto como expressão de Poder Militar e este como a capacidade política, económica e militar da Nação usar o mar.

todos os países, por todos aqueles que se dedicavam à tarefa de evidenciar as vantagens de incrementar o poder marítimo (7).

A repercussão deste livro foi fulgurante, desde logo, mais fora do que dentro dos Estados Unidos. Num primeiro tempo na própria Grã-Bretanha. Com efeito, os ingleses ficaram "lisongeados por descobrirem que um americano havia apresentado de uma forma articulada as políticas marítima e naval que os ingleses, por acidente ou génio inconsciente, haviam elaborado através dos séculos da sua longa ascensão para a supremacia mundial" (8). Acresce à oportunidade da obra a circunstância de ela ter caído no meio de um debate em prol da expansão do poder naval inglês. Mais tarde, de visita às Ilhas Britânicas, Mahan seria recebido com as mais variadas honrarias e distinguido com dotouramentos "honoris causa" em Cambridge e Oxford: Mas a sua fama não se restringiu só à Inglaterra. Na Alemanha, o Kaiser Guilherme II declararia que não estava lendo, mas sim devorando a sua obra e mandou distribui-la pelos navios da Marinha Imperial. Os alemães viam nela fundamentos para a sua política de expansão naval e colonial. O Japão também não ficou indiferente a Mahan e o Estado Maior Imperial dedicou-lhe cuidada atenção.

Ao escrever *The Influence of Sea Power upon History,* Mahan pretendeu, claramente, passar uma mensagem. Desde logo, aos futuros chefes da Marinha mas também, via opinião pública, aos órgãos de decisão política. Mahan entendia que o controlo do mar era imprescindível ao poder em escala mundial e como os Estados Unidos estavam condenados a ser uma potência mundial, a criação de uma Marinha poderosa era um imperativo inadiável. Ora isto implicava que se dotasse essa mesma Marinha não só com meios, mas, também, com um corpo doutrinal que contribuísse para a sua estruturação.

---

7. Foram exemplos em Portugal o Alm. Alfredo Botelho de Sousa com *Marinha e Defesa Nacional,* França e Arménio Editores, Coimbra, 1912; o Ten. António Pereira de Matos com *O Problema Naval Português,* com os vols. I e II publicados em 1908 e 1909.

8. Citado por Jack E. Godfrey em *"Mahan: His writings and Philosophy"* in Naval War College Review, Março de 1969, p. 61.

Mahan iniciou com a publicação deste livro uma campanha de tal forma vigorosa em prol do armamento naval norte-americano, que alguém lhe chamou "evangelista do poder naval" ([9]).

Mahan entendia que nenhuma nação podia ser ao mesmo tempo grande Potência Maritima e grande Potência Continental. É muito interessante que na mesma época de Mahan, o geógrafo inglês Sir Halford Mackinder, em 1902, no seu livro *Britain and British Seas*, chamara a atenção para o facto de que embora "a Inglaterra tivesse gozado de uma situação insular vantajosa, não poderia continuar a ser dona dos mares ante a presença de poderes baseados em vastos recursos continentais" ([10]). Mais tarde, num discurso realizado na Real Sociedade de Geografia, intitulado de "The Geographical Pivot of History", que viria a ficar célebre, Mackinder transmitia a ideia de que o desenvolvimento dos caminhos de ferro e de outros meios de transporte terrestre estavam a alterar a força relativa do poder terrestre face ao poder marítimo. Com a sua concepção de *Pivot Area*, Mackinder sustentava que o Estado que ocupar essa área reunia condições de potência para dominar o mundo.

É de sublinhar que Mahan não percebeu que a época em que o poder marítimo, só por si, podia a assegurar a supremacia global estava a acabar. Na verdade, para Mahan a extensão estava ligada à relação da população com o comprimento da costa e com o carácter dos seus portos. Com o mahanismo, quem dominasse o mar dominava o mundo. Com efeito, o domínio do mar era condição necessária para dominar o mundo, mas não suficiente.

Nos Estados Unidos, como já vimos, a consciência de que era necessário edificar uma Marinha à altura das novas e crescentes responsabilidades provinha dos anos 70. Alguns factos vão evidenciar essa necessidade: a fracassada tentativa americana de mediar os conflitos entre o Chile, a Bolívia e o Perú e a constatação de não ser capaz de enfrentar o

9. Margaret Sprout em *"Evangelist of Sea Power"* in "Makers of Modern Strategy", ed. por Edward Mead Earle, Princeton University Press, Princton, 1948.

10. Sir Halford Mackinder em *Britain and British Seas*, Oxford, 1925, p. 358.

Poder Naval Chileno, e o início da construção do Canal do Panamá por Ferdinand de Lesseps, o que causou profunda preocupação na América.

Nos Estados Unidos, um dos primeiros a dedicar atenção à obra de Mahan foi Teodore Roosevelt que lhe escreveu a dizer que estava convicto que o livro se tornaria num clássico. O êxito crescente de Mahan abriu-lhe as portas dos círculos do poder. Não só influenciou profundamente Roosevelt, de quem se tornou amigo, como também fez partilhar as suas convicções com o influente Senador do Massachussets Henry Cabot Lodge, assim como outras importantes personalidades, entre as quais o Senador Eugene Hale e Benjamin Tracy, que viria a ser Secretário da Marinha do Presidente Harrison e que iniciaria a construção de uma nova esquadra de *capital ships,* ou seja, de grandes navios de batalha que, segundo as ideias de Mahan, eram essenciais para assegurar o domínio do mar.

Na verdade, no domínio estratégico e pese embora alguns pontos de contacto com o universo clausewtziano, Mahan parece ter sido, sobretudo, influenciado por Jomini, segundo o qual, toda a estratégia assenta em princípios imutáveis. Entre estes, a ofensiva, a concentração e a massa, aplicados contra forças inimigas mais fracas e num ponto decisivo, constituem condições indispensáveis para a vitória. A concentração para Mahan significava massificação do fogo naval e isso só podia ser conseguido com uma *esquadra* de navios com grande poder de fogo.

A análise das ideias estratégicas de Mahan e a sua crítica estão, naturalmente, fora do alcance deste trabalho. A maior parte das suas ideias não resistiram ao tempo. Todavia, deve-se sublinhar que ele foi o criador de uma verdadeira estratégia teórica marítima. Como o Almirante Castex faz notar nas suas *Théories Stratégiques*, antes de Mahan era o vazio e que é "o seu carácter inovador que faz o seu verdadeiro valor. A amplitude considerável do seu sucesso reside, na realidade, no facto de que Mahan ter sido o primeiro a tratar seriamente as questões estratégicas.([11])".

---

11. Alm. R. Castex em *Théories Stratégiques,* Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, Paris, 1929, p. 45.

IV – UMA VISÃO DA AMÉRICA E DO MUNDO

Mahan não acreditava nem na bondade do sistema internacional nem na primazia do direito no relacionamento entre os Estados. Entendia que, essa "pretendida primazia do direito só fazia sentido prático enquadrada num lento processo semelhante ao que elevara o homem do estado selvagem ao do homem civilizado" ([12]).

Segundo uma das mais arraigadas convicções de Mahan, o homem percorrera a História empunhando sempre a espada, sendo a guerra uma contingência normal, ou seja, um instrumento de ajustamento e regulação das sociedades e, por conseguinte, nem sempre indesejável. Segundo o Almirante americano "muitas vezes o único árbitro prático é a força física, da qual a guerra é, meramente, a expressão política ocasional" ([13]). Tratava-se, de resto, de uma concepção relativamente próxima da de Clausewitz mas, seguramente, influenciado pelo darwinismo dominante. No pensamento de Mahan "a guerra era um meio de forçar o entendimento, para o qual não tinha sido descoberta alternativa satisfatória, sempre que uma nação se esforçasse em relação a uma pretensão considerada como interesse essencial"([14]).

Mahan tinha ainda uma visão historicista do "interesse vital". Defendia a ideia que nem os governos, nem os homens de uma única geração podiam dispor de interesses que pertenciam à comunidade. Os "interesses vitais", segundo ele, estavam sob custódia e os governos deviam comportar-se como procuradores e não como outorgantes desses mesmos interesses.

Da observação da conjuntura mundial no final do século, Mahan constatava dois factos relevantes. Por um lado, a rápida ascensão da Alemanha, a primeira potência continental europeia, facto que se apresentava como um verdadeiro pertubador na balança de poderes que

---

12. Ver Alfred Thayer Mahan em *Some Neglected Aspects of War*; Little Brown, Boston,1906, p. 4.

13. Idem, p. 92.

14. Idem, p. 69.

até então vigorava no Velho Continente. Por outro lado, a crescente importância da Ásia e do Oceano Pacífico nas Relações Internacionais.

A aparição da rivalidade anglo-alemã surgia aos seus olhos de como o traço essencial da política europeia e mundial. A seu ver a expansão comercial e colonial da Alemanha estava entrando em rota de colisão com os interesses de muitas outras potências em todas as partes do mundo e, as antigas e tradicionais rivalidades transferiam-se para territórios com "fronteiras criadas em regiões imperfeitamente levantadas" ([15]). A essa situação expansionista e conflitiva Mahan acrescentava a instabilidade das províncias cristãs dos Balcãs e do Mundo Levantino.

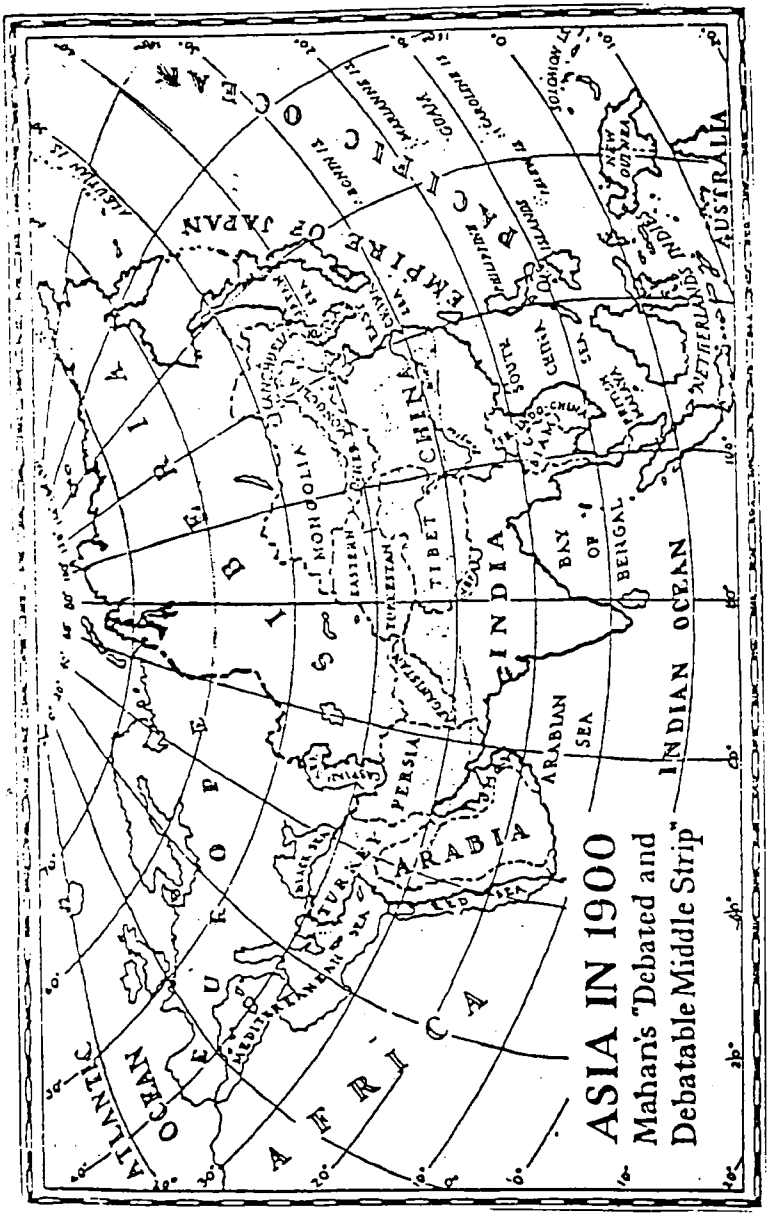
Nesse mundo que lhe parecia incerto e que não prefigurava nada de estável, a sua atenção foi claramente captada para uma profunda reflexão sobre as questões asiáticas e da Bacia do Pacífico. Nessas regiões do globo, Mahan detectava uma considerável mudança, caracterizada pelo nacionalismo emergente do Japão e pelo sentimento de rejeição do domínio europeu que, pouco a pouco, começava a perpassar por toda a Ásia monçónica.

É da sua observação da conjuntura internacional que se pode extrair muito do que é geopoliticamente interessante no seu pensamento. E foi, sobretudo, através da avaliação da questão asiática, que Mahan procurou seleccionar os factores permanentes e as forças em presença, para daí concluir da influência daqueles factores nos acontecimentos políticos, não só nos países daquele continente mas também nos países que ali possuíam grandes interesses, numa análise tipicamenente geopolítica.

É dessa perspectivação do mundo, especialmente do asiático, que Mahan concebe a *Middle Strip* (fig. 1). Para ele, a região da Ásia mais importante é uma extensa área, onde hoje se situam os centros de gra-

---

15. Ver Alfred Thayer Mahan em *The Interest of America in Sea Power. Present and Future*, Little Brown, Boston, 1906, p.182.


ASIA IN 1900
Mahan's "Debated and
Debatable Middle Strip"
EUROPE
ASIA
AFRICA
ARABIA
PERSIA
INDIA
CHINA
TIBET
MONGOLIA
JAPAN
BAY OF BENGAL
ARABIAN SEA
INDIAN OCEAN
ATLANTIC OCEAN
AUSTRALIA

vidade dos poderes mais representativos do Próximo Oriente (Turquia), do Médio Oriente (Iraque, Pérsia, Paquistão e Índia) e Extremo Oriente (China e Coreia).

Constata-se que foi nessa extensa faixa do Globo que se desenvolveu a maior parte das 26 civilizações de que falava Toynbee. E foi, também, naquela área que se entrecruzaram as civilizações da Europa e da Ásia e onde conflituaram os poderes dos maiores impérios.

Contemporâneo da *Pivot Area* imaginada por Mackinder, a *Middle Strip* contorna-a pelo Sul e pode-se considerar, de alguma forma, precursora do *Rimland* de Spykman. De acordo com Mahan, com a "Australásia e África partilhada entre as grandes potências, esta seria a grande região aberta a mudanças sob a influência dos poderes externos" ([16]). Mahan considerava que tinham sido nos limites da *Middle Strip* que se encontraram as projecções de poder provindas da *Pivot Area* e das zonas periféricas proporcionadas pelo domínio do mar em volta da massa continental euro-asiática. Pese embora, nem todos os exemplos fornecidos por Mahan tivessem ilustrado convenientemente esta conclusão o facto é que, para ele, o importante era reconhecer que a situação internacional teria, forçosamente, que levar em conta, a partir de então, não só o equilíbrio de poderes na Europa, como também, a balança de poderes entre o Ocidente e o Oriente, em virtude da emergência das forças latentes da Ásia.

Perante estas conclusões Mahan previu uma perda de influência europeia no Pacífico e entendeu que "a consequência seria que as duas principais nações do Pacífico, os Estados Unidos e o Japão, dividissem a responsabilidade de buscar um equilíbrio de poder" ([17]).

Face àquele entendimento, Mahan preconizou uma política de abertura internacional dos Estados Unidos. Acreditava que o seu país estava inapelavelmente envolvido pelos acontecimentos internacionais

---

16. Ver William E. Livesey em *Mahan on Sea Power*, University of Oklahoma Press, Oklahoma, 1980, pp 211-215.

17. Ver Alfred Thayer Mahan em *America's Interest in International Conductions*, Little Brown, Boston, 1918, p. 198.

e que os "Estados Unidos não mais podiam considerar a *Doutrina de Monroe* como o limite das suas relações com a comunidade de Estados soberanos" ([18]). A esse vector essencial, Mahan acrescentava uma política de *Porta Aberta* e um acompanhamento de perto da política europeia, em ordem a prever, com a devida antecipação, em que medida as oscilações da balança de poderes no Velho Continente poderiam afectar a implementação prática das duas políticas acima referidas.

O grande receio de Mahan era que o poder alemão se pudesse sobrepor ao da Grã-Bretanha, especialmente no mar, e que, por via disso, a segurança no Atlântico Norte pudesse vir a ser ameaçada. Considerava que os interesses ingleses eram complementares dos interesses americanos. Simplesmente, o grau de cobertura fornecido pela Royal Navy, que continha a esquadra alemã no Mar do Norte, não podia ser estendido a outras regiões, particularmente ao Oceano Pacífico. Daí que as responsabilidades dos Estados Unidos deveriam incidir, especialmente, em duas grandes áreas estratégicas: a do Golfo do México-Caraíbas e a do Pacífico Central.

A construção do Canal do Panamá com a interligação oceânica que proporcionava a fácil comunicação entre as duas fachadas marítimas do Continente Norte-Americano constituía, aos olhos de Mahan, um interesse vital para os Estados Unidos. Na verdade, o incremento do tráfego que daí adviria, traria até às costas dos Estados Unidos os interesses das grandes potências da Europa numa escala até aí nunca vista. Nesse sentido, impunha-se que o interesse da América devesse extravasar a vertente económica e comercial para assumir claramente uma dimensão política, militar e estratégica.

De acordo com o seu pensamento, a posição estratégica do istmo estava para os Estados Unidos como o canal do Suez estava para a Grã-Bretanha, e acrescentava que os acessos àquele canal, fossem eles do lado do Oceano Pacífico ou fossem do das Caraíbas, es-

18. Idem, p. 117.

tavam para a estratégia norte-americana assim como os acessos do Canal do Suez no Mediterrâneo ou no Mar Vermelho estavam para a estratégia inglesa. Pode-se dizer que era este o conceito estratégico americano no final dos anos 90.

Mahan tinha consciência da centralidade da América que lhe advinha da sua "posição única, face aos velhos mundos de Leste e de Oeste, com as suas costas banhadas pelos oceanos que tocavam numa e noutra e que só a ela eram comuns" ([19]).

Por aquelas razões, era inevitável o interesse dos Estados Unidos pela evolução política dos países da América Central e da Região das Caraíbas. Mahan mostrou como o controlo das principais ilhas do arquipélago Caribenho, especialmente Cuba, e da futura zona do Canal eram objectivos estratégicos primários para os americanos. Igualmente, no que diz respeito ao Oceano Pacífico, deteve-se a demonstrar a importância estratégica do Havai, defendendo que não era concebível a discussão em foros internacionais da anexação efectuada em 1898.

Para controlar tanto o acesso do istmo centro-americano como a costa Oeste dos Estados Unidos, Mahan sugeriu que não deveria ser permitido que nenhuma potência naval desenvolvesse a capacidade de abastecer navios a menos de 3000 milhas de S. Francisco ([20]).

Em termos estratégicos, Mahan preocupava-se com o estabelecimento de bases e de pontos de apoio em territórios que permitissem o controlo daquelas áreas marítimas. Que estivessem, naturalmente, bem situadas em relação às linhas de comunicações, assim como fossem fortes do ponto de vista ofensivo e defensivo e que tivessem recursos logísticos suficientes.

Até à guerra de 1898 o seu expansionismo foi relativamente limitado e derivado de uma análise estratégica de cunho marcadamente defensivo. Mahan, aquando da tomada das Filipinas, emite a opinião

---

19. Ver Alfred Thayer Mahan em *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*, p.6.

20. Idem p. 26.

de que aos Estados Unidos apenas interessava o controlo de Manila e da ilha Luzon e que a Espanha poderia ficar com o resto. Na verdade, Mahan reconhecia que os Estados Unidos com a expansão territorial fora da América do Norte passariam a defrontar-se com problemas de relacionamento político envolvendo pessoas de outras culturas para os quais previa dificuldades. Mahan não era um anexionista *à outrance* e via os territórios extra-continentais mais como "posições" e não como "possessões". Todavia, mais tarde, e à medida que a importância económica dos Estados Unidos foi crescendo, houve um convite à ampliação de objectivos, isto é, por volta de 1910, Mahan já considerava que a presença dos Estados Unidos na Ásia deveria fazer-se em pé de igualdade com as outras potências europeias e com o Japão.

Para finalizar, importa sublinhar que a estratégia americana seguiu no essencial as ideias de Mahan que, não prevendo, apesar das dificuldades evidentes, a erosão tão rápida do Poder Marítimo Britânico, não considerou o Atlântico Norte como área de interesse estratégico primário para os Estados Unidos.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Brooks, *Law of Civilizations and Decay: an essay of History*, New York, Ayer Co., 1993
- BAER, George W., *The U.S. Navy 1890-1990, One Hundred Years of Sea Power*, Stanford, Stanford University Press, 1994
- BARBER, James A., *Mahan and Naval Strategy in the Nuclear Age*, Naval War College Review, Mar 1972
- BONAMICO, D., *Il Potere Maritimo*, Roma, Rivista Marittima, 1899
- COOLING, B. Franklin,"The making of a navalist: Secretary of the Navy Benjamin Franklin Tracy and Sea Power", *Naval War College Review*, Set--Out., 1972
- CORBETT, Julian S., *Some Principles of Maritime Strategy*, New York, Lougman Green, 1911
- DAVIS, George T., *A Navy Second to None*, New York, Hartcourt Brace and Company, 1940
- DAVELUY, René, *L'esprit de la Guerre Navale*, Paris, Berger-Levrault, 1909
- EARLE, Edward M., *Makers of Modern Strategy*, Princeton, Princeton University Press, 1944
- FIELD, James A., "Alfred Thayer Mahan speaks for himself" in *Naval War College Review*, Outono, 1976
- FORLEN, Claude, *L'Amérique anglo-saxone de 1815 à nos jours*, Paris, Presses Universitaires de France, 1969
- GALLOIS, Pierre-Marie, *Géopolitique, les voies de la puissance*, Paris, FEDN/ Plon, 1990
- GODFREY, Jack E., "Mahan: The man, his writings and philosophy" in *Naval War College Review*, Março, 1969.
- HATTENDORF, John B., "Luce's Ideia of the Naval War College" in *Naval War College Review*, Set-Out., 1984
- KENNEDY, Paul,"Mahan versus Mackinder: two interpretations of British Sea Power", *The Rise and Fall of British Naval Mastery*, London, Fontana Press, 1991

- LAFEBER, Walter, *The New Empire: An Interpretation of American Expansion 1860-1898,* New York, Cornell University Press, 1963

- LIVESY, William E., *Mahan on Sea Power,* Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1980

- NAVILLE, Pierre, *Mahan et la maîtrise des Mers,* Paris, Berger-Levault, 1981

- MACKINDER, Halford J., *The Geographical Pivot of History,* Geographical Journal, vol. XXIII, n.° 4, Abr. 1904

- MACKINDER, Halford J., *Britain and British Seas,* Oxford, 1925

- MAHAN, Alfred Thayer, *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783,* Boston, Little Brown, 1949

- MAHAN, Alfred Thayer, *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire, 1793-1812,* New York, Greenwood Press, 1968

- MAHAN, Alfred Thayer, *The Interest of America in Sea Power, Present and Future,* Boston, Little Brown, 1906

- MAHAN, Alfred Thayer, *Retrospect and Prospect: Studies in Internacional Relations, Naval and Politics,* Boston, Little Brown, 1903

- MAHAN, Alfred Thayer, *Some Neglected Aspects of War,* Boston, Little Brown, 1907

- MAHAN, Alfred Thayer, *American's Interest in Internacional Conductions,* Boston, Little Brown, 1918

- MAHAN, Alfred Thayer, *Naval Strategy compared and contrasted with the principles and practice of military operations,* Westport Conn., Greenwood Press, 1975

- MAHAN, Alfred Thayer, *Armaments and arbitration,* Port Washington N.Y., Kennikat Press, 1973

- MAY, Ernest R., *American Imperialism: A Speculative Essay,* Chicago, Imprint Publications, 1991

- MANSHIP, H. Kaminer, "Mahan's Concept of Sea Power" in *Naval War College Review,* Janeiro 1964

- MASSON, Philippe, *De la Mer et de sa Stratégie,* Paris, Tallandier, 1986

- MAURER, John, "The Giants of Naval War College", *Naval War College Review,* Set-Out., 1984

- MODELSKY, George e TOMPSON, William, *Sea Power in Global Politics 1494--1993,* Hampshire, MacMillan Press Ltd., 1994

- MORISON, Samuel Elliot, *The Oxford History of The American People,* New York, Oxford University Press, 1972, vol III

- POLLOCK, Thomas R., "The Historical Elements of Mahanian Doctrine" in *Naval War College Review*, Julho-Agosto, 1982

- POTTER, E.B., and NIMITZ, Chester W., *Sea Power. A Naval History,* Englewood Cliffs, New York, Prentice Hall Inc., 19

- RICHMOND, Herbert, *Sea Power in Modern World,* London, G. Bell & Sons Ltd., 1934

- SEAGER, Robert, *Alfred Thayer Mahan: the man and his letters,* Annapolis, Naval Institute Press, 1977

- SILBERSCHMIDT, Max, *The United States and Europe; Rivals and Partners,* London, Thames and Hudson Ltd., 1972

- SIMS, William Sowden, *La Victoire sur Mer,* Paris, Payot, 1925

- SUMIDA, Jon Tetsuro, *Inventing Grand Strategy and Teaching Command: The Classic Works of Alfred Thayer Mahan reconsidered,* Washington, Johns Hopkins Univ. Press, 1977

- TURK, Richard W., *The Ambiguous Relationship Theodore Roosevelt and Alfred Thayer Mahan,* Westport Conn. Greenwood Press, 1987

- WEST, Richard S., *Admirals of American Empire: the combined story of George Dewe, Alfred Thayer Mahan, Winfleld Scott Schley and William Thomas Sampson,*Westport Conn., Greenwood Press, 1971

O papel dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no relacionamento luso-americano nos finais do século XVIII e inícios do século XIX

Jorge Martins Ribeiro

Os Açores, a Madeira e a América do Norte desde cedo mantiveram proveitosas relações de carácter comercial. Aliás, a partir do século XVIII, os interesses portugueses centram-se decididamente no espaço atlântico que, de acordo com Vitorino Magalhães Godinho, é "numa outra escala, um Mediterrâneo às avessas". De facto, Portugal, nação atlântica, possuía, ainda, neste oceano, as ilhas de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, vários estabelecimentos ao longo da costa africana, bem como o Brasil[1].

A Madeira e os Açores ocupavam um lugar significativo nas trocas entre os espaço português e a América do Norte, pois ficavam nas rotas dos navios que, através do Atlântico, ligavam os continentes europeu e americano. A sua importância para a navegação residia no facto

---

[1] GODINHO, Vitorino Magalhães — *Portugal e as frotas do açúcar (1670-1770)*, in «Ensaios II. Sobre História de Portugal», 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1978, p. 427-429; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Tese de doutoramento, p. 35.

de ambos os arquipélagos serem pontos de escala, reabastecimento e abrigo, quer para os barcos, quer para as tripulações[2].

A posição geográfica do *Madeira* permitia aos navios que da Grã-Bretanha se dirigiam para a América aí fazerem escala e carregarem vinho em troca de tecidos de lã, trigo, farinha, linho, arenques, produtos da Irlanda e aduelas. Na viagem de regresso deixavam na ilha produtos americanos tais como bacalhau, cereais, tabaco, madeira, arroz, cera, tecidos de algodão, manteiga, carne e batatas[3].

Os Açores, apesar de não estarem tão bem posicionados quanto o arquipélago madeirense, eram também importantes como pontos de apoio à navegação atlântica. De facto, podiam-se aí obter alimentos, água potável, apetrechos navais e equipagens. A colonização das costas da América do Norte e Central, no decurso do século XVII, aumentou o valor económico das ilhas açorianas, em particular do porto da Horta, dando azo a que aí se realizassem negócios vantajosos. De facto, a excelente localização do Faial, bem como o vinho e a aguardente que exportava explicam a sua importância comercial, além de que o local se mostrava ideal para servir de

---

[2] BEECHERT, Jr., Edward — *The wine trade of the thirteen colonies*. University of California, 1947. Dissertação de mestrado, p. 19; RAMOS, Luís António de Oliveira — *Da ilustração ao liberalismo*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1979, p. 63; DUNCAN, T. Bentley — *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and the Cape Verdes in seventeenth-century commerce and navigation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972, p. 247; RIBEIRO, Jorge Martins — *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII*. In «Actas. III Colóquio Internacional de História da Madeira». Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, p. 389; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 40.

[3] McCUSKER, John J.; MENARD, Russell R. — *The economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill: Institut of Early American History and Culture /The University of North Carolina Press, 1985, p. 79-80; 101; 204; HERNÁNDEZ GONZALEZ, Manuel — *La proyeccion de Estados Unidos en la masoneria atlantica: La proteccion de masones madeirenses en Canarias*. «Revista islenha», Funchal, 8 Jan.-Jun. 1991, p. 98; SILBERT, Albert — *Un carrefour de l'Atlantique: Madère (1640-1820)*. «Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras», Lisboa, 22 (2), 1954, p. 422; SOUSA, João José Abreu de — *O movimento do porto do Funchal e a conjuntura da madeira de 1727 a 1810. Alguns aspectos*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989, p. 119. RAU, Virgínia — *O movimento da barra do Douro durante o século XVIII: uma interpretação*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal», Porto, 21 (1/2), 1958, p. 19; RIBEIRO, Jorge Martins — *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII*, p. 390; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*., p. 40.

entreposto a trocas e a fazer baldeação. A Horta, aliás, passou a desempenhar, nos séculos XVIII e XIX, um papel significativo, sendo um ponto de encontro para os navios que cruzavam o oceano, bem como para os que se dirigiam para as Índias Ocidentais[4].

A ilha de S. Miguel, a maior e mais populosa, não tinha uma posição geográfica tão favorável quanto o Faial. A sua principal exportação para a América do Norte era constituída por laranjas e limões, sendo o porto de Boston um dos destinos principais das exportações micaelenses. Já a Terceira, o centro político, militar e eclesiástico açoriano importava da Nova Inglaterra e da Terra Nova, bacalhau, óleo de peixe, aduelas para pipas e madeiras. Além disto, os americanos, desde a época colonial, tinham interesses na indústria baleeira dos Açores. Na segunda metade do século XVIII compravam óleo de baleia que enviavam para Londres, a fim de ser refinado e reexportado para o norte de África[5].

As principais mercadorias expedidas por Portugal metropolitano e arquipélagos atlânticos para as treze colónias inglesas da América do Norte, antes e depois da independência, eram, sobretudo, vinho e sal, de lá recebendo primordialmente cereais em grão (trigo e milho) e farinha[6].

A Madeira ocupava um lugar de relevo no comércio luso-americano, dado ser um mercado importante para produtos como o arroz, biscouto, carne salgada, cera, farinhas, madeira, milho, óleo de peixe, peixe, presunto, sabão, sebo, toucinho, bem como velas de espermacete. E, se se verifica um decréscimo das exportações americanas para o arquipélago, não parece ter havido uma quebra muito acentuada entre 1785 e 1802. Em

---

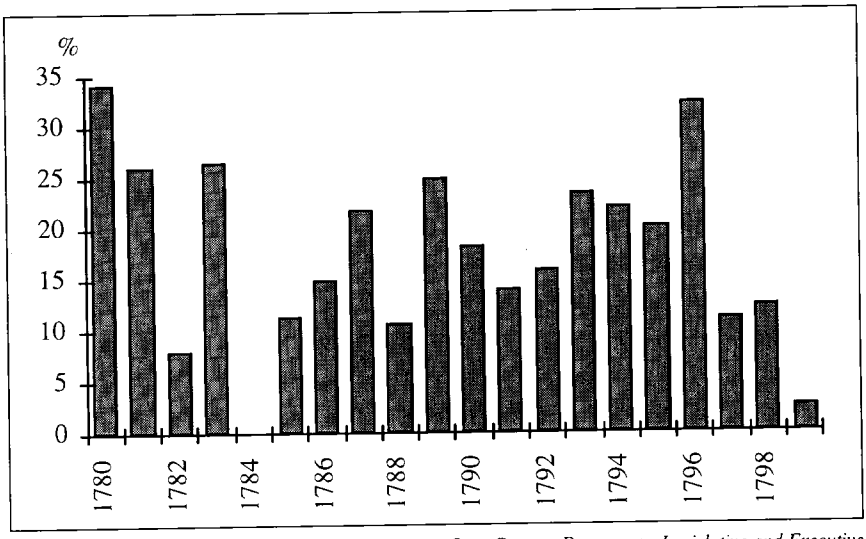
[4] MENESES, Avelino de Freitas de — *Os Açores nas encruzilhadas de setecentos (1740-1770). I - Poderes e Instituições*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993, p. 29; DUNCAN, T. Bentley, *ob. cit.*, p. 154-156; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. p. 46-47.

[5] MENESES, Avelino de Freitas de — *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770). II —Economia:*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995, p. 218-221; 235-239 (quadros 21 a 26) ; DUNCAN, T. Bentley, *ob. cit.*, p. 136; AFONSO, João — *Baleação pelos Açores na dinâmica atlântica desde o século XVIII*. «Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira», Angra do Heroísmo, 45 (2), 1988, p. 1276; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. p. 47-48. 218-221

[6] RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. p. 949.

1801/1802 assistiu-se, de facto, a uma diminuição das exportações devido ao desembarque, em 1801, de tropas inglesas no Funchal, as quais aí se mantiveram até inícios de 1802, pouco antes da assinatura da Paz de Amiens. De 1802 a 1807, este escambo vai experimentar altos e baixos, para conhecer uma nova quebra em 1807/1808, devido ao embargo americano, o que, ao impedir a chegada a estas ilhas de farinhas e cereais, criou dificuldades de abastecimento.

Gráfico 1 — Exportações dos Estados Unidos para a Madeira (Percentagem em relação ao total exportado para a Metrópole, Madeira, Açores e Domínios)

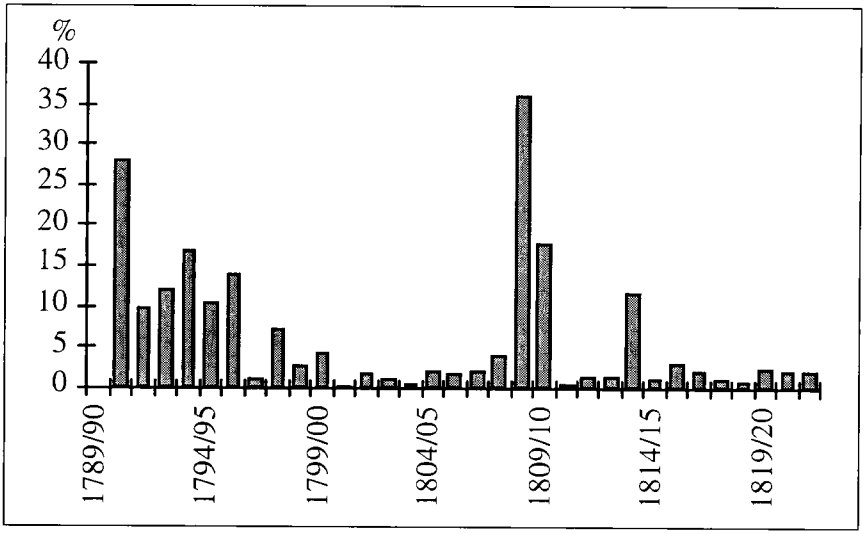


Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso — *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States.* Washington: Gales and Seaton, 1832- 1834. Vols. VII e VIII.

Entre 1807 e 1814, a Madeira voltou a estar ocupada pelas forças britânicas, sendo, no entanto, o período entre 1 de Outubro de 1808 e 30 de Setembro de 1811, aquele em que comprou mais produtos aos Estados Unidos. A queda subsequente deve-se à guerra anglo-americana, iniciada em 1812. A diminuição das exportações estadunidenses para a ilha pa-

rece resultar do aumento dos direitos sobre o vinho da Madeira nos Estados Unidos, daí que o arquipélago madeirense passasse a ter menos disponibilidades para adquirir as mercadorias que necessitava[7].

Gráfico 2 — Exportações dos Estados Unidos para os Açores (percentagem em relação ao total exportado para a Metrópole, Madeira, Açores e Domínios)



Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso — *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States.* Washington: Gales and Seaton, 1832- 1834. Vols. VII e VIII.

---

[7] SOUSA, João José Abreu, *ob. cit.*, p. 89; SILBERT, Albert, *ob. cit.*, p. 432; National Archives and Records Administration (Washington, DC)., General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Consuls in Funchal, 1793-1806, vol. 1 (March 21, 1793 — July 16, 1831). (National Archives microfilm publication, T205, rolo 1).* Memória do cônsul dos Estados Unidos no Funchal, Diogo Leander Cathcart, dirigida ao Príncipe Regente D. João, datada do Funchal, 6 de Novembro de 1811; Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas, Washington, caixa 554 (1830-1833.* Ofício nº. 18 do encarregado de negócios, Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, 2º. visconde de Santarém, Manuel Francisco Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, datado de Georgetown, 26 de Fevereiro de 1830; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 193-196.

A partir de agora os National Archives and Records Administration passam a ser designados pela abreviatura N.A.R.A e os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo pela abreviatura A.N./T.T.

Conforme se pode verificar, através do gráfico 2, a importância dos Açores como destino das mercadorias americanas é menor que o madeirense. A partir de 1796 as exportações dos Estados Unidos para o arquipélago decrescem, apresentando um máximo no biénio económico 1808/1810. De facto, nesta altura, em consequência do embargo de 1807-1809, o porto da Horta tornou-se um entreposto para os produtos estadunidenses, de onde eram enviados para a Inglaterra. Daí que, com o advento da Paz, as compras das ilhas dos Açores aos norte-americanos diminuissem muito[8].

O vinho era um dos principais produtos expedidos pelos arquipélagos madeirense e açoriano para os portos da América setentrional. De facto, o vinho da Madeira era o preferido pelos colonos, sobretudo pelas classes superiores, conforme constata, em 1795, o ministro residente de Portugal junto do executivo americano, Cipriano Ribeiro Freire[9]. Aliás, as bebidas alcoólicas, em geral, gozavam de grande popularidade entre os habitantes desta região, devido à dificuldade em obter outro tipo próprio para o consumo e a preços razoáveis. Assim, a maioria da população optava pelas bebidas fermentadas, enquanto, as classes abastadas preferiam o vinho, julgando, inclusive, que este estava isento de álcool. Daí ter sido grande a surpresa quando se descobriu que o Madeira, o vinho mais consumido, tinha um teor alcoólico superior a 20%. Isto explica porque, após 1820, foi alvo de ataques das associações que se opunham ao consumo destas bebidas[10]. De qualquer modo, de acordo com W. J. Rorabaugh, entre 1790 e 1830 o consumo, *per capita*, dos norte-americanos foi superior ao de qualquer outro período da sua história[11].

---

[8] VERMETTE, Mary Theresa Sylvia — *Early America's relationship with the Azores; a consular view*. «Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira», Angra do Heroísmo, 45 (12), 1988 , p. 1306 e *Os Yankees e o Faial*. «O Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV a XIX», Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 297; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*., p. 197-200.

[9] RORABAUGH, W. J. — *The alcoholic Republic. An American Tradition*. New York: Oxford University Press, 1981, 104; Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. p. 36, 225-22; A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 550 (1777-1796)*. Documento Nº. XXXII intitulado "Commercio geral dos Estados Unidos com as principaes potencias da Europa e particularmente com Portugal" anexo ao ofício nº. 42 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 27 de Junho de 1795.

[10] RORABAUGH, W. J., *ob. cit.*, p. 100-104; RIBEIRO, Jorge Martins — *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII.*, p. 391-392.

[11] RORABAUGH, W. J., ob. cit., p. IX; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 217.

A popularidade do vinho da Madeira na América do Norte, parece dever-se a uma série de factores. De facto, as leis britânicas facilitavam a sua importação, o comércio entre as colónias inglesas e o arquipélago madeirense era lucrativo e Londres impusera limites à compra de vinhos noutros locais. Além disto, as características do Madeira faziam com que não perdesse qualidades após uma longa viagem marítima, acreditando-se que tinha poderes medicinais, numa altura em que se utilizava o vinho como anti-séptico, antibiótico e anestésico[12].

Cabe aqui também referir que a maior parte deste lucrativo tráfico se encontrava na mão de ingleses, tendo sido eles quem promoveu o consumo deste vinho nas colónias britânicas da América do Norte[13]. Na realidade, entre 1735 e 1775, houve um aumento constante do preço do Madeira no mercado de Filadélfia, mesmo nos anos de 1756 e 1775 em que a qualidade é considerada fraca[14]. Esta tendência mantém-se no período de 1796 a 1822, atingindo no final deste quarto de século praticamente o dobro. Isto explica, aliás, o facto de vinhos das ilhas Canárias serem vendidos nos Estados Unidos como se de Madeira se tratasse e de servirem para adulterar este último[15].

---

[12] SILBERT, Albert, *ob. cit.*, p. 422; MANCHESTER, Alan K. — *British preëminence in Brazil. Its rise and decline. A study in European expansion.* New York: Octagon Books, 1972, p. 29; RIBEIRO, Jorge Martins — *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII*, p. 390-391; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 42.

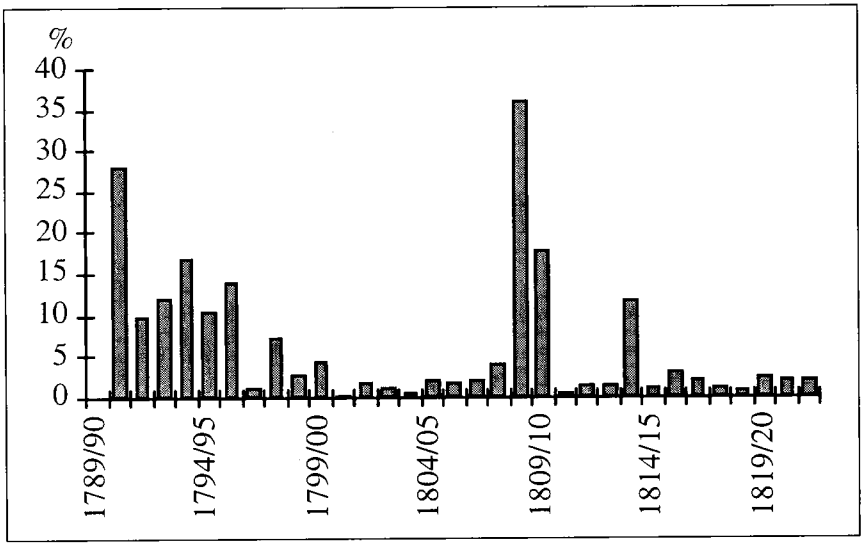
[13] GUIMERÁ RAVINA, Agustín — *«Las islas del vino» (Madeira, Azores y Canarias) y la America inglesa durante El sigilo XVIII: una aproximación a su estudio.* In «Colóquio Internacional de História da Madeira. 1986», vol. 2. Funchal: Governo Regional da Madeira, 1990, p. 929-930; SILBERT, Albert, *ob. cit.*, p. 399; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 43.

[14] BEECHERT, Jr., Edward, *ob. cit.*, p. 14, 21; MINCHINTON, Walter — *Britain and Madeira to 1814.* In «Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira — 1986». Funchal: Governo Regional da Madeira, 1989, p. 502; RIBEIRO; Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 44.

[15] A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 550 (1777-1796).* Documento Nº. LIV, parte do relatório intitulado "Commercio geral dos Estados Unidos com as principaes potencias da Europa e particularmente com Portugal" anexo ao ofício nº. 42 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia de 27 de Junho de 1795; HERNÁNDEZ GONZALEZ, Manuel — *La proyeccion de Estados Unidos en la masoneria atlantica: La proteccion de masones madeirenses en Canarias*, p. 98; BÉTHENCOURT MASSIEU, Antonio — *Canarias e Inglaterra: el comercio de vinos (1650-1800).* Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1991, p. 37-38, 100. 140, FRANCIS, Alan David — *The wine trade.* Nova Iorque: Harper and Row Publishers, 1992, p. 62-63; 162. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p.42-43; 231-232.

O gráfico 3, construído com base em dados fornecidos por Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, mostra-nos quanto os Estados Unidos eram clientes importantes, entre 1780 e 1799, chegando, nalguns anos, a comprar mais de um quarto de todo o vinho exportado. É, no entanto, de referir que, em 1787, a maior parte das pipas enviadas para os Estados Unidos e colónias britânicas do continente americano teve como destino as Antilhas, outro grande centro consumidor do Madeira[16].

Gráfico 3 — Vinho da Madeira exportado para os Estados Unidos (percentagem em relação ao total



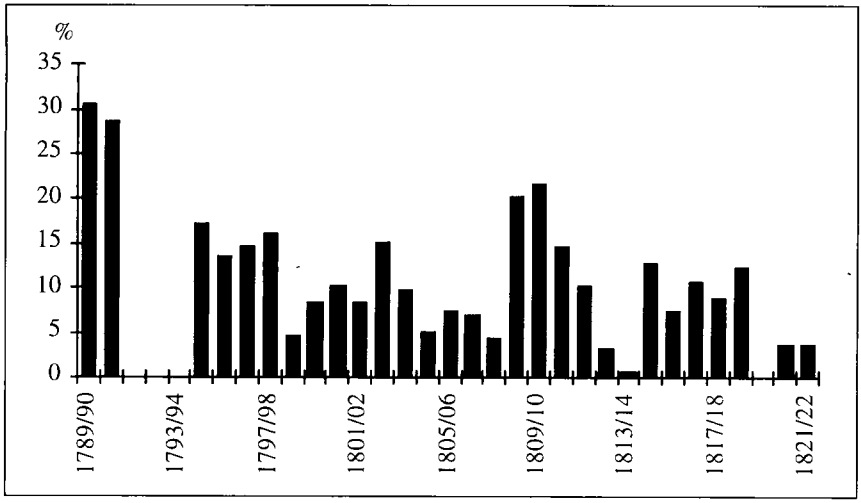
Fonte: FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas — *O vinho da Madeira no século XVIII — Produção e mercados internacionais*. In «Actas do I colóquio internacional de História da Madeira», vol. 2. Funchal: Governo Regional da Madeira/Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1990. p. 963 (quadro 6); 965 (quadro 9).

---

[16] SILBERT, Albert, *ob. cit.*, p. 426-428; FERRAZ, Maria de Lurdes de Freitas — *O vinho da Madeira no século XVIII — Produção e mercados internacionais*. In «Actas do I colóquio internacional de História da Madeira», vol. 2. Funchal: Governo Regional da Madeira/Secretaria regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1990, p. 963 (quadro 6); 965 (quadro 9); RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 225.

Se repararmos agora no gráfico 4, verificamos a importância das compras deste vinho relativamente ao total dos vinhos importados pelos Estados Unidos, no período entre 1789 e 1822. A guerra iniciada em 1812, quase provocou a interrupção das exportações, embora já anteriormente o cônsul americano no Funchal, Diogo Leander Cathcart, afirmasse que a diminuição das compras de Madeira pelos norte-americanos se devia ao facto do preço ter duplicado em pouco tempo, conforme, aliás, se pode constatar através do gráfico 5. Deste modo, os habitantes da América do Norte preferiam consumir vinhos de outras proveniências, dado serem mais baratos[17]. De qualquer modo, o apogeu deste terá ocorrido entre 1734 e 1818[18].

Gráfico 4 — Importações de vinho da Madeira (percentagem em relação ao total)



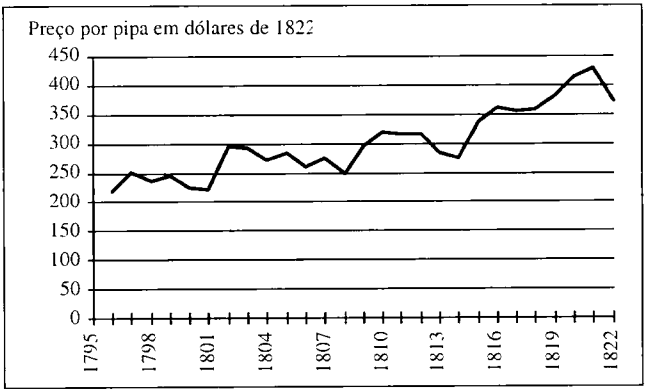
Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso — *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States*. Washington: Gales and Seaton, 1832- 1834. Vols. VII e VIII.

[17] N.A.R.A., General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Consuls in Funchal, 1793-1806, vol. 1 (March 21, 1793 — July 16, 1831). (National Archives microfilm publication, T205, rolo 1)*. Memória do cônsul dos Estados Unidos no Funchal, Diogo Leander Cathcart, dirigida ao Príncipe Regente D. João, datada do Funchal, 6 de Novembro de 1811; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 228.

[18] GUIMERÁ RAVINA, Agustin, *ob. cit.*, p. 907; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 230

Será aqui curioso referir que, além do arquipélago madeirense, os Estados Unidos compravam Madeira em muito outros locais, nomeadamente nas colónias da Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha e Suécia. Algum deste, devia tratar-se do denominado vinho de roda, sobretudo o que era exportado pelo Brasil e por Cabo Verde, enquanto no decurso do conflito de 1812/1814 uma porção importante do vinho entrado em portos estadunidenses era parte da carga de navios capturados. Além disto, o já referido Cipriano Ribeiro Freire alertava as autoridades de Lisboa para o facto de chegar aos portos americanos muito mais Madeira do que o registado nos documentos alfandegários. Aliás, de acordo com o que já mencionámos para os tempos coloniais, além de servir para adulterar este vinho, o de Tenerife continuava a entrar em território estadunidense como se fosse proveniente do arquipélago madeirense. Isto explica-se pelo facto do das Canárias pagar cerca de metade dos direitos alfandegários[19].

Gráfico 5 — Preço médio anual do vinho da Madeira no mercado de Filadélfia, em dólares de 1822



Fonte: COLE, Arthur Harrison — *Wholesale prices in the United States 1700-1861*. Cambridge: Harvard University Press, 1938, p. 109-203.

[19] A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 550 (1777-1796)*. Documento Nº. XXXII intitulado "Commercio geral dos Estados Unidos com as principaes potencias da Europa e particularmente com Portugal" anexo ao ofício nº. 42 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 27 de Junho de 1794; VIEIRA, Alberto — *Breviário da vinha e do vinho da Madeira. Ponta Delgada: Eurosigno Publicações, Ld.ª*., 1990, p. 70; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 230-232, 237.

Além da Madeira e de Portugal metropolitano, as principais regiões portuguesas exportadoras de vinho para o mercado americano, os Açores, embora ocupando um lugar mais modesto, também enviavam algum deste produto para os Estados Unidos. Apesar da maioria das ilhas produzirem vinho, apenas os do Pico e de S. Jorge tinham qualidade para serem vendidos na América do Norte. O da ilha Graciosa, embora de menor qualidade, também era consumido na América devido ao seu preço inferior[20].

Na realidade, o mais popular era o do Pico, conhecido como vinho do Faial (*Fayal Wine*) entre os norte-americanos, embora, tal como o de S. Jorge, fosse exportado através do porto da Horta. Isto explica porque, no século XVIII, se misturavam com frequência os vinhos das duas ilhas. O do Pico era parecido com o da Madeira, embora fosse de qualidade inferior, sendo vendido por cerca de metade do preço. Resistia, no entanto, a altas temperaturas, o que também o tornava bom para ser comercializado e consumido em regiões tropicais. Além disto, na segunda metade do século XVII, a Nova Inglaterra absorvia uma maior quantidade deste produto do que os países europeus[21].

Os *American State Papers*, a fonte por nós utilizada, não nos permite determinar com exactidão a quantidade do denominado vinho do Faial exportado para os Estados Unidos, pois, a partir de 1816, este aparece somado aos de Tenerife, sendo impossível separá-los, conforme se pode verificar através do quadro 1. De qualquer modo, tal como acontecia com o da Madeira, os Estados Unidos adquiriam-nos em vários locais do globo e não apenas nos arquipélagos que os produziam

---

[20] DUNCAN, T. Bentley, *ob. cit.*, p. 130; A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência recebida, correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 550 (1777-1796)*. Documento Nº. XXXII intitulado "Commercio geral dos Estados Unidos com as principaes potencias da Europa e particularmente com Portugal" anexo ao ofício nº. 42 do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datado de Filadélfia, 27 de Junho de 1795; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 234-236.

[21] DUNCAN, T. Bentley, *ob. cit.*, p. 151-153; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 46-47.

Quadro 1 — Importação de vinhos de Tenerife e do Faial pelos Estados Unidos da América

unidade — galão

Anos	Domínios da Dinamarca	%	Espanha e ilhas Canárias	%	Domínios da Espanha	%	França	%	Domínios da França	%	Cidades Hanseáticas e Portos Alemães	%	Países Baixos	%
1816/1817	1.816	0.610	0.610	56.498	1.662	0.559	1.214	0.408	967	0.325			57	0.019
1817/1818	517	0.245	0.245	65.552	11.119	5.260	7.458	3.528	9	0.004				
1818/1819	6.066	2.107	2.107	85.263	662	0.230	2.448	0.850			4.454	1.547		
1820/1821	2.968	0.698	0.698	76.943	1.266	0.298	709	0.167	34	0.008				
1821/1822	144	0.032	0.032	58.487	6.749	1.512	2.967	0.665	87	0.019	9.231	2.068		

Anos	Domínios dos Países Baixos	%	Ilhas Britânicas	%	Domínios da Grã-Bretanha	%	Portos italianos e ilha de Malta	%	Portugal Madeira e Açores	%	Domínios de Portugal	%	Domínios da Suécia	%
1816/1817	586	0.197	696	0.234	6.489	2.181	629	0.298	86.209	28.970	12.146	4.082	13.134	4.414
1817/1818	2.240	1.060	2.607	1.233	1.145	0.542	2.111	0.733	22.638	10.709	1.403	0.664	9.424	4.458
1818/1819	472	0.164	11.211	3.895	5.461	1.897			8.429	2.928	1.104	0.384		
1820/1821	83	0.020	4.014	0.945	3.110	0.732			77.840	18.317	2.067	0.486	285	0.067
1821/1822	507	0.114	2.486	0.557	2.846	0.637			158.494	35.500	219	0.049	314	0.070

Anos	Resto da Europa	%	Resto da Ásia	%	Resto da África	%	Resto da América do Sul e Central	%	Países não especificados	%	TOTAL (1)	TOTAL (2)	% (3)
1816/1817					80	0.027	4.030	1.354	368	0.124	297.582	1 745 368	17.050
1817/1818			7.229	3.420	5.375	2.543	1.030	0.487			211.401	2 034 287	10.392
1818/1819											287.842	1 769 119	16.270
1820/1821	107	0.025			5.334	1.255	165	0.039			424.956	3 215 142	13.217
1821/1822							1.297	0.291			446.461	3 067 216	14.556

(1) Vinhos de Tenerife e Faial.
(2) Total dos vinhos importados pelos EUA
(3) % de (1) / (2)
Fonte: ESTADOS UNIDOS. Congresso — American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United States. Washington: Gales and Seaton, 1832-1834. Vols. VII e VIII.

ou nos dois países ibéricos. Se atentarmos nos totais dos vinhos de Tenerife e do Faial importados pelos norte-americanos verificámos que a maior porção foi expedida pela Espanha e ilhas Canárias, enquanto de Portugal, Madeira e Açores saiu uma parte muito pequena. De facto, o volume dos vinhos de Tenerife comprado pelos Estados Unidos era superior ao importado dos Açores[22]. Através da fonte consultada conseguimos, no entanto, apurar a quantidade de vinho que o arquipélago açoriano vendeu aos norte-americanos, conforme se pode ver através do quadro 2[23].

Quadro 2 – Exportações de vinhos dos Açores para os Estados Unidos (Unidade — galão)

Anos	Quant.
1816/17	63 593
1817/18	6 702
1818/19	2 384
1819/20	
1820/21	77 757
1821/22	18 107

Fonte: ESTADOS UNIDOS, Congresso — *American State Papers. Documents, Legislative and Executive of the Congress of the United State.* Washington: Gales and Seaton, 1832- 1834. Vols. VII e VIII.

Algum sal, embora não de produção local, citrinos da Terceira e S. Miguel eram outros dos produtos exportados para a América do Norte[24]. Aliás, em 1812, o cônsul americano no Faial lamentava que o comércio entre as ilhas de S. Miguel e da Terceira com os Estados Uni-

[22] RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *ob. cit.*, p. 238-239.
[23] Idem, *ibidem*, p. 239 (nota 170).
[24] Id., *ibid.*, p. 252; 256.

dos fosse insignificante, limitando-se à troca de laranjas e limões por mercadorias estadunidenses[25].

A posição geo-estratégica e a sua importância comercial explicam, desde cedo, a existência de representantes estadunidenses em ambos os arquipélagos. Assim, a 31 de Outubro de 1783, o americano John Marsden Pintard, residente na Madeira, foi nomeado agente do seu país para esta ilha e para a de Porto Santo. Esta decisão do Congresso revelava-se necessária e até urgente, porque, de acordo com as normas em vigor, os navios só podiam obter os despachos alfandegários através do cônsul ou do agente da nação a que pertenciam. Na realidade, e para obviar a dificuldades decorrentes da não existência de um representante no arquipélago, logo após a revogação do decreto de 4 de Julho de 1776, pelo qual Lisboa fechara os portos portugueses aos navios americanos, o governador do arquipélago escolheu John Marsden Pintard para actuar como agente dos Estados Unidos. Além do mais, todos os negociantes que exportavam vinho em barcos americanos arrecadavam uma taxa igual à cobrada quando este era enviado em navios britânicos. Enquanto este se destinava a um fundo destinado a auxiliar súbditos ingleses em dificuldades, o dinheiro recebido pelo vinho exportado a bordo de navios americanos ficava na posse dos comerciantes[26].

John Marsden Pintard acabou por ser nomeado cônsul dos Esta-

---

[25] N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States consuls in Fayal, 1795-1897, vol. 1 (March 4, 1795 — November 28, 1832), (National Archives microfilm publication T203, rolo 1)*. Despacho do cônsul John Bass Dabney para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Faial, 6 de Abril de 1812; Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 928.

[26] *Journals of the Continental Congress 1774-1789*, (editados por W.C. Ford, G.Hunt e J.C. Fitzpatrick), vol. XXV. 1783 (September 1 — December 31), Washington, Government Printing Office, 1922, p. 778-780; N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, *Diplomatic and Consular Instructions. Foreign Letters of the Continental Congress and the Department of State, 1785-1790*, vol. 1 (January 14, 1785 — December 23, 1790), (National Archives microfilm publication, M61, rolo 1), p. 292-293. Carta do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, John Jay, para o capitão-geral da ilha da Madeira, D. Diogo Forjaz Coutinho, datada de Nova Iorque, datada de 7 de Dezembro de 1787; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 354-355.

dos Unidos, no Funchal, pelo Presidente George Washington e confirmado no cargo pelas autoridades portuguesas, em 17 de Setembro de 1791, pouco depois da chegada do ministro residente David Humphreys, a Lisboa[27].

Tal como as outras funções consulares em Portugal metropolitano, este posto revelava-se apetecível pelo prestígio e privilégios que concedia a quem o exercesse[28]. Isto explica, por um lado, a atitude de um dos sócios de uma das mais importantes firmas da Madeira, a *Lamar, Hill, Bisset & C.ª*, que pretendia o cargo para um primo. Além de ser uma boa colocação para este seu parente, a casa retiraria daí muitas vantagens de carácter comercial[29]. Por outro lado, justifica, quanto a nós, a ambição de, em 1793, ser também nomeado cônsul da França na Madeira, após o falecimento da pessoa que ocupava tal lugar, para o que obteve um parecer favorável do Secretário de Estado, Thomas Jefferson. A documentação consultada não nos permitiu determinar se Pintard alguma vez exerceu estas funções consulares. Sabemos, contudo, que, em 1798, tentou obter o lugar de cônsul dos Estados Unidos em Cádis, tendo acabado por

---

[27] N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, *Diplomatic and Consular Instructions. Foreign Letters of the Continental Congress and the Department of State, 1785-1790*, vol. I (January 14, 1785 — December 23, 1790), (National Archives microfilm publication, M61, rolo 1), p. 354. Despacho do Secretário de Estado, Thomas Jefferson, para o cônsul John Marsden Pintard, datada de Nova Iorque, 15 de Junho de 1790.RIBEIRO, Jorge Martins — *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII*, p. 400; A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência das legações estrangeiras em Lisboa, caixa 410 (1790-1805)*. Notas do ministro residente, coronel David Humphreys, para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, datadas de Lisboa (Buenos Aires), 30 de Junho, 1, 9 e 17 de Setembro de 1791; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 356.

[28] RIBEIRO, Jorge Martins — *O corpo consular no noroeste português no final do século XVIII: hierarquias e distribuição territorial*. Comunicação apresentada nas IV Jornadas de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia, subordinadas ao tema: "Articulations des territoires dans la Péninsule Ibérique", Bordéus, 19 a 21 de Novembro 1998, policopiado.

[29] RIBEIRO, Jorge Martins — *Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII.*, p. 400-401; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 918-919.

ir para o Rio de Janeiro como secretário do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Junior[30].

Após a saída de John Marsden Pintard, as funções de agente consular no Funchal foram exercidas por Lewis S. Pintard, Mariel Lamar e, a partir de 1807, por James Leander Cathcart. Este foi nomeado, pelo Senado, a 29 de Dezembro de 1806, tendo desembarcado no Funchal a 18 de Junho de 1807[31]. Cathcart que estivera vários anos cativo em Argel, antes de ser nomeado cônsul nessa Regência, bem como em Tunis, Tripoli e Livorno, viveu na Madeira durante 8 anos. Este foi um período difícil, tendo sido uma época de embargo, de ausência de relações comerciais e de guerra. De facto, como já referimos, a Madeira esteve ocupada por forças inglesas, embora tal facto não tivesse causado problemas de maior ao cônsul. A James Leander Cathcart sucedeu o tenente-coro-

---

[30] N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States consuls ins Funchal, vol. 1 (March 21, 1793 — July 16, 1831). (National Archives microfilm publication, T205, rolo 1).* Despachos do cônsul John Marsden Pinbtard para o Secretário de Estado, Thomas Jefferson, datados do Funchal, 27 de Março e 7 de Julho de 1793; cópia de uma carta do cônsul francês, De la Tuellier para o cônsul John Marsden Pintard, datada do Funchal, 26 de março de 1793, anexa ao despacho do cônsul John Marsden Pintard para o Secretário de Estado, Thomas Jeferson, datado do Funchal, 27 de Março de 1793. Id., *Diplomatic and Consular Instructions, 1791-1801, vol. 2 (August 22, 1793 — June 1, 1795), p. 25 (National Archives microfilm publication, M28, rolo 2).* Despacho do Secretário de Estado, Thomas Jeferson, para o cônsul John Marsden Pintard, datado de Filadélfia, 12 de Setembro de 1793; Id., *Despatches from United States Ministers to Portugal, vol. 5 (August 20, 1797 — September 13, 1801) (National Archives and microgfilm publication, M43, rolo 4).* Despacho nº. 11 do ministro plenipotenciário William Smith para o Secretário de Estado, Timothy Pickering, datado de Lisboa, 10 de Novembro de 1798; Id., *Despatches from United States Ministers to Brazil, vol. 1 (April 3, 1809 — October 11, 1813), (National Archives microfilm publication, M121, rolo 2).* Despacho nº. 7 do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Junior, para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 1811; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822),* p. 919-920.

[31] N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, Personnel Records, *List of U.S. Consular Officers, 1789-1939, vol. 11 (National Archives microfilm publication, M587, rolo 11);* Id., *Despatches from United States consuls in Funchal, vol. 1 (March 21, 1793 — July 16, 1831), (National Archives microfilm publication, T205 rolo 1).* Despacho do cônsul James Leander Cathcart para o Secretário de Estado, James Madison, datado da Madeira, 23 de Junho de 1807; A.N./T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, *correspondência das legações estrangeiras em Lisboa, caixa 411 (1806-1826).* Nota do cônsul William Jarvis para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo de Azevedo, datada de Lisboa, 18 de Maio de 1807; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822),* p. 921.

nel Robert Hector Macpherson e, após a morte deste, em 1817, John Howard March[32].

Relativamente aos Açores, Douglas Wheeler escreve que a nomeação de diplomatas apenas reconheceu o facto dos comerciantes da Nova Inglaterra estarem profundamente envolvidos em empreendimentos neste arquipélago e de alguns aí residirem. A falta de diplomatas profissionais nos anos seguintes à independência dos Estados Unidos levou a que essas funções fossem exercidas por negociantes, os quais retiravam o seu sustento do comércio. E, de acordo com o referido historiador, os empreendimentos marítimos de americanos e açorianos ligavam a Nova Inglaterra com o arquipélago[33].

Em 1776 foi nomeado vice-cônsul na ilha de S. Miguel, Thomas Hickling, um comerciante americano, oriundo de uma proeminente família da Nova Inglaterra que se fixara em Ponta Delgada em 1769. Este exerceu as funções de vice-cônsul em S. Miguel e Santa Maria, praticamente até à data da sua morte, em 1834[34]. Por outro lado, a 5 de Agos-

---

[32] N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States consuls in Funchal, vol. 1 (March 21, 1793 — July 16, 1831), (National Archives microfilm publication, T205, rolo 1).* Despacho do cônsul James Leander Cathcart para o Secretário de Estado, James Madison, datado da Madeira, 14 de Maio de 1815; Id., Personnel Records, *List of U.S. Consular Officers, 1789-1939, vol. 11 (National Archives microfilm publication, M587, rolo 11)*; Id., *Despatches from United States consuls in Funchal, vol. 1 (March 21, 1793 — July 16, 1831), (National Archives microfilm publication, T205 rolo 1).* Despachos do cônsul Robert Hector Macpherson para o Secretário de Estado, James Monroe, datados de Filadélfia, 17 de Dezembro de 1815 e da Madeira, 24 de Janeiro de 1816; despacho do cônsul John Howard March para o Secretário de Estado, James Monroe, datado da Madeira, 3 de Janeiro de 1817; CATHCART, James Leander — *The Captives. Eleven years a prisoner in Algiers compiled by his daughter J. B. Newkirk.* La Porte, Ind.: Herald Print, s.d., p. III-IV; 310; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 922.

[33] WHEELER, Douglas L. — *The Azores and the United States (1787-1987): Two hundred years of shared history.* In «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». Angra do Heroísmo, 1987, vol. XLV, tomo I, p.57-58.

[34] VERMETTE, Mary Theresa Silvia — *Early America's relationship with the Azores: a consular view.* «Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira», Angra do Heroísmo, 45 (1), 1988, p. 1305; ROGERS, Francis Millet — *St. Michael's Hicklings, Fayal Dabneys and their British connections.* «Arquipélago», Ponta Delgada, número especial, 1988, p. 125; N.A.R.A. *Despatches from United States Consuls in Fayal, 1795-1897 vol. 2 (July 26, 1833 — December 4, 1841) (National Archives microfilm publication, T203, rolo 2).* Ofícios do cônsul no Faial, Charles William Dabney, para o Secretário de Estado, Louis McLane, datados de Lisboa, 8 de Maio e 14 de Setembro de 1834; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 356-357.

to de 1790, o inglês John Street, natural do Faial, que entretanto se tronara cidadão americano, era confirmado, pelo Senado, como vice-cônsul dos Estados Unidos na ilha onde nascera[35]. John Street foi substituído por John Bass Dabney, a partir de 1807, tendo ocupado o cargo de cônsul nos Açores até à sua morte em 1826[36]. Refira-se que, durante o tempo em que John Bass Dabney exerceu funções, e até ao terceiro quartel do século XIX, as ilhas açorianas foram utilizadas pelas frotas baleeiras americanas, as quais frequentavam, sobretudo, as Flores e o porto da Horta. Este era um local de aguada, de descanso das tripulações onde também se procedia à substituição de elementos da equipagem ou se completava esta, caso o navio tivesse saído do porto de origem sem o número necessário de homens para o serviço de bordo. Além disto, nesta cidade, os marinheiros tinham acesso a assistência médica e hospitalar, podiam receber correspondência e abastecerem-se de utensílios de pesca, de materiais de reparação naval, sem esquecer que era um local propício ao

---

[35] Id., Personnel Records, *List of U.S. Consular Officers, 1789-1939, vol. 7 (National Archives microfilm publication, M587, rolo 7)*, Id., *Despatches from United States Ministers to Portugal, vol. 3 (November 19, 1790 — September 17, 1793), (National Archives microfilm publication, M43, rolo 2)*. Despacho nº. 39 do ministro residente, coronel David Humphreys, para o Secretário de Estado, Thomas Jefferson, datado de Lisboa, 22 de Novembro de 1791; Id., *Diplomatic and Consular Instructions. Foreign Letters of the Continental Congress and the Department of State, 1785-1790*, vol. 1 (January 14, 1785 — December 23, 1790), (National Archives microfilm publication, M61, rolo 1), p. 379. Despacho do Secretário de Estado, Thomas Jefferson, para o vice-cônsul John Street, datada de Nova Iorque, 5 de Agosto de 1790; Id., *Despatches from United States consuls in Lisbon, vol. 1 (July, 27, 1791 — December 18, 1802), (National Archives microfilm publication, T180, rolo 1)*. Carta de John Street para o Secretário de Estado, Thomas Jefferson, datado de Lisboa, 8 de Novembro de 1791; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 924-925; AFONSO, João — *Dos Anais da Família Dabney para a História Oitocentista dos Açores numa Perspectiva Atlântica*, «O Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV a XIX», Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 240.

[36] N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States consuls in Fayal, 1795-1897, vol. 1 (March 4, 1795 — November 28, 1832), (National Archives microfilm publication, T203, rolo 1)*. Despacho do cônsul John B. Dabney para o Secretário de Estado, James Madison, datado do Faial, 12 de Abril de 1807 e despacho de Charles William Dabney para o Secretário de Estado, Henry Clay, datado do Faial, 10 de Setembro de 1826; Id. *Personnel Records, List of U.S. Consular Officers, 1789-1939, vol. 7 (National Archives microfilm publication, M587, rolo 7)*; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 926-927.

contrabando. E, desde o início do século XIX que açorianos serviram a bordo de embarcações baleeiras americanas[37].

O corpo consular americano, em ambos os arquipélagos, foi um espectador privilegiado do modo como os seus habitantes viveram a turbulência política e militar de finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, a qual não deixou de afectar o relacionamento luso-americano. Navios corsários americanos, sobretudo do porto de Baltimore, munidos de cartas de corso dos insurgentes da América do Sul, nomeadamente do patriota uruguaio general Artigas, actuaram em águas açorianas, capturando embarcações portuguesas, o que motivou protestos das autoridades de Lisboa junto dos representantes estadunidenses em Portugal e dos diplomatas lusos nos Estados Unidos[38].

Por outro lado, a guerra anglo-americana, iniciada em 1812, acabou por se reflectir na Madeira, uma vez que navios americanos foram apresados por barcos de guerra britânicos nas águas circundantes da ilha[39]. Nesta altura, as águas açorianas também foram palco de recontros entre ingleses e americanos, sendo o episódio mais famoso a destruição do navio corsário americano *General Armstrong*, que acabou por envenenar as relações entre Portugal e os Estados Unidos, no período posterior à guerra[40]. O barco foi destruído por um esquadrão de três navios britânicos,

---

[37] AFONSO, João — *Dos Anais da Família Dabney para a História Oitocentista dos Açores numa Perspectiva Atlântica*, p. 240-241; VERMETTE, Mary Theresa Silvia — *Os Yankees e o Faial*, p. 291.

[38] CASTELO-BRANCO, Fernando - *Subsídios para a História do Faial e da Periferia Açoriana*, «O Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV a XIX», Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 106-107.

[39] N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States consuls in Fayal, 1795-1897, vol. 1 (March 4, 1795 — November 28, 1832). (National Archives microfilm publication, T203, rolo 1)*. Despachos do cônsul James Leander Cathcart para o Secretário de Estado, James Monroe, datados da Madeira, 1, 13 e 29 de Maio de 1813; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 923.

[40] N.A.R.A. General records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States consuls in Fayal, 1795-1897, vol. 1 (March 4, 1795 — November 28, 1832), (National Archives microfilm publication, T203 rolo 1)*. Despacho do cônsul John Bass Dabney para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Faial, 27 de Julho de 1808; *The history of the wonderful battle of the brig-of-war General Armstrong with a British squadron at Fayal, 1814. The famous gun, Long Tom. Sketch of the life of captain Samuel Chester Reid, commander of the Armstrong; who designed the present flag of the United States in 1818. History of the flag. Interesting incidents, etc.*, Boston, Mass, L: Barta & C°., Printers, 1893, p. 15-30; Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 928.

em 26 de Setembro de 1814, no porto da Horta, onde entrara para se abastecer de água potável. No decurso do incidente em que morreram vários marinheiros americanos, o *General Armstrong* acabou por ser incendiado pelos ingleses. Os armadores do corsário estimaram as perdas em 30.700 dólares e pediram uma indemnização a Portugal. A corte portuguesa, então sediada no Rio de Janeiro, não aceitou esta reclamação, pois na sua óptica, além da neutralidade portuguesa ter sido violada, o governador do Faial tudo fizera para evitar este confronto. Ao mesmo tempo, o governo português deu instruções, ao seu representante em Londres, para reclamar e pedir uma reparação ao governo britânico, tanto para portugueses como para americanos. Refira-se, ainda, que esta pendência se arrastou por vários anos, até 1852, altura em que por mediação do então presidente da República Francesa, o futuro Napoleão III, foi dada razão a Portugal[41].

* * *

A posição geográfica da Madeira e dos Açores, bem como a sua importância económica, explicam o papel determinante destas ilhas no âmbito das relações diplomáticas e comerciais entre o espaço português e os Estados Unidos. De facto, ambos os arquipélagos tinham um grande alcance estratégico e económico, pois serviam de pontos de apoio à navegação estadunidense e também de mercados para os produtos americanos, dadas as carências alimentares com que se debatiam. Conforme vimos, o madeirense exportava o vinho da Madeira, o preferido da classe

---

[41] BOURDON, Léon — *José Corrêa da Serra ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil à Washington 1816-1820*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1975, p. 19; AGAN, Joseph — *The Diplomatic relations of the United States and Brazil*. Paris: Jouve et Cie, Editeurs, 1926. Vol. 1. *The Portuguese Court at Rio de Janeiro*, p. 48-62; HILL, Lawrence F. — *Diplomatic relations between the United States and Brazil*. Durham: Duke University Press, 1932, p. 12-15; MAGALHÃES, José Calvet — *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América 1776-1911*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991, p. 245-148; 169; Jorge Manuel Martins — *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 490-491.

aristocrática norte-americana, e os Açores o denominado vinho do Faial (*Fayal wine*), produzido nas ilhas do Pico e de S. Jorge, e expedido através do porto da Horta. Da América do Norte estas ilhas importavam sobretudo cereais, mas também bacalhau e madeiras.

A importância destas relações comerciais explicam porque razão, logo após a independência, as autoridades americanas nomearam agentes consulares para os dois arquipélagos, os quais foram espectadores privilegiados das dificuldades provocadas pelos conflitos em que Portugal e os Estados Unidos se viram envolvidos nas duas primeiras décadas do século XIX.

O poder emergente dos Estados Unidos nos finais do século XVIII

A situação na Madeira com as colónias de comerciantes estrangeiros.

Rui Carita

A importância dos contactos comerciais madeirenses com a América do Norte datam já do século XVII. Se consultarmos a correspondência comercial do governador Duarte Sodré Pereira, nos primeiros anos do seguinte século XVIII, encontram-se referidos um número apreciável de correspondentes: Richarte Antoni, em Filadélfia; André Jonatão Belicher, em Boston; coronel Abraão Pexter e Luís Gomes, em Nova Iorque; José Ward e Benjamim Maçon, em Barbados; Arão Lamego, na Jamaica; Miguel de Castro e Manuel Alves Correia, em Curaçau. O Governador exportava da Madeira vinho e importava da América do Norte farinhas, embora num complicado circuito, onde entravam igualmente os Açores, o Brasil e diversos portos da Europa.

Ao longo do século XVIII o comércio do vinho da Madeira inclina-se decididamente para os portos da América do Norte, passando as suas ligações com a Inglaterra, quase para segundo plano. Nos meados do século, o cônsul inglês do Funchal, Thomas Cheap escrevia que os habitantes das colónias inglesas estavam autorizados a importar bens directamente da Grã-Bretanha e da Irlanda e, passando os seus navios,

dado o regime de ventos e de correntes, ao largo do arquipélago, trocavam na Ilha produtos ingleses por vinho, que depois vendiam nas Américas.

Esta situação era já patente nos finais do século XVII, levando à fixação no Funchal de um comerciante da Nova Inglaterra: Freegrace Bendall[1]. No entanto, ao longo do século XVIII, os produtos americanos, principalmente víveres, passaram a concorrer decididamente com os ingleses e passou a prevalecer um circuito mais directo. Neste quadro, perto dos finais do século a maioria dos navios que passam no porto do Funchal vão e vêm de e para a América.

O conflito que opôs as colónias americanas ao monopólio comercial inglês, começou por aflorar em 1764, até certo ponto com base no vinho da Madeira e no "*sugar act*", que pretendia tributar as ligações directas das colónias americanas com os restantes portos. Dada uma longa tradição dos meados do século XVII, o vinho da Madeira estava isento de taxas nos portos da América do Norte, ao contrário, por exemplo, do vinho do Porto. Nesta sequência, surgiu o confronto de Boston, que se saldou por um massacre, em 1770, três anos depois o "*Boston Tea Party*" e, em 1776, a proclamação de independência das colónias da América do Norte que, logicamente, teve o apoio da França, mesmo com ajuda financeira.

Portugal tentou manter uma posição neutral no conflito, mas os interesses ingleses eram demasiado pesados para tal acontecer e, a 4 de Julho de 1776, no mesmo dia, mês e ano em que os Estados Unidos declararam a Independência[2], um decreto proibia a entrada de navios

---

[1] T. Bentley Duncan, *Atlantic Island. Madeira, the Azores and the Cape Verdes in the seventeenth-century, commerce and navigation*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1972, págs. 250 e 251. Cit. Jorge Martins Ribeiro, "Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII", in *III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, págs. 392 e 393.

[2] A *Declaração* ficou retratada numa célebre gravura de John Trumbull (1756-1843), *The Declaration of Independence of the United States of America, July 4th, 1776*. O trabalho foi iniciado na residência de Thomas Jefferson, em Paris, entre Dezembro de 1787 e Fevereiro de 1788. Original a água forte e buril exposto in *Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes*, Lisboa, Torre do Tombo, Janeiro a Março de 1997, nº 7.

da América do Norte nos portos portugueses[3]. Um ano depois surgirá o protesto norte-americano, datado de Paris e assinado por Benjamin Franklin e Silas Deane, ministros do Congresso dos Estados Unidos. Para além do protesto, os ministros em questão manifestavam o desejo que Portugal se não assumisse como juiz quanto à separação face à Inglaterra[4].

Apesar de, ainda em 1780, Portugal se manter neutral no conflito, desde Janeiro desse ano que estacionava nos mares da Madeira uma armada inglesa comandada pelo almirante Jonhstone. Ora, como os navios ingleses não aceitavam de forma alguma o pacto de vizinhança, atacavam todos os navios costeiros, mesmo madeirenses, que circulassem na área[5]. Acrescia ainda a situação, com o engajamento ilegal e contínuo das esquadras inglesas na Madeira, tudo isto com o apoio dos cônsules acreditados no Funchal, questão que abordamos noutro local[6]. A partir de 1781 instala-se o pânico na Ilha, com os franceses a estabelecerem um apertado bloqueio à Ilha, cortando toda e qualquer possibilidade de contacto[7].

A partir da década de 1770 e até aos princípios do século seguinte, os conflitos que haviam tido por palco os continentes europeu e americano alargam-se profusamente ao Atlântico, atingindo uma esca-

---

[3] **IAN/TT**, *Conselho da Fazenda, Repartição da Índia e Ordens, Decretos*, 4/1. "*Sendo ultimamente informado de que as Colónias da América Ingleza por hum Acto emanado do Congresso que tiveram em quinze do mez de Mayo proximo precedente; não só se declararam inteiramente apartadas da sugeição á Coroa da Grã-Bretanha; mas ficavam ja formando Leis estabelecidas na sua propria, e particular Authoridade; para rezistirem à legitima de El Rey Britannico, Meu Bom Irmão Amigo, e Alliado (...) Sou Servido Ordenar que em nenhum dos Portos destes Reinos e Seus Dominios se dê practica, ou entrada a navio algum que a elles chegar com carga, ou sem ella, vindo de qualquer dos Portos da sobredita America Septentrional Ingleza...*". Idem exposição citada, nº **9**.

[4] Idem, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, cx. 550, nº 1. Paris, 16 de Julho de 1777. Em documento anexo, nº 2, Félix António Castrioto, redactor da *Gazeta de Lisboa* e director do *Jornal Enciclopédico*, afirma-se intermediário daquela representação e advoga a revogação do decreto e édito, considerando que mesmo as nações mais amigas da Inglaterra não deixavam de admitir nos seus portos os navios norte-americanos. Idem, nº **10**, *Edital* e nº **11**, *Protesto norte-americano*.

[5] **ARM**, *Governo Civil*, nº 561. Idem, **IAN/TT**, *PJRFF*, L°. 1182, fl. 29. 22 de Dezembro de 1776.

[6] Cf. *História da Madeira*, 5º vol., *Século XVIII, Economia e Sociedade*, 1999, págs. 221 e segs.

[7] **IAN/TT**, *idem*, nºs 1019, 1126, 1476, etc. Idem, **AHM**, *GC*, L°. 518, fls. 31 a 32 v. Funchal, 29 de Julho de 1785. Carta sobre a abordagem de corsários franceses a uma balandra de guerra holandesa, que entretanto conseguiu entrar no porto do Funchal, tendo os navios franceses fugido.

la nunca experimentada. Para imaginar a situação que se viveu nesses anos, refira-se que nos finais do século se contavam por vários milhares, o número de embarcações apresadas pelos franceses aos ingleses e aliados. Só no porto de Brest, em 1795, existiam 700 presas inglesas e, em 1798 contavam-se 3199 navios comerciais apresados[8].

Portugal e a Madeira tentariam manter aparentemente a neutralidade ao longo dos vários conflitos, mas, principalmente, o porto do Funchal, nunca deixou de ser uma base fundamental da estratégia inglesa no Atlântico e não havia muitas possibilidades dos governadores da Madeira fugirem a essa realidade. Conhecemos as atitudes do bispo-governador, em 1748, perante o bergantim espanhol *Santelmo e Nossa Senhora da Candelária*, com carta de corso, e a nau inglesa *Chesterfield*, que o apresou, sendo depois arrematado no Funchal[9] e do governador José Correia de Sá, em 1762, quando decorria o conflito do *Pacto de Família* e se confrontaram no porto do Funchal a fragata inglesa *Beavour* e o bergantim francês *Ruby*[10].

Poderemos ainda referir, a atitude do governador João António de Sá Pereira que, em Novembro de 1769, recebeu pomposamente, no Funchal, com recepção e jantar em São Lourenço, as tripulações de três fragatas de guerra inglesas, que transportavam o almirante João Lindsay, nomeado comandante-em-chefe de todas as forças navais da Grã-Bretanha no Oriente. O Almirante apresentara-se no Funchal com especial recomendação do então ministro de Portugal em Londres, Martinho de Melo e Castro, em breve Secretário de Estado do gabinete pombalino.

---

[8] Cf. Alberto Vieira, O Funchal no contexto das mudanças político-ideológicas do século XVIII", com. ao colóquio *As Sociedades Insulares no contexto das interinfluências culturais do Século XVIII*, CEHA, Funchal, 1994, pág. 98; idem, António Henriques Cabaça Baptista, *O ressurgimento da Marinha Portuguesa no último Quartel do Século XVIII*, tese de licenciatura na Faculdade de Letras, Lisboa, 1957 (cota HF 1957-20).

[9] **IAN/TT**, *PJRFF, Alfândega do Funchal*, L° 108, *Entradas*, fl. 31 v.; idem, L° 972, fls. 233 a 235 v., carta de corso datada de 24 de Novembro de 1739; idem, L° 109, fls. 79, 82 e 83 v.; idem, *Repartição da Fazenda do Funchal*, L° 1152, *Registo de Cartas*, fl. 16 v.; idem, L° 970, fls. 16 v. e segs., Funchal, 27 de Setembro, 12 de Outubro e 23 de Dezembro de 1748, e 18 de Janeiro de 1749.

[10] **AHU**, idem, catalogados, cx. 1, n° 237 e 238.

Nesta sequência, em Fevereiro de 1778, o desembargador proibira um corsário americano de aguar no Funchal. No entanto, o governador João Gonçalves da Câmara, no mesmo quadro de neutralidade, acabou por o autorizar. Justificou o Governador a sua atitude, alegando "*as circunstâncias em que estava (...) com a Ilha falta de mantimentos e afugentados os navios ingleses*", tendo o corsário garantido a segurança no porto. Por outro lado, não se coíbe o Governador de referir o receio que havia das represálias do mesmo corsário, dadas as precárias condições de defesa das fortificações do porto[11]. Mais tarde, a 22 de Janeiro de 1780, o Governador escrevia ao ministro Martinho de Melo e Castro a participar a entrada no Funchal de mais uma esquadra inglesa, pedindo instruções para conseguir manter a neutralidade[12].

Com a guerra da Independência da América, o comércio geral madeirense sofreu um terrível abalo e o porto do Funchal deixou de ser frequentado pela "*multidão de navios americanos*", carregados com os indispensáveis cereais, assim como se deixou de exportar para aquelas paragens, os vinhos da Madeira. Esta situação provocou um abrupto abaixamento do preço dos vinhos, porém, não provocou quaisquer alterações nas importações, como o essencial trigo, que não desceu de preço, como o vinho, mas subiu. Escreveu-se então que a culpa era da "*indústria maliciosa dos ingleses, para tirarem maior vantagem do seu comércio*"[13], o que talvez nem esteja muito fora da verdade.

No entanto, saldado o conflito da independência dos Estados Unidos, outro espectro veio a surgir no horizonte político insular: os ideais da Revolução Francesa e a acção francamente decidida do cônsul dos Estados Unidos. Já em 1794 tinham sido detectados "*dois pasquins*", um dos quais "*dava ideias bem contrárias ao sistema das mo-*

---

[11] Ibidem, cx. 2, nºs 370 e 371. Ofícios do governador para Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro, Funchal, 6 e 20 de Novembro de 1769. Idem, nºs 376 e 377. Ofícios de felicitações da câmara municipal do Funchal e do governador para Martinho de Melo e Castro, pela sua nomeação. Funchal, 14 de Fevereiro e 6 de Março de 1770; idem, nº. 465. Idem, 28 de Fevereiro de 1778

[12] **IAN/TT**, idem, nº 545. Idem, 22 de Janeiro de 1780.

[13] **AHU**, idem, cx. 3, n.º 518. Ofício do governador João Gonçalves da Câmara, Funchal, 5 de Agosto de 1779.

narquias, pois invitava a França, a quem chamava Mãe, para que viesse libertar os moradores desta Ilha", como refere o Governador ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa[14].

Aliás, referindo-se ao cônsul americano João Marsden Pintard, o Governador achava-o "*dotado de um espírito intrigante, libertino e revoltoso*", pois "*adopta, aplaude e celebra com publicidade o actual sistema da Convenção Francesa*"[15], pelo que chegou a ironizar, que parecia também querer ser cônsul dos franceses.

No entanto, os interesses gerais nacionais e os específicos comerciais da Ilha, não permitiam ir muito mais longe que determinadas queixas, pois as relações comerciais com os Estados Unidos eram cada vez maiores. Não tinha sido por acaso, que o brinde da Independência tinha sido celebrado com vinho da Madeira.

Na correspondência da firma *Lamar, Hill, Bisset & C.º* Jorge Martins Ribeiro encontrou mesmo um pagamento feito por George Washington em 1785 e, embora não se encontre referido o produto em causa, tudo leva a pensar que se tratasse de vinho da Madeira, pois numa carta posterior, datada de 20 de Setembro de 1794, aparece o envio de uma pipa para o Presidente dos Estados Unidos[16]. Vários autores referem a preferência do general Washington pelo vinho da Madeira, de que tinha fama de consumir cerca de meio litro por dia, assim como a sua convicção de que possuiria qualidades terapêuticas no tratamento de algumas febres, no que era acompanhado por altas figuras americanas, como Benjamin Franklin. Daí o ter sido utilizado para brindar à Declaração de Independência e na tomada de posse de George Washington como primeiro presidente federalista dos Estados Unidos, em 1789.

Thomas Jefferson, 2º presidente, republicano e antifederalista de

---

[14] **ARM,** *GC*, L.º 7, *Registo de Patentes*, fl. 96 v. Funchal, 3 de Março de 1794.

[15] António Loja, "Ventos da História, sinais de Iluminismo e Revolução na Madeira do século XVIII", com. ao colóquio *As Sociedades...*, ob cit., pág. 99.

[16] Historical Society of Pennsylvania, *Sarah Smith Papers*, carta enviada da Madeira para Henry Hill, em Filadélfia, 11 de Setembro de 1786 e carta enviada de Flushing, por George Keith para Richard Lamar Bisset, 20 de Setembro de 1794. Cit. de Jorge Ribeiro Martins, com. cit., pág. 392.

tendência democrática, por exemplo, chegava a acreditar que, tal como a comida, o vinho da Madeira era necessário ao bem-estar de um homem[17]. No seu primeiro ano na presidência dos Estados Unidos comprou quatro pipas de *Madeira*, ou sejam quase dois mil litros, para receber os convidados nos jantares da Casa Branca. Saliente-se as sua relações privilegiadas com Portugal, na pessoa do abade Correia da Serra, que se tornou durante a sua permanência nos Estados Unidos visita frequente da residência de Thomas Jefferson na Virgínia, existindo um quarto, hoje reposto pela fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, com a designação de *Abbé's Room*, ou seja o *quarto do Abade*[18].

Para os finais do século XVIII os grandes mercados importadores do vinho da Madeira continuavam a ser as Índias Ocidentais, nas quais são mencionados cerca de 29 portos diferentes, com especial destaque para a ilha da Jamaica, com um espectacular registo de 38.894 pipas, entre 1780 e 1799, num total exportado de 103.704. Seguem-se os portos da Ásia, América do Norte e do Sul, com níveis semelhantes de importação. Assim, para a Ásia e, neste período, exportaram-se 48.673; para a América do Norte: 44.484; e para o Brasil, ou seja, a América do Sul: 45.924.

Os valores para os portos de África não são significativos: um total de 1.757 pipas, sendo 33 % desse total, para Bissau. O mesmo quase acontece com a Europa. Assim, para o velho continente encontramos um total de 8.127 pipas, sendo 1.743 para o porto de Londres, efectivamente o maior importador de vinho da Madeira na Europa, mas longe das cifras de exportação para a Ásia e para as Américas[19].

---

[17] T. Bentley Duncan, *ob. cit.*, págs. 250 e 251; idem, R. de Treville Lawrence, *Jefferson and wine. Model of moderation*, 2ª. Ed., The Plains, Virginia, The Virjifera Wine Growers Association, 1989, pág. 176. Cit. idem, pág. 392.

[18] Depois da morte de Jefferson, em 1826, a residência Monticello, foi comprada por Uriah Levy, cujo trisavô, Dr. Diogo Nunes Ribeiro, tinha sido um dos médicos de D. João V, que emigrara atribuladamente para a América em 1733, diz-se, para proteger uma aventura amorosa real. Após a compra da casa, em 1834, os seus descendentes viveram aí quase um século, evitando assim a sua ruína, até passar à posse da Monticello-Thomas Jefferson, Memorial Foundation. Cf. catálogo citado, nºs **84** e **85**, págs. 89 a 91.

[19] Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, *Dinamismo sócio-económico do Funchal na segunda metade do século XVIII*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1994, pág. 47.

Por esta data, como já referido, principalmente entre 1775 e 1783 o comércio geral da Madeira sofreu um terrível abalo com a guerra da independência da América. Estes longos oito anos de bloqueio inglês às suas antigas colónias, impediram a exportação dos vinhos da Madeira para o seu principal mercado. Os habituais transportes utilizados eram essencialmente os ingleses e, por outro lado, como as populações das antigas colónias, com a guerra, abandonaram as suas culturas de cereais, a Madeira perdeu também as importações de trigo, tendo passado, muito provavelmente, por uma das crises frumentárias mais graves da sua história. A situação, entre 1777 e 1779, atingiu um tal ponto, que parte do pessoal da alfândega do Funchal foi mesmo dispensado[20].

Por esta altura, o governo de Lisboa chegou mesmo a tentar outros contactos para o comércio da Madeira, perguntando-se, em 1778, por exemplo, para a Ilha, a razão porque a nação sueca não tinha os mesmos privilégios que as restantes na alfândega do Funchal, como a "*isenção de certos direitos*". Também em 1781, o secretário de estado Martinho de Melo e Castro escreveu ao governador da Madeira, solicitando o melhor acolhimento possível para o coronel Bille, comandante do navio dinamarquês *Wagrien*, que seguia para o Cabo da Boa Esperança[21]. No entanto, salvo pontualmente, o comércio báltico não tinha qualquer hipótese de preencher o vazio deixado pelo anglo-americano.

A situação conheceu uma certa recuperação a partir de 1783, registando-se já a saída de 1.277 pipas para Filadélfia[22]. Nessa altura, o governo tenta várias alternativas, como o alvará sobre as pescarias, onde foi levantada parte dos impostos sobre o pescado, dada a "*decadência a que têm chegado as pescarias do reino e ilhas adjacentes*", assim como a 8 de Janeiro do mesmo ano de 1783, se publicou um outro alvará, tentando favorecer o comércio das ilhas com os portos de Goa e Macau[23].

---

20 **IAN/TT**, *JPRFF*, L.º 193, fl. 148. Carta de 23 de Outubro de 1779.

21 **ARM,** *GC*, L.º 533, fls. 3, 10 v e 11. Lisboa, Ajuda, cartas de 17 de Junho de 1778 e 29 de Abril de 1781.

22 Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, ob. cit. pág. 49.

23 **ARM,** *GC*, L.º 517; idem, **AHU,** *Colecção de Legislação Portuguesa*, António Delgado e Silva, Lisboa, 1828, págs. 326 a 328.

Os finais do século XVIII marcaram uma nova orientação governamental em relação ao Oriente, com a tentativa de implantação de novas estruturas comerciais e estabelecendo-se uma série de redes de intercâmbio entre a antiga índia Portuguesa, o Brasil e as Ilhas. Neste sentido, foram apresentados vários prelados nascidos nas Ilhas para as dioceses ultramarinas e levantaram-se, por exemplo, parte dos direitos alfandegários no porto do Funchal para os navios da rota da Índia. Assim, estes navios podiam embarcar vinhos, aguardentes e açúcar somente com os quatro por cento da baldeação.

Pelo menos duas das firmas madeirenses, as de Pedro Jorge Monteiro e D. Guiomar Madalena de Sá Vilhena, chegaram a interessar-se vivamente pelo comércio com a Índia[24], assim como o antigo governador da Madeira, o então já conde da Ega[25]. Saliente-se, no entanto, que as firmas madeirenses em causa não abandonaram os contactos que tinham na América do Norte, limitando-se então a uma maior abertura dos seus raios de acção.

Em 1784, por exemplo, quando uma nau portuguesa da Índia não conseguiu efectuar um carregamento de 700 pipas de vinho, que D. Guiomar pretendia transportar para Calcutá, o Governador autorizou o fretamento de um bergantim nacional, a galera *Flor do Funchal,* propriedade desta casa, para conduzir as restantes pipas e emitiu o respectivo passaporte. O Governador explicou depois para Lisboa o seu procedimento, alegando que se tratava de duas casas comerciais respeitáveis, dado que tomara também idêntica posição para com Pedro Jorge Monteiro.

D. Guiomar aproveitou imediatamente para agradecer ao secretário de estado Martinho de Melo e Castro, referindo que "*nem o meu sexo, nem a minha capacidade é próprio para executar uma profissão* (como esta), *que depende de maiores talentos; mas como Vossa Excelência tão benignamente protege a todo o comércio nacional, devo eu*

---

24 Cit. João José de Sousa, ob. cit. "*mapas*". Idem, **ARM,** *GC,* L°. 518, fls. 1 a 2 v.

25 **ARM,** *GC,* L°. 518, fls. 10, 10 v., 15 v. e 16. Ofícios do Secretário de Estado, Lisboa, Ajuda, 3 e 9 de Junho; respostas do governador, Funchal, 28 de Junho e 4 de Setembro de 1784.

confiar na mesma benignidade, que as luzes de que eu me considero destituída, as suprirá o amparo de Vossa Excelência, dignando-se ser o meu protector"[26].

No entanto, estas redes autononizaram-se francamente em relação à metrópole e, criadas, essencialmente, para favorecer as embarcações e os comerciantes portugueses, rapidamente, dadas as ligações do capital internacional, fugiram ao controlo do estado português e entraram também no domínio do vasto império colonial inglês dos séculos XVIII e XIX.

Com o fim do conflito da Independência da América, o tráfego atlântico recuperou a antiga pujança, voltando o porto do Funchal a conhecer um movimento que, num breve espaço de tempo e muito perto dos finais do século, ultrapassava os mais altos valores anteriores. Nesta época, principalmente o comércio vinícola atingiu números até então nunca atingidos, aparecendo, no porto do Funchal, para além dos navios mediterrâneos, ingleses e americanos, também dinamarqueses, suecos e russos. No entanto, como as estruturas de produção não tinham sofrido quaisquer alterações, igualmente num curto espaço de tempo, anunciava-se o colapso próximo desse mesmo comércio.

Mais tarde, o novo estado despoletado pela independência das colónias americanas e os apoios recolhidos em França, preocupavam de sobremaneira o Governador. Com a declaração de guerra da Convenção Francesa à Inglaterra, no começo de Fevereiro de 1793, D. Diogo Pereira Forjaz escrevia à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, referindo os "*movimentos que toda a Europa faz, dispondo-se para grandes tumultos*", o que tornava possível um ataque por "*revoltosos franceses*", dando como exemplo o sucedido em Nápoles e a actuação do cônsul americano no Funchal, João Marsden Pintard, que não negava o seu apoio à Revolução Francesa[27].

---

26 **AHU,** Madeira, cx. 4, nºs 706, 707 e 712. Cit. Jorge Guerra, art. cit. págs. 120 e 133.

27 **IAN/TT**, *ibidem*, L.º 518, fls. 6 v. a 9. 21 de Fevereiro de 1793; **ARM**, *CMF, RG*, T 13, fls. 16 a 17. Patente do cônsul, 8 de Novembro de 1791. No entanto, temos referência a sua actuação como cônsul desde 1784; idem, *GC*, L.º 518, fls. 63 v. a 66 v. Cartas de 3 e 4 de Novembro de 1793; idem, L.º 519, fls. 98 v. a 101. Queixas à actuação do cônsul Pintard. Funchal, 3 de Março de 1784.

O governador da Madeira estava perfeitamente consciente da situação internacional e dos pressupostos da política nacional, semi-ocultos no jogo diplomático que eclodira na intervenção do Rossilhão. Em Fevereiro de 1793, a Inglaterra e a Polónia tinham declarado guerra à França. Portugal tentava não ficar fora da questão, celebrando acordos com a Espanha, a 15 de Julho e com a Inglaterra, a 26 de Setembro. No entanto, a situação não nos tinha sido favorável, com os soldados portugueses a combaterem na Catalunha e a Espanha a fazer um tratado de paz, separado, com a França, deixando-nos numa posição francamente incómoda.

Portugal tinha feito, entretanto, um acordo com as autoridades do Norte de África, o tratado de paz assinado com o sultão Ismaili, de Marrocos, em 13 de Novembro de 1774 e de que o Governador tinha conhecimento[28], tratado ainda ratificando em 1798. Em 1799 foi a vez de se assinar semelhante acordo com as autoridades de Tripoli, encontrando o país assim livre do perigo mouro, dado que a ideologia e a pirataria francesa e americana era então cada vez mais preocupantes.

No início de Março de 1793, D. Diogo Pereira Forjaz tomou a opção de iniciar os preparativos para o conflito que se adivinhava, solicitando urgentes apoios continentais em material de guerra e em oficiais de engenharia, que pudessem rever em moldes modernos, as desfalcadas construções defensivas da Ilha. As ordens do Governador distribuíram-se, por outro lado, a todos os capitães-mores das ordenanças que, ainda que obsoletas, se procurou mobilizar. A ordem abria

---

28 **IAN/TT**, *PJRFF*, L.º 970, fls. 108 a 117. Trata-se de uma transcrição tirada de um original "*em pergaminho*", apresentado no Funchal pelo capitão Mohamet Sqhoy, comandante do navio marroquino *El Joven Lorenzo*, em 1793, em que seguia a família de Sidi Muley Alyalem. O navio seguia de Santa Cruz e Mogador para Salé e veio parar à Madeira por mau tempo, aproveitando para tomar água e mantimentos, assim como fretar outras duas embarcações, seguindo depois para Salé; idem, **ARM**, L.º 519, fls. 25 a 28. Ofício do governador sobre este assunto, Funchal, 5 de Junho de 1793. Sobre corso marroquino, ver, *idem*, L.º 535, fls. 39 a 42. Registo do passaporte de um corsário marroquino, arrais Hamet Britel, vindo de Salé. Assina o cônsul Jorge Colaço, Tanger, 6 de Junho; *idem*, Manuel da Silva, Mogador, 3 de Outubro; entrada no Funchal, 12 de Outubro de 1781; *idem*, fragata de guerra de 18 peças e com 100 homens, arrais Hamet Turqui. Idem; Tânger, 6 de Junho; entrada no Funchal, a 16 de Outubro de 1781.

com: "*porque para se reprimirem os tumultos que se receiam na Europa, se estão preparando muitos reinos e entre eles, o de Portugal e é digno de imitação o seu providente exemplo; Tenho resolvido que estas ilhas da Madeira e do Porto Santo* (...) *da mesma sorte se preparem, e se ponham no melhor estado de defesa...*". Este cabeçalho abria a ordem de mobilização da população, levantamento do número de homens disponíveis, armamento existente, particular ou distribuído, assim como mandava levantar o antigo sistemas de vigias e facheiros[29].

Só em meados do mês de Maio de 1793, a secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros escrevia para a Ilha, recomendando algumas cautelas com a situação e alentando para uma possível "*hipótese*" de guerra, com a "*pretendida República Francesa; e suposto que os seus armamentos, e as expedições não sejam muito para temer, em competência com os da Grã Bretanha...*". Seria assim conveniente, apesar de tudo, ter algumas cautelas com os navios franceses e corsários.

Em meados de Outubro desse ano, finalmente, a Corte informava que estariam a ser tomadas algumas das medidas solicitadas pelo Governador. Estaria assim a ser preparado um regimento de artilharia, assim como seriam enviados dois oficiais de engenharia, munições e pólvora. Do prometido, só chegaram em Outubro algumas munições, manifestamente insuficientes e 100 barris de pólvora. Em 1794 ainda as munições eram insuficientes, sem falar no resto e só em 1795, a fragata *Carlota* trazia algumas toneladas de pólvora, 600 espingardas e 10 peças de artilharia, o que era uma "*gota de água*" para as necessidades da Madeira e do Porto Santo[30]. Entretanto, os mares da Madeira continuavam verdadeiramente infestados de corsários de várias nacionalidades, sendo o controlo, fis-

---

[29] **ARM**, *idem*, *Registo Particular*, L.° 519, fl. 9 v. Ordem do Funchal, de 4 de Março de 1793.

[30] *Idem*, fl. 23, 70 e 93 v. Cartas de Lisboa e do Funchal, 11 de Março e 10 de Outubro de 1793, e Março de 1794; *idem*, L.° 25, *Registo Geral da Secretaria do Governo*, fl. 93 v. Carta do Funchal, 9 de Abril de 1795.

calização e apreensão feito pelas forças inglesas e assistindo o Governador, no Funchal, como simples espectador.

Em Maio desse ano de 1794, por exemplo, um navio dinamarquês que navegava de Bordéus para a América do Norte, foi aprisionado por uma galera inglesa. O navio foi conduzido para a Madeira e os passageiros, aqui colocados como prisioneiros. Entre estes, seguiam duas famílias francesas, que se deslocavam para o continente americano, com intenção de se fixarem em São Domingos: Boaventura Bezé, dourador, com sua mulher e três filhos; e o alfaiate Henrique José Mugnie, com sua mulher e uma irmã. Dada a situação internacional, pediram autorização para permanecer na Ilha, enquanto durasse o conflito. A licença de residência foi-lhes concedida, desde que não "*introduzissem doutrinas, costumes e sistemas estranhos, muito especialmente o actual sistema da Convenção Francesa, abstendo-se de falar a seu favor, ou contra*"[31].

Em 1796 continuava eminente o conflito, sendo a galera portuguesa *Monte Carmo*, a caminho da Baía, aprisionada por um corsário francês. Lisboa solicitava então a atenção do Governador para este assunto e para o encaminhamento dos recrutas madeirenses para os regimentos de infantaria e de artilharia da Marinha Real. No ano seguinte deslocava-se ao Funchal o capitão de fragata Manuel de Jesus Tavares para rever as possibilidades de fazer frente à crescente onda de corsários franceses, na altura em que, deslocando-se dos Açores para a Madeira o professor régio João Vieira da Silva, o seu navio foi aprisionado pelos franceses. Ao mesmo tempo preparavam-se na Ilha 200 recrutas para a Marinha Real, número que não foi possível preencher na totalidade, sendo enviados do continente soldados já preparados, para tomarem parte na defesa da ilha da Madeira. Estes recrutas, 411 homens, chegaram na fragata *Serpente,* em Abril de 1797[32].

---

[31] *Idem*, L.° 525, fl. 14 v.

[32] Idem, *CMF, docs. avulso,* cx. 7, n. 868, 875, 876, 877, 879 e 880. *Idem, GC*, L.° 519, fls. 143 e 143 v. cartas do Funchal, 2 e 3 de Dezembro de 1796.

Os confrontos das colónias estrangeiras na ilha da Madeira

Desde meados do século XVII, que, dada a preponderância da colónia inglesa na praça do Funchal, surgiram inúmeras questões com as restantes, salientando-se, no entanto, que sempre, de uma ou outra forma, conseguiram os ingleses fazer prevalecer os seus interesses. Alguns casos tomaram proporções extremamente graves, como saques efectuados por tripulações inglesas, dentro do porto do Funchal, a outros navios estrangeiros, intimidações e prepotências sobre os vários poderes da Ilha, sobre os produtores vinícolas e até engajamento clandestino.

Um desses casos ocorreu em 1775. Encontrando-se estacionada no porto a fragata dinamarquesa *Ship Comt Bernrrissorff*, comandada pelo coronel Artur Bishop, quando os guardas da alfândega do Funchal procediam à vistoria, a mesma foi invadida e saqueada por marinheiros da fragata inglesa *Conventry*, comandada pelo capitão Benjamim Mearbory. Os guardas da Alfândega tentaram opor-se ao saque, principalmente, por saírem mercadorias de um para outro navio, sem pagarem direitos. O governador João António de Sá Pereira, ao ter conhecimento do caso, mandou levantar auto de investigação, posteriormente enviado para Lisboa[33], mas de que não conhecemos os resultados. Deduz-se assim que, mais uma vez, a nação inglesa teria ficado impune.

Do confronto entre os britânicos e a população local, conhecemos inúmeros casos, como o do juiz do povo de 1770/72, o mestre tanoeiro, Manuel João da Silva, que preso injustamente por tentar embargar um carregamento de contrabando de bebidas alcoólicas do cônsul inglês no Funchal, em 1771, foi de imediato preso. O mesmo juiz, *ousou* propor no ano seguinte, que a nomeação do conservador dos estrangeiros não deveria ser feita *interinamente* e *sem provisão* no

---

[33] **AHU**, *idem*, cx. 2, nºs. 447 e 448. Ofício e certidão do auto de investigação, Funchal, 8 e 10 de Maio de 1775.

provedor da Alfândega, como foi ao longo de todo o século XVIII, mas que deveria ser efectuado por eleição entre todos os cônsules da Ilha. Ora como tal medida não era do interesse dos comerciantes britânicos, o juiz do povo, mesmo conseguindo fugir da Ilha para Lisboa, acabou ali por ser preso e condenado.

A colónia francesa, por exemplo, teve dificuldades várias em se implantar na Ilha, como atesta o juiz do povo em Novembro de 1725, quando requereu à Câmara "*da parte de Sua Majestade* [...], *em meu nome e de todos os Vinte e Quatro, e dos mercadores portugueses desta praça*", que mandassem fechar a porta a Luis Mayor, francês, "*pelas mercadorias que tem em sua loja pública, que está vendendo a varas, côvados e oitavas, como se fosse vassalo de El Rei Nosso Senhor*", pois "*só a estes, como vassalos seus, se lho permite, e não a estrangeiros, como já se encontra julgado pela sentença que alcançaram contra Rabeca Davi e seu marido*". O comerciante francês teria requerido as licenças necessárias, mas alguns dias depois, havia nova queixa e o pedido para que fosse notificado "*para não vender as fazendas, exceptuadas as que neste Senado se lhe deu licença*", com a ameaça de que as encontradas fora do acordado, serem "*tomadas por perdidas*" e proceder-se contra o mesmo "*como for justiça*".

Também no seguinte ano de 1724, uma sétia francesa de que era senhorio João Achard, também comerciante francês da praça do Funchal, não foi autorizada a desembarcar os seus carregamentos, por insistências dos comerciantes ingleses[34].

Em 1762 ocorreram novamente problemas, já aqui referidos, envolvendo o bergantim francês, de que era comandante o capitão Montazaud, e a fragata inglesa *Beaver*, que o perseguia. Perante tal situação e na eminência de um combate naval às portas do porto do Funchal, o governador apreendeu o bergantim e enviou então para Lisboa o volumoso processo de 31 folhas a pedir instruções. Deste proces-

---

34 **ARM**, *CMF*, L° 1345, *Vereações 1720-1724*, fls. 54 e 55. Funchal, 8 e 20 de Novembro de 1724. Leitura de Luís Francisco de Sousa Melo.

so fazem parte as petições e protestos dos comandantes dos navios e dos respectivos cônsules, José Fayan e Matthew Hiscox[35].

A meados do século aparecem também alguns alemães interessados em se fixar na Madeira. Regista então os seus privilégios Francisco Bruno Koes, filho de Henrique Koes, natural de Anvers, "*cidade sujeita ao imperador da Alemanha*". Citam-se então entre os privilégios, que podia "*andar de besta, usar de sela e freio e trazer quaisqueres armas defensivas e ofensivas com lume* [...]"[36].

Por esta altura, Jacob Pedro Strauss, "*homem de negócio de Nação Alemã*", estabelecido na cidade de Lisboa, apresentou a D. José I os "*motivos que tinha para desconfiar dos seus correspondentes*" da Madeira, José Pereira Passos e Thomas Hopran. Desejando enviar à Ilha o seu sócio Daniel Henriques Schonydh, para ajustar com os seus correspondentes "*as contas que receberam e os cabedais que por elas se liquidarem*", pediu a interferência da justiça régia. Nesse sentido, em 1762, o secretário de estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado escrevia ao governador da Madeira, determinando que, "*É Sua Majestade servida, que Vossa Mercê* [forneça todo o] *auxílio e ajuda para permitir que as referidas contas se concluam, sem as delongas que costumam entrevir na conclusão delas em prejuízo do Comércio* [...]"[37].

Também, na segunda metade do século, se verifica um novo movimento nas repúblicas italianas de investimento no comércio atlântico, registando Francisco José de Freitas da Silva e Araújo a sua patente de cônsul de Génova, passada em Lisboa pelo cônsul geral, Fran-

---

[35] **AHU**, *idem*, catalogados, cx. 1, nºs. 237/238. Funchal, 12 de Março de 1762. O cônsul inglês era então Matthew Hiscox, com patente de 8 de Junho de 1754, que tomara posse a 22 de Junho do mesmo ano (**ARM**, *CMF, RG.* T 10, fls. 4 e 5) e o vice, Samuel Sills, de que só conhecemos patente de 27 de Abril de 1767 (**IAN/TT**, *PJRFF*, Lº 976, fl. 119). A documentação ainda se encontra assinada pelo conservador das nações estrangeiras, o provedor Domingos Afonso Barroso; o chanceler do consulado francês, Dupond; o escrivão do bergantim francês, Louis F. Gallot; o escrivão da fazenda João Caetano de Oliveira; o escrivão da auditoria Domingos da Corte e Abreu; o tradutor D. Carlos Facian e por Pedro de Azevedo, primeiro oficial dos Contos e escrivão da Conservatória dos Estrangeiros.

[36] **IAN/TT**, *JPRFF*, Lº 974, fls. 120 e segs. Lisboa, 12 de Julho de 1752; Funchal, 8 de Julho de 1761

[37] *Ibidem*, Lº 985, *Copiador* ..., fl. 7 v. Ajuda, 28 de Agosto de 1762.

cisco Maria Fascio, em 1767; João Smith, de vice-cônsul de Nápoles e das Duas Sicílias; e José João Dee, de cônsul de Veneza, em 1783[38].

A partir de 1777, assiste-se a uma certa pressão por parte dos comerciantes suecos, para estenderem à Madeira os seus interesses, dando conta o governador João António de Sá Pereira das suas queixas, por não terem as mesmas isenções de que gozavam os ingleses. Ocupava o lugar de cônsul da Suécia, Gualter Bradique, em 1741 e João Catanach, em 1750. No entanto, os interesses suecos nos finais do século seriam representados pelo escocês James Gordon, nomeado cônsul deputado em 1796 e que viria a levantar a célebre Quinta do Monte, nos arredores do Funchal.

Em 1781, temos a tomada de posse de Diogo Aires *júnior*, como cônsul da Dinamarca e, no mesmo dia, a posse de José João Dee, como vice-cônsul. Conhecemos ainda a actividade de outros membros dessa colónia, como André Muller, activo em 1782. Ainda de 1782, é o registo da patente de cônsul deputado do império e grão-ducado da Toscana, para António Maciel e da Alemanha, para Daniel Henrique Smith[39].

Por outro lado, foi sempre bastante discreta a actuação da colónia espanhola durante o século XVIII na Madeira. Ciente dos fortes interesses que ligavam os dois arquipélagos e, ao mesmo tempo, das disputas internacionais entre a Inglaterra, a França e depois os Estados Unidos da América, quase que se assiste a um completo silêncio. Salienta-se, no entanto, uma grande actividade de bastidores, com a completa

---

[38] *Idem*, L° 975, fls. 234 e 234 v. Lisboa, 17 de Agosto; Funchal, 12 de Setembro de 1767 e 12 de Março de 1769; idem, **ARM**, *GC*, L° 532, fls. 40 e 41 v. Lisboa, idem, Funchal, 14 de Setembro de 1767; idem, *CMF*, T 12, fls. 203 a 204 v. Vice-cônsul de Nápoles, Lisboa, 30 de Agosto; Funchal, 12 de Outubro de 1782; *idem*, fls. 188 a 189. Cônsul de Veneza, Lisboa, 13 de Setembro de 1783; Funchal, 14 de Janeiro de 1784.

[39] **AHU**, *idem*, cx. 20, n° 4845. Funchal, 5 de Abril de 1777; **ARM**, *CMF*, T 13, fls. 57 e segs. Lisboa, 21 de Junho; confirmação, idem, Queluz, 11 de Agosto; Funchal, 4 de Novembro de 1796; idem, *GC*, L° 535, fls. 62 a 64 e 72. Patente do cônsul, assinada por D. Maria I, Queluz, 31 de Julho; Funchal, 17 de Novembro; idem, vice, Funchal, 17 de Novembro; registo, idem, 22 de Dezembro de 1781; idem, *CMF*, T 12, fl. 156 v. patente do vice-cônsul, Funchal, 17 de Novembro de 1781; *idem*, L° 520, fl. 37 v. "*André Muller, dinamarquês*"; *idem*, L° 535, fls. 93 e 93 v. Cônsul da Toscana, Lisboa, 28 de Julho de 1780; idem, *CMF*, T 12, fl. 160 v. e 161. Cônsul da Alemanha, Lisboa, 6 de Junho; Funchal, Quinta do Pico dos Frias, 1 de Julho de 1782.

cobertura dos grandes comerciantes do Funchal, todos, de uma ou de outra forma, com interesses no vizinho arquipélago das Canárias.

O cônsul castelhano do Funchal, nos inícios do século, era D. Luis Agustín del Castilho, natural das Canárias e radicado no Funchal desde 1700. Segundo o mesmo informou[40], teria sido cônsul antes de 1725 e foi confirmado em 1732, conseguindo passar quase incólume nos diversos conflitos que percorreram o século. Vemo-lo assim a nomear, em 1754, vice-cônsul, Domingos Barreto e, em 1765, José Pereira Passos, um dos mais importantes comerciantes da praça do Funchal. Por outro lado, manteve informadas continua e discretamente as autoridades castelhanas das Canárias e de Madrid de todos os movimentos dos ingleses nos mares da Madeira, servindo muitas vezes de intermediário dos interesses franceses, principalmente, quando se mesclaram com os castelhanos e a família Bourbon.

Entre as inúmeras informações a respeito do comportamento das várias colónias estrangeiras, será de referir também as interferências da Câmara sobre os navios em trânsito, principalmente quando transportavam trigo e em alturas em que a cidade estava com dificuldades, como aconteceu em Junho de 1724 com a tartana francesa *Misericórdia*, aqui obrigada a desembarcar a sua mercadoria[41].

Mais tarde, em Julho de 1751, entrou no porto do Funchal um navio francês, proveniente do porto de Safim, no Norte de África, numa altura em que havia desconfiança de epidemias naquela região. O navio foi abordado pelos guardas da alfândega e da saúde da Câmara, informando-se o cônsul francês no Funchal, Bartolomeu de Herbés, de que seria necessária quarentena, alvitrando-se as ilhas Desertas. Contactado novamente o navio, o cônsul "*veio dizer que achara os franceses a modo de amotinados e em um tal estado de desesperação,*

---

40 **AGS**, *Marina*, 493, *Navegaciones particulares 1726*. Carta da Madeira, ao duque de Ripperdá, 5 de Maio de 1726. Cit. Demetrio Ramos, com. cit., pág. 196.

41 **ARM**, *CMF*, T 8, fls. 64 v. a 76. Patente de D. Luís, rei de França, por três anos, de Paris, 7 de Dezembro de 1726. Solicitada à Câmara para envio a Lisboa, para confirmação, Funchal, 6 de Abril de 1728. Confirmação, Lisboa, 18 de Dezembro de 1728; Funchal, 20 de Julho de 1729.

que lhe tinham declarado, que não queriam já sair do seu navio e que se não entendessem com eles, estavam resolvidos a picar as amarras e dar com o navio em terra"[42]. No entanto a ordem acabou por ser acatada.

Alguns anos antes, em 1754, houve uma série de distúrbios, dessa vez causados pela população civil, quando da visita ao Funchal de uma missão de astrónomos franceses, que aqui tinham vindo fazer "*observações astronómicas para regularização das cartas hidrográficas*". Nessa ocasião, teve de se impor o então governador, conde de São Miguel, para não serem molestados os franceses, facto que estes, mais tarde, vieram a agradecer[43]. Não seria de surpreender que, por detrás dessas reacções populares, estivessem os vários comerciantes ingleses radicados na praça do Funchal. Deve ter sido na sequência destes acontecimentos, que teve patente de cônsul francês, o antigo tradutor e vice-cônsul, João Fayan[44].

A posição do governador da Madeira era sempre muito delicada em todos os assuntos que envolviam estrangeiros. Em 1781, por exemplo, foi muito bem recebida no Funchal a fragata dinamarquesa *Wagrien* comandada pelo capitão Billi, assunto que o comandante expressou ao governador antes de abandonar a Madeira. Foi desta estadia, o envio, por parte do governador, D. Diogo Pereira Forjaz, da carta do comandante dinamarquês para o ministro Martinho de Melo e Castro, informando que, durante a estadia no Funchal da fragata dinamarquesa, fugira de bordo um marinheiro francês, que o Governador, entretanto, mandou prender em terra. No entanto, não o entregou a bordo por re-

---

[42] Ibidem, L° 1353, *Vereações 1749-1752*fls. 23 v. a 24 v. Vereação de 31 de Julho de 1751. *Auto que mandou fazer o senado da câmara desta cidade relativamente à entrada de um navio francês vindo do porto de Safim e do que se determinou por ocasião dela.* Leitura do Dr. Luís Francisco de Sousa Melo.

[43] *Idem*, n°s. 21 a 24. Ofícios do governador de 10 e de 20 de Janeiro de 1754, do Conde de Baschi, embaixador de França em Portugal, agradecendo a acção do governador, 21 de Janeiro, e do secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real, de agradecimento ao embaixador, de Salvaterra, 25 de Janeiro de 1754.

[44] **IAN/TT**, *PJRFF*, L° 973, fls. 289 e 289 v. Lisboa, 31 de Março; Funchal, 18 de Junho de 1756. Joseph Fayan, aparece como "*encarregado de negócios de França*" na questão referida em Março de 1762. Teve patente de vice em 22 de Junho de 1752 (**ARM**, *idem*, T 9, fl. 211).

ceio do severo castigo que teria de sofrer. Em princípio, deveria ser enforcado e, muito provavelmente, no porto do Funchal, o que iria levantar sérios problemas de soberania[45].

Com o desenrolar dos acontecimentos em França e, principalmente, com a morte de Luís XVI, a 21 de Janeiro de 1793, a opinião pública portuguesa virou-se decididamente contra os franceses, acusados, de uma forma geral, do desenrolar dos acontecimentos. No entanto, já anteriormente os franceses radicados na Madeira, sobretudo a partir de 1789, tinham começado a sentir-se francamente inseguros na Ilha. Entre outros, Jean Learing, também por algum insucesso nos negócios que tentou na Madeira, mas, sobretudo, devido à concorrência feroz que lhe moveram os comerciantes ingleses e a um certo mau ambiente geral que se sentia, abandonou a Ilha e fixou-se nas Canárias. Deixou entretanto uma dívida, de que era credor o mercador inglês José Pringle, no valor de 382$650 réis, pelo que o inglês se apressou a nomear no ano seguinte um procurador nas Canárias, para lha cobrar[46].

Nos finais de Abril de 1789, aportou ao porto do Funchal o bergantim francês *Le Printemps*. Fazia então viagem de Guadalupe para Marselha e encontrava-se francamente abalado pelo mau tempo que tinha experimentado na viagem. Assim, o cônsul e o vice-cônsul de França, depois do navio descarregado, pediram uma vistoria geral por parte dos calafates e carpinteiros do Funchal, para depois de reparado, poder seguir viagem. No entanto, a opinião geral foi de que não deveria seguir viagem, mas que não existiam também condições no Funchal para o reparar[47].

Um dos casos complicados do final do século XVIII envolveu o médico francês Jean Joseph d'Oquigny. Encarregado pelo secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro de se deslo-

---

[45] **AHU**, *Madeira*, cx 3, nº 577. Funchal, 26 de Junho de 1781.

[46] João Adriano Ribeiro, "As relações mercantis entre a Madeira e Canárias durante a 2ª metade do século XVIII, numa panorâmica notarial madeirense", com. ao *IX Colóquio de História Canário-Americana*, Las Palmas, 1990.

[47] **AHU**, *idem*, não class. cx. 3. Cit. João Adriano Ribeiro, "O relacionamento entre madeirenses e franceses na época napoleónica", in *Islenha*, nº 9, Jul.-Dez. 1991, págs. 88 a 92.

car à Madeira a fim de estudar e informar da situação local, principalmente nos domínios da Física e da História Natural, estava na Ilha em 1789. O médico francês tinha percorrido as Antilhas e a América e ganhara um certo nome nesses domínios, tanto em moda nos finais desse século.

Jean Joseph ficou no palácio de São Lourenço, em instalações cedidas pelo governador e, em breve, propunha-se fundar a *Sociedade Patriótica e Económica do Comércio, Agricultura, Ciências e Artes.* Elaborou uma descrição dos principais males que afligiam a Ilha, destacando, sobretudo, a situação do comércio, quase que totalmente nas mãos dos estrangeiros. Claro que encontrou uma forte e imediata oposição por parte dos súbditos britânicos. Em breve, era envolvido em problemas económicos[48] e acusado de pertencer à Maçonaria, ou de se fazer passar por tal, acabando por abandonar a Ilha, depois de ter enfrentado um processo algo contraditório.

Os interesses franceses eram defendidos na Madeira por Nicolau José Saibois de La Tuelliére, nomeado cônsul em 1758, embora só tenha tomado posse em 1764[49]. Era casado com D. Maria, filha de Pedro Jorge Monteiro, um dos principais comerciantes da praça do Funchal e administrador de, entre outros, do contrato do tabaco e do sabão, assim como dos direitos das *cartas de jogar.* As compras do cônsul francês nos arredores do Funchal, ao contrário dos seus colegas ingleses, pouco propensos à aquisição de propriedades agrícolas, incluíam amplos terrenos na freguesia de São Roque: sítios do Trapiche, Cova, Nogueiras, Casa Branca, Alecrins e ribeira de Vasco Gil; assim, como várias fazendas na ribeira da Caixa, na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos[50].

A morte prematura do cônsul Nicolau de La Tuilliére, em Maio de 1793, deixou desamparados os interesses franceses na Madeira. O

---

[48] *Ibidem*, nº 55. Lisboa, 3 de Maio; Funchal, 9 de Maio de 1789; **ARM**, *RN*, nº 1048, fl. 33. Constituição de procurador do Dr. António José de Sousa Cunha d'Utra Stocheler, Dezembro de 1791. Cit. ibidem, pág. 90.

[49] **IAN/TT**, *PJRFF*, Lº 975, fls. 77 e 77 v. Confirmação de Belém, 16 de Março de 1758; Funchal, 6 de Novembro de 1764 e 12 de Janeiro de 1765.

[50] João Adriano Ribeiro, art. cit., pág. 90.

cônsul tinha nomeado vice-cônsul um comerciante inglês, Samuel Davis, mas este, com a aproximação de mais um conflito entre a Inglaterra e a França, demitiu-se rapidamente. Neste quadro, e já antes da declaração de guerra de Portugal à França, os navios franceses eram tratados como se fossem de inimigos. Assim aconteceu, por exemplo, com a galera francesa *Comerciante*, aportada ao Porto Santo, por falta de vento, a 19 de Julho de 1793, que acabou por ser confiscada e os seus comandantes presos. Saliente-se que, os capitães franceses, José Baptista Feraud e Bartolomeu Brilland, só foram libertados da prisão nos finais de Outubro desse mesmo ano[51], tendo interferido a seu favor o cônsul norte-americano.

Efectivamente, nos finais do século os interesses franceses e mesmo os ideológicos da Revolução Francesa, acabaram por ser representados na Madeira pelo cônsul dos Estados Unidos da América, João Marsden Pintard.

Conclusão

O século XVIII foi marcado no quadro do Atlântico e das suas relações internacionais pela emergência progressiva do poder das colónias inglesas da América do Norte, que em 1776 proclamam a sua Independência. Desde meados do século XVII, que, dada a preponderância da colónia inglesa na praça do Funchal, surgiam inúmeras questões com as restantes e, principalmente, com a colónia francesa, salientando-se, no entanto, que sempre, de uma ou outra forma, conseguiram os ingleses fazer prevalecer os seus interesses.

Com a mudança progressiva da situação, soube sempre a colónia dos mercadores ingleses adaptar-se e, no século XIX, chegar mesmo a representar os interesses dos novos Estados Unidos da América.

---

[51] **ARM**, *CMPSa*, L° 167, fl. 60 v. Porto Santo, 19 de Junho de 1793; ibidem, *GC*, L° 525, fl. 5 v. Ordem do governador a João Bartolomeu Gonçalves para ir ao Porto Santo buscar a galera francesa. Funchal, 23 de Junho de 1793; idem, *RN*, n° 1958, fl. 20. Funchal, Outubro de 1793. Cit. João Adriano Ribeiro, ibidem, págs. 90 e 91.

Considerações sobre o relacionamento entre as ilhas e os EUA após a sua independência

© *João Adriano Ribeiro*

A Inglaterra controlava uma grande parte do comércio do Atlântico e, para tal, fixou uma colónia de mercadores nas ilhas adjacentes. Para facilitar o tráfico, deu-lhes o estatuto de metrópole, de forma a que os produtos pudessem circular directamente em todo o seu império. Assim, os vinhos madeirenses puderam ser apreciados em todo o mundo, e os ingleses foram-no melhorando a seu gosto. Porém, a independência dos Estados Unidos trouxe de imediato consequências desastrosas para o comércio da Madeira, uma vez que escassearam os géneros trocáveis por vinhos. Conhecem-se documentos passados para efectuar várias cobranças nos EUA, e também a formação de sociedades, para operarem na Ilha e naquela nação. Nota-se que nos finais do século XVIII já residiam alguns madeirenses na América, em Nova Yorque, Filadélfia e Boston. Não tardou que o movimento e consumo de *vinho madeira* voltasse a adquir o seu esplendor.

Na última década do século XVIII a jovem nação estabeleceu consulados tanto na Madeira como no Faial. Na primeira Ilha, já existia uma tradição comercial; o segundo arquipélago era tomado como ponto estratégico na navegação com a Europa, especialmente para o abastecimento da sua frota comercial. No século XIX, os

números estatísticos mostram que o movimento dos barcos americanos na Madeira, nos Açores e mesmo nas Canárias, continuava a crescer. Os EUA rivalizavam comercialmente com a Inglaterra e, nos conflitos, Portugal procurou manter a neutralidade.

A pesca americana à baleia começou a trazer inúmeros barcos ao porto da Horta e, consequentemente, deu-lhe um grande progresso comercial, cujo reconhecimento foi observado pelas autoridades que a elevaram a cidade. Devido à procura de azeite de baleia no mercado, não tardou que os açorianos começassem a formar sociedades e a passar de uma pesca rudimentar de cetácios, para um labor mais competitivo. No Faial, a família Dabney manteve durante quase uma centúria o consulado dos EUA e, dando apoio às embarcações da jovem nação, traficavam a par de outros comerciantes, cônsules e consignatários, todo o género de mercadorias. Do estreitamento das relações comerciais com os EUA, veio a dar-se um grande surto de emigração dos Açores, para aquele país que ainda tinha muitas pradarias por ocupar. O contrabando generalizou-se no arquipélago e travaram-se autênticas perseguições especialmente aos traficantes de tabaco, pois os consumidores eram obrigados a *tragar* este género, vendido nos estancos do Contrato, em geral, cheio de mofo. O tabaco da Virginia e Maryland era fino e cobiçado. Daí nasceu uma reivindicação comum, entre os açorianos e os madeirenses, que só terminou em 1884, com a livre cultura do tabaco.

Na Madeira o cônsul Pintard era muito criticado nos finais de setecentos, uma vez que procurava o franco progresso do comércio americano na Ilha e isto vinha lesar a comunidade inglesa que já tinha tradições e sempre procurou desalojar os seus rivais, especialmente, os franceses. Agora, eram os americanos e, pelos súbditos britânicos, até o próprio governador tomava partido. A ílha foi ocupada pelos soldados da potência marítima, em 1801, com o pretexto que Napoleão tinha o comércio do vinho na mira. O governador assumiu um papel de *fantoche*, uma vez que obedecia às determinações do consulado inglês. Assim, o representante dos EUA manteve-se num

papel apagado até à saída dos ingleses já após o Tratado de Viena. John Haward March assumiu o consulado dos EUA na Madeira e procurou dar-lhe uma outra revitalização comercial.

Em 1838, chegou à Madeira o Dr. Robert Kalley que procurou por todos os meios atrair madeirenses ao protestantismo. Teve a protecção não só dos comerciantes ingleses, bem como do cônsul americano. Alguns deles achavam imperiosa a mudança da cultura religiosa dos madeirenses. Com um zelo ardente, procurando combater a pobreza, o Dr. Kalley foi recrutando muitos adeptos. Em 1845, deslocou-se à Inglaterra. Na sua ausência tramaram-se certas vinganças. Uma série de intrigas colocou o povo em alvoroço, que lhe veio a saquear a sua quinta, tendo este de fugir para os EUA. Mais tarde alguns madeirenses perseguidos religiosamente, foram ter com o Dr. Kalley à região de Illinois. O Governo português foi obrigado a pagar-lhe uma indemnização, o que contribuiu para que pudesse acudir aos emigrantes necessitados que, entretanto, se tornaram homens prósperos nos EUA.

Em meados de oitocentos fundou-se um porto franco nas Ilhas Canárias que iria desviar uma parte importante da navegação para os portos daquele arquipélago, uma vez que os combustíveis eram mais baratos. Tanto a Madeira como os Açores observaram, no seu comércio, um grande declínio que foi acompanhado pela crise vinícola. Mesmo assim, os EUA, ainda em 1862, manifestavam a intenção de estabelecer um depósito de carvão na Madeira.

Diplomacy in Atlantic Outposts:

American Consulates in the Azores (1700-1900)

Mary T. Silvia Vermette

Island possess, at times, due to their location and geographic reality, an importance in the international arena out of all relation to their size and resources. This is particularly true with small islands situated in the midst of seas and oceans, remote from the continental land masses, but significant in relation to communications, navigation and strategy. The Azores, strategically located in the central North Atlantic, have since the sixteenth century supplied long-distance shipping with vital supplies. They have also been involved in royal intrigue, as well as serving occasionally as a battle ground between warring nations. In the twentieth century, the assistance of these islands has extended to aircraft as well. The first regular commercial air service between the United States and Europe was established by way of Azores, with Pan American «Yankee Clippers», as the flying boats were called, making their first commercial flight in May of 1939, with the stopover at the sea channel in Horta, Fayal. Today the islands of Terceira and St. Michael are linked to the world by international flights.

The Azores also figure significantly in military and strategic importance. An examination of a map of the North Atlantic will reveal that the power that controls the Azorean islands controls international communications between Europe and America. Terceira, St. Michael, Fayal, and even tiny Santa Maria have figured at one time or another in military operations of transport or supply, inviting ships or aircraft during World Wars I and II. Today, the Azores' military importance is signified by the American military presence at Lajes, Terceira.

It is as entrepots of mainland merchandise that these islands attracted the attention of early American merchants. As English colonists, they were aware of the importance of using the Azores as a center for transshipment of goods from the East and from Europe. Moreover, all of these international commercial activities such as interchange of persons that the population, particularly of the higher classes in the port towns, acquired a cosmopolitan air that is in the main so deep-rooted as to have become an integral part of their personality. In the three commercial towns of Angra, Horta and Ponta Delgada, there were English, Scottish, Irish, Dutch, Flemish, Italian, French, Spanish and German residents as well as New Englanders, Virginians, Brazilians, West Indians and Africans. It is therefore not surprising that enterprising New Englanders would see the economic value of establishing strong commercial relationships with the Azores.

The possibility of the Azores as an official entrepot between Europe and America was an item in the earliest negotiations between Portugal and the fledgling United States which eventually involved Benjamin Franklin, John Adams and Thomas Jefferson. Unfortunately, the first reaction of the Portuguese government to the American independence was clouded by her long alliance with England. This caused, among other reasons, the Portuguese government under the leadership of Marquês de Pombal to issue a decree on July 4, 1776 (made public by the edict of July 5, 1776) ordering the closing of Portuguese ports to the shipment from the American colonies.

Coincidentally, the date of the decree coincided with the Declaration of Independence of the rebellious colonies.

Naturally, this news was ill-received by the Continental Congress, since the interdiction of Portuguese ports to American navigation considerably affected the colonies. At that time, Portugal held a significant place in American trade relations with Europe, and imported large amounts of wheat, Indian corn and salted codfish as well as building materiais, naval stores and easy-made ships. The measures adopted by Portugal were greatly to the detriment of the American merchant navy. Since other nations, even those friendly to England admitted ships of the colonies in their ports, Portugal by its own actions was left in an unfavorable position, deprived of the advantages of direct trade with the colonies.

Fate intervened in the form of the British defeat at Yorktown on October 19, 1781. On February 15, 1783, the Lisbon government issued a decree revoking the decree of July 4, 1776. The new decree registered the independence of the United States of North America as an accomplished fact. It was on September 3, 1783 that the final peace treaty was signed, and the United States became the first independent nation in the Americas. It was of vital importance to the new nation's economic growth and stability that old trade relations with Europe be renewed by negotiating commercial agreements with Spain and Portugal, among other countries. The advantages which the United States sought to obtain from Portugal were the opening of Brazilian ports to American shipping, *the establishment of an entrepot in the Azores,* free sale of American ships in the European territories of Portugal, entry into Portuguese territories of fish oil and spermaceti and entry of American flour into Portugal. In any case, the course of negotiations for the conclusion of a treaty between the United States and Portugal dragged on until 1786. Finally Col. David Humphreys was appointed as Minister Resident in Portugal in 1791.

As noted above, there were many foreigners on the major islands of the Azores, some of which represented leading merchant families

in the North American colonies, most of which were from New England. They had already initiated significant commercial activity to establish their own entrepot, so to speak. The Hickling family of Boston was the first of several prominent Boston families to settle in the Azores. Thomas Hickling (1745-1834) was appointed vice-Consul on St. Michael in 1776, and his son Thomas Hickling Jr. was Vice--Consul after him. Hickling built three magnificent homes on the island.

It was to Horta, however, that we must look for the most significant relationships with young America. An international community of merchants since the seventeenth century, it was destined to play a great role in the international commerce of the eighteen and nineteenth centuries... and the story of Horta as entrepot is inextricably tied to the fortunes of the Dabney family in Boston. John Bass Dabney (1766-1826) of Boston was a merchant and wine importer shipping from Bordeaux, France to ports in the United States. He first visited Fayal in 1795, where he perceived the opportunities the island offered. He settled there in 1804, establishing a commercial house in that island for the export of wines, the import of American and other goods. He was appointed the first Consul General to the Azores in 1806 by President Jackson, a rank which was held by the Dabneys, except for a brief interval until 1892. It seems that John Bass Dabney had two uncles who were good fiends of Thomas Jefferson and may have aided him in being appointed Consul General of the Azores.

Charles William Dabney succeeded his father as consul from 1862-1869 and continued his business. He was Consul General for over forty years. During his time the Dabney influence rose considerably. With three city homes, a summer house on Monte da Guia, a small retreat in Capelo and eventually a summer home on Pico. These in addition to their commercial enterprises made the family a very powerful force on the island.

Acting as ship agents, they took particular care of the Yankee whaling fleet, as well as that of the local whaling fishery. In the

Business Records collection of the Old Dartmouth Historical Society of New Bedford there are several account books of Charles W. Dabney and Sons. Going through these, which are written both in English and Portuguese takes one back to that era when Horta was bustling with activity. For example, there are accounts of expenses for the whale fishing with the *Bensaúde Co.* for the look-outs on Monte da Guia and Castelo Branco (1877); with *A Sociedade de pescaria da Baleia na Calheta de Nesquim* for 878 gallons of spermaceti (1885); much correspondence with the *Companhia de Navegação Transatlântica do Rio de Janeiro* (1877); bills for cleaning and oiling a diving suit which was rented out, for a saw and pruning shears from Boston, for planks sold to the Câmara Municipal da Horta, expenses for construction and shipment of a boat to Lisbon for Guilherme Arriaga (1886); countless numbers of invoices for supplies to American whalers and merchant ships; invoices for oil transshipment to Europe; and on the lighter side, an account of an expedition to Pico, including donkey and whiskey (1889) as well as several bills to the club *Amor da Pátria* for subscriptions to Harper's Weekly.

Charles William Dabney was also respected by the Fayalese for generous services rendered during time of political crisis and periods of distress, providing corn at cost during famine years. Samuel Wyllys Dabney succeeded his father as consul in 1872. It was his sad duty to close the American Consulate in Horta. Family circumstances and economics and political influences caused the family departure and the moving of the American Consulate to Ponta Delgada, St. Michael.

There was a great deal of political upheaval during the Dabney's stay at Fayal, much of it Portuguese; but there were two eras during which America was involved in conflict, affecting relations particularly with problems of neutrality. One comes during John Bass Dabney's tenure: the well-known incident of the battle in 1814 between the American privateer «General Armstrong,» commanded by Capt. Reid, and the British frigates commanded by Capt. Lloyd violated the neutrality of a Portuguese port and engaged the privateer in a bloody

battle, resulting in the sinking of the «General Armstrong» and severe damage to the British ships.

By the time Lloyd's squadron joined the British fleet in Jamaica for the invasion of New Orleans, Gen. Andrew Jackson had assumed his motley, but efective, army and the British invasion was brought to a grinding halt. There are even some who credit the American victory to this incident, which is treated in great detail in the very fine publication by the regional tourist bureau, entitled *General Armstrong e o canhão Long Tom – Victory at Fayal*, which was also taken from Dabney in 1853, found several years later in the Department of State Archives which establishes the fact that the British were the aggressors, allowing the owners of the Gen. Armstrong just claims for their losses.

The period of the American Civil War was especially difficult for the Dabney family. Except for a few members of the family in Boston, the majority of the family were Southerners and espoused the Confederate cause. They fully expected the Fayal Dabneys to follow suit. They did not. Not only did Charles W. Dabney refuse to coal Confederate ships at Horta, but he kept a sharp eye out for privateers.

In addition, Consul General Dabney had to inform the U.S. government of the arming of the Confederate privateer, the *Alabama,* off the coast of Terceira by the British navy, who continued to insist they were on maneuvers until the deed was done. The newspaper *Lidador* of Angra do Heroismo carried the whole story on August 23, 1862.

An interesting note: – In the same letter that Dabney writes to the Secretary of State, William H. Seward informing him about the *Alabama,* he notes that his consular agent on Terceira has resigned. His temporary replacement is Mr. José Ignácio de Almeida Monjardino, who agreed to serve until a permanent agent was appointed. Mr. Monjardino has as a direct descendant the former president of the Instituto Histórico da Ilha Terceira, Dr. Álvaro Monjardino.

During the entire tenure of the American consuls in Horta, Fayal, many American built ships plied between the ports of Boston and

Fayal. They were built for Charles W. Dabney. The ships carried a limited number of first class passengers, a considerably larger number of third class, the cargoes consisting of oranges and island wines, Fayal hats and fine embroideries, and at certain seasons of the year, barrels of whale oil which the whaleships deposited at Fayal to be delivered to New Bedford and other American ports.

These Dabney ships, plus the enormous number of whaleships stopping at the Azores, created a "bridge" between the Azores and America, and fostered relationships which continue to this day.

During their stay, the Dabneys participated fully in island life, mixed with local high society, as well as with the "common" folk. They had a great respect for island culture, sacred as well as profane. Indeed, it might even be said that they influenced local culture somewhat. They also leamed Portuguese and spoke it quite fluently. In addition, many of their guests wrote about the Azores, particularly in travel literatura, therefore making their readers more knowledgeable about the Azores.

The ladies of the family did their own writing however. Roxana Lewis Dabney (1827-1913) not only translated from Portuguese to English and vice-versa, but published a three volume account of the family entitled *Annals of the Dabney family – 1806-1869* (ca. 1899) which is very valuable for researchers, an open window on an American family abroad.

Rose Dabney Forbes (1864-1927), years later published an illuminated manuscript called the *Fayal Dabneys,* bringing their history on the island to 1892, when she and the rest of the family left the island. You can view this beautiful book in the rare book room of the Boston Public Library.

A collection of *poems in prose* was written by Frances Susan Dabney (18561918) and published in Boston 1903. Called *Saudades,* it includes poems entitled *The Azores, The Priary Gate, The Vintage: Area Larga, and America* among others. The feeling that a wondrous future was to be had in America sent many a youth off, many times

leaving an aching young heart behind, as Frances reflected in the following lines:

> And the pale sea is covered with a network of little paths that cross and recross each other - paths without destination - paths leading to nowhere.
>
> "Oh, that the sea had but one little path,
> And a little gate of woven cane,
> That I might go forth to the great Americas
> And seek my love" –.

The Dabney's were also interested in photography. There is the existence of a collection of Dabney albums, mainly of photography in the library in Horta. There is also a copy of them in the United States. To my great surprise and delight, a friend of mine, Manuel Fernando Neto, a local businessman, formerly a New Bedford City Councilor and native of Horta, was given an album of photographs by an unidentified lady on the occasion of his visit to Horta for the establishment of the Sister-City relationships in the mid 1970's.

Mr. Neto was kind enough to lend me the pictures, which after careful examination I believe to be part of the Dabney album collection. Indeed, some of them are exact replicas. These photographs are approximately 8"×10". The mystery is who took them. We know through the family correspondence that there was a dark room in the Consulate, and that Samuel's second son Herbert (1859-1899) was the photographer. However, in the albums in the library in Fayal, there is a picture of Ralph (1859-1899), Samuel's eldest son, entitled "self--portrait",... giving the impression that he also took photographs, which is not to exclude the fact that local photographers may not have been employed from time to time. We may never know who really took them.

Photography, in far off islands like the Azores, would be a daunting task for professionals, never mind for amateurs. The problem

of obtaining supplies by ships, and having them arrive in stable condition was formidable. That someone preserved is most commendable.

What is important is that we have a photographic record of an American consular family in their diplomatic post, as well as of the people and the natural wonders of the islands, done with warmth and affection. There are several photographs included here as examples of the extensiva photographic collection left by the Dabneys and of the story they tell.

BIBLIOGRAPHY

Album of Fayal Pictures. Privately owned by Manuel F. Neto.

Business Records Collection. MSS.56, 3v. Old Dartmouth Historical Society, New Bedford

Conversations with Dabney family members.

Dabney Albums. Biblioteca Pública e Arquivo da Horta

Dabney, Frances S. **Saudades**. Boston, 1903

Dabney Papers, Massachusetts Historical Society

Forbes, Rose Dabney. **The Fayal Dabneys.** Engrossed and illuminated. Boston, 1932

Dabney, Roxanna Lewis, **Annals of the Dabney Family in Fayal,** Part First 1806--1871. ca. 1899 – 3v.

Dispatches from U.S. Consuls in Fayal. National Archives Microfilm. T-203.

Jefferson Papers, Massachusetts Historical Society

Old Shipping Days in Boston. State Street Trust Co. Boston. 1918.

Rogers, Francis M. **The Atlantic Islands of the Azores and Madeira.** North Quincy, Mass. 1979

Vermette, Mary T. **The Image of the Azorean:**
Portrayals in Nineteenth and Early Twentieth Century Writings, Instituto Histórico da Ilha Terceira



Partial view of Horta harbor, showing Mt. Queimado as well as ships the harbor, the clock and a hunting expedition.



A 19 th Century view of Rua de São Francisco showing the Fayal Hotel and another hotel facing it. This area was the heart of the city for mariners. The Fayal Hotel was frequented by American whaling captains and their families. For example, in the documents of the Old Dartmouth Historical Society are bills for lodging, food, and a wet nurse made out to Capt. Edward Hicks of the bark *Andrew Hicks* out of New Bedford for Mrs. Capt. Hicks in 1882.



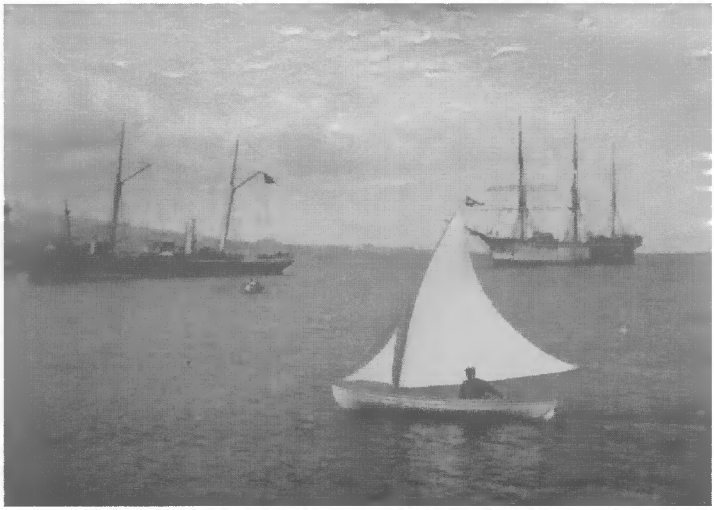
Another view of the port with a boat tender in the foreground. Note how the town hugs the water's edge. It is much the same today.



The bay of Porto Pim with three specialized net fishing boats. This was the major fishing area of Fayal.



Another view of Porto Pim, showing Pico and the summer homes of the Dabney's.



Horta harbors showing the Dabney sailboat, the *Bayadere* with Herbert Dabney and the steamer *Atlantico.*



A view of the bay during a festive occasion.



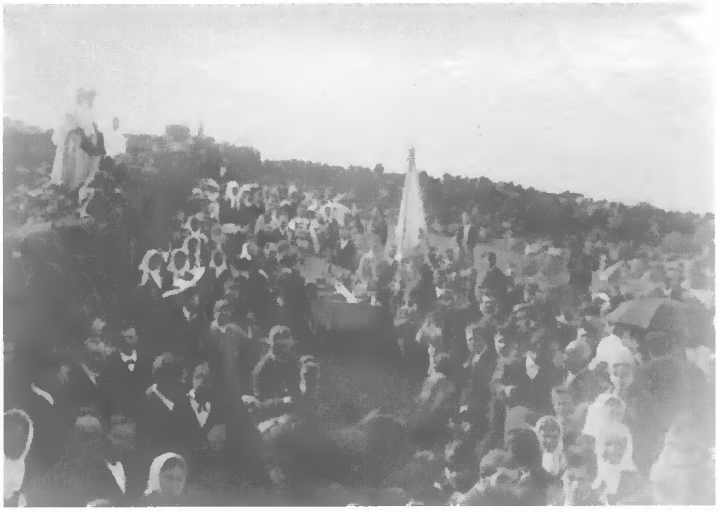
Long Tom, a cannon rescued from the American privateer *General Armstrong* which engaged in the War of 1812 in a famous fight against two British Men-of-War and was sunk in Horta Harbor. The cannon was on view for many years in the Relva area of Horta. Here can be seen American consul Charles W. Dabney viewing the cannon and its installation.



A street in Horta showing late 19 th Century dress. The picture also shows a Cooper's shop, a very importam activity of the time.



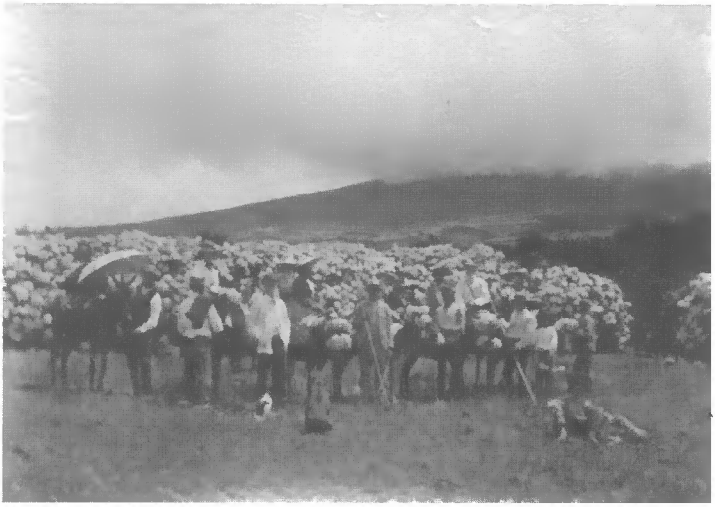
The procession of the feast of the Holy Ghost, held in a rural village. This feast is perhaps the most unifying religious ritual in all the Azores, being celebrated in all the islands, and being taken to wherever Azoreans immigrated.



Feast of the Holy Ghost held in a fishing village at the anchorage. Note the priest and officials at the bow of the boat.



The Dabney family in the garden at Bagatelle.



Dabney family employees getting ready for an outing. Samuel Dabney is toward the right of the picture with a dog at his feet and a white beard. The donkey to his right has his head decorated with the ever-present hydrangeas.



Rural workers transporting milk in gourds on a Dabney family outing to Capelo.



A family scene showing Consul Samuel Wyllys Dabney (with white beard).



The grand parlor at Bagatelle. It was here that royalty, foreign dignitaries, and visitors from the U.S. were entertained. Although the family was somewhat isolated in the Azores, the Dabneys kept in touch with the rest of the world by an extensive correspondence, and by subscribing to many journals and magazines, such as can be seen on the table. Also on the table is the book where visitors to the house were asked to sign, keeping a record of a most interesting stream of visitors.



The garden at Bagatelle showing what seems to be servants quarters, reputed to have occasionally served as a "hotel" for some whaling captain needing a room.



A country road and forest in Fayal, with stone walls and horses and buggy.



A view of the port from Fredonia showing Pico in the background and a "barco do Pico" approaching the old dock.



The old port with a "barco do Pico" unboading at the clock. These boats evere used until fairly recently to transport people and goods between Fayal and Pico.



Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX

Alberto Vieira

O descobrimento do Atlântico aconteceu em dois momentos. O primeiro, que decorre até ao século XV, conduziu à revelação de novos espaços agrícolas, mercados, rotas e portos comerciais. Já no segundo, a partir do século XVIII, o europeu partiu à procura do quadro natural do mundo Atlântico e do desfrute das belezas e clima, com a definição de ilhas e espaços litorais como *health resorts* e hotéis. Na verdade, o homem do século dezoito perdeu o medo do mundo circundante e fez dele o motivo de experiência, deleite e estudo[1]. Estes dois momentos marcaram uma atitude distinta do europeu e tiveram reflexos evidentes na produção literária que envolve o processo. A par disso, a opção dos viajantes, que dão forma ao *Grand Tour* europeu da época moderna, é diferente daqueles que primeiro sulcaram o oceano à procura de ilhas e portos de abrigo[2]. Da primeira já temos conhecimento quase suficiente, enquanto a segunda ainda se mantem no quase total esquecimento. Contribuir para a alteração deste estado de coisas, chamando a atenção dos investigadores para este inovador domínio, é o objectivo que nos persegue agora.

---

[1] Cf. Urs Bitterli, *Los "Selvajes" y los "civilizados". El Encuentro de Europa y Ultramar*, México, 1981.

[2] Cf. Antoni Maczak, *Viajes y viajeros en la Europa Moderna*, Barcelona, 1996;

A Europa partiu no século XV à procura do *Éden* bíblico ou da literatura clássica greco-romana. Este foi um dos motivos do empenho de Colombo e dos navegadores portugueses[3]. O seu (re)encontro era encarado como uma conciliação com Deus e o apagar do pecado original. As ilhas materializam este retorno ao *Éden*, que aos poucos se perdeu, tal como sucedera aos primogénitos Adão e Eva. Aos descobrimentos dos séculos XV e XVI, sucederam-se os dos séculos XVIII e XIX. Aqui as ilhas foram de novo o paraíso a ser redescoberto pelo viajante, físico e turista, e recuperado ou revelado ao cientista, seja ele inglês, alemão ou francês, através das recolhas ou da recriação dos jardins botânicos.

A imagem bíblica do Éden está presente na maioria dos que visitaram ou nos legaram escritos sobre as ilhas. O Paraíso está teimosamente presente, e domina todos ou quase todos os testemunhos daqueles que tiveram o privilégio de redescobrir as ilhas a partir do século XVIII. Aliás, na Antiguidade Clássica, o paraíso confundia-se com as ilhas e, para o mundo grego, elas eram sinónimo das Afortunadas, Hespérides, que é o mesmo que dizer as ilhas do Atlântico Oriental[4]. A primeira visão é quase sempre complementada de outras reveladoras da forma como se delineou a relação do homem com o meio. A sua presença e influência no cenário do mundo natural é o motivo de atenção. Ele é o centro de tudo e evidencia-se na expressão dominadora e domadora do quadro natural, por isso, o deslumbramento da paisagem, agreste e florida, confunde-se obrigatoriamente com a exaltação da presença humana.

---

[3] William D. Phillips, JR, Africa and the Atlantic Islands Meet the Garden of Eden. Christopher Columbu's view of America, in *Journal of World History*, vol. 3, n.º 2, 1992, pp. 149-164; Henri Baudet, *Paradise on Earth*, Londres, 1965.

[4] Sobre este tema temos extensa bibliografia para as Canárias: Antonio Cabrera Perera, *Las Islas Canarias en el Mundo Clássico*, Islas Canarias, 1988; Soray Jorge Godoy, *Las Navegaciones por la Costa Atlántica Africana y las Islas Canarias en la Antiguidad*, Canarias, 1996; Marcos Martinez, *Canarias en la Mitologia*, S. C. Tenerife, 1992; IDEM, *Las Islas Canarias de la Antiguidad al Renacimiento. Nuevos Aspectos*, S. C. Tenerife, 1996; F. Diez de Velasco, *Realidad y Mito*, S. C. Tenerife, 1997.

A literatura científica e de viagens definiu, desde o século dezoito, este conjunto de ilhas como uma unidade merecedora de atenção. São as *Western Islands* que encabeçam os títulos das publicações[5]. Aqui entendia-se quase sempre os Açores, mas muitas vezes associava-se as Canárias, a Madeira e, raramente, Cabo Verde. Esta unidade ficou estabelecida na designação de Macaronésia, dada às ilhas para fazer jus à mais antiga designação da Antiguidade Clássica[6]. Note-se que o mais antigo testemunho que se conhece da vida vegetal e animal deste conjunto de ilhas aparece nas volumosas *Saudades da Terra,* de Gaspar Frutuoso (1522-1591), escritas no último quartel do século XVI. Aliás, o clérigo açoriano pode ser considerado precursor dos naturalistas do século XVIII. Aí é possível conhecer todas as ilhas e constatar a riqueza natural e a que resultou da acção do colono europeu. Mesmo assim o rastreio não é exaustivo, tornando-se difícil ao cientista saber com exactidão quais os elementos vegetais e animais indígenas e os que resultaram da ocupação europeia. Esta última descoberta é tardia, como veremos. Apenas o homem do século XVIII sentiu a necessidade de o fazer e é a partir de então que temos notícia do quadro natural das ilhas. Entretanto haviam passado mais de três séculos de presença europeia em que as espécies do velho continente se haviam mesclado com as do novo.

As ilhas entraram rapidamente no universo da ciência europeia dos séculos XVIII e XIX. Ambas as centúrias foram momentos de assinaláveis descobertas do mundo através de um estudo sistemático da fauna e flora[7]. Daqui resultou dois tipos de literatura com públi-

---

[5] Victor Morales Lezcano, *Los Ingleses en Canarias. Libro de Viajes e Historias de Vida*, Las Palmas de Gran Canaria, 1986, p. 124

[6] É uma criação do botânico alemão Adolfo Gustavo Henrique Engler(1844-1930). No livro *Die Pflanzenwelt Afrikas Insbesondere Seiner Tropischen Gebiete*, publicado em 1910 apresenta no primeiro volume um capítulo sobre *Das Afrika Benachbarte Makaronesien*. Cf. Eberhard Axel Wilhelm, *Visitantes e Escritos Germânicos da Madeira. 1815-1915*, Funchal, 1997.

[7] Mary L. Pratt, *Imperial Eye.Travel Writing and Transculturation*, N.Y., 1993; STAFFORD, B. M., *Voyage into Substance - Science, Nature and the Illustrated Travel Account 1770-1840*, Cambridge, Mass., 1984, pp. 565-634

cos e incidências temáticas distintas. Os guias e memórias de viagem apelavam ao leitor para a viagem de sonho à redescoberta deste recanto do paraíso que se demarca dos demais pela beleza incomparável da paisagem, variedade das flores e plantas. Já os tratados científicos apostam na divulgação através daquilo que as identifica. As técnicas de classificação das espécies da fauna e flora têm aqui um espaço ideal de trabalho.

Algumas colecções de gravuras, que figuram em lista que antecede a publicação[8], foram feitas para deleite dos apreciadores. Através das estampas e gravuras é possível descortinar a presença de algumas espécies arbóreas. No caso madeirense, dominam as que assumem valor alimentar – como a vinha e a bananeira –, seguindo-se o dragoeiro. Já o último é o grande motivo de atracção na ilha de Tenerife. Toda a tenção estava desviada para a natureza selvagem que se afirmava como o cúmulo da beleza[9]. No grupo de textos científicos, o interesse reparte-se entre a flora, destacando-se a variedade de flores e as formações geológicas[10].

A LITERATURA CIENTÍFICA E DE VIAGENS: O interesse pelo quadro natural é evidente nos textos narrativos históricos e documentação. Desde os textos da Antiguidade Clássica até às memórias coevas do descobrimento e posteriores que é patente o empenho no conhecimento da fauna e flora. Gaspar Frutuoso (1522-1591), que escreveu em finais do século XVI, é o primeiro exemplo da abordagem abrangente dos arquipélagos dos Açores, Canárias, Cabo Verde e Madeira.

Na Madeira aquilo que mais impressionou os europeus foi a

---

[8] Assim sucede, no caso madeirense, com os desenhos de James Bulwer (1827), Andrew Picken (1842), W. S. Pitt Springett (1843), Frank Dillon (1850), J. Eckersberg (1853-1855; vide *Estampas, Aguarelas e desenhos da Madeira Romântica*, Funchal, 1988.

[9] Confronte-se K. Thomas, *Man and the Natural World. A history of the Modern Sensibility*, N.York, 1980, pp. 260.

[10] As últimas surgem com grande evidencia para a Madeira em Edward Bowdich (1825).

densa floresta que encontraram. Aliás, foi isto que esteve na origem do nome dado à ilha. Pois como comenta o historiador das ilhas, foi assim designada "por causa do muito, espesso e grande arvoredo que era coberta...". Nos Açores todo o empenho estava virado para os fenómenos vulcânicos. E nas Canárias toda a atenção parece estar concentrada no Teide em Tenerife e na população autóctone. Se a Madeira fazia crer, na mente dos navegadores, a proximidade do Paraíso, os Açores mais se aproximavam do Inferno.

Da visão inicial dá-se o salto para a constatação da realidade do quadro natural no século XIX. Para trás ficaram quatro séculos e em que a fruição por parte do homem dos recursos do rincão levou a uma total transformação do espectro das ilhas. Na Madeira a verdadeira consciência para os perigos da mudança só sucedeu quando se atingiu o limite e sucederam-se as catástrofes[11]. O século XX anuncia-se como o momento ecológico. As preocupações com a preservação do pouco manto florestal existente e da recuperação dos espaços ermos foram acompanhadas de crítica impiedosa aos responsáveis[12]. Não será inoportuno recordar que as preocupações ambientalistas, que vão no sentido de estabelecer um equilíbrio do quadro natural e frenar o impulso devastador do homem, não são apenas apanágio do século XX. Nas ilhas sucederam-se regimentos e posturas que regulamentavam esta relação e que são demonstrativos de uma perspectiva ecológica[13].

---

[11] Neste caso é de salientar a aluvião de 1803, que pelos efeitos devastadores nas culturas e espaços urbanos tornou premente a consciência pré-ecológica. Paulo Dias de Almeida em 1817 e Isabella de França na década de cinquenta traça-nos o retrato.

[12] Na Madeira o principal alvo era os carvoeiros. Também a necessidade de regulamentação do pastoreio conduziu à lei das pastagens de 23 de Julho de 1913. Depois sugiram as vozes clamando por um reordenamento dos pastos é o caso de José Maria Carvalho em 1942 ou de arborização defendida por J. Henriques Camacho (1919) e posta em prática por Eduardo Campos Andrade na década de cinquenta.

[13] O Regimento das Madeiras de 1562 pode ser considerado um dos primeiros manifestos ambientalistas. Na Madeira as preocupações das autoridades avolumaram-se em 1804 aquando da aluvião. Na carta régia de 14 de Maio de 1804 estão bem expressas as razões do sucedido e a pouca atenção dada à carta de 17 de Junho de 1800 que recomendava o lançamento de sementes nos cumes da ilha. Neste contexto é de realçar a actividade da Junta de Melhoramentos de Agricultura, criada em 18 de Setembro de 1821.

Nas Canárias e nos Açores a situação das diversas ilhas não foi uniforme. Os problemas de desflorestação fizeram-se sentir com maior acuidade no primeiro arquipélago, Assim, em Gran Canaria já em princípios do século XVI a falta de madeiras e lenhas era evidente, como o testemunham as posturas e intervenção permanente das autoridades locais e da coroa[14]. A solução estava no recurso às demais ilhas, nomeadamente Tenerife e La Palma. Mas mesmo nestas começaram a fazer-se a sentir dificuldades. Nos Açores o facto de a cultura da cana não alcançar igual sucesso ao da Madeira e Canárias salvou o espaço florestal do efeito depredatório.

AS ROTAS DE MIGRAÇÃO DE HOMENS, PLANTAS E MERCADORIAS. A valorização do Atlântico nos séculos XV e XVI conduziu ao traçado de rotas de navegação e comércio que ligavam o Velho Continente ao litoral atlântico. A multiplicidade de rotas resultou das complementaridades económicas e formas de exploração adoptadas. Se é certo que estes vectores geraram as referidas rotas, não é menos certo que as condições mesológicas do oceano, dominadas pelas correntes, ventos e tempestades, delinearam o rumo. As mais importantes e duradouras de todas as traçadas foram sem dúvida as da Índia e Índias que galvanizaram as atenções dos monarcas, da população europeia e insular e também dos piratas e corsários.

A Madeira surge, nos alvores do século XV, como a primeira experiência de ocupação em que se ensaiaram produtos, técnicas e estruturas institucionais. Tudo isto foi, depois, utilizado, em larga escala, noutras ilhas e no litoral africano e americano. O arquipélago foi,

---

[14] Francisco Morales Padron, *Ordenanzas del Concejo de Gran Canaria (1531)*, Las Palmas, 1974; José Peraza de Ayala, *Las Ordenanzas de Tenerife*, Madrid, 1976; Pedro Cullen del Castilho, *Libro Rojo de Gran Canaria o Gran Libro de Provisiones y Reales Cédulas*, Las Palmas, 1974. Alfredo Herrera Piqué, La Destrucción de los Bosques de Gran Canaria a comienzos del siglo XVI, in *Aguayro*, n.º 92, 1977, pp. 7-10; James J. Pearsons, Human Influences on the Pine and Laurel Forests of the Canary Islands, in *Geographical Review*, LXXI, n.º 3, 1981, pp. 253-271.

assim, o centro de irradiação dos sustentáculos da nova sociedade e economia do mundo atlântico: primeiro os Açores, depois os demais arquipélagos e regiões costeiras onde os portugueses aportaram. Daqui resultou para a Madeira o papel fundamental de difusão das culturas existentes na Europa e que tinham valor para assegurar a subsistência ou a exportação. Depois, com a revelação de novos espaços do Atlântico e Índico, tivemos o retorno de novas culturas e produtos que vieram enriquecer o cardápio europeu. E de novo as ilhas da Madeira e Cabo Verde voltaram a assumir papel disseminador[15].

A aclimatação das plantas com valor económico, medicinal ou ornamental adquiriu cada vez mais importância. Aliás, foi fundamentalmente o interesse medicinal que provocou desde o século XVII o desusado empenho pelo seu estudo[16]. Assim, em 1757, o inglês Ricardo Carlos Smith fundou no Funchal um dos jardins onde reuniu várias espécies com valor comercial. Já em 1797 Domingos Vandelli (1735-1816) e João Francisco de Oliveira fizeram um estudo sobre a flora, e apresentaram, no ano imediato, um projecto para um viveiro de plantas, que foi criado no Monte e manteve-se até 1828. O naturalista francês, Jean Joseph d'Orquigny, que em 1789 se fixou no Funchal foi o mentor da criação da *Sociedade Patriótica, Económica, de Comércio, Agricultura, Ciências e Artes.* Também na ilha de Tenerife, em Puerto de La Cruz, Alonso de Nava y Grimón criou, em 1791, um jardim de aclimatação de plantas.

Em França, por iniciativa de G. Saint-Hilaire (1805-1861), foi criada, em 1854, a *Societé Nationale de Protection de la Nature et D'Acclimatation.* Os franceses a partir da obra de Buffon e Lamarck foram os principais difusores da noção e prática de aclimatização.

---

[15] Cf. G. Lapus, *Les Produits Coloniaux d'Origine Végétale*, Paris, 1930; J. E. Mendes Ferrão, *Transplantação de Plantas ee Continentes para Continentes no Século XVI*, Lisboa, 1986; IDEM, A Difusão das Plantas no Mundo através dos Descobrimentos, in *Mare Liberum*, n.º 1, 1990, 131-142; IDEM, *A Aventura das Plantas*, Lisboa, 1992.

[16] K. Thomas, *Man and the Natural World. Changing attitudes in England. 1500-1800*, Oxford, 1983, p. 27, 65-67.

Tudo isto liga-se directamente com o processo de colonização africana, assinalando-se no caso francês o processo em curso na Argélia[17]. Auguste Hardy é peremptório na aproximação: "it may be said that the whole of colonization is a vast deed of acclimatization"[18]. Esta opção ganhou adeptos em toda a Europa, merecendo o seguinte comentário de Michael Osborne[19]: "The proliferation of acclimatization societies and its empires at midcentury indicates that acclimatization studies were tied to the pan-European phenomenon of settler colonies".

De acordo com Elizabeth B. Keeney[20], na América do Norte, a partir de 1820, a Botânica tornou-se popular, fazendo surgir a figura do "botanizers", isto é, aqueles que por passatempo se dedicavam à colecção, identificação e preservação das espécies botânicas. A História Natural era vista como um exercício para a mente dos jovens[21], mas passados vinte anos o espectro mudou no sentido da especialização surgindo as associações especializadas como *Smithsonian Institution* (1846) e *American Association for the Advancement of Science* (1848). Em Londres havia surgido, em 1838, a *Botanical Society Club.*

Na Madeira, José Silvestre Ribeiro, governador civil, avançou em 1850 com um plano de criação do *Gabinete de História Natural*, a partir da exposição inaugurada a 4 de Abril no Palácio de S. Lourenço. Mas foi tudo em vão porque à sua partida, em 1852, tudo se desfez. A 23 de Setembro, surge a proposta de Frederico Welwistsch[22] para a criação de um jardim de aclimatação no Funchal e em Luan-

---

[17] Michael Osborne, *Nature, the exotic, and the Science of French Colonialism*, Bloomington, 1994

[18] *L'Algerie Agricole, Commerciale, Industrielle*, Paris, 1860, p. 7

[19] *Ibidem*, p. 176

[20] *The Botanizers-amateur scientits in nineteenth century America*, Chapel Hill, 1992.

[21] *Ibidem*, p. 45

[22] Cf. Eberhard Axel Wilhelm, "Visitantes de língua Alemã na Madeira (1815-1915)", in *Islenha*, 6, 1990, pp. 48-67.

da[23]. A Madeira cumpriria o papel de ligação das colónias aos jardins de Lisboa, Coimbra e Porto. Este botânico alemão, que fez alguns estudos em Portugal, passou, em 1853, pelo Funchal com destino a Angola. Já a presença de outro alemão, o Padre Ernesto João Schmitz, como professor do seminário diocesano, levou à criação, em 1882, um *Museu de História Natural*, que hoje se encontra integrado no actual Jardim Botânico.

Só passado um século a temática voltou a merecer a atenção dos especialistas, e várias vozes se ergueram em favor da criação de um jardim botânico na Madeira. Em 1936 refere-se uma tentativa frustrada de criação de um *Jardim Zoológico e de Aclimatação* nas Quintas Bianchi, Pavão e Vigia, que contava com o apoio do *Zoo de Hamburgo*[24]. A criação do Jardim Botânico por deliberação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal a 30 de Abril de 1960, foi o corolário da defesa secular das condições da ilha para a criação e a demonstração da importância científica revelada por destacados investigadores botânicos que procederam a estudos[25].

Nos Açores foi também evidente a aposta nos jardins de aclimatação. Um dos principais empreendedores foi José do Canto que desde meados do século XIX criou diversos viveiros de plantas de diversas espécies que adquiriu em todo o mundo. Na década de setenta as suas propriedades enchiam-se de criptomérias, pinheiros, eucaliptos e acácias[26]. Tenha-se em conta os contactos com as sociedades científicas e de aclimatação, nomeadamente francesas, as visitas que fez aos mais considerados jardins europeus. Podemos associar ainda António Borges que, em 1850, lançou o parque das Sete Cidades e oito anos após o jardim de Ponta Delgada que ostenta o seu

---

[23] "Um Jardim de Aclimatação na ilha da Madeira", in *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 2, 1950, pp. 15-16

[24] César A. Pestana, *A Madeira Cultura e Paisagem*, Funchal, 1985, p. 65

[25] Cf. *Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*, Abril de 1960; Rui Vieira, "Sobre o 'Jardim Botânico' da Madeira ", in *Atlântico*, 2, 1985, pp. 101-109.

[26] Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto. Subsídios para a História micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, 1982, pp. 78-113

nome. Outro entusiasta da natureza foi José Jácome Correia que nos legou o jardim de Santana. Tenha-se em consideração o facto de António Borges ter permanecido desde 1861 oito anos em Coimbra onde trabalhou no Jardim Botânico e manteve contactos estreitos com a universidade, mercê do apoio do patrício Carlos M. G. Machado. Daqui resultou uma estreita cooperação como envio à ilha de Edmond Goeze[27] com a finalidade de recolher espécies arbóreas para a estufa do jardim coimbrão. Tudo isto permitiu que o mesmo e alguns dos compatriotas micaelenses transformassem a paisagem da ilha em densos arvoredos e paradisíacos jardins de flora exótica.

Já nas Canárias a preocupação fundamental foi a política de florestação. Para isso contribuíram a partir do séc.XVIII as *Sociedades Económicas de los Amigos del Pais* em Gran Canaria (1777), Tenerife (1776) e La Palma. Esta opção expressa-se de forma clara nas actas, como se pode constatar nas de Las Palmas[28]. Os Jardins botânicos surgem aqui a partir da década de quarenta do nosso século: em 1943, o de Puerto de La Cruz, em Tenerife, e, em 1953, o de Viera y Calvijo, em Gran Canaria.

Em qualquer dos momentos assinalados, as ilhas cumpriram o papel de ponte e adaptação da flora colonial. Os jardins de aclimatação foram a moda que na Madeira e Açores tiveram por palco as amplas e paradisíacas quintas. O Marquez de Jácome Correia[29] identifica para a Madeira as quintas do Palheiro Ferreiro e Magnólia como jardins botânicos. Estas são viveiros de plantas e hospital para acolher os doentes da tísica pulmonar e outros visitantes. O deslumbramento acompanhou o interesse científico e os dois conviveram lado a lado nas inúmeras publicações que o testemunham no século XIX.

No traçado das rotas oceânicas situava-se o *Mediterrâneo*

---

[27] A Ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra, in *O Instituto*, 1867, pp. 3-61.

[28] Jose de Viera y Clavijo, *Extracto de las Actas de la Real Sociedad Económica de amigos del Pais de las Palmas (1777-1780)*, Las Palmas de Gran Canaria, 1981.

[29] *A Ilha da Madeira*, Coimbra, 1927, p. 173, 178

Atlântico com um papel primordial na manutenção e apoio à navegação atlântica. As ilhas da Madeira e Canárias surgem nos séculos XV e XVI como entrepostos do comércio no litoral africano, americano e asiático. Os portos principais da Madeira, Gran Canaria, La Gomera, Hierro, Tenerife e Lanzarote animaram-se de forma diversa com o apoio à navegação e comércio nas rotas da ida, enquanto nos Açores, com as ilhas de Flores, Corvo, Terceira, e S. Miguel, foram a escala necessária e fundamental da rota de retorno.

A posição demarcada do *Mediterrâneo Atlântico* no comércio e navegação atlântica fez com que as coroas peninsulares investissem aí todas as tarefas de apoio, defesa e controlo do trato comercial. As ilhas foram os bastiões avançados, suportes e os símbolos da hegemonia peninsular no Atlântico. A disputa pela riqueza em movimento no oceano fazia-se na área definida por elas e atraiu piratas e corsários ingleses, franceses e holandeses, ávidos das riquezas em circulação. Uma das maiores preocupações das coroas peninsulares foi a defesa das embarcações das investidas dos corsários europeus. A área definida pela Península Ibérica, Canárias e Açores foi o principal foco de intervenção do corso europeu sobre os navios que transportavam açúcar ou pastel ao Velho Continente.

O protagonismo das ilhas não se fica só pelos séculos XV e XVI, pois as navegações e explorações oceânicas nos séculos XVIII e XIX levaram-nas a assumir uma nova função para os europeus. De primeiras terras descobertas, passaram a campos de experimentação e escalas retemperadoras da navegação na rota de ida e regresso. Finalmente, no século XVIII desvendou-se uma nova vocação: as ilhas como campo de ensaio das técnicas de experimentação e observação directa da natureza. A afirmação da Ciência na Europa fez delas escala para as constantes expedições científicas dos europeus. O enciclopedismo e as classificações de Linneo (1735) tiveram nas ilhas um bom campo de experimentação. Tenha-se em conta as campanhas da *Linnean Society* e o facto de o próprio presidente da sociedade, Charles Lyall, ter-se deslocado, em 1838, de propósito às Canárias.

O homem do século XVIII perdeu o medo ao meio circundante e passou a olhá-lo com maior curiosidade e, como dono da criação, estava-lhe atribuída a missão de perscrutar os segredos ocultos. É este impulso que justifica todo o afã científico que explode nesta centúria. A ciência é então baseada na observação directa e experimentação. As expedições científicas aliam-se e imbricam-se de forma directa no traçado das rotas coloniais. As missões científicas atribuem uma mais-valia ao conhecimento que, por sua vez, contribui para a afirmação colonial, progresso da navegação e comércio e prestígio da própria coroa. A expedição do Cap. Cook conta com instruções expressas da coroa[30]. Esta expedição pode ser considerada como um laboratório ambulante pelo aparato científico que a envolveu[31]. As instituições de França e Inglaterra são fruto de uma intervenção régia como se pode verificar do seu nome[32]. Ainda neste contexto poderão considerar-se os arquipélagos da Madeira e Canárias, bem posicionados nas rotas que ligavam as instituições científicas europeias aos espaços de investigação em África, Índico e América Central e do Sul, que actuam como laboratórios de experimentação das técnicas de estudo e recolha.

A insaciável procura e descoberta da natureza circundante cativou toda a Europa, mas foram os ingleses que marcaram presença mais assídua nas ilhas, sendo menor a de franceses e alemães[33]. Aqui são protagonistas as Canárias e a Madeira. Tudo isto é resultado da função de escala à navegação e comércio no Atlântico. Note-se que a Inglaterra apostava nas ilhas como pontos nevrálgicos da sua estra-

---

[30] J. C. Beagle, *The Journals of Captain Cook on this Voyage of Discovery*, t.I, Cambridge, 1955.

[31] H. C. Cameron, *Sir Joseph Banks*, Londrres, 1966.

[32] Cf. T. Thomson, *The History of The Royal Society*, Londres, 1822; M. Penver, *The Royal Society. Concept and Creation*, Cambridge, Mass., 1967.

[33] Cf. "Algumas das Figuras Ilustres Estrangeiras que Visitaram a Madeira", in *Revista Portuguesa*, 72, 1953; A. Lopes de Oliveira, *Arquipélago da Madeira. Epopeia Humana*, Braga, 1969, pp. 132-134.

tégia colonial, acabando por estabelecer na Madeira uma base para a guerra de corso no Atlântico. Se as embarcações de comércio, as expedições militares tinham cá escala obrigatória, mais razões assistiam às científicas para a paragem obrigatória. As ilhas, pelo endemismo que as caracteriza, história geo-botânica, permitiram o primeiro ensaio das técnicas de pesquisa a seguir noutras longínquas paragens. Também elas foram um meio revelador da incessante busca do conhecimento da Geologia e Botânica.

Instituições seculares, como o *British Museum, Linean Society,* e *Kew Gardens*, enviaram especialistas às ilhas para proceder à recolha das espécies, enriquecendo os seus herbários. Os estudos no domínio da geologia, botânica e flora são resultado da presença fortuita ou intencional dos cientistas europeus. Esta moda do século XVIII levou a que as instituições científicas europeias ficassem depositárias de algumas das colecções mais importantes de fauna e flora das ilhas: o *Museu Britânico, Linnean Society, Kew Gardens, Universidade de Kiel, Universidade de Cambridge, Museu de História Natural de Paris.* E por cá passaram destacados especialistas da época, sendo de realçar John Byron, James Cook, Humbolt, John Forster. Darwin esteve nas Canárias e Açores (1836) e mandou um discípulo à Madeira. Mas no arquipélago açoriano o cientista mais ilustre terá sido o Príncipe Alberto I do Mónaco que aí aportou em 1885. James Cook escalou a Madeira por duas vezes, em 1768 e 1772, numa réplica da viagem de circum-navegação apenas com interesse científico. Os cientistas que o acompanharam intrometeram-se no interior da ilha à busca das raridades botânicas para a classificação e depois revelação à comunidade científica. Em 1775 o navegador estava no Faial e no ano imediato em Tenerife.

Nas Canárias a primeira e mais antiga referência sobre a presença de naturalistas ingleses é de 1697, ano em que James Cuningham esteve em La Palma. Os Séculos XVIII e XIX anunciam-se como de forte presença, nomeadamente dos franceses. Neste contexto é de referir os pioneiros estudos do canariano José Vieira y

Clavijo (1731-1781) e a publicação da *Histoire Naturelle des Îles Canaries* (1835-50) de P. Barker Webb e S. Berthelot.

O contacto do cientista com o arquipélago açoriano fazia-se quase sempre na rota de regresso de África ou América. Foi isto que sucedeu com Andre Bure (1703), Adamson (1753), Cook (1775), Tarns (1841), Darwin (1836) e J. C. Albers (1851). Para os americanos as ilhas eram a primeira escala de descoberta do Velho Mundo. Foi isso que sucedeu a Sam C. Reid, Joseph e Henry Bullar (1838-39), J. W. Webster (1821), Alice Baker (1882). Por outro lado, os Açores despertaram a curiosidade das instituições e cientistas europeus. Os aspectos geológicos, nomeadamente os fenómenos vulcânicos, foram o principal alvo de atenção. Assim, o *Kew Garden* interessou-se desde finais do século XVII pelo estudo da Botânica do arquipélago tendo enviado cientistas para proceder a recolhas: Geo Forster (1787) e W. Aiton (1789). Mesmo assim o volume de estudos não atingiu a dimensão dos referentes à Madeira e Canárias pelo que Maurício Senbert, em 1838, foi levado a afirmar que a "flora destas ilhas [fora] por tanto tempo despresada", o que o levou a dedicar-se ao seu estudo[34]. O interesse dos naturais das ilhas pelo conhecimento do meio natural que os envolvia, influenciado ou não por esta assídua presença de cientistas europeus desde o século XVIII, é notório na centúria oitocentista. Nos Açores tivemos Carlos Machado (1828-1901), Arruda Furtado (1854-1887), Bruno Carreiro (1857-1911), Afonso Chaves (1857-1926), José Sampaio (1827-1900) e Alfredo Sampaio (1862-1918). Na Madeira todo o empenho esteve votado para a botânica e fauna marinha, sendo de salientar, no primeiro caso, Carlos Azevedo de Meneses (1863-1928) e, no segundo, Adolfo César de Noronha (1873-1963) e Adão Nunes (1885-1958)[35].

As ilhas recriavam os mitos antigos e reservavam ao visitan-

---

[34] "Flora Azorica", in *Archivo dos Açores*, XIV (1983), pp. 326-339.

[35] Ernesto Ferreira, *O Arquipélago dos Açores na História das Ciências*, Lisboa, 1937, sep. *Petrus Nonius*, I.

te um ambiente paradisíaco e calmo para o descanso, ou, como sucedeu no século dezoito, o laboratório ideal para os estudos científicos. O endemismo insular propiciava a última situação. As ilhas foram o principal alvo de atenção de botânicos, ictiólogos, geólogos. A situação é descrita por Alfredo Herrera Piqué a considerá-las "a escala científica do Atlântico"[36]. Os ingleses foram os primeiros a descobrir as qualidades do clima e paisagem e a divulgá-las junto dos seus compatriotas. É esta quase esquecida dimensão como motivo despertador da ciência e cultura europeias desde o século XVIII que importa realçar.

Na Madeira aquilo que mais emocionou os navegadores do século XV foi o arvoredo; já para os cientistas, escritores e demais visitantes a partir do século XVIII aquilo que chama à atenção é, sem dúvida, o aspecto exótico dos jardins e quintas que povoam a cidade. Nas Canárias a atenção está virada para os milenares dragoeiros de Tenerife. O Funchal transformou-se num verdadeiro jardim botânico, e segue uma tradição secular europeia. Eles começaram a surgir na Europa desde o século XVI: em 1545 temos o de Pádua, seguindo-se o de Oxford, em 1621. Em 1635, o de Paris preludia a arte de Versailles em 1662. Em todos é patente a intenção de fazer recuar ao paraíso[37]. As ilhas não tinham necessidade disso pois já o eram.

Diferente foi a atitude do homem do século XVIII. Aliás, desde a segunda metade do século XVII que o seu relacionamento com as plantas mudou. Em 1669, Robert Morison publicou *Praeludia Botanica*, considerada como o princípio do sistema de classificação das plantas, que tem em Carl Von Linné (Linnaeus) (1707-1778) o principal protagonista. A partir daqui a visão do mundo das plantas nunca foi a mesma. Contemporâneo dele é o Comte de Buffon que

---

[36] *Las islas Canarias, Escala Científica en el Atlántico Viajeros y Naturalistas en el siglo XVIII*, Madrid, 1987.

[37] Richard Grove, *Ecology, climate and Empire. Studies in colonial enviromental. History 1400-1940*, Cambridge, 1997, p. 46; J. Prest, *The Garden of Eden: The Botanic Garden and the Recreation of Paradise*, New Haven, 1981.

publicou entre 1749 e 1804 a "Histoire Naturelle, Générale et Particuliére" em 44 volumes. Perante isto os jardins botânicos do século XVIII deixaram de ser uma recriação do paraíso e passaram a espaços de classificação botânica. O *Kew Gardens*, em 1759, é a verdadeira expressão disso. Note-se que Hans Sloane (1660-1753), presidente do *Royal College of Physicians*, da *Royal Society of London* e fundador do *British Museum*, esteve na Madeira no decurso das expedições que o levaram às Antilhas inglesas[38].

Os jardins, através da harmonia do arvoredo e das garridas cores das flores, tiveram, nos séculos XVII e XVIII, um avanço evidente e adquiriram a dimensão de paraíso bíblico e, como tal, de espaço espiritual e são a expressão do domínio humano sobre a Natureza[39]. A Inglaterra do século XIX popularizou os jardins e as flores[40]. A ambiência chegou às ilhas através dos mesmos súbditos de Sua Majestade. As ilhas exerceram um fascínio especial em todos os visitantes e parece que nunca perderam a imortal característica de jardins à beira do oceano e de espaços exóticos onde as espécies indígenas convivem com as europeias e as oriundas do Novo Mundo. A cidade do Cabo, pelas ligações às rotas comerciais, foi o centro de divulgação no espaço Atlântico e de forma especial na Madeira[41]. Tenha-se ainda em conta idêntico papel das ilhas de Cabo Verde para as espécies de ambos os lados do Atlântico. Deste modo poderemos afirmar que as ilhas foram jardins e que os jardins continuam a ser o encanto dos que as procuram, sejam turistas ou cientistas.

O TURISMO E A DESCOBERTA DA NATUREZA. No século XVIII as ilhas assumiram um novo papel no mundo europeu. Assim, de espaços económicos passam também a contribuir para alí-

---

[38] Raymond R. Stearns, *Science in the British Colonies of America*, Urban, 1970

[39] Peter J. Bowler, *Fontana History of environmental Sciences*. N. Y., 1993, p. 111.

[40] Cf. K. Thomas, *ibidem*, pp. 207-209, 210-260

[41] Rui Vieira, *Album Florístico da Madeira*, Funchal, 1974; Miguel José Afonso, *Funchal – Flora e Arte nos Espaços Verdes*, Funchal, 1993.

vio e cura de doenças. O mundo rural perde importância em favor da área em torno do Funchal que se transforma num hospital para a cura da tísica pulmonar ou de quarentena na passagem do calor tórrido das colónias para os dias frios e nebulosos da vetusta cidade de Londres. Esta função catapultou as ilhas da Madeira e Canárias para uma afirmação evidente. O debate das potencialidades terapêuticas da climatologia propiciou um grupo numeroso de estudos e gerou uma escala frequente de estudiosos[42]. As estâncias de cura surgiram primeiro na bacia mediterrânica europeia e, depois, expandiram-se no século XVIII até à Madeira, e só na centúria seguinte chegaram às Canárias[43]. As intermináveis filas de aristocratas, escritores, cientistas que desembarcavam no calhau e iam encosta fora à procura do ar benfazejo das ilhas, foi um retrato comum da Madeira e Canárias do século XIX.

Dos visitantes das ilhas merecem especial atenção três grupos distintos: *invalids* (=doentes), viajantes, turistas e cientistas. Enquanto os primeiros fugiam ao inverno europeu e encontravam na temperatura amena das ilhas o alívio das maleitas, os demais vinham atraídos pelo gosto de aventura, de novas emoções, da procura do pitoresco e do conhecimento e descobrimento dos infindáveis segredos do mundo natural.

O viajante diferencia-se do turista pelo aparato e intenções que o perseguem. Ele é um andarilho que percorre todos os recantos das ilhas na ânsia de descobrir os aspectos mais pitorescos. Na bagagem constava sempre um caderno de notas e um lápis. Através da escrita e desenho ele regista as impressões do que vê. Daqui resultou uma prolixa literatura de viagens que se tornou numa fonte fundamental

---

[42] James Clark, *The Sanative Influence of Climate*, Londres, 1840; W. Huggard, *A Handbook of Climatic Treatment*, Londres, 1906; Nicolás González Lemus, *Las Islas de la Ilusión. Británicos en Tenerife 1850-1900*, Las Palmas, 1995; Zerolo, Tomás, *Climatoterapia de la Tuberculosis Pulmonar en la Península Española, Islas Baleares Y Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, 1889. O debate sobre o tema provocou a publicação de inúmeros estudos a favor e contra. Cf. Bibliografia textos de S. Benjamin (1870), John Driver (1850), W. Gourlay (1811), M. Grabham (1870), R. White (1825).

[43] M. J. Báguerra Cervellera, *La Tuberculosis y su História*, Barcelona, 1992.

para o conhecimento da sociedade oitocentista das ilhas. Ao historiador está atribuída a tarefa de interpretar estas impressões[44]. Aqui são merecedoras de destaque duas mulheres: Isabella de França[45] para a Madeira, e Olívia Stone[46] para as Canárias.

O turista, ao invés, é pouco andarilho, preferindo a bonomia das quintas, e egoísta guardando para si todas as impressões da viagem. Deste modo o testemunho da sua presença é documentado apenas pelos registos de entrada dos vapores na alfândega, das notícias dos jornais diários e dos "títulos de residência"[47], pois o mais transformou-se em pó.

A presença de viajantes e "invalids" nas ilhas conduziu, obrigatoriamente, à criação de infraestruturas de apoio. Se num primeiro se socorriam da hospitalidade dos insulares, num segundo momento a cada vez maior afluência de forasteiros obrigou à montagem de uma estrutura hoteleira de apoio. Aos primeiros as portas eram franqueadas por carta de recomendação. A isto juntou-se a publicidade através da literatura de viagens e guias. Os guias forneciam as informações indispensáveis para a instalação no Funchal e viagem no interior da ilha, acompanhados de breves apontamentos sobre a História, costumes, fauna e flora. Para a Madeira, um dos mais antigos guias que se conhece é anónimo[48], seguindo-se os de Robert White[49], E. V. Harcourt[50], J. Y. Johnson[51] e E. M. Taylor[52]. Os primeiros guias do

---

[44] António Ribeiro Marques da Silva. *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, 1994, N. González Lemus, *Viajeros Victorianos en Canarias*, Las Palmas, 1998.

[45] *Journal of a visit to Madeira and Portugal (1853-1954)*, Funchal, 1970. Todavia, a primeira viajante na ilha foi Maria Riddel que em 1788 visitou a ilha durante 11 dias: *A Voyage to The Madeira...*, Edinburgh, 1792.

[46] *Teneriffe and its six Satellites* (1887)

[47] Na Madeira as autorizações de residência estão registadas para os anos de 1869 a 1879 e 1922 a 1937.

[48] *A Guide to Madeira Containing a Short Account of Funchal*, Londres, 1801.

[49] *Madeira its Climate and Scenery containing Medical and General Information for Invalids and Visitors; a tour of the Island*, Londres, 1825.

[50] *A Sketch of Madeira Containing Information for the Traveller or Invalid Visitor*, Londres, 1851.

[51] *Madeira its Climate and Scenery. A Handbook for Invalids and other Visitors*, Edinburg, 2.ª ed., 1857, 3.ª ed., 1860.

conjunto dos arquipélagos são de William W. Cooper[53] e A. Samler Brown[54]. Este último tornou-se num *best-seller*, pois atingiu 14 edições.

Tenha-se em conta a nomenclatura atribuída aos visitantes a quem se destinavam estes guias. Assim, em 1851, James Yate Johnson e Robert White[55] fazem apelo aos "invalid and other visitors", enquanto, em 1887, Harold Lee[56] dirige-se aos "tourists" e, em 1914, temos o primeiro guia turístico de C. A. Power[57]. Este deverá marcar nas ilhas o fim do chamado turismo terapêutico e o início do actual. A estes dois grupos junta-se um terceiro que também merece atenção destes guias, isto é, o naturalista ou cientista[58].

A Madeira firmou-se, a partir da segunda metade do século dezoito, como estância para o turismo terapêutico, mercê das então consideradas qualidades profiláticas do clima na cura da tuberculose, o que cativou a atenção de novos forasteiros[59]. Aliás, a ilha foi considerada por alguns como a primeira e principal estância de cura e convalescença da Europa[60]. Note-se que no período de 1834 a 1852 a média annual de *Invalid's* oscilava entre os 300 e 400, na sua maioria ingleses. Em 1859 construiu-se o primeiro sanatório. O último investimento neste campo foi dos alemães que em 1903, através do princípe Frederik

---

[52] *Madeira its Scenery and How to See it with Letters of a Year's Residence and Lists of the Trees, Flowers, Ferns, and Seaweeds*, Londres, 1.ª ed., 1882, 2.ª ed., 1889.

[53] *The Invalid's Guide To Madeira With a Description of Tenerife...*, Londres, 1840.

[54] *Madeira and the Canary Islands.*

[55] *Madeira Its Climate and Scenery. A Handbook for Invalid and Other Visitors*, Edimburgo, 1851.

[56] *Madeira and the Canary islands. A Handbook for Tourists*, Liverpool, 1887.

[57] *Tourist's Guide to the Island of Madeira*, Londres, 1914.

[58] C. A. Gordon, *The Island of Madeira for the Invalid and Naturalis – "the Flower of the Ocean. The Island of Madeira: A Resort for the Invalid; a Field for the Naturalist*, Londres, 1896.

[59] As mais antigas referências a esta situação surgem em 1751 em texto de Thomas Heberden em *Philosophal Transactions*, sendo corroborado pelo Dr. Fothergill em *On Consuption Medical Observation* (1775). Veja-se ainda J. Adams, *Guide to Madeira with an Account of the Climate*, Londres, 1801; W. Gourlay, *Observations on the Natural History, Climate and Desease of Madeira During of Period os Sixteen Years*, Londres, 1811.

[60] Hugo C. de Lacerda Castelo Branco, *Le Climat de Madère. Ébauche d'une étude Comparative:Le Meilleur Climat du Monde: Station Fixe et la Plus Belle d'Hiver*, Funchal, 1936.

Charles de Hohenlohe Oehringen, que, em 1903, constituiu a Companhia dos Sanatórios da Madeira. Da sua polémica iniciativa resultou apenas o imóvel do actual hospital dos Marmeleiros[61].

Não temos dados seguros quanto ao desenvolvimento da hotelaria nas ilhas, pois os dados disponíveis são avulsos[62]. Os hotéis são referenciados em meados do século XIX, mas desde os inícios do século XV que estas cidades portuárias, de activo movimento de forasteiros, deveriam possuir estalagens. A documentação oficial faz eco desta realidade como se poderá provar pelas posturas e actas da vereação dos municípios servidos de portos.

No caso da Madeira, assinala-se, em 1850, a existência de dois hotéis (o *London Hotel* e o *Yate's Hotel Family*) a que se juntaram outros dez em 1889[63]. Em princípios do século XX a capacidade hoteleira havia aumentado, sendo doze os hotéis em funcionamento que poderiam hospedar cerca de oitocentos visitantes[64]. A preocupação destes visitantes em conhecer o interior da ilha, nomeadamente a encosta norte, levou ao lançamento de uma rede de estalagens que tem a sua expressão visível em S. Vicente, Rabaçal, Boaventura, Seixal, Santana e Santa Cruz[65].

A ilha dispõe ainda hoje de uma unidade hoteleira de luxo que remonta a esta época. O Reid's Hotel foi construído em 1891 pela família Reid e teve o nome de New Reid's Hotel, para se diferenciar dos outros (o *Royal Edimburgh Hotel, Hotel Santa Clara, Miles Hotel, Hotel Monte* e *German Hotel*) que já explorava. William Reid fi-

---

[61] Nelson Veríssimo, A questão dos Sanatórios da Madeira, in *Islenha*, 6, 1990, 124-144; Desmond Gregory, The *Beneficient Usurpers: A History of the British in Madeira*, Londres, 1988, pp. 112-124; F. A. Silva, Sanatórios da Madeira, in *Elucidário Madeirense*, 1.ª ed. 1921-22.

[62] Apenas a partir de 1891 temos o *Registo de Licenças de Botequins, tabernas, Hoteis, Estalagens, Clubes e Lotaria (1891-1901)*. Cf. Fátima Freitas Gomes, Hóteis e Hospedarias (1891-1901), in *Atlântico*, n.º 19, 1989, 170-177.

[63] Isto de acordo com as informações de J. Driver (*Guide to Visitors*, Londres, 1850) e C. A. Mourão Pita (*Madère, Station Mèdicale Fixe*, Paris, 1889).

[64] Marquês de Jácome Correia, *A Ilha da Madeira*, Coimbra, 1927, p. 232

[65] Para S. Vicente veja-se nossos estudos sobre "Retratos de Viajantes e Escritores", *Boletim Municipal. São Vicente*, n.º 3, 1995, pp. 3-7; "O Norte na História da Madeira", in *Boletim Municipal. São Vicente*, n.º 8, 1996, pp. 7-15

xou-se no Funchal em 1844 dedicando-se de parceria com W. Wilkinson a montar um serviço de apoio aos inúmeros visitantes que chegavam à ilha para um período de repouso ou na busca desesperada das qualidades terapêuticas que o clima da cidade propiciava. Os seus filhos, William e Alfred, deram continuidade à obra. Tenha-se ainda em conta um conjunto de melhoramentos que tiveram lugar no Funchal para usufruto dos forasteiros. Assim, desde 1848 com José Silvestre Ribeiro temos o delinear de um moderno sistema viário, a que se juntaram novos meios de locomoção: em 1891 o Comboio do Monte, em 1896 o Carro Americano e, finalmente, o automóvel em 1904.

As Canárias, nomeadamente Tenerife e Furteventura, juntaram-se à Madeira no turismo terapêutico desde meados do século XIX[66]. Note-se que em 1865 Nicolás Benitez de Lugo construiu em La Orotava (Tenerife) "un estabelecimiento para extranjeros enfermos". Deverá ter sido nesta época que a ilha de Tenerife se estreou como *health resort*, passando a fazer concorrência com a Madeira, tendo a seu favor melhores condições climáticas[67]. O Vale de La Orotava, através do seu porto (hoje Puerto de La Cruz), afirma-se como a principal estância do arquipélago. Isto provocou o desenvolvimento da indústria hoteleira, que depois alastrou também à cidade de Santa Cruz de Tenerife[68].

Vários factores permitiram esta rápida ascensão das ilhas de Tenerife e Gran Canária na segunda metade do século XIX que assumiram rapidamente a dianteira face à Madeira. A afirmação de San-

---

[66] W. Cooper, *The Invalid's Guide to Madeira with a Description of Tenerife*, Londres, 1840; M Douglas, *Grand Canary as a heatlth Resort for Consummptives and Others*, London, 1887; John Whiteford, *The Canary Islands as a Winter Resort*, Londres, 1890; George Victor Pérez, *Orotava as a Health Resort*, Londres, 1893.

[67] Note-se que em 1861 Richard F. Burton (*Viajes a las Islas Canarias I. 1861*, Puerto de La Cruz, 1999, p.26) que na sua viagem todos os tuberculosos ficaram na Madeira.

[68] A. Hernández Gutiérrez, *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*, Puerto de La Cruz, 1983; IDEM, *Cuando los Hoteles eran Palacios*, Islas Canarias, 1990; A.Guimera Ravina, *EL Hotel Marquesa*, Puerto de la Cruz, 1988; *IDEM, El Hotel Taoro. 1890-1990.Cien Años de Turismo en Tenerife*, Santa Cruz de Tenerife, 1991.

ta Cruz de Tenerife como porto abastecedor de carvão aos barcos a vapor, e a declaração de portos francos em 1852 fizeram atrair para aqui todas as linhas francesas e inglesas de navegação e comércio no Atlântico. Esta aposta no turismo e serviços portuários permitiu uma saída para a crise económica do arquipélago e uma posição privilegiada face à concorrência da Madeira ou dos Açores[69].

Nos Açores o turismo teve um aparecimento mais recente. Não obstante Bullar (1841) referir a presença de doentes americanos na Horta, foi reduzido o seu movimento no arquipélago. Todavia, isto conduziu ao aparecimento do primeiro hotel conhecido no Faial, em 1842. Em 1860 chegou o primeiro grupo de visitantes norte-americanos, mas só a partir de 1894 ficaram conhecidos como *tourists*[70].

A partir de finais do século XIX o turismo, tal como hoje o entendemos, dava os primeiros passos. E foi como corolário disso que se estabeleceram as primeiras infra-estruturas hoteleiras e que o turismo passou a ser uma actividade organizada e com uma função relevante na economia. Deste momento ainda persiste na ilha da Madeira uma unidade hoteleira: Hotel Reids. E mais uma vez o inglês é o protagonista principal. Este momento de afluência de estrangeiros coincide ainda com a época de euforia da Ciência nas academias e universidades europeias. Desde finais do século XVII as expedições científicas tornaram-se comuns e a Madeira (Funchal) ou Tenerife (Santa Cruz de Tenerife e Puerto de La Cruz) foram portos de escala para ingleses, franceses e alemãs.

---

[69] Madeirenses e açorianos cedo se aperceberam desta realidade culpando as autoridades de Lisboa. Vide: João Augusto d'Ornellas, *A Madeira e as Canárias*, Funchal, 1884; João Sauvaire de Vasconcelos, *Representação da Câmnara Municipal da Cidade do Funchal ao Governo de S. M. sobre Diversas Medidas Tendentes a Conservar e Arruinar a Navegação de passagem neste Porto dos Paquetes Transatlânticos*, Funchal, 1884; Visconde Valle Paraizo, *Propostas Apresentadas pela Commissão Nomeada em Assembleia da Associação Commercial do Funhcal de 14 de Novembro de 1894 para Estudar as Causas do Desvio da Navegação do Nosso Porto e do Afastamento de Forasteiros*, Funchal, 1895; Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX, Economia, Sociedade e Movimento Autonomista*, Lisboa, 1991.

[70] Ricardo Manuel Madruga da Costa, *Açores, Western Islands. Um Contributo para o Estudo do Turismo nos Açores*, Horta, 1989.

CONCLUSÃO. A Europa contribuiu com os cereais (centeio, cevada e trigo), as videiras e as socas de cana, enquanto da América e Índia aportaram ao Velho Continente o milho, a batata, o inhame, o arroz e uma variada gama de árvores de fruto. As ilhas atlânticas, pela posição charneira no relacionamento entre estes mundos, foram viveiros da aclimatação dos produtos às novas condições endemoclimáticas que os acolhem. A Madeira funcionou no século XV como viveiro experimental de culturas que a Europa pretendia implantar no Novo Mundo, isto é, os cereais, o pastel, a vinha e a cana de açúcar.

As ilhas são limitadas e por isso condicionam e são influenciadas de forma evidente pela presença humana. O processo económico quando assume uma posição de sucesso mercê da inserção no mercado mundial é responsável por uma exploração intensiva que acaba, inevitavelmente, por provocar desequilíbrios entre aquilo que possibilita o quadro natural e o que o Homem exige dele. A exploração económica fez-se de forma intensiva e de acordo com as solicitações do mercado exterior, agravando o afrontamento com o quadro natural e arrastando-o para uma situação de total degradação. O desenvolvimento da agricultura é considerado como um dos factores fundamentais de intervenção do Homem no quadro natural. O processo de sedentarização humana e a consequente domesticação de animais e plantas são a expressão mais evidente da mudança ocorrida[71].

Na segunda metade do século XVIII a Madeira e as Canárias assumiram um novo papel. Alguém terá dito que os iniciais promotores do turismo insular foram os gregos, mas os primeiros turistas foram, sem dúvida, ingleses. Os gregos celebraram na criação literária prolixa as delícias das ilhas situadas além das colunas de Hércules. Os arquipélagos da Madeira e Canárias são mitologicamente consi-

---

[71] GOUDIE, Andrew, *The Human Impact on the Natural Environment*, Cambridge, MA: MIT Press, 1994, p. 20: "Both the domestication of animals and cultivation of plants have been among the most significant causes of human impact". Cf. UCKO, Peter J. e G. W. Dimbleby (ed.), *The Domestication and Exploitation of Plants and Animals*, London, Duckworth, 1969.

derados a mansão dos deuses, o jardim das delícias, onde convivem com os heróis da mitologia. Foram os ingleses, ainda que muito mais tarde, os primeiros a desfrutar da ambiência paradisíaca, reservada aos deuses e heróis. A Europa oferecia ao aristocrata britânico demasiados motivos para o *"grand tour"* cultural, mas as belezas e clima ameno das ilhas pareciam suplantar isso. A verdadeira descoberta das ilhas foi obra de ingleses, alemães e franceses. O turismo caminhou em ambos os arquipélagos a par da busca de soluções para a cura da tísica pulmonar e dos estudos e trabalhos de recolha das espécies vivas indígenas do quadro natural, de acordo com as exigências da Ciência e instituições europeias.

Perante nós está um campo de grande interesse para a História insular, mas ainda por desbravar. O avanço neste campo só será possível mediante uma recolha sistemática de informação bibliográfica científica especializada e do recurso às fontes literárias e iconográficas. A criação de uma base de dados com toda esta informação e a sua disponibilização ao público interessado via *Internet* é o objectivo desejável. Neste como noutros domínios é necessário considerar a problemática numa perspectiva global das ilhas atlânticas, pois foi assim que as mesmas funcionaram na época. Esquecer esta unidade e deixar-se comover pelos apelos bairristas é ludibriar as potencialidades deste novo domínio. Se ao longo dos últimos cinco séculos estas foram teimosamente entendidas como um conjunto, porque razão agora as consideramos como mundos separados?

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

1 HISTÓRIA DA CIÊNCIA

1.1. AÇORES

AFONSO, João, *Açores: Quando o Príncipe Alberto de Mónaco visitou as Ilhas*, trad. Adélia Goulart, Il. de Louis Tinayre, Ed. Secretaria Reg. dos Transportes e Turismo (Direcção Regional de Turismo), Horta, 1988

ALBERGARIA, Isabel Soares de, O Jardim da Lombadinha. História e Significado, in *Arquipélago-História*, 2ª série, vol.III, 1999, pp.381-405

ALBERT I DE MÓNACO, *La Carrière d'Un Navigateur*, Ed. Librairie Plon, Paris, 1902 e 1913

ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho de, *Observações sobre a Ilha de S. Miguel, recolhidas pela Comissão enviada à mesma ilha em Agosto de 1825 e regressada em Outubro do mesmo ano*, Lisboa, 1826.

ALMEIDA, Gabriel de, *As Ilhas dos Açores*, Lisboa, 1889.

ALMEIDA, Virgínia de Castro, *No Mar Tenebroso*, Ed. Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1934

ANGLIN, João Hickling, Livros Estrangeiros sobre as Ilhas dos Açores, in *Colóquio Revista de Artes e Letras*, 41, Lisboa, 1966, 42-44.

AZEVEDO, Maximiliano de, *Histórias das Ilhas (Reminiscencias dos Açores e da Madeira)*, Ed. Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1899

ARRUDA, Luís M. A, Ictiofauna Marinha Açoriana em Publicações Científicas do século XIX, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, 1991-92, pp. 35-55.

Sobre os Estudos Científico-Naturais de Arruda Furtado, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, IX, 1989-90, pp. 69-77.

Os Naturalistas, o Faial e Periferia Açoriana até ao Século XIX, in *Faial e a Periferia Açoriana nos sécs. XV e XIX*, Horta, 1998, pp. 621-639.

ASHE, T(homas), *History of the Azores or Western Islands: Containing an Account of the Government, Laws and Religion, the Martners, Ceremonies and Character of the Inhabitants and demonstrating the Importance of these Valuable Islands to the British Empire*, Ed. Sherwood, Neely, and Jones, Londres 1813,

BAKER, C. Alice, *Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira*, Ed Leader and Shepard Publishers, Boston, 1882

Um Verão nos Açores e a Madeira de relance: II trad. de João H. Anglin, sep. do "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", v. 16 e 17. Angra do Heroísmo, 1958/1960, 142-181, 107-151.

BEDEMAR, Conde, Resumo de Observações Geológicas Feitas em Viagem às Ilhas da Madeira, Por-

to Santo e Açores nos annos de 1835 e 1836, in *Arquivo dos Açores*, vol. X, 289-296.

Geologia. Resumo das Observações Geraes de S. Exa o Senhor Conde de Vargas de Bedemar Acerca da Constituição Geológica da ilha Terceira, in *Archivo dos Açores*, XI, 1983, pp. 338-341

BENJAMIN, S.G.W., *The Atlantic Islands as Resorts of Health and Pleasure*, Ed. Hatper & Brolhers Publishers, New York, 1878.

BOID, Captain, *A Description of the Azores, or Western Islands*, Ed. Bull and Churton, London, 1835
O Distrito da Horta que compreende Faial Pico Corvo e Flores: (Tradução dos capitulos (...) da obra a A Description of the Azores or Westem Islands. Londres 1835 por João H. Anglin) s.n. (Instituto Histórico da Ilha Terceira), Angra do Heroísmo, 1952,
O Distrito de Angra: Tradução dos Capitulos III, IV e V (Parte II) do Livro do Capitão Boid A Description of the Azores (London/1835), trad. de João Anglin, *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, v. 7, Angra do Heroísmo, 1949. p. 256-281.

BRASSEY (Lady), *In the Trades, the Tropics & the Roaring Forties*, Ed. Longmans, Green & Co. Londres, 1885

BROWN, A. Samler, *Brown's Madeira Canary Islands and Azores* (...)14.ª ed., Ed. Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Co., Ltd, Londres, 1927

BULCÃO, António Lacerda, Cinco dias na Ilha do Corvo, in *Arquivo dos Açores*, XI, 544-557.

BULLAR, Joseph e Henry, *A Winter in the Azores; and a Summer at the baths of the Furnas*, Ed. John Van Voorst, Paternoster Row, London, 1841, 2 vol.
Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas, / Joseph e Henry Bullar, Trad. de João Anglin, pref. de Armando Cortes Rodrigues, Ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1949 e 1986.

BURE, André, Descripção dos Açores, in *Archivo dos Açores*, XI, 1983, pp. 9-16.

CALLIXTO, Vasco, *Pelas Estradas dos Açores*, Ed. do A., Lisboa, 1973, 159 p., il.

CANFIELD, Herman, *The Azores as a Health Resort*, Ed. Falk & Co., 1892, 18 p.

CARQUEJA, Bento, *Os Açores: Notas Instantaneas*, s. n., Ponta Delgada, 1894, 43 p., (Col. "Biblioteca da Autonomia dos Açores").

CASTILHO, Júlio de, *Ilhas Ocidentais. Arquipélago Açoriano*, Ed. Daboa. 1886.

CHAVES, F. A., Bibliografia Zoologica dos Açores, in *Archivo dos Açores*, XIII, 1983, pp. 200-208.

COSTA, (Alberto Mário de) Sousa, *Ilhas das Três Formosuras*, Ed. Guimarães Editores, Lisboa. s.d. (1929), 247

COSTA, Carreiro da, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, 1978, pp. 323-325

CROWNINSHIELD, Francis B., *The Story of George Crowninshield 's Yacht Cleopatra's Barge*, Ed. Privada, Boston, 1913.

DARWIN, Charles, Terceira. "On the Structure and Distribution of Coral Reefs also Geological Observation on the The Volcanic Island and (...),", Ed. Ward, Lock & Co, Londres. s.d..

DIÁRIO do Conde de Vargas de Bedemar na Terceira (1836), trad. e pref. de Martins de Faria e Mais, sep. do "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", v. 16, Angra do Heroísmo, 1958,

DROUET, Henri, *Élements de la Faune Açoréenne*, Ed. J. B. Baillière & Fils (...) e J. Rothschild, Libraire d'Histoire Naturelle, Paris, 186.

Léttres Açoréennes, Paris, 1862,

Catalogue de la Flore des Iles Açores Précedé d'un Voyage dans cet Archipel, Paris, 1866.

FERREIRA, Ernesto, Explorações Botânicas nos Açores, in *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, nº.7, P. Delgada, 1948.

FERREIRA, E., O Arquipélago dos Açores na História das Ciências, in *Petrus Nonius*, I, 1937, 1-23.

FERREIRA, Herculano Amorim, *Relações Científicas entre Portugal e a Grã Bretanha*, Lisboa, 1943.

FIGUEIREDO, José Carlos de, Descrição da ilha de Santa Maria(1815), in *Insulana*, XVI, 1960, 205-225.

FOUQUÉ, F., *Voyages Géologiques aux Açores*, sep. da "Revue des Deux Mondes", s.n. (Tip. de J. Claye), Paris, Jan.-Abr. 1873.

FREITAS, Bernardino José de Sena, *Uma Viagem ao Vale das Furnas na ilha de S. Miguel em Junho de 1840*, s.n. (Imprensa Nacional), Lisboa, 1845.

FRIEDLAENDER, I(mmanuel), *Os Açores*, sep. de "Açoriana", Ed. Sociedade de Estudos Açorianos Afonso Chaves, Angra do Heroísmo, 1934.

FOUQUÉ, M. F., Voyages Géologiques aux Açores, in *Revue Deux Mondes*, Paris, 1873.

GIBBONS, Marianna, *Happy Days, A Summer Tour to the Azores and Lisbon*, Ed. Iohn, A. Hiestand, Printer, Lancaster, Pa. 1880, 41 p.

GIESE, Wilhelm, Roteiro dos Açores, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, v. 21/22. Angra do Heroísmo, 1963/1964, p. 220/234.

GODMAN Frederick Du Cane, *Natural History of the Azores or Western Islands*, Ed. John Van Voorst, Londres, 1870.

HAEBERLE, Arminius T., The Azores Picturesque and Historic Half-Way House of American Transantlantic Aviators, *The National Geographic Magazine*, v. 35 (6), Ed. National Geographic Society, Washington, 1919, p. 514-545

HANSEN, Alfred, *Contribution to the Flora of the Azores (Especially) Santa Maria and São Miguel)*, sep. do "Anuário da Sociedade Broteriana", Coimbra, 1971

HEBBE, Jean Gustave, Description des îles Açores, in *Voyages dans l'Intérieur du Brésil (...)* par Jean

Marve, 2 v., trad. de J.B.B. Eyriès, Ed. Gide Fils, Paris, 1816
Descrição dos Açores(1802), in *Arquivo dos Açores*, X. 515-537.

HENRIQUES, Manuel Borges de Freitas, *A Trip to the Azores or Western Islands*, Boston, 1867.

HERCULANO, A(lexandre), *Cenas de um Ano da Minha Vida e Apontamentos de Viagem*, Pref. de Vitorino Nemésio, Ed. Livraria Bertrand, Lisboa, 1934.

HIGGINSON, Thomas Wentworth, *Atlantic Essays*, Ed. James R. Osgood and Company, Boston, 1871.

HODGES, G(eorges) Lloyd, *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under tile Orders of (...) Dom Pedro, Duke of Braganza*, 2 vols, Ed. James Frazers Londres, 1833,
O Batalhão Britanico nos Açores na Época da Expedição Liberal, Trad. de João H. Anglin, sep. do "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", v. 9, Angra do Heroismo. 1951, p. 1-69.
A Terceira na Época da Expedição Liberal: Excerto de um Capítulo da Obra "Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, trad. de João H. Anglin, sep. do *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, 8. Angra do Heroísmo. 1950, p. 2-34.

JEDINA, Leopold de, *Voyage de la Frágate autrichienne Heligoland autour l 'Afrique*, Ed. Maurice Dreyfus Editeur, Paris, 1878.

KERHALLET, Charles Philipe de, *Description de l'Archipel des Açores*, Ed. Imprimerie Administrative de Paul Dupont, Paris, 1851.

KETTLE, W. R., Noticia sobre a ilha de S. Miguel (1866), in *Archivo dos Açores*, vol. IX, 9-18.

KERHALLET, Charles Philippe de, *Description Nautique des Açores*, par M (...). sep. do Manuel de la Navigation à la Côte Occidentale d' Afrique", 3° ed., Ed. Impimeric Administrative de Paul Dupont. Paris. 1865.

LUNA, João Pedro Soares, *Descrição da Formosa Caldeira da Ilha do Faial*, Ed. do A., Lisboa, 1835, 8 p.

MAZARREDO Y ALLENDESALAZAR, Ramiro, *Ceografia Militar de Espana, Portugal y Islas Adyacentes*, Ed. Imprenta Nacional, Madrid, 1879, 453 p.

MOTTA, António Augusto Riley da, S. Miguel em 1847, in *Insulana*, XI, Ponta Delgada, 1955, 38-360.

OLIVEIRA, A. Lopes de, *Ilhas de Bruma, Roteiro Açoriano*, Ed. Pax, Braga, 1967, 252 p. il.

PALHINHA, Ruy Teles, Explorações Botânicas nos Açores, in *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, n.° 7, P. Delgada, 1948.

PASCOAIS, Teixeira de, A Beira num Relampago, *A Águia*, v. 9(50), Ed. Renascença Portuguesa, Porto, Fes. 1916.

PATO, (Raimundo) Bulhão, *Dos Açores: Cartas (S. Miguel)*, Ed. do A., Ponta Delgada, 1868

PFEIFFER, Ida, *A Lady's Second Journey Round The World: From London to the Cape of Good Hope*,

Borneo, Java, Sumatra,... and the United States, Longman, Brown, Creen, and Longmens, London, 1855, 2 Vol.

PRESCOTT, William h., Quatro Cartas do Historiador W. H. Prescott, contendo impressões da sua Visita a S. Miguel em 1815-16, in *Insulana*, VII, n.º 3, 4, 1951, 218-235(ed. de J. Anglin).

PRINCE (Le) Albert Ier de Monaco et les Açores, posf. de (Jacqueline Carpine Lancre), Illustrations de Louis Tinayre, Ed. Musée Océanographique, Monaco, 1988.

RAMOS, Accursio Garcia, *Notícia de Archipélago dos Açores e do que há de mais Importante na sua História Natural,* Angra, 1869.

RAMOS, Victor, Chateaubriand: Duas Versões do Episódio da Graciosa, *Atlântida*, v. 24(4), Ed. Inst. Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 1980, p. 63-83.

REID, Coronel Sam. C., Os Açores Vistos por um Americano (o coronel Sam. C. Reid), in *Archivo dos Açores, XI,* 1983, pp.193-198.

RICHARD, J(ules), *L'Océanographie*, Ed. Vuibert & Nony, Paris, s.d. (1907?).

ROCHA, Hugo, *Primavera nas ilhas*, Ed. Livraria Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1936.

ROUNDELL, Charles (Mrs), *A Visit to the Azores with a Chapter on Madeira,* Ed. Bickers & Son, Londres,1889

SEMMES, R(aphael), *Croisières de l''Alabama" et du "Sunter Livre de Bord et Journal Particulier du Commandant (...), de la Marine des États Confédéres et d'Autres Officiers de son État-Major*, 3.ª ed., Ed. E. Dantu, Paris, 1864

SILVA, M. Emygdio, *S. Miguel em 1893, Coisas e Pessoas*, Ponta Delgada, 1893.

SWINDELLS, Rupptart, *A Summer Trip to the Island of St. Michael. The Azores*, Ed. for private circulation, Manchester, 1877.

TELES, Alberto, *Corographia Geral dos Açores*, Lisboa, 1889.

TOFINO, Vincent, *Description Nautique de l'Archipel des Îles Açores*, trad. de Urvoy de Portzampare, An. P. Daussy, s.n. (Impr. Royale), Paris, 1830.

TORRES, José de, *Ensaios. Viagens no Interior da Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada, 1849.

TRELEASE, William, Botanical Observation on The Azores, sep. de *Eighth Annual Report of the Missouri Botanical Garden*, s.n., s.l., 1897

VASCONCELOS, J(osé) Leite de, *Mês de Sonho: Conspecto de Etnografia Açórica*, Ed. Livraria Universal, Lisboa, 1926,

VERNE, Julio. *Agencia Thompson & Cia.*, 2v., Ed. Livraria Bertrand, Lisboa, 1979.

Volcanic Wonders, or Scenes of Astonishment: being Historic and Scientific Descriptions of the Volcanoes of the Azores, and General view of Burning Mountains, in various parts of the globe..., Ed. C. Hulbert, London, 1827.

VOYAGE de la Tercère, fait par M. Ie Commandeur de Chaste Gentilhomme Ordinaire de la Chamóre du Roy, & Gouverneur pour sa Majesté de la Ville & Chateaux de Dieppe & Arques, s.n. s.l. (Paris), s.d. (1666)

WALKER, Walter Frederick, *The Azores: Or Western Islands. A Political, Commercial and Geographical Account, containing what is historically known of these Islands, and Descriptive of their Scenery, Inhabitants, and Natural Productions; having special reference to (...) St. Michael and St. Mary (...)*, Ed. Trüner & Co, Londres, 1886

WEBSTER, John W., *A Description of the Island of St. Michel's, comprising an account of its geological structure*, Boston. 1821.

A Ilha de S. Miguel em 1821, in *Archivo dos Açores*, XIII-XIV, 1989, pp. 38-50, 128-15, 349--373, 24-34, 383-395, 526-547.

WEEKS, Lyman H., *Among the Azores*, Ed . James R. Osgood and Company, Boston, 1882.

Nos Açores (Boston 1882), in *Insulana*, vols. XIV-XV, 1958-59, 83-124, 235-324, 49-91.

ZEBYZEWSKI, G., Observações de F. Fouqué sobre o vulcanismo nos Açores, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 4, n.º 2-3, Horta, 1966-67, pp. 17-95.

1.2. CANÁRIAS

ÁNGEL PUIG-SAMPER, Miguel e Francisco Pelayo, *EL Viaje del Astrónomo Y Naturalista Louis de Feuillée a las Islas Canarias(1724)*. La Lguna, 1997.

ARRIBAS MARTÍN, J.T.,*Canarias y las Relaciones Hispanobritanicas*,1898, Aguayro. Las Palmas, 1986.

BAILLON, Austin, *Misters: británicos en Tenerife*, Idea. Tenerife, 1995.

BANKS, J. A., *Victorian Values*, Routledge. London,1981.

BARKER, Charles, *Two years in the Canaries*, Eyre & Spoteswood. London, 1917.

BENÍTEZ DE LUGO, B., *Tenerife El Valle de La Orotava, Las Canadas y el Teide*, Santa Cruz de Tenerife. 1920.

BERTHELOT, Sabino, *Histoire Naturalle des Îles Canaries*, Paris, 1839.

Primera estancia en Tenerife (1820-1830), trad. de D. Luis Diego Cuscoy. Aula de Cultura del Cabildo Insular de Tenerife, 1980.

Etnografia y Anales de la Conquista de las Islas Canarias, Santa Cruz de Tenerife, 1978.

BRIDGE, H. *Journal of an African cruiser comprising sketches of the Canaries, the Cape de Verdes, Liberia, Madeira, Sierra Leone; and other places of interest on the West Coast of Africa*, London, 1845.

BRASSEY, Anne, *A voyage in the Sunbeam, our Home on the Ocean for even Months*, Longmans, Green and Co., London, 1894.

BROWN, Alfred Samler, *Madeira and the Canary Islands*, Sampson Low, Marston, Searle & Rivington. London, Ed. 1890 (2.ª Ed.), 1894, 1898, 1901, 1905 y 1913.
Report on the Social and Economical Condition of the Canary Islands, Harrison & Sons. London,1892.

BURTON, R. F., *Wanderings in West African*, London, 1863.

DEBARY, Thomas, *Notes of a Residence in the Canary Islands, the South of Spain and Algiers*, Francis & Rivington, London, 1851.

DEL CASTILLO, Juan, *El Puerto de la Cruz, entre la Nostalgia y la Ilusión*, Tenerife, 1989.

DÍAZ, SAAVEDRA, N. *Aproximación a la Histona del British Club de Las Palmas*, Las Palmas, 1988.

DISTON, Alfred, *Album mit Inseltrachten von den Canarischen*, Tenerife, 1824.
Costumes of the Canary Islands, London, 1829.

DOUGLAS, Mordey, *Gran Canary as a Health Resort for Consumptives and Others*, J. & A. Churchill, London, 1887.

DUCANE, Florence, *The Canary Islands*, A. & C. Black Ltd., London, 1911.

EDWARDES, Ch., *Rides and Studies in the Canary Islands*, London, 1888.

ELIERBECK, J. H. T., *A Guide to the Canary Islands*, George Pthilip & Son. Liverpool, 1892.

ELLIES, A. B., *West African Islands*, London, 1885.

ESPADAS BURGOS, M., Empresas Científicas y Penetración alemana en Canarias: El Pleito del Hotel Taoro 1907-1912, in *Anuario de Estudios Atlánticos*, Madrid-Las Palmas, 1987, n.° 33.

GARCÍA PÉREZ, José Luis, *Elizabeth Murray, un Nombre en el siglo XIX*, Aula de Cultura de Tenerife, Santa Cruz de Tenerife, 1982.
Viajeros Ingleses en las Islas Canarias durante el siglo XIX, Tenerife, 1988.

GLAS, George, *Descripción de las Islas Canarias (1764)*, Instituto de Estudios Canarios, La Laguna, 1982.

GONZALEZ CRUZ, Ma. I., *La convivencia anglocanaria*, Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995.

GONZALEZ LEMUS, N., *Las Islas de la Ilusión. (Británicos en Tenerife, 1850-1900)*, Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995.
Viajeros Victorianos en Canarias. Imágenes de la Sociedad Isleña en la Prosa de Viajes, Las Palmas de Gran Canaria, 1998.

GUIMERÁ RAVINA, Agustín, *La Casa Hamilton*, Santa Cruz deTenerife, 1989.HotelTaoro, Tenerife, 1991.

HART, Ernest, *A Winter Trip to the Fortunate Islands*, Smith Elder & Co., London, 1887.

HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, A. Sebastián, Arquitectos e ingenieros ingleses en Canarias, en *Canarias e Inglaterra a través de la Historia*, Cabildo Insular de Gran Canaria. 1995.

HERRERA PIQUÉ, A. La colonia en Gran Canaria, *Aguayro*, 94.1977.
"Las Palmas de Gran Canaria Vista por los Viajeros Extranjeros", in *III Colóquio de Historia Canario-Americana*, Las Palmas de Gran Canaria, 1980.
Las islas Canarias. Escala Científica en el Atlántico Viajeros y Naturalistas en el siglo XVIII, Madrid, 1987.

HOLMAN, James, *A Voyage Round the World, Including in Africa, Asia Australia, America from 1827 to 1832*, George Routledge, London, 1834.
Travels in Madeira, Sierra Leone, Tenerife, St. Jago Cape Coast, Fernando Poo, Prince's Islands, George Routledge, London, 1840.

HUMBOLDT; Alexander von, *Viaje a las Islas Canarias*, Francisco Lemus, La Laguna, 1995.

HYNE, Cutcliffe, *Banana Farming in the Canary Islands*, Londres, 1898.

IGLESIAS HERNÁNDEZ, Ma Luisa, *Extranjeros en Gran Canaria*, Las Palmas,1985.

KINGSLEY, Mary Henrietta, *Travels in West Africa*, Macmillan and Co. Limited, London, 1987.

LATIMER, Isaac, *Notes of Travel in the Islands of Tenerife and Gran Canary*, Simpkin, Marshall and Co. London. 1887.

LATIMER, Frances, *The English in Canary Isles being a Journal of Tenerife and Gran Canaria*, Marshall. London, 1988.

LYELL, Charles, *Principles of Geology*, Ed. Leonard Lyell, London, 1875.

MARTÍN HERNÁNDEZ, U., *La Presencia Extranjera en el Valle de La Orotava (1880-1919)*. Puerto de la Cruz,1987.
Tenerife y el Expansionismo Ultramarino Europeo (1880-1919), Cabildo Insular de Tenerife. 1988.
La Presencia Extranjera en Tenerife, C.C.P.C. La Laguna, 1990.

MILBERT, M. J., *Viaje Pitoresco a la Isla de Tenerife*, La Orotava, 1996.

MILLER, Basil, *Canary Saga The Miller Family en Las Palmas*, Las Palmas,1994.

MITCALFE, J.S., *Notes on the Canary Isles*, 1889.

MORALES LEZACANO, Vitor, *Los Ingleses en Canarias*, Las Palmas, 1986.

MORENO ALONSO, M., Las islas del Atlántico Sur y el imperialismo británico en el siglo XIX, *V Coloquio de Historia Canario-Americana*, vol. V, 1982.

MURRAY, Elizabeth, *Sixteen Years of an Artist's Life in Morocco. Spain and the Canary Islands*, Hurst

& Blacket, Publishers, London, 1859, 2 vols. (ed. Castelhano por J. L. García Pérez, Santa Cruz, 1988).

OSSSUNA VAN DEN-HEEDE, M.de, *Isla de Tenerife. Impressiones de Viajes e Investigaciones Cientificas*, Santa Cruz de Tenerife, 1912.

PÉGOT-OGIER, E, *The Fortunate Isles*, London, 1871.

PÈREZ DE PAZ, Pedro L. Historia de los utlimos 50 años (1932-1982) de la Botanica de Canarias, in *Instituto de Estudios Canarios. 50. Aniversario (1932-1982). I. Ciências*, Santa Cruz de Tenerife, 1982, 293-340.

PÉREZ RODRÍGUEZ, J. Manuel, *Los Extranjeros en Canarias*, Universidad de La Laguna.1990.

QUINTANA NAVARRO, F. (eds). *Informes Consulares Británicos sobre Canarias (1856-1914)*, Las Palmas de Gran Canaria,1992.

Barcos, Burgueses y Negocios en el Puerto de La Luz, Las Palmas de Gran Canaria, 1985.

RUIZ ÁLVAREZ, A., *Biblioteca Inglesa en el Puerto de la Cruz*, Santa Cruz, 1949.

SMYTH, Charles Piazzi, *Tenerife, as an Astronomer's Experiment*, Lovell Reeve, London, 1856.

STONE, Olivia, *Teneriffe and its Six Satellites*, Marcus Ward & Co. Limited, London, 1889 (ed. Castelhano por J. amador Bedford, 1995).

THOMAS, Ch.W., *Adventures and Observations on the West Coast of Africa and its Islands: Historical and Descriptive Sketches of Madeira Canary, Biafra and Cape Verd Islands*, N. York, 1960.

VERNEAU, René, *Cinco Años de Estancia en las Islas Canarias*, La Orotava, 1987.

WARD, Osbert, *The Vale of Orotava*, W R. Russel and Co London,1903.

WEBB, P. B. & BERTHELOT, S., *Histoire Naturelle des Îles Canaries*, Bethune, Editeur, Paris, 1839.

WHITFORD, John, *The Canary Islands as a Winter Resort*, Edward Stanford, London, 1890.

WILDE, William, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe, and along the Shores of the Mediterranean*, William Curry, Jun. and Company, Dublin, 1840, 2 vols.

WOLLASTON, Thomas Vernon, *On the Coleopterus*, London, 1864.

1.3. MADEIRA

ACKERMANN, Eugène. *L'Île de Madère. Considéree au Point de Vue Scientifique et Economique*. Rixheim, 1910.

ALEXANDER, James Edward. *Narrative of a Voyage of Observation Among the Colonies of Western Africa. In the Flag-ship Thalia: and of a Campaign in Kaffir Land, on the Staff of the Commander-in-chief*, London, 1837.

ANSON, George. *A Voyage Round the World in the Years MDCCXL*, London, 1748.

ARAGÃO, António, *A Madeira Vista por Estrangeiros*, Funchal, 1981.

ATKINS, John. *A Voyage to Guinea, Brazil and the West Indias, Madeira, Cap Verde*, Londres, 1735.
A Voyage to Guinea, Brasil and the West-Indies, London, 1737.

AVEZAC MACAYA, Mário Armando Pascal, *Îles de l'Afrique*, Paris, 1848.

BARROW, John, *A Voyage to Conchinchina in the Years 1792 and 1793*, London, 1806.
Voyage à la Conchinchina par les Îles de Madère, de Téneriffe et du Cap Verde, le Brésil et l'île de Java, Paris, 1807.

BARROW, John, *A Voyage to Cochinchina, in the Years 1792 and 1793*, London, 1806.

BENJAMIN, S. W. G., *The Atlantic Islands as Resorts of Health and Pleasure*, London, 1878.

BENSON, W. J. P., *Marocco Canary Islands and Madeira*, 1910.

BERKELEY-COTTER, Jorge Cândido, Alberto A. Girard, *Notícia de Alguns Fosseis Terciários do Archipelago da Madeira*, 1892.

BERTRAND, Arthur, *Léttres sur l'Expédition de Sainte-Hélène en 1840*, Paris, 1841.

BETTENCOURT PITA, Nicolau Caetano, *Account of the Island of Madeira*, London, 1812.

BIDDLE, Anthony J. Drexel, *The Land of the Wine Being an Account of the Madeira Island at the Beginning of the Twentieth Century*, Philadelphia and San Francisco, 1901.

BIDDLE, Anthony J. Drexel, *The Madeira Islands*, London, 1900.

BOWDICH, Thomas Edward, *Excursions in Madeira and Porto Santo, During the Autumn of 1823*, London, 1825.

BRASSEY, Lady Annie, *A Voyage in the "Sunbeam" our Home on the Ocean for Eleven Months*, London 1896.
In *the Trades, the Tropics, & the Roaring Forties*, London, 1885.
A Voyage in the Sunbeam our Home on the Ocean for Eleven Months, London 1881.

BRIDGE, Ann, Susan Lowndes, *The Selective Traveller in Portugal*, London, 1949.

CASTILHO, Alexandre Magno, *Descrição e Roteiro da Costa Ocidental de Africa desde o Cabo de Espartel até o das Agulhas*, Lisboa, 1866.

CÉSAR, Oldemiro, *Terras de Maravilha. Os Açores e a Madeira*, Lisboa, 1924.

CHURCHILL, Randolph S., *Men, Mines and Animals in South Africa*, London, 1892.

CLAUSS, Max Walter, *Voyage en Atlantide*, Lisbonne, 1949.

COLERIGE, Henry Nelson, *Six Months in the West Indies in 1825*, London, 1826.

COMBE, William, *A History of Madeira*, London, 1821.

COOPER, William White, *The Invalid's Guide to Madeira, with a Description of Tenerife, Lisbon, Cintra, Mafra, etc.*, London 1840.

DEGLI ALBIZZI, Marquis, *Six Mois à Madère*, 1888.

DEWAR, Alfred. *The Voyages and Travels of Captain Nathaniel Uring*, London 1928.

DILLON, Frank, *Sketches in the Island of Madeira*, London, 1850.

DIX, John Adams, (J. de Menezes, Trad.) *Um Inverno na Madeira*, California, 1896.

DIXON, George, *A Voyage Round the World Performed in 1785, 1786, 1787 and 1788*, London, 1789.

DRIVER, John, *Letters from Madeira in 1834*. London, 1838.

DU CANE, Florence, Ella du Cane, *The Flowers and Gardens of Madeira*, London, 1909.

EMBLETON, Dennis, *A Visit to Madeira in the Winter 1880-81*, London, 1882.

ERVEDAL DA BEIRA, Visconde. *Narrativas Insulares*, Lisboa, 1894.

EXCURSÕES na Madeira, Funchal, 1891.

FARIA, Carlos de, *Recordações da Ilha da Madeira no Tempo da Minha Mocidade*, Coimbra, 1945.

FARIA, José Cupertino de, *O Archipelago da Madeira. Guia Descritivo Illustrado com Photogravuras*, Setúbal, 1901.

FORSTER, George, *A Voyage Round the World in his Britannic Majesty's Sloop*, London, 1777.

FRANÇA, Isabella de, (ed. João Cabral do Nascimento), *Journal of a visit to Madeira and Portugal (1853-1954)*, Funchal, 1970.
Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854), Funchal, 1969.

GARNIER, P., *Itinéraire de Paris à Madère*, Paris, 1859.

GALLAGHER, Robert E., *Byron's Journal of his Circumnavigation, 1764-1766*, Cambridge, 1964.

GALVÃO, Henrique Carlos da Mota, *Outras Gentes*, Porto, 1941.

GIRALDES, Joaquim Pedro Cardoso Casado, *Tratado Completo de Cosmographia e Geographia Historica, Physica e Commercial Antiga e Moderna*, Paris, 1825.

GOMES, Alberto F., "Autores Estrangeiros que Escreveram sobre a Madeira", in *Ocidente*, n.º 356, vol. LXXIII, 1967, 252-258

GOMES, Álvaro Reis, "A ilha da Madeira Vista por Grandes Nomes das Letras Nacionais e Estrangeiros", in *DAHM*, vol. VII, n.º 38, 1968, 27-29

GOMES, Bernardino António, *Relatorio sobre o Herbario da Madeira e das Ilhas Canarias*, Lisboa, 1863.

GORDON-BROWN, A., A *Madeira. A Concise Guide for the Visitor*, 1951.

GRABHAM, Michael Comport, *Matéria Atlântica. Fragmentada e Disseminada*, London, 1901.
Plants Seen in Madeira, London, 1934.
Madeira its Flowering Plants and Ferns, London, 1942.
The Garden Interests of Madeira, London, 1926.
The Climate and Resources of Madeira, London 1870.

HADFIELD, William, *Brazil the River Plate and the Falkland Island*, London, 1854.

HARCOURT, Edward Vernon, *A Sketch of Madeira*, London 1851.

HOPKINS, F. S., *An Historical Sketch of the Island of Madeira*, London, 1819.

HOLIDAY *Tours in Portugal and Madeira*, Liverpool, 1905.

HOLMAN, James, *Travels in Madeira, Sierra Leone, Teneriffe, St. Iago, Cape Coast, Fernando Pó, Princes Island, etc.*, London, 1840.

HUDGSON, Studholme, *Truths the West Indies*, London, 1838.

HUTCHEON, J. Edith, *Things Seen in Madeira*, London, 1928.

JARDIM, Alberto Figueira, Jacinto Inácio de Brito Rebelo, *Madeira the Pearl of the Atlantic*, Lisbon, 1914.

JOHSON, James Yate, *Madeira its Climate and Scenery*, London, 1885.

JONES, Eugene E. G., *A Handy Guide to Madeira*, London, 1909.

KERHALLET, M. C. Philippe de, *Madère les Îles Sauvages et les l'Îles Canaries*, França, 1880.

KOEBEL, W. H., *Madeira: Old and New*, London, 1909.

LEAL, Oscar, *Atravez da Europa e da Africa. Viagens*, Lisboa, 1901.

LEMAY, Gaston, *A Bord de la Junon*, Paris, 1881.

LETHBRIDGE, Alan, *Madeira. Impressions and Associations*, London, 1924.

LONDONDERRY, *Marchidness of A Journal of a Three Months' Tour in Portugal, Spain, Africa*, London, 1843.

LOWE, Richard Thomas, *A Manual Flora of Madeira and the Adjacent Islands of Porto Santo and the Desertas*, London, 1868.

Florulae Salvagicae Tentamen: or a List of Plants, London, 1869.

LYALL, *Rambles in Madeira and in Portugal in the Early part of 1826*, London, 1827.

MAIS, S. P. B., Gilliam Mais, *Madeira Holiday*, London, 1951.

MANTEGAZZA, Paulo, G . Thiry, Trad, *Une Journée à Madère*, Paris, 1882.

MARINE, Ultra, *The Contents of a Madeira Mail-bag, or Island Etchings*, London.

MARSH, A. E. W., *Holiday Wanderings in Madeira*, London, 1892.

MASON, J. A., *A Treatise on the Climate and Meteorology of Madeira*, London, 1850.

MENEZES, Carlos Azevedo de, *As Zonas Botanicas da Madeira e Porto Santo*, 1901.
Notas Acerca de Algumas Plantas da Flora do Archipelago da Madeira, Lisboa, 1926.
Subsídios para o Estudo da Flora do Archipelago da Madeira, Braga, 1922.
Novos Subsídios para o Estudo da Flora do Archipelago da Madeira, Caminha, 1926.
A Flora dos mais Altos Picos da Ilha da Madeira, Caminha, 1926.
Subsídios para o Conhecimento da Flora das Ilhas Selvagens, Lisboa, 1923.
Arvores e Arbustos Madeirenses, Funchal, 1904.
Uma Antiga Lista de Plantas da Madeira, Braga, 1922.
Flora do Archipelago da Madeira, Funchal, 1914.
Contribution à l'Étude de la Flore de la Grande Déserte, Lisbonne, 1911.

METCALF, Jess, Robert Cushman Murphy, *Wandering Among Forgotten Isles*, New York, 1926.

MÓNACO, Albert 1.er Principe de, Louis Tinayre, *La Carrière d'un Navigateur*, Paris, 1913.

MOSELEY, H. N., *Notes by a Naturalist and Account of Observations Made During the Voyage of H. M. S. "Challenger" Round the World in the Years 1872-1876*, London, 1944.

NASCIMENTO, João Cabral do, *A Arquiduquesa Carlota e as suas Impressões de Viagem*, Funchal, 1951.
Compil. *Autores que Escreveram sobre a Madeira*, Funchal, 1951.

NEUVILLE, Josephine, *Memorias da Minha Vida. Recordações de Minhas Viagens*, Lisboa, 1864.

NICHOLAS, Elizabeth, *Madeira and the Canaries*, London, 1953.

NORONHA, Eduardo de, *O Passado... Reminiscencias Anedoticas dos Tempos Idos*, Porto, 1912.
Da Madeira ao Alto Zambeze. Viagem Dramatica Através de Angola e Moçambique, Porto, 1907.

ORSEY, Alexander J. D., *Colloquial Portuguese or the Words and Phrases of Every-day Life*, London, 1868.

OSBORNE, John, *Guide to the West Indies, Madeira, México, Northern South-America, etc.*, London, 1845.

OVINGTON, J., *A Voyage to Suratt in the Year 1689*, London, 1696.

PASSOS FREITAS, Humberto dos, *Vinte e um Dias num Bote*, Funchal, 1924.

PENFOLD, Jane Wallas, *Madeira Flowers, Fruits, and Ferns*, London, 1845.

PEREIRA, Jaime A. Azevedo, *Um Jardim Botanico na Madeira*, Funchal, 1950.

PERRY, M. C., Francis L. Hawks, *Narrative of the Expedition of an American Squadron to the China Seas and Japan*, New York, 1856.

PICKEN, Andrew, *Madeira Illustrated with a Description of the Island*, London, 1840.

PINHEIRO, Francisco Alves, *Madeira e Açores. Excursão às Ilhas Adjacentes em 23.7.1938*, Braga, 1950.

POWER, Charles Alexandre Le Poer, Compil., *Power's Guide to the Island of Madeira*, London, 1927.

PROENÇA, Raul, *Portugal, Madère: Îles Açores*, Paris, 1935.

QUINTINHA, Julião, *Vizinhos do Mar*, Lisboa, 1923.

RAMBLES, in Madeira and in Portugal in the Early Part of MDCCCXXVI, London, 1827.

RAMOS, Acúrcio Garcia, *Ilha da Madeira*, Lisboa, 1879.

REID, William, Alfred Reid, *Madeira. A Guide Book of Useful Information*, London

REI, Manuel Alberto, *Como Eu Vi a Madeira sob o Aspecto Florestal*, Figueira da Foz, 1939.

RENDELL, J. M., *Concise Handbook of the Island of Madeira with Plan of Funchal and Map of the Island*, London, 1881.

RIBEIRO PEREIRA, João Óscar, *Recordando uma Viagem*, Funchal, 1952.

RIBEIRO, Emanuel Paulo Vitorino, *Terra Nossa*, Porto, 1936.

RIDDELL, Maria, *Voyages to the Madeira and Leeward Caribbean Isles*, Edimburgo, 1792.

ROCHA, Hugo, *Primavera nas Ilhas. Crónicas dos Açores e da Madeira*, Angra do Heroísmo, 1936.

ROUNDELL, Charles, *A Visit to the Azores with a Chapter on Madeira*, London, 1889.

S., F. R. G., *Wanderings in West Africa*, Londres, 1863.

SARMENTO, Alberto Artur, *A Proposito do Grande Brotero*, 194?

SCHODDUYN, René, *Contribution pour l'Hydrobiologie des Îles de Funchal et Porto Santo*, Caminha, 1927.

SERPA, António Ferreira de, *Mónaco e Portugal*, Porto, 1925.

SILVA, Mariana Xavier da, *Na Madeira. Offerendas*, Lisboa, 1884.

SMITH, Emily Geneviève, *A Panoramic View of the City of Funchal, in the Island of Madeira*, Weymouth, 1844.

SMYTH, Piazzi, *Madeira Meteorologic*, Edinburgh, 1882.

SPILSBURY, F. B., *Accont of a Voyage to the Western Coast of Africa*, London, 1807.

SPRINGETT, W. S. Pitt., *Recollections of Madeira*, London 1843.

STANFORD, Charles Thomas, *Leaves from a Madeira Garden*, London 1909.

STAUNTON, George-Thomas, *An Authentic Account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*, London, 1797.

STEELE, Robert, *A Tour Through Part of the Atlantic*, London, 1810.

TAYLOR, Ellen M., *Madeira, its Scenery; and how to See it*, London, 1882.

TAYLOR, Fitch W., *The Flag Ship or a Voyage Around the World in the United States Frigate Columbia*, New-York, 1840.

TEIXEIRA, Luiz, *Reportagem*, 1932.

THOMAS-STANFORD, Charles, *Leaves from a Madeira Garden*, London, 1910.

TRIGO, Adriano A., *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal, 1910.

VALDEZ, Francisco Travaços, *Africa Occidental. Noticias e Considerações*, Lisboa, 1864.
Six Years of a Traveller's Life in Western Africa, Londres, 1861.

WHITE, Robert, James Yate Johnson, *Madeira. Its Climate and Scenery*, Edimburgh, 1857.

WHITE, Robert, *Madeira. Its Climate and Scenery*, London, 1851.

WILDE, W. R., *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and Along the Shores of the Mediterranean, Including a Visit to Algiers, Egypt, Palestine, Tyre, Rhodes, Telmessus, Cyprus and Greece*, Dubin, 1840.

A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence, New York, 1850.

WORTLEY, Lady Emmeline Stuart, *A Visit to Portugal and Madeira*, London, 1854.

2 TURISMO

CARDOSO, Agostinho Cardoso de Jesus, *A Madeira e o Turismo Nacional*, Funchal, 1964.

COSTA, Ricardo Madruga da, *Açores, Western Islands. Um Contributo para o Estudo do Turismo nos Açores*, Horta, 1989.

CLARK, James, *The Sanative Influence of Climate*, London, 1899.

GOMES, Fatima Freitas, Hotéis e Hospedarias (1891-1901), in *Atlântico*, 19, 1989, pp. 170-177.

GUIMERA RAVINA, Agustin, *Hotel Marquesa*, Puerto de la Cruz, 1988.

GUIMERÁ RAVINA, A., DARIAS PRINCIPE, Alberto. *El Casino de Santa Cruz*, Santa Cruz de Tenerife, 1992.
Mar y ocio en la Expaña Contemporánea, El Real Club Náutico de Tenerife, Santa Cruz, 1995.

HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, A. Sebastián, *Cuando los Hoteles Eran Palacios. Crónica del Turismo Histórico en Canarias. 1890-1914*, Islas Canarias, 1990.
De la Quinta Roja al Hotel Taoro, Puerto de la Cruz, 1983.

MARTÍN HERNÁNDEZ, Ulises, *La Presencia Extranjera en el Valle de la Orotava 1800-1919*, Puerto de la Cruz, 1987.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, O Turismo na Madeira, *Congresso Nacional de Turismo*, Lisboa, 1936.

SILVA, António Ribeiro Marques da, Os Inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias. O domínio Inglês, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1989.

SILVA, Iolanda, *A Madeira e o Turismo. Pequeno Esboço Histórico*, Funchal 1985.
O Turismo. Elementos para a sua História, Lisboa, 1998

VIEIRA, Alberto, Os Prolegónemos do Turismo: A Mística da Hospitalidade, o Conceito, a Realidade, Madeira- A Atracção Fatal, Viagem- Memória e Roteiro, A Viagem Ontem e Hoje, in *Diário de Noticias*, Funchal, 11 a 30 de Janeiro 1990.
"Retratos de Viajantes e Escritores", *Boletim Municipal. São Vicente*, n.º 3, 1995, pp. 3-7

ZEROLO, Tomás, *Climatoterapia de la Tuberculosis pulmonar en la Peninsula Española, Islas Baleares y Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, 1889.
Orotava-Vilaflor. Estaciones Sanitarias de Tenerife, Santa Cruz de Tenerife, 1884.

Os Açores no contexto da Macaronésia: espaço construído no séc. XIX, uma síntese

José Manuel Fernandes

Introdução

Os Açores e a Madeira apresentavam nos inícios do século XIX um sistema urbano consolidado, que fora desenvolvido sobretudo ao longo dos séculos XV a XVIII. Em Cabo Verde, ao contrário, a escassa ocupação da maioria das ilhas até Oitocentos não tinha permitido a sua urbanização global – que se vai intensificar a partir desta época. Por outro lado o abandono da antiga capital da Ribeira Grande para a nova instalação da Praia, em Santiago, consolida-se nesta fase.

A abordagem às chamadas "ilhas Adjacentes" no quadro da História da Expansão Portuguesa, em conjunto com as mais "africanas" ilhas de Cabo Verde, parece justificar-se quer pelas seculares relações culturais e civilizacionais entre esses arquipélagos, quer pelo seu comum contexto Norte-Atlântico – apesar dos diferentes estatutos administrativos ou dos seus diversos destinos históricos (Fernandes, 1996: 43-99).

No conjunto dos três arquipélagos a maioria das cidades era litoral, e as principais situavam-se nos quadrantes meridionais das suas 21 ilhas. Tal era o caso de Ponta Delgada, de Angra e da Horta, nos Açores, do Funchal na Madeira, e viria a ser o da Praia e do Mindelo em Cabo Verde. A arquitectura das cidades mais antigas, de feição muito própria e original, devido ao uso da pedra vulcânica e às características específicas da insularidade, definira-se ao longo da Idade Moderna no quadro de um classicismo "chão", cruzado com um sentido vernacular e ruralista (Fernandes, 1996: 375-384).

Num século XIX português – mais empobrecido e com menor investimento na área atlântica – há mesmo assim um esforço de inovações urbanísticas e arquitectónicas nas cidades islenhas, que se referem principalmente à remodelação e reconstrução de inúmeros edifícios públicos, à criação de vários equipamentos modernizantes, e ainda a novas extensões planeadas complementares do tecido urbano, ou já subúrbicas; mas acima de tudo, assiste-se nesta fase à criação de novas áreas públicas e espaços verdes – jardins e parques – correspondendo a um uso mais extrovertido e sofisticado dos sistemas urbanos, próprio da sociedade romântica e burguesa oitocentista.

Com o crescimento da navegação a vapor, há também que assinalar o caso de duas povoações portuárias que até então desempenhavam papel totalmente secundário no conjunto insular, e que sofreram um intenso desenvolvimento urbano – foi o caso da vila da Horta, no Faial, e da cidade do Mindelo em São Vicente. A sua expressão arquitectónica resulta por isso mais representativa do século XIX e do final do século, que a dos restantes núcleos urbanos.

Outros factores, de carácter geo-histórico – aos quais o mundo insular é especialmente sensível – interferiram igualmente na criação de novas formas materiais colectivas, na urbe e na arquitectura: as catástrofes naturais (enxurradas na Madeira, sismos nos Açores), o vulcanismo (as termas), as situações de ameaça de guerra (o período napoleónico, a I Grande Guerra), a emigração e suas tradições "de viagem" (o "americano" baleeiro, o Culto do Espírito Santo).



Planta da Cidade de Ponta Delgada, 1831, por António Ferreira Garcia d'Andrade



Antigo hospital de Ponta Delgada, no primitivo Terreiro de São Francisco uma transformação oiticentista de antigo convento.

Cidades e crescimento urbano

Ponta Delgada apresenta em cartografia do 1° quartel do século XIX os sinais da sua estrutura mais antiga, então já consolidada: na planta que serviu de base à *Carta da costa da cidade de Ponta Delgada na Ilha de São Miguel desde o Castelo de S. Brás até à igreja de S. Pedro levantada em 1814 por José Therezio Michelotti, tenente coronel engenheiro, director dos trabalhos hidráulicos do Reino e Domínios*, existente na Biblioteca Pública e Arquivo de P.D., "vê-se que o número de ruas indicado corresponderia aproximadamente à situação no tempo de Frutuoso [fins do séc. XVI]" (Fernandes,1996:188).

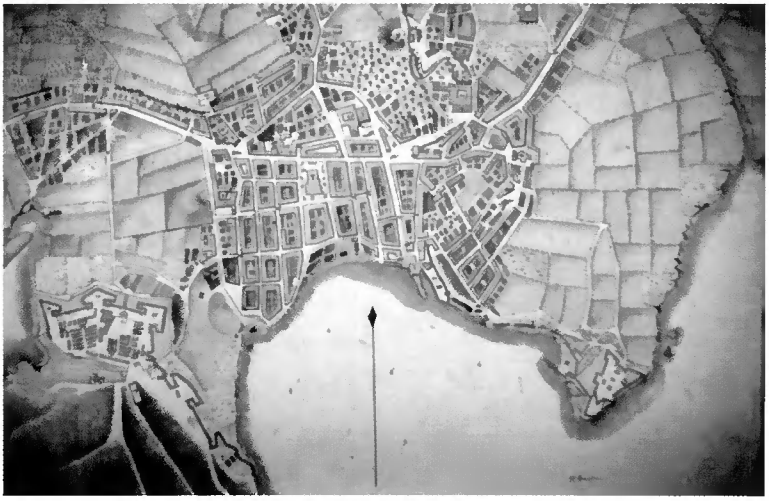
Essa estrutura, "...desenvolvendo-se linearmente no sentido da costa, com duas ruas principais formando um 'fuso' alongado, possui na parte central uma malha irradiante para norte, que durante o século XIX vai ser absorvida pela malha mais vasta dos 'novos forais', estabelecendo-se assim o aspecto da vasta retícula que hoje apresenta." (Fernandes, 1996: 187).

Os arruamentos do novo crescimento para norte já se vêem na *Planta da Cidade de Ponta Delgada tirada e desenhada em Setembro de 1831 por António Ferreira Garcia D'Andrade;* e da mesma época é a preocupação com a modernização e ampliação da área portuária, expressa no *Plan of the bay of Ponta Delgada, 1838, showing the harbour as proposed to be constructed by Sir John Rennie.* No final do século já o novo porto e a expansão referida estavam concluídas, como se vê numa *Planta da Cidade de Ponta Delgada de 1893.*

De facto, podemos sintetizar o crescimento oitocentista de Ponta Delgada em três direcções principais: para a rua de Lisboa e suas perpendiculares, a poente (área industrial); para o sítio da Calheta, a nascente (área mais popular/piscatória, com a Cadeia); e para norte, galgados em definitivo a rua da Mãe de Deus e o largo do Colégio (sobretudo com novos espaços verdes e palacetes residenciais).

Burgo introvertido, com as traseiras deitando para o oceano, ao modo tardo-medievo, como se vê numa gravura de 1878 (Silveira, s/ d,:vol.I, est.101), Ponta Delgada não deixava por isso de se expandir para os terrenos agrícolas a norte, permitindo igualmente o crescer das vastas aglomerações de estufas de ananases para as Fajãs e Livramento, e mantendo uma certa feição rural, expressa na estreiteza habitual dos arruamentos novos.

Angra, cidade que passou a acrescentar "do Heroísmo" ao nome depois das lutas liberais de 1828-29, também apresenta uma estrutura historicamente consolidada, representada numa planta de 1805 - por certo devida a urgências militares não estranhas às guerras anglo-napoleónicas, como terá sido igualmente a razão da planta de Michelotti já mencionada. Trata-se da *Planta do Castelo de São João Baptista da Cidade de Angra Capital das ilhas dos Açores Pelo Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros José Rodrigo de Almeida. 1805* (Fernandes, 1996: 150) – onde é bem reconhecível a quase globalidade da cidade já existente no final do século XVI, e gravada



Planta da cidade de Angra. Pormenor da planta do Castelo de São João Baptista de José Rodrigo d'Almeida – 1805 (GEAEM/DSE)

por Linschoten. Como sede da resistência liberal entre 1828 e 1832, Angra é então representada com mais atenção, como na colorida *Planta da Cidade de Angra capital das ilhas do Açores oferecida ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde de Vila Flor, membro da Regência, Comandante das forças militares e Marechal de Campo, tirada e desenhada por J. R. D'Almeida, 1830* (in GEAEM, nº 1164).

Outra representação contemporânea, com a notável silhueta urbana da baía da cidade, é a *Vista do Monte Brasil e da Cidade de Angra da ilha Terceira indicando a escuna inglesa Briton aprisionada em 27 de Maio de 1829 em que estava escondido Bernardo de Sá Nogueira e seu irmão. Copiada dos albuns do General A.P. D'Azevedo. In Arquivo Histórico Militar.* (Martins, 1945: 348)
Mais humilde no seu crescimento oitocentista que Ponta Delgada, Angra não deixou de apresentar alguns novos edifícios e espaços públicos, como se verá.



Antigo palacete junto à igreja da Conceição, na rua do Galo, Angra do Heroísmo, datado de 1899.

No Funchal o século XIX iniciou-se de modo catastrófico: sucedendo entre as duas ocupações militares dos ingleses (1801-1802 e 1807-1814), o aluvião de 1803, motivado por fortes enxurradas, obrigou à reconstrução de parte da cidade, e sobretudo à consolidação dos 3 leitos das ribeiras (cujo caudal descontrolado foi responsável pelas destruições), com um sistema de muralhas-paredões ainda hoje existente. Tal sistema é visível numa gravura de 1843 (*Atlântico*, 1985: 235), quase como na actualidade.

A reconstrução foi levada a cabo pelo brigadeiro e engenheiro Oudinot, de 1804 até falecer em 1807, e foi continuada pelo talentoso capitão Paulo Dias de Almeida (que executou outras obras importantes: estradas, fontanários, fortificações), até ser deportado pelos miguelistas para Moçambique, em 1828 (Carita, 1982: 23-45).

Conhece-se uma boa representação desta situação através da *Planta da cidade do Funchal que representa o estado em que ficou depois do aluvião de 3 de Outubro de 1803, e a posição das praças,* executada por Oudinot no ano seguinte; outra planta, por Paulo Dias de Almeida (assinada por Mattos de Carvalho), de 1805, mostra já algumas das obras iniciadas (FGC, 1982: catálogo, n.ºs 95 e 96).

Na planta do Funchal de 1804 vê-se um interessante *Projecto da Nova Cidade*, do lado poente, no sítio das Angústias – local onde muito mais tarde se abriria a avenida do Infante. O plano, nunca executado, assenta numa retícula de traçado rigoroso, à maneira Pombalina ou pós-Pombalina, com previsão de praça quadrada central, de cerca de 50 braças de lado (Carita, 1982: est.1ª).

Paulo Dias de Almeida teve papel importante no levantamento da ilha da Madeira, sendo autor da importante e minuciosa *Descrição da Ilha da Madeira em geral, e cada uma das suas freguesias, Vilas, Lugares em particular (...)*, concluída em 1817 (Carita,1982: 49-103), que apresentou a D. João VI no Brasil. Neste território fez ainda uma planta de Olinda: *Plano de Pernambuco feito por ordem do senhor Donald Camphele* (Carita,1982:30 e 124).

O Funchal apresentou uma grande estabilidade na sua mancha

urbana ao longo de toda a 1ª metade de Oitocentos, época quase sem crescimento, como se pode ver em dois documentos: a *Planta da Cidade do Funchal apresentando as fortificações antigas com projectos de melhoramento por ordem do Ex.mo. Sr. D. Manuel de Portugal e Castro*, de 1823-27 (Silveira,s/d:vol.I,est.70); e a planta *Funchal Bay. Surveyed by Captain A.T.E. Vidal R.N.*, de 1843 (Silveira, s/d: vol. I, est. 74).

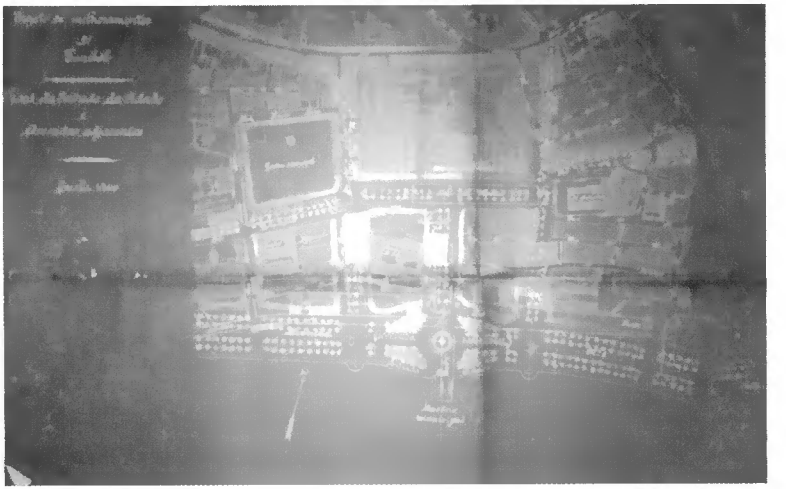
Na Madeira os meados do século XIX correspondem a uma fase de procura de exotismo e de amenidade climática pelos viajantes europeus, sobretudo ingleses. São então frequentes a panorâmicas românticas do Funchal, como a do *Funchal from the sea. From a sketch by Lady Susan Vernon Harcourt. Frontispiece*, gravada em Londres em 1851 (Silveira, s/d: vol. I, est. 75) – onde surge o esplendoroso anfiteatro natural que envolve a cidade.

No espaço interno da urbe, surgem os apontamentos mais "etnográficos", como a cena *Going up the Mount*, de 1853-54, representando os viajantes ingleses num trenó puxado por animais, com os muros e a "casinha de prazer" de uma quinta em pano de fundo (França, 1970: 60-A).

Os "desastres naturais" são também objecto de atenção para os românticos: é o caso da aguarela de E. G. Smith, de 1842, com os barcos *Dart* e *Novo Beijinho* encalhados na praia do Funchal, com a fortaleza de S.Lourenço ao fundo (*Atlântico* nº 3, 1985: 237).

É com a viragem para o século XX – sensivelmente cem anos depois do utópico plano de 1804 – que uma importante intervenção urbana é proposta. Trata-se do *Plano Geral de Melhoramentos do Funchal*, desenvolvido entre 1913 e 1915 pelo prestigiado arquitecto Ventura Terra (por informação de Rui Carita, o plano foi executado em colaboração com o urbanista alemão Stubbs).

No documento Ventura Terra desenvolve uma proposta global e detalhada, baseada na ideia de modernização da cidade, aplicando os conceitos correntes do urbanismo francês da época – os grandes eixos viários rectilíneos (os "boulevards"), as rotundas de distribuição



Plano Geral de Melhoramentos do Funchal, de 1913-15, por Ventura Terra, representando a área central da cidade com o seu cais.



Mirante ("casinha de prazer") numa das ruas da área antiga e central do Funchal.

viária, as praças amplas e regulares, os parques periféricos. É portanto natural que a sua proposta, possuindo uma visão grandiosa mas algo desfasada da acanhada realidade insular, tenha encantado dificuldade na realização. Do que se conhece, apenas a futura avenida do Mar (*av. Marginal*) e a futura do Infante (*avenida do Oeste*) foram lançadas. Dizia o autor, na *Memória Descritiva* do projecto (de 5/1915), que "aproveitando o possível do que existe, procuramos cortar a cidade com amplas e apropriadas Praças e Avenidas, Parques, Jardins, Bairros de várias categorias...".

Uma *Praça de Entrada na Cidade e Avenidas Adjacentes* (de 10/1913) constituía a proposta, mundana e monumental, para o centro. A eixo do novo cais (rematado com um *casino municipal*), uma avenida perpendicular ao mar, com dois novos quarteirões laterais (por demolição do forte de S.Lourenço!), cruzaria a longa *avenida marginal* (esta, larga de 50 metros, com 1.250 metros de extensão, desde a ribeira de S. João ao forte de S. Tiago), e levaria à *Praça da República* (na verdade, o passeio de S. Francisco), ao novo jardim municipal e aos equipamentos a construir (hospital e escola médica, ou o *Palácio das Repartições Públicas*). Uma proposta variante, mais radical ainda (de 9/1913), previa mesmo uma praça enorme no local, sem quarteirões, apenas delimitada pelo teatro (a poente) e pela Sé (a nascente).

Seguia-se um autêntico sistema de avenidas: as *centrais* (n.ºs 2, 3 e 4), e as de saída, ou circulares, a oeste, leste e norte (n.ºs 2, 3 e 4), que, por rotundas e praças, articulavam a cidade com os dois parques de encosta (*ocidental* e *oriental*) e com os dois novos bairros (o ocidental, "destinado às edificações luxuosas e artísticas das classes ricas e abastadas", e o oriental, para "construções económicas das classes populares, remediadas e operárias"). O *alargamento do largo do Colégio* (por demolição de construções a sul, como veio a suceder); e a via circular para leste deste largo (eixo Bom Jesus/João de Deus), completam a proposta.

Esta visão urbana corresponde bem ao ideário republicano de

Terra e às intenções iniciais, socializantes, da I República (logo depois abruptamente cortadas pela "Grande Guerra"). Mas refira-se que em nenhuma cidade portuguesa de então uma proposta urbanística terá atingido tanto desenvolvimento – excepto na contemporânea "Nova Lisboa" angolana (Huambo, com plano de 1912). Terra chega mesmo a referir-se às "...modernas cidades-jardins da América", como modelo para os bairros propostos, mostrando conhecer a mais actual teoria urbanística da época.

Refira-se ainda a actualidade da proposta tecnológica – a avenida de Santa Luzia (nº4, inteligentemente ligando a marginal à estação do caminho de ferro do Monte), que com 30 metros de largura iria cobrir a ribeira, fá-lo-ia sobre uma "...abóbada de berço contínuo em cimento armado, sobre a qual será construída a faixa de rodagem...". Ainda hoje se discute este tipo de intervenção, a pertinência de cobrir ou não a ribeira...

Em Cabo Verde as duas cidades mais significativas ou são criação oitocentista – Mindelo – ou têm o desenvolvimento principal francamente já nesse século – a Praia. Da Praia, fundada em 1770, e para onde então se transfere a capital do arquipélago, abandonada a "cidade velha" da Ribeira Grande de Santiago, conhece-se planta do de 1778. Nesta surge apenas com indicação de um longo terreiro, bordejado por edifícios a nascente e poente, sobre a elevação da "achada" (hoje designada por *plateau*), onde foi implantada.

Este é um espaço certamente fundacional, onde estão indicadas a câmara, a casa do governador e a igreja. Corresponde ao espaço essencial das funções administrativas, e ao ponto de partida formal para o posterior desenvolvimento dos arruamentos e da retícula urbana: parte do terreiro deve corresponder ao largo principal da povoação actual (Fernandes,1996:151-153).

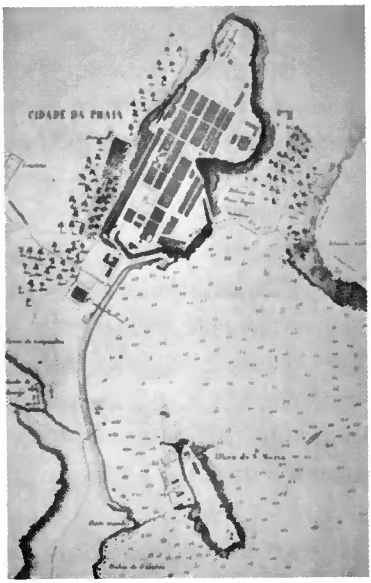
A planta de 1812 executada pelo Almirantado Britânico, *Plan of Porto Praya..."* mostra já alguns quarteirões a norte do largo central, que surge assim mais definido (Silveira, s/d:II vol.est.162).

A planta por José Conrado Chelmicki, na "Corografia Cabo-

Verdeana", publicada em 1841 é ainda mais completa, apresentando uma definição já clara da extensão da malha urbana: *Planta do Porto da Vila da Praia.* (Fernandes, 1996: 206; tb. Silveira, s/d: vol. II, est. 163; e tb. Arquivo Histórico da Praia, C.V.). Uma impressiva gravura da obra de Silveira (idem, est.165) apresenta já o casario branco da vila sobre a plataforma rochosa escura e sobreelevada – como hoje ainda se vê – e já com algumas construções exteriores, junto ao cais.

Uma planta colorida do *Ilhéu de Santa Maria,* na baía da Praia, representa algumas curiosas edificações portuárias, com a bandeira americana e portuguesa, entre outras, e um barco a vapor – devendo ser já da 2ª metade do séc. XIX (Arquivo Histórico da Praia).

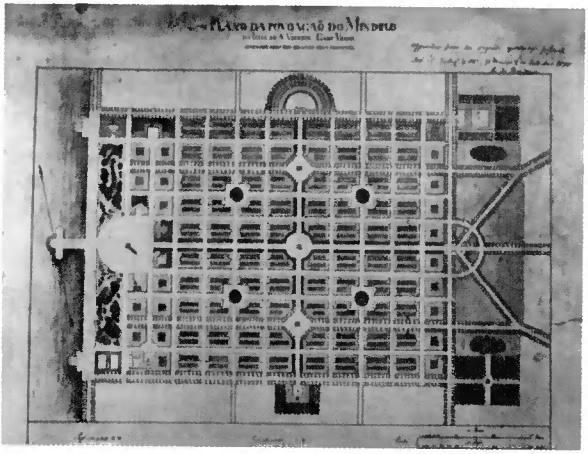
Em 1882, a malha do *plateau* estava já quase totalmente preenchida por construção, como surge em levantamento hidrográfico (Silveira, s/d: vol. II, est. 169) na litografia de 1887, baseada no an-



A malha urbana do Plateau da cidade da Praia, na ilha de Santiago de Cabo Verde, no levantamento hidrográfico de 1887 (cf. Silveira, s/d, 1956, vol. II, est. 169).



O edifício oitocentista das "Escolas", na entrada sul do Plateau da cidade da Praia, em Cabo Verde.



Plano da povoação do Mindelo na ilha de São Vicente de Cabo Verde, de 1838 (in Silveira, s/d, vol. II, est. 146).

terior (idem, est.170), e na planta das Obras Públicas, de 1888 (idem, est. 172). 5 fiadas de quarteirões alongam-se a norte da praça central, servidos por outras tantas ruas, e separados por 4 transversais. Em 1929, um desenho da Agência Geral das Colónias confirmava esta malha, apenas com mais algum desenvolvimento exterior, já na baixa portuária (idem, est. 174).

O Mindelo, assim designado desde 1838 (em homenagem ao desembarque dos liberais naquela praia do Minho), desenvolveu-se na baía do Porto Grande, na costa poente de S. Vicente, no local do inicial povoado de Nossa Senhora da Luz/Dom Rodrigo/Leopoldina. Surge embrionário na planta de Vidal e Mudge, de 1820 (Silveira, s/d: vol. II, est. 144; e tb. Linhas Gerais..., 1984:7-10). Tinha então apenas a igreja e casa do governador, a 1ª alfândega e uma fortificação – além do raro casario.

É em 1838 que surge uma clara vontade urbanizadora por parte do estado português – excepcional nas ilhas atlânticas em Oitocentos – com o *Plano da povoação do Mindelo na Ilha de São Vicente Cabo Verde para ser seguido quanto seja possível* (Silveira,s/d: vol. II, est. 146; e tb. Linhas Gerais..., 1984:11). O documento resulta do Decreto Régio de 11 de Junho de 1838, do governo de Sá da Bandeira, e intentava transformar a povoação em capital do arquipélago – ao que se deve ter oposto a gente da Praia, pois tal nunca chegou a suceder.

O desenho apresenta uma retícula rigorosa de ruas e quarteirões, inscrita numa área rectangular, à maneira pragmática do século XIX. No interior do tecido urbano, dois eixos perpendiculares cruzar-se-iam numa rotunda. No extremo poente uma praça cívica abrir-se-ia para o mar, contendo igreja, paço episcopal, palácio do governo e câmara; e no topo a Este 3 eixos arborizados irradiariam para um parque. Nas extremidades litorais, a alfândega e o mercado completariam o conjunto.

Plano utópico, quer pela grandiosidade excessiva quer por causa do difícil momento histórico em que surge, deu lugar à realidade de

uma cidadezinha portuária, com retícula mais adaptada e irregular, envolvendo a baía, como se pode ver na planta de Sena Barcelos de 1858 (in Roteiro de Cabo Verde, cit. em Linhas Gerais..., 1984:22-23; e tb. Silveira, s/d: vol II, est. 147). Nesta última planta constata-se o aparecimento dos cais-pontes de abastecimento de carvão, com os respectivos depósitos (com os nomes dos seus promotores ingleses), para apoio à navegação a vapor - então em plena expansão, e base fulcral do notório desenvolvimento da nova vila (por decreto de 29 de Abril), onde se iniciava nesse mesmo ano a construção da definitiva alfândega (1858-61). Estavam os cais situados a norte da baía, ao sul da qual se estruturava já uma retícula elementar. Na planta do Almirantado, de 1874 (Silveira, s/d: vol. II, est. 145) vê-se claramente a pequena malha urbana já desenvolvida.

Cidade em 14 de Abril de 1879, o Mindelo surge nas décadas imediatas representado em gravuras como significativo porto carvoeiro



O ambiente oiticentista da arquitectura do Mindelo: ao fundo, o antigo Palácio do Governo, de 1874, ampliado com mais um piso em 1928-34.

do meio Atlântico: em 1891, na revista *Ocidente*, em vista por certo tirada do fortim D'El Rei, sobre a baía (Silveira,s/d: vol. II, est. 148); e, do interior para o mar, em 1887 (Silveira, s/d: vol. II, est. 149), com o casario humilde em primeiro plano, e o *Monte Cara* ao fundo.

Os espaço públicos mais importantes do núcleo oitocentista eram o pequeno largo da Câmara, depois da República (actual Praça Pidjiguiti), central, que deve ter sido o sítio genético da povoação; a rua Tenente Valadim (depois da Praia) e a praça D. Luís, no eixo portuário, ao longo da baía; e a rua D. Carlos I, depois de Lisboa (hoje dos Libertadores da África), perpendicular à costa, eixo comercial e administrativo. O largo do Madeiral assinalava a saída do núcleo a nascente, e o terreiro da actual *praça Estrela* a saída a sul. A Praça Nova, depois Serpa Pinto (actual Amílcar Cabral), foi erguida a norte da cidade depois de 1895 (para substituir a de D. Luís, em 1891 ocupada com mais instalações portuárias) – e assinala a expansão para essa direcção.

Além das cidades referidas, outras povoações secundárias foram criadas ou desempenharam papel significativo no século XIX, nos arquipélagos Atlânticos. Pode referir-se, nos Açores, a Praia da ilha Terceira, designada *da Vitória* pelo combate naval de 11 de Agosto



Planta da bahia da Praia, para inteligencia do Molhe – 1805 (GEAEM/DSE)

de 1829, ganho pelas forças liberais de Vila Flor. A sua estrutura dos séculos XV-XVI, com malha irradiante para o mar, foi muito afectada pelos Terramotos de 1841 e 1867. A iconografia é apenas rica quando alusiva à referida batalha, nomeadamente no *Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória*, de 1829 (Silveira, s/d: vol. I, estamps. 120 a 122). Veja-se uma planta da baía com a pequena vila representada, de 1805, colorida (GEAEM des. n.º 1144), e outra com descrição do combate de 1829 (GEAEM, des. nº 50).

A Horta, no Faial, foi vila desde 1498, até ser elevada a cidade em 13 de Julho de 1833 por D. Pedro IV. Está representada numa planta de 1804, por certo no contexto das guerras napoleónicas (GEAEM, des. n.º 127), com a estrutura urbana antiga, que poucas alterações sofreu em Oitocentos. O terramoto de 1926, porém, arruinou-a muito.



Planta das Fortificações e Bahias da Ilha do Faial
por José Rodrigo d'Almeida – 1804 (GEAEM/DSE)

A pequena vila de Santa Cruz das Flores apresenta uma malha original, por certo já anterior a Oitocentos, e formada por dois grupos de arruamentos paralelos, cruzados em "tesoura", segundo ângulo agudo, dois a dois. Assim surge numa planta de 1820 (GEAEM, des. nº 1190).

Na Madeira, a *Villa do Machico* está representada com grande minúcia exibindo a sua estrutura de tipo linear simples (com largo central), ao longo da ribeira, em planta de 1842 que assinala o desembarque miguelista de 1828 *(Islenha* nº 13, 12/1993: 143) – com pouca alteração na forma urbana, se comparada às anteriores plantas do final do século XVIII (Fernandes, 1996: 138).

Em Cabo Verde podem destacar-se várias povoações secundárias, que devem ter tido desenvolvimento em Oitocentos. O Tarrafal, na costa norte de Santiago, com uma pracinha central rectangular (e igreja a eixo), a topejar duas ruas paralelas, recorda o traçado planeado de dois outros pequenos lugares: Porto Covo, no Alentejo, e Novo Redondo, em Angola - ambos de fundação pombalina. Conhece-se a planta da carta hidrográfica de 1890, com representa a baía do Tarrafal e uma rigorosa - mas esquemática – retícula no seu sítio urbano (Silveira, s/d: vol. II, est. 154).

Na ilha de Santo Antão podem referir-se dois núcleos desta fase: a Povoação, ou Ribeira Grande (a ecoar toponímia açórica dos seus prováveis colonizadores), apertada entre as montanhas e o mar, de traçado irregular, com uma rua estruturante com igreja – reproduzida em desenho impressivo de 1866 (Silveira, s/d: vol. II, est. 139); e a *Vila Maria Pia*, ou porto da Ponta do Sol, próxima da anterior, no extremo norte da ilha, e quase reduzida à praça fundacional, que ainda hoje inclui apenas a igreja, a câmara e o hospital. Uma quadrícula, algo grosseira, assinala a vila em gravura de 1900 (Silveira, s/d: vol. II, est. 140).

Enumeremos ainda imagens oitocentistas de outras povoações: a Ribeira Brava, no interior de S. Nicolau, em 1889 (idem, est. 153); Porto Inglês/Vila de N. S. da Luz, na costa de Maio, em 1900 (idem,

est. 155); Sal Rei, na Boavista, com longo terreiro litoral, de 1888 (idem, est. 156); e S. Filipe, na costa poente do Fogo, de 1900-1901 (idem, est. 175). Nova Sintra, no interior da Brava, parece ter a "...maior artéria urbana do arquipélago", que a atravessa totalmente (Callixto, 1974: leg. pág. 113).

Outros lugares edificados não pareciam ter ainda definição urbana nesta fase: no Sal, S. Maria e Espargos; no Fogo, os Mosteiros; em S. Antão, Porto Novo e Pául; na Brava, a Furna; na Boavista, a Povoação Velha; e, em Santiago, os núcleos de Calheta, Mangue, Ribeira da Barca, Assomada/S. Catarina, Picos e Pedra Badejo.

Infraestruturas, equipamentos, habitação: a imagem da cidade

Nos Açores, Ponta Delgada e outros núcleos micaelenses desenvolvem-se em duas fases sucessivas: a fase do *negócio da laranja*, até cerca de 1830 - sequenciado pela produção do ananás; e a época da emigração americana, esta com mais intensidade até ao advento do Estado Novo, por 1930 (Martins, 1983: 198-199 e 264-165).

A época da laranja trouxe muitos ingleses a S. Miguel, e correspondeu a uma arquitectura residencial urbana sóbria, de cariz neo-clássico, todavia sem perder as características tradicionais já expressas nas épocas anteriores (vãos de basalto negro, superfícies caiadas, torreões sobreelevados *de ver o mar,* etc.). Apenas nas janelas de sacada dos pisos nobres se pode assinalar a construção de varandas inteiramente em ferro, incluindo a grade do pavimento - "marca" original micaelense.

As vastas áreas de estufas ananaseiras, nos arredores de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo ou Ribeira Grande, são também importantes na nova imagem do território das quintas suburbanas. Paradigmático desta época, mencione-se em Vila Franca do Campo o solar do Conde do Botelho, com feição classicizante (arcos redondos), encimado pelo tradicional mirante torreado (de cerca de 1850).

Nos equipamentos, verifica-se em Ponta Delgada, entre 1834 e

1914 "o reaproveitamento dos edifícios [religiosos] desocupados, destinando-os às mais variadas funções, como o hospital no Convento de São Francisco, um quartel no de S. João, o Tribunal e outros serviços administrativos no da Conceição, o Liceu e a biblioteca no da Graça, na cerca do qual ainda se cria um mercado e um teatro sobre a demolida igreja de S. José" (Dias, 1996: 74).

Merecem referência as expressões classicizantes da fachada do hospital; a do volumoso *Teatro Micaelense*, de 1865, reconstruído no século XX (Monterey,1981:275); ou mesmo a de uma grandiosa estufa do Jardim Borges - todos visíveis no *Album Açoriano*, colectânea ilustrada celebrante da viagem régia de 1901 aos Açores (Oliveira & Baptista, 1909: 233, 77, 39).

Na capital de S. Miguel, apresentam desenho classicizante o palacete de Jácome Correia ou de Santana (actual residência do governo), o conjunto do Governo Regional, na Conceição (de grosso envasamento, planta em "U" e balaustrada) e o palácio da Fonte Bela, de 1839, liceu desde 1921 (*Guia*,1996:20). Também as construções mais utilitárias ou prosaicas, como o mercado do Peixe, a Cadeia ou o Coliseu (este de 1917), exibem correntemente esse gosto – e atestam a austera coerência estética da época. Já na linha da *Casa Portuguesa* é a moradia da av. Gaspar Frutuoso, de Raul Lino, acima do jardim Antero de Quental.

Em Vila Franca do Campo refiram-se equipamentos como o Mercado do Peixe, obra pavilhonar de 1903, associado ao vizinho Cais do Tagarete (inic. em 1849) e à *Fábrica de Conservas Micaelenses* de Dias & Dias, de 1918. A 1ª obra hidroeléctrica dos Açores foi a Central da Praia (em Água D'Alto, Vila Franca do Campo), de 1900-1911, hoje integrada no museu local. Merece ainda referência o teatro da Ribeira Grande, de grande dimensão no contexto desta pequena cidade, bem como o seu vasto mercado, fronteiro à costa – além da casa de fachada revestida com azulejo de relevo polícromo (datada de 1874), e a curiosa série de casas "achalezadas" da rua do Botelho, tardias, de 1930.

A povoação micaelense das Furnas desenvolveu-se desde Oitocentos, à roda das nascentes termais sulfurosas. Primeiro com o jardim e a habitação da família de origem americana Hickling – ainda do século XVIII, conhecida por *yankee home* – que depois de 1848 foi reconstruída pelos marqueses da Praia, em gosto classicizante, e onde ficaram hospedados os reis portugueses em 1901 (Ataíde, 1973: 242).

Também de cariz oitocentista e expressão severa são as instalações termais das Furnas, bem como a romântica capela neo-gótica, de 1886 (Monterey,1981:213) e a vizinha residência achalezada, de Ernesto do Canto, ambas isoladas na margem da vasta lagoa local.

Em Angra, na Terceira, é a nova Câmara Municipal que merece referência, no seco gosto neo-clássico do arquitecto portuense Joaquim da Costa Lima Júnior, de 1849-1879 (Fernandes, 1989: 59), bem como a mais humilde alfândega, junto ao cais, e o palacete de vistosa clarabóia frente à igreja da Conceição, no topo da rua do Galo – de 1899 (depois a *Escola Salazar*).

Nos arredores, algumas casas solarengas do Caminho de São Carlos exibem o gosto romântico-clássico, sempre com alguma originalidade de formas: veja-se a casa Pato François (Martins, 1983: 272), ou o *chalet* na sua vizinhança.

A cidade da Horta regista nesta época um desenvolvimento significativo, ligado às comunicações, transportes e pesca baleeira: "Desde 1808 fixou-se na cidade o cônsul americano Dabney, que investiu na construção de armazéns para reabastecimento e reparação de navios, apoiando assim a gesta baleeira e o comércio de laranjas e do afamado vinho do Pico. (...) O cais, construído em 1876, atraiu navios a vapor para reabastecimento de carvão.

Em 1893 começa a colocação de cabos transmissores submarinos, com a consequente fixação de importantes colónias de técnicos alemães (casas da rua Cônsul Dabney), ingleses (conjunto do actual hotel Faial e escola preparatória) e outros. Desde 1919, quando o primeiro hidroavião escala o porto da Horta, inicia-se a fase da cidade como escala aérea(...)" (*Guia*, 1996: 46-47).

Depois do terramoto de 1926, uma arquitectura eclética, muito decorativa, ainda de "princípio do século", preencheu a Horta, contribuindo para uma imagem ainda hoje patente (como há também nas Velas de S. Jorge, com data tardia – 1934).

Importantes no Pico, as actividades baleeiras criaram áreas de cais, armazéns e "fábricas da baleia" (veja-se o actual museu do Cais do Pico) nos diversos núcleos litorais. Também uma "Arquitectura Baleeira" residencial (Gouveia,1996:44) teve importante presença, com influência trazida da América pelos emigrantes de "torna viagem" : construções de madeira pintada, com formas e pormenores diferentes das tradicionais casas de pedra açóricas. Exemplo é a "Casa Azul", de S. Roque do Pico (Gouveia, 1996: 94-99).

Alguma nova arquitectura religiosa acompanha esta fase (igreja de S. Maria da Madalena, 1871-1931; igreja de S. Mateus, 1842) (Monterey, 1978: 74, 85). No Faial, o farol dos Capelinhos é peça de austero desenho oitocentista (Oliveira & Baptista,1909: 508) – como é de referir o da Maia, em S. Maria, pela qualidade da torre metálica a de relação com o sítio (Monterey,1981:82).

Os "impérios" açoreanos, pequenas construções dedicadas ao culto e festejos do Espírito Santo, merecem uma referência especial, sobretudo na Terceira, pois constituem uma forma de arquitectura vernácula muito original. Esta arquitectura desenvolveu-se nesta fase, ligada à intensa tradição religiosa popular, e talvez influenciada pela emigração de "torna viagem" do Brasil, do século XIX para o XX (Fernandes,1987:387). Embora quase todos reerguidos depois do sismo de 1980, souberam manter as características arquitectónicas originais.

Podemos destacar os do Cantinho (mais antigo, de 1860, com o frontão clássico), nos arredores de Angra; no norte da ilha, o de 1872 (com casinha do "talho" ao lado) e o de 1894, com escadório frontal; de proporção mais "gótica" é o de São Sebastião (de 1918). Tardio é o da Guarita, em Angra (cerca de 1930). Nas outras ilhas os "impérios" são em geral mais humildes, mas sempre muito originais, como no Pico, na costa sul (de 1917).

Na Madeira os transportes e infraestruturas acusam franco desenvolvimento em Oitocentos, com a introdução da máquina a vapor da indústria moderna. O caminho de ferro que do Funchal ligava o Pombal ao Monte (desde 1893) e depois ao Terreiro da Luta (desde 1912) era uma impressiva linha de montanha, com curiosos apeadeiros "achalezados", que durou até 1943 (Monterey, 1974: 114-120) (Simões, 1983: 135-145).

A companhia que explorava a linha, *o Caminho de Ferro do Monte*, tinha um original logotipo (uma locomotiva com asas), que ainda é visível hoje nas portas envidraçadas de algumas das suas infraestruturas: no antigo Hotel Belmonte (hoje escola), no terreiro do Monte; e na estação do Funchal (sita na interessante rua das Dificuldades, num edifício de alpendre sobre colunas clássicas, ao que parece para demolição em 1997). O hotel, com galeria em betão armado, foi inaugurado em 1926, e possui sala com pinturas figurativas e polícromas de 1933. Fica acima de outro *chalet* impressivo, o antigo "Monte Palace Hotel" (actualmente pertença da Fundação João Berardo).

Os carros "americanos" circularam no centro da cidade entre 1896 e 1915, fazendo a ligação do centro ao Pombal – e daí ao comboio (Monterey,1974:114) (Simões,1983:154-159). O cais da cidade foi inaugurado em 1892. A difícil rede viária para o interior da ilha fora então também modernizada, com o exemplo da ponte do Ribeiro Seco, de 1848. (Spranger, 1984: 166).

A importância da água na Madeira e Porto Santo é patente nas inovações da época: a *Central das Águas da Penha de França,* da empresa inglesa Blandy Brother's, de cerca de 1895, a vapor, para bombagem de águas potáveis (de apoio à navegação) aproveitando as nascentes no sítio das Águas Doces, Funchal (*Atlântico*, 1985, nº 2: 85-88); a vasta rede de *levadas*, canais de abastecimento rural de água ao longo das montanhas, como as do Rabaçal (24 Km), de 1835-1890 (Ribeiro, 1985: 65); até à *fábrica da água* de Porto Santo, com um interessante edifício em pedra rusticada.

Houve ainda um surto de edificações ligadas às actividades industriais, com os engenhos da cana-de-açúcar (no Porto da Cruz) (*Islenha* n.º 7, 1990: 139-142), as "fábricas" de bordados e as de conserva de peixe (*Islenha* nº 11, 1992: 59-70).

No século XIX há que destacar um conjunto de quintas "românticas", edificadas nos arredores do Funchal e de outros núcleos urbanos. Embora sem especial relevo como arquitectura, constituem notáveis conjuntos paisagísticos, com jardins e parques envolvendo as casas, e com mirantes e outros elementos soltos de original implantação ou desenho. Foram na sua maioria concebidas para residências de Verão das aristocracias locais ou estrangeiras, nas encostas húmidas da ilha, e por isso de difícil habitabilidade no Inverno.

Refiram-se, entre outros conjuntos: a Quinta do Palheiro do Ferreiro, no Pico do Cavalo, de 1801, pelo conde do Carvalhal, depois dos Blandy, que ali construíram nova residência, com projecto do arquitecto Clarke (autor do hotel Reid's), em 1891 (hoje pousada, tinha uma capela neo-clássica e um templete no alto da colina); a Quinta de Nossa Senhora do Monte, do Gordon ou do Machado (no Monte), do 2º quartel do século, por James W. Gordon, com impressiva plataforma com vista sobre a cidade, onde está a *Torre Malakoff*, curioso mirante cilíndrico edificado depois de 1855 para homenagear os heróis da Guerra da Crimeia (aqui viveu o ex-imperador da Áustria, em 1922); a Quinta da Mãe dos Homens, no Caminho do Meio, construída por João Rodrigues Leitão no 1º quartel do século (onde viveu José Leitão, visconde do Cacongo, que recebeu aqui o rei D. Carlos); e a Quinta do Jardim da Serra, perto de Câmara de Lobos, por Henry Veitch, em 1809, com residência de *serlianas* e sanca de *chalet*, possuindo uma original pérgola telhada fronteira (Veitch foi também autor do *palacete Cossart* (actual Instituto do Vinho), obra classicizante à ilharga da ribeira de S. Luzia (rua 5 de Outubro).

A arquitectura urbana desta fase no Funchal apresenta diversos novos equipamentos: vários edifícios para teatro, com destaque para

o *Teatro Grande*, ou *casa da ópera*, frente ao forte de S. Lourenço (obra de 1776, por onde passou a família real a caminho do Brasil em 1808, demolido em 1833) (*Atlântico* n°1,1985:4-7; *Islenha* n° 11, 1992: 113-149), e para o Teatro Municipal (de D. Maria Pia, depois de Baltazar Dias), no Passeio Público, com projecto classicizante do engenheiro portuense F. Soler, de 1884-1888 (Callixto, 1974: 146--147); diversos hotéis (o Reid's, de 1889-1891, pelo arq. Clarke) e sanatórios (a "khurhaus" de Santana e o popular do Marmeleiro, em 1905, ambos por iniciativa alemã).

Hotéis, sanatórios e casinos estão de resto interligados na transição do século, pela concorrência germano-inglesa que afectará o destino da área das quintas da Vigia, Pavão e Bianchi para o século XX (*Islenha* n° 6, 1990: 124-144).

O Funchal comercial e "mundano" vê-se no pátio dos *Vicentes Fotógrafos,* com delicada colunata em ferro (*Islenha* n° 15, 1994: 29-36); ou na casa da "esquina do mundo", com o café *Golden Gate* (*Atlântico* n° 3, 1985: 227).

Em Cabo Verde, cabe referir as construções oitocentistas da Praia e do Mindelo. Na praça central da Praia, a igreja, câmara e palácio do governo tiveram construção ou transformação oitocentista. Na restante cidade, também são desta fase o mercado (1929), o hospital e as *Escolas,* bem como muita arquitectura de habitação.

No Mindelo, verdadeira cidade oitocentista, há que destacar numerosas construções. Na fundacional praça Pidjiguiti: os Paços do Concelho, de 1862-73, com um frontão clássico e torre de relógio; a singela igreja de Nossa Senhora da Luz, de 1862-3, remodelada em 1927; e a *Drogaria Central/Botequim Mindelo*, de ampla *marquise* em consola, e interior da época, de 1926.

Nos arruamentos centrais, destacam-se os seguintes imóveis: o Banco Ultramarino (actual Banco de Cabo Verde), de avarandado em ferro, de 1915 e 1922; as antigas *Obras Públicas*, de 1880-82; o antigo Liceu Nacional, instalado em 1917-21 em anterior quartel de 1873, com novo piso datado de 1927-32, e um desenho tripartido de

vãos a recordar os liceus de Lisboa por Ventura Terra; o Palácio do Governo (hoje "do Povo"), obra térrea de 1874, com 2º piso e um curioso pórtico de betão, em 1928-34; o *New Building*, na Praça Nova, obra inglesa de 1907-1910, hoje hospital; o Mercado Municipal, de 1878, ampliado em 1930-33; a Capitania do Portos, de 1918--21, completada em 1937, ingénua imitação da torre de Belém, em betão armado (*Linhas...*, 1984: 115-176). Pelas datas pode constatar-se o principal surto construtivo das últimas décadas do século XIX, e um novo surto dos finais dos anos 1920, já com o "Estado Novo".

Espaços públicos e arte urbana – jardins, parques, praças; estatuária, escultura e outras artes decorativas

Nos Açores, os novos espaços verdes, públicos ou privados, acompanham o surto oitocentista das cidades e vilas. Praças antigas e novas áreas arrabaldinas são então arborizadas e ajardinadas ao gosto romântico. Assim, em Ponta Delgada podem referir-se: o jardim de António Borges (do tipo parque botânico, hoje municipal) e os passeios públicos do Relvão (Alameda Duque de Bragança) e da Mãe de Deus (hoje da Universidade) – além dos jardins-parque, na origem privados, de Santana, em 1846, e de José do Canto; e o mais urbano Campo de S. Francisco (hoje Praça 5 de Outubro), com coreto (1874).

Em Vila Franca do Campo mencione-se o monumento a Bento de Góis (1526-1607), com escultura por Simões de Almeida – iniciado em 1880 e inaugurado em 1907, no tricentenário da morte do missionário.

Em Angra, Horta (Praça da República) e Velas, os graciosos jardins públicos municipais têm os inevitáveis coretos, lagos e bancos, por vezes ainda o quiosque. O monumento da Memória, evocação liberal de expressão maçónica, destaca a sua pirâmide no Alto dos Moinhos em Angra. Uma obra mais recente de Raul Lino, em Vila do Porto, S. Maria, evoca a I Grande Guerra (1929). E pode destacar-se ainda a "arte escondida" da Casa do Arcano (1836-56) e do

"Presépio mecânico", iniciado em 1915, na Ribeira Grande.

No Funchal a espectacular demolição de S. Francisco em 1880 (Spranger,1984:113) permite alargar a alameda do Passeio Público (de 1831 e 1834), eixo central alongado e arborizado, ligando-a ao gracioso jardim de S. Francisco. Outros dois passeios existiam junto à praia: do da Praça da Rainha e o da Académica (França, 1970: 55-56).

Na alameda (actual av. Manuel de Arriaga) foi implantada a estátua a Gonçalves Zarco, por Francisco Franco - obra tardia, ou prémodernista (com um 1° projecto de 1919, foi executada em 1922-27, e inaugurada só em 1934, sobre pódio por Cristino da Silva) (*Islenha* n° 3, 1988: 91-96). No Terreiro da Luta deve referir-se o monumento a Nossa Senhora da Paz, de 1927, homenagem às vítimas do bombardeamento alemão do Funchal – onde também está um busto de Zarco de 1922, por Francisco Franco (Calixto, 1974: 92-95).

Caracterizando também o espaço urbano funchalense, são o Cemitério Inglês do século XIX, espaço significativo pela colónia provinda daquele país (*Islenha* n° 2,1988:26); as "casinhas de prazer" (pequenos alpendres de estar junto aos muros das quintas) e a tradição de pavimentos urbanos em seixo a "preto e branco" (*Islenha* n° 8, 1991: 87-88 e 129-136); isto para além das artes decorativas mais urbanas, como os "letreiros pintados" nas fachadas (*Islenha* n° 1, 1987: 86-94) e alguma azulejaria (*Islenha* n° 4, 1989: 25-34).

Em Cabo Verde o realce vai para o Mindelo, com o jardim da Praça Nova – ladeado de diversos edifícios do fim-de-século (o antigo Rádio Voz de S. Vivente), e com coreto (dos anos 1920), o quiosque (de 1931) e o singelo monumento a Camões. Isto sem esquecer o monumento à travessia aérea do Atlântico, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral (*Linhas...* 130).

BIBLIOGRAFIA:

ILHAS ATLÂNTICAS
Açoriano, Álbum: ed. Oliveira & Baptista, 1909

Arquitectura Militar na Madeira – Catálogo de exposição: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982

Ataíde, Luís Bernardo Leite de – *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores:* Coimbra, 1973, vol.I

Atlântico, revista. Funchal – nº 1, Primavera 1985; nº 2, Verão 1985; nº 3, Outono 1985; nº 15, 1988; nº 16, 1988; nº 17, 1989; nº 18, 1989

Callixto, Vasco: *Viagem a Cabo Verde*: ed. Autor, Lisboa, 1974

Carita, Rui: *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira de 1817/ 1827.* Funchal: DRAC, 1982

Dias, Fátima Sequeira – *Ponta Delgada, 450 Anos de Cidade.* Ponta Delgada: Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1996

Fernandes, José Manuel – *Cidades e Casas da Macaronésia*: Faculdade de Arquitectura do Porto, Porto, 1996

Gouveia, Paulo – *Arquitectura Baleeira nos Açores*: Presidência do Governo Regional dos Açores, 1996

Guia das Cidades e Vilas Históricas de Portugal. Ponta Delgada, Angra, Horta e Ribeira Grande. Lisboa: Sojornal/Expresso, 1996, vol. 25

Islenha, revista. D.R.A.C., Funchal – nº – 1, 7-12/1987; nº 2, 1-6/1988; nº 3, 7-12/1988; nº 4, 1-6/1989; n.º 7, 7-12/1990; nº 8, 1-6/1991; n.º 11, 7-12/1992; nº 13, 7-12/1993; nº 15, 7-12/1994

França, Isabella de – *Journal of a Visit to Madeira and Portugal 1853-54:* Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1970

Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo: República de Cabo Verde, Mindelo, 1984

Martins, General Ferreira – *História do Exército Português*: Editorial Inquérito L.da, Lisboa, 1945

Martins, Francisco Ernesto de Oliveira – *Arquitectura nos Açores*: Região Autónoma dos Açores / Secretaria Regional de Turismo /Direcção Regional de Turismo, Horta, 1983

Martins, Rui de Sousa – *Vila Franca do Campo*: Editorial Éter, Ponta Delgada, 1996

Monterey, Guido de – *Madeira e Porto Santo*: ed. Autor, Lisboa, 1974

Monterey, Guido de – *Santa Maria e São Miguel*: ed. Autor, Lisboa, 1981 (2ª edição)

Monterey, Guido de – *Ilha do Pico*: ed. Autor, Lisboa, 1978

Ribeiro, Orlando – *A Ilha da Madeira até meados do século XX. Estudo Geográfico*. Lisboa: I.C.A.L.P., 1985

Silveira, Luís da – *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*: Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, s/d, volumes I, II

Simões, Álvaro Vieira; Sumares, Jorge; Silva, Iolanda – *Transportes na Madeira*: Governo Regional da Madeira, Funchal, 1983

Spranger, Ana Isabel; Gomes, Fernande Ramos; Gomes, Eduarda Sousa – *História da Madeira. Antologia de Textos*: Governo Regional da Madeira, Funchal, 1984

Terra, Ventura – *Plano Geral de Melhoramentos do Funchal* (memória descritiva e 5 dossiers), 1915 (existente na Câmara Municipal do Funchal, serviços de urbanismo.

Campanhas Oceanográficas do Príncipe de Mónaco nos Açores

Orlando de Azevedo

Alberto de Mónaco inicia a sua carreira marítima na Escola Naval de Espanha. Já Oficial de Marinha, viaja na fragata "Tetuan", visitando as Caraíbas e a América do Norte. E, fixando-se na França, participa na guerra franco-alemã de 1870.

Em 1873, adquire o barco veleiro, que denominou de "Hirondelle" com o qual faz grande parte das suas viagens ao longo de quinze anos.

Com o intuito de conhecer características geográficas e marítimas, o Príncipe desloca-se ao Mediterrâneo reconhecendo a Córsega, Elba, Sicília e Malta. E, seguindo a costa de Marrocos, passa às Canárias e depois à Madeira.

Então decide ir visitar os Açores para onde parte em Março de 1879. E uma vez no Arquipélago, escala e observa todas as nove Ilhas.

Em S. Miguel vai encontrar antigo colega do colégio de nome Albuquerque. É amavelmente recebido pelas autoridades locais. Percorre minuciosamente toda a Ilha visitando suas crateras, hoje lagoas - Furnas, Fogo e Sete Cidades. E, simultaneamente, dá atenção às suas culturas específicas, como os ananases, o tabaco e o chá.

Passando à Graciosa, vai visitar o vulcão que se situa a sul da Ilha, dentro do qual há uma fenda que dá acesso à lagoa interior cujo silêncio era apenas perturbado pelo esvoaçar das pombas. Sustentado por cordas, o Príncipe desce à lagoa e, ao fim de 60 metros, atinge o terreno que, com dificuldades, pisa dada a existência de ásperas massas rochosas. E observa, não só a lagoa, mas também a fonte de águas sulfurosas.

O Príncipe, depois de visitar o Faial, dirige-se às Flores e Corvo. E vai percorrer esta última Ilha e fica encantado com a lagoa que cobre a sua cratera central. Desce à vila, que considera "muito amena e cheia de poesia". E, ao abandonar o Corvo, é levado ao colo para o seu barco dada a falta de um molhe para embarcar. É, com lágrimas nos olhos, que os corvinos se despedem do Príncipe.

Somente seis anos mais tarde, em 1885, o Príncipe volta aos Açores, com o intuito de determinar com exactidão a passagem da corrente do "Golfo-Stream" no Arquipélago.

A localização da denominada "Corrente do Golfo" deve-se ao espanhol Ponce de Leon. Tendo atingido a latitude de 30° na costa da Florida, com grande dificuldade tentou voltar ao sul, embora os ventos fossem favoráveis. O mesmo se verificou com os barcos que dirigiam-se para oeste, ao contrário da facilidade dos que se dirigiam para leste.

Para caracterizar a "Corrente" na região dos Açores, Alberto de Mónaco vai utilizar duas classes de objectos:

1.°) flutuação natural
2.°) e flutuação experimental.

1) flutuação natural: observação de pedaços de madeira a 450 léguas do Cabo de S. Vicente; observação de pequenos frutos de origem tropical nas costas da Escócia e da Noruega; um mastro de barco que, lançado em Jamaica, foi recolhido na Escócia.

2) flutuação experimental: – Alberto de Mónaco, em colabo-

ração com o Professor Thoulet da Universidade de Paris, vai identificar a "Corrente", desde o noroeste dos Açores, com 170 flutuadores de 3 tipos:

I – esferas de cobre ocas
II – recipientes de madeira de carvalho
III – simples garrafas.

Estes flutuadores são identificados por documento expresso em três línguas, o qual solicita a qualquer pessoa que os encontre, que o comunique às autoridades do seu país.

O "Hirondelle" parte de Lorient, na costa de França e, aproveitando os ventos de noroeste e de nordeste, dirige-se aos Açores e, após um trajecto de 1375 milhas, atinge o Faial. E a 250 milhas desta Ilha, está o ponto desejado para colocar os flutuadores a noroeste. Dado que o vento era norte, a direcção do lançamento terá que ser – 10 N.

Um total de 50 garrafas, 20 barris e 10 esferas (nove foram perdidos) são lançados a 117 milhas das Flores e Corvo, cada flutuador de milha a milha, sendo registada a hora de lançamento.

Após os lançamentos, o "Hirondelle" vai passar pelas restantes Ilhas não só para devolver os flutuadores, mas também para dar repouso às tripulações.

Ao fim de dois meses, os flutuadores são recuperados, na sua maioria, nos Açores. Os restantes nas Canárias, na Madeira, Martinica e Ilhas Bahamas. Parece concluir-se que a corrente do Golfo não sobe para além de 40° de latitude, inclinando-se para sul à medida que se aproxima do Trópico de Câncer. A corrente passa sucessivamente a sul, sudoeste e oeste, constituindo a Corrente Equatorial Norte, dirigida para oeste (Fig. 1).

No seu conjunto, ambos os ramos da corrente tem uma movimentação em circunvalação no sentidos dos ponteiros do relógio.

A campanha seguinte de Alberto de Mónaco, nos Açores,

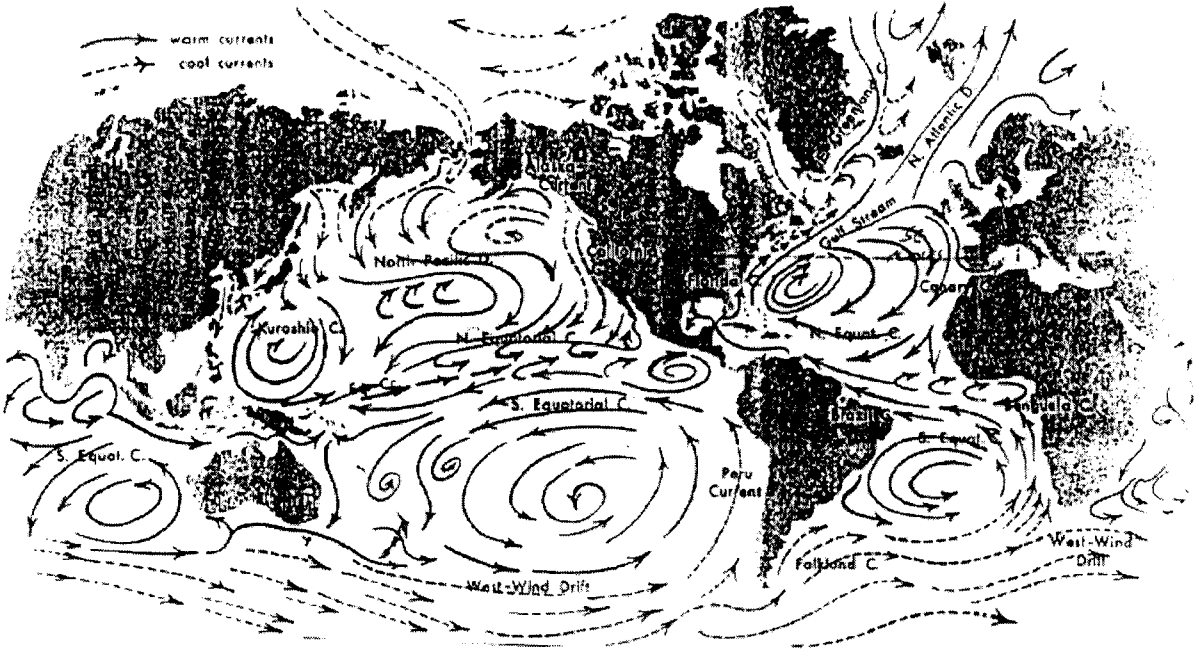


Fig. 1 – *Mapa detalhado das correntes oceânicas do mundo* (Extraído do livro "Earth Science" da autoria de Samuel N. Namowitz, Hughes High School, New York, City)

desenvolve-se em 1886. Destina-se a recolher organismos de profundidade – benticos – e de superfície – os plágicos.

No ano seguinte, 1887, vai proceder à recolha destes organismos, mas com dispositivos mais aperfeiçoados do que os anteriores. Assim as cordagens utilizadas podem atingir profundidades de 3300 metros nas proximidades dos Açores, e de 1300 metros na periferia do Arquipélago.

Em 1888, o Príncipe vai realizar a sua última campanha com o Iate "Hirondelle". E, a 28 de Junho, parte da Bretanha a caminho dos Açores.

A 70 milhas ao norte da Ilha Graciosa vai efectuar profundas sondagens com fio de aço de 4000 metros de comprimento. E, utilizando rede e cestos de vime e arame, obtém variadas espécies à profundidade de 2000 metros.

Em seguida o Príncipe dirige-se ao Faial para observar minuciosamente o seu relevo vulcânico. Nas proximidades desta Ilha vai recolher espécies que designa de "maravilhas", tais como sejam esponjas siliciosas dentro das quais se refugiam alguns peixes de aspecto desconhecido.

No seu trajecto para as Flores também recolhe, a 1500 metros, peixes até então desconhecidos. Após a sondagem do litoral à volta da Ilha, vai fundear em Santa Cruz para melhor conhecer o interior das Flores e suas formações vulcânicas.

Finalmente vai ao Corvo onde é acolhido com grande carinho, sendo que a maior parte da população da Ilha o acompanha ao longo dos seus trajectos. E, ao longo do caminho, não esquece o local onde, quando da sua anterior visita em 1879, tinha depositado o seu afeiçoado cão que ali tinha morrido subitamente.

No regresso recolhe organismos benticos, enormes crustáceos, que se mantinham aderentes aos cestos e não se ressentido da temperatura exterior de 13°C, embora esta no fundo do oceano seja de 0°C.

Uma vez no Faial colhe outros crustáceos situados em fundos de 700 e 2000 metros. E, nas proximidades do Pico, efectua

dragagens que lhe concedem cefalópodes cujas espécies se apresentam com colorações variáveis do lilás ao verde. Já fora do Arquipélago as sondagens atingem profundidades de 2840 metros e a temperatura era de 4°C.

Determinações do relevo no planalto açoreano

As ilhas do Arquipélago dos Açores assentam sobre um planalto o qual constitui um alargamento a dentro da crista média do Atlântico. Ao longo deste planalto, cuja profundidade média é de 2000 metros, localizam-se elevações – os "bancos" – e depressões – as "fossas".

Ao sul do Faial, entre os meridianos de 25° e 30° situa-se o "banco" que Alberto de Mónaco designou pelo nome de sua esposa- "Princesa Alice". Este "banco" tem o seu ponto mais elevado a 20 metros da superfície do mar, e liga a norte, com outro de dimensões mais reduzidas mas ligeiramente mais elevado – o banco "Açor" (Fig. 2).

A leste, cerca da latitude de 38° e entre as longitudes de 26 e 27 graus, foi, em 1941, localizado um "banco" pelo navio hidrográfico português D. João de Castro, o qual recebeu o seu nome. Contudo já anteriormente tinha sido referenciado, quer pela agitação do mar no local, quer observada a sua actividade vulcânica por navios mercantes que ali passavam. Com base nos dados por estes fornecidos, o então Director dos Serviços Meteorológicos dos Açores, Tenente-Coronel José Agostinho, precisou a sua localização que foi confirmada pelo D. João de Castro. Sua elevação máxima está a 14 metros da superfície do mar. E, ao presente, é um procurado centro piscatório, tanto pelos pescadores da Ilha de S. Miguel como da Ilha Terceira.

O planalto açoreano, para além dos "bancos" cujas cimeiras se aproximam da superficie, apresenta depressões – "fossas" – com profundidades que excedem 3000 metros. Assim é a que se localiza entre a Ilha de S. Miguel e a Ilha Terceira, na direcção sueste noroeste.

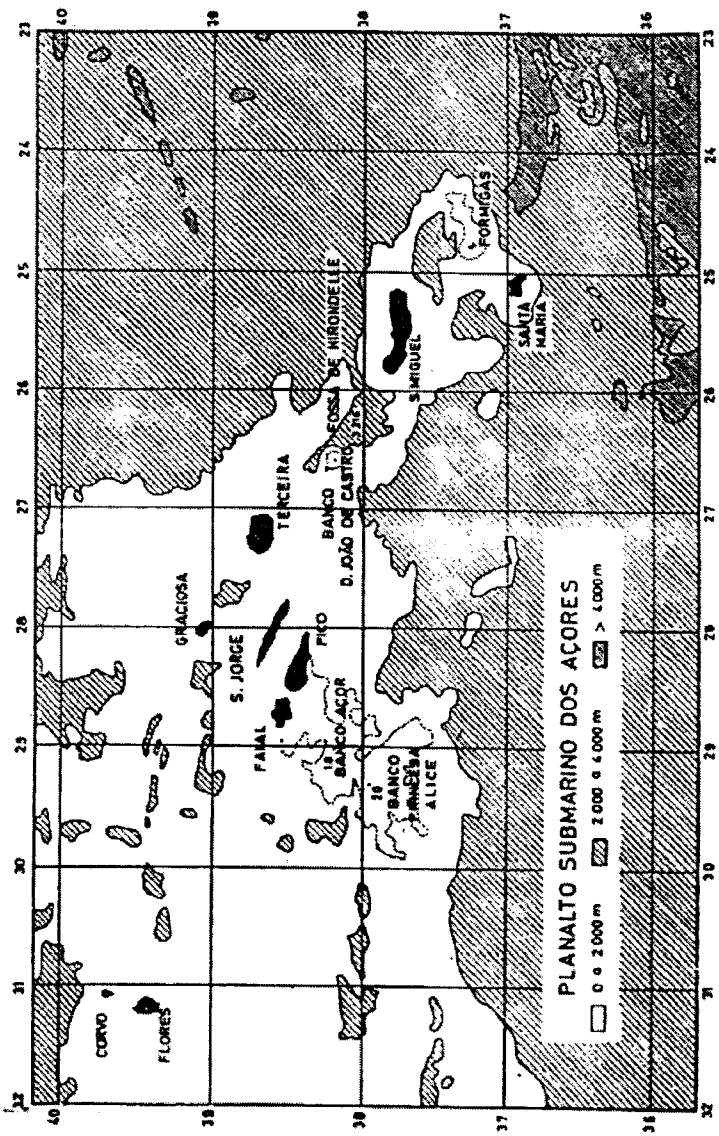


Fig. 2 – *Planalto submarino dos Açores* (Extraído do livro "Introdução à Oceanografia" da autoria do Eng.° Frederico Machado)

Com base nas sondagens anteriormente efectuadas nas campanhas do Príncipe de Mónaco, o Professor Thoulet da Universidade de Paris, elaborou carta desta "fossa" a qual designou pelo nome do iate do Príncipe – o "Hirondelle". As suas profundidades máximas atingem 3215 e 3150 metros, as quais, nas vertentes, passam a valores progressivamente inferiores de 2660 a 1960 metros, até atingir 1371 metros, valor que se verificou constituir o limite superior da fossa (Fig. 3).

As suas temperaturas não correspondem às profundidades, visto que são de 5°C quando deviam acusar valores de 3,3°C como seria de esperar a tamanha profundidade.

Entre a Terceira e a Graciosa, exactamente na mesma direcção da erupção vulcânica que se verificou 1867, foi identificada uma fossa de dimensões inferiores – 10 metros de comprimento e 7 de eixo – e à profundidade de 2419 metros. Essa erupção, que causou pânico nas populações da Terceira, verificou-se a 11 milhas da borda oriental da fossa e na direcção leste-oeste. Admite-se que a fossa "Hirondelle" seja também um centro de actividade, pelos sismos que se têm verificado com o epicentro na área da mesma fossa.

Posteriormente, seguindo a sequência das campanhas do Príncipe de Mónaco, e na sequência da participação do Professor Thoulet, foi estudada a composição dos sedimentos dos fundos do mar do Arquipélago, bem assim a densidade e a transparência das suas águas.

No que respeita à composição dos sedimentos, estes apresentam larga percentagem de "pedra pommes", a qual é característica das fases iniciais das erupções registadas nos Açores. Conjuntamente encontram-se areias, argilas e vasa, umas e outras associadas com calcário.

Dada a composição basáltica da crosta onde assentam as ilhas do Arquipélago, estes calcários serão provenientes de algas e de conchas. São estes calcários conchíferos que, associados a areias ferromagnesianas, dão a coloração mais clara a algumas das praias, tal é a "praia Morena," designação dada frequentemente às areias da baía da Praia da Vitória.

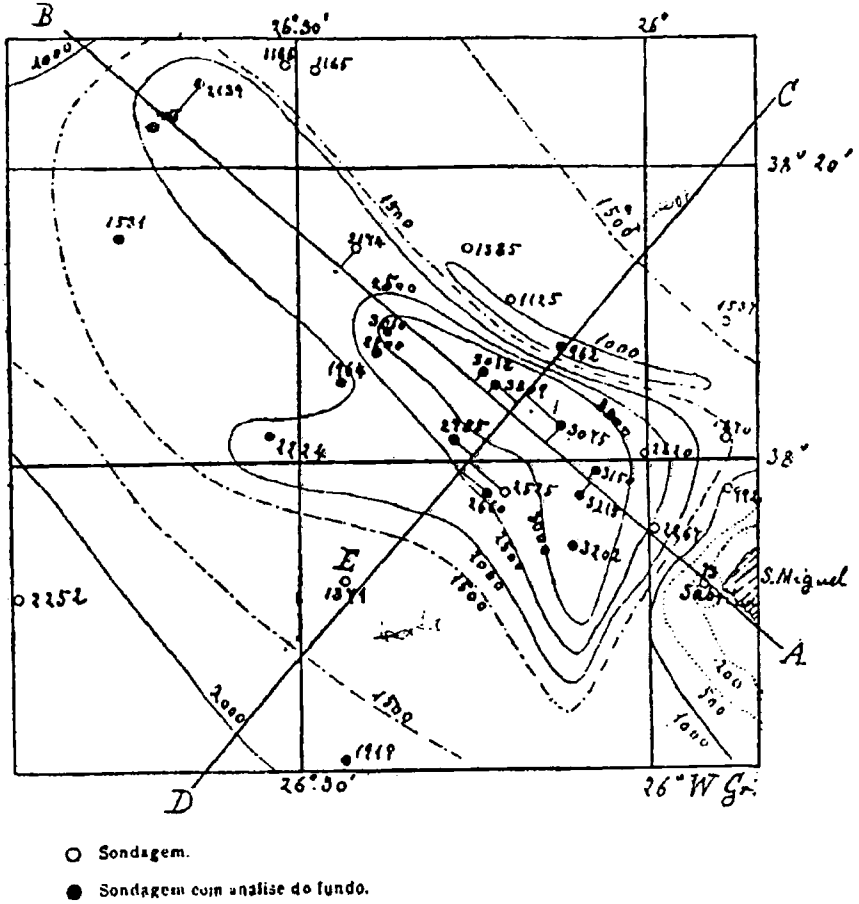


Fig. 3 – *Fossa da Hirondelle* (Carta traçada pelo Professor J. Tholet segundo as sondagens executadas por S.A. o Príncipe de Mónaco)

Da caça e alimentação do cachalote

Estamos em 1895 e, por amena manhã de Julho, o veleiro de Príncipe de Mónaco – " O Princesa Alice" – preparava-se para deixar a baía de Angra do Heroísmo e navegar para o largo, para efectuar pesquisas no fundo do mar dos Açores. Mas ao volver para oeste, dobrando a ponta do Monte Brasil, observa embarcações baleeiras que perseguem cachalotes.

O barco do Príncipe suspende então o motor, para facilitar a perseguição, e avança à fraca velocidade da vela em direcção ao cetáceo. Uma vez lançado o arpão e o cachalote dominado, os seus vómitos trazem para o exterior cefalópodes como polvos e lulas.

A tripulação dirige agora o barco para S. Mateus, mas para evitar a morosidade e o esforço do trajecto é com o seu barco que Alberto de Mónaco se dispõe a rebocar a baleeira, o que leva os seus pescadores a saudar efusivamente o Príncipe.

Ao dia seguinte, o "Princesa Alice", com alguns convidados de Angra, volta de novo a S. Mateus para assistir no varadouro do Negrito ao corte do cetáceo. Inicia-se este com a recolha das gorduras, grandes peças de toucinho com o peso de algumas toneladas.

O Príncipe estava particularmente interessado no *spermaceti*, líquido designado por "Branco do cetáceo". Mas o crânio, no cimo do qual se aloja o precioso líquido, já tinha sido decepado.

Então o seu colaborador, o Doutor Richard, vai identificar os alimentos ingeridos, fragmentos como sejam os provenientes dos polvos, alguns com dimensões gigantes e que constituem os cefalópodes mais procurados pelos cetáceos. Observou e transmitiu ao Príncipe as características da dentição do cachalote, adequadas à deglutição dos polvos, uma vez que os dentes da sua maxila inferior podiam encastrar-se nas cavidades correspondentes da maxila superior facilitando a trituração do polvo.

Da extensão das partes do polvo ingeridas, podia avaliar-se das suas dimensões e concluir-se da luta que o cachalote travaria para dominar e fragmentar o polvo.

A ligação do Príncipe de Monáco aos Açores e sua amizade aos Açoreanos

Ao deixar os Açores o Príncipe escreveu: "Je les aime beaucoup ces Açores et je les quitte avec regret chaque fois; mais j'ai hâte aussi de rendre à mon coeur les joies dont il est sevré depuis si longtemps".

A simpatia e a amizade pelo Príncipe era geral nos Açores. E, então, raro seria o açoreano que desconhecesse o nome de Alberto de Mónaco.

Muitos facilitaram os seus conhecimentos e observações nos mares dos Açores. Nomeadamente o Coronel Afonso Chaves, conhecedor que era das características geofísicas do Arquipélago, colaborou com o Príncipe e com o Professor Thoulet em muitos estudos oceanográficos.

Ao presente, no famoso Museu Oceanográfico de Mónaco, encontram-se muitas lembranças das campanhas do Príncipe nos Açores, ofertadas por amigos e admiradores. Entre estas se encontra um "foetus" de cachalote, caçado em S. Jorge, que foi enviado pelo terceirense Sebastião Vasconcelos, a quem o Príncipe agradeceu em carta muito amável da qual, como sobrinho, possuímos uma cópia.

Quando da sua passagem por S. Mateus, e de outras visitas posteriores a esta freguesia, Alberto de Mónaco estabeleceu grande ligação com os pescadores. Levou mesmo ao baptismo alguns dos seus filhos, pelo que era comum ouvir os pais referirem-se ao Padrinho por "o meu compadre, o Príncipe de Mónaco".

Com referência aos Açores, reproduzo do original as suas palavras: "Il convient de dire qu'aux Açores la societé est aimable, hospitalière, inteligente: quoique isolée au milieu de l'Atlantique elle sait tous les evénements de la Literature, de la Science et de la Politique. Et si quelques representants de anciennes familles, souvent croisées d'Espagnol et de Flamand, restant l'object d'une consideration; d´autres élèvez chez nous, ou plus avancés dans leur evolution, luttent pour notre liberalisme et pour notre philosophie scientifique moderne".

Referências Bibliográficas

1 – Machado, Frederico
"Introdução À Oceanografia", Instituto Universitário dos Açores

2 – Monaco, Albert
Sur une experience entreprise pour determiner les directions des courants de l´Atlantique, "Campagnes Scientifiques", Fas. LXXXIV

3 – Monaco, Albert
Sur la deuxième campagne scientifique de la "Princesse Alice", Fas. 84

4 – Pouchet, G:
"Une experience sur les courants de l'Atlantique", Campagnes Scientifiques, Fas. 10

5 – Pouchet, G.
"De Lorient à Terre Neuve"

6 – Pouchet, G.
"Sur la constitution du sol sous-marin" Campagnes Scientifiques, Fas. 101

7 – Pouchet, G.
"Océanographie de la Région des Açores" Campagnes Scientifiques, Fas. 1

8 – Quero, J. ; Vayne J.
"Les poisson de mer des pêches Françaises"

9 – Thoulet, J.
"La fosse de l'Hirondelle " dans l'archipel des Açores Campagnes Scientifiques, Fas. 101

10 – Thoulet, J.
"Analise des Fonds", "Campagnes Oceanographiques" Fas. XXIX.

Pensamento científico de Arruda Furtado no contemporâneo dos Açores

Luís M. Arruda

Introdução

Não obstante o interesse da comunidade científica internacional pelo estudo das ciências da natureza nas ilhas dos Açores, apenas alguns poucos açorianos lhe deram atenção, pois só na segunda metade do século XIX, em Ponta Delgada, aconteceu ter convivido um pequeno grupo de naturalistas, em torno do gabinete de ciências naturais do liceu da cidade e de alguns jardins particulares (*cf.* Arruda e Albergaria, *in press*).

Desse grupo fez parte Francisco de Arruda Furtado (N. Ponta Delgada, 17.09.1854 – m. *ibidem,* 21.06.1887). Dedicado principalmente à malacologia, tinha em vista explicar a origem das espécies animais e vegetais que haviam colonizado os Açores, mas também à antropologia para explicar a origem do povo micaelense. Publicou algumas poucas dezenas de artigos científicos e de divulgação nos Açores, em Portugal, em França e na Inglaterra (*cf* Arruda, 1994).

Tanto no meio restrito daquele grupo de naturalistas como no âmbito mais vasto dos naturalistas portugueses do seu tempo, Arruda Furtado foi um seguidor da teoria de Darwin que havia aparecido, em 1859, com a publicação da obra *On the Origin of Species,* para ex-

plicar a evolução dos seres vivos, no prosseguimento da discussão sobre o dinamismo das coisas que vinha sendo sustentada desde a antiguidade clássica. De modo diferente, o ambiente intelectual, em Portugal e nos Açores, era dominado pela classificação zoológica, sem interesse pela problemática do evolucionismo, circunstância que marcou a sua actividade no Museu de Lisboa para onde se havia transferido em 1885.

O objectivo deste artigo é apresentar, sumariamente, a origem e os fundamentos do evolucionismo até ao século XIX, e como o pensamento científico de Arruda Furtado estava informado dessas ideias conforme deduzido de alguns dos seus artigos e de cartas inéditas enviadas a alguns dos seus correspondentes. Mais, abordar a incidência do evolucionismo na sociedade em geral e na açoriana em particular, também um marco no início do contemporâneo.

Origem e fundamentos do evolucionismo até ao século XIX

A ideia de um mundo dinâmico não era estranha aos gregos, pois foram as explicações do não estatismo das coisas vivas postas por Empédocles (séc. V a. C.) e Anaximandro (610-547 a. C.) que deram lugar à filosofia de Platão com efeito dominante sobre o pensamento ocidental subsequente. Naquele tempo, a mudança era entendida como uma manifestação das imperfeições do mundo material. Mais tarde, com as alterações introduzidas pela cultura cristã no pensamento platónico, foi entendido que nada merecendo existir podia ter aparecido como ser depois de Deus ter criado o Universo e nada do que Ele tivesse gerado se podia ter extinguido porque isso seria sinal de imperfeição no Seu universo.

Uma obra importante do pensamento platónico foi a *Scala Vaturae,* ou Grande Cadeia de Seres. Então, o papel da ciência natural era descobrir a sequência e catalogar as ligações dessa Grande Cadeia para que a sabedoria de Deus pudesse ser revelada e apreciada.

Esta visão do mundo começou a cair, em parte devido a contradições filosóficas inerentes e em parte consequência do desenvolvimento da ciência empírica. Foram postos em dúvida conceitos consagrados (v.g. a posição central da Terra no universo; a explicação dos fenómenos físicos pelas leis da matéria em movimento; e o conceito de evolução estelar). Começou a desenvolver-se uma visão histórica das relações humanas com a ideia de mudança na sociedade humana, rumo à civilização. A geologia forneceu evidências de que a crosta terrestre tinha mudado e de que algumas espécies se tinham tornado extintas. A confirmação de que se tinham desenvolvido lacunas na cadeia de seres vivos foi perturbante. Mais, a evidência de que os fósseis representavam animais outrora vivos ou espécies que se haviam extinguido foi tão incontroversa que tiveram de ser encontradas explicações para essas lacunas como as contidas nas teorias denominadas das criações sucessivas e das catástrofes naturais, esta já na emergência do século XIX.

Em 1788, num artigo de James Hutton (1726-1797), intitulado *Theory of the earth; or an investigation of the laws observable in the composition, dissolution, and restoration of land upon the globe,* apareceu o conceito do uniformitarismo, para explicar as características da crusta da Terra por meio de processos naturais ao longo do tempo geológico. A publicação da obra de Charles Lyell (1797-1857), *Principles of Geology,* 3 volumes, em 1830, 31 e 33, foi responsável pela aceitação desta teoria e lançou os fundamentos para a biologia evolutiva e para uma compreensão do desenvolvimento da Terra.

No começo do século XIX a paleontologia forneceu evidências não apenas de extinções mas também de mudanças evolutivas; a anatomia comparativa sugeriu fortes afinidades genealógicas entre os organismos; e a ideia de que a evolução tinha ocorrido foi ganhando aceitação. Faltava conhecer os mecanismos pelos quais ela tinha ocorrido, e isto foi estabelecido pelo primeiro dos verdadeiramente grandes teóricos do evolucionismo, Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet, cavaleiro de Lamark (1744-1829). A sua teoria de que todas

as transformações estruturais e funcionais dos órgãos e membros dos seres vivos estavam condicionadas, principalmente, pelo seu uso e desuso, e que tais adaptações funcionais seriam hereditárias, apresentada em 1809, na obra *Philosophie Zoologique,* estava errada, mas foi a primeira teoria científica, plausível, da evolução tendo em vista a crença de que as características adquiridas eram hereditárias.

Por meados do século XIX a evolução era uma matéria comum de discussão (Lovejoy, 1959). Porém, Lamarck tinha sido desacreditado e por isso nenhum mecanismo satisfatório era reconhecido. O conceito de sobrevivência do mais apto, usado especialmente para explicar a extinção, havia sido bem defendido, mas só alguns perceberam que isso podia explicar a modificação das espécies. Apenas em 1858 foram feitas afirmações coerentes, apresentadas conjuntamente por Charles Darwin (1809-1882) e Alfred Russel Wallace (1822--1913), sobre o conceito de selecção natural e do modo como ela podia causar a evolução.

Incidência do evolucionismo

A visão darwiniana de que a evolução não só tinha ocorrido, mas tinha sido causada pelo processo impessoal da selecção natural, encontrou forte oposição tanto nos meios científicos como não científicos, por causa da sua entendida ameaça à doutrina teológica e à posição única na natureza que os humanos atribuem a si próprios.

A teoria evolutiva teve consequências importantes na filosofia, principalmente um severo enfraquecimento dos seus suportes teológicos. A Grande Cadeia de Seres foi demolida – ou pelo menos temporalizada, para o conceito persistente na forma de progresso evolutivo das formas de vida "mais baixas" para as "mais altas".

As ciências sociais também foram influenciadas fortemente pelo pensamento evolucionista, especialmente o conceito de selecção natural. A antropologia já tinha tido uma visão evolutiva antes de Darwin, mas esta foi certamente reforçada pela emergência da teoria

biológica. Também na psicologia a evolução teve influências directas e indirectas. Talvez, mais directamente, foi dada atenção às semelhanças entre comportamento humano e animal conduzindo à área da psicologia comparativa. A evolução influenciou indirectamente o desenvolvimento da teoria de Freud que acreditou na herança dos caracteres adquiridos e no princípio de que a ontogenia recapitula a filogenia..

Evolucionismo e Arruda Furtado

Arruda Furtado formava o seu pensamento nestes conceitos evolucionistas do seu tempo, nomeadamente, na teoria de Lyefi; nas evidências de extinções e de mudanças evolutivas fornecidas pela paleontologia; nas afinidades genealógicas existentes entre os organismos sugeridas pela anatomia comparada; e na sobrevivência do mais apto, usada especialmente para responder pela extinção, como se exemplifica a seguir, com trechos extraídos das suas obras.

A propósito da teoria de Lyell, Furtado (188la) escreveu: "Muito antes de Darwin uma outra opinião igualmente prejudicial à ciência tinha sido posta em ruínas no domínio geológico; é a já mencionada crença nas catástrofes e nas revoluções do globo. O mérito de uma tão grande novidade pertence ao geólogo inglês Charles Lyell, que nos seus *Princípios de Geologia* demonstrou peremptoriamente que essas catástrofes nunca tiveram um carácter geral, mas sempre um carácter apenas local; que em suma nunca as revoluções do solo interessaram a superfície inteira do globo, mas que a terra percorre em toda a sua história apenas uma evolução progressiva, constante, contínua, e que a cada instante ela esteve submetida às mesmas forças e sujeita aos mesmos acidentes que trabalham ainda hoje na modificação da sua superfície". E acrescenta que "essa evolução se faz tão lentamente, de uma maneira de tal modo imperceptível, que a nossa experiência e a nossa observação, limitadas na duração das coisas, não podem verificar directamente os seus resultados. (...) Os termos *época, ter-*

reno e camada geológica têm apenas o valor que lhes dá a comodidade da linguagem no estudo cronológico dos fenômenos lentos e das revoluções, mais ou menos locais (...) porque, para bem dizer, a crusta do globo é uma só grande época e um só grande terreno, em que nada cessou completamente, em que tudo se fez por dependência e transformação daquilo que estava feito".

Então as ilhas já eram tidas como (a) *continentais* quando resultam da rotura de uma porção de continente e onde os animais e plantas são, com raras excepções, os mesmos que os do continente vizinho; e (b) *oceânicas* quando são formadas por uma erupção vulcânica, como as dos Açores, e estão sempre rodeadas de mar. Neste contexto, para Furtado (1881b), "ao contrário do que se dá nas ilhas *continentais,* as ilhas *oceânicas* têm um todo de espécies peculiares que se não encontram em outros pontos do globo, nem nos continentes próximos. (...) Ora como não se pode acreditar que mão oculta esteja à espera que uma ilha surja das ondas *para fazer de lodo* alguns caracóis mais ou menos transparentes e pintados, os transformistas não podem ver nas espécies particulares às ilhas oceânicas senão espécies emigradas ou trazidas acidentalmente dos continentes pelas aves de arribada e nos troncos que as ondas arrojam às praias, e que se tranformam mais ou menos rapidamente em virtude do clima insular, e vêem na particularidade actual dessas formas insulanas, do mesmo modo que nas *creações* dependentes, uma base fortíssitna da teoria que abraçaram.

Assim a ruína da doutrina geológica preparou os espíritos para uma revolução nas ideias admitidas com respeito à aparição e ao desenvolvimento do mundo orgânico na superfície da terra (Furtado, 1881a, *cf.* Büchner, 1869, *Conferencias sobre a theoria darwiniana,* p. 22).

Sobre as evidências de extinções e de mudanças evolutivas fornecidas pela paleontologia, Furtado (1881c) conhecia como os animais foram aparecendo, gradualmente, das formas mais simples e menos abundantes, para as mais complicadas e numerosas, e como a

fauna daquele tempo, nas áreas não perturbadas pelo período glaciário, estava relacionada, intimamente, com a fauna fóssil, mais recente, dessas áreas.

Mais: "O que é hoje fez-se pela transformação do que foi ontem, e, transformando-se, produzirá o que há-de ser amanhã. Se a marcha dessas transformações, por vezes excessivamente lenta aos nossos sentidos, nós somos obrigados a admitir que ela se dá porque se deu sempre, e porque não podemos compreender o universo como obra de um plano traçado de antemão e muito menos que essa obra esteja terminada em nós e naquilo que nos rodeia".

Num outro artigo, Furtado (1881d), usando textos bíblicos (*Livros do Eclesiastes; Gênese*) e extractos de obras de vários autores (v. g. Büchner, Le Bon), explica que o homem não nasceu perfeito (à imagem e semelhança de Deus, como pretendem os criacionistas) mas que evoluiu de entre as espécies de animais "de onde devem ter saído também os grandes macacos". Mais, com as citações daqueles autores, Furtado pretende mostrar que há povos primitivos onde "a ideia de religião é completamente nula".

A propósito das afinidades genealógicas existentes entre os organismos sugeridas pela anatomia comparada, Furtado (1882) mostrava entender que em espécies parentais os embriões são semelhantes, no início, diferenciando-se durante o seu desenvolvimento e que "(...) a ordem cronológica do aparecimento das diversas estruturas específicas no embrião concorda com a ordem cronológica do aparecimento de estruturas específicas semelhantes na superfície do globo – é que o embrião reproduz, ainda que apressada e imperfeitamente, uma série de formas extintas, das quais é derivada a forma adulta que ele vai também reproduzir".

Destas ideias, o autor salientava a evidência "de que as espécies actuais são formadas de espécies passadas, cujas formas o embrião reproduz nas suas fases" e que "o adulto, como espécie, não teve sempre a mesma forma que tem hoje".

Sobre a contribuição da embriologia para o entendimento da

transformação gradual das espécies, compreendia que "essas gradações não podem ter consistido senão em diferenças de forma e de estrutura *do mesmo modo que ainda hoje no embrião elas não podem consistir noutra coisa*, e que portanto as espécies actuais devem a sua existência a uma evolução de espécies e que as fases embrionárias são os restos daquilo que a hereditariedade transmitiu dessas espécies".

Também era sabido de Arruda Furtado que a evolução acontecia por selecção natural. Assim, reconhecia que: "(*a*) os seres, para se apropriarem das condições favoráveis à sua conservação, dão-se a um combate perpétuo – *luta pela existência*; e (*b*) nesse combate, como é fácil de prever, a vitória cabe ao mais bem favorecido, e, dessa posse do carácter favorecedor, resulta para esse carácter uma predominância, porque a hereditariedade o fixa e acumula em cada geração, e assim se vai produzindo uma – *selecção natural*, na qual podemos apenas ver a *origem de novas espécies*" (Furtado, 1881e).

"Na natureza não há mais do que o indivíduo. São os indivíduos que constituem aquilo a que chamamos espécie; são eles que lutam pela vida, cada um sobre si; não é a *espécie* que luta. Quando os indivíduos não podem sustentar vantajosamente a luta pela existência, a espécie morre com eles; quando os indivíduos podem modificar ou transformar a sua organização para se adaptarem às novas condições de vida, é que a espécie pode considerar-se como não extinta: ela vive transformada mas vive. Podemos mesmo afirmar de um modo geral que a conservação de uma *espécie* está na razão directa da sua mutabilidade. Chegam novas condições de vida: se os indivíduos poderem modificar-se, a espécie persistirá; se eles não poderem modificar-se, a espécie extinguir-se-á. «Variar ou morrer». A conservação prolongada de uma espécie por meio de transformações vem por fim a determinar uma série de *espécies* furadas umas nas outras" (Furtado, 1882).

Em defesa da explicação darwinista do evolucionismo, Furtado (1881e) argumentava que os seguidores desta teoria se apoiam na

"descendência serial com modificação" pouco importando "que as espécies diferentes se prejudiquem ou não, na fusão das suas funções reprodutoras, se independentemente disto compreendemos a possibilidade do transformismo e ele se nos impõe, pelas explicações que traz, como orientação única das nossas pesquisas e como disciplina das nossas conclusões".

Arruda Furtado conhecia, dos seus trabalhos, as modificações provocadas pela insularidade sobre os moluscos terrestres e tinha notícia das modificações sobre a flora e a entomofauna. Mais, entendia que os efeitos sociais e da insularidade deviam influenciar também o homem açoriano, completamente por estudar do ponto de vista antropológico. Interpretação, provavelmente, influenciada pela leitura de Darwin para quem "a observação de muitos pequenos pontos de diferença entre espécies, que, tanto quanto a nossa ignorância nos permite julgar, parecem ser bastante insignificantes, não devemos esquecer que o clima, a alimentação, etc., provavelmente produzem algum efeito, ligeiro e directo" (*Origin*, 1.ª edição: 85).

Neste contexto, escrevia, em carta com data de 18.10.1882, dirigida a Adolfo Coelho: "as condições económicas e sociais de existência são tão outras do que eram há apenas vinte anos, que eu cuido assistir à transformação de que o grupo humano micaelense pode ser susceptível. Agarrar o mecanismo da transformação, tal é a preocupação metafísica (?) de nós outros. Eis o que explica a minha *febre*".

Numa outra carta com data de 13.11.1882, dirigida a Teófilo Braga, explica: "na ilha [de S. Miguel], (...) há diferenças capitais no tipo fisionómico, na moral, no vestuário, no timbre e inflexão de voz, *de freguesia para freguesia.* De ilha para ilha há também diferenças ainda profundas. Isto revela vivo interesse, revelando origens diversas, e, autorizadas pela insularidade do meio, fazendo-nos esperar resultados de muito valor. (...) Nós sabemos, e todos os viajantes notam, que o aspecto físico e mental do fundo da população micaelense difere dos do fundo da população portuguesa do continente mesmo

dos povos do norte, de onde é opinião geral que descendemos. Parece pois haver uma *diferenciação da raça*" (*cf* Arruda, *in press*).

Porém, usou perspectiva diversa, lamarquista, para interpretar, provavelmente também sob influência da obra de Darwin, a variação da circunferência craniana do que chamou "indivíduos ilustrados, camponeses e mulheres" e concluir que: (*a*) a circunferência craniana dos indivíduos mais ou menos ilustrados é maior do que a dos camponeses que ocupam uma posição intermédia entre a daqueles e das camponesas que é muito inferior; (*b*) a circunferência craniana aumenta com a altura do corpo; (*c*) a circunferência das camponesas é mesmo inferior à dos camponeses mais baixos; e (*d*) não sendo os indivíduos mais ou menos ilustrados de uma estatura superior à dos camponeses, a sua superioridade craniana deve ser atribuída ao maior desenvolvimento da sua inteligência (Furtado, 1883). Segundo Mayr (1995), Darwin, pelo menos nas primeiras edições de *Origin*, admite o uso de um carácter, e a falta dele como um mecanismo evolutivo importante.

Incidência do evolucionismo nos Açores

O debate sobre o evolucionismo também aconteceu nos Açores e Arruda Furtado foi um dos intervenientes.

Na colecção do jornal *República Federal* de 1881 e 1882, encontra-se a sua réplica à crítica que Sanches de Gusman fez, no jornal *Civilização,* a alguns dos seus artigos, expondo e defendendo o evolucionismo, e ao seu opúsculo *O homem e o macaco,* escrito a pretexto de certas passagens alusivas àquela teoria proferidas pelo padre Rogério, num sermão quaresmal, em Ponta Delgada (*cf.* Silva, 1896a, b; Costa, 1954).

Segundo Armando da Silva, seu amigo e contemporâneo, "o combate empreendido pelos defensores do dogma contra a doutrina darwinista, e especialmente a leviandade de várias críticas e o atrevimento de alguns sarcasmos estúpidos vibrados ao eminente autor da

Origem das espécies, irritavam-no profundamente. (...) A resposta de Sanches de Gusman, que tinha largas pretensões científicas, mas pouco baseadas, imprimiu-se depois em livro. Arruda Furtado quis responder com outro folheto, de que chegou a fazer-se uma parte da impressão, mas que nunca se distribuiu. (...)" (Silva, 1896).

Esta polémica chegou também à Horta onde, pelo menos, o jornal *Regeneração* publicou dois artigos não assinados, com o título *O homem procedente do macaco,* trabalhos que Arruda Furtado diz feitos a propósito dos seus estudos (*cf.* Furtado, 188le).

Furtado (188le) contestava a exasperação dos religiosos do seu tempo perante as revelações de parentesco entre o homem e o macaco argumentando que "os darwinistas vão nobremente, sem tempo de se zangarem, e sem carecerem de *serenidade religiosa,* aceitando as coisas como elas se traduzem e vendo, da semelhança para a diferença, a medida do passado esforço e o catecismo menos atrevidamente teológico da estrada do provir!". Depois de neste artigo discutir as relações temporais das religiões termina: "Riam embora os teólogos da nossa *ascendência símia.* Fazem-nos sempre lembrar a resposta dada por Huxley às imprecações que o bispo de Oxford lançava contra a doutrina darwinista por *irreligiosa.* Esta resposta foi a seguinte: – "Se eu tivesse de escolher os meus antepassados entre um macaco perfectível e um homem que emprega o seu espírito em escarnecer da busca da verdade, eu preferiria o macaco".

Para Furtado (1882), as religiões aparecem como forma de desculpabilizar a ignorância do homem face aos fenómenos naturais. O seu pensamento está sintetizado no seguinte:

"À medida que o homem vai entrando no conhecimento dos factos naturais, vai-se excluindo do seu espírito a concepção daquilo que o não é. A ignorância e o temor naturais fizeram com que a imaginação do homem criasse deuses – *Primus in orbe deos feit timor*; a vida dos deuses está presa portanto ao conhecimento desses factos. E começa a despontar o período em que as descobertas científicas, pela sua prodigiosa vastidão, tendem fatalmente a eliminar por uma

vez do cérebro do homem a lembrança estéril do sobrenatural. O espírito humano encontrou já na astronomia, na geologia, na zoologia e na botânica, na química, na biologia, na embriologia e nomeadamente na antropologia, bastante de que ocupar-se proveitosamente e de que fazer uma filosofia que vai sendo a religião do futuro – a filosofia positiva".

O pensamento de Arruda Furtado, naquele tempo, está patente na carta *Ciência e Natureza,* dirigida a seu irmão António Furtado e inserta na revista do movimento contemporâneo *Era Nova* (1880, pp.: 83 a 88). Porém, surgiu a transformação inevitável a um homem de ciência e, consequentemente, abandonou a polémica.

Alguns anos mais tarde, em Angra do Heroísmo, também aconteceu controvérsia entre José Augusto Nogueira Sampaio (1827-1900), médico, naturalista e professor do Liceu, e António Maria Ferreira, cónego da Sé, a propósito do discurso sobre a origem da vida, proferido pelo primeiro, no liceu, em 1890, que depois foi impresso em livro com o título *A vida.*

A alocução de Sampaio foi criticada por Ferreira a que respondeu o primeiro, em Livro, publicado, em 1894, com o título *Exame Crítico da Refutação que o Exmo. Sr. Cónego António Maria Ferreira, Professor do Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, fez ao Discurso intitulado A VIDA pronunciado no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo pelo seu Reitor e Professor.*

Contradisse Ferreira numa extensa série de artigos que foram mais tarde coleccionados em volume com o nome *Polémica Científica sobre a origem da vida,* publicado em 1895.

O pensamento de Sampaio mostra-se quando, ao deplorar o falecimento de um colega, lhe *chama passamento*, exprimindo o trânsito para outra existência, e não lhe chama *morte* que exprime o fim da vida, excluindo a ideia de imortalidade cristã.

Assim, aconteceram, fundamentalmente, duas polémicas de características diferentes. Naquela, Furtado defendia o materialismo, nesta, Sampaio era pelo evolucionismo mecanista, contra o

espiritualismo clássico, como referem Ferreira-Deusdado (1902) e Ferreira (1940).

Como a discussão Furtado *vs* Gusman havia ultrapassado Ponta Delgada, também esta Sampaio *vs* Ferreira transpôs Angra do Heroísmo quando surgiram, a seu propósito, alguns artigos nos jornais *Ordem,* de Coimbra, e *Novo Mensageiro do Coração de Jesus,* de Lisboa.

Pensamentos e episódios que também marcam o início do contemporâneo nos Açores.

Bibliografia

Arruda, L. M., 1994, Comentários e notas à obra científica de Arruda Furtado, em: *Professor Germano da Fonseca Sacarrão,* Lisboa, Museu Bocage: 353-376.

— *in press,* Escalas nos Açores, povoamentos e evolucionismo vistos por Arruda Furtado, *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal.*

Arruda, L. M. e I. S. Albergaria, *in press,* Ernesto do Canto entre os naturalistas açorianos do século XIX, *Arquipélago,* (história).

Costa, C., 1954, Francisco de Arruda Furtado, *Correio dos Açores,* Ano XXXV, n.°

10047, pp: 1.

Ferreira, E., *Estudos filosóficos nos Açores. Esboço histórico.* Lisboa.

Ferreira-Deusdado, M. A., 1902, *Elogio histórico do Dr. José Augusto Nugueira S. Paio,* Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal

Furtado, F. A., 1881a, A ideia moderna da Philosophia Geológica, a sua origem histórica, a sua significação e o seu valor, *A Republica Federal*, Ano II, n.º 9, pp: 1-3 e Ano II, n.º 11, pp: 1-2.

— 1881b, Alguns factos sobre que se baseia a teoria darwinista ou da evolução, II. A distribuição geográfica nas ilhas oceânicas, *Ibidem*, Ano II, n.º 8, pp: 2-3.

— 1881c, Alguns factos sobre que se baseia a teoria darwinista ou da evolução, I. A sucessão geológica das faunas e a sua dependência, *Ibidem*, Ano II, n.º 7, pp: 1-39.

— 1881d, Nada nasceu nem nasce perfeito, *Ibidem,* Ano II, n.º 12, pp: 1-3; Ano II, n.º 13, pp: 2-3; Ano II, n.º 14, pp: 2-3 e Ano II, n.º 15, pp: 2-3.

— 1881e, Ecos açorianos da questão da espécie, *A Vanguarda.* Ano II, n.º 81, p: 2; Ano II, n.º 82, pp: 2-3.

— 1882, Embryologia, uma ideia popular do que ella vale na theoria de Darwin e do que é a philosophia de nossos avós perante ella, *Positivismo,* 4: 121-163.

— 1883, A inteligência e o tamanho da cabeça. A inteligência da mulher e a do homem, *A época,* Ano II, n.º 81, pp.: 2-4.

Lovejoy, A. O., 1959, The argument for organic evolution before the *Origin of species,* 1830-1858, em: B. Glass, O. Temkin e W. Straus, Jr. (eds.), *Fureruners of Darwvin, 1745-1859.* Baltimore, Johns Hopkins University Press.

Mayr, E., 1995, Introduction, *In:* Charles Darwin, *On the origin of species*, Cambridge, Harvard University Press.

Silva, A., 1896, Arruda Furtado, *Actualidade*, Ano 1, n.º 25, p: 1, n.º 26, p: 1, n.º 28, p: 1.

Notas Sociogeográficas sobre el S. XIX, para la Isla de El Hierro (Islas Canarias), realizadas por investigadores y viajeros

Carlos Santiago Martín Fernández

INTRODUCCIÓN

La isla de El Hierro es el territorio más occidental de España y suroccidental de la Unión Europea. De forma triangular y con una superficie de 268,8 km^2, es la isla menor de las que constituyen el Archipiélago Canario.

Desde el punto de vista científico hasta hace muy pocos años, fue la isla más pobremente tratada. La razón de esta carencia se debe a la dificultad para adquirir fuentes directas que permitan un análisis preciso de este siglo. Un incendio acontecido a finales del siglo XIX en las Casas Consistoriales del Ayuntamiento de Valverde, por aquel entonces único municipio de la Isla, redujo a cenizas los archivos municipales, los del antiguo Cabildo y los protocolos de las Escribanías. Es decir, un verdadero tesoro documental para el conocimiento de su historia. Esto supuso un duro inconveniente para la investigación, obligando a realizar la reconstrucción histórica de períodos anteriores al presente siglo, a través de fuentes indirectas con las consiguientes dificultades en cuanto a adquisición y tratamiento de la información.

La presente comunicación pretende ser una contribución al conocimiento de un período prácticamente inédito, el siglo XIX, utilizando las descripciones realizadas por viajeros y estudiosos sobre la isla de El Hierro.

A través de diversos fragmentos, que prestan atención a los factores geográficos, económicos y culturales, podemos hacernos, por un lado, una composición acerca de cómo era la vida cotidiana en el siglo XIX en la menor de las islas del Archipiélago Canario. Y por otro lado, valorar la visión que sobre este territorio tenían unos autores procedentes de ambientes claramente contrastados a la por entonces realidad insular.

LA PRIMERA PERCEPCIÓN. EL MEDIO FÍSICO

La primera impresión que los visitantes registran en sus crónicas tiene que ver con sus características morfológicas. De éstas llaman su atención las relativas a su elevada pendiente, de las mayores del Archipiélago, y su costa, prácticamente acantilada en su totalidad.

De esta forma la descripción insular se inicia aún sin llegar a tomar tierra. Sintiéndose fuertemente impresionados por el litoral las fuentes reflejan expresiones como: *"la costa que descubrimos es extremadamente brava y pendiente, cortada a techos por profundos barrancos, que a su vez terminan en reducidos y escabrosos valles, donde crecen apiñados jarales, al lado de algunos cercos de higueras"*[1].

Este litoral accidentado, dificulta la ubicación de puertos abrigados. Por aquel entonces se encontraban operativos tres puertos. Dos considerados secundarios: Naos y El Golfo, en ambos *"no hay muelle sino unas piedras por donde se salta en tierra"*[2]. Y el más

---

[1] Carballo Wanguemert, B. (1862): Las Afortunadas. Viaje descriptivo a las Islas Canarias. Centro de la Cultura Popular Canaria. Santa Cruz de Tenerife. 1990. p.172

[2] Arribas y Sánchez, C. (1900): A través de las Islas Canarias. Imprenta A.J. Benítez. Santa Cruz de Tenerife. p. 236

comentado y principal fondeadero herreño, el Puerto de Valverde o de La Estaca, *"cuyo nombre proviene de un madero que está asegurado en una roca, para amarrarse de él las embarcaciones... En este desembarcadero no hay muelle, aunque por la disposición de las rocas que hay allí, pueden los buques, con buen tiempo, atracar en ellas."*[3]. Estas características hacen que el principal puerto de la Isla, no sea más que *"un mal apartadero"*[4]. La Estaca presenta por este motivo serios problemas de arribada, cuestión ésta que repercute negativamente en la seguridad de las operaciones de carga y descarga, y, por consiguiente, en el comercio de sus frutos. El Puerto es el lugar donde llegan de las escasas naves de cabotaje para el transporte de frutos y pasajeros. Su presencia constituía un gran evento popular, *"el único acontecimiento de la semana para los herreños y lo único que los mantiene en contacto con el exterior"*[5].

El Puerto de La Estaca no poseía en sus cercanías casas algunas pues *"su escabrosa costa no ha permitido a estos habitantes establecerse en el litoral"*[6]. La isla de El Hierro es la única de Canarias que no recibe al visitante en un núcleo de población, y donde, además, no coincide el puerto con la capital insular. El viajero tendrá, una vez que toma tierra, que recorrer a través de un camino, que aunque empedrado se hacía penoso por su declive, aún más de una hora para llegar desde el puerto a la principal población insular, la Villa de Valverde. *"Ya en tierra, nos acercamos a distinguir la senda que ha de conducirnos a la población más cercana, pues desde estos sitios sólo vemos que se levanta sobre nuestras cabezas una pendiente escarpada, sin señales de camino abierto por el hombre"*[7].

---

[3] Manrique y Saavedra, D.A.M. (1873): Elementos de Geografía a Historia Natural de las Islas Canarias. Tipografía de Antonio López Ramírez. Las Palmas de Gran Canaria. p.51

[4] Manrique y Saavedra, D.A.M. (1873): Ob. cit., p.51

[5] Stone, O. M. (1887): Tenerife and its six satellites. Or The Canary Islands past and present. Vol.I Tenerife – Gomera – Hierro - La Palma. Marcus Ward & Co. , Limited. London. p.274

[6] Del Busto y Blanco, F. del. (1864): Topografía médica de las Islas Canarias. Imprenta Andalucía. Sevilla. p.510

[7] Carballo Wanguemert, B. (1862): Ob. cit. p.172

El imponente paisaje litoral y el no encontrar población en el momento del desembarco, produce al viajero cierta preocupación sobre lo que puede encontrarse en una isla que por aquellos años era prácticamente desconocida.

POBLACIÓN Y POBLAMIENTO

Para este siglo El Hierro sólo posee un municipio y un núcleo de población consolidado, la Villa de Valverde. *"Pintorescamente situada en forma de anfiteatro, y con sus blancas casas rodeadas o envueltas por una multitud de higueras, morales y árboles frutales de varias especies, produce a la vista un efecto agradable"*[8].

CUADRO I. POBLACIÓN DE LA ISLA SEGÚN BIBLIOGRAFÍA DE LA ÉPOCA

REFERENCIA	AÑOS	POBLACIÓN
De Miñano	1826	987 vecinos - 4.032 habitantes
Madoz	1845-50	4.580 almas
Lobo	1860	4.642 habitantes
Carballo	1862	4.642 habitantes
Olive	1865	4.999 habitantes
Valverde	1887	5.026 habitantes
Arribas	1900	6.208 habitantes

Fuente: Varios. Elaboración propia

La Villa de Valverde asume las funciones de capital insular. Es residencia oficial del comandante militar de la isla, así como de las familias más acomodadas, por todo ello se considera como el *"único pueblo regular de la isla"*[9]. Este calificativo se lo da la característica de ser la mayor concentración insular de casas construidas al estilo urbano, es decir, de alto y bajo, azotea y teja. No obstante, éstas son las menores en un núcleo donde la tipología edificatoria más común

[8] Carballo Wanguemert, B (1862): Ob. cit., p.173
[9] Arribas y Sánchez, C. (1900): Ob. cit., p.236

serán las casas terreras, de piedra seca y cubiertas de paja, material constructivo que se usa principalmente *"por no ser tierra a propósito para teja"*[10].

Valverde en este siglo, aún teniendo algunos servicios administrativos, no pasa de ser una villa rural. Su viario es irregular de poca comodidad, con las viviendas distribuidas entre callejones y caminos empedrados, donde se intercalan las huertas con las casas. Éstas *"no están dispuestas en hileras sino diseminadas sin orden alguno. Nunca hay más de cuatro juntas. Algunas tienen azoteas y otras las típicas tejas rojas"*[11]. De entre sus edificios principales llama la atención por su tamaño y solemnidad la *"iglesia parroquial, espacioso templo de tres naves, de regular mérito"*[12].

PRINCIPALES PRODUCCIONES

Las principales actividades económicas están vinculadas al sector agropecuario. *"Puede decirse que no hay más industria en el Hierro, que el cultivo, y que todo lo demás se adhiere a este como parte accesoria"*[13]. Esta actividad choca con dos limitaciones, un reducido espacio para la explotación, y serias limitaciones edáficas e hídricas.

El Hierro es, geológicamente hablando, la isla más joven de las Canarias y esta cuestión le dará dos aspectos de gran relevancia. Por un lado sus materiales eruptivos recientes nos traerán la existencia mayoritaria de suelos poco alterados (limitaciones edáficas) y sumamente permeables (limitaciones hídricas). Ésta última característica es la causante del mayor problema con que históricamente se ha enfrentado la producción de la Isla.

---

[10] De Miñano, S. (1826): Diccionario Geográfico - Estadístico de España y Portugal dedicado al Rey Nuestro Señor. Madrid. Cooperativa Litográfica. Santa Cruz de Tenerife. 1982. p.50

[11] Stone, O. M. (1887): Ob. cit., p. 241

[12] Carballo Wanguemert, B. (1862): Ob. cit., p.173

[13] Carballo Wanguemert, B. (1862): Ob. cit., p. 178

En El Hierro las estrategias e ingenierías empleadas tanto para la captación, regulación y aprovechamiento de las aguas son, en esta primera fase, de tipo popular, basados en los nacientes, pozos y depósitos (aljibes).

La bibliografía de la época nos comenta la existencia de nacientes en Azofa, Puerto Naos, Binto, Risco de Jinama o Juan Hacil. Su aportación es escasa, en veinticuatro horas *"la isla posee 10 fuentes que producen 10 pipas"*[14]. Junto a este problema de cantidad está el de la calidad. Por razones geológicas en la Isla se producen los procesos de contaminación natural característicos en áreas de volcanismo reciente. Éstos traen consecuencias negativas en la calidad de sus aguas, describiéndose las mismas como: *"sale caliente, exhala odor sulfuroso y tiene sabor picante"*[15].

El sistema más habitual de almacenamiento de las aguas pluviales, tanto en los hogares como el campo, será la recogida en depósitos (aljibes). En ellos se acumula tanto el agua procedente de la lluvia como la que se produce tras la condensación de las nieblas después del encuentro de las masas de aire cargadas de humedad (*"la gran masa de vapores atraídos por sus continuados bosques"*[16]), con el relieve y especialmente contra la vegetación.

Por último habría que hacer mención a los pozos costeros construidos desde la conquista, de gran calidad y valor para esta época. Los más descritos serán los de Sabinosa y Los Llanillos. "Sabinosa, de agua m*edicinal para sus habitantes, y el de Los Llanillos siempre clara y fresca pero que de ninguno de ellos se emplea para riego"*[17]

---

[14] Olive, P. de. (1865): Diccionario Estadístico – Administrativo de las Islas Canarias. Establecimiento Tipográfico. Barcelona. p. 518

[15] Lobo, M. (1860): Derrotero de las Islas Canarias. Imprenta Revista Médica. p. 89

[16] Valverde Álvarez, E. (1887): Ob. cit., p.857

[17] Valverde Álvarez, E. (1887): Guía del viajero en las Islas Canarias y de la ciudad de Santa Cruz de Tenerife y demás poblaciones importantes. Imprenta Fernando Cao y Domingo Vial. Madrid. p.857

CUADRO II. PRODUCCIÓN DE AGUA SEGÚN TIPO (1865)

TIPO	NÚMERO	PRODUCCION (Pipas)
MARETAS	4	11
CISTERNAS	733	24.000
POZOS	8	500
TOTAL	745	24.511

Fuente: OLIVE. P. (1865). Elaboración propia

A pesar de estos condicionantes hídricos los herreños *"han conseguido a fuerza de trabajo y perseverancia, hacer innecesaria la importación de los productos de las otras islas"*[18]. Y así sus producciones más importantes serán: el vino, la ganadería y la fruta seca, y en segundo término cereales, legumbres, papas o lino, que exceden en algunos años su autoconsumo y son, por tanto, objeto de exportación a las islas centrales.

CUADRO III. PRODUCCIONES DE LA ISLA DE EL HIERRO

PRODUCTO	1813	1845-1850	1848	1900
Cebada (fas.)	Cebada blanca 3.781	9.300		3.250
Trigo (fas.)	140	180	Cereales 2.900	102
Centeno (fas.)	712	300		712
Maíz (fas.)	515	1.000		450
Vino	1.695 (Mosto botas)	2.110 (Pipas)	600 (Arrobas)	1.100 (Pipas)
Legumbres (fas.)	Lentejas 20 Garbanzos 138	2.140		
Papas (costales)	1.917	5.000	1.300	1.202 (Raposas)
Orchilla	5.820 (libras)	180 (Quint.)		5.029 (libras)
Higos Secos (Quint.)		1.000		
Lino (Manojos)	541	541		
Ovejas	2.141	2.141		
Cabras	205	850		
Cerdos	160	160		
Vacas	34	70		
Lana (Quint.)	113	300		102
Queso (Quint.)	81	650		70
Miel (Cuart.)	912	912		890
Cera (libras)	550	550		460
Algodón (libras)	430			

Fuente: Varios. Elaboración propia

[18] Madoz, P. (1845-50): Diccionario Geográfico – Estadístico – Histórico de España y sus posesiones de ultramar. Ambito/Editorial Interinsular Canaria. Valladolid. p. 126

En cuanto a las zonas de producción todos coinciden que los Llanos de Nisdafe son los mejor y más cultivados de la Isla. Esta zona central y nordeste, situada alrededor de los 600-1.300 m., es la que se encuentra en mejor condición para el desarrollo de la ganadería y agricultura de secano, ya que esta la práctica totalidad del año bajo el influjo de las espesas nieblas húmedas del alisio.

La producción herreña del siglo XIX, se completa con la elaboración artesanal para el propio consumo o intercambio ocasional, de cierto número de utensilios, herramientas y artículos complementarios tanto para la vida cotidiana, como para la realización de la agricultura y ganadería tradicionales. Estos serán tejidos de lana bastos (llamados cardoncillos) de los cuales se producen alforjas, costales, mantas, cinchas y lienzos caseros, así como la construcción de útiles de madera (los que más) y barro, tanto para las labores de labranza y pastoreo, como para la vida cotidiana.

Básicamente de subsistencia, la economía herreña del s. XIX se mantiene en el autoconsumo. Un reducido volumen de su producción acude al comercio interinsular, mientras que en el interior la actividad comercial es inexistente, manteniéndose el sistema de trueque. *"No se conoce la cadena, la red que la industria o el trabajo que forman en los grandes pueblos y constituye el secreto de los adelantamientos. Los cambios son poco frecuentes, verificándose algunos en especie y pocos por el intermedio de la moneda"*[19].

SOCIEDAD

Los viajeros destacan por un lado el carácter herreño como *"extremadamente ceremonioso"*[20], *"tranquilo y agradable y son capaces de coger y apreciar las bromas. No son tan serios como los tinerfeños"*[21]. De su físico dicen que son *"robustos y muy morige-*

---

[19] Carballo Wanguemert, B. (1862): Ob. cit., p.177-178
[20] Carballo Wanguemert, B. (1862): Ob. cit., p.174
[21] Stone, O. M. (1887): Ob. cit., p.268

nados"[22]. Y en sus vestimentas abundan detalles característicos de la producción artesana: *"ellos usan pantalón de cordoncillo, y un sombrero de paja con cintas de color y ramos de siempreviva, mientras ellas llevan sayas de variados colores, con corpiños de seda encarnada o de lana".*

En cuanto a la estructura social es común que los viajeros destaquen su pobreza *"los habitantes de esta isla son una de las porciones más desagraciadas de la especie humana, el más acomodado, entre un cortísimo número de pudientes, sufre mil privaciones a que le condena la esterilidad de su suelo y los que no se hallan en esta clase, subsisten mucha parte del año del helecho, de las hojas o pencas de higo chumbo, y de otros frutos igualmente groseros y repugnantes"* [23].

En esta situación general diferencian un determinado grupo dirigente que sitúan en Valverde, éstos controlan el comercio, son los dueños de las mejores tierras y poseen el mando del poder local. Este grupo social aún siendo clase dominante en el ámbito insular, si se toma en términos comparativos con otras islas, y siempre siguiendo las fuentes consultadas sería de escasa relevancia frente a otros de su misma condición en otras islas. *"Todo es pobreza. Los habitantes son campesinos y los más acaudalados siguen siendo campesinos de clase media"*[24].

Unas determinadas condiciones sociales de producción y aprovechamiento de los recursos naturales, han determinado una situación demográfica particularmente caracterizada por la emigración. *"Son como los asturianos y gallegos de las Canarias, pues anualmente se espatrian muchos para servir en las otras islas, particularmente Tenerife o para pasar a América"*[25].

---

[22] De Miñano , S. (1826): Ob. cit., p.34-35.
[23] De Miñano , S. (1826): Ob. cit., p. 35
[24] Stone, O. M. (1887): Ob. cit., p. 269
[25] De Miñano , S. (1826): Ob. cit., p. 35

Fuera de El Hierro sus principales ocupaciones y actitudes serán *"los servicios domésticos, y siempre se les encuentra prontos, fieles y sumisos"*[26]. La vuelta es un hecho relevante para el emigrante: *"los herreños son como los demás hijos de Canarias: lejos de su pequeña isla, le tienen erigido un altar en el corazón, no lo olvidan nunca y viven inquietos y sin sosiego, hasta que llega el día de retornar a la aldea o caserío donde ellos nacieron; donde se conservaba aún el padre, la madre, el hijo, la esposa o el pariente"*.[27] Una cuestión sociológicamente de interés es como tras la vuelta de la emigración, sus habitantes no invierten el capital obtenido en romper las condiciones estructurales que les hicieron salir de su isla, reproduciéndose de este modo las situaciones seculares de expulsión poblacional. *"Económicos más que todo, vuelven a su país con los ahorros que hicieron, y entran sin repugnancia en las sencillas costumbres y género de vida que antes tuvieron"*.[28]

---

[26] Madoz, P. (1845-50): Ob. cit., p.126
[27] Carballo Wanguemert, B. (1862): Ob. cit. p.173
[28] Madoz, P. (1845-50): Ob. cit., p.126

BIBLIOGRAFÍA

Arribas y Sánchez, C. (1900): A través de las Islas Canarias. Imprenta A.J. Benítez. Santa Cruz de Tenerife.

Carballo Wanguemert, B. (1862): Las Afortunadas. Viaje descriptivo a las Islas Canarias. Centro de la Cultura Popular Canaria. Santa Cruz de Tenerife. 1990.

Del Busto y Blanco, F. del. (1864): Topografía médica de las Islas Canarias. Imprenta Andalucía. Sevilla.

De Miñano, S. (1826): Diccionario Geográfico - Estadístico de España y Portugal dedicado al Rey Nuestro Señor. Madrid. Cooperativa Litográfica. Santa Cruz de Tenerife. 1982.

Lobo, M. (1860): Derrotero de las Islas Canarias. Imprenta Revista Médica. Cádiz.

Madoz, P. (1845-50): Diccionario Geográfico – Estadístico – Histórico de España y sus posesiones de ultramar. Ambito/Editorial Interinsular Canaria. Valladolid.

Manrique y Saavedra, D.A.M. (1873): Elementos de Geografía a Historia Natural de las Islas Canarias. Tipografía de Antonio López Ramírez. Las Palmas de Gran Canaria.

Olive, P. de. (1865): Diccionario Estadístico – Administrativo de las Islas Canarias. Establecimiento Tipográfico. Barcelona.

Stone, O. M. (1887): Tenerife and its six satellites. Or The Canary Islands past and present. Vol.I Tenerife – Gomera – Hierro - La Palma. Marcus Ward & Co. , Limited. London.

Valverde Álvarez, E. (1887): Guía del viajero en las Islas Canarias y de la ciudad de Santa Cruz de Tenerife y demás poblaciones importantes. Imprenta Fernando Cao y Domingo Vial. Madrid.

O projecto identitário açoriano à luz de uma representação bostoniana da comunidade emigrada

Teresa Cláudia Tavares

1. Problemas da constituição de uma identidade açoriana na segunda metade do século XIX.

1.1. *Uma soma de colectivos regionais reciprocamente hostis*

Como é recorrentemente afirmado, vários são os factores impeditivos em meados do século XIX da existência, nos açorianos, de uma forte identidade colectiva a nível de arquipélago: a diversidade dos falares locais, a fragmentação do território e, sobretudo, a existência de identidades de ilha, elas próprias forjadas a partir do exacerbar da diferença em relação às ilhas vizinhas. Um pouco à maneira de alguma opinião pública actual quando se trata das relações dos pequenos estados europeus – como Portugal – com a União Europeia, o pensar-se nessa altura alguém como *açoriano* mais do que como terceirense ou faialense poderia ser tomado como um apoucamento ameaçador da identidade da respectiva ilha de origem. Assim, projectos que necessitassem, para existir, de enfatizar mais as semelhanças do que as diferenças entre as ilhas e respectivos ilhéus contrariavam, objectivamen-

te, a existência de estereótipos regionais laboriosamente construídos, estruturantes das relações entre essas populações.

Recordemos que o poder dos estereótipos (regionais ou outros) não provém apenas da sua utilidade[1]. Os estereótipos têm no real os seus fundamentos, já que são, justamente, generalizações desse real. Não esqueçamos ainda que os estereótipos actuam como reprodutores da realidade que supostamente não fazem mais do que descrever[2]. Posto isto, facilmente perceberemos a incredulidade que pôde suscitar um projecto que visava congregar sob uma bandeira comum indivíduos habituados a pensar-se, com suficientes razões, como quase antagónicos.

1.2. *Classes dominantes mais ligadas à metrópole do que às classes dominantes de outras ilhas*

Poderemos objectar que a existência de identidades regionais de ilha, mesmo que assentes em estereótipos seculares, não teria o poder de cercear um projecto integrador dos micro-regionalismos, já que os

---

[1] A grande mais-valia dos estereótipos é facilitarem o entendimento da realidade, dispensando re-verificações. Suponhamos que o estereótipo ligado ao micaelense apresenta **por exemplo** como arrogante, ou como bisonho: esse saber-comum poupa trabalho - exclui do conjunto de perguntas a fazer questões sobre a identidade desses ilhéus.

[2] Trata-se, basicamente, de um caso de criação de expectativas. Regressando ao exemplo da nota anterior, o estereótipo do micaelense basear-se-ia, muito provavelmente, nalguns traços efectivamente presentes em parte dos naturais da ilha, logo pressupostos à totalidade da população. Num primeiro momento, é a parcela de verdade contida no estereótipo que leva à crença nele.

No momento da sua aceitação generalizada, o estereótipo provoca comportamentos conformes com o que afirma: o micaelense, ainda que se não reconheça totalmente na imagem estereotipada que dele se faz, tende a dar ênfase às ocasiões em que exibiu os traços caracteriológicos coincidentes com o estereótipo (bisonhice, arrogância) e a subvalorizar as ocasiões em que demonstrou possuir os traços caracteriológicos que infirmariam o estereótipo. Quanto aos não-micaelenses, realizam igualmente, em relação aos micaelenses, as operações de sobre e sub valorização atrás descritas. Para além disto, o conhecimento do estereótipo provoca-lhes ainda uma maior complacência em relação aos comportamentos concordantes com o estereótipo que o micaelense exiba e por aí promovem a aparição desses mesmos comportamentos. Evidentemente, passadas algumas gerações há um número progressivamente crescente de micaelenses a exibirem comportamentos de acordo com o estereótipo e, por aí, a contribuirem para a validação do mesmo, que cada vez é mais acreditado e provoca mais comportamentos concordantes, num efeito espiralar potencialmente infinito.

estereótipos são sobretudo influentes nas classes dominadas, aquelas que, por definição – hoje ainda, e muito mais nessa segunda metade do século XIX – são excluídas do poder político. Nesta perspectiva, não havia razão alguma para os indivíduos das classes dominantes das diferentes ilhas, além disso frequentemente ligados entre si por laços de parentesco, não terem assumido, ainda mais cedo, um processo identitário a nível de arquipélago. Isso seria esquecer, no entanto, que as classes dominantes – nobreza, clero, alta burguesia – tinham, comparativamente, menos laços a uni-las aos seus homólogos de outras ilhas do que aos seus congéneres da metrópole: a nobreza de uma dada ilha integra-se numa rede de clãs/famílias que transcende o espaço açoriano e responde aos seus representantes de Lisboa; o clero integra-se numa estrutura hierárquica também mais abrangente que as ilhas cujos superiores portugueses estão em Lisboa; finalmente, a alta burguesia está ligada à Inglaterra – embora tenha também os seus contactos em Lisboa. Mesmo quando, já para finais do século, os laços partidários ganham expressão entre a pequena burguesia, o que comanda a actividade política é a filiação numa corrente de pensamento ditada por Lisboa. As classes dominantes não são, portanto, solidárias entre si.

1.3. *Ausência de uma ameaça comum que conduza à unidade*

A emergência do movimento autonomista de finais de século parece desmentir esta falta de solidariedade. No entanto, como nos recorda Leal, este movimento "tem sido visto como a expressão do descontentamento de certos sectores da burguesia micaelense perante uma conjuntura de crise ligada ao fim de um ciclo económico de prosperidade centrada na laranja e na baleia. A procura de soluções alternativas – baseadas na criação de novas indústrias locais como o álcool e o tabaco – e a reivindicação da diminuição da carga fiscal encontraram entretanto resistência por parte do poder central. Será essa resistência que irá despoletar o desenvolvimento do movimento (...)" (Leal, 1997: 196).

A necessidade de uma identidade comum estabelece-se, como vemos, a partir de uma conjuntura partilhada por uma fracção da classe dominante insular – a crise económica – a que foi dada uma resposta também partilhável – a recusa metropolitana de ajudar à sua resolução. Mas esta situação de partilha é, sublinhemo-lo, **pontual**, e nunca foi igualmente sentida em todas as ilhas.

1.4. *Facilidades para a saída dos insatisfeitos com a situação*

Outra situação económica quase comum – falamos obviamente do depauperamento económico que afecta os ilhéus das classes dominadas – também desencadeia uma resposta globalmente unitária, mas que toma uma forma politicamente inexpressiva; estes ilhéus expressam a sua insatisfação emigrando. A dimensão política da emigração será sempre necessariamente diferida em relação ao movimento social: é o progressivo estreitamento de contactos com os Estados Unidos consequente à fixação na costa estado-unidense da comunidade açoriana que origina e justifica o aparecimento, no campo político, da defesa da solução da tutela americana – e note-se que, nesta perspectiva, podemos dizer que esta solução expressa sobretudo o radicalismo das classes dominadas, enquanto a fracção autonomista que se lhe opõe reflecte maioritariamente os interesses da média e alta burguesia. No entanto, neste caso, é a pertença dos ilhéus a essas classes dominadas que os torna, como vimos, mais dependentes dos estereótipos que enfatizam a diferença inter-ilhas, que lhes vai impedir o reconhecerem-se como açorianos vítimas de uma mesma crise.

1.5. *Debilidades na rede de comunicações inter-ilhas*

Segundo o capitão Morel, autor de *Les îles Açores au point de vue de la marine marchande* (1863), os Açores sofreram uma profunda transformação entre 1858 e 1863. Nesse período, estabeleceu-se uma carreira mensal de barco a vapor "da metrópole para o Faial, es-

calando S. Miguel, Terceira, Graciosa e S. Jorge." (Morel *apud* Leite, 1991: 50). Os contactos proporcionados pelas novas facilidades de comunicação inter-ilhas terão possibilitado a emergência, ou o reforço, numa minoria de açorianos, de um sentimento de pertença a uma colectividade, a açoriana, que transcendia a sua ilha de origem. Estes contactos, são, todavia, à época, ainda frouxos: nem todas as ilhas são visitadas pelo vapor, a carreira é mensal, a viagem dispendiosa e os laços económicos entre as ilhas são de tal modo ténues que só alguns ilhéus necessitam viajar inter-ilhas.

Não esqueçamos também que os cabos telegráficos instalados no final de século[3] não favorecem especialmente este tipo de comunicação: o primeiro cabo telegráfico contemplando os Açores, o cabo da *Europe and Azores Telegraph Company* inaugurado a 27 de Agosto de 1893, ligava Cascais apenas a São Miguel e ao Faial; e o contrato de 1899 entre o governo português e a mesma *Europe and Azores Telegraph Company* estabelece duas linhas de cabo, a canadiana Canso - Açores (explorada pela *Comercial Cable*) e a norte-americana Açores - Nova Iorque (explorada pela *Deutsch Atlantishe Telegraphen Gesellshaft*) (Varão, 1998), favorecendo portanto mais a comunicação internacional do que a interna.

2. O *Açoreano* de Boston, ou o *Açoreano* de Osborne

2.1. *Motivos de um panegírico*

A 21 de Agosto de 1901, William Fredric Osborne, jornalista bostoniano, escreve num dos jornais da cidade uma extensa reportagem sobre a comunidade portuguesa local. Ser português em Boston, informa-nos o articulista logo nas primeiras linhas, significa ser açoriano. O trabalho de Osborne não parece inocente de desígnios políti-

[3] O primeiro cabo submarino intercontinental (estabelecido entre a Inglaterra e os Estados Unidos em 1858) não passava pelos Açores.

cos – a reportagem é contrastiva, sendo as comunidades judaica e italiana as mais atacadas face à descrição extremamente elogiosa, em termos de valores de época, da comunidade açoriana.

Cerca de dois anos após a sua publicação original no *Boston Evening Transcript*, o jornal *Açores-América* (Cambridge, Massachussets), transcreve-o na íntegra, e só o facto de ser simplesmente transcrito, isto é, não traduzido, revela o grau de aculturação dos leitores desse jornalzinho para emigrantes. O título e subtítulos do artigo são *Boston's Portuguese. A Creditable Element of our Population. Race Characteristics of These Azoreans Studied with Discrimination – A Hardy, Gentle, Thrifty and Homo*(sic) *-Loving People – Contrast with Italians – No "Little Portugal"*, o que, literalmente traduzido, seria algo como: "Portugueses de Boston. Um elemento válido da nossa população. Características raciais destes açorianos – um povo trabalhador, delicado, poupado e caseiro[4] – estudadas pormenorizadamente. Contraste com os italianos – Nada de guetos".

A grande preocupação do jornalista é tratar os açorianos como um todo que defende os valores da classe média. Ocorrendo esta tomada de posição numa altura em que vários açorianos defendem uma autonomia tutelada pelos Estados Unidos, difícil será acreditar em coincidências e não ver neste artigo uma peça de preparação da opinião pública americana no sentido de a levar a encarar com bons olhos esta alternativa política. Assim, o açoriano é apresentado como "o bom pobre" que só emigrou porque não tinha alternativa face a senhorios rapaces e um governo ferozmente autoritário, que obriga todos os mancebos à prestação de um degradante serviço militar a que só conseguem escapar (e mesmo assim só parcialmente) caso paguem taxas elevadíssimas. Com uma cajadada matando dois coelhos, assim se diaboliza o regime contra o qual a América se deverá hostilizar e, ao

[4] O adjectivo "homo-loving" que se encontra na transcrição efectuada no Açores-América parece-nos obviamente uma gralha tipográfica de "home-loving" que, para além de ter o significado que lhe atribuímos, poderá também evocar a saudade da ilha natal. Ambas as acepções estão de acordo com o teor do artigo.

mesmo tempo, se santificam aqueles por quem a América se deverá mobilizar: os oprimidos açorianos, agora entre os leitores do *Boston Evening Transcript*.

2.2. *A comunidade como um todo homogéneo*

O artigo começa com uma descrição aparentemente impessoal da comunidade açoriana: número de efectivos, locais e datas de fixação, perfil económico dos emigrantes recém-chegados, caracterização dos fluxos migratórios... No entanto, uma análise mais detalhada percebe subtis parcialidades a favor dos açorianos: por exemplo, falando do número de açorianos residentes no Estado, Osborne indica que serão pelo menos trinta mil, logo adiantando (para mostrar bem quanto a comunidade é respeitável e merece ser tomada a sério pelo poder político) que o número inclui uma "não-insignificante" percentagem de votantes.

Outras referências quase obsessivas são feitas aos "pé de meia" das famílias açorianas e ao seu estilo de vida patriarcal. Sempre apresentados em contraste com italianos e judeus, são invariavelmente apresentados como muitíssimo mais integrados e integráveis na sociedade bostoniana[5]. Na generalidade, ao povo açoriano é atribuído – e são características de raça, diz o autor, invariáveis, portanto - muito mais auto-controle, espírito de poupança, dignidade e placidez do que se poderá encontrar em qualquer outra comunidade de estrangeiros residentes em Boston[6]. Note-se que dignidade, auto-controle etc. são exactamente as características que serviriam à auto-identificação do puritanismo da Nova Inglaterra; o artigo apela, portanto, a uma identificação do próprio leitor americano com esses ilhéus de que mal ouviu falar.

---

[5] As mulheres açorianas, por exemplo, apenas se distinguirão das americanas pela cor da tez, enquanto as italianas mantêm os trajes do Arno ou dos Apeninos.

[6] O autor explica que os portugueses não gesticulam como os italianos ou os franceses nem aceitam qualquer tipo de emprego (e aqui o grupo visado são os judeus).

O contraste dos açorianos com os judeus tem por função mostar outras "boas facetas" açorianas. Os judeus, além de partilharem com os italianos o traço indesejável de se concentrarem em áreas restritas e fechadas ao americano médio, têm ocupações e estilos de vida tipicamente citadinos – o comércio, a corretagem... – e portanto pouco idealizáveis. Em contraste, os açorianos são mostrados como os últimos representantes de um modo de vida ancestral, mais simples e puro, em contacto com os elementos naturais: o oceano para os pescadores, os campos para os lavradores. É significativo que o pároco da comunidade açoriana de Boston, considerado por Osborne um dos líderes dessa comunidade, seja descrito como sendo marcado "pelas óptimas qualidades que uma pessoa gosta de associar com os melhores tipos de **cura de aldeia**" (Osborne, Fev. 28 1903:11; negritos meus). Mesmo o facto de os açorianos serem supersticiosos – quase um crime numa sociedade em que a própria devoção pelos santos católicos é sinal de debilidade mental e idolatria – é desculpado sob a capa de rusticidade e positivamente articulado com o patriotismo. Finalmente, explica-se a razão pela qual os açorianos não podem regressar à sua ilha natal, eles que ao longo de todo o artigo foram definidos como apegados às raízes: mais uma vez, trata-se do serviço militar obrigatório de que acima se falou. Quem volta, é apanhado. Daqui a concluir que mesmo os americanos que estão contra a permanência de emigrantes nos Estados Unidos terão interesse em mudar o regime de governo dos Açores, é um passo que Osborne não chega a dar mas leva a concluir.

2.2. *A gestão da diferenciação interna face ao exterior*

Interessante neste artigo para os nossos propósitos é ver a forma como as rivalidades inter-ilhas são apresentadas. Segundo o autor, quando o pároco da comunidade açoriana quis construir a igreja, pensou que os grupos de naturais de diferentes ilhas rivalizariam entre si quanto à beleza de cada uma das janelas do edifício que ficavam por conta de cada um dos grupos. Essa rivalidade (diz-nos o texto deixando

supôr que todas as histórias similares têm desfechos semelhantes) funcionou a favor do bem comum.

Vemos assim que o facto de viverem num ambiente potencialmente ameaçador da perda de identidade (vide as mulheres que se vestem como as americanas) não inibiu pelos vistos a consciência da identidade de ilha; mas o facto de estarem rodeados de comunidades que se apresentam como frentes unidas ("Little Italy", guetos) e de terem de partilhar espaços comuns - como uma igreja – terá levado terceirenses, micaelenses e outros ilhéus a encontrarem também por sua vez alguma plataforma identitária colectiva. Disso nos parece testemunhar a própria existência de um periódico chamado ***Açores-América***, quando pela mesma altura abundavam nos Açores títulos mais particularizantes. Significativo também será ter este jornal transcrito todo o artigo de Osborne, elemento importante da construção de uma auto-identidade.

2.3 *Conclusões*

Textos como este integram-se no conjunto de enunciações performativas usadas para justificar a existência de nações ou regiões: a pretexto de dizerem o que existe, semelhantes descrições pretendem dar a ver e fazer crer, fazer ver o mundo social segundo as crenças do grupo social que possui o poder da produção dos discursos sobre esse mundo.

E voltamos ao princípio, isto é: à questão da criação dos estereótipos. Porque o que Osborne fez aqui foi criar, ou ajudar a criar, o estereótipo do *açoriano*. O *Açores-América*, transcrevendo-o, divulgou-o. Se os açorianos o tivessem reconhecido como seu, talvez hoje houvesse mais açorianos menos dominados pela questão de serem faialenses ou terceirenses.

Mas o *Açores-América* foi um jornal de fraca divulgação.
Felizmente? Ou infelizmente?

BIBLIOGRAFIA:

Gellner, Ernest, *Nações e nacionalismos*, Gradiva, Lisboa, 1993

Leal, João, "Açorianidade: literatura, política, etnografia (1880-1940)", *Etnográfica*, vol. I (2), 1997

Leite, João, *Estrangeiros nos Açores no século XIX – Antologia*, Signo, Ponta Delgada, 1991

Osborne, William Frederic "Boston's Portuguese – A creditable element of our population" *Açores- América* , Cambridge, Massachussets, volume I, números: 1 (14 de Fevereiro de 1903) p. 5; 2 (28 de Fevereiro de 1903) p. 11; 3 (7 de Março de 1903) p. 19; 5 (14 de Março de 1903) p. 30;

Varão, Isabel "Os cabos submarinos e a expansão da telegrafia internacional no século XIX" *Códice*, 2, Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, 1998.

Espelhos distorcidos: viagem e poder

Ana da Silva

Com esta comunicação, pretendemos proceder a uma análise das representações dos Açores na obra sobre o arquipélago de um viajante estrangeiro do século XIX: o capitão Boid, oficial da Marinha Britânica que acompanhou D. Pedro IV aos Açores em 1832. Estas representações são fruto do que se poderá caracterizar em termos economicistas um olhar capitalista liberal ou industrial – portanto moderno no sentido sociológico do termo – sobre uma sociedade considerada por este viajante como arcaica e feudal.

Gostaríamos de evidenciar nesta análise que *A Description of the Azores or the Western Islands*, da autoria do capitão Boid, publicada em Londres em 1834, reflecte a ideologia britânica imperialista de expansionismo territorial e cultural no seu auge. Na esteira de Thomas Ashe que, na sua *History of the Azores or Western Islands*, preconizava a transferência da soberania de Portugal sobre os Açores para o Reino Unido, como forma do nosso país saldar a sua dívida externa, Boid evidencia o mesmo olhar predatório sobre os Açores, se bem que de forma mais moderada do que o seu compatriota o fizera cerca de vinte anos mais cedo.

Faremos finalmente uma aproximação com a obra de Alice Baker, publicada em Boston, no ano de 1882: *A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira* é o produto de uma situação contraditória. O de ser uma mulher emancipada e mulher protestante, educada na mesma ética puritana da qual, no entanto, ela é infractora. O que lhe agrada nos Açores é precisamente a permissividade que encontra aos códigos rígidos que Boid exemplifica.

O capitão Boid insiste, ao longo de toda a sua descrição dos Açores – e sublinhamos o termo descrição – naquilo que considera um paradoxo lastimável: a incomparável riqueza dos recursos naturais do arquipélago conjuga-se com a extrema miséria material e moral das suas populações. Assim, descreve em primeiro lugar as benesses com que a natureza dotou estas ilhas: um clima ameno, uma paisagem fascinante com uma vegetação luxuriante, características geológicas que garantem a excelente fertilidade e produtividade do solo, assim como uma grande variedade de águas minerais com qualidades medicinais...

A este retrato que nos pinta de um autêntico paraíso natural, muito rapidamente Boid contrapõe o mau aproveitamento feito pelo homem das suas inúmeras potencialidades. Com certeza que isto não deixa de lembrar ao leitor informado as descrições paradigmáticas feitas pelos colonialistas acerca dos países colonizados. A colonização justificar-se-ia justamente porque os naturais são considerados incapazes da correcta gestão dos recursos disponíveis. Essa incapacidade fundamenta uma percepção desses autóctones como seres inferiores, logo necessitados de guias.

Logo no primeiro capítulo do livro, falando dos Açores como uma das partes mais ricas e fascinantes do globo terrestre, Boid imagina como estes se transformariam numa das mais ricas colónias sob o efeito da civilização e da industrialização, subentendendo o que logo a seguir sublinha muito explicitamente, ou seja o carácter «semi-bárbaro» da sociedade insular: «But alas! All is rude and uncultivated, society

is in a state of semi-barbarism without education, industry, intelligence or taste» (p. 24).

Este livro reflecte a ideologia burguesa capitalista na medida em que esta, pelo menos na sua forma mais idealizada, assenta na possibilidade da mobilidade social, consequência do mérito individual que é, por sua vez, garantido pelo acesso a uma educação bem sucedida. Não é portanto de estranhar que, na imagem negativa do carácter e do temperamento açorianos que traça, Boid sublinhe essencialmente a falta de educação e seu subsequente estado de total ignorância da população em geral: «in every class so deplorably ignorant and in a state of mental abasement that their existence is not many degrees elevated above that of unreasonable animals» (p. 48).

Desta ignorância decorre o seu carácter supersticioso, sujeito à influência que a religião exerce no seu comportamento: "They are superstitious and bigoted to the last degree and most humiliating subject to the priesthood and their crafts". Notemos a propósito a ambiguidade da palavra «crafts» que lembra o termo *witchcraft* e poderá significar não apenas astúcia e falsidade, mas também negócio ou ofício, operando assim uma dessacralização dos padres ao reduzir a sua missão ao nível de uma simples profissão.

A par de uma crítica à igreja, Boid faz a apologia do desmantelamento dos conventos - a que chega repetidas vezes a chamar de «bordéis» - e da sua conversão em espaços militares ou de utilidade pública, pois considera-os um obstáculo ao progresso e à transformação da mentalidade açoriana: «Happily (...) these sources of religious profanation and impurity are now no more, and the buildings, as well as the revenues and lands attached to them, are made over by Dom Pedro to the uses of the public treasury» (p.119). Como é evidente, a Igreja que Boid toleraria e o clero que não seria ameaçador para o Estado mercantil a que ele adere, seria a Igreja do Estado como acontece em Inglaterra e um clero que conseguiria dos seus súbditos apenas uma adesão racional.

Boid faz prova de grande coerência com uma demonstração

daquilo a que Weber chamou «a ética protestante do capitalismo». A dimensão puritana da sua crítica manifesta-se na sua condenação do que considera serem os vícios dos açorianos, tais como o fumar e o jogar às cartas, e significativamente os desperdícios mundanos de energia laboral, tais como a música e a dança. Esta obsessão com a falta ao cumprimento dos deveres destes corpos, que deveriam viver apenas para produzir, manifesta-se também na repulsa física por esses mesmos corpos que são o contrário de máquinas bem comportadas. Com efeito, o que Boid enfatiza nos Açorianos é a relação despreocupada que estes têm com a manutenção da sua sobrevivência, já que nem comem, nem se lavam «decentemente». Esta falta de higiene é-lhe intolerável: «They are intolerably dirty; full of vermin, and, in consequence, subject to cutaneous eruptions, particularly itch» (p. 50).

A indolência censurada aos Açorianos no controle dos seus corpos reflecte-se segundo ele na falta de controle das paixões. Deixam-se conduzir não pelo interesse, mas pelo impulso do momento: preguiça ou excitação infantil. Nem a classe média, que tudo salvaria, pode salvar os Açorianos: «The middle classes, such as tradespeople and mercantile characters, (...) have not the strictest regard to honesty or honor in the pursuit of business, and are particularly addicted to gambling» (p. 53)

Esta descrição minuciosa e abrangente do que considera como todos os males açorianos, para além de revelar por vezes uma grande parcialidade e subjectividade que se verifica nitidamente quanto à avaliação negativa que faz até da própria língua (p. 48 e p. 115), é já reveladora da intenção de Boid, ou seja levar-nos a aceitar como pertinentes o que ele entende serem as causas desta situação catastrófica, para finalmente também aceitarmos a solução que para estes males e suas causas ele propõe: uma reforma do sistema político que favorecerá os interesses imperialistas britânicos. Eis porque o texto é pontuado pela recorrência de uma pergunta retórica que assume diversas variantes do princípio ao fim do livro: «Unhappy Lusitania! When will you rouse from the sleep of ages, and profit by the lavish bounties of

a beneficent Providence!» (p. 198); «When will the Portuguese emerge from the apathy and semi-barbarism in which they have existed for so many centuries?» (p. 144). Sublinha-se que aqui os Açorianos são reenviados para uma condição mais abrangente, a de Portugueses (não por acaso os rivais, ainda que preteridos, de Boid e seus congéneres nas relações comerciais transeuropeias).

Para Boid, as causas deste «semi-barbarismo» são o autoritarismo e despotismo da Igreja, do Estado e da Aristocracia. Critica em particular a existência de morgadios e a supremacia dos morgados que não permitem a aquisição da terra, nem a acumulação de capital, nem o espírito de iniciativa, e são responsáveis pela emigração camponesa para o Brasil: «The owners of these large estates (...) recourse to leasing it out in small grants to ignorant farmers on whom they exercise the most grinding tyranny and exaction, and such is the impolitic system of short leases, that the poor farmer is discouraged from doing that benefit to the ground he otherwise might» (pp. 27-28). O facto deste livro ter sido publicado em 1834, quando as leis portuguesas ensaiam, ainda que de forma frouxa, a reforma que propõe, com a primeira fase de extinção dos morgadios, em 1832, mostra como Boid só aparentemente se queria informar do que acontecia em Portugal. Interessa-lhe particularmente criticar estas leis já que elas afectam a possibilidade de especuladores britânicos se implantarem nestas ilhas e nelas prosperarem graças ao comércio. Preconiza a transformação da propriedade agrícola em empresa orientada por princípios individualistas e critérios de lucro.

Em nome do progresso, Boid contesta a legitimidade do absolutismo e preconiza uma sociedade política e economicamente livre, baseada no modelo da monarquia constitucional britânica: «I will venture to affirm with the greatest confidence, that, under the wise administration of English laws, and in the possession of the English Governement, a very few years would suffice to convert these now deplorably neglected islands into a species of terrestrial paradise, and a populous scene of affluence, strength, and prosperity» (p. 85). Atra-

vés de uma comparação com a obra que o seu país conseguiu realizar nas suas colónias da Nova Inglaterra (p. 86), preconiza a construção de portos, docas e canais, de estradas e outras vias de comunicação terrestres; sugere a utilização de navios a vapor, a mecanização da agricultura e outros meios de atingir o desenvolvimento económico.

Pelo que foi acima exposto, facilmente se conclui que grande parte do texto boidiano não segue pois o modo de organização do discurso descritivo, como o faria supor o título do livro, mas sim o modo de organização do discurso argumentativo, que assume a seguinte estrutura: observação e crítica de um estado de coisas indesejável (o que os Açores são), proposta de uma reforma e antevisão de um estado de coisas desejável (o que os Açores poderão vir a ser). A fim de consolidar a sua argumentação, Boid recorre frequentemente a técnicas narrativas tais como a de transmitir a sua ideologia através da boca de personagens criadas especificamente para esse efeito. Assim, uma criança inglesa de oito anos residente em S. Miguel afirma: "Oh, Sir, it was papa who did all this; the Portuguese are too idle; they only sleep, smoke cigars, and play cards." (p. 125). Ainda mais significativas são as afirmações que Boid atribui a Portugueses: «If, Signor, your countrymen had this island, it would soon become one entire garden.» (p. 163); «My first impressions (...) were unfavourable; for the streets are infamously paved, and, like the inhabitants, excessively filthy (...) in proof of their personal neglect, I cannot forbear mentioning that, walking one day with a Portuguese resident (...), he observed: «You must take care how you come in contact with the inhabitants of this island!» (p. 214).

É este aspecto argumentativo do texto de Boid que precisamente não caracteriza o texto de Alice Baker. *A Summer in the Azores with a Glimspe of Madeira* confunde-se com o modo de organização do discurso descritivo e narrativo. O que caracteriza estes dois viajantes são duas experiências do estrangeiro totalmente opostas das quais resultam duas aproximações do Outro totalmente contraditórias: Boid tudo considera em função do seu estatuto de oficial inglês e da sua

ideologia imperialista, enquanto Baker, na qualidade de repórter, empreende uma viagem turística e procede a uma abordagem poética da realidade visitada.

Apesar de Baker visitar os Açores cinquenta anos depois de Boid, e de estes terem já uma administração mais liberal e depois de terem sido definitivamente abolidos os morgadios, Baker atesta ainda e também o que considera o atraso civilizacional dos Açores, fazendo constantes paralelismos entre a realidade que observa e descreve e a realidade pintada por Homero e Virgílio: "What farming was in the time of David and the prophets, of Homer and of Virgil, that it is to-day in the Western Islands. The yoke, the cart, the plough, the harrow, the threshing-floor, the threshing and the winnowing, are precisely like those described in the Old Testament, the Odyssey, and more minutely in the Georgies. The grain is cut with a sickle, and the sheaves bound by men, women, and children, as in the days of Ruth and Boaz» (pp. 54-55)

Todavia, Baker não se preocupa, como Boid, com este estado de coisas. Antes pelo contrário, é ele mesmo o objecto do seu interesse e da sua admiração pelos Açores, pois o que esta mulher moderna e «civilizada» procura é precisamente o *dépaysement* num mundo primitivo, sem máquinas: «Wandering from house to house in the valley of the furnas, we easily forget we are living in the middle of the nineteenth century, so primitive are the occupations of the people.» (p. 110). O que a encanta nos Açores, para além da paisagem, é a simplicidade do modo de vida do povo açoriano e o pitoresco da vida pastoril primitiva: «One accustomed to our time and labor saving machinery, looks with wonder and interest upon the simple industrial methods of the Azores.» (p. 54). Da simplicidade açoriana, chega mesmo a tirar lições de moral que contradizem o carácter supérfluo das aspirações dos seus compatriotas de Nova Inglaterra: «Their patient toil and their simple lives are full of lessons for us. They show us how circumscribed is the limit of the actual necessities of life, and our own extravagance and wastefulness as individuals and as a nation.» (p. 111).

E os modos de vida açorianos são frequentemente elogiados em contraste com os americanos: «I am sure, that, under the same circumstances, a crowd of our countrymen and women of the same rank in society would have exhibited rudeness and low-breeding. (...) The simplicity of the subjects, and the *naïveté* of the expression, were a striking contrast to our conventionalism» (pp. 116-118).

É pois precisamente o «semi-barbarismo», segundo a expressão do capitão Boid, que faz deste arquipélago, para Alice Baker, um espaço refúgio contra os aspectos negativos que ela identifica e crítica no mundo civilizado.

Os Açores na defesa do Império Luso-Brasileiro

– as incidências de meados do século XVIII *

Avelino de Freitas de Meneses

Introdução

No império ultramarino português, a estruturação do Brasil obriga a um colossal esforço de colonização, efectivamente sem par, quer nas exigências da ocupação das ilhas do Atlântico, do domínio da costa de África e da organização do estado da Índia, quer nas diligências coloniais das demais potências europeias, sobretudo de Espanha. De facto, as dificuldades da arroteia, a resistência dos indígenas e a cobiça dos estrangeiros demandam a transferência de muita gente para a América do Sul, que suscita perturbações demográficas no Reino, impeditivas do regular acréscimo da população. A comprová-lo, por um longo tempo de aproximadamente 250 anos, à escala do país, o conjunto dos habitantes não logra a duplicação, por razões normalmente imputáveis à procura ultramarina[1].

---

* Este texto corresponde a uma espécie de sumário da lição "Dos Açores aos confins do Brasil: as motivações da colonização açoriana de Santa Catarina em meados de Setecentos", apresentada a Provas de Agregação, na Universidade dos Açores, em Março de 1998. No n.º IV da 2.ª série da Revista *Arquipélago-história*, ainda no prelo, publicaremos a versão completa e devidamente anotada.

[1] Vitorino Magalhães Godinho, "L' Émigration Portugaise (XV-XX siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde", in *Revista de História Económica e Social*, 1, Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp. 8-9.

A prioridade da ocupação brasileira avulta em meados do século XVI, quando a crise das especiarias e a ameaça dos estrangeiros impulsionam a exploração do Atlântico, que beneficia do surto da produção sul-americana, então servido por uma espécie de programa de reorganização administrativa. Depois, no decurso das centúrias de seiscentos e de setecentos, acresce a premência da colonização do Brasil, movida pela necessidade da fixação, da defesa e do alargamento das fronteiras contra as incursões dos rivais holandeses, franceses e espanhóis, mas aumenta simultaneamente a tentação ultramarina, suscitada pelo incremento da economia, por exemplo a prosperidade da agricultura, o ímpeto da mineração e a correspondência intra-colonial.

A colonização do Ultramar decorre principalmente da participação das populações do Reino. Todavia, as ilhas do Atlântico, particularmente os arquipélagos da Madeira e dos Açores, que constituem experiências pioneiras no exercício de um governo português à distância, correspondem também a uma espécie de agências da ocupação do Império. Em referência aos Açores, após um curto período de ingresso de gente, avulta um longo tempo de saída de população, que ainda principia na 1.ª metade do século XVI e mais se intensifica a partir da era de seiscentos. De facto, encontramos açorianos em todas as sucessivas e prioritárias frentes da expansão colonial, desde o Norte de África, à Índia e ao Brasil. Até sensivelmente meados da centúria de quinhentos, os migrantes são sobretudo agentes da guerra e da religião, que desempenham missões particulares, no intuito da obtenção de diverso reconhecimento superior. Depois, precisamente por força da demanda brasileira, altera-se muito, tanto em número como em carácter, o fluxo migratório. Com efeito, ocorre então a debandada de famílias de estirpe popular, motivadas por estímulos internos e externos. Internamente, a enunciação das causas alude à difusão da miséria, ao excesso dos povos e à inclemência das calamidades sismo-vulcânicas, que originam a utopia da prosperidade colonial. Aliás, a saída de muitos colonos das ilhas do grupo central, menos aptas à produção de cereais, mais densamente povoadas e ainda muito sujeitas

ao excídio de sismos e vulcões, certifica as razões da diáspora. Externamente, a análise das conjunturas evidencia quase sempre a premência da ocupação do Brasil, porque a insuficiência do direito histórico exige a confirmação da soberania portuguesa, só passível de realização pela extensão do povoamento. Porém, no confronto entre estímulos insulares e ultramarinos, sobressai sempre a prevalência das necessidades do Brasil sobre as conveniências dos Açores. Na verdade, perante a falta e o custo dos transportes, a deslocação de casais açorianos para o Atlântico Sul obriga à organização de levas, dependente da iniciativa e do investimento régios, só concretizáveis pela prioridade do alargamento brasileiro.

As condições do edital joanino de 1746

Por meados do século XVIII, o edital joanino de 31 de Agosto de 1746 gera, porventura, a maior transferência de açorianos para o Brasil, concretamente para a ilha de Santa Catarina. De facto, de Outubro de 1747 a Novembro de 1753, a saída de cerca de 6000 pessoas constitui em simultâneo um marco relevante da diáspora açoriana e um meio indispensável de estruturação dos estados brasileiros do sul. Neste caso, a análise das condições releva bem a harmonização entre os clamores açóricos, resultantes das adversidades do quotidiano, e a conjuntura colonial, decorrente do plano de ocupação do Brasil meridional, então corporizado pelo brigadeiro José Silva Paes, tendente à concretização do intento monárquico de união do Rio de Janeiro ao Rio da Prata. Porém, na execução do empreendimento, os pretextos insulares, designadamente o flagelo da pobreza, a influência da demografia e a acção das calamidades, ficam de novo aquém da influência dos fundamentos coloniais, por exemplo as vantagens económicas da arroteia, mas sobretudo a preponderância dos objectivos político-militares. Aliás, são decerto as prioridades coloniais que incitam o rei ao exercício da persuasão e à outorga de privilégios, no intuito do alistamento de grande número de voluntários.

Os pretextos insulares

– *a pobreza*

Na averiguação das causas da saída de açorianos para a ilha de Santa Catarina, a tradição destaca o estímulo da penúria dos Açores, que gera a utopia da riqueza do Brasil. Esta convicção radica muito naturalmente na identificação dos processos de colonização/emigração com intentos individuais e comunitários de melhoria das condições materiais de sobrevivência. No arquipélago, na década de 1740, ocorrem algumas contrariedades climáticas, que originam o decréscimo da produção de cereais. Com efeito, os maus anos agrícolas sucedem logo em 1740-41, mas o principal agravamento acontece entre 1744 e 1748 [2]. A crise, que atinge S. Miguel e a Terceira, lavra sobretudo nas ilhas mais periféricas do grupo central, onde se reconhece a partida de muita gente. No entanto, todas estas quebras produtivas possuem equivalência em conjunturas do passado, que não ocasionam a debandada dos povos. Ademais, ficam inclusivamente muito aquém da carência frumentária de 1756-58, que provoca a fome e a revolta dos povos, também sem o correspondente recurso ao expediente migratório.

A documentação, sobretudo a camarária, desenvolve uma argumentação miserabilista, que destaca a influência da falta de víveres e da concomitante difusão da miséria na busca de soluções de vida no Ultramar. Todavia, o discurso oficial corresponde a um estratagema muito comum, tendente à necessidade da obtenção de propósitos bem contraditórios, nomeadamente o sossego dos povos, através da reserva dos cereais indispensáveis à garantia do abastecimento público, e o proveito dos poderosos, por intermédio do acréscimo dos preços e das margens de lucro.

---

[2] Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhdas de Setecentos (1740-1770)*, II. *Economia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, pp. 40-42 e 49-51.

Nos Açores de meados de setecentos, reconhecemos indícios de miséria, mas em tudo condizentes com os padrões de vida próprios das sociedades de Antigo Regime. Assim, a paupérie constitui decerto um pretexto da busca de novas paragens, mas muito dependente da força das conjunturas. Deste modo, em 1746, a premência da consolidação do domínio português em partes da América descobre apenas nas adversidades insulares uma possibilidade de organização de uma corrente migratória, que em vez de resolver um constrangimento açoriano acode antes a uma carência do Brasil, em consonância com a hierarquia de prioridades da realeza.

– *o sobrepovoamento*

Nos Açores, a quantificação das gentes ressente-se da falta de estatísticas oficiais até à criação da Capitania Geral dos Açores em 1766. Assim, avulta inclusivamente a dificuldade de ponderar sobre a abundância ou a escassez de população, porque as sociedades de Antigo Regime assentam em equilíbrios muito precários, que obrigam à permanente harmonização do número de habitantes com as reservas alimentares das localidades. Desta forma, em tempos de fartura, ressalta a impressão da adequação ou eventualmente da falta de braços. Porém, em épocas de penúria, releva o síndrome do sobrepovoamento, que aconselha ao expediente migratório.

Entre os séculos XV e XVIII, ocorre o acréscimo da população açoriana, que evidencia maior intensidade na 1ª metade de setecentos. Além disso, avulta a concentração demográfica do centro do arquipélago, onde registamos a maior parte das gentes, na ordem de 56% do total em 1747, as mais elevadas densidades populacionais, mormente na Graciosa e no Faial, e ainda o maior índice de urbanização, pertença da cidade de Angra na ilha Terceira[3]. Este quadro demo-

---

[3] Avelino de Freitas de Meneses, *Gentes dos Açores: o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997 (policopiado), pp. 8-55.

gráfico condiz, por sinal, com a cronologia e com a geografia da partida de casais para o sul do Brasil. De facto, a saída de famílias para a ilha de Santa Catarina principia no Outono de 1747, quando verificamos a maior taxa de multiplicação dos povos. Do mesmo modo, a maioria dos alistamentos e, por conseguinte, das deslocações acontecem no grupo central, mais atreito às crises de subsistência e às adversidades da natureza, que motivam a deterioração das condições de sobrevivência, gerando o síndrome da profusão dos moradores.

A variante demográfica não constitui, entretanto, uma causa decisiva do transporte de açorianos para o Brasil meridional em meados do século XVIII. Aliás, duvidamos do sobrepovoamento insular propalado pela bibliografia, considerando o sentido dos indícios coevos, que até aludem à falta de gente. Com efeito, logo no princípio da década de 1750, após a realização dos primeiros embarques, anotamos a escassez de candidatos, que obriga à troca do alistamento voluntário de casais pelo recrutamento compulsivo de marginais. Depois, em 1758, a lei dos passaportes, que proíbe as deslocações sem justa causa, equivale curiosamente a uma prevenção contra a rarefacção dos homens. Por último, em 1766, os textos constitutivos da Capitania Geral dos Açores referem a necessidade do aumento da população, para garantir o desenvolvimento da economia.

Em suma, o excesso de população, ou mais provavelmente a impressão de semelhante fenómeno, constitui outro pretexto da procura do Ultramar, que também aguarda pela acção dos estímulos, tanto os internos, por exemplo a generalização da penúria, como os externos, sobretudo os imperativos da colonização ultramarina.

– *as calamidades*

As calamidades naturais, nomeadamente os eventos sismo-vulcânicos, constituem um factor tradicional das migrações de origem açoriana. Porém, o vulcanismo e a sismicidade não influem no transporte de casais dos Açores para a ilha de Santa Catarina, por meados

do século XVIII. De facto, entre 1746 e 1756, não registamos fenómenos sismo-vulcânicos de relevo, à excepção de uma réplica marítima do terramoto de Lisboa de 1755, que sucede já depois da transferência das famílias para o Brasil meridional. Curiosamente, pouco mais tarde, em 1757, ocorre o maior tremor de terra da história do arquipélago. A tragédia atinge sobretudo a ilha de S. Jorge, designadamente os concelhos de Calheta e Topo, onde provoca cerca de 1000 mortes, mas repercute-se também nas ilhas vizinhas, por exemplo no Pico, no Faial e na Terceira, onde origina derrocadas e algumas vítimas [4]. Apesar da coincidência do desastre com a manifestação de uma profunda crise frumentária, não encontramos indícios da busca do expediente migratório, no intento de minorar os efeitos da adversidade.

As manifestações sismo-vulcânicas constituem um pretexto da deslocação de muitas famílias açorianas para o Ultramar, quer para o Brasil no decurso da Modernidade, muitas vezes na sequência de iniciativa régia, quer para a América do Norte já no decorrer da Contemporaneidade, por via da compaixão e do interesse dos estrangeiros. Contudo, em vez de condicionalismo constante das migrações insulares, o vulcanismo e a sismicidade equivalem antes a um estímulo episódico, dependente da cadência imprevisível da natureza.

Os estímulos coloniais

– *as vantagens da arroteia*

As vantagens económicas da arroteia influem tradicionalmente na deslocação de gentes para o Ultramar. Aliás, o edital de 1746 define a preferência por casais jovens e numerosos e incentiva o trans-

---

[4] Avelino de Freitas de Meneses, "S. Jorge, 9 de Julho de 1757: a memória de um terramoto devastador", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.583-596.

porte de sementes e plantas, evidenciando aparentemente motivações idênticas às da colonização de outras partes do Brasil, que crescem por força da exploração do açúcar, do tabaco ou dos metais. Por isso, o Conselho Ultramarino até quase menospreza o investimento requerido pela organização das levas, considerando o breve acréscimo dos direitos reais, gerados pelo labor das novas comunidades.

Nas enseadas da ilha de Santa Catarina, escasseiam entretanto as oportunidades económicas susceptíveis da promoção do povoamento. Por isso, cremos na maior influência de outros estímulos.

– os objectivos político-militares

À data da negociação do tratado dos Limites, a ocupação dos confins do Brasil contra a ameaça dos espanhóis constitui o principal objectivo da colonização açoriana em território catarinense, então convertida em factor de maior segurança, que depois propicia o desenvolvimento. Neste contexto, os açorianos são os agentes de uma estratégia da monarquia portuguesa na América do Sul, definida na 2ª metade do século XVII, na sequência da Restauração, que possui por objectivo a expansão até ao rio da Prata, considerado a fronteira mais natural, e por corolário a construção da Colónia do Sacramento em 1680; movida pela riqueza da pecuária, pela crise do açucar, pela miragem do ouro e sobretudo pelo intento do estabelecimento de correspondência com o império espanhol, em virtude da "febre" da prata. Assim, no termo do decénio de 1740, ainda no processo de estruturação do Brasil sulista, agora protagonizado pelo brigadeiro Silva Paes, avulta a necessidade da ocupação e da defesa da ilha de Santa Catarina, estrategicamente situada entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, os dois principais centros sul-americanos de influência ibérica. De facto, pela combinação do posicionamento geográfico com a excelência do ancoradouro, Santa Catarina corresponde à principal atalaia portuguesa na costa meridional brasileira, logo indispensável à concretização do projecto português de extensão territorial. Com efeito, desde tempos

muito antigos, a ilha equivale a uma importante escala, insistentemente demandada por comerciantes, piratas e estudiosos, que aí procedem à reparação de avarias, ao reabastecimento de víveres e à compilação de informações. Aliás, diversos testemunhos certificam a utilidade catarinense na extensão do domínio português para sul. No ano de 1714, no decurso de uma missão política em solo de Santa Catarina, Gonçalo de Aguiar destaca a relevância para o socorro da praça do Sacramento[5]. Mais tarde e com maior propriedade, firmado no parecer do próprio brigadeiro Silva Paes, o vice-rei da Baía André de Mello e Castro enaltece também as vantagens estratégicas catarinenses, considerando que "... hoje nos he de tanta importancia que sem ella não podemos manter couza algua do que temos no Ryo da Prata, e principalmente o Ryo Grande de Sam Pedro ..."[6].

A organização dos cabeças de casal açorianos em companhias de ordenanças constitui uma das principais provas da preponderância de objectivos político-militares na colonização catarinense. De facto, à partida dos Açores, os chefes de família integram destacamentos de 50 milicianos, comandados por uma hierarquia constituída por capitão, alferes e sargento, com semelhança na orgânica de guerra das localidades. Assim, à chegada ao Brasil, adquirem o estatuto duplamente vantajoso de colonos e de militares, propício à ocupação e à defesa dos sertões mais fecundos e vulneráveis.

– *a persuasão e os privilégios*

A persuasão e os privilégios também favorecem os propósitos geopolíticos da coroa, pois influem decerto na decisão de muitas famílias, que trocam as contrariedades insulares pelas expectativas bra-

---

[5] Oswaldo R. Cabral, "Os Açorianos. Contribuição ao estudo do povoamento e da evolução económica e social de Santa Catarina", in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, p. 511.

[6] Citado por Walter F. Piazza, *O Brigadeiro José da Silva Paes. Estruturador do Brasil Meridional*, Florianópolis, 1988, p. 124.

sileiras. Na verdade, a monarquia define uma prática de civilidade, que promove a animação das gentes. Nos Açores, o alistamento efectua-se na base do voluntariado puro, que admite as desistências. No Brasil, a fixação faz-se após a prévia definição das condições, que evita o constrangimento dos colonos. Todavia, a distribuição de terras, gado, alfaias e sementes contra a obrigatoriedade da cultura dos solos constitui o principal incentivo à deslocação de cultivadores, cansados de uma labuta desafortunada em propriedades alheias. Além disso, a doação de víveres e armas e até a concessão de ajudas de custo também demovem alguns dos receios da instalação. Com efeito, pelo período de um ano, a realeza procede ao fornecimento dos alimentos básicos, sobretudo a farinha e o peixe. Ao mesmo tempo, as autoridades fazem a entrega de armas de fogo, indispensáveis à garantia da sobrevivência, perante a adversidade da natureza e o perigo das incursões militares. Por acréscimo, a compensação monetária representa um incitamento à participação de jovens e de artífices, imprescindíveis no processo de estruturação e de desenvolvimento das novas comunidades. Finalmente, as isenções fiscais e militares completam o rol das regalias que atraem os povoadores aos portos meridionais brasileiros. A comprová-lo, as condições do edital de 1746 desobrigam do pagamento de impostos por 5 anos, com excepção dos dízimos, e dispensam da prestação de serviço nas tropas pagas, contra o dever de estabelecimento no prazo máximo de 2 anos.

Conclusão

No decurso da Modernidade, os açorianos participam na conquista, exploração e defesa do Norte de África e da Índia, mas ressalta sobretudo a sua dispersão pelo Novo Mundo, determinada pelo povoamento do Brasil. Porém, na frente sul-americana, impera a peculiaridade do transporte de casais dos Açores para a ilha de Santa Catarina, na sequência da publicação do edital de 31 de Agosto de 1746. Na determinação desta corrente migratória, reconhecemos o ajustamento

entre pretensões insulares e objectivos coloniais, designadamente a justaposição de requerimentos locais de transferência para terras brasileiras com a política régia de alargamento do domínio português a sul do Rio de Janeiro, então protagonizada pelo brigadeiro Silva Paes. No entanto, sobrepomos as causas de procedência sul-americana às motivações de origem açoriana. Assim, no nosso entendimento, avulta a necessidade de efectiva ocupação do Brasil meridional, por razões militares resultantes da ameaça espanhola, sobre as contrariedades ilhenses, designadamente a miséria, o sobrepovoamento e os cataclismos, susceptíveis de agravamento do impreterível sustento dos homens. Nestas circunstâncias, em lugar de solução de um problema dos Açores, a deslocação de famílias para o sertão catarinense significa sobretudo uma diligência de alívio de uma questão ultramarina, em nítida consonância com a hierarquia de prioridades da coroa.

As Ilhas Açorianas e o Brasil Meridional

Nereu do Valle Pereira

I – INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem como objectivo resgatar o contributo insular açoriano para a consolidação dos domínios territoriais portugueses na América do Sul, com destaque para a ocupação, povoamento ou colonização da, hoje, região Sul do Brasil, ou Brasil Meridional, isto é, além para o sul do Meridiano de Tordezilhas, e dando execução ao Tratado *Uti possidetis*, de 1640.

De outro lado, é também um resgate, visto que durante muitos anos, a partir das comemorações dos duzentos anos da chegada dos primeiros casais açorianos na Ilha de Santa Catarina dando início ao processo colonizatório, talvez como consequência de comparativos com outros colonizadores, o contributo açoriano fora considerado como "O Fracasso Açoriano". (Aliás como foi sobejamente repetido nos trabalhos do Primeiro Congresso de História Catarinense, em comemoração aos 200 anos da COLONIZAÇÃO AÇORIANA).

Afinal, existiu fracasso? O processo açoriano foi um povoamento, ou um ciclo colonizatório português? Ou foi ocupação e conquista?

As fontes referenciais foram tomadas no Arquivo Ultramarino de Lisboa, e obras publicadas em Santa Catarina, sobre o assunto.

O Congresso de 1948, realizado em Florianópolis, sob o título de Primeiro Congresso de História Catarinense, comemorou os 200 anos do início de todo o processo de "açoreanização" do Sul do Brasil. Esse Congresso determinou uma reviravolta nos estudos açorianos, para culminar, na actualidade, por um frutuoso intercâmbio de estudos entre Santa Catarina e os Açores, e que precisa ser aprofundado e consolidado.

No ano passado, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, promotor do Congresso retrocitado, realizou, em Setembro, um Simpósio, comemorativo do Cinquentenário daquele encontro, e também comemorou os 250 anos da chegada dos primeiros casais à Ilha de Santa Catarina, que teria ocorrido entre 6 de Janeiro e 11 de Fevereiro de 1748, com a chegada da Galera Jesus-Maria-José que os transportara desde Angra do Heroísmo, aos 22 de Outubro de 1747.

II – A EXPANSÃO DOS DOMÍNIOS DE PORTUGAL NA AMÉRICA DO SUL

Uma frequente indagação que se formula entre os estudiosos e pesquisadores da ocupação portuguesa no Brasil, diz respeito às razões que levaram aquela coroa a decidir sobre a remessa de expressivo contingente humano dos Açores para o sul do Brasil, entre 1748 e 1756, e isto sem serem considerados outros fluxos migratórios, também dos Açores, para diversas regiões brasileiras, e que precederam aquela, embora com pequenos contingentes humanos. Que papel estratégico tiveram as Ilhas do Atlântico, e do Arquipélago dos Açores, no século XVIII, dentro das conquistas territoriais portuguesas?

Na verdade, quando se compulsa arquivos e documentos, percebe-se que a Metrópole veio assumir efectivas preocupações com o sul do Brasil somente a partir de 1640, e, mesmo assim, em relação às áreas limitadas pelo tratado de Tordezilhas. É a partir de então que

três povoados são organizados em função dessa área: Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco (1648), Nossa Senhora do Desterro (1673) e Santo António dos Anjos da Laguna (1678), sendo esta fincada junto ao marco do Meridiano de Tordezilhas.

O Tratado do *Uti Possidetis* abriu outro caminho para as ambições de Portugal nas áreas que iriam desde Laguna até à Bacia do Prata. Como então definir-se os direitos portugueses nos territórios meridionais?

Vê-se que a Coroa Portuguesa ambicionava ir até às margens do Rio da Prata, pois foi lá, em 1679, que fundou a Colónia do Sacramento, como um anteparo para a assinatura, em 1687, do novo tratado do *Uti possidetis*.

Nesse momento são registadas presenças de açorianos não só na Colónia do Sacramento como entre as tropas que deveriam manter a segurança das áreas então ocupadas.

Tudo se resumia no desejo de, tendo assegurada a presença de nacionais, defender a aplicação do princípio do *Uti possidetis*. Com efeito, a Colónia do Sacramento ficava muito distante do principal ponto de apoio português no Atlântico, a Ilha de Santa Catarina. Disto resulta a estratégia de tornar a Ilha de Santa Catarina num bloqueio às ambições de Espanha. Era preciso Portugal ocupar, para garantir o domínio dos territórios que mediavam entre Laguna e Rio da Prata, ao Sul, e o Peperi a Oeste. E só gente pode isso realizar. E, ainda mais, produzir testemunhos para a assinatura de um tratado de limites dos domínios de Espanha e Portugal, na América do Sul.

Assim, como diz Piazza em "A Epopéia Açórico Madeirense", aliás, de maneira inequívoca, *«a melhor maneira de preparar as condições para o tratado de 1750, foi a fixação de casais açorianos e madeirenses no Brasil Meridional, preenchendo o vazio demográfico, realizando assim, a política do Uti possidetis, em benefício da coroa portuguesa»*.

Citando o Presidente da Província de Santa Catarina, em 1760, Manuel de Sousa Menezes, Piazza diz mais: *«não pode deixar dúvida*

de que a razão primordial que presidiu ao esforço do povôamento do sul do Brasil pelos casais açorianos, em emigração dirigida pelo Estado, foi uma questão de fixação da nacionalidade». Sem delongas sobre documentos e citações àcerca dos passos entre 1690 até 1747, quando embarcaram os primeiros casais emigrantes, de forma organizada e com programação emanada da Coroa Portuguesa, para a colonização do Brasil Meridional, saltemos, primeiro, para comentários sobre o EDITAL de 31 de Agosto de 1745 que foi afixado em todas as ilhas do Arquipélago dos Açores, e inclusive na Madeira, e, segundo, para a Provisão Régia de Dom João V, datada de 09 de Agosto de 1747, a qual estabelecia, agora com ricos e seguros detalhes programáticos, como se deveria *«transportar à Ilha de Santa Catarina, por onde parecesse conveniente começar a introdução dos casais para se estabelecerem, assim nela, como na terra firme de seu contorno».*

Nesses dois documentos, embora diplomaticamente o Rei Dom João V alegasse tratar de socorrer à população açoriana assolada pela miséria e os terramotos, os vulcões e outros males, infere-se a preocupação, atendendo diversas recomendações provindas de Santa Catarina, para que fosse levada gente, a fim de assegurar a ocupação e o fortalecimento das colónias e vilas, com destaque para o estabelecimanto das tropas que se faziam presentes na região.

O Edital de 1774 é curto, objectivo, mas, além de fazer referências às carências dos açorianos, estabelecia, com muito rigor, os critérios de selecção, entre os alistados, para que se levasse gente apta para o grande empreendimento, A COLONIZAÇÃO DO BRASIL MERIDIONAL.

O documento sustenta que os transferidos trariam, veja-se, *«ao Brasil um grande benefício em fornecer de cultores alguma parte dos vazios domínios do dito Estado».*

Ao final do Edital, admitia-se que fossem transportados estrangeiros, pois o empreendimento requeria grandes contingentes humanos, e todo o que se oferecesse seria bem vindo *«desde que nâo*

fossem vassalos de soberanos, que tenham domínio na América»; aliás clara alusão aos espanhóis confinantes.

Abaixo se transcreve o texto completo do referido Edital, encontrado no Arquivo Histórico da Ilha Terceira, Açores.

EDITAL DE RECRUTAMENTO DOS AÇORIANOS A MIGRAREM PARA SANTA CATARINA DE 1748/1756

Este Edital foi datado em 31 de Agosto de 1746

El Rey Nosso Senhor attendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhe tem pedido mande tirar dellas o numero de cazaes, que for servido, e transportallos a America, donde resultará às ditas ilhas grande alivio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos malles, que traz comsigo a indigencia, em que vivem, e ao Brasil um grande beneficio em fornecer de cultores alguma parte dos vastos dominios do dito Estado: foy servido por resolução de 31 de Agosto do prezente anno, posta em Consulta do seu Conselho Ultramarino de 8 do mesmo mez, fazer mercê aos cazaes das ditas Ilhas, que se quizerem hir estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte, e estabalecimento, mandando-os transportar à custa da sua Real Fazenda, não só por mar, mas tambem por terra até aos sitios, que se lhes destinarem para as suas habitações, não sendo os homens de mais de 40 annos de idade, e não sendo as mulheres de mais de 30. E logo que chegarem a desembarcar no Brasil, a cada mulher, que para elle for das ilhas de mais de 12 annos, e de menos de 25, cazada, ou solteira, de darão dois mil e quatro centos reis de ajuda de custo, e aos cazaes, que levarem filhos se lhes darão para ajuda de os vestirem mil reis por cada filho; E logo que chegarem aos sitios, que hão de habitar, se dará a cada cazal huma espingarda, duas enxadas, hum machado, huma enxó, hum martello, hum facão, duas facas, duas thesouras, duas verrumas, huma cerra com sua lima, e travadoira, dois alqueires de sementes, duas vacas, e huma egoa; e no primeiro anno se lhes dará a farinha, que se entende basta para o sustento, que são trez quartas de alquiere da terra por mez para cada pessoa, assim dos homens, como das mulheres; mas não às crianças, que não tiverem sete annos; e aos que tiverem até os 14 se lhes dará quarta e meia por cada mez. Os homens, que passarem por conta de Sua Magestade, ficarão izentos de o servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois annos nos sitios, que se lhes destinarem; aonde se dará a cada cazal hum quarto de legoa em quadra para principiar a sua cultura, sem que se lhe levem direitos, nem salario algum por esta sesmaria, e quando pelo tempo a diante tenhão familia, com que possam cultivar mais terra, a poderão pedir ao governador do districto, que lha concederá na forma das ordens, que tem nesta materia.

E aos cazaes naturaes das Ilhas, que quizerem hir deste Reyno, por se acharem nelle, se lhes farão as mesmas conveniencias, como tambem aos cazaes de Estrangeiros, que não forem Vassalos de Soberanos, que tenham dominios na America, a que possam passar-se; e aos que forem Artifices se lhes dará huma ajuda de custo, conforme os requezitos que tiverem.

Todos os que quizerem aproveitar da dita mercê nesta Corte vão alistar-se nas segundas, e quartas feiras de tarde na caza do Dezembargador Jozé da Costa Ribeiro, Executor do Conselho Ultramarino que mora na rua ... de S. Jozé de traz da Igreja da Anunciada.

Já a Provisão Régia de 1747 é muito mais completa em detalhes, informações e orientações. As instruções estabeleciam, inclusive, o número de 4.000 casais a serem transportados, desde que católicos romanos. Era uma exigência compreensível pois toda a organização e controlo social que deveria existir nas colónias e vilas povoadas, teria na Igreja, com seu Vigário e Paróquia, uma autoridade, seus registos e códigos de conduta moral, social e política. A Igreja centralizaria, para o católico povo açoriano, os padrões, não só de comportamento e das relações interpessoais e sociais, como também culturais.

Desenha o traçado urbano das vilas e lugares a serem fundados pelos casais (sessenta para cada nova comunidade). Institui formas de distribuição e fornecimento de dinheiro, alimentos, sementes, ferramentas, apetrechos para o trabalho, etc.. Como seria uma ocupação ordenada dos espaços físicos, arruamentos traçados e outras questões pertinentes, as pessoas transportadas deveriam ser jovens, produtivas, reprodutivas e especializadas em alguma profissão, sendo artífices. Mandava cuidar do culto católico, fixando o tamanho das igrejas e vilas com capacidade para sessenta casais.

Tudo estaria sendo previsto, não tanto para aliviar o arquipélago, aliás resultado consequente, mas sim para assegurar a ocupação e domínio do território escolhido, como se infere do texto seguinte: *«desde a ilha de Santa Catarina, como nas terras adjacentes desde o Rio São Francisco do Sul, até o Serro de São Miguel»* (este no hoje Rio Grande do Sul).

Fica então clara a missão confiada aos açorianos para cá transportados: Consolidar as posses portuguesas no Brasil Meridional (isto é, além Meridiano de Tordezilhas), aliás tarefa que esses bravos cumpriram à risca e com eficiência.

Deve-se, pois, rever alguns posicionamentos, que se lia algures em escritos de alguns anos atrás, inclusive no Primeiro Congresso de História Catarinense comemorativo dos 200 anos da Civilização Açoriana, onde se configurava essa como fracassada.

III – O HOMEM AÇORIANO COMO ELEMENTO CHAVE NO PROCESSO

Como dissemos, a ocupação do território, desde a Colónia do Sacramento até à Ilha de Santa Catarina, era a grande preocupação e cuidados da Coroa Portuguesa.

Essa preocupação está entendida inclusive pelas referências de abrirem listagens, procedidas desde 1729, de voluntários entre os habitantes dos Açores (o que era facilitado pelas adversidades locais) para novas oportunidades no "Novo Mundo", e, de outro lado, desenvolver a América e consolidar as conquistas lusitanas.

Entre 1729 e 1730, somente na Ilha do Pico, haviam-se alistado cerca de 260 casais num conjunto de 1432 pessoas desejosas de se transferirem para as Costas do Brasil e se localizarem em São Pedro do Rio Grande e Ilha de Santa Catarina. Teriam eles vindo? Não existem documentos que possam ajudar numa comprovação.

Com a instituição da Capitania de Santa Catarina, com sede na Ilha de Santa Catarina, Vila de Nossa Senhora do Desterro, e designado o Brigadeiro José da Silva Paes para seu Governador, as acções primeiras centraram-se no convencimento ao Conselho Ultramarino para concretizar a corrente migratória esperada, partindo dos Açores e Madeira. O próprio Silva Paes é que estabelece os contactos, não só com o Conselho Ultramarino, como também directamente com o Rei, e ainda junto ao comando do Brasil, no Rio de Janeiro.

Numa das cartas de Silva Paes, encontra-se, *«as fortalezas, sem gente que as guarneça, são corpos sem alma e para todas há de ser preciso criar-se regimento, pois de outra sorte, e com menos nunca serão bem assistidas, como frequentemente se acham ... e nem se das ilhas se pudesse remeter alguns casais seria utilissimo, e ainda alguns recrutas, por que assim se aumentaria os cultores dessas terras»*, etc.

É essa proposta de Silva Paes, que tem sequência noutras, de diversas lavras, que seguem para a Metrópole, que, finalmente, em Julho de 1746, o Conselho Ultramarino aprova e recomenda à Coroa

que inicie o processo migratório para o Brasil, com aporte pela Ilha de Santa Catarina.

Por isso, é distribuído, em todas as ilhas do Arquipélago dos Açores, o EDITAL DE 1746, ao qual concorreram mais de oito mil casais.

Algumas inferências e comentários desse Edital se fazem necessários.

Primeiro: Recomendação expressa de que homens e mulheres estivessem dentro dos limites das idades reprodutivas e adequadas ao trabalho e à produção;

Segundo: A Coroa, através de sua Fazenda Real, assistiria financeiramente nos primeiros momentos os alojados, assim como as mulheres solteiras e os filhos menores de todos os casais;

Terceiro: Todos os custos de transporte e adaptação nos sítios a que se destinavam; os emigrantes receberiam alimentação suficiente em função das idades;

Quarto: Aqueles que se fossem dedicar à vida agrícola teriam direito a uma gleba de terras com «um quarto de légua em quadra», sementes, ferramentas, animais de transporte e tracção.

Quanto às propriedades, o desenho delas não necessitaria ter uma perfeita forma quadrangular e, na prática, foi possível verificar as testadas de 120 braças e fundos, na maioria, até às vertentes;

Hoje, quando se vasculha algum antigo termo de posse dessas terras, percebe-se que aquelas medidas foram totalmente abandonadas. Como a Ilha de Santa Catarina ainda não possuía propriedades fundeadas, sem caminhos a não ser o mar, a solução foi a de medir-se as testadas junto ao mar e os fundos deixados livres.

Quinto: Todos os alistados deveriam ter ofício e habilidades agrícolas;

Sexto: Nos dois primeiros anos de estada, os homens estariam dispensados de convocações militares;

Sétimo: A Coroa se eximia de pagamentos de salários ou quaisquer outros direitos financeiros permanentes;

Oitavo: Também poderiam alistar-se e serem transportados casais de estrangeiros desde que, aliás óbvio para os espanhóis confinantes, não fossem vassalos de soberanos que tivessem domínio na América e, em questão, no Brasil Meridional também disputado pela Espanha;

Nono: Só poderiam passar desde que Católicos Romanos. A religião estabeleceria todos os códigos de comportamento social e, por outro lado, a Paróquia era o Cartório de registos de todas as ocorrências comunitárias, tendo, muitas vezes, funções policial e judiciária. Como o povo açoriano foi, e ainda é, fortemente católico, a sua religiosidade desenha as estruturas sociais;

Décimo enunciado: Cada ilha teria locais próprios para receber as inscrições. Não satisfeito com o edital, e mesmo porque era ele sintético, a Coroa, antes que os primeiros transportes se efectivassem, tratou de baixar uma Provisão *«pela qual se dá forma a acomodação dos novos Povoadores e Povoações»*.

Analisando os detalhes dessa Provisão, diríamos hoje que se tratou de um técnico e bem estruturado PLANO DE COLONIZAÇÃO, percebe-se, de pronto, que a Coroa determinava ordenar-se dois tipos de ocupação do solo em cada sítio onde se fosse localizar os colonos.

Primeiro as organizações urbanas e por segundo a distribuição das propriedade rurais.

No caso, as novas freguesias ou póvoas urbanas obedeceriam a um traçado urbanístico que tivesse a Igreja e uma praça por centro de referências ou pólo de atracção social. Estabelecia o número de casais, cerca de sessenta para cada sítio, as dimensões da praça, o traçado e a largura das ruas e a respectiva localização das casas geminadas e com quintais suficientes para os tratos domésticos. Veja--se, este é o desenho concreto que se percebe ainda hoje no centro de Florianópolis, no de São José, no Ribeirão da Ilha, em Enseada de Brito, em Imarui, etc.

É nisso que se constata que os 250 anos de presença açoriana

no Brasil Meridional, foram responsáveis pelo desenho urbano de nossas cidades e nossa cultura.

Por isso, quando se analisa a presença açoriana no Brasil Meridional, deve-se, de pronto, buscar duas formas diferentes de análise. Uma que se refira à vida urbana, letrada, intelectualizada, como, por exemplo, Florianópolis e Porto Alegre, e por outro lado, o mundo rural interiorano que, na prática, por distorções ou ignorância, é o único tomado como referência, diga-se deformada, para paralelos de êxitos colonizadores, ou de estudos do desenvolvimento.

É por essa distorção que, quando alguns se referem ao açoriano, especialmente em Santa Catarina, se ligam ao meio rural e pesqueiro, criando um equivocado protótipo de indolência, atraso e analfabetismo.

Se bem que alguns grupos de açorianos, levados pelo abandono, pelo isolamento geográfico e o não cumprimento de todas as promessas da Corte feitas através da Provisão de 1741, aliás, diga-se que isto também aconteceu com grupos de colonizadores alemães e italianos, não poderam acompanhar o desenvolvimento e progresso que tiveram as demais áreas do Brasil Meridional. Alguns até ficaram mais pobres do que o eram nos Açores. Nem mesmo escola havia.

Alguns relatos referentes aos séculos XVIII e XIX registam tais circunstâncias e, principalmente, o descompasso de desenvolvimento entre o centro da Vila de Nossa Senhora do Desterro, que com seu porto, sua política, seus contactos culturais tornava-se referência internacional, e o interlande da Ilha que vivia de uma actividade primária de subsistência. Em que pese, entre o final do século XVIII até finais do XIX, a produção da mandioca, do pescado e da produção do óleo de baleia ter-se destacado entre os açorianos. Mas o envolvimento económico capitalista não teve ritmo, uma vez que a Fazenda Real não lhes pagava as compras realizadas, e as usava sempre para sustento das tropas aquarteladas em todo o Brasil.

Apesar de todas as adversidades, a missão do "porquê da vinda dos açorianos" estava cumprida. Tal era a consolidação do chamado

Brasil Meridional para os domínios portugueses e hoje território nacional brasileiro.

Basta para isso que se olhe o Rio Grande do Sul e por toda a Santa Catarina, onde além de Porto Alegre e Florianópolis, saltitam cidades e mais cidades pujantes e prósperas onde se desenha o chamado Brasil do primeiro mundo. As bases para essa visão foram estabelecidas pelos açorianos. Em recente estudo de qualidade de vida, levado a efeito pela ONU/UNESCO, Florianópolis e Porto Alegre, de raízes açorianas, foram qualificadas como as melhores do Brasil.

Bom, a Provisão de 9/8/1747, que vai a seguir integralmente transcrita, e folheando o livro de Jacinto António de Mattos, a "Colonização de Santa Catarina", editado em 1916, ou de Paulo José Miguel de Brito de 1796, publicado em 1816 com o título "Memória Política da Capitania de Santa Catarina", pode-se meditar em todos os meandros e estatísticas, onde em cada recomendação regista o que de positivo se estava a produzir para a época.

Para consolidar o processo colonizatório, estão como atestados a religião, a organização familiar, a estrutura política, a vida portuária, a unicidade da língua, os traços culturais, o atavismo da saudade e da insularidade que, no dizer de Paulo José Miguel de Brito, o comportamento filosófico e belo do ficar, à janela ou dos altos dos morros, dentro da insularidade a contemplar a natureza, a beleza do mundo, o espírito aventureiro e nostálgico, o enigmático mar ao mesmo tempo amigo, abençoado, fornecedor de sustento e de outro o ceifador de vindas, o incerto do retorno, a dúvida e angústia das chegadas e o sonho da saudade e duras partidas.

Estava o português com a colonização do Brasil Meridional levada a efeito por aproximadamente 1680 casais açorianos, expandindo suas fronteiras além Tordezilhas e desenhando o futuro da nação brasileira. Como é salutar ver tal postura quando se aproxima a comemoração dos quinhentos anos de descobrimento do Brasil.

Para registos, transcrevemos integralmente a Provisão Régia de 9/08/1747:

«Dom João V por graça de Deus Rei de Portugal dos Algarves dalém mar em África Sr. de Guiné etc. Faço saber a vós Governador, e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro que em Consulta do meu Conselho Ultramarino de 8 de agosto do ano passado sobre a representação dos moradores das ilhas dos Açores com que me pediam mandar tirar delas o número de casais para partes do Brasil, que fosse mais preciso, e conveniente povoarem-se logo, e que também poderem ir casais de estrangeiros, que não forem súbditos a soberanos que tenham domínios na América, a que possam passar contanto que sejam católicos romanos, e que sendo artífices se lhes podem dar à chegada ao Brasil uma ajuda de custo conforme o costume e outras providências insertas no edital de como esta se vos remetem dois exemplares; e representando-me depois o mesmo conselho que seria conveniente, estender a mesma graça também às llhas da Madeira assim houve por bem aprová-la, em virtude destas resoluções, se ordenou ao Governador e Capitão Geral da Ilha da Madeira, e aos Ministros da Justiça e fazenda daquela Ilha e das dos Açores, fizessem toda a gente que se oferecesse para se transportar à Ilha de SANTA CATARINA por onde parecesse conveniente começar a introdução dos casais para se estabelecerem nela como na terra firme do seu contorno.

E porquanto das ilhas dos Açores se receberam notícias de achar-se grande número de gentes pronta para este transporte, se julgou a propósito não deixar passar este verão, sem se cuidar com todo o calor na execução dele. Pelo que mandou-se em editais para se tomar por assento o dito transporte, com as condições do contrato anexo, formando-se juntamente o regimento de que também se vos remete cópia para se observar a boa ordem precisa nos navios que levarem os casais, se arrematou o assento a Feliciano Velho Oldemberg pelos preços que no mesmo contrato vereis.

Dadas as providências para a condução da gente pareceu ordenar-vos por esta Provisão o mais que convém dispor para o estabelecimento dos ditos casais, os sítios que se lhe destinarem para

execução das condições que se lhe ofereceram no referido edital a cujo o efeito houve por bem, em consulta do dito Conselho de 26 deste presente ano, determinar o seguinte que executareis no que vos tocar e participareis *ao Brigadeiro José da Silva Paes para que lhe dê cumprimento na parte que lhe pertencer, e na ausência dele o executará o oficial que estiver Governando a Ilha de Santa Catarina.*

Ordenareis que se ponham pronto naquela ilha, e mais partes de sua vizinhança aonde vos parecer necessários as farinhas para a ração que mando dar ao primeiro ano a gente que se transportar, e este provimento como também os mais podereis mandar fazer por acento, quando assim pareça mais conveniente.

Nos portos daquele contorno se fará todos os meses, ou no tempo que parecer mais oportuno pescarias para por pronto o peixe fresco, ou seco para as mesmas rações nos dias de jejum. A cada pessoa de quatorze anos para cima se darão três quartas de farinha por mês da medida da terra, e um arrátel de peixe, ou carnes por dia; as pessoas de catorze até sete anos completos a metade desta ração e as desse até três anos completos a terça parte, aos menores de três anos nada.

Deveis remeter à dita ilha, o dinheiro necessário para se satisfazerem as ajudas de custo prometidas no dito edital e as mais que eu ordenar se dêem alguns colonos de mais merecimento, e ao que se deverem dar aos artífices conforme a sua perícia, como acima foi apontado. O dito Brigadeiro porá todo o cuidado em que estes novos colonos sejam bem tratados, e agasalhados, e assim que lhe chegar esta ordem, procurará escolher assim na ilha como nas terras adjacentes desde o Rio São Francisco do Sul até o Serro de São Miguel, e no sertão correspondente a este distrito com atenção porem a que se não dê a justa razão de queixa dos espanhóis confinantes, os sítios mais próprios para fundar lugares, em cada um dos quais se estabeleçam pouco mais ou menos sessenta casais dos que forem chegando, e no contorno da cada lugar a nas terras que ainda não estiverem dadas em sesmarias assinalará *um quarto de légua em*

quadro a cada um das cabeças do casal do mesmo lugar, na forma declarada no dito edital.

Para o acento e logradouro públicos de cada lugar se destinará meia légua em quadro, as demarcações destas porções de terra se fará por onde melhor o mostrar e permitir a comodidade do terreno não importando que fiquem em quadrados, contanto que a quantidade de terra seja a que fica dita.

No sítio destinado para o lugar se *assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face*, e em um dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas de demarcarão ao cordel com largura ao menos de *quarenta palmos*, por elas e nos lados da praça se porão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras e para trás lugar suficiente e repartido para quintais atendendo assim ao cómodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro.

Nestes lugares com os seus ranchos e casas de taipa cobertas de palha, mandará logo o dito Brigadeiro pôr prontos dois outros para nele se acomodarem os primeiros casais que forem chegando: e para que se achem logo reparado das injúrias do tempo, enquanto com a própria indústria senão provem de melhor cómodo, e para segurança desses ranchos se remetem as mais ferramentas duas fechaduras para as portas de cada um.

Estabelecidos os primeiros casais nos seus lugares, ordenará o dito Brigadeiro, que nos dias que lhes parecer determinar-lhes, como menos prejuízo de suas próprias ocorrências vão armar choupanas e taipas, no lugares que lhe ficarem mais vizinhos para se acomodarem os casais que depois deles chegarem os quais sucessivamente irão preparando cómodos aos que se lhes seguirem, de sorte que os moradores de cada lugar sejam obrigados a armar para os outros lugar vizinho o mesmo cómodo que a eles se preparou.

A cada um dos lugares depois de povoados, fará o dito Brigadeiro transportar todos as dias a farinha e peixe à proporção da gente que tiverem, e à mesma proporção fará passar a eles as cabeças de gado necessárias para o seu sustento, e como este provimento fará

acudir sem falta a todos os ditos COLONOS, durante o primeiro ano do seu estabelecimento.

A cada um dos casais mandará dar logo que estiverem situados, duas vacas e uma égua, que se tiram das minhas Estâncias. Em cada lugar em comum quatro touros e dois cavalos. Também mandar a cada casal no tempo oportuno para fazer suas sementeiras dois alqueires de sementes, conduzidos aos mesmos lugares para nele se repartirem. Em cada um dos navios que fizerem a condução da gente se há de remeter deste Reino provimento de espingardas e ferramentas proporcionados aos casais da sua lotação, aos quais o dito Brigadeiro lhe fará distribuir tanto que estiverem acertados a cada um uma espingarda, uma foice rossadora e as mais ferramentas conforme lhes fora prometida no dito Edital, e prometerá que os conservem sem as venderem, especialmente as espingardas.

Em cada lugar dos sobreditos fareis levantar logo uma companhia de ordenança, nomeando oficiais, no caso em que não vão de cá nomeados alguns capitães e nestas companhias se alistaram todos os moradores casados e solteiros e dareis ordens para a sua disciplina, na mesma forma que se pratica nas outras terras do nosso Governo. O mesmo Brigadeiro fará que em cada um dos ditos Lugares se constitua logo Juiz na forma da ordenação e ambos me informareis com vosso parecer, se em razão da distância da Ouvidoria de Paranaguá será conveniente que em algumas povoações das do dito distrito se ponha Ouvidor, separado da administração da Justiça. E por quanto o primeiro cuidado que se deve ter é que todos os COLONOS sejam assistidos da parte espiritual, e sacramentos em cada um dos ditos lugares fará logo o dito Brigadeiro levantar uma Igreja da estrutura que baste para este primeiro estabelecimento e para o seu fornecimento, e exercício do culto divino e se remete em cada navio o preciso, calculando para cada sessenta casais, o que toca para uma Igreja.

Ao Bispo de São Paulo a quem presentemente pertence aquele território, mando a este respeito avisar pela Mesa da Consciência, que se a de constituir em cada Igreja destas um Vigário, ao qual no

primeiro ano se dará sustento e mais cómodo, como aos outros COLONOS, e terá sessenta mil réis por ano para a Fábrica e guizamentos, uma e outra quantia, pela repartição dos dízimos daquele distrito; e para que não suceda no princípio, como é tão fácil experimentar falta de sacerdotes para Vigararias, mando pela dita Mesa avisar aos Bispos do Funchal e de Angra, que convidem alguns clérigos daquelas ilhas para irem em companhia dos mesmos casais, como tudo entenderes pelas cópias que com esta se vos remete do que se avisa aos ditos Bispos. A estes sacerdotes se darão à chegada dez mil réis cada um de ajuda de custo e terá o dito Brigadeiro o particular cuidado que se não apartem das Igrejas em que forem postos para outras terras do Brasil nos termos expressados ao Bispo de São Paulo, e quando a isto faltem escreva ao Ordinário, a cuja diocese houverem passado, para que obrigue por todos os meios e demonstrações convenientes a tomarem para as suas igrejas.

A cada um dos ditos vigários se dará também uma porção de um quarto de légua em quadro para "passaes" de sua Igreja.

Para todas as despesas que ocorrerem na execução do que fica dito: fareis acudir dessa Provedoria do Rio de Janeiro, na forma, que ficareis entendendo, pela cópia que se vos remete do que mando escrever ao Provedor da Fazenda, ao Provincial da Companhia de Jesus, mandei escrever a carta que vai inclusa, para que envie aquelas terras dois missionários conforme ficareis instruído com cópia anexa. Informareis com o vosso parecer quantos casais será conveniente passem à ilha de Santa Catarina e para quais outros convirá repartir o número de quatro mil, que tenho ordenado se conduzam individuando as conveniências que nas mesma partes se acharam para o transporte, sustento e cómodo dos novos COLONOS.

Quanto em algumas ditas disposições se vos ofereça, ou ao dito Brigadeiro, inconveniente não previsto, ou entendais que por outro modo se pode conseguir melhor o intento, deixo ao vosso arbítrio e prudência, e ao dito Brigadeiro, no que lhe toca, tomareis o expe-

diente, que parecer melhor, dando-me parte do que inovar como da execução que se der, ao que nesta contém. E por quanto é conveniente que se fique conhecendo distintamente a utilidade que a minha Fazenda receber no transporte destes casais, à proporção da despesa, que com eles fizer. Hei por bem ordenar que na Alfândega do Rio de Janeiro, o que também mando executar na de Santos, haja um livro separado do Registo, em que se assentem todas as fazendas, que desses portos se transportarem para os da Costa do Sul do rio de S. Francisco para diante até o de São Pedro inclusive, e que estas fazendas vão com guias dos Juizes, ou Provedores das Alfândegas do Rio de Janeiro ou Santos, sem a qual guia se não lhes permita a descarga nos ditos portos ao sul, e que os mesmos Juizes ou Provedores me dêem anualmente conta por este Conselho, do que importam anualmente na sua introdução no Reino, e Ilhas os direitos das fazendas assim transportadas, o que fareis pontualmente observar pelo que toca à Alfândega dessa cidade, e outrossim que acabado o Contrato actual da Comarca de São Paulo, em que presentemente se incluem os dízimos daquele distrito do Sul, se faça ramo a parte dele do que pertence o rendimento a essa provedoria do Rio de Janeiro, do qual pagarão as "côngruas" dos Vigários, Igrejas e Missionários do dito distrito.

Confio na inteligência, e acerto com que costumais obrar e do zelo e actividade com que cumpris as vossas obrigações, poreis particular cuidado em regular este importante negócio, como pede a utilidade do meu Serviço e a dessa CONQUISTA. EI Rei nosso Senhor o mandou pelos Desembargadores Alexandre Metelo de Souza e Menezes, e Thomé Gomes Moreira Conselheiros do Seu Conselho Ultramarino e se passou duas vias. Pedro José Corrêa a fez em Lisboa a nove de Agosto de mil setecentos e quarenta e sete, Raphael Pires Pardinho.»

Comprovando o que se disse anteriormente, vem à tona o que transparece desta Provisão. Uma preocupação dos portugueses com o consolidar suas posses no Brasil Meridional e estendê-las até à

Colónia do Sacramento. As figuras literárias e diplomáticas adoptadas na Provisão, desviando o assunto para o zelo com as angústias dos povos nas ilhas Açorianas, não conseguem esconder as verdadeiras estratégias da Coroa Portuguesa com o grande investimento que foi preciso canalizar para a colonização do Sul do Brasil com a emigração de mais de seis mil açorianos.

VI – OS EFEITOS DA COLONIZACÂO AÇORIANA NO BRASIL MERIDIONAL

Embora todos os açorianos transportados tivessem destino para a Ilha de Santa Catarina deveriam, contudo e parte deles, ser remanejados, após uma aclimatação, desde São Francisco do Sul, passando pelo Rio Itajai, Enseada das Garoupas, Rio Tijucas, Ganchos e Ponta de Magalhães, São Miguel, São José da Terra Firme, Enseada de Brito, Garopaba, Imbituba, Laguna, Imarui e Jaguaruna na Capitania de Santa Catarina e, nas demais terras de São Pedro do Rio Grande, desde a Colónia de Sacramento até ao extremo oeste, na Região denominada de Território das Missões ou Serro de São Miguel. Assim, o que aconteceu é que paulatinamente os açorianos, por si e por seus descendentes, aos poucos foram se espalhando por todas essas regiões e penetrando, no caso catarinense em direção ao Planalto Serrado e, no Rio Grande do Sul, organizando comunidades junto àquele litoral.

Algumas importantes cidades de Santa Catarina, além das já citadas outras como São Joaquim, Bom Retiro, Araranguá, Guaramirim, Araquari, Lages, Urubici, Tubarão e Criciuma foram amplamente desenvolvidas pelo contributo dessa corrente colonizadora do século XVIII.

Dessas todas, porém, são poucas as que nasceram do zero com o contributo açoriano. São José, hoje a quinta cidade do Estado, Biguaçu, Governador Celso Ramos (antigo Ganchos e Armação da Piedade), Garopaba, Tijucas e Jaguaruna são aquelas que têm génese açoriana.

Dentro da Ilha, o resultado apresentado foi singular e diferenciado. Já havendo a Vila de Nossa Senhora do Desterro e mais dois pequenos núcleos populacionais, Ribeirão da Ilha, denominado de Simplício e Santo António de Lisboa. Os primeiros casais a chegarem integraram-se com os habitantes locais. Em seguida, partiram para a fundação dos povoados de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, São João Batista do Rio Vermelho, Nossa Senhora das Necessidades, sobre Santo António de Lisboa, São Francisco de Paula de Canavieiras, Nossa Senhora dos Remédios junto ao Rio dos Ratones e Cachoeira do Bom Jesus.

No Simplício, a organização do novo povoado, e a colocação, para a praça e Igreja, outra denominação, a qual mantém até hoje, ou seja, a de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha.

Um outro facto resultante, agora já no início do século XIX, e nem muito tranquilo, foi o da localização, próxima, de colónias povoadas por alemães e alguns italianos.

Muito embora tenha, num processo lento, ocorrido uma miscigenação entre os descendentes de açorianos e os recém-chegados alemães, quando já os açorianos estavam dominando os territórios e organizados politicamente, na realidade o que ocorreu foi um encontro atritoso, onde as desconfianças e consequentes rejeições aconteceram.

Para o açoriano, o alemão chegado seria o "galego", isto é, o indesejado, o bastardo, aquele que vinha para perturbar a ordem, a produção, a política. Seria o concorrente. É bom recordar-se de que o epíteto "galego", referente ao gentílico da região da Galícia, era aplicado em sentido pejorativo e não carinhoso como hoje se aplica, portanto revelando que para a época, o açoriano conservava o entendimento de que "galego" seria o intruso indesejado. Aqueles viriam para concorrer na produção da farinha de mandioca, na cachaça, no leite, na carne, etc..

Verificou-se, então, o facto dos açorianos, ou as forças dominantes, terem marginalizado os alemães, aqueles colonos que, por isso, passaram a ter dificuldadas de se desenvolverem. A rigor pas-

saram a ter situação quase que de miséria, não só pelo isolamento a que foram submetidos pelos açorianos, como também pela total falta de apoio dos governos e pela falta de mercado para seus produtos.

Na região do Rio Cubatão, em Colónias como Terezópolis, Queçaba, hoje Águas Mornas, Santa Isabel e Santo Amaro, o encontro entre as duas etnias foi, porém, facilitado pela presença de Fontes Termais que eram utilizadas pela Realeza Brasileira e que, por isso, colocavam forças militares a guarnecê-las. As fontes termais, conhecidas desde 1814, receberam, por volta de 1830, a construção de uma Residência de recreio e descanso para a família Real. Dom Pedro II e sua esposa Teresa Cristina, a partir de 1845, estiveram duas vezes na região. Esses factos proporcionaram uma aproximação entre descendentes de açorianos e de alemães que, aos poucos, foram-se miscigenando e organizando a póvoa de Santo Amaro, que logo a seguir é denominada de Santo Amaro da Imperatriz. A população da hoje cidade de Santo Amaro da Imperatriz é formada basicamente de pessoas resultantes dessa mistura étnica.

Um outro episódio que pode ser relembrado para mostrar as dificuldades de entrosamento inicial entre alemães e açorianos, é o relativo ao que se passou em Governador Celso Ramos. Em 1842, o Governo Central tomou a iniciativa de localizar um grupo de colonos alemães junta a Armação de Baleias, Nossa Senhora da Piedade, hoje conhecida somente como Armação da Piedade e Distrito do Município de Governador Celso Ramos. Rapidamente os alemães abandonaram a região e, ao se infiltrarem pelo Rio Biguaçú acima, foram de encontro com a Colónia Leopoldina, já em organização por outro grupo de alemães no Alto Biguaçú, hoje Cidade de António Carlos.

O relacionamento que os açorianos passaram a ter com o início da colonização do Vale do Itajai, 1850, com a organização da Colónia de São Paulo Apóstolo, hoje Blumenau, e mesmo da de Dona Francisca ao norte, hoje Joinville, e outras, não foi dos melhores. Nesse caso os açorianos passaram a ter desconfianças com o apoio

que o Governo Imperial dava aos novos imigrantes deixando a Vila de Nossa Senhora do Desterro e demais áreas catarinenses ao abandono. Os alemães continuaram a ser os "galegos", homens grosseiros e rudes.

Por outro lado, a expansão açoriana em direcção oeste parou na medida em que imigrantes alemães e italianos chegavam para as encostas litorâneas. Por isso os ilhéus, talvez também atraídos pela melhoria dos transportes de cabotagem, passaram a destinar suas atenções e interesses para o Rio Grande do Sul ou para Santos e Rio de Janeiro. Como os descendentes de açorianos tinham o controlo político da Província e, o momento era voltado para o transporte marítimo e os portos, voltaram as costas para o interior. Por isso, a presença açoriana consolidou-se nas cidades e vilas litorâneas, com actividades económicas voltadas para portos, pesca, comércio e serviços em geral. Mesmo porque, desde a época que migraram para o Brasil não haverem ingressado no processo da revolução industrial que o iniciar do Século XIX semeava por toda a Europa.

Já os alemães, ocupantes e colonizadores das encostas das Serras Geral e do Mar, assumiam a industrialização.

Tais processos foram os que determinaram as diferenças básicas e claras entre esses dois fluxos migratórios. Enquanto o açoriano continua voltado para as actividades primárias e terciárias, o alemão abraça a industrialização. O Século XX foi o século da indústria, como as actividades primárias e extractivas foram dos séculos XVII e XVIII.

O final do nosso Século começa a desenhar um outro caminho. Com o caminho da terciarização (aliás, é oportuno chamar a atenção para os termos terceirização e terciarização. Enquanto o primeiro identifica a transferência de comandos para terceiros, a terciarização identifica o envolver-se a sociedade com o sector terciário da economia), as áreas de maior potencial de atractivos turísticos voltam a ter a sua economia expandida e a considerar-se como de ponta. Por isso, enquanto a colonização açoriana foi considerada fracassada por

não se ter industrializado, volta agora à crista da credibilidade quando oferece atractivos turísticos de grande porte.

Quando hoje se fala de Cultura açoriana, na maioria das vezes tem-se por cenário algo que alimente correntes turísticas e não como que um sentimento de resgate, de defesa ou de valorização.

De facto, lá nas Ilhas açorianas, como aqui na Ilha de Santa Catarina, todas as atenções e esforços voltam-se para o planeamento e apoio às actividades turísticas, e de facto estão elas a proporcionar visíveis momentos de desenvolvimento e modernização. É também o desenvolvimonto do turismo um caminho para se estabelecer um maior nivelamento e equilíbrio entre as diversas regiões de Santa Catarina, especialmente entre as resultantes de etnias, como dissemos, até confinantes, agora porém com harmoniosa integração.

Não é também menos verdadeiro de que muito falta ainda para explicar todos os episódios do que se convencionou, entre os estudiosos, como Epopéia Açórico-Madeirense, a ocupação do Brasil Meridional. Quem sabe, as dissertações de Mestrado, em nível de pós-graduação, venham transitar por esses caminhos.

Qual foi o papel do açoriano na política e no comércio em Santa Catarina? A resposta a essa indagação também, ainda, não foi produzida.

No concernente às dicotomias rurais-urbanas já foram apresentadas, não só aqui aligeiradamente, como em muitas outros escritos e estudos. Porém, algo que não foi dito e que aqui é preciso registar, é de que enquanto o açoriano urbano, especialmente nas cidades de Desterro, Laguna e São Francisco, puderam acompanhar o desenvolvimento mundial e evoluírem culturalmente, pois tinham escolas, comunicação e contactos à disposição, os interioranos e rurícolas ficaram analfabetos, desprotegidos, desamparados politicamente e à margem da visão do mundo e da cultura. Perderam a visão do universal.

Enquanto nessas cidades se desenvolveram, dinamizando as actividades portuárias, comércio, serviços, cultura etc. os do interior

da ilha ou do continente, afastados da metrópole, empobreciam, definhavam. E para sua infelicidade eram chamados de indolentes e atrasados. Pagavam um preço no qual não influenciaram. Foi o resultado dos descasos e abandonos a que os governos os submeteram.

Só o exemplo do que ocorreu com a farinha de mandioca diz bastante. Os açorianos revolucionaram, no país, a produção dessa farinha não só pela quantidade produzida com a introdução dos engenhos mecanizados, como também pela diferente e excelente qualidade. Esse facto fez com que a Fazenda Real passasse a comprar farinha para as tropas, dos engenhos açorianos. Contudo, deixava de pagá-los. Essa mesma Fazenda, decorridos três anos de compras, nada tinha pago.

Com referência à pesca da baleia, uma actividade estimulada pela Corte, e desenvolvida aproveitando a mão-de-obra açoriana já presente na Ilha e seu litoral, o panorama se apresenta com similitude ao da farinha de mandioca.

Os resultados financeiros para as companhias de pesca não foram nada animadores, muito embora o óleo de baleia, com elevado teor iluminante e grande mercado mundial, poucos reflexos positivos veio trazer para as praias e pescadores do litoral catarinense.

Enquanto isso o centro da Vila de Nossa Senhora do Desterro com seu comércio e seu porto em expansão, situação geográfica estratégica e privilegiada, beneficiava os habitantes urbanos que passaram a possuir, inclusive, concertos musicais e espectáculos teatrais de companhias internacionais.

Observando as situações mais próximas vê-se também o centro urbano cair de posição na medida em que os transportes marítimos e os portos, no país, declinaram para dar desenvolvimento aos transportes terrestres. A chegada da energia eléctrica, a queda da captura da baleia, a diminuição da produção da farinha de mandioca, a queda da pesca e o aporte de outros interesses, chamados de modernidade, provocam uma queda geral no desenvolvimento.

Quando agora se apresenta uma nova e promissora era de

desenvolvimento a partir do turismo, vem a destruição do património cultural, histórico e arquitectónico que os açorianos edificaram e plantaram com tanto esforço, dedicação e sacrifícios. Os 250 anos de sua presença ainda patentes na arquitectura, no urbanismo, no saber fazer, na alimentação, no falar, no exercício da religiosidade precisam de uma arrojada política de protecção, de defesa, resgate e difusão.

Por isso, as rendas de bilros ou de almofadas, o crivo, os bordados manuais, as cestarias, os teares, as cantorias, as danças, os folguedos, as festas religiosas, os Impérios do Divino Espírito Santo, as folias com o boi ou touro, as casas açorianas, os Ternos de Reis, os falares, as trilhas e caminhos etc. passam a ser saudosa memória! Elas também ficam no exagero das empoladas produções literárias ou propagandas turísticas enganosas, pois tudo que diga e se faça entre nós florianopolitanos é tido, sem reflexão ou crítica, como cultura açoriana.

Muito embora seja correcto dizer-se que o folclore é dinâmico e ajustável a cada momento e realidade, não é possível, porém, aceitar-se que se venha "vender" como original, cantar-se o Terno de Reis em ritmo de rock, de Escola de Samba ou batuque de candomblé; não dá para aceitar cantoria do Divino com fanfarra americanizada ou cantadas por corais eruditos ou de interpretação folclórica; dizer-se que a bernunça do Boi de Mamão vem das centopeias chinesas; produzir-se tapetes em teares modernos como se açoriano seja; realizar as folias do boi em mangueirões, etc.

V – CONCLUSÃO

Nossa actuação dentro do Hospital de Caridade e Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis exercendo durante anos vários Cargos na Mesa Administrativa de nossa Santa Casa da Misericórdia, com 234 anos de existência, e vivenciando sua organização, sentimos o quanto alguns açorianos a partir de 1765, logo alguns anos após sua chegada à Ilha de Santa Catarina, com toda

alma, toda a religiosidade que lhe é peculiar e firme, o engenho e o denodo, participaram da sua fundação e outras semelhantes; quando compulso a relação de todos os governadores do Estado em sua explosiva maioria com nomes lusitanos; quando miro e admiro a formosura das cidades litorâneas de **Santa Catarina, a amabilidade e hospitalidade carinhosa com que suas gentes recebem pessoas e atraiem fortemente pessoas e pessoas, compreendo cada vez mais que o contributo açoriano nesses 250 anos que estamos a recordar foi responsável por esta construção.**

É uma construção geo-política que explica o que é hoje o Estado de Santa Catarina e sua gente, resultado de uma hibridação com outros grupos de italianos, alemães, eslavos, indígenas, sírios libaneses e outros...

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E EMIGRAÇÃO

O caso da freguesia de S. João, no Sul do Pico

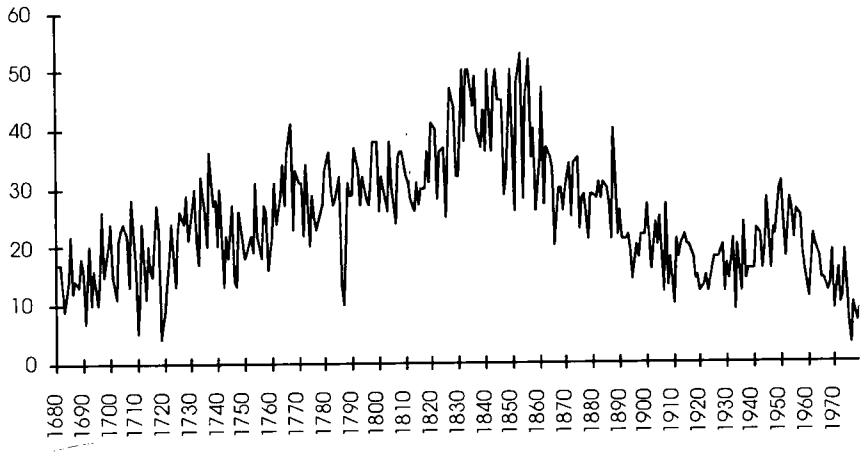
Maria Norberta Amorim

No que diz respeito a fontes históricas que nos permitam o estudo da evolução da população nos três últimos séculos, o caso de S. João, no Sul da Ilha do Pico, é um caso feliz. Dispomos de registos de baptizados, casamentos e óbitos em séries contínuas desde os finais do século XVII, de uma importante série de róis de confessados que cobre o período de 1799 a 1899, além de variada documentação administrativa referida à freguesia que se encontra depositada no Arquivo da Horta, sobressaindo, a partir de 1859, os registos de passaportes.

Para o período que decorre entre o ano de 1799, data do primeiro rol de confessados, e as primeiras décadas do século XX, para as quais, não se dispondo de róis de confessados, se dispõe de registo de passaportes, tentaremos desenvolver uma análise aproximativa ao difícil problema da mobilidade, avaliando os seus efeitos na estrutura da população.

Numa mais alargada visão de conjunto, utilizando os registos de baptizados, começaremos por perspectivar o ritmo evolutivo entre 1680 e 1979.

QUADRO I
MOVIMENTO DE BAPTIZADOS
S.JOÃO
(1680-1980)



Encontramos assim um primeiro período expansivo anterior à crises vulcânicas de 1718 e 1720[1]; uma fase de hesitações de crescimento correspondente ao século XVIII e uma fase de crescimento sedimentado na primeira metade do século XIX. Marca-se depois uma regressão continuada que se prolonga até aos anos trinta do século seguinte, delineando-se a seguir uma nova tendência de subida. A descida que se inicia na década de cinquenta do século XX conduziria a paróquia para os níveis de população mais baixos conhecidos.

No período escolhido para análise encontramos assim uma primeira fase expansiva, que corresponde sensivelmente à primeira metade do século XIX, e uma fase regressiva a prolongar-se pelas primeiras décadas do século XX.

Para avaliar o estado da população escolhemos três momentos da fase expansiva e outros três momentos da fase regressiva.

---

[1] Em 1718, as lavas de um vulcão vindo do mar arrasaram o núcleo central da freguesia com a sua Igreja Paroquial, isolando-a a ocidental da freguesia de S. Mateus. Em 1720, um novo vulcão isolaria a freguesia pelo oriente da freguesia da Santíssima Trindade das Lajes.

Da primeira fase, o primeiro momento escolhido foi o primeiro de Abril de 1799, correspondente ao primeiro rol de confessados de que dispomos. Um segundo momento escolhido foi o mesmo dia do ano de 1819, ainda em período do Brasil como colónia, sendo o terceiro momento colocado no ano de 1847, ano em que a população de S. João atingiu o nível mais elevado da sua história. Da fase regressiva observámos o ano de 1874, o de 1884 e o de 1899, anos para os quais os róis de confessados já indicam toda a população.

De facto, os róis anteriores a 1874 dão-nos indicação, do princípio ao fim da freguesia, por local de residência e por fogo, dos indivíduos maiores de 12/14 anos, aqueles que tinham acesso ao sacramento da Eucaristia, e dos menores, entre os 7 e os 12/14, que se confessavam mas ainda não estavam capacitados para a comunhão. São registados os nomes completos dos indivíduos casados ou viúvos e dos solteiros isolados ou cabeças de fogo. Os dependentes solteiros são identificados apenas pelo seu nome próprio. Raramente contamos com indicação de idade.

Procurámos a identificação de cada residente, calculando a idade que teria no dia 1 de Abril de cada ano, considerando que a primeira datação feita pelo pároco é de 6 do mesmo mês[2]. Nos três primeiros casos, aos dados do rol original foram acrescentadas as crianças sobreviventes não referidas no mesmo.

---

[2] Num moroso e difícil trabalho de identificação procurámos na nossa *base de dados* a data de nascimento de todos os residentes naturais de S. João ou naturais da freguesia de S. Mateus, também reconstituída, servindo-nos do nome completo do chefe de cada família e das relações familiares apresentadas no rol. A dimensão de cada família com filhos sobreviventes nascidos nos sete anos anteriores foi corrigida com a inserção das referências próprias desses filhos.

No caso de indivíduos isolados com nomes comuns tivemos de percorrer os róis posteriores, procurando a indicação de óbito que nos facilitaria a identificação. Para os residentes que vieram de fora e não eram naturais de S. Mateus utilizámos a indicação de idade dada pelos párocos no momento do óbito ou jogámos com a idade do cônjuge, nos poucos casos em que o registo de óbito não era conhecido.

As maiores dificuldades de identificação surgem com os 18 criados não identificados, 8 do sexo masculino e 10 do feminino. Sendo quatro criadas menores foram integradas no grupo dos 10 anos. As restantes 6 foram distribuias pelos seis grupos de idades dos 15 aos 40 anos. No caso dos criados, todos maiores, foram distribuídos pelos seis grupos de idades, dos 15 aos 40 anos, sendo os restantes dois inseridos no grupos de idades mais jovens.

Nos quadros seguintes e pirâmides de idades que lhes correspondem podemos desde logo observar as afecções que a emigração foi deixando na estrutura da população ao longo do século XIX.

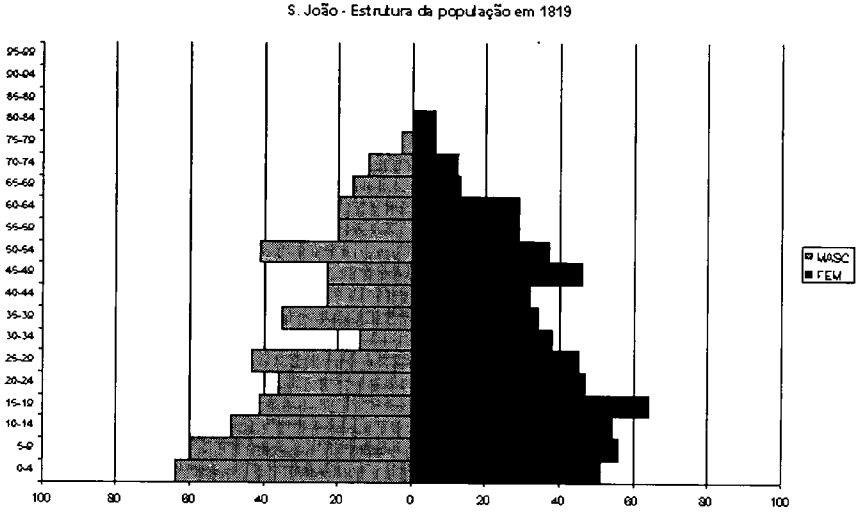
QUADRO I
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO
1799

Grupos de idades	M	%	F	%	MF	%	RM
< de 15	150	33	151	28	301	30	99
15-64	263	57	347	65	610	62	78
>= 65	45	19	34	6	79	8	132
Total	458	99	532	99	990	100	86



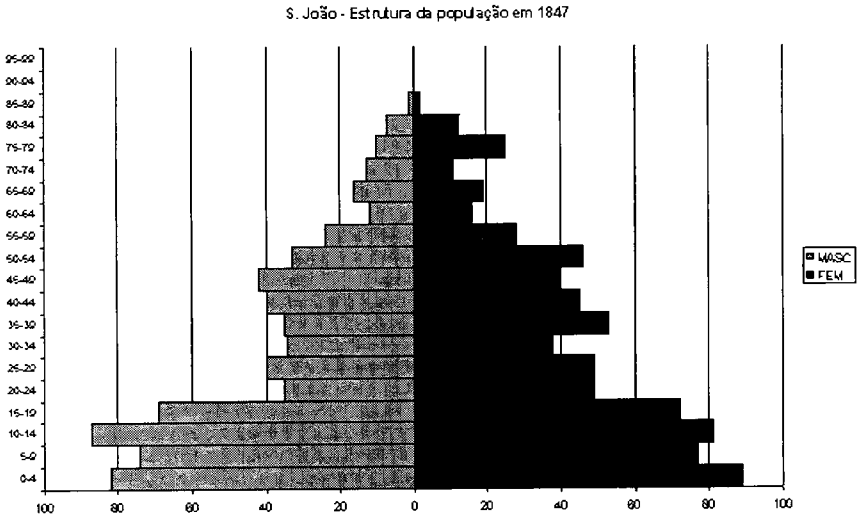
QUADRO II
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO
1819

Grupos de idades (anos)	M	%	F	%	MF	%	RM
< de 15	173	35	161	27	334	30	107
15-64	297	59	403	67	700	64	74
>= 65	31	6	37	6	68	6	84
Total	501	100	601	100	1102	100	83



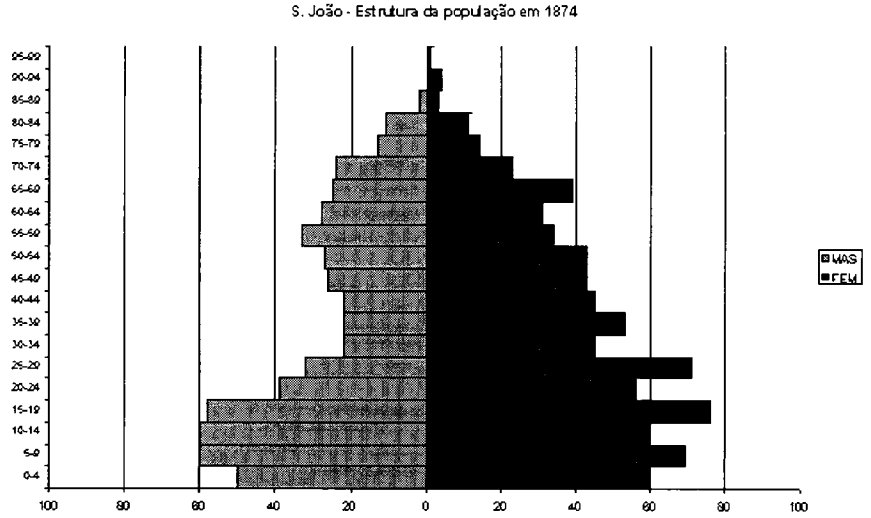
QUADRO III
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO
1847

Grupos de idades (anos)	M	%	F	%	MF	%	RM
< de 15	250	38	246	33	496	36	102
15-64	357	55	431	58	788	56	83
>= 65	46	7	69	9	115	8	67
Total	653	100	746	100	1399	100	88



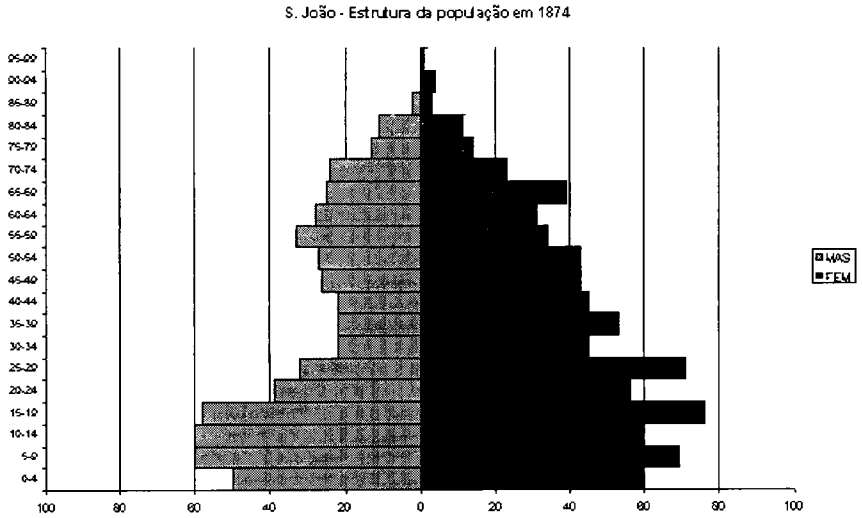
QUADRO IV
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO
1874

Grupos de idades (anos)	M	%	F	%	MF	%	RM
< de 15	170	31	189	24	359	27	90
15-64	309	56	497	64	806	60	62
>= 65	75	14	95	12	170	13	79
Total	554	101	781	100	1335	100	71



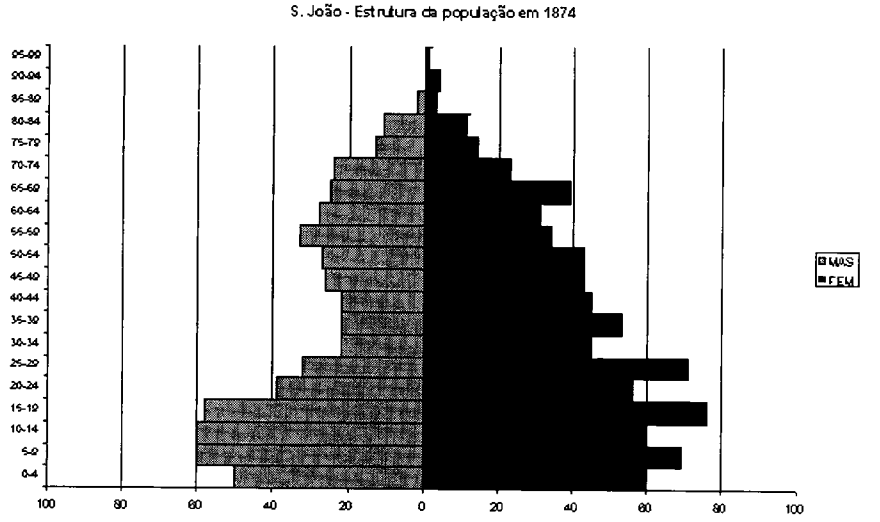
QUADRO V
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO
1884

Grupos de idades (anos)	M	%	F	%	MF	%	RM
< de 15	160	32	180	24	340	27	89
15-64	271	54	482	64	753	60	56
>= 65	67	14	96	13	163	13	70
Total	498	100	758	101	1256	100	66



QUADRO VI
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO
1899

Grupos de idades (anos)	M	%	F	%	MF	%	RM
< de 15	146	34	139	22	285	27	105
15-64	227	53	404	63	631	59	56
>= 65	54	13	97	15	151	14	56
Total	427	100	640	100	1067	100	67



Explorado o rol de 1799 isoladamente, poderíamos saber que no início de Abril de 1799 a freguesia contava com 246 *fogos* e 833 *almas*, sendo 737 *maiores* e 96 *menores*, segundo informação do reitor da igreja, António Álvares Pereira Pimentel, que afirmava sobre os Santos Evangelhos que todos os fregueses, na medida das suas capacidades, haviam cumprido os preceitos da Quaresma. Nas 833 almas não estavam de facto incluídos os menores de sete anos, ainda não obrigados a preceitos quaresmais.

Juntando as crianças sobreviventes não referidas no rol, encontrámos no dia 1 de Abril de 1799, para a freguesia de S. João, 990 residentes, sendo 154 menores de sete anos.

Uma percentagem de 15,5% de menores de sete anos sugere à partida uma estrutura envelhecida, apontando para o efeito da emigração da gente jovem, com capacidade procriativa. Se reparamos na pirâmide, verificamos que as relações de masculinidade indicam claramente uma emigração diferencial. Contavam-se 459 indivíduos do sexo masculino para 532 do sexo feminino, numa relação de masculinidade de 86 homens em 100 mulheres. No entanto, se calcularmos a relação de masculinidade para os grupos de idades dos 20 aos 29 anos,

a relação passa a ser de 53 em 100. Uma distorção muito acentuada, com efeitos sociais necessariamente profundos, a que o recrutamento ou alistamento militar para o Brasil não deve ser alheio. A distorção encontrada no grupo dos 10 aos 14 anos, pesem embora os pequenos números, pode significar o início nesta geração de uma importante emigração de adolescentes que a documentação de passaportes irá mais tarde documentar.

Considerando os grupos funcionais e comparando as três pirâmides da fase expansiva, achamos oscilações de alguma importância. No último ano do século XVIII a percentagem de menores de 15 anos situava-se nos 33%, reduzindo para 30% em 1819. Em 1847 a tendência havia-se invertido, encontrando-se uma percentagem mais confortável de jovens, 36%. A distorção maior na relação de masculinidade na idades médias também se verifica em 1819, com 74 homens em 100 mulheres. Em 1799 a proporção era de 78 em 100. Em meados do século subia para 83 em 100. Não parece haver melhoria na sobrevivência dos mais idosos ao longo do período: os indivíduos de 65 e mais anos que eram 8% do total da população em 1799 passam a 6% em 1819. Em 1847 a percentagem volta a colocar-se nos 8%.

Os indicadores para o ano de 1799 e a evolução desses indicadores para 1819 parecem assim apontar para uma emigração diferencial, afectando mais o sexo masculino, com algum efeito na renovação das gerações. Os resultados para 1847 levam-nos a admitir uma retracção na mobilidade após a independência do Brasil, com uma maior estabilidade da população.

Se observarmos depois a fase regressiva da população para os anos de 1874, 1884 e 1899, verificamos que a percentagem de jovens em relação à população total se queda em cada caso nos 27%, enquanto a percentagem dos indivíduos com 65 e mais anos se coloca nos 13%, subindo no final do século para 14%.

As relações de masculinidade nas idades médias aparece nos três casos com maior distorção em relação à primeira metade do século, com 62 em 100 mulheres para 1874 e 56 em 100 nas duas últimas observações.

Os sacrifícios resultantes de uma estrutura de população tão desequilibrada, seriam assumidos pessoalmente. A comunidade abria-se

com admiração a esses mundos novos em que a afirmação do indivíduo era mais fácil, quer para homens quer para mulheres. Transmitiam-se e recebiam-se influências culturais. O emigrante retornado bem sucedido era socialmente prestigiado, independentemente do seu ponto de partida. A sociedade insular aprendia a valorizar a iniciativa e o sucesso individual, independentemente do sexo.

As ligações entre a freguesia e os países de acolhimento dos seus emigrantes seriam continuamente reforçadas, mesmo em períodos de corte nas correntes migratórias, como aconteceu entre os anos vinte e cinquenta do nosso século. Certamente, nos últimos cem anos ou mesmo mais, nenhum habitante de S. João deixou de ter alguma relação familiar com alguém a viver nos Estados Unidos. Ainda não vai muito tempo, essa relação, reforçada por cartas e pequenas prendas que recebiam como resposta algum dólar solto numa carta ou uma saca de roupa usada, ajudava a equilibrar os débeis orçamentos de muitas famílias.

A situação de desequilíbrio entre os sexos influenciaria directamente o mercado matrimonial, com a elevação do número de mulheres que não chegariam a casar, embora a percentagem de celibato definitivo dos homens não seja desprezível, e alteraria os níveis de nascimentos fora do casamento.

Quadro VII
Comportamentos de Nupcialidade e Filiação Fora do Casamento

Ano	Idade média ao 1° casamento*		Celibato definitivo %		Filiação Ilegítima** %
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1799	30.1	28.3	9,3	18.3	7.9
1819	28.5	26.4	15.2	25.4	8,4
1847	29.2	26.8	12.0	26.3	9.9
1874	28.1	28.1	10.4	28.1	13.9
1884	30.6	28,7	10.3	27.0	11.3
1899	29.8	27.1	15.8	38.1	6.8

* Calculadas para o ano em causa e os 28 anos enquadrantes e considerados apenas os casamentos realizados entre os 12 e os 49 anos.

** Calculada para o ano em causa e os 8 anos enquadrantes

Conforme verificamos no quadro a idade média ao primeiro casamento num e noutro sexo atinge níveis muito elevados em toda a observação, tanto mais que tivemos o cuidado de eliminar as idades iguais ou superiores aos 50 anos. No sexo masculino a idade média não baixa dos 28 anos e no sexo feminino dos 26,4, para atingir no primeiro caso os 30,6 e no segundo os 28,7 anos. Reparemos que os níveis mais baixos do período observado, num e noutro sexo, se atingem no período enquadrante de 1819 e os mais elevados no período enquadrante de 1884, correspondendo, no primeiro caso, à fase de crescimento e, no segundo caso, a uma fase de abaixamento acelerado do volume da população.

As maiores dificuldades em casar dos homens na transição do século XVIII para o XIX, parecem reflectir-se no nível de 15,2% de celibato definitivo masculino verificado no ano de 1819, o mesmo acontecendo para o final da observação em que a percentagem atinge os 15,8%.

No caso das mulheres os valores percentuais de celibato definitivo colocam-se sempre muito alto, subindo em todas as observações do século XIX sempre acima dos 25%, com valores de 38% no último ano do século.

Além das relações de masculinidade serem desfavoráveis, alguns casamentos biologicamente possíveis não se realizariam por constrangimentos sociais. Reparemos que em 1899 se encontravam cerca de 16% de homens solteiros com 50 e mais anos para 38% de mulheres na mesma situação.

Os níveis de nascimentos fora do casamento sobem gradualmente na transição do século XVIII para o último quartel do século XIX, partindo de valores próximos dos 8% para atingir quase os 14%. No período final assiste-se a uma redução do nível de filiação ilegítima, sem que isso signifique, como vimos, uma redução do celibato definitivo. Melhores condições de vida para as mulheres, facilidades de emigração, ou maior acesso à educação, poderão, entre outras, constituir razões para a contenção verificada.

Observando os comportamentos de fecundidade dentro do casamento, usando os indicadores clássicos, verificamos facilmente efeitos de práticas de limitação voluntária de nascimentos nas primeiras décadas do século XX, situação não muito comum em outras zonas do país[3]. Influência dos emigrantes nos Estados Unidos da América? Reparemos que foram as mulheres francesas e as mulheres brancas dos Estados Unidos da América as primeiras a evidenciar controlo de natalidade[4].

Sabendo que os comportamentos de limitação voluntária de nascimentos não se colocavam na primeira metade do século XIX, dividimos a nossa observação em dois períodos. O primeiro período entre 1850 e 1899 e o segundo de 1900 a 1939, sendo observado no primeiro período o comportamento de 197 casais e no segundo de 135. Num e noutro caso tratou-se de famílias estáveis das quais se conhece a data do casamento, a data de nascimento da mulher e o óbito de um dos cônjuges ou, no caso das gerações mais recentes, se conhece o fim do período fecundo em unidade conjugal.

Numa primeira observação calculámos as taxas de fecundidade desses casais e a descendência que teriam se, seguindo o comportamento médio permanecessem em convivência conjugal entre os 15 e os 49 anos da idade da mulher, indicador que designámos por descendência teórica.

Quadro VIII
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA E DESCENDÊNCIA TEÓRICA
Todas as idades da mulher
Mil mulheres

Períodos	Obs.	Grupos de idades							D.T.
		Menos de 20	20-24	25-20	30-34	35-39	40-44	45-49	
1850-99	197	340	430	351	349	296	187	23	9.9
1900-39	135	389	368	298	217	211	98	8	7.9

[3] Cf. Maria Norberta Amorim, "Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade do comportamento no Baixo Minho (1680-1980), *Boletim da ADEH*, XVI-1, 1998, pp. 55-78.

[4] Cf. Patrick Festy, *La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970*, Paris, P.U.F., 1979.

Como se verifica, há interessantes alterações no níveis de fecundidade legítima entre a segunda metade do século XIX e as primeiras quatro décadas do século seguinte. Mil mulheres casadas antes dos vinte anos teriam, entre os 15 e os 19 anos, uma média anual de 340 filhos. Na primeira metade do século XX vemos esse número aumentar para 389, o que pode significar uma antecipação da menarca. Nos grupos de idades seguintes a redução do número de filhos do primeiro para o segundo período é uma constante a indiciar um controlo dos nascimentos que parece nítido no caso das mulheres com 30 anos e mais anos.

A descendência teórica evidencia esse controlo. Encontraríamos menos 2 filhos a nascer em média por casal nas primeiras quatro décadas do século XX, comparativamente com o período anterior.

Se procurarmos a descendência efectiva, o número de filhos que essas mulheres tiveram de facto dentro do seu casamento, sem excluir os casos de concepção pré-nupcial[5], outras variáveis como a idade ao casamento da mulher e a duração da união mostram os seus efeitos no resultado.

QUADRO IX
NÚMERO DE FILHOS POR CASAL

Períodos	Obs.	Descendência	Idade média Casamento/mulher	Duração Convivência conjugal
1850-99	197	4.2	29.5	28.4
1900-39	135	3.6	28.1	33.3

Como se verifica pelo quadro, o controlo da natalidade não surte um efeito muito significativo na medida em que a idade ao casamento das mulheres reduz de mais de uma ano, alargando o período de convivência conjugal para sensivelmente mais cinco anos, apesar de encontrarmos no primeiro período 40% dos nascimentos antes de oito meses de casamento e, no segundo 38%.

---

[5] No cálculo das taxas não foi considerado o primeiro grupo de idades ao casamento quando o primeiro filho foi concebido antes da realização do casamento.

Considerando a observação feita para o conjunto das três paróquias de S. João, S. Mateus e S. Caetano, encontramos alguma melhoria das condições de sobrevivência entre os indivíduos que nasceram na primeira metade do século XIX e os que nasceram na segunda metade do mesmo século, embora essa melhoria só seja significativa nos primeiros anos de vida.

QUADRO X

ESPERANÇA DE VIDA
Comparação entre as gerações nascidas de 1800 a 1849 e de 1850 a 1889
Agregação dos dados de S. João, S. Mateus e S. Caetano

Idade	1800-1849			1850-1889		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos Reunidos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos Reunidos
0	51	56	53	56	59	58
1	60	62	61	62	63	63
5	62	63	63	62	63	63
10	59	60	59	58	59	59
15	55	55	55	54	55	55
20	50	51	51	50	51	50
25	46	47	47	45	48	47
30	43	43	43	41	44	43
35	38	39	39	37	40	39
40	34	35	35	33	36	35
45	30	31	31	29	32	31
50	26	27	26	24	28	26
55	22	23	22	20	24	22
60	18	19	18	17	20	18
65	14	15	15	13	16	15
70	11	12	11	10	12	11
75	8	9	9	7	9	8
80	6	6	6	5	7	6
85	4	4	4	4	5	5
90	3	3	3	2	3	3

De facto, os ganhos em termos de sobrevivência entre os nascidos da primeira para a segunda metade do século XIX alcançaram-se na redução da mortalidade infantil que passou de cerca de 140 óbitos de crianças menores de um ano por cada mil nascidos para 101 por mil, o que condicionou que a esperança de vida à nascença passasse de 53 anos para 58 anos. Repare-se na maior esperança de vida à nascença dos indivíduos do sexo feminino num e noutro período, com maior relevo para os nascidos na primeira metade do século XIX.

Nas idades médias não encontramos ganhos significativos em termos de sobrevivência no espaço de tempo considerado. Os homens nascidos na segunda metade do século mostram mesmo, a partir dos 25 anos, uma redução de um ano da sua esperança de vida, relativamente aos que nasceram no período anterior.

Uma esperança de vida tão alta para a época, não deixa de suscitar alguma estranheza, embora os resultados obtidos através dos censos mostrem para períodos posteriores a particular sobrevivência do Pico ou, em observação mais agregada, do distrito da Horta[6]. Penso que a esse resultado não serão alheios o clima mais seco dos Açores, a frugalidade alimentar, hábitos culturais de protecção à mulher e à criança, a par de eventuais heranças genéticas.

As taxas brutas vincam a influência das oscilações da emigração e a sua interacção com os outros comportamentos demográficos.

Verificamos que nas primeiras observações, relativas aos anos de 1799 e 1819, o número de nascimentos por cada mil habitantes colocava-se acima dos 30, situação que não acontece mais nas observações posteriores. Em 1847, embora fosse o ano em que a população atingia o seu maior volume, já a influência da emigração de indivíduos em idade de procriar se fazia sentir, baixando a taxa de natalidade

---

[6] Gilberta Rocha em *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade*, trabalho publicado pela Universidade dos Açores em 1991, p. 151, detectou no Pico *uma das mortalidades mais fracas do arquipélago*, enquanto Manuel Nazaré em O Envelhecimento da População Portuguesa, Ed. Presença, 1979, p. 135 incluíra, para o período de 1930 a 1970, o distrito da Horta nos valores mais elevados de esperança de vida, conjuntamente com o Sul do país.

QUADRO XI
TAXAS BRUTAS*
Por mil habitantes

Anos	T.B. Natalidade	T.B. Nupcialidade	T.B. Mortalidade
1799	33,5	13.7	13.5
1819	32,3	14.0	15.9
1847	28.6	8.4	15.1
1874	21.7	6.0	17.1
1884	23.4	6.8	16.6
1899	20.8	10.1	13.6
1909	18.3	6.4	15.1
1919	16.6	7.1	15.6
1829	20,1	10.2	18.1
1939	20.8	10.3	17.6

* Foi achada a média dos eventos do ano em causa e dos quatro anos enquadrantes

para algo menos de 29 em 1000. Os anos de intensa emigração do terceiro quartel do século colocam a taxa de natalidade em 1874 nos 21,7 em mil. Dez anos depois, correspondendo à retracção do movimento emigratório a taxa sobe para 23,4 em mil. A acuidade do movimento de saídas na primeira década do século XX, mas também nas duas décadas enquadrantes conduzirá a taxa do ano de 1919 para os valores mais baixos, 16,6 em mil. Posteriormente, embora os movimentos migratórios se limitem, o efeito do controlo da natalidade já se faz sentir e as taxas de natalidade não sobem dos 21 em mil.

Ao invés, encontramos na primeira observação a taxa bruta de mortalidade mais baixa, de menos de 14 óbitos por mil habitantes, o que evidencia as dificuldades de equilíbrio no movimento natural. Em 1874, em parte devido a uma sobremortalidade de menores de sete anos do ano de 1873 (morreram nesse ano 31 crianças, quando em 1870 haviam morrido 5 crianças e no de 1876 morreriam 6), a taxa de mortalidade sobe para 17,1. A retracção da emigração dos anos 80 do século XIX, num período de morte suave em todas as idades, faz redu-

zir a taxa para 13,6. Posteriormente, o envelhecimento da população provocado pela emigração de jovens e por um certo controlo da natalidade irá fazer subir as taxas para os valores mais altos observados, apesar de, em nenhum caso, as taxas brutas de mortalidade se sobreporem às de natalidade.

As taxas brutas de nupcialidade são muito oscilantes, expressando os problemas conjunturais do mercado matrimonial.

Saber quem saía e quando saía são possibilidades oferecidas pelo cruzamento das bases de dados com a paróquia reconstituída e as informações dos róis. Acompanhando o percurso residencial de todos os indivíduos identificados ao nascimento que tinham menos de 20 anos em 1 de Abril de 1799, verificáramos que entre 30 e 40% dos indivíduos do sexo masculino dessas gerações acabaram por falecer fora da sua terra. Mais de 20% do total dos nascidos saiu antes da idade núbil. Admite-se facilmente que o seu destino mais frequente tenha sido o Brasil, à falta de pólos de atracção de significado na própria ilha ou na ilha vizinha, o Faial. Todas as outras ilhas e o continente eram destinos bem mais longínquos e a incidência da emigração para os Estados Unidos seria ainda incipiente no período.

Com a independência do Brasil e as limitações nas saídas a situação alterou-se e a população cresceu com maior rapidez.

Embora a crise das vinhas se localize em 1852, e sendo 1847, o ano em que a população de S. João atingiu o seu nível mais elevado, isso significa que a freguesia já antes da crise perdia gente. Depois de passado esse período mais difícil que se seguiu à independência do Brasil, as facilidades de saída para aquele país haviam aumentado. Mais tarde, para o final do século, a atracção pelos Estados Unidos iria sobrepor-se.

Numa primeira abordagem, o cruzamento da *base de dados* da paróquia reconstituída com a informação ano a ano de residência dada pelos róis de confessados permite-nos uma interessante aproximação aos movimentos de saída.

Foram acompanhados, ano a ano, 3639 indivíduos nascidos em

S. João entre 1790 e 1899. Calculada a população média em cada década[7], foi depois possível estimar a percentagem de emigrados sem retorno[8].

QUADRO XII
EMIGRAÇÃO SEM RETORNO
1790-1899

Décadas	Emigrantes			I.E.M.	Pop. média	%
	M	F	MF			
1790	13	8	21	163	992	2
1800	43	28	71	154	1086	7
1810	59	30	89	197	1127	8
1820	61	40	101	153	1196	8
1830	70	47	117	149	1304	9
1840	116	63	179	184	1388	13
1850	128	87	215	147	1408	15
1860	93	73	166	127	1383	12
1870	79	57	136	139	1334	10
1880	64	62	126	103	1248	8
1890	73	79	152	92	1130	8

[7] A população média de cada década foi calculada pela contagem de todos os indivíduos nascidos e falecidos na paróquia e que seriam vivos no início de cada década; todos os indivíduos nascidos na paróquia e falecidos no exterior e ainda residentes no início de cada década; todos os indivíduos nascidos fora e residentes em S. João no início de cada década. Nestas contagens foram, portanto, integrados toda a população estável e a população itinerante que veio falecer a S. João. A partir dos resultados enquadrantes foi depois calculada a média por década. Esta contagem não coincide com a população real na medida em que contabiliza como fazendo parte desse conjunto os ausentes com retorno posterior à data em causa. Dadas as dificuldades em contabilizar para algumas décadas essa população itinerante, achei preferível esse procedimento. Depois, numa primeira observação apenas foi contabilizado a emigração sem retorno, o que apontará para níveis de emigração necessariamente inferiores aos reais.

[8] Admitimos que a emigração isolada de indivíduos de menos de sete anos, idade a que, antes de 1874, começam a figurar no rol, é niglegenciável, considerámos como falecidos na infância os indivíduos integrados em famílias estáveis dos quais conhecemos o nascimento e não chegaram a ser arrolados. O destino de todos os outros, para os quais não dispomos de registo de óbito foi acompanhado dentro do seu agregado de origem e, eventualmente, dentro do agregado a que o casamento possa ter dado lugar, até a um primeiro afastamento.

Pelo quadro verificamos facilmente a importância do fenómeno da emigração sem retorno ao longo de todo o século XIX, com particular acuidade a partir da década de 1840, com 13% de saídas nessa década em relação à população média. Na década seguinte atinge-se mesmo os 15%. Reduz depois nas décadas seguintes, colocando-se em 8% na última década do século. Pelo índice de emigração masculino (I.E.M.) verificamos facilmente que até meados do século há um peso significativamente maior de homens a emigrar. A situação vai mudando depois, invertendo-se a situação na última década, em que são mais as mulheres a emigrar do que os homens. Reparemos, no entanto, que estamos a considerar apenas a emigração sem retorno. Os movimentos reais, em cada ano, são mais intensos e poderiam afectar mais o sexo masculino.

A partir de 1860, já dispondo dos dados dos passaportes, é possível estudar os comportamentos migratórios em maior aproximação, dado que podemos mais facilmente incluir os emigrantes retornados, não contabilizados na observação anterior, incluindo também a observação das quatro décadas que se seguem a 1890[9].

QUADRO XIII
EMIGRAÇÃO
(Com ou sem retorno)
1860-1939

DÉCADAS	POPULAÇÃO	EMIGRADOS			EMIGRADOS/POP	IDADE MÉDIA	
	MÉDIA	M	F	T	%	M	F
1860	1383	107	84	191	14	19,2	19,2
1870	1334	107	70	177	13	21,5	23,9
1880	1248	83	72	155	12	22,2	24,7
1890	1130	82	89	171	15	20.3	24,8
1900	997	111	92	203	20	19,9	22,5
1910	914	36	61	97	11	22,7	26,8
1920	838	37	28	65	8	27,5	25,3
1930	812	4	6	10	1	34,0	37,7

[9] Na observação anterior acompanhámos só os indivíduos cuja sobrevivência eventual se colocava dentro da observação, o que nos obrigou a recuar sensivelmente cem anos em relação ao tempo presente.

Fazendo incidir a nossa atenção sobre o decréscimo da população em menos de um século (reduz mais de 400 indivíduos em cada mil), encontramos uma explicação clara dessa redução nos níveis elevadíssimos da emigração de gente jovem. Verificamos que nas décadas observadas do século XIX a relação entre o número de emigrantes e número médio de residentes oscila entre os 12 e os 15%, para atingir na primeira década do século XX os 20%. Logo a seguir o movimento desacelera, deixando de ter significado na década de 1930[1].

Verificamos depois que na década de 1860 a idade média dos emigrantes não atingia os 20 anos, num e noutro sexo, aumentando nas três décadas seguintes, particularmente no sexo feminino, em que atinge valores próximos dos 25 anos. Na década de mais intensa emigração, a primeira do século XX, a idade média dos emigrantes baixa novamente. Quando a percentagem de emigrantes reduz a idade média sobe notoriamente em ambos os sexos, a apontar para um significativo movimento de reencontro familiar.

Para avaliarmos melhor a situação iremos considerar a distribuição dos emigrantes legais por grupos etários.

QUADRO XIV
DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES LEGAIS POR SEXOS E GRUPOS ETÁRIOS
1860-1939
%

Décadas	Menos de 15 anos		Dos 15 aos 24 anos		Mais de 24 anos	
	M	F	M	F	M	F
1860	43	27	36	46	21	26
1870	35	24	39	40	26	36
1880	11	15	70	40	19	44
1890	26	13	59	51	16	36
1900	44	23	37	49	19	28
1910	25	10	33	51	42	39
1920	3	11	57	61	41	29
1930	0	0	25	17	75	83

[10] Estamos apenas a considerar a primeira saída dos emigrantes e não o volume de passaportes.

Como se verifica, nas décadas de 1860 e de 1900 mais de 40% dos indivíduos do sexo masculino que saíam de S. João com passaporte eram menores de 15 anos, sendo a percentagem de raparigas adolescentes emigradas ainda considerável- 27% e 23%, respectivamente. Nas décadas intermédias em que o fluxo emigratório é menos intenso, a percentagem de adolescentes diminui, como é visível na de 1880. Achamos hoje estranho que crianças de menos de 10 anos tenham partido há mais de um século sozinhas para o Brasil ou para os Estados Unidos. Um estudo mais aprofundado do problema talvez nos levasse a descobrir as redes de acolhimento e as solidariedades entre os emigrantes, parentes, compadres, vizinhos ou simplesmente pessoas da mesma terra.

É de admitir que grande parte dos emigrantes tivesse expectativa de regresso. No entanto, a maior parte não regressaria.

Para o caso dos emigrantes legais, poderemos avaliar os movimentos de retorno para o período de 1860 a 1929, considerando a distribuição por sexos.

QUADRO XV
EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE RETORNO
(Emigração legal)
1860-1929
%

DÉCADAS	Sexo Masculino	Sexo feminino	Sexos reunidos
1860	9	12	10
1870	26	17	23
1880	20	14	17
1890	11	9	10
1900	14	11	13
1910	17	7	10
1920	16	18	17

Considerando apenas a emigração legal, verificamos que o retorno afectou desigualmente os sexos. Se excluirmos a década de 1860, ao longo da restante observação os homens regressaram à terra de origem mais frequentemente do que as mulheres. Se considerarmos que muitos homens emigrados na juventude alimentariam o desejo de constituir família no retorno, mesmo em idade tardia, compreenderemos facilmente que um mesmo procedimento não fosse tão acessível para as mulheres. Por outro lado, tinha algum peso a emigração de homens casados que tendiam ao regresso.

Os níveis de retorno observados para os emigrantes legais, não são constantes e mostram alguma distorção em relação ao movimento calculado com inclusão dos emigrantes clandestinos.

A emigração legal não representa, como vimos, todo o fenómeno. Sabemos que as ilhas se propiciavam às saídas *de salto* nos inúmeros pesqueiros, sem documentação. O Governador Santa Rita em 1867 lamentava a situação da seguinte forma: *a autoridade administrativa não possue os meios suficientes de fiscalização para prevenir os embarques clandestinos. Estes factos dão-se sempre todos os anos, já para bordo dos navios que se destinam directamente para qualquer porto estrangeiro, já para as baleeiras dos Estados Unidos da América do Norte, que durante o tempo de verão andam cruzando nestes mares do archipelago. Além da insufficiência da fiscalização ha a pouca efficacia da lei penal, que mui raramente é applicada aos delinquentes (...). Comtudo é preciso não disfarçar que a fiscalização, por mais severa que seja, não poderá prevenir todos os embarques clandestinos, que a extensão das costas e o povo largamente favorecem.*

Mais uma vez os róis de confessados em cruzamento com as outras fontes nos podem permitir uma certa aproximação a este problema, o da emigração clandestina.

De facto, a emigração clandestina poderia ser avaliada a partir do confronto entre as primeiras saídas detectadas nos róis e não confirmadas por passaporte, se fosse possível isolar os casos de afasta-

mento sem retorno por motivos de casamento, trabalho ou serviço militar. Não sendo possível esse isolamento apenas considerámos o número de ausentes antes da idade núbil, entre os 9 e os 20 anos, estabelecendo depois a relação, por sexos, entre a população emigrada desse grupo etário e o total de emigrados.

QUADRO XVI
EMIGRAÇÃO CLANDESTINA
Entre os 9 e os 19 anos
1860-1929
%

Décadas	Relação com o grupo etário			Relação com o total de emigrados		
	M	F	MF	M	F	MF
1860	48	46	47	22	13	18
1870	42	42	42	12	11	12
1880	64	44	55	17	10	14
1890	76	39	58	32	13	22
1900	27	12	21	16	5	11
1910	36	30	32	11	10	10
1920	0	0	0	0	0	0

A percentagem de indivíduos com menos de 20 anos que emigraram clandestinamente aparece como muito elevada até final do século, baixando rapidamente na primeira década do século XX. Reparemos que antes de 1900 bastante mais de metade dos rapazes que deixaram a paróquia fizeram-no clandestinamente. Pelos valores encontrados, mesmo considerando que a emigração clandestina seria um fenómeno que afectaria dominantemente as idades jovens, podemos admitir facilmente que na segunda metade do século XIX mais de um quarto dos emigrantes do sexo masculino seriam clandestinos. Esta percentagem é superior à estimada por Maria Baganha, para o período 1880-1900, tendo em conta fontes portuguesas e norte-americanas[11].

---

[11] Em "Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre a emigração", in Emigration española e portuguesa a America, Alicante, 1991, pp. 170-171, a autora aponta para um nível de clandestinidade, no período de 1880 a 1900, entre os 13 e os 15% do fluxo legal.

O destino dos emigrantes legais pode ser acompanhado através dos registos de passaportes, o que nos leva a assistir ao longo da nossa observação a uma mudança de rota, do Brasil para os Estados Unidos da América.

QUADRO XVII
DESTINO DOS EMIGRANTES
%

DÉCADAS	Brasil			Estados Unidos da América		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos Reunidos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos Reunidos
1860	92	85	89	8	15	11
1870	60	71	64	40	29	36
1880	49	42	46	51	58	54
1890	34	26	29	66	74	71
1900	9	1	5	91	99	95
1910	0	0	0	100	100	100
1920	21	21	21	79	79	79

Como se verifica no quadro, enquanto na década de 1860 encontramos 89% dos emigrantes com destino ao Brasil, na década seguinte a percentagem baixa para 64%, sobrepondo-se já na década de 1880 a preferência para os Estados Unidos da América, preferência que se vai vincar nas décadas seguintes. Na década de 1910 não encontramos nenhum registo de passaporte para o Brasil. No entanto, as dificuldades postas à emigração para os Estados Unidos na década seguinte serão responsáveis por um relativo aumento da emigração para aquele país da América do Sul nessa década.

O facto de encontrarmos mais mulheres a emigrar primeiro que os homens para os Estados Unidos da América talvez possa reflectir apenas um menor nível de emigração clandestina.

Para ver mais de perto alguns aspectos da emigração que as estatísticas silenciam, identificaremos os emigrantes legais do ano de 1860, primeiro ano completo em que dispomos de registos de passa-

portes referidos à freguesia de S. João e depois do ano de 1890, trinta anos depois.

No ano de 1860 encontramos o registo de 14 emigrantes legais, sendo seis do sexo masculino e oito do feminino, todos com destino ao Brasil, à excepção de uma mulher que se dirigia para os Estados Unidos.

Observando primeiro o sexo masculino, encontramos a sair isolados três adolescentes com menos de 14 anos, um indivíduo solteiro com 23 anos e dois homens casados, um deles viajando com familiares.

O mais jovem era Manuel Vieira Madruga, de 11 anos, o filho mais velho dos quatro filhos então nascidos de Francisco Vieira da Silveira, marítimo, e de Maria Catarina, fiadeira, casal pobre que viria a ter ainda mais cinco filhos. Como negociante, mostrando sucesso, Manuel Vieira Madruga voltou a tirar novo passaporte para o Brasil em 1887. Não regressaria.

Manuel Homem tinha 12 anos e era o segundo filho, primeiro filho homem, dos seis filhos de Manuel Homem Machado, trabalhador, e de Maria Josefa, fiadeira, esta natural de S. Mateus. Não regressaria.

José Francisco Goulart Martins tinha 13 anos e era o quinto filho dos sete filhos sobreviventes de Francisco Goulart Martins e de Anastácia Jacinta. Regressaria mais tarde, para voltar a sair definitivamente em 1885. No seu novo registo de passaporte é referido como proprietário.

Francisco Cardoso Ávila, de 23 anos, era o segundo dos nove filhos de Manuel Cardoso Ávila e de Joaquina da Conceição. Em Novembro de 1868 veio casar a S. João com Maria Cândida Vieira de Bem, de 20 anos, sendo viúvo de Genoveva Luísa. No mesmo barco que o levara ao Brasil em 1860 viajava também uma Genoveva Luísa, solteira, de 24 anos, a segunda das duas filhas de Manuel Ferreira Goulart e de Maria Luísa, e admitimos que tivessem casado no Brasil, onde faleceria a mulher. Nascendo em 1869 em S. João um filho do seu segundo casamento, Francisco Cardoso de Ávila voltou

ao Brasil em 1870. Regressaria depois para falecer na freguesia aos 74 anos.

Manuel Vieira de Bem, de 41 anos em 1860, era casado com Filipa de Brum, esta natural do lugar da Silveira, freguesia das Lajes. À sua partida deixava cinco filhos menores, a filha mais velha com 12 anos e a mais nova com dois anos apenas. Não regressaria.

O outro homem casado com registo de passaporte nesse ano era João Garcia Pereira Lobo, de 29 anos, negociante no Brasil, que viera a S. João de visita, acompanhado pela irmã Inácia Luísa, de 24 anos, e uma criada, Francisca, de 23 anos, esta de naturalidade desconhecida. Os dois irmãos eram filhos de João Garcia Pereira e de Maria Luísa.

João Garcia Pereira Lobo que saira da freguesia aos 17 anos, nessa sua visita tivera em S. João uma filha natural, Maria, filha de Antónia da Conceição, solteira, uma das mulheres que viajou para o Brasil nesse mesmo ano. Antónia da Conceição era o nono filho dos dez filhos de Manuel Goulart Martins e Luzia da Conceição e tinha 24 anos quando emigrou, sem regresso.

Conhecemos de João Garcia Pereira Lobo um novo passaporte datado de 1874, o último. Não veio falecer à freguesia. Sua irmã, Inácia Luísa faleceu em S. João, solteira, aos 66 anos.

Apenas quatro das oito mulheres que tiraram passaporte em 1860 não foram referidas anteriormente.

A mais nova delas, Francisca de Jesus Maciel, tinha 18 anos. Era a sexta filha de Manuel Francisco Ferreira e Maria da Conceição. Regressaria em 1873 para casar em S. João com António Vieira Maciel, saindo depois definitivamente.

Mariana Tomázia, de 21 anos, solteira, era o terceiro filho de Domingos Rodrigues da Rosa e de Maria de Espírito Santo, casal que viria a ter mais cinco filhos. Não regressaria.

Maria Francisca, de 23 anos, solteira, era a segunda filha de Manuel Garcia da Rosa e de Maria Francisca. A mãe falecera quando ela tinha dois anos e o pai casara novamente com Maria das Candeias, da qual viria a ter mais oito filhos. Maria Francisca não regressaria.

Genoveva Luisa, de 24 anos, solteira, era o segundo filho de Manuel Ferreira Goulart e de Maria Luísa. O pai saíra sem regresso em 1850 e ela própria também não regressaria.

Maria José, a única emigrante para os Estados Unidos, tinha 26 anos, e era filha natural de Maria Josefa, solteira e pobre. Não regressaria.

Trinta anos mais tarde, no ano de 1890, dos 24 passaportes referidos a S. João, com passaporte para os Estados Unidos da América, encontramos 13 indivíduos do sexo masculino e 4 do feminino. Os restantes passageiros dirigiam-se para o Brasil. Num período em que o fluxo migratório afrouxara, grande parte dos passaportes emitidos contemplava indivíduos de visita à sua terra, alguns dos quais, no regresso, se faziam acompanhar por familiares.

Consideremos primeiro os indivíduos do sexo masculino a viajar para os Estados Unidos.

Manuel de Brum Alvernaz, de 12 anos, era o segundo dos quatro filhos conhecidos de José de Brum Alvernaz e de Maria dos Anjos. Viajava com passaporte individual. Regressaria solteiro a S. João, onde faleceu aos 80 anos.

José de Brum tinha 20 anos, fora o décimo primeiro filho a nascer do casal António de Brum Xavier e Maria Úrsula. Não regressaria.

José Peixoto Goulart tinha 21 anos e era o décimo filho dos onze filhos de Manuel Peixoto Goulart e de Maria de Simas. Não regressaria.

Luís de Simas Belém, de 22 anos, era natural das Lajes, mas havia crescido em S. João em casa do padrinho, o Alferes Venceslau Francisco Viiera de Bem, já falecido. Sete anos mais tarde encontramo-lo a casar em S. João com Virgínia Brum do Rosário, do qual teria cinco filhos, três dos quais foram emigrantes no Brasil. Faleceu na freguesia em 1954.

João Silveira Pimentel, de 26 anos, solteiro, acompanhava seu irmão José Silveira Pimentel, de 41 anos, também solteiro, que emi-

grara 15 anos antes. Os dois regressariam para casar em S. João. João Silveira Pimentel casou em 1901, com 37 anos, falecendo aos 77. Seu irmão casaria aos 51 anos com uma mulher de 40, que lhe daria ainda uma filha. Faleceu aos 75 anos.

Outros dois irmãos, Manuel Silveira de Sousa, de 46 anos, e António Silveira de Sousa, de 43, regressavam aos Estados Unidos depois de uma visita à sua terra. Manuel havia emigrado em 1874 e António em 1875. Ambos morreriam em S. João. Manuel Silveira de Sousa veio casar à freguesia aos 55 anos e faleceu aos 77 anos. Seu irmão regressaria já viúvo, falecendo aos 76 anos.

Manuel Rodrigues Évora, de 27 anos, solteiro, filho de Miguel Rodrigues Évora e Rita dos Santos, também tirou passaporte nesse ano para os Estados Unidos. Supomos que não chegou a sair, na medida em que o vemos a casar em S. João em Fevereiro de 1891 com Luzia da Conceição, mãe dos seus três filhos naturais, o último dos quais havia nascido em Abril de 1890. Dentro do casamento nasceriam mais três filhos. Em 1901, então com 38 anos, embarcou com o filho António, de 12 anos, para os Estados Unidos. Regressou sozinho, vindo a falecer em S. João aos 87 anos.

Encontramos três homens casados a tirar passaporte para os Estados Unidos.

António da Silveira Machado, também conhecido por António de Brum da Silveira Machado, havia casado em Janeiro desse mesmo ano com Luzia da Conceição, de 25 anos. Deve ter saído e regressado quatro ou cinco anos depois, na medida em que o seu primeiro filho nasceu em Fevereiro de 1896. Nascer-lhe-iam ainda mais quatro filhos, o último dos quais em 1894. Em 1904 voltou aos Estados Unidos. Viria a falecer a S. João em 1914, aos 58 anos. A sua viúva, com três dos seus quatro filhos sobreviventes a residir nos Estados Unidos, iria reunir-se a eles, sem regresso, em 1922, quando contava 57 anos.

António José Gonçalves, de 27 anos, havia casado em Janeiro de 1888 e deixara um filho. Deve ter estado fora menos de cinco anos,

na medida em que vemos nascer-lhe um segundo filho em Junho de 1905. Faleceria em S. João aos 80 anos.

Francisco Vieira de Bem, de 58 anos, calafate, viajava acompanhado por sua mulher, Ana Emília Vieira, de 61 anos, seu filho, o Pe. Francisco Vieira de Bem, de 23 anos e uma criada, Luzia Augusta, de 18 anos. Havia saído da freguesia aos 15 anos e viera de visita com a família a S. João. A profissão de calafate sugere-nos que fora embarcadiço.

Apenas mais duas mulheres são referidas como tirando passaporte para os Estados Unidos. Não identificamos um delas, de 45 anos, solteira, de nome Rosalina Tomázia. A outra, Maria José de Sousa, de 15 anos, era orfã de pai e mãe e não tinha irmãos. O pai, José Silveira Gonçalves havia falecido quando ela tinha 8 anos e a mãe falecera em Setembro de 1889.

Para o Brasil tirou passaporte Manuel Goulart Jacinto, negociante, de 37 anos, solteiro, filho de Francisco Goulart de Sousa e de Maria Luísa. Havido emigrado isolado, com passaporte, aos 9 anos, para o mesmo destino. Faleceria no Brasil.

Francisco Vieira Tomás Bettencourt, também emigrara para o Brasil adolescente, quando tinha 12 anos. Conhecemo-lhe depois um segundo passaporte datado de 1885. Casaria em Outubro de 1889 com uma mulher de S. Mateus. Numa última viagem, em 1890 é identificado como caixeiro, profissão que devia exercer no Brasil. Não conhecemos o seu destino posterior.

Não identificamos uma família constituída por mãe, três filhos e uma criada, referida a S. João, que viaja para o Brasil nesse ano de 1890. Admitimos que Isabel Simas Goulart Teixeira, de 27 anos, fosse a mulher de algum emigrante da freguesia, com os filhos, Lafaete, de 5 anos, Américo, de 4, e Grácia de 2, todos nascidos fora. A criada, Josefa da Conceição, de 17 anos, não é também identificada.

Como se verifica, contrariamente ao que se passava ainda na década de 1860, o movimento para o Brasil neste final de século era alimentado principalmente pelas viagens de saudade ou de negócios

de indivíduos já lá anteriormente estabelecidos. Seria para os Estados Unidos, embora as visitas à terra não fossem depreciáveis, que se dirigiam agora os movimentos de saída, intensificados no início do século XX.

Os dramas provocados pela emigração na desagregação das famílias, no celibato definitivo, nas crianças que nascem sem pais conhecidos, seriam assumidos pessoalmente. A comunidade abria-se com admiração a esses mundos novos em que a afirmação do indivíduo era mais fácil, quer para homens quer para mulheres. Transmitiam-se e recebiam-se influências culturais. O emigrante retornado bem sucedido era socialmente prestigiado, independentemente do seu ponto de partida. A sociedade insular aprendia a valorizar a iniciativa e o sucesso individual, independentemente do sexo.

As ligações entre a freguesia e os países de acolhimento dos seus emigrantes seriam continuamente reforçadas, mesmo em períodos de corte nas correntes migratórias, como aconteceu entre os anos vinte e cinquenta do nosso século. Certamente, nos últimos cem anos ou mesmo mais, nenhum habitante de S. João deixou de ter alguma relação familiar com alguém a viver nos Estados Unidos. Ainda não vai muito tempo, essa relação, reforçada por cartas e pequenas prendas que recebiam como resposta alguns dólares soltos numa carta ou uma saca de roupa usada, ajudava a equilibrar os débeis orçamentos de muitas famílias.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Norberta, "A diversidade de Comportamentos demográficos no Portugal de Antigo Regime", *População e Sociedade*, 1997.

AMORIM, Maria Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Universidade do Minho, Braga, 1992.

AMORIM; Maria Norberta, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987.

DUPÂQUIER, Jacques, "Demografia Histórica e História Social", in Maria Luíza Marcílio (Org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 25-46.

FARIA, Inês, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, Guimarães, NEPS, 1998.

FLEURY, M. e HENRY, L., *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, INED, 1865.

FLINN, Michael, *El sistema demográfico europeo*, 1500-1820, Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

LIVI-BACCI, Massimo, *Ensayo sobre la historia demográfica europea*, Barcelona, Ariel, 1987.

MACEDO, António, *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, Vol. III, 1981.

MADEIRA, Artur António Boavida, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997, policopiado.

MENESES, Avelino de Freitas de, "A insuficiência frumentária do Faial-Pico em meados do século XVIII", in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural, 1995.

MENESES, Avelino de Freitas de, *Gentes dos Açores- o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997, policopiado.

PIAZZA, Walter, A epopéia açórico-madeirense; 1747-1756, UFSC/ Editora Lunardelli, Santa Catarina, 1992.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, dissertação de doutoramento, Instituto Universitário Europeu, 1998, policopiada.

A Entrada no Contemporâneo Vista dos Açores

José Guilherme Reis Leite

Foi-me distribuída pela direcção do nosso Instituto a incumbência de fazer uma conferência com o título em epígrafe, quando organizou o programa deste colóquio. Entendi que havendo uma preocupação de síntese e de explanação de temas introdutórios a cada uma das áreas em que se dividia o programa, o que se esperava do conferencista era um olhar açoriano sobre a entrada na época contemporânea nesse vasto mundo atlântico. É evidente que os factos são os mesmos e que a novidade só pode estar na apreensão da maneira como os açorianos encararam os fenómenos políticos, sociais e económicos que temos vindo a reflectir nestes dias de debate.

A primeira questão que se levanta, prende-se com a cronologia, sempre aleatória e muito discutível. As balizas são de grande transitoriedade, conforme o prisma pelo qual encaramos a sociedade. Contudo, tem sido comummente aceite que Portugal entra na época contemporânea ([1]) com a ida da Família Real para o Brasil, em Novem-

---

(1) SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História de Portugal (1807-1832), Lx[a], Ed. Verbo, 1984, vol VII.

MATOSO, José (Dir) História de Portugal, O Liberalismo, Lx[a], Ed. Estampa, 1993, vol V.

bro de 1807, e que esta data é fundamental para se compreender o novo Mundo Atlântico e o início do Portugal Contemporâneo. Aceitemo-la nós também, nesta análise açoriana, como charneira entre as duas épocas, não nos preocupando agora com manifestas raízes que vão mergulhar na problemática desse apaixonante final do séc XVIII.

A desagregação do império luso-brasileiro ([2]) e o desmantelar da estrutura colonial, com o fim do domínio das rotas do Atlântico pela marinha portuguesa ([3]), que têm sido várias vezes aludidos nesta reunião, trouxeram consequências complexas às Ilhas dos Açores, impondo-lhe novas funções no mundo atlântico. As ilhas passaram, quando se cortaram, por imposições da guerra peninsular, as ligações regulares com Portugal, a ser uma fronteira atlântica e um ponto de apoio imprescindível às esquadras britânicas que garantiam a liberdade de navegação ([4]). O domínio inglês, que se ia cada vez mais afirmando nos mares e que principalmente depois de Trafalgar não encontrava rival à altura, necessitava das ilhas e por isso lhes garantia protecção e defesa. Ninguém verdadeiramente acreditava num desembarque francês ou sequer numa ameaça credível dessa potência, cada vez mais claramente continental, mas a Inglaterra cumpria a sua função de potência marítima e sossegava os receios dos seus aliados, neste caso da administração portuguesa fixada no Rio de Janeiro. Em troca, exigia fidelidade absoluta às novas regras impostas de livre circulação no Atlântico, liberdade de comércio (com privilégios para eles próprios) e durante a guerra, apoio logístico ao reabastecimento das armadas e cedência de cereais para as suas colónias nas ilhas da América Central. Eram novas funções, que até nem

---

(2) SILVA, Maria Beatriz Nizza (Cord.) O Império Luso-Brasileiro 1750-1822, vol VIII de Nova História da Expansão Portuguesa, Lx[a], Ed. Estampa, 1986, p. 396 e Seg.

ALEXANDRE, Valentim e Jil DIAS (Cord), o Império Africano, 1825-1890, vol X da Nova História da Expansão Portuguesa, Lx, Ed. Estampa, 1998, p. 23 e Seg.

(3) TELO, Antonio José, História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I), Lx[a], Academia da Marinha, 1999, p. 1 e Seg.

(4) LEITE, José Guilherme Reis, "Os Açores e os Interesses Ingleses no Atlântico durante a Guerra Peninsular" in Arquipélago. Número especial 1988: Relações Açores – Grã Bretanha, P.D., 1988, p. 101 a 122.

pareciam demasiado onerosas para a administração das ilhas, que com notável facilidade se adaptou às realidades, com proveito manifesto. Algumas perturbações nas relações internas do poder, principalmente com os súbditos britânicos e um fazer de vista grossa a certos desacatos que em tempo de paz não se tolerariam, mas que a política exigia. Pelo que se conhece de documentação da Capitania Geral nesse período agitado, esta ajustou-se às regras da real política e acomodou-se a exercer uma soberania limitada, imposta pelas necessidades da potência marítima. Era o preço a pagar pela não ocupação efectiva e militar das ilhas, evitando-se assim o que aconteceu na Madeira. A velha regra da diplomacia dos mais fracos, que é a aceitação do mal menor (5).

Com o aliviar das tensões da guerra na Península e seus reflexos no arquipélago tudo ia voltando à normalidade, mas os tempos eram outros e os portos insulares eram agora procurados principalmente por navios ingleses e americanos, cumprindo mesmo o porto da Horta uma função essencial no período entre guerras da Inglaterra e Estados Unidos. Foi uma época notável (6), essa em que a Horta serviu de porto de baldeação das mercadorias que se trocavam entre os dois países sem comércio regular. A nova exigência política que se impunha à Capitania Geral era gerir de novo o díficil equilíbrio da neutralidade de uma potência secundária administradora, de importantes apoios no Atlântico, quadro preferencial para a disputa dos interesses cada vez mais antagónicos da Inglaterra e das suas antigas colónias da América do Norte.

Os anos de 1810 a 1815, foram anos de preocupação política, mas de prosperidade que os açorianos envolvidos no comércio e principalmente nas actividades portuárias, procuravam aproveitar.

Contudo, esta problemática que impunha uma política de contínuas

---

(5) COSTA, Ricardo Manuel Madruga da "As Invasões Francesas e a Transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil, Algumas repercursões nos Açores", in Arquipélago, história, P.D., 2ª Sem., 1999, vol III, p. 275 a 324.

(6) COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, "Faial 1808-1810. Um tempo memorável", in Bol do Núcleo Cultural da Horta, vol XI, 1993-95, p. 135 a 285.

cedências e também alguns receios, não era pacífica e encontrava os seus opositores, dos quais nos chegaram ecos. Da parte dos próprios ingleses ([7]), principalmente oficiais de marinha que conheciam bem o valor das ilhas para a estratégia marítima britânica e para a consolidação do Império, floresciam opiniões que não aceitavam de bom grado a negociação diplomática e preferiam uma transformação política que garantisse à Inglaterra o domínio efectivo do arquipélago. É esta corrente que aparece explicada no livro do capitão Tomas Ashe, The History of the Azores ([8]), publicado em Londres em 1813 e em que se propõe a libertação dos açorianos da tirania da incapaz administração portuguesa e a sua transformação num protectorado inglês, cumprindo os Açores funções claras de apoio ao Império Britânico. Mas esta era uma linha de orientação renegada pelos gabinetes de Londres, que davam preferência ao controlo das ilhas indirectamente, pela negociação e pela imposição dos seus interesses.

Da parte açoriana, oficialmente eram essas também as regras, a negociação diplomática caso a caso, salvaguardando a aparência da soberania integral. O problema seria, quando muito, as vozes de uma opinião pública que se ia formando e que se mostrava indignada naquilo que considerava cedências escandalosas à Inglaterra e à sua insaciável cobiça. É a primeira vez que se inaugura uma opinião pública insular, que se exprime através de jornais e revistas publicados em Londres ([9]), consentida, é verdade, pelo poder político a quem, afinal, criticando, acabava por servir. E neste prisma que devemos entender, as prosas de Borges da Silva ([10]) e Cabral de Melo ([11]). Haveria, decerto, quem concordaria com as

---

(7) LEITE, José Guilherme Reis, "Uma Polémica sobre Política Atlântica no séc XIX – Os Açores e o Império Britânico", in 1º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses Actas, Lxª, U.N., vol II, 1985, p. 289 a 300.

(8) T.A., History of the Azores or Western Islands, London, 1813.

(9) Por exemplo em "O Investigador Português em Inglaterra", Londres, de Junho de 1811 a Fev. 1819, geralmente encadernado em 23 vols.

(10) SILVA, Francisco Borges "Extracto da História das Ilhas dos Açores Impressa em Londres em 1813 e Refutação das Falsidades aí Publicadas ou, a Impostura do Capitão T.A: desmascarado", in Investigador Português em Inglaterra, Londres, vol XII, 1815, p. 153 a 180 e 317 a 375. Reproduzido in Arquivo dos Aores, vol IX p. 484 a 550.

(11) MELO, João Cabral de, Resposta dos Habitantes da Ilha Terceira ao Capitão de Ganadeiros T.A sobre a sua História das Ilhas dos Açores, anexo ao trabalho de José Guilherme Reis LEITE, "Uma polémica sobre Política Atlântica no séc XIX.." já citado, p. 301 a 317.

teses do capitão inglês, mas os tempos não eram ainda para que tivese eco tal pensamento.

Abria-se um debate novo na problemática açoriana e que se iria prolongar por quase toda a primeira metade do séc XIX, o qual se podia consubstanciar na dúvida se as velhas instituições político administrativas do tempo passado continuavam a servir para as novas realidades. Dito de forma mais simples, se a Capitania Geral tinha préstimo para presidir às novas exigências ([12]).

Numa primeira fase, que se irá prolongar até aos anos vinte, apesar de algumas ténues vozes críticas, é bem claro que sim. A estrutura montada da Capitania Geral adaptou-se até com notável maleabilidade e o governo encontrou no capitão general um instrumento eficaz para a sua política. Principalmente D. Miguel António de Melo, que presidiu à época mais conturbada e difícil destas novas funções, foi um notável e inteligente executor da política nacional. Foi o capitão general que manobrou o difícil entendimento com a Armada Inglesa no tempo da guerra, que arrecadou as rendas necessárias para acudir à penúria do tesouro e pagar parte da dívida contraída por Portugal em Londres, de 600.000 libras, cuja responsabilidade recaía nas rendas régias açorianas. Foi ele, também, que aguentou a contínua necessidade de equilíbrio nos tempos da neutralidade.

A Junta da Fazenda, nessa época de guerra e de excepção, serviu eficazmente, assumindo mesmo funções legislativas extraordinárias, revogando leis e adaptando outras que permitiram enfrentar com êxito as novas realidades.

Acabava por se viver nos Açores um período de prosperidade que permitia passar-se de uma época colonial a uma outra de mercado livre, com vantagem e em que as ilhas, para além dos incómodos inevitáveis, viam valorizados os seus produtos e as suas apetências estratégicas. Não é pois de estranhar que os mais acérrimos defenso-

(12) Apesar de velha, a única visão do conjunto sobre a Capitania Geral é o livro de MAIA, Francisco de Athaíde Machado de Faria e, Capitães Generais 1766-1831. Subsidios para a História de S. Miguel e Terceira, P.D:, 2° ed., I.C.P.D:, 1988, 388 p.

res da Capitania Geral sejam internamente grandes negociantes locais, como João da Rocha Ribeiro e Raposo do Amaral e externamente o Governo de Portugal, que só muito relutantemente consentiria na extinção da Capitania Geral.

Mas os Açores não estavam imunes às novas ideologias que se espalhavam vertiginosamente por todo esse espaço atlântico e que eram causa e consequência das novas transformações. É hábito afirmar-se que as ideias liberais e maçónicas foram transplantadas para o arquipélago por um acto impensado da Regência de Portugal, que nos dias negros da terceira invasão francesa não hesitou em deportar para as ilhas os seus inimigos ideológicos, os acusados de afrancesados e pedreiros livres da setembrizada de 1810. Teriam sido estes deportados, conhecidos por deportados da «Amazona» ([13]), nome do vaso de guerra que os trouxe, que seriam os responsáveis pela propaganda liberal. Não renegando eu o impulso desse grupo, convém não esquecer que já desde os finais do séc XVIII temos notícias de maçons organizados na Horta ([14]), que os mais destacados açorianos do vintismo, como André da Ponte Quental e João Medeiros Mantua, eram gente que estudara ou vivera em Portugal, onde se filiou nas ideologias revolucionárias e que foram notáveis propagadores muitos dos bacharéis enviados para lugares da administração da própria Capitania Geral. Foi desta incontestável amálgama que sairam os novos dirigentes da política liberal.

A primeira experiência política liberal do nosso país, conhecida pelo vintismo, provocou nos Açores desencontradas opiniões ([15]). Uma linha de acção comandada pelos interesses locais aproveitou a

---

(13) MAIA, Francisco d'Athaide Machado de Faria e Um deportado daAmazonas – Monografia. Historia 1810 –1834 P.D.,Tip. Fernando d'Alcantara, 2 ed, 1930, 403 p.

(14) MARQUES, A.H. de Oliveira, História da Maçonaria em Portugal vol I, Das Origens ao Triunfo, Lx[a], Ed. Presença , 1989, p. 146.

(15) O mais recente trabalho sobre este período é de ENES, Maria Fernanda Diniz Teixeira, O Liberalismo nos Açores. Religião e Política (1800-1832). Dissertação de Doutoramento em Historia das Ideias, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N. de Lisboa, 1994, polic. 2 vols. Mas não dispensa a consulta das obras clássicas.

ocasião, mais do que para alinhar pela nova ideologia, para reunir à volta do pequeno grupo dos liberais micaelenses um conjunto de vontades dispostas a acabarem com a própria Capitania Geral e à subordinação daquilo que consideravam os legítimos interesses de S. Miguel ao governo de Angra. Foram os fautores do golpe militar de 1 de Março de 1821, que separou de facto o governo da ilha do conjunto do governo do arquipélago ([16]).

Uma outra linha de acção, foi dirigida por chefes liberais colocados em lugares importantes da administração central, em Angra, que se levantaram também contra o poder do Capitão General, em 2 de Abril de 1821, com o propósito de instaurar uma junta governativa que subordinava as ilhas ao poder das Cortes Constitucionais em Lisboa ([17]).

Uma terceira linha de actuação, comandada pelo próprio capitão general, reunindo à sua volta os fieis à soberania régia, que se negavam a aceitar e a legitimar o poder revolucionário de Lisboa e que pretendiam aguardar o desenvolvimento dos acontecimentos, possivelmente na esperança de verem regressar a normalidade monárquica ou até poderem decidir a qual das partes do antigo império deviam aderir ([18]).

As tensões entre estas várias soluções produziu nos Açores uma época conturbada de golpes e contra golpes com vitórias ocasionais de um lado ou de outro, mas sempre dependentes das soluções nacionais, não conseguindo os açorianos comandar claramente o seu destino. Convem aqui chamar a atenção para uma questão em parte lateral, mas curiosa, que é o movediço mundo das ideologias, em que

---

(16) Sobre as motivações deste golpe o melhor trabalho continua a ser CORREIA, Ayres Jacome "História Documental da Revolução de 1821 na Ilha de S. Miguel para a separação do Governo da Capitania Geral da Ilha Terceira ", in Revista Micaelense Ano III, 1920, nº 2, p. 705-729, nº 3, p. 811 a 841, Ano IV, 1921, nº 1, p. 907 a 1000, nº 2, p. 1019 a 1046, nº 3 p. 1173 a 1199.

(17) VALADÃO, Francisco Lourenço, Dois Capitães Generais e a 1ª Revolução Constitucional na Ilha Terceira, Lxª, Ed. Panorama, 1964, 261 p.

(18) LEITE, José Guilherme Reis "Garret e os Açores. Um Episódio Famoso Revisitado", a publ. Nas Actas das Comemorações Garrettianas, P.D., I.C.P.D., 1999.

estamos longe da visão simplista de uma sociedade dividida entre realistas e liberais, ou entre reacionários e progressistas. É um mundo de nuances, muitas vezes ténues e de alianças provocadas mais pelos interesses de ocasião do que pelas fidelidades ideológicas. O exemplo mais acabado disto mesmo é a vasta e complexa aliança dos promotores do movimento revolucionário micaelense contra a Capitania Geral.

Paralelamente a este debate interno surge, na sequência do fenómeno das revoltas e guerras de libertação chefiadas pelos movimentos independentistas dos colonos brancos nas colónias da América do Sul, o lançamento de um debate político entre os açorianos que pretendia fazer vingar a tese de se ter chegado à ocasião propícia para se estabelecer um estado: o Estado Insular. O porta voz desta tese foi João Soares de Albergaria de Sousa ([19]), que exprimiu a sua opinião e a sua proposta na Corografia Açorica, de 1822, avaliando de uma forma hiperbólica as potencialidades açorianas, mas tentando evitar, por um lado a fragmentação político administrativa do arquipélago e, por outro a subordinação mais aos interesses e directivas exteriores, do que àquilo que lhe parecia ser o caminho que melhor servia os Açores. É bom lembrar que Albergaria e Sousa era um exaltado liberal da linha mais progressista e bem longe das alianças conservadoras, para perpetuar o status quo.

O reflexo das lutas e desarmonias internas reflectiu-se, evidentemente, nas eleições para deputados à Constituinte e dela saiu a divisão do poder político administrativo dos Açores em três comarcas, não conseguindo verdadeiramente vingar qualquer das teses locais. Os próprios micaelenses, que aparentemente venciam, vêem-se subordinados a autoridades externas, como o Corregedor, e não conseguiam impor um governo municipalista de gente da terra.

---

(19) Corographia Açorica ou discripção phisica, politica e histórica dos Açores, por um cidadão Açorense, M. da Sociedade Patriotica Phylantropa n'os Açores, Lx[a], na Impressão de José Nunes Esteves 1822. Há uma edição moderna, P.D:, Jornal da Cultura, 1995, 133p. Prefácio de José Guilherme Reis Leite.

Soares de Albergaria, pregava no deserto. A expressão dos interesses açorianos era uma miragem ([20]).

Mas com o liberalismo abria-se um outro debate, que iria atravessar todo o período, sobre as experiências político administrativas mais adaptadas às necessidades insulares. Os interesses locais pugnavam pela fragmentação do poder e a divisão do arquipélago por grupos de ilhas, onde viam interesses comuns, mais económicos do que políticos ou sociais. Essas áreas eram comandadas a partir das elites locais de Ponta Delgada, Angra e Horta.

O grupo de Corografia não negava, antes defendia ferozmente, a necessidade de modernizar as estruturas político administrativas, mas recusava-se a aceitar a divisão do arquipélago e propunha a criação de um governo democrático, de unidade e administrador dos diversos interesses locais, através de um Senado com representantes de todas a ilhas.

Os interesses nacionais, que pretendiam integrar os Açores na mundividência de Portugal, pugnavam por um governo centralizado forte capaz de se fazer obedecer e de gerir as ordens emanadas do governo da nação. Em última instância, pretendiam impôr a Capitania Geral e assim o faziam, sempre que se formava um gabinete com verdadeira autoridade.

Não é por acaso que a situação política saída do golpe de Vilafrancada, em 1823, revogou a lei das Cortes que dividia o arquipélago em três comarcas e restabeleceu a Capitania Geral, ainda que dando um certo ar de reformismo, certamente aí introduzido pelo terceirense, o agora ministro poderoso, o Conde da Subserra.

Impunha-se uma solução, mas não se conformavam as vontades e sempre que existia um governo fraco ou com problemas internos, agitavam-se nas ilhas os fantasmas dos movimentos revolucionários locais dispostos a imporem a sua vontade de divisão político-administrativa por

---

(20) LEITE, José Guilherme Reis "Para uma Leitura da Corographia Açorica de João Soares de Albergaria de Sousa" in Arquipélago, P.D:, Numero Especial, 1983, p. 279 a 317.

grupos de ilhas, os quais finalmente acabariam por levar a melhor, com a instauração, em 1836, dos três distritos açorianos.

A entrada no Contemporâneo era difícil e morosa e as novas estruturas políticas só vagorosamente se ajustavam às novas realidades. Nos Açores, como em Portugal, se a linha revolucionária falhava estrondosamente, a reformista não se mostrava mais eficaz. As resistências e a inércia eram demasiado pesadas para que uma carta constitucional outorgada conseguisse impor-se com paz e harmonia, que era a sua principal função.

Nas ilhas, a Carta e as suas consequências políticas não pareciam entusiasmar as élites locais, anquilosadas nas velhas questiúnculas internas. Não se encontravam voluntários para representarem os Açores nas Cortes, porque a política local não estava madura para exercer as suas novas obrigações ([21]). Só assim se pode explicar o desaire da eleição de 1826, em que as ilhas mandaram como seu representante em cortes gente não açoriana, nem ao menos residente e na maioria vinda do velho vintismo revolucionário, que tanto agitara ingloriamente a sociedade insular. A problemática do primeiro cartismo nas ilhas não está estudada, mas pelo que se conhece corresponde a tempos de desânimo a descrença nas soluções parlamentares, sem uma visão de conjunto ou propriamente de interesses comuns.

Um golpe militar, que parecia condenado ao inevitável fracasso, como a revolta de 22 de Junho de 1828 em Angra ([22]), repondo a legalidade da Carta e restaurando D. Maria II por oposição ao acalmado D. Miguel, trouxe possibilidades inesperadas de um novo papel para os Açores. É um chefe local, o Morgado, Teotónio de Ornelas ([23]) (o futuro Visconde de Bruges e Conde da Praia da Vitória), que

(21) LEITE, José Guilherme Reis, "As Primeiras Eleições Cartistas nos Açores em 1826", in Arquipélago, P.D:, 2ª Série, vol III, 1999, p. 325 – 350.

(22) ENES, Maria Fernanda Diniz Teixeira, ob. Cit.

Também nesta matéria não dispensa a leitura dos clássicos

(23) VALADÃO, Francisco Lourenço "O último capitão General do regime absoluto na Ilha Terceira", in Boletim do Inst. Hist. da Ilha Terceira, vol II, 1944, p. 21 a 165.

actuando pela primeira vez como um verdadeiro caudilho local, que impõe a resistência e obrigou os próprios militares a desistirem da deserção. Parecia nascer nas ilhas uma verdadeira vontade política própria, ainda hesitante e sobretudo sem garantia de sobrevivência, mas incontestavelmente uma vontade própria. A Terceira passara, ao longo dos anos de 1828 e 1829, da "ratoeira", como era conhecida entre os emigrados, para "o baluarte da liberdade", onde se irão acantonar os resistentes. Aí se organizará o Exército Libertador, se amadurecerão as soluções políticas da futura máquina governativa da monarquia constitucional e se chocarão os desatinos das facções políticas que por toda a primeira metade do século dilacerarão a Pátria portuguesa. Os Açores tornavam-se, agora, nesta nova fase do nascimento tormentoso do Portugal contemporâneo, no centro das decisões. Era uma nova função que lhes estava reservada e com ela renasciam as esperanças de uma época de progresso.

Mas mais do que os conhecidos sucessos liberais interessa, para esta prespectiva, uma reflexão sobre as medidas tomadas para a rectaguarda. O gabinete de D. Pedro recusava, como era tradicional nos poderes do Estado, qualquer proposta de divisão política administrativa nas ilhas. Impunha a Provincia dos Açores, com o seu Perfeito e a centralização e concentração dos poderes. A existência dos subprefeitos em S. Miguel e Faial não iludia a preferência por uma autoridade delegada de comissário político instalada em Angra. A escolha do brigadeiro Refoios e a atribuição de poderes militares extraordinários não deixavam margens para dúvidas.

Pode-se argumentar, é claro, com a necessidade de proteger a rectaguarda e o local de retirada no caso de um desaire no continente, para se reorganizar as forças. Os próprios chefes locais parecem ter compreendido estas urgências ditadas pelo bom senso político, mas não desistiram, principalmente em S. Miguel, de serem eles próprios os executivos das políticas e das ordens emanadas do gabinete do Porto. São esses chefes locais que garantem a fidelidade à causa liberal, eles mais do que as autoridades nomeadas. São eles, ainda, que

através dos batalhões de voluntários (quantas vezes recrutados à força) mantêm a ordem, com medidas de grande violência sobre os desertores do próprio Exército Libertador e dos guerrilheiros acantonados nos matos das ilhas de S. Miguel e Terceira ([24]).

Por outro lado, aceitavam e desejavam a inclusão do arquipélago na orgânica do Reino, através do código administrativo (se assim se pode definir já, a lei de Moosinho de 1832) mas não desistiam do seu projecto de acabarem com a centralização interna. Consentiam em tréguas, mas não davam garantia do fim da luta. É por isso que a Província dos Açores, como prefeitura, não pode deixar de ser encarada como uma solução transitória e que tinha os dias contados. A acção do próprio Refoios talvez não tenha facilitado, mas não restam dúvidas das intenções dos chefes micaelenses, que conseguiram manobrar o subprefeito Saraiva e que não hesitaram em usar a desobediência para impor a sua vontade de constituir um governo local dependente directamente do Ministério do Reino, nova ligação hierárquica na modalidade das ilhas adjacentes e não possessões ultramarinas como até aqui, e por isso subordinadas ao Ministério da Marinha e Ultramar, como as demais colónias.

É por isso que a consolidação militar e política dos liberais, com a vitória que começava a delinear-se no Porto e o consequente alívio de pressão de uma eventual retirada para os Açores, permitiu que a atitude do governo mudasse perante as pressões dos poderosos chefes micaelenses e se avançasse para a criação de duas Prefeituras nas ilhas em 1833, concedendo-se aquilo que tanto ambicionavam os apoiantes da causa na ilha de S. Miguel. Aberta esta excepção, a divisão do arquipélago em três governos locais, à maneira da velha solução vintista, era uma questão de tempo, como efectivamente veio a acontecer com a criação dos distritos em 1836. Consolidava-se, assim, uma solução política e administrativa para os Açores que dura-

(24) MAIA, Francisco d'Athaide Machado de Faria Novas Páginas da História Micaelense 1832-1895, P.D:, 2ª ed., 1994, 428 p.

ria mais de um século e que era, bem ou mal, aquela que os próprios açorianos exigiam e acabaram por impor, contra a vontade e a tradição do governo. Nesse sentido, pode-se considerar uma significativa vitória da vontade própria das forças locais e como tal o início de uma consciência política formada nas novas ideologias liberais ([25])

Mas os Açores saídos da vitória liberal eram completamente diferentes. Fechava-se uma página do arquipélago como peça central das políticas coloniais e as ilhas passavam, agora, claramente para uma situação de periferia do novo Estado. Periferia política, antes de mais, e nesse sentido periferia ou adjacência do Reino, conscientemente pedida e assumida, mas também periferia económica, social e cultural, talvez menos desejada, mas inevitável. Terão os açorianos, mesmo os mais preparados, tido consciência dessa profunda transformação, que era, afinal, o mais significativo passo da entrada no Contemporâneo? É pergunta de díficil resposta.

Quase todo o século XIX nos Açores vai ser marcado por um período de desalento e incerteza. Uma dificuldade clara de encontrar novas funções para as ilhas na organização do Portugal Contemporâneo, o que criou nos insulanos uma mentalidade de frustração e abandono por aqueles que haviam sonhado com uma época de progresso. As novas autoridades, sempre com poder delegado e cada vez mais dependentes da vontade política dos governos centrais, principalmente quando saiam dos quadros políticos e administrativos locais, não escondem o seu pessimismo em relação às concretas dificuldades. Vai-se criando o mito da Pátria Madrasta, que só se lembra dos Açores quando deles necessita e cujo sentimento mais relevante é a ingratidão. Mesmo em alturas de auto-estima e de engrandecimento, como durante a acção política de Garrett na sua função de deputado eleito

(25) Dois livros recentes contribuem de forma clara para uma reflexão do conjunto sobre os Açores no século XIX:

JOÃO, Maria Isabel. Os Açores nos século XIX. Economia, Sociedade e Movimento Autonomistas, Lx[a], Ed. Cosmos, 1991, 327 p.

DIAS, Fátima Sequeira. Uma Estratégia de Sucesso numa Economia Periférica. A Casa Bensaude e os Açores 1800-1873, P.D., Jornal da Cultura, 1996, 487 p.

pelo círculo de Angra, fica um sabor a amargo de quem não consegue encontrar naqueles que se serviram das ilhas, apoio para ultrapassar as dificuldades locais.

A própria liberdade não trazia aos chefes políticos capacidade suficiente e independência para encontrarem respostas adequadas. É neste clima de depressão económica manifesta, de desarticulação social bem visível na emigração persistente e continuada, de incapacidade política para encarar de frente os novos problemas de uma sociedade contemporânea, que irão surgir as respostas pouco ortodoxas, como o separatismo militante e a atracção e fascínio pelas sucessivas potências marítimas, sem que estas aceitassem nunca as propostas que sectores insulares insistentemente lhe faziam.

O Contemporâneo chegara às ilhas com auspícios de novas e determinadas funções no domínio do Atlântico, que se vieram a mostrar frustrantes. Uma esperança de progresso e desenvolvimento assente em novas capacidades de reforma política e administrativa que não se concretizou e antes gerou um período de profunda crise persistente, que atravessa todo o século e que afasta as ilhas claramente dos avanços civilizacionais europeus, não obstante as diversidades internas do próprio arquipélago.

Os Açores visitados: De George Forster e o Conde de Ségur a Ida Pfeiffer

Pedro da Silveira

Para a História, como para a Etnologia, a literatura de viagens, com os informes que carreia, tem um valor há muito geralmente reconhecido. Nos Açores, a atenção aos escritos dos que nos visitaram começaria em meados do século passado, com José de Torres, e Ernesto do Canto, como bibliógrafo, também, a considerou. Depois, Afonso Chaves, seguindo no mesmo caminho, seria quem estimulou César Rodrigues a traduzir, para o *Arquivo dos Açores*, a obra sobre ilha de S. Miguel do americano J. H. Webster, que ali residiu nos anos de 1817 e 1818. Mais cá e com maior persistência, o Dr. João H. Anglin passou ao português vários autores viajantes de língua inglesa, começando pelos irmãos Joseph e Henry Bullar. E também no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* José Agostinho publicaria textos vertidos de *Itinerário* de Linschoten. O que continua a faltar é uma bibliografia de género, registando, além de livros ou partes de livros, textos saídos em jornais e revistas e não se limitando aos autores de países estrangeiros, mas juntando-lhes os portugueses, desde o Marquês de Fronteira e Sá da Bandeira, aqui vindos na emigração liberal, a Hipólito Raposo e Castro Soromenho. Além disto, não possuímos uma antologia, como a que Cabral do Nascimento fez para

a Madeira e que não sei se chegou editar-se. Há aí um livro com pretensão a sê-lo mas melhor fora não se ter publicado.

Com a literatura de viagens dá-se um equivalente ao que sucede com as gramáticas de uma língua feitas por estrangeiros. Dizia-me uma vez José de Bragança que a melhor do francês era a de um dinamarquês, e, estranhando-lhe eu isso, contrapôs-me que quem vê de fora para dentro melhor surpreende e distingue particularidades às quais os de casa, por isto mesmo, não deram atenção. Um reparo que não glosarei aqui e agora, só acrescentando que, para o português, do mesmo modo as gramáticas de J. Dunn e Pilar Vásques se posicionam entre as melhores. Com as impressões de uma terra e sua população, hábitos e costumes dela, identicamente sucede. E a propósito recordo-me do livro em que G. K. Chesterton põe um inglês a ver a Inglaterra vindo a ela do mar, seja de fora para dentro, quando até então só a vira estando ali, resultando que aspectos nela notáveis sempre antes lhe haviam passado despercebidos.

Sem mais preâmbulos, passo ao que escreveram sobre os Açores três estrangeiros que nos visitaram entre 1775 e 1855: o alemão Georg Forster (1754-1794), o francês conde Louis Philippe de Ségur (1753-1830) e a austríaca Ida Pfeiffer (1797-1858). Pensei, primeiro, ampliar o quadro entre o segundo autor e a Senhora Pfeiffer, com, por exemplo, a visão da Graciosa de Chateaubriand – e com isto os frades dele faziam par às freirinhas de Ségur –, mas acabei considerando que seria excessivo. Assim, a respeito das belas páginas graciosenses do autor das *Mémoires d'autre tombe* cinjo-me a lembrar o estudo, tão bom e tão mal conhecido aqui, que lhe dedicou Vitor Ramos. Bem nos merecia reeditar-lho, acompanhando uma bem feita versão do escrito pelo grande romântico.

O que escreveu Forster a respeito dos Açores em geral e particularmente o Faial, onde permaneceu de 14 a 19 de Julho de 1775, vem no volume II da sua *Voyage round the World, in His Britannic Majesty's sloop* Resolution, *commanded by Capt. James Cook, during the Years 1772, 3, 4, and 5*, que se publicou, em Londres, em 1777,

e do inglês foi traduzida para outras línguas europeias mas nunca, sequer parcialmente, suponho, para a portuguesa. O que também se aplica à relação assinada pelo Capitão James Cook, mas obviamente obra colectiva, do seu secretariado literário e científico no qual é de destacar o pai de Forster. Marcelino Lima conheceu esta obra e citou dela o referente ao Faial.

Desembarcado Forster na Horta, em companhia do Capitão, com seu pai e os ingleses Wales e Hodge, os cinco ficaram hospedados em casa do cônsul-adjunto britânico, Mr. Dent. Seguiram-se as visitas da praxe, incluso as feitas aos conventos, com maior demora no de S. Francisco. Os padres, conhecedores ou não de línguas estrangeiras, mas desempenhando-se bem no latim, eram, para viajantes da qualidade especial dos Forster, informadores de eleição. Mãe, pai e filho também quiseram conhecer *de visu* o mais possível do Faial, calcorriando a Horta, observando-lhe as casas e as pessoas, o seu comércio, o interior dos templos, que visitaram, e depois avançando sobre os altos arredores e excursionando até ao vale dos Flamengos.

As impressões são em geral boas, superando as da Madeira, visitada por Forster à ida, em 1772. Por exemplo, achou os camponeses faialenses mais asseados que os madeirenses em si mesmos e no interior das suas casas, em algumas das quais entrou. Quanto à paisagem circundante, vê a da Horta algo parecida com a do Funchal e, referindo as calçadas, tem por melhores, no empedrado, as faialenses. Porém, o interesse maior do relato afigura-se-me estar no *aperçu* que Forster faz de cada ilha. É certo que não visitou nenhuma fora o Faial, mas ele e seu pai tiveram a fortuna de privar com um padre ilustrado e bom latino que, além de lhes dar informações históricas, estas menos precisas, os foi elucidando sobre a população e produções, do Corvo, com os seus 500 habitantes cultivando trigo e fazendo criação de porcos, a Santa Maria, abastecedora em louças de barro e telha de todo o arquipélago.

Àcerca do descobrimento das Ilhas? Forster diz que um pri-

meiro em 1439, se deveu a navegantes flamengos vindo depois o dos portugueses, que achariam Santa Maria em 1447. Gonçalo Velho-Cabral (Don Gonzalo) viria para a Terceira em 1449 e fundou Angra. Enfim o mais disto, com excepção dos flamengos no povoamento de algumas ilhas, é de esquecer. Mas o padre, pessoa bem humorada e algo desempoeirado, já foi bom no ministrar a Forster, sobre cada ilha, dados indo de demográficos à economia delas. Destaca o Pico, com seus vinhos, a Graciosa, que também os produz, mas não assim de qualidade superior, deles fazendo aguardente – à razão de cinco-seis pipas para uma –, ou S. Miguel. Desta ilha, Forster nota que não é vinícola, mas dá em abundância trigo e linho, este ali manufacturado e com exportação de panos para o Brasil. E lá vem o custo da vara: mais ou menos um xelim e seis *pence*. Da Terceira, apresentada como a ilha maior, seguida do Pico, diz: "Cultivam muito trigo e também produz algum mau vinho." Ainda não nascera o verdelho dos Biscoitos. Quanto a milho, é referida a sua cultura no Faial.

Sobre os vinhos do Pico, não passou sem reparo a Forster exportarem-se como do Faial, onde eram embarcados dando esta outra ilha só pouco vinho e sem qualidade. Regista a produção anual do Pico: em média 30.000 pipas, até 37.000 em vindimas excepcionais. O vinho *passado*, com pequena produção, merece-lhe a indicação do preço da pipa: sete a oito libras esterlinas. As terras da vinha, à banda ocidental da ilha e no sopé da montanha, são maiormente propriedades de faialenses, que no Verão e até concluídas as vindimas se mudam, com as famílias, para o Pico. De S. Jorge, decerto à conta dos Casteletes, embora não mencionados, Forster aponta que a produção é pequena.

A nota pitoresca não faltou no informe do padre a respeito das Flores. Após dito que a ilha exporta trigo e toucinhos, mas não é produtora de vinho, entra um naufrágio, de um grande navio espanhol vindo da América, com um muito rico carregamento. Só se salvaram passageiros e tripulação. Pois sabido pelos da terra o que transpor-

tava o barco perdido, logo se mentalizaram em que os espanhóis eram todos muito ricos. E vai daí, as mulheres florentinas não lhes negaram os seus favores. Resultado: ficou a ilha tão infestada de mal gálico, até aí nela desconhecido, como o Peru ou a Sibéria! Tantos anos corridos, ainda em 1775 a população das Flores sofria quase toda da moléstia vergonhosa. E o conto acaba assim: «Para de algum modo expiarem o seu crime, eles (os espanhóis) fizeram erigir uma muito custosa igreja, hoje reconhecida como o mais esplendoroso edifício dos Açores.»

Entra nisto a perda, que Silveira Macedo dá, ocorrida em 1727, de um galeão vindo de Havana para Espanha. Salvou-se toda a gente, mas a carga foi com o navio ao fundo. Dois dos seus passageiros principais é que, por se terem salvo, fizeram promessa de erigir ali um templo da invocação de Nossa Senhora das Angústias, que dava o nome ao navio. A capelinha que acabaria entravada no cemitério das Lajes é o tal "esplendoroso edifício". Mas deve tratar-se, em vista da posição do altar, de uma das capelas laterais de uma igreja nunca ida por diante. O dinheiro para isso remetido pelos devotos espanhóis aos seus procuradores florentinos levaria destino mais deste mundo. Em igrejas da ilha conservam-se algumas imagens de boa escultura mandadas de Sevilha pelos mesmos. Quanto ao gálico, verdade ou mentira, deixemos...

A biografia de George Forster, que em fins da sua vida passou um par de anos em Paris, entusiasmado com a Revolução, mas cedo desencantado, é tão interessante como os seus escritos calados no esquecimento, salvo talvez na sua Alemanha, onde a *Voyage round the World* tem reedições. Destacou-se desde cedo e quando se editou esta obra, tinha ele 23 anos, já pertencia a prestigiosas sociedades sábias, qual a Real Academia de Madrid.

Tão notável figura intelectual como Forster é o conde Louis Philippe de Ségur um ano mais velho do que ele, mas que lhe sobreviveria até aos seus 77. Além de se evidenciar nas armas, deixou nas letras obra vasta e em diversos géneros. Dela interessa-nos

aqui o volume II das *Mémoires ou Souvenirs et anecdotes*, saídas na colecção das suas "Oeuvres complètes" em 1825.

Antes de mim agora, já Henrique Brás se ocupou de Conde de Ségur em Angra e suas palestras de amores com uma freirinha ou educanda no locutório do convento de S. Gonçalo. Fê-lo no seu livro *As Ruas da Cidade* e, se me não falha a memória, também disse do mesmo em um daqueles requintados sonetos, algo à Dantas, que deixou dispersos e ainda esperam a bem merecida recolha selecta.

Ségur chegou à Terceira, de La Rechelle, na fragata chefe *l'Aigle*, sob o comando de M. de La Touche, em Julho de 1782. De La Touche, com a mais frota, navios de guerra e mercantes, quisera aportar à Horta, mas não pôde ser. E ainda bem, considerado o resultado.

O retrato que o conde traça da capital dos Açores, da Terceira e do arquipélago na generalidade, conterá algum sal de fantasia, mas nem por isso falseia. Relativamente às recolhidas, freiras e educandas, o que conta não excede os limites do passatempo. Se confrontarmos o que houve com ele e seus companheiros, o duque de Lauzun, o príncipe de Broglie, o visconde de Fleury, mais dois ou três não nomeados nas três idas ao convento que descreve, com outros casos conventuais do tempo, aquilo é só um jogo inocente, distractivo. Bem diverso é o constante em alguns documentos que li no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Sobre amores, também no convento de S. Gonçalo de Angra, temos o respeitante a um padre, que era açoriano, antes oficial da tropa, amante de uma madre. À noite eles encontravam-se e o lugar era, nem mais nem menos, o púlpito da igreja. Entrando pela porta da rua deixada no trinco, ele trepava para o púlpito-alcova. Mas uma vez esqueceu-se de encostar a porta, passou a ronda militar e viu-a assim, estranhou, e toca de entrar, não fosse obra de ladrões. O padre escapuliu-se, andou escondido e depois, escapando de ser preso, conseguiu embarcar disfarçado para Lisboa. Daqui fugiu de novo, agora para Espanha, constando que lá voltaria a servir no exército como oficial. Nunca lhe botaram a mão. E ago-

ra, mudando para frades, o caso da "mulher prostituta", (cito o capitão-general comunicando-o) Dona Maria de Freitas Pimentel, que matou a tiro o amante tendo-lhe tirado a pistola trazida no bolso do hábito. Segundo o seu depoimento na justiça, o frade quisera ter relações com a filha dela, uma menina de dez anos. A assassina presa foi, naturalmente, condenada. Como o dona posto no documento indica, era fidalga, natural das Flores. Mas lá por isso não se tire que estava na Terceira a tratar-se de venéreo espanhol.

Com falhas históricas, que serão menos da sua culpa do que de má informação, como em Forster e tantos mais, além daquilo dos colóquios amorosos de S. Gonçalo, que foram três, visita de despedida inclusa, é de reter, da tão viva narração de Ségur, o seu retrato do filho de capitão-general Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça, dito "don Joseph Mendonça". Sobre o velho capitão-general, com quem os franceses não se avistaram, estando ele doente de cama, nota o conde: "Se não me lembro dos seus nomes, é porque ele tinha dez ou doze."

Logo na visita protocolar ao palácio do governo, reparou Ségur no raro da figura e maneiras de José Mendonça, que outras referências fazem suspeitar fosse um bocado, como cá se diz, inácio. Serviu aos visitantes uma refeição ligeira bem escassa, mas o que impressionou mais foi a sua conversa e sobretudo a bizarria do seu trajo. Roupas velhas, surradas, indo do escarlate ao azul e amarelo, com agaloamentos de ouro e um enorme chapéu não menos magnificamente guarnecido, mereceu de Ségur este remate retratista: "Parecia--se mais com um actor de ópera *buffa* do que com um governador colonial." Convidado a ir jantar a bordo da *Aigle* por M. de La Touche, foi, apresentando-se no mesmo aparelho, satisfeitíssimo e expressando-se numa algaraviada quase ininteligível, que ele julgava francês. Subido a bordo da fragata e após a recepção com formatura, foi o gozo da tripulação ao pegar num tambor e pôr-se a tocá-lo, secundado por dois acompanhantes que trouxera, durante uma meia hora. E logo foi dizendo que era aquele o instrumento musical de que gostava mais.

Voltando ao locutório de S. Gonçalo e como se entendiam visitantes e visitadas, os franceses, não sabendo português e elas também nada de francês, explica Ségur ter-lhes valido o espanhol e italiano e sobretudo o seu acompanhante cônsul de Inglaterra, servindo de intérprete. E o do cônsul também tem sua graça. Numa altura em que Franceses e Ingleses estavam em guerra, ele era cidadão francês, da Provença. Contudo, também era o cônsul de Espanha, país este aliado de França. Em vista do que, Ségur comentou para Lauzun, quem descobrira tal ave rara de cônsul que, além de bem relacionado nas freiras tinha também entre as suas amizades um coadjutor de bispo, exímio dançador do fandango. Comentário do conde: "Três vezes feliz é a pacífica ilha Terceira que em meio das medonhas tormentas que a guerra alastra sobre a Europa, a Ásia, a África e a América, não ouve, em seu tranquilo sossego, senão o ruído das ondas, os sons das suas guitarras, os cantos dos seus passarinhos, e vê no seu seio os cônsules de duas potências beligerantes vivendo não só em boa inteligência, mas também reunidas numa e a mesma pessoa e provavelmente servindo muito bem os interesses de ambas!"

Já agora, como isto se alongou, não vou pormenorizar os colóquios através a dupla grade, com bilhetinhos introduzidos, lenços indo e vindo e o resto. Além de mais, Henrique Brás já disse, e muito brilhantemente, como aquilo foi. Avanço só a figura da superiora, assim descrita: "A madre abadessa seguida da sua jovem corte, assomou-se gravemente atrás das grades, com o trajo, a grandeza, a imagem que nos mostram os retratos de abadessas do século XIII; nada faltava na semelhança, sequer a croça: porque trazia uma, majestosamente na mão." Sobre o que, a informação do cônsul guia: estivessem à vontade, pois segundo o uso português poderiam mostrar-se apaixonados às meninas: nos claustros do cavalheiresco Portugal devoção e galantaria reinaram juntas, sem discórdia. E a mesma abadessa entrou no jogo, dizendo, por intermédio do cônsul, que o amor puro era muito agradável aos olhos de Deus. Ao que acrescentou: "Estas jovens, às quais vos permito fazerem a oferenda das vossas ho-

menagens, tendo-se exercitado em agradar, serão um dia mais amáveis com seus maridos, e as que se consagrem à vida religiosa, havendo provado a sensibilidade da sua alma e o calor da sua imaginação, muito mais ternamente amarão a Divindade." E, baste.

Vendo nas ruas da cidade homens encapuçados que pareciam espiá-los seguindo-os, ficou Ségur com a ideia de os terceirenses serem ciumentos; e, à conta das idas a S. Gonçalo, com boatos correndo de que os franceses não se teriam conservado para cá das grades, desconfiou que queriam chegar às vias de facto. Concluindo as suas impressões ainda diz: "Se a natureza fez da Terceira um paraíso, por outro lado os frades, uma administração ignorante e o poder arbitrário fizeram dela uma pobre, triste e aborrecida estância. // Em dez ou doze mil habitantes contam-se seis ou sete centenas de religiosos e religiosas. A devoção mistura-se com a libertinagem de maneira tão indecente quanto ridícula e nada é mais comum do que ver nas assembleias os mimos e propósitos lascivos dos cortesãos interrompidos por genuflexões e numerosos sinais da cruz logo que soa o *angelus*." Antes já observara: "Os Portugueses, como os Espanhóis, possuem tesouros de que não sentem o valor; atenuam-nos mesmo pelos vícios da sua administração; contrariando a natureza que lhes oferece a riqueza, recusam-na por preconceito; com seus falsos cálculos, preferem o monopólio à liberdade, empobrecem-se recusando ao comércio essa franquia que só ela lhe dá vida. Quase só os Portugueses frequentam e conhecem os Açores." Palavras que ainda agora conservam algum sentido!

A educanda de S. Gonçalo escolhida por Ségur, que a acharia a mais bela, chamava-se, lembra ele, Dona Mariana Isabel do Carmo. Na despedida, havendo troca de prendas entre os parceiros, ela efereceu-lhe um escapulário, assegurando que lhe daria felicidade e que, trazendo-o posto, ficava ao abrigo de acidentes e doenças. Prometeu o conde nunca o tirar, mas a "profecia" não resultou: daí a dias adoeceu e depois, já nas costas da América, naufragou, perdendo toda a sua bagagem.

Finalmente, Ida Laura Pfeiffer, Reyer em solteira, com *Mon séconde voyage autour du monde*, obra que só conheço em francês, na 2.ª edição, Paris, 1859, da tradução de F. do Suckau. Um livro, como antes o sobre a sua primeira viagem circunterrestre e o que escreveu sobre a Islândia, que alcançou largo e duradouro êxito. E compreende-se: a Senhora Pfeiffer era, além de em seus escritos servida por um estilo sóbrio, claro e vivo bem de molde a prender, uma mulher que, naqueles tempos, se fizera sozinha aos caminhos do mundo, nisto se mostrando mais corajosa e decidida que tantos homens, e assim despertando admiração. Creio que terá sido mesmo a primeira mulher a fazer sozinha o que fez, e o pôr em livro. Quanto à sua vinda a S. Miguel, é, digamos, complemento e não propriamente uma etapa de seu segundo périplo do planeta. Chegada no fim dele a Inglaterra, aproveitou a oportunidade de um seu filho, que não via há seis anos, se encontrar aqui e decidiu visitá-lo. Era ele o naturalista Ludwig Georg Carl Pfeiffer, que esteve várias vezes em S. Miguel e cujos trabalhos Ernesto do Canto relacionou na *Biblioteca Açoriana* imediatamente antes da obra de sua mãe, mas só lhe registando o cognome. Quanto à Senhora Pfeiffer, regista-lhe a edição inglesa, de 1855, mais a versão francesa, logo apontando que a sua notícia é "em parte falsa" e acrescentando que o texto sobre S. Miguel foi traduzido em português (suspeito que por José de Torres) e publicado no *Arquivo Pitoresco*.

Há realmente erros, sobretudo na parte histórica, no escrito por Ida Pfeiffer, chegada a S. Miguel, com vinte dias de tempestuosa viagem, num naviozinho laranjeiro, a 2 de Janeiro de 1855, para permanecer até 21 de Maio, quando regressou à Inglaterra, por Lisboa, no *Micaelense*. Instalada em Ponta Delgada, daqui excursionaria, melhorado o tempo, naquele inverno muito ruim, até Vila Franca do Campo, com ida ao ilhéu, para logo avançar, de burro, até às Furnas, onde demorou uns dias, e regressar pelo norte, visitando então também a Ribeira Grande.

Mulher oriunda de um país civilizado, culta, naturalmente a Senhora Pfeiffer interessou-se por conhecer como vivia o elemento

feminino, senhoras da melhor sociedade ao povo miúdo, em S. Miguel. Lendo o resultado das suas observações, fica-nos bastante a sensação de aquilo se passar não numa parte da Europa ocidental, embora ligada à Península Ibérica, mas algures na África do Norte ou no Império Otomano.

Após registar que a ilha é muito bonita, descrevendo-a sumariamente, a viajante regista as suas produções e as exportações, em primeiro lugar a das laranjas (120.000 a 140.000 caixas por ano, para a Inglaterra e, pequenas quantidades, Hamburgo e os Estados Unidos da América), depois as do milho e favas, apontando também o valor delas: 500 contos de réis ou 900.000 libras esterlinas. E observa: "Apesar deste comércio considerável, o povo é muito pobre, o que se deve particularmente a que o cultivador, em vez de ser o proprietário do solo, é apenas rendeiro e ainda por cima não por toda a vida, mas só por um número de anos muito limitado." Já fala dos ananases, recordando a oferta de um que lhe fez "uma senhora portuguesa", a mulher do Dr. Agostinho Machado [de Faria e Maia]: excedia em tamanho quantos vira nas Índias, mas não [era] tão agradável ao gosto".

Sobre o traje as notas de Ida Pfeiffer são precisas, tanto quanto às mulheres como a respeito dos homens, despertando-lhe a atenção os chapéus com abas dos do povo, bastante ridículos. Referindo o uso do capote pelas mulheres, notou que as do povo não saem sem ele, próprio ou emprestado. Uma conclusão de reter: "Em S. Miguel, notei o contrário do que registara por toda a parte: o povo é melhor do que a classe superior."

No capítulo dos costumes, estranha que uma mulher nova ou rapariga solteira não possa sair só, nunca se vendo uma criada atravessar a rua, ainda menos ir comprar qualquer coisa. "Em cada casa – testemunha – há um criado encarregado de fazer os recados e as compras." As criadas novas sem uma familiar idosa que as acompanhe a tomar um pouco de ar puro podem permanecer todo o tempo metidas dentro de casa, "pois nem ousam ir sozinhas à igreja no domingo".

Do que lhe contaram sobre tempos mais recuados, a Senhora Pfeiffer regista a singularidade das visitas de etiqueta de uma senhora a outra. Esta, avisada de véspera por um criado, ficou a saber que a amiga passará a determinada hora diante de sua casa. Vestida a rigor, dentro de uma viatura fechada, com os estores corridos, lá vai a visitante. Entretanto, a outra espera-a à sua janela, igualmente bem tapada. Chegada a carruagem em frente da casa, detém-se um instante: o estore é levantado, a janela abre-se e logo que as duas se cumprimentaram, o estore baixa, a janela fecha-se e a carruagem roda.

Nos bailes particulares, que públicos não os havia, o insólito ainda era mais acentuado. As convidadas não participavam na dança, permanecendo com as senhoras e meninas da casa num compartimento contíguo à sala da função. Ficavam às escuras, para que os cavalheiros as não vissem. Estes dançavam com as criadas da casa e as da vizinhança, convidadas pela matrona que dava a festa.

Passo em claro a excursão ao vale das Furnas, indo de burro. O relato da Senhora Pfeiffer, a quem as caldeiras não impressionaram muito, por ter estado antes na Islândia, não traz observações que acrescentem as tantas outras coevas. Menciona a caldeira de Pedro Botelho, notando que as cercanias são pitorescas. Depois refere o visconde da Praia, "um dos mais ricos proprietários da Ilha", com a casa de campo que mandou construir num local muito bem escolhido; mas nem ela nem o seu jardim estavam ainda acabados. O jardim denotava o bom gosto de quem o delineara.

Fora o teor da vida das mulheres e a pobreza geral do povo, o Entrudo de Ponta Delgada, com o "estúpido costume" das molhadelas, água atirada, ou em ovos, laranjinhas e limas de cera, como no Brasil, foi outra coisa que não deixou agradada a Senhora Pfeiffer.

Queixando-se de como a trataram os Ingleses na vinda, desde a desonestidade de à última hora o custo da passagem passar das três libras combinadas, sem alimentação incluída, para cinco, pegar ou largar, e da viagem num naviozinho sem nenhumas comodidades

de instalação, já quanto à partida de S. Miguel o *Michaelense*, comandado pelo capitão Fonseca, com muita surpresa para Ida Pfeiffer, proporcionou-lhe o "que não se vê sempre num vapor". E nota: "Os leitos eram altos e espaçosos, a comida bem preparada e abundante, o coberto da mesa alvíssimo e o serviço sem demoras." A viagem para Lisboa durou oito dias monótonos, com a única novidade do aparecimento de uma baleia morta, "que passou perto do nosso barco como uma rocha flutuante, à volta da qual voejavam centenas de aves de presa".

Até onde posso conhecer, a literatura de viagens sobre os Açores não atinge a quantidade da sobre a Madeira, que outrossim muito se nos avantaja na riqueza da sua representação gráfica paisagens e costumes da gente. Mas, como disse logo ao começar, falta-nos uma bibliografia temática do género, que talvez traria algumas boas surpresas. Além disso, se sobre a Madeira escreveram figuras intelectuais tão ilustres como, por exemplo, o russo Goncharov, ainda não traduzido, e creio que nem referido, quanto aos Açores sempre podemos contabilizar um Chateaubriand ou o Príncipe Alberto de Mónaco e, porque não o incluir?, Raul Brandão. Mas até dos que só avistaram as ilhas passando-lhes ao largo, aí estão Juan Ramón Jiménez ou, com um belo poema traduzido por Jorge de Sena, John Updick. E, terminando, volto a lembrar a necessidade de uma antologia – mas com qualidade.

As primeiras eleições constitucionais e cartistas em Angra: ideologias em presença

Maria Fernanda Enes

Falar de eleições impõe necessariamente uma reflexão sobre a questão central do acto eleitoral: a soberania. O período liberal, iniciado em Portugal a 20 de Agosto de 1820 e em terras terceirenses a 2 de Abril de 1821, pese embora o seu acidentado percurso, inscreve-se no âmbito da alteração estrutural da fundamentação, origem e exercício da soberania. As eleições representam e constituem o acto fundador daquela alteração que por sua vez se apresenta como o núcleo da modernidade política, enquanto representa a passagem da sujeição à cidadania, consubstanciada na vigência dos direitos naturais no estado positivo constitucional.

A eclosão do liberalismo traz à superfície a confrontação de dois princípios opostos, estruturantes de tipos diversos de soberania. De um lado a soberania régia de direito divino, directa ou indirecta de acordo com as fundamentações sobrenatural ou teocrática quer postulem o pacto social ou não,[1] do outro a soberania da nação sus-

[1] Cf. a este propósito Heinricht Romen, *La Teoria del Estado e de la comunidad international en Francisco Suarez.* Estudo preliminar por Enrique Gomes Arboleya. Trad. del aléman por Valentim Garcia Yebra, Madrid, Faculdad de Derecho y Ciencias Sociales, Instituto Francisco Vitoria, 1951, p.230-256 e Zília Osório de Castro, *Cultura e Política – Manuel Borges Carneiro e o Vintismo,* Lisboa, INIC, p.465-585.

tentada pelo direito natural. De acordo com o pensamento de John Locke, teórico do liberalismo político, os direitos naturais do indivíduo constituem o princípio básico da ordem social e política. Em nome destes direitos, inalienáveis e sagrados, Locke contrapõe ao axioma absolutista "nenhum homem nasce livre, todo governo é uma monarquia absoluta" de Sir Robert Filmer,[2] um estado de natureza onde por direito todo o indivíduo é livre, regido apenas pelo mesmo direito natural.[3] O pacto firmado entre indivíduos iguais nas suas prerrogativas gera a sociedade civil e política cuja função exclusiva é a salvaguarda dos direitos.[4] Deste modo, a sociedade não anula o indivíduo nem forma um todo que dissolva a parte; antes resulta enquanto garante da individualidade de cada um patenteada nos seus direitos inalienáveis e sagrados.

A natureza do pressuposto liberal é essencialmente racional.[5] A apreensão conceptual dos direitos e a vontade em os salvaguardar pelo pacto permitem, suplantando a historicidade dos povos, a construção de um mundo inteiramente novo. Ora, esta realidade toma corpo no articulado da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* em 1789 proclamada como carta das liberdades individuais[6] e,

---

[2] " Son système ... se réduit à ceci: *Tout gouvernement est une monarchie absolue;* et voici sur qoi il se fonde: *Ancun homme ne naît libre.*" *Premier Traité du Gouvernement Civil - Les faux principes d'où partent sir Robert Filmer et ses adeptes démasqués et renversés*, c. I, 2., in John Locke, *Deuxième Traité du Gouvernement Civil,* Paris, J. Vrin, Paris, 1985, p. 46.

[3] " un état où ils sont *parfaitement libres* d'ordonner leurs actions, de disposer de leurs biens et de leurs personnes comme ils l'entendent, dans les limites du droit naturel, sans démander l'autorisation d'aucun autre homme ni dépendre de sa volonté", John Locke, *O.c.* .c. II, 4, p.77.

[4] "*Le point de départ de tout société politique*, ce qui la constitue réellement, c'est toujours l'acte par lequel des hommes libres, en nombre quelconque, mais dont la majorité est capable de se mettre d'accord, accepent de se réunir et d'associer de cette manière. Voilà l'*origine*, la seule et la seule possible, de tous les *gouvernements légaux* du monde" Ibidem, c VIII, 99 p. 132. E continua "afin de sauvegarder mutuellement leurs vies, leurs libertés et leurs fortunes, ce que je désigne sous le nom generale de propriété." c. IX, 123, p.146.

[5] Conforme diz Alain Lerou, *Le Retour à l'Ideologie*, Paris, PUF, 1995, p. 27, o pressuposto liberal "instaure donc une relation d'ordre entre l'Homme **H** et la société **S.**"

[6] "Les représentants du peuple français ... ont résolu d'exposer dans une déclaration solenelle les droits naturels, inaliénables et sacrés de l'homme, afin que cette Déclaration, constamment présente à tous les membres du corps social, leur rapelle sans cesse leurs droits et leurs devoirs; afin que les actes du pouvoir exécutif, pouvant être à chaque instant comparés avec le but de toute institution politique, en soient plus respectés; afin que les réclamations des citoyens, fondées désormais sur des principes simples et incontestables, tournent toujours au maintien de la Constitution et au bonheur de tous." in *Les Déclarations des Droits de l'Homme, 1789-1946*, (Dir. Lucien Jaume), Paris, Flammarion, 1989, p.11 e s.

em nome dela, a afirmação da soberania da nação: "Le principe de toute souveraineté réside essenciellement dans la nation; nul corps, nul individu ne peut exercer d'autorité qui n'en émane expressément".[7] Este axioma exige explicitamente a efectiva participação da nação na escolha dos seus representantes para o exercício da soberania que originariamente lhe pertence. Neste momento histórico fundacional da ideia de nação, voluntária e racionalmente concebida,[8] o texto constitucional não pode ser senão a face positiva do direito natural. A natureza supra-legal advém-lhe precisamente desse facto e, por isso mesmo, marca as balizas de todo o poder que é exercido pelos corpos que representam a Nação e nela têm a sua origem. Neste quadro cessa a sujeição dos indivíduos constituindo-se como cidadãos de pleno e igual direito, embora com diversidade de funções.

A revolução de 1820, herdeira da ideologia liberal lockiana e da revolucionária França das Declarações dos Direitos, assume por inteiro esta soberania. O acto revolucionário representa a quebra de um anterior pacto com o soberano e a assumpção de um novo, o monarca sucessivamente jura a *futura Constituição*, as *Bases* e a *Constituição*; funciona também, no meu entender, como quebra da associação política. Só assim se entende que o Soberano Congresso, em funções desde os inícios de 1821, aguarde a decisão dos povos insulares e ultramarinos para os integrar na nova ordem. No texto das *Bases da Constituição Política da Monarquia Portugueza*[9] juradas por toda a nação em 1821 afirma-se: "*Somente á Nação pertence fazer a sua Constituição ou Ley Fundamental por meio dos seus representantes legitimamente eleitos. Esta*

---

[7] Art. 3 in *Ibidem*.

[8] Entendemos aqui como Nação a sociedade civil e política resultante do pacto voluntário e consciente entre indivíduos com vista à salvaguarda dos direitos naturais. A *Nação legal* assim instituída no quadro do constitucionalismo moderno, fruto da racionalidade liberal. Creio que no texto supracitado a ideia de nação não está eivada dos fenómenos inconscientes e involuntários que o romantismo ajudou a integrar. Ver a este propósito: J.B. Duroselle, *L'Europe de 1815 à nos jours*, Paris, PUF, 1975, p. 113-128; Ernest Gellner, *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 11-20; Hobbwan, *A questão do Nacionalismo, nações e nacionalismos desde 1780*, Lisboa, Terramar, 1998.

[9] in *Diario das Cortes Gerais e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, t. 1, n.º 30 de 9 de Março de 1821, p. 232-233.

Ley fundamental obrigará por ora somente aos portuguezes residentes nos Reynos de Portugal e Algarves, que estão legalmente representados nas presentes Cortes."[10]

A ideia de soberania é das que mais claramente definidas surgem nos dois textos, *Bases* e *Constituição*: *"A soberania reside em a Nação. Esta he livre e independente, e não pode ser patrimonio de ninguem"*[11]. O segundo membro do artigo revela com intensidade a oposição à ideia de Estado no âmbito do poder absoluto, em que o monarca podia dizer *"L'État c'est moi"*. Contudo os fundamentos do 1° membro são reforçados na afirmação rotunda: " *A Lei (entenda-se Fundamental) he a vontade dos cidadãos."*[12]

Em 1 de Março em São Miguel, 2 de Abril na Terceira e 12 de Maio no Faial, os povos insulares aderiram à Causa Constitucional tendo sido enviados representantes, designados por eleição indirecta, ao Soberano Congresso, onde em Constituinte se estava elaborando a *Constituição* de acordo com as *Bases* estabelecidas e juradas. Na Ilha Terceira a vitória de 2 de Abril do sistema Constitucional foi efémera. O ódio à maioria dos promotores da revolta, deportados na perseguição da Setembrizada para os Açores,[13] criou dificuldades acrescidas à aceitação do vintismo por parte do General Carção Stockler e do povo. Embora a contra-revolução da noite de 4 de Abril colhesse a adesão quase unânime da população terceirense, reunida à volta do seu Capitão General, a notícia da adesão do monarca ao novo sistema e a ordem para a formação de uma Junta Provisória obrigou à aceitação do liberalismo sem que, no entanto, se alterassem as convicções ideológicas. O juramento local à futura *Constituição* a 15 de Maio, por indicação expressa trazida do reino pelo capitão da Fraga-

---

[10] Art. 21.

[11] *Art. 7 do Decreto das Bases Constituição Política da Monarchia Portuguesa in Diario das Cortes ...* e *Constituição Politica da Nação Portuguesa de 1822*, Cap. V, art. 104.

[12] Art. 7 da *Constituição.*

[13] Cf Maria Fernanda Enes, *O Liberalismo nos Açores: Religião e Politica, 1800-1832*, dissertação de doutoramento apresentada na FCSH/UNL em Fev. de 1995, p. 377-384.

ta *Pérola*, manteve a ambiguidade ideológica, e as ordens de saída do Capitão-General Stockler para Lisboa foram ludibriadas. Só após a notícia da chegada a Lisboa de D. João VI e do seu juramento a 5 de Julho de 1821 nas mãos do Presidente do Congresso, bem assim a referência relativa à ilegitimidade do governo da Terceira e da imposição de regresso de Stockler a Lisboa, é que nesta ilha se procedeu à eleição dos representantes para o Soberano Congresso. Formado o novo governo,[14] fizeram-se então, a 2 de Setembro de 1821, as primeiras eleições de deputados.[15] Neste acto realizado por escrutínio secreto indirecto ficaram apurados: Roberto Luís de Mesquita, Manoel Inácio Martins Pamplona e como substituto Manoel José Coelho Borges.[16]

Gerou-se então pela ilha um movimento peticionário, como se do Congresso podessem vir remédios para todos os males. O vigor do movimento, por parte dos liberais, visava catalisar o interesse da população de forma a pôr termo à desconfiança e à malquerença que estavam difundidas entre o povo, procurando incutir-lhe esperança no novo sistema político, o que muito dificilmente se conseguia.[17]

A dissolução da Junta do Governo então formada, por portaria de 29 de Janeiro de 1822, veio despoletar de novo aceso ódio aos constitucionais representados nos membros da mesma Junta. Embora a dita portaria a extinguisse, contudo não se davam indicações para

---

[14] Tendo saído o deão José M.ª de Bettencourt Vasconcelos e Lemos e o governador do castelo, conhecidos pelas suas ideias anti-liberais, ficou formado da seguinte maneira: presidido pelo brigadeiro João Maria Xavier de Brito, governador das ilhas do Faial e Pico, recém-chegado do Rio de Janeiro; Eugénio Dionízio Mascarenhas Grade, odiado por Stockler e membro activo da revolta de 2 de Abril; o corregedor João Bernardo Rebelo Borges, membro do anterior que agora se substituía. ANTT, Ministério do Reino, (MR) mç. 698, cx. 621, nº 24.

[15] Confusamente, Arriaga dá a eleição de deputados como tendo sido efectuada logo após a 1ª revolta. *História da Revolução Portugueza de 1820*, v. 2, Porto, Liv, Portuense,1887, *p. 272.*

[16] Foi este último impedido de seguir para Lisboa com os seus companheiros, tendo em conta a sua qualidade de substituto. Em consequência do que faz uma representação ao monarca. ANTT,MR, cx. 620, mç. 498, nº 20 de 10 de Dezembro de 1821.

[17] Como afirma Drummond: "*Era um padecimento sem cura, e sem remedio que sabido fosse! Essa tão demonstrada repugnância andava favorecida pelos ecclesiasticos, nos pulpitos e nos confessionarios...*" *Anais da Ilha Terceira*, Angra, GAA/SREC, 1981, *p. 30.*

a sua substituição. Ora, em virtude dos membros da mesma serem as principais autoridades locais: brigadeiro Xavier de Brito, governador militar, Rebelo Borges, corregedor, e Mascarenhas Grade, o juiz de Fora da cidade e como tal presidente do senado da câmara, mantiveram-se nas respectivas funções governativas. Os seus inimigos, realistas, não aceitando tal situação, enviaram ao monarca uma representação, queixando-se do seu governo que classificavam como arbitrário, despótico e ilegal. Invertiam-se agora os argumentos: no texto, os inimigos do *Soberano Congresso* eram os revoltosos do 2 de Abril que haviam intentado levar Angra a aderir ao vintismo, constituídos agora em autoridade, e não os signatários. Fazia-se depender a eficácia do sistema constitucional da deposição dos visados:

> *Se o actual Corregedor João Bernardo Rebello Borges, e o Juiz de Fora Eugenio Dionisio Mascarenhas Grade continuassem no exercicio daquellas varas, toda a* ***Sabedoria do Congresso Nacional empregada em nosso beneficio, se tornaria nula para nós.***[18]

De modo idêntico se queixavam do governador militar. No entender dos autores da petição, a governação provoca a destruição *"do Systema Constitucional que V. Mag.de jurou e nesta ilha foi abraçado, livre, e espontâneamente no memoravel dia 15 de Mayo de 1821"*.[19] Aduzia-se a seguinte razão:

> *estes ministros não conhecem Ley, senão para postergarem com prejuizo dos fieis subditos de V. Magestade.*[20]

Drumond refere-se por mais de uma vez à tentativa, levada a efeito pelos membros da Junta, no sentido de pôr cobro aos excessos dos realistas contra os constitucionais e de difundir as ideias do novo sistema. Duas leituras de um mesmo fenómeno, em concordância com

---

[18] ANTT, MR, cx. 621, mç. 698, nº 24. Representação enviada ao monarca a 27 de Março de 1822 assinada por 82 indivíduos dos principais da ilha.

[19] *Ibidem.*

[20] *Ibidem*

o espírito que dominava os seus autores. Deste modo os membros da Junta em extinção e a maior parte da nobreza e aristocracia de Angra envolveram-se em diatribes, utilizando os mesmos argumentos da defesa da Lei, *"a primeira virtude constitucional"*.

Nova petição, datada de Maio, pediu a substituição daquelas autoridades que o governo de Lisboa teimava em não substituir.[21] O brigadeiro Xavier de Brito afirmava tratar-se de um movimento tendente a fortalecer o partido realista,[22] o que de alguma forma é confirmado pela evolução dos acontecimentos. Todavia, os acusados não poderão ser considerados em absoluto isentos de facciosismo, mesmo podendo ele ser encarado como tentativa de defesa do sistema constitucional.

A realização das eleições para a nova legislatura efectuou-se neste clima de potencial discórdia e de disputa latente entre os chefes dos dois alinhamentos ideológicos: realistas, mais próximos ideologicamente da soberania régia, e constitucionais, que alinhavam pela soberania da nação. Eles iriam manifestar-se claramente em virtude de diferendos entre a mesa da *Junta da cabeça da divisão eleitoral da comarca de Angra* – Alexandre Martins Pamplona e o reitor Rev.do João de Andrade – e alguns membros dos portadores de actas dos concelhos cuja reunião de 3 de Novembro de 1822 foi interrompida.[23] A questão da contenda surgira com o facto de ninguém ter ficado eleito no primeiro escrutínio, e caber então à Comissão preparar a lista para se proceder ao segundo. Na elaboração desta surgiu a dúvida da elegibilidade de alguns cidadãos que integravam os 12 nomes mais votados nas Assembleias Eleitorais.[24] Acontecera que se contava entre aquele número o P.e Sebastião Correa de Melo e o irmão do presidente da mesa, Jerónimo Martins Pamplona, conhecidos pelas suas ideias

---

21 Idem, cx. 621, mç. 498, nº 23 de 22 de Maio de 1822, 31 fls.

22 *Ibidem, fl. 14v*

23 Seguimos os diversos documentos que subiram ao monarca a 14 de Novembro de 1822. ANTT. MR. cx. 621, mç. 498, nº 22 no total de 21 fls.

24 "Se não obtiverem pluralidade absoluta pessoas bastantes para preencher o número dos Deputados e substitutos, se fará uma relação que contenha três vezes o número que faltar". *Constituição*, Art. 64. No caso em análise faltavam todos.

contrárias ao sistema constitucional. Ambos tinham sido já riscados dos elegíveis em algumas assembleias eleitorais, em Angra e na vila da Praia, usando estas das prerrogativas que a Constituição lhes conferia.[25] Efectivamente, a Lei Fundamental estabelece como "absolutamente inelegíveis" "*os que não teem para se sustentar renda suficiente, procedida de bens de raiz, comercio, industria, ou emprego*".[26] Jerónimo Pamplona era sustentado pelo seu irmão morgado, Alexandre, presidente da *Divisão eleitoral da comarca de Angra.* De igual modo declara também inelegíveis no *"Os párocos nas suas freguesias."*[27] O Presidente, em conformidade com o decreto regulamentador de 11 de Julho de 1822 e da *Constituição*, afirmava que não competia àquela comissão julgar a actuação das *Assembleias eleitorais*,[28] e que sendo directa, a eleição terminara com o encerramento das urnas. Cabia-lhe apenas o escrutínio e consequentemente a preparação da lista dos 12 cidadãos mais votados para a realização do segundo escrutínio donde deveria sair a deputação às Cortes Ordinárias de 1822.[29] Legalmente a posição do presidente estava correcta e não foi contestada pelos que haviam levantado o problema.

---

[25] "As dúvidas que ocorrerem nas assembleias primárias, serão decididas verbalmente e sem recurso por uma comissão de cinco membros, eleitos na ocasião, e pelo modo por que se procede à formação da mesa". Art.º 72.

[26] *Constituição* de 1822, Art.º 34, n.º II.

[27] *Ibidem*, art.º 35, n.º III.

[28] Pode ler-se no articulado: "Porém esta comissão não conhecerá das dúvidas relativas à elegibilidade das pessoas votadas, salvo do art. 55.º (referente aos bispos, párocos e magistrados), por conhecer aquele conhecimento à Junta preparatória das Cortes.", art.º 72.

[29] As dificuldades na eleição ocorreram um pouco por todo o país como se pode verificar nas sucessivas alusões a dificuldades várias no *Diario das Cortes da Nação Portugueza*, t. 1, 1822 e 1823. Na 1.ª sessão de 1 de Dezembro de 1822 estiveram presentes apenas 2/3 dos deputados. No que se refere aos Açores só a Comarca da Horta conseguiu eleger em 1.º escrutínio Manuel José de Arriaga Brum da Silveira. Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), cx. 18, doc. n.º 82. A eleição do outro deputado só viria a ser comunicado em Março de 1823, o desembargador Roque Francisco Furtado de Melo, Cx. 18, n.º 23. Ambos haviam sido deputados na constituinte. Para São Miguel, onde existiram problemas no acto eleitoral com a tentativa de suborno de José Bento de Medeiros Mântua e José Affonso de Botelho, a fim de serem eleitos, segundo queixa *in* AHP, Com. de Constituição e Verificação de Poderes, S. I e II, cx. 16, n.º 52 e contestação dos próprios, sentindo-se injustiçados, ao Soberano Congresso, *in Diário das Cortes*, t. 1, fl. 42, sessão de 2 de Dezembro, a acta do 2.º escrutínio foi enviada em Documento de pública forma datado de 2 de Novembro de 1822. Saíram eleitos por maioria de votos João de Medeiros Borges Amorim e Vicente Jozé Ferreira Cardoso da Costa. AHP, *Comissão de Constituição e Verificação de Poderes*, S. I e II, cx. 18, n.º 72. Tomou posse na sessão das Cortes de 27 de Janeiro de 1823 o deputado João B. Amorim. *Diário das Cortes*, t. 1, p. 591.

Jerónimo Martins Pamplona, presente na assembleia de cidadãos que assistia ao acto, protestou contra a questão levantada a seu respeito insultando desabridamente as assembleias que haviam riscado o seu nome dos elegíveis.[30] Alguns dos escrutinadores levantaram-se e saíram da sala provocando a interrupção dos trabalhos que, de resto, ficaram suspensos até ao dia 8. Segundo o seu parecer, em causa não estava já a legalidade dos apurados para o segundo escrutínio[31] mas a segurança dos membros da comissão. Os escrutinadores, nomeados dentre os portadores das actas dos concelhos, Rev.do Manoel Correa de Melo e Rev.do Cipriano Francisco d'Assis Munhoz, e o secretário Raimundo José de Oliveira, portador da acta da Calheta de São Jorge, boicotaram os trabalhos até que a segurança de suas pessoas fosse assegurada. Conforme a representação que os restantes portadores de actas fizeram ao monarca, temia-se que o povo se levantasse contra os supra ditos escrutinadores e secretário, em face do discurso de Jerónimo Pamplona:

> *A meza e cidadãos que estavão presentes vendo aquelle insulto, e temendo a Populaça que o seguise e mesmo pela conhecida opozição ao Systema Constitucional cujo rezultado podia ser muito funesto ... os supplicantes timidos do que virão acontecer, e os mesmos mesarios, e portadores julgando em risco suas vidas requererão ao Ministro Corregedor providencias aseverandolhe que não voltavam á Camara sem que lhas desse.*[32]

---

30 "dizendo em altas vozes, que as comissões eleitoraes das Parochias foram compostas de patifes, dezavergonhados, vilhacos e criminozos" in ANTT/MR, Doc.tos de 14 de Novembro de 1822, *doc. nº 5*, fl. 3.

31 Faltavam as actas das assembleias paroquiais da ilha Graciosa, a que esta documentação em análise não faz qualquer referência, e que só iriam chegar à Terceira em Março de 1823. Cf. Arquivo Histórico Parlamentar, *Comissão de Verificação e Constituição de Poderes*, cx. 18, doc. 13 de 2 de Abril de 1823.

32 ANTT/MR, Doc.tos 14 de Nov. de 1822, n.º 5, fl. 3v. Nenhum dos signatários deste documento pertence ao número dos que boicotaram os trabalhos e contra os quais se queixa o presidente da Comissão eleitoral, Alexandre Martins Pamplona. São os seguintes: "Benefeciado João Martins Coelho = Theodoro José da Fonseca = José de Paula Leite Cappelam Mor = José Maria da Silva Carvalho = Martiniano Evaristo de Serpa = António Joaquim da Costa = Raimundo José de Oliveira" fl. 6v

A representação formal do presidente e do pároco da *Junta* ao monarca, além da queixa contra os sobreditos escrutinadores, secretário e mais três portadores de actas[33] por haverem sido responsáveis pela suspensão dos trabalhos, lastima e acusa o corregedor de ingerência indevida. A gravidade do problema para Alexandre Pamplona reside mais no facto de o agente do poder judicial, representado por Mascarenhas Grade, se ter constituído em criminoso *"de lesa Nação por invadir escandalosamente hum acto privativo de Soberania residente nos Povos"*,[34] do que na interrupção dos trabalhos. Todavia, a descrição que as mesmas autoridades fazem ao longo do documento não mostra que quer o juiz Mascarenhas Grade ou a tropa tivessem ocupado a sala das sessões:

> *...Congregandose os do costume na Casa da Camara ahi apparecerão os refractarios da Ley, depois d'achar-se postado na Praça, junto ás escadas que sobem para a Camara hum destacamento de tropa armada ... e o Doutor Corregedor interino Eugenio Dionizio Mascarenhas Grade com o seo meyrinho e hum escrivão, introduzindo-se em huma caza contigua á da Camara, onde se achavão alguns cidadãos por não caberem na propria, ... ali se demorou, e depois sahio, andando a passear em alçada pelas vizinhanças da dita Camara* [35]

Enquanto o presidente se detém a apresentar este facto como gerador de *"confusão e horror na Assemblea"*, atribuindo ao corregedor a infracção do Art.° 30 da Lei eleitoral, pelo que a sua actuação se teria constituído anticonstitucional, os autos de defesa dos acusados demoram-se a mostrar a potencial violência que animava o

---

33 Beneficiado João Moniz Coelho, cura João das Neves e vig. Seferino de Melo Alemão. *Ibidem*, doc. n° 1, fl. 1.

34 *Ibidem*, fl. 6v.

35 *Ibidem*, fl. 5v.

povo, em virtude da tomada de posição do realista Jerónimo Pamplona e da conivência do seu irmão presidente.

Da pormenorizada troca de acusações surge com evidência o confronto entre facções que se opõem na tentativa de dominação do processo eleitoral. A pessoa mais visada era o corregedor interino na medida em que, independentemente do tipo de actuação que desenvolvera, ele representava o sistema constitucional e tornava sempre viva a revolta de 2 de Abril de 1821. De resto, na representação de Alexandre Pamplona ao referir-se ao apoio que esperava receber do Corregedor José Joaquim Cordeiro, cuja substituição Mascarenhas assegurava interinamente, mostra bem que o âmago da questão residia naquele confronto. O corregedor Cordeiro, porém, iria manifestar-se como um forte pilar do constitucionalismo, não só após a notícia da *Abrilada como* futuramente. Assim, entende-se que Alexandre Martins Pamplona tenha afirmado:

> *...e quando os Povos esperavão que elle (corregedor Joaquim Cordeiro) procurasse adoçar, e cicatrizar as profundas feridas que lhes tinha aberto o seo antecessor, socede o contrario, pois que seguindo a mesma vereda, e com o mesmo escandalo vimos intrometter-se em jurisdição alheia, violar manifestamente as Leys, e invadir os actos mais solemnes da soberania com a acceitação do protesto que contra nós fizeram...* "[36]

Temendo que chegasse ao congresso o resultado das eleição feita em Angra, o Procurador do Concelho de Angra de Heroísmo, envia um protesto contra a forma como aquelas eleições estavam decorrendo. Segundo ele, de imediato "*para a indagação e punição dos quais crimes já estão abertos na dita cidade summarios e devassas*".[37] Atendendo a que os prazos do processo eleitoral não permi-

---

[36] *Ibidem*, fl.8.

[37] Este documento foi enviado à *Comissão de Constituição e Verificação de Poderes* do Soberano Congresso. AHP, S. I e II, cx. 20, doc. 5.

tiam grandes dilações que garantissem a remessa dos documentos do referido processo, Miguel de Souza Alvares quis prevenir o monarca acerca dos "*conloios, intrigas, pleitos e sobornos*"[38] com que as mesmas decorriam, a fim de evitar "*qualquer surpreza com que os prevericadores pertendão introduzir-se no Santuario das Leys, a fim de que se tomem todas as precauções e legitimas cautelas para que o abuzo não prevaleça*".[39]

Os verdadeiros actores do confronto

Quem eram os dois mais destacados nomes da contenda eleitoral: Eugénio Dionízio Mascarenhas Grade e Jerónimo Pamplona Corte Real? A sua actuação, ao longo do processo vintista e posteriormente até às eleições cartistas de 1827, poderá esclarecer-nos devidamente. Os textos das representações, só por si, podem induzir-nos em erro na medida em que o discurso legitimador utilizava pragmaticamente as ideias políticas vigentes. O discurso politicamente correcto não é necessariamente o verdadeiro.

Eugénio Dionízio Mascarenhas Grade, o alvo de toda a queixa de Alexandre Pamplona, tinha sido membro da *Sociedade Patriótica* em cujo seio se preparara o meio de promover a adesão à Revolução do Porto na ilha Terceira.[40] Teria sido nesta sociedade que se amadureceram as ideias que levaram não só à revolta de 2 de Abril

---

[38] *Ibidem*.

[39] "Ainda antes de chegarem as actas das eleições das ilhas Adjacentes ... já se haviam apresentado na deputação requerimentos a saber, um de Miguel de Sousa Alvares, da cidade de Angra sobre a illegalidade das eleições " *Diário das Cortes*, t. I, Sessão de 2 de Dezembro, p. 42.

[40] *As Primeiras Sociedades Patrióticas*, surgiram logo após a Revolução do Porto, nesta cidade e em Lisboa, com a designação de *Literárias*. José d'Arriaga demonstra bem tratar-se de sociedades defensoras do liberalismo onde se destacaram Manuel Passos e Almeida Garrett. *O.c., pp. 248-265*. Estamos em crer que a *Sociedade* de Angra era do mesmo tipo. F. Drumond apenas a noticia e dá a sua composição, que cremos não seja completa pois ele diz que os seus membros "a maior parte são deportados da Amasona". Os membros eram os seguintes: Tenente-coronel de engenharia José Carlos Figueiredo, morgado José Leite, inspector da agricultura Thomaz José da Silva, o cirurgião Inácio Quintino de Avellar e os magistrados que planeavam aclamar a Constituição, o Desembargador Alexandre de Gamboa Loureiro e o Juiz de Fora da cidade Eugénio Dionísio Mascarenhas Grade. Confrontando nós estes nomes indicados por Ferreira Drummond com as listas de deportados, só identificamos nesse número José Carlos de Figueiredo e Inácio Quintino d' Avellar. F. Drummond, *o.c.*, v. IV, *pp. 4 e 5*.

de 1821 como futuramente à revolta cartista de Julho de 1828. A natureza para-maçónica, senão mesmo maçónica, desta sociedade teria provocado uma maior reacção negativa de grande parte dos terceirenses. Não seria sem razão que os epítetos de *pedreiros livres, inimigos do tronio e do altar*, constantemente se repetiam nos movimentos contra os constitucionais. Por outro lado, Stockler brandia estas acusações para acirrar o ódio e mover a perseguição populares contra os adeptos e promotores da revolta do 2 de Abril, contra os denominados *araujanos*. Que esta sociedade secreta fora o local da maquinação da revolta não restam dúvidas face a uma alusão que em 1832, um dos membros da *Loja Onze de Agosto* fazia ao que se passara em 1821. Aconselhava cautela na admissão de novos membros para que não viesse a acontecer o mesmo que em 1821.[41] Sugeria-se claramente a existência de traição ou de fuga de informações.

Dos membros indicados por Drumond, após a contra-revolução, só se mantivera em Angra Eugénio Dionísio Mascarenhas Grade. No entanto, a actividade desta associação continuava alargando progressivamente a influência na sociedade angrense. Ainda antes das eleições constitucionais de Novembro, a 21 de Abril de 1822 um grupo de angrenses, 150 nomes, assinavam uma representação em que chamavam a atenção do governo do reino para o perigo de sedições dos adeptos de Araújo, ou seja dos promotores do 2 de Abril. Referiam o nome do juiz de fora Mascarenhas Grade como o *"mandatário dos araujanos"*. Nas suas palavras:

> *Eugénio Dionízio Mascarenhas Grade, juiz de fora, que foi mortal inimigo d'Araújo ... he hoje hum sócio, e mandatário dos Araujanos, faz parte com elles em hua associação que se reune no palacio do Governo.*[44]

---

[41] Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo (BPADAH), Fundo Conde da Praia, (FCP) mç. nº 1.

[42] ANTT, MR, cx. 621, mç. 698, nº 23, fls. 15v. Existe na denominação de araujanos uma intencionalidade depreciativa dos revoltosos. Ao associá-los a Araújo, Capitão General antecessor de Stockler e odiado pelo povo em virtude da acção desenvolvida enquanto capitão general, procuravam tornar igualmente odiosos todos os intervenientes na dita revolta.

Aliás, Ferreira Drummond afirma que Eugénio Dionísio Mascarenhas Grade, Juiz de fora em Angra, exercendo nessa qualidade a presidência do senado da Câmara da cidade, foi dos que, à chegada da notícia da Revolução de Agosto, formou o *"projecto de acclamar a constituição nestas ilhas"*.[43] Como magistrado *de fora* foi sempre mal visto pela população e parte das autoridades locais. Por várias vezes esteve à beira de ser suspenso das suas funções de magistrado, sujeito a queixas e detracções no exercício do seu ofício, apresentadas pelos angrenses ao governo central.[44]

Foi o mais enérgico defensor das instituições liberais. Não só no acto da revolta de 2 de Abril como posteriormente. Não abandonou, como fez o corregedor Gamboa Loureiro, o seu posto em Angra após ter sido libertado da prisão, onde havia sido encerrado por Stokler em consequência da repressão da revolta de 2 de Abril. Manteve-se na ilha e reassumiu as suas funções legais a partir do dia 15 de Maio. Acompanhou todo o processo, procurando dotá-lo do verdadeiro espírito liberal. Ainda em 20 de Junho de 1821 quando a população, cedendo a um boato de que a anuência do rei ao sistema constitucional era aparente e forçada, intentara um tumulto contra as instituições liberais, como Juiz de Fora não hesitou em tirar sumários. A seu respeito Ferreira Drummond afirmara: *"Figadal inimigo de Stockler e do deão |...| Não ha duvida que este integro e valorozo magistrado era o temor dos inimigos da cousa publica."*[45]

Ao contrário da opinião do cronista, repetidas queixas classificaram a sua actuação de atentatória às instituições liberais. A 27 de Março de 1822 pedindo o afastamento desta *autoridade de fora*, afirmam: *"Se o actual corregedor J.B.Rebello Borges e o juiz de Fora Eugenio Dionízio Mascarenhas Grade continuassem no exercício daquelas varas toda a* ***Sabedoria do Congresso Nacional empregada em nosso be-***

---

43 Drummond, *o.c.*, v. IV, p. 8.
44 ANTT, MR, cx. 621, mç. 698, n.ºs 23 e 24.
45 Drummond, *o.c.*, v. IV, p. 25.

nefício, se tornaria nula, para nós *pois estes dois ministros não conhecem Ley senão para a postergarem com prejuizo dos fieis subditos de V. Mag..*"[46] Continuava o rosário de queixas, lamentando-se os signatários de representações ao monarca, de a câmara se manter sob a presidência do juiz de fora Mascarenhas Grade. A 27 de Maio aduziam o argumento de essa presidência não ser conforme ao espírito da soberania da nação, os senados não representavam os cidadãos uma vez que os vogais eram conduzidos pelo nomeado juiz de fora. O que estava em causa era a presidência de Mascarenhas Grade, no entanto, apresentavam a questão em termos de princípio: "*O juiz, pela qualidade de letrado, impõe-se aos vogaes leigos; e se estes não se deixão faxinar, o Juiz, que simultaneamente he presidente da Câmara, Juiz do Crime, do Cível, e Orfãos, tem* sempre *os meios de forçar os Vogaes, fazendo-lhes favor, ou causando-lhes damno*".[47]

Passando do geral para o particular os signatários referiam o *despotismo* a que estavam sujeitos. Segundo eles, o juramento de 15 de Maio de 1821 não os havia livrado dos *araujanos,* por eles vistos como traidores da nova ordem. Punham a questão em termos tais que praticamente exigiam, como prémio da adesão constitucional, a demissão dos araujanos, *autoridades de fora.*[48] Lamentavam que, não obstante a sua fidelidade ao monarca, as autoridades estabelecidas os "*forçassem a respeitar como benemeritos da Nação, aquelles, que, seguindo o Brigadeiro Araujo, ..., havião, nesta ilha, manxado a* ***Nova Constituição, postergando os fundamentos inabalaveis do Systema Regenerador***".[49] Patenteia-se à evidência o ódio a Mascarenhas Grade, único sobrevivente na vida política activa, à data da representação em análise, dos que tentaram impor em Angra precisamente a adesão ao sistema que agora são acusados de querer destruir. Usava-

---

[46] ANTT, MR, cx. 621, mç. 698, n.º 24, fls. 1 e v.

[47] Idem, nº 23, fl. 4v.

[48] Todo o documento visava os *araujanos*, adeptos do general Araújo. Todavia, o general é que tinha sido solicitado pelos membros da *sociedade patriótica,* por sugestão de alguns dos seus membros, a fazer parte da revolta na qualidade de chefe militar. *Idem, fls. 5 e v.*

[49] Idem, fls. 9v, sublinhado nosso.

-se e abusava-se da referência à fidelidade à *Constituição* quando tinha sido por causa da adesão à mesma que Mascarenhas Grade e os seus companheiros eram odiados e postergados.

Vivia-se, assim, uma paz podre na ilha quando em Fevereiro de 1823 foi publicada uma Portaria régia em resposta à *"representação de varios cidadãos d'aquella cidade pedindo que desejam festejar o anniversario do dia 2 d'abril"*,[50] declarando-o *fausto* e como tal devendo ser solenizado. Esta Portaria foi mais um elemento para o crescente descontentamento da população.

Entretanto em Angra cada vez com mais intensidade corriam boatos acerca do reforço do poder por parte do Infante D. Miguel e da Rainha Mãe. Difundia-se a ideia de que estava próximo o momento da vingança do partido realista. A vingança incluiria o regresso de Stockler, de novo nomeado capitão general das ilhas dos Açores. Este espírito de crescente aversão e ódio contra o liberalismo, mais vivo em Angra, espalhava-se por toda a ilha. Na cidade lutava-se, inclusivamente, com amotinações populares, para conseguir provocar a queda dos constitucionais.[51] Nesta conjuntura destaca-se Jerónimo Pamplona demonstrando claramente o seu alinhamento político, contra o constitucionalismo e empenhando-se na restauração dos *"inauferiveis direitos do rei soberano"* cuja vitória se aproximava.

Desconhecendo-se, embora, os sucessos do reino e do pronunciamento da Vilafrancada, trabalhava-se para o regresso ao sistema político derrubado pela Revolução de Agosto de 1820. Tão ansiosamente aguardada a reposição dos realistas que ao chegar a notícia *"de se ter acabado a constituição,* a 3 de Julho de 1823, *restituindo-se el-rei D. João VI aos 'seus inauferiveis direitos'"*, se difundiu uma onda de ale-

---

[50] Documento datado de 28 de Fevereiro de 1823, no Palácio da Bemposta. Transcrito em F. Drummond, *o.c.*, p. 334.

[51] A 16 de Maio mais de 400 pessoas se juntaram armadas, no curral do concelho de Angra, esperando convencer as tropas do castelo a revoltarem-se. A valentia de Mascarenhas Grade, prendendo os primeiros indivíduos que encontrou conseguiu dissuadir e dispersar a multidão. Ver F. Drummond, *o.c.*, pp. 39 e s.

gria pela ilha, sem paralelo até ao momento. Multidões gritando vivas a el-rei, girândolas, repiques de sinos nas igrejas e nos conventos, destacavam-se pessoas das mais importantes da cidade contando-se entre elas Jerónimo Martins Pamplona.[52] Embora se tenham lido na reunião da Câmara, que para o efeito se fez, os indultos régios, as palavras de moderação e de perdão não foram ouvidas tal o furor da aclamação. A festa prosseguiu com celebração solene de missa pelo deão, membro que fora do governo nomeado por Stockler e posteriormente destituído, e o sermão pregado por um absolutista ferrenho, o franciscano Fr. António do Rosário.[53] Com as suas invectivas *"incendiou a população"* no ódio e desejo de perseguições aos liberais, não obstante a resposta que o corregedor Joaquim Cordeiro proferiu no adro, à saída da cerimónia, chamando a atenção para os textos régios, sobretudo para a afirmação do monarca de não querer implantar de novo o sistema absolutista.[54] O entusiasmo propagou-se por toda a ilha. De todas as freguesias rurais acorriam de noite numerosos bandos à cidade para participar nas luminárias e festejos contínuos, marcados por ataques aos liberais professos ou suspeitos.

As perseguições adquiriram maior furor a partir do dia 1° de Agosto na vila da Praia.[55] A tropa de segunda linha *"com o povo da mesma villa e sua visinhança"* prenderam 20 pessoas tidas como afectas ao sistema constitucional. Juntara-se-lhes a tropa de 1ª linha e na noite de 3 para 4 chegaram a efectuar *de motu proprio* a prisão de noventa e nove indivíduos entre *"paisanos e eclesiasticos seculares e regulares; sendo compreehendidos neste numero o Doutor Corregedor*

---

[52] Ferreira Drummond, *O.C.*, v. IV. p. 39.

[53] Tratava-se de um pregador conceituado e de um académico que convivera com os deportados de 1810. Com D. Francisco da Soledade, juntamente com o P. Jerónimo Emiliano de Andrade, se iniciou no ensino de filosofia segundo Condilac e Thracy. *"Bibliotheca Açoriana"*, *Almanach Insulano, 1873*, pp. 129 e s.

[54] "Tornou-se por consequência o púlpito uma cadeira de dicertações jurídicas, incendiando os ânimos para tomarem vinganças" in *Ibidem.*

[55] ANTT, MR, cx. 621, mç. 498, n° 30, representação do governo interino a 10 de Agosto de 1823 a S. Mag.ª.

desta Commarca José Joaquim Cordeiro". Em causa estava, segundo corria por entre o povo e a tropa, a ameaça representada pelos *facciosos do dia 2 d'Abril de 1821*, que não aceitavam a suspensão da *Constituição*, apresentando-se como um sério perigo. A desordem e a anarquia instalou-se na Terceira em todos os concelhos. A população juntamente com a tropa indisciplinada cometia os maiores desvarios.[56]

Nesta conjuntura destacaram-se pelo bom senso o tenente Inácio José Pinheiro e o seu sargento João José de Melo que, apercebendo-se da gravidade da situação de total anomia que se vivia, procuraram pôr-lhe cobro. Porque o poder caíra na rua, estes dois militares, pela madrugada de 4 de Agosto, dirigiram-se a casa do 3° vereador, Jerónimo Martins Pamplona, a fim de o obrigar a convocar os representantes do clero, nobreza e povo para se fazer a eleição de uma Junta ou governo provisório:

> *em rasão do movimento que fizera o Batalham de seo comando na noute do dia tres para o de houje quatro, prendendo e recolhendo ao dito castello em nome de el Rei Nosso Senhor* ***Pessoas suspeitas de aférro ao extincto sistema constitucional, e entre estes ao Doutor Corregedor e Provedor desta Commarca*** *Jozé Joaquim Cordeiro havendo dezaparecido no acto deste movimento o comandante militar Manoel Leite Pereira...*[57]

A primeira medida a ser tomada foi assegurar, ainda que quase compulsivamente, o governo militar da ilha. A credibilidade de um chefe prestigiado asseguraria o retorno à disciplina castrense necessária para a manutenção da paz e do sossego públicos. A escolha recaiu no Sargento-mór de infantaria do Exército de Portugal, Manoel José Coelho Borges que só depois de muito instado anuiu "*tomando em muitissima consideração as rasoens expostas*", pela Câmara de Angra em vereação, que foram as seguintes:

---

56 *Ibidem.*

57 *Ibidem*, doc. n.° 1, auto de vereação, 4 de Agosto de 1824, fl. 3v.

Em Nome, e por serviço de El Rei Nosso Senhor, e com o fim de preservár esta Ilha dos horrores de huma Anarchia, requezitamos a Vossa Senhoria e lhe requeremos se apresente na Salla das Variaçoens.[58]

Ao aceitar o referido cargo voltou a afirmar o seu empenhamento em *"fazer conservar intacta a fidelidade e obediencia a sua Magestade e obstar a desordem publica"*.[59] Embora sendo reconhecido pelos militares referidos, e por todos os que condenavam a actuação indisciplinada e anárquica da tropa e do povo, como o mais capaz e de maior prestígio, não o ocupou durante muito tempo. Não era a pessoa, cuja acção mais agradava à força dominante.

Nos dias imediatos fizeram-se convocatórias para todos os representantes das populações da ilha com a finalidade de se reunir uma assembleia para proceder à eleição de uma Junta governativa. O presidente interino Jerónimo Pamplona aproveitou a ocasião de grande comoção popular para exorbitar das intenções propostas pelos militares para a eleição da dita Junta. Estas referiam-se à manutenção da ordem e à conservação dos povos na fidelidade a D. João VI.[60] Propôs à numerosa assembleia reunida que *"cumpria eleger hum governo revestido das* ***attribuições supremas*** *para poder providenciar em cazos arduos como por exemplo a nomeação d'officiaes e militares, Comandante Interino do Batalhão, Governador do Castello de São João Baptista, e Commandante de toda da força Armada da Ilha"*. Era nítida a intenção de Pamplona de querer alterar as chefias militares que anteriormente haviam servido sob o regime constitucional bem como atribuir competências, embora não previstas por lei às juntas provisórias.[61]

---

[58] ANTT, MR. cx. 621, mç. 894, n.º 30 fl. 4v.

[59] *Ibidem*, fl. 5.

[60] "com o fim de se elleger um governo que ... possa preservar esta Ilha de os horrores de huma Anarchia e concervar a mesma Ilha em obediencia e Fidelidade ao mesmo Augusto Senhor" *Ibidem*, fl. 8v.

[61] *Ibidem, fl. 9v.*

Esta proposta encontrara oposição nas figuras de maior prestígio, entre as quais o vigário geral da diocese, os membros do capítulo e outras figuras representativas da nobreza, algumas delas realistas,[62] no tenente João Baptista Pinheiro e nos representantes da *casa dos vinte e quatro*. Todos estavam de acordo quanto à nomeação de uma *Junta governativa,* mas em moldes legais "*com as attribuições ou poderes de que érão revestidos os Governos Interinos, que substituião as faltas dos Governadores e Capitães Generais*".[63] A sensatez impunha que não se atribuíssem poderes exorbitantes a um governo assim nomeado, porque naquelas circunstâncias poderia transformar-se em poder subversivo. Todavia, os procuradores das freguesias e dos concelhos e a numerosíssima assembleia popular apoiaram por aclamação a perigosa proposta do presidente interino.[64]

Nesta conformidade foram eleitos para governador militar e para comandante do batalhão e governador do mesmo chefes das milícias, que desde o primeiro momento da revolta de 2 de Abril se haviam manifestado adeptos incondicionais do general Stockler e realistas ferrenhos. Para Governador elegeu-se o coronel de milícias da Vila da Praia Cândido de Menezes Lemos e Carvalho; para os outros dois postos o sargento mor do regimento de milícias de Angra Jacinto Pacheco de Lima e Lacerda.[65]

Para a Junta "*por acclamação se accordou que os trez membros do Governo fossem João Pereira Sarmento Forjas de Lacerda, Doutor*

---

[62] Frutuoso José Ribeiro, cónegos Luis Manuel do Canto e Castro, Alvaro Pereira de Lacerda, reitor Francisco Gonsalves de Mello, cónego Joaquim Pinheiro dos Santos, o cura da Conceição Francisco António de Brum e Oliveira, P.e Joaquim Coelho da Silva, cura Luiz Coelho Borges, P.e Francisco José Brasil, P.e Bernardo António de Bettencourt, benef. José Francisco Pimentel, cura João de Bettencourt Machado, Vital de Bettencourt Vasconcellos e Lemos, João Sieuve de Seguier Camêlo Borges, Roberto Luiz de Mesquita Pimentel, Luiz Meirelles do Canto e Castro, João Baptista Pinheiro d'Oliveira. *Ibidem,* fl. 10

[63] *Ibidem,* fl. 9v.

[64] "votou a totalidade da Assemblêa que ainda não tinha votado prezentes, e nas immediações que não entrarão por falta da capacidade da Casa que monta a mais de quatrocentas Pessôas votou por acclamação que o Governo fosse electivo e com as atribuições propostas pelo Presidente" *Ibidem,* fl.10.

[65] *Ibidem,* fl. 10v.

= *Roberto Luiz de Mesquita Pimentel, Tenente do Real Corpo de Engenheiros = Luis Meirelles do Canto e Castro, e que a preferencia entre elles fosse aquella que dá a ordem em que estão aqui nomeados*".[66] Os dois membros civis que integraram este governo eram os principais realistas reconhecidos pelo povo. Foi a casa de cada um deles que a população se dirigira espontâneamente ao receber a notícia da suspensão da *Constituição*. O autor anónimo da *Breve noticia dos festejos com que na cidade de Angra da Ilha Terceira se tem religiosamente solemnizado a desejada queda do systema demagogico, e a Feliz reintegração de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI nos inauferiveis direitos da sua herdada soberania*[67] afirma claramente:

> *os fidalgos João Pereira de Lacerda, e Luiz Meyrelles do Canto e Castro, tão universalmente acreditados em Angra pelo seu zelo patriotico, e decedida adhesão a S.M. que o povo desta cidade e seus suburbios, geralmente realista, ao ponto de se romper a* ***gratissima noticia da queda do systema constitucional****, indistintamente concorreo a suas casa, dando-lhes vivas; e abraçando-os se congratulava com elles por tão fausto motivo.*[68]

Começava, assim, uma nova página verrinosa contra o liberalismo em que a povo anónimo, comandado pelos principais da ilha, dava largas ao seu anti-liberalismo. O juramento ao sistema "*monarchico absoluto*" marcou então a vida política que teve o seu auge com o pedido de "*exterminio de todos os officiaes, e militares implicados nos factos de 2 d'abril, e assim tambem a deportação de outras pessoas suas aderentes, para segurança inteira do paiz.*"[69]

---

66 Seg.^{do} a Lei ... os governos interinos seriam formados pela autoridade diocesana máxima, pelo corregedor em funções, nomeado ou interino, pelo governador de armas. Esta nomeação é assim totalmente efectuada à revelia.

67 Impressão da R. Formoza, Lisboa, 1824 in *A.A.*, v. VII, pp. 305-310.

68 *Ibidem*, p. 306, sublinhado nosso.

69 Drummond faz uma colorida e bem pormenorizada descrição das perseguições ocorridas nas mais diversas partes da ilha aos constitucionais a cujo número ele pertencera. Os que não foram presos tiveram de emigrar, o que aliás, fez ele próprio afastando-se para S. Miguel. *O.C.*, v. IV, pp. 43-60. Citação p. 44.

As perseguições e os ataques da população foram contínuos até 17 de Novembro, data da notícia da reintegração de Stockler no cargo de capitão general.[70] Como afirma Drummond "*a populaça de Angra andava afeita e propicia a todas as revoltas com a ajuda da soldadesca*",[71] não escapavam as autoridades, salvas raras excepções, como fora o caso do juiz ordinário Alexandre Martins Pamplona, o presidente da Junta de Eleição, que em difíceis circunstâncias prestou relevantes serviços ao bem público, evitando os maiores atropelos, inclusive o genocídio.[72]

Foi neste verão quente de 1823 que Mascarenhas Grade se viu forçado a abandonar Angra. O poder caíra nas mãos da soldadesca indisciplinada e do povo e as autoridades constituídas ou estavam em fuga, ou haviam sido presas. Nesta conjuntura chegara a Angra a demissão de Mascarenhas Grade[73] todavia, como o poder *estava na rua,* não entregou a vara de juiz a ninguém, e altivo entrou no barco que o haveria de conduzir a Lisboa, sem que pessoa alguma tivesse coragem de o prender.

O regresso de Stockler impunha-se como uma necessidade para acalmar a população em extremo alvoroçada. Apresentava-se como a única forma de evitar um banho de sangue. Nesse sentido os dois partidos faziam representações ao Conde de Subserra, um dos primeiros representantes da Terceira ao Congresso e agora ministro de D. João VI. Assim, regressara aquele Capitão General, antes expulso, ornado do título honorífico de Barão da Praia. A partir deste momento a ilha em festa conheceu uma relativa acalmia, se bem que continuasse surdamente a animosidade contra os liberais e a Consti-

---

[70] A 10 de Junho de 1823 Stockler e os seus companheiros de prisão tinham sido julgados "livres de toda a imputação criminosa" na sequência de lhe ter sido declarada extinta a acusação pelo Decreto de 6 de Junho do mesmo ano. *Sentença proferida na causa crime, em que foi authrora a justiça e reos o tenente general F. B. Garção Stockler... in A.A.*, v. VII, pp. 53-59, citação p. 59.

[71] *o.c.*, p. 50.

[72] "Conheceu-se por um rasgo da fortuna, por um rasgo da Providencia divina ficar este respeitavel fidalgo reconduzido no cargo, para nesta occasião tão inesperada ser um valente Sansão da sua patria, um perfeito amigo dos terceirenses." Ferreira Drummond, *o.c.*, p. 60.

[73] Idem, *o.c.*, p. 45.

tuição, e a população, ao menor sinal do *seu general*, sempre pronta a explodir defendendo-o e pugnando pela causa absolutista; ao mesmo tempo os senados das Câmaras procuravam apagar para sempre o rasto da actuação do sistema constitucional, destruindo todos os elementos escritos que marcassem a sua presença e a testemunhassem aos vindouros.[74]

Como Drummond sugere, o general Stockler seria nestas ilhas *a mão oculta* que, com outros, conduzia a actuação de D. Miguel no caminho da implantação do absolutismo que *de facto* já vigorava em Angra.[75] A esta capital insular chegaram as notícias do pronunciamento de 30 de Abril, passado quase um mês, a 20 de Maio, numa embarcação que saíra de Lisboa confiada na vitória dos planos de D. Miguel e, por isso, sem ter aguardado o desfecho final. Stockler, empenhando-se pessoalmente nas festas públicas de tão grata notícia, promoveu grandes festejos, com o apoio da população e da maioria da fidalguia e do clero.

No entanto, para a população, elas apareciam como a continuação das anteriores que haviam celebrado a chegada do general Stockler. Pela explosão de alegria manifestada pelo partido realista e pelos vivas que se davam ao Infante, à Rainha, ao general Silveira e a Stockler, sem nunca se mencionar o Rei, denunciavam bem a sua inserção no movimento absolutista, sobretudo por parte de próprio Stockler e dos seus homens.[76] Havia sintonia de posições entre o " projecto de D. Miguel" que, a coberto da defesa do rei face aos hipotéticos ataques de uma conspiração maçónica, provocou a *Abrilada,*[77] gorada pela avisada acção dos ministros do reino, e os ar-

---

[74] "A ordem para a extincção de taes monumentos veio logo, e executou-se promptamente...mas agora o juiz Pegado queria distinguir-se e fazer a vontade a seu amo Stockler". Ferreira Drumond, *o.c.*, v. IV, p. 67.

[75] *Ibidem,* pp.67-69. Esta tese é defendida por José de Arriaga na sua obra supra citada.

[76] Tinha vindo com o general Stockler, António Justiniano Brotero Pegado, exaltado regalista. Relativamente aos festejos ver *Ibidem.*

[77] "trilhar o caminho da virtude, salvar o Rei, a Real Família, a Nação, sustentar a Santa Religião de Nossos Maiores ... Morram os malvados Pedreiros livres!" *O Portuguez*, Londres, v. XIV, de 1824.

gumentos que serviam para a perseguição dos constitucionais na Terceira. Por outro lado, a reacção de profunda tristeza, que não conseguiram ocultar, provocada pela notícia de 26 de Maio relativa ao resultado final da *Abrilada*, não publicitada nem ao menos ao Senado das Câmaras, desmascarou por completo a posição política e ideológica do referido general e dos seus comparsas. O corregedor Francisco Pereira, que substituíra o Juiz ordinário Alexandre Martins Pamplona, e estivera ao lado dos constitucionais agindo com imparcialidade nas devassas que lhes fez, afirmava que o general era o "*opressor de um partido* (o liberal) *e o escravo de outro* (o realista)".[78]

De resto, chegava à Terceira a notícia da deposição de Stockler e da sua substituição por Manoel Vieira Touvar d'Albuquerque. Nem as petições do clero, nobreza e povo, nem os seus pedidos de recondução foram atendidos.[79] As notícias das perturbações que avassalaram a ilha e todo o júbilo no âmbito do processo miguelista acabaram por convencer o monarca, ou ao menos o seu governo, da natureza ideológica do credo político do General Stockler e do sentido da sua actuação.

Eleições cartistas

A morte de D. João VI trouxe de novo à cena o confronto do partido realista e do constitucional, que nem o luto decretado conseguira atenuar. A notícia da morte chegara a 15 de Abril de 1826 e em 21 de Agosto prestava-se juramento à *Carta Constitucional*. O Cabido da Sé, que havia recebido ordens expressas de jurar fidelidade à *Carta Constitucional*, juntou-se às autoridades da ilha naquele acto. Seguiu-se o *Te-Deum* no fim do qual se deram vivas à Carta, ao Outorgante, à Regente e à Santa Religião Católica.[80]

---

[78] Drummond, *o.c.*, v. IV, p. 65.
[79] *ver* Idem, *o.c.*, p. 70 e s, doc. M, pp. 340 e s.
[80] Drummond, *o.c.*, p. 84.

A euforia do partido realista manifestava-se claramente pela esperança do regresso rápido de D. Miguel nomeado regente. Assim, no seu entender, o juramento da *Carta* constituía apenas um compasso de espera que os realistas aproveitavam para difundir por entre a população a ideia da legitimidade sucessória de D. Miguel. Transformavam-se os *realistas* em *legitimistas.*

As eleições indirectas e censitárias[81] para a câmara dos deputados foi efectuada na província eleitoral dos Açores.[82] Após a eleição dos representantes nas assembleias paroquiais que decorreram nos meses de Novembro e Dezembro de 1826, reuniram-se os eleitos, agora eleitores, num total de 34,[83] na sede do município de Angra para decidirem sobre os deputados desta província. A acta da eleição de 3 de Fevereiro de 1827 permite-nos o conhecimento seguro dos intervenientes no processo. Na mesa eleitoral coube a presidência ao picoense Leonel Tavares Cabral, a função de escrutinadores ao Pe. José de Christo Carvalhal da Silveira da vila de São Sebastião e a José de Betencourt Rebelo Borges de Castro e Câmara da freguesia dos Fenaes da Luz em São Miguel, e o secretariado a António Joaquim Peixoto da freguesia de São José de Ponta Delgada. Segundo a acta da sessão eleitoral tudo se fez em conformidade com a lei eleitoral do citado decreto. À votação secreta seguiu-se o escrutínio na presença dos *"eleitores prezentes, e mais pessoas que quizerão concorrer"*.[84]

Numa fase do processo liberal em que tudo se encaminhava,

---

[81] De acordo com o estabelecido na *Carta Constitucional*, cap. V, art.os 65.º-95.º.

[82] Das três divisões eleitorais estabelecidas pela *Constituição* de 1822, de acordo com as 3 comarcas instituídas, passa-se agora apenas a 1 divisão eleitoral com sede em Angra de acordo com o regulamentado no Decreto de 7 de Agosto de 1826. Sobre o processo eleitoral ver José Guilherme Reis Leite, "As primeiras eleições cartistas nos Açores em 1826" in *Arquipélago - História*, Revista da Univ. dos Açores, 2.ª série, III, 1999, p. 325-380. Para a descrição do sucedido nesta eleição apoiamo-nos em ANTT, MR. cx. 621, mç. 498, n.º 45.

[83] Faltaram 3 por motivo de doença, segundo justificação, 1 da Terceira, outro de Santa Maria e ainda 1 da Ribeira Grande em São Miguel, respectivamente: João Monis de Sá, Joaquim Fernandes Monteiro e João Boteilho de Sampaio. *Ibidem*, fl. 1v.

[84] *Ibidem*, fl. 2.

sobretudo na ilha Terceira onde esta assembleia tivera lugar, para a vitória dos realistas e, onde o ódio aos *araujanos* crescia cada dia, surpreendem os nomes dos deputados eleitos. Dos 6 representantes votados apenas 2 eram moradores nos Açores: o bacharel João de Medeiros Borges Amorim, na ilha São Miguel e o presidente da mesa Leonel Cabral *"que foi juiz de fora da ilha do Pico"*. Os outros deputados eram: Eugénio Dionísio Mascarenhas Grade, que à data já não se encontrava na Terceira e servia como juiz de fora em Braga; João Calmos Leitão, desembargador do Porto; João Maria Soares Castelo Branco, cónego de Lisboa; Manuel Alves do Rio, morador em Lisboa; Fernandes Afonso Geraldes, *"governador que foi na relação do Porto"*.[85]

Alves do Rio tinha história nestas ilhas como deportado e, no seu currículo liberal, a notável actuação no congresso vintista, ao lado de Borges Carneiro; Mascarenhas Grade fora o mais notável promotor da revolta de 2 de Abril em Angra e o *araujano* mais odiado na Terceira; os demais não eram figuras públicas na sociedade açoreana. Como explicar estas eleições? A quase unanimidade e a proximidade relativa do número de votos, entre 24 e 28, é impressionante, sobretudo se atendermos que a votação foi efectuada em lista e apenas por 31 eleitores. Apenas um dos deputados eleitos pertencia ao corpo de eleitores. Por outro lado o posicionamento ideológico de Mascarenhas Grade e de Alves do Rio indicia uma actuação concertada e estrategicamente programada por parte dos liberais.

Estamos em crer que se teria passado nestas eleições uma negociação entre grupos dominantes de adeptos do liberalismo constitucional ou cartista. Não se poderiam entender de forma alguma as eleições acima referidas se previamente não se tivessem feitos as escolhas. De resto, em 1832, no âmbito da restauração cartista, as lojas maçónicas e as barracas da carbonária procuravam chegar a consensos para as próximas eleições a deputados: *"Todas as BB...*

---

[85] *Ibidem*, fl. 2v.

PP...depois de varias reflexões approvarão os individuos escolhidos para deputados pelos Açores, menos um dos que pertencem a esta ilha J. B. de A. Leitão Garrett, que rejeitão, escolhendo em seu lugar L. Mouzinho de Albuquerque, por terem delle perfeito conhecimento, e esperarem que elle hade ser optimo procurador destes povos, e um dos chefes principaes da oposição. A lista dos indivíduos para elleitores desta Ilha foi igualmente approvada...."[86]

Tanto as eleições de 1822 como as de 1826, pela conjuntura política em que ocorreram, não representaram em si mesmas factos relevantes na vida da Nação. O interesse do seu estudo reside essencialmente no papel desempenhado na trama da *praxis* política, que propicia ou escamoteia as ideias que lhe dão vigência. Releva deste processo a relativização dos princípios teóricos que, na apropriação dos agentes políticos, são utilizados como legitimação de práticas por vezes antagónicas. Assim, estas eleições mostram o índice de fragilidade das ideias que podem perverter-se na sua aplicação efectiva, manipuladas pelos interesses individuais ou de grupos na disputa pela apropriação do poder.

A *Constituição de* 1822, ao inscrever no seu articulado, como decorrência lógica do princípio da soberania da Nação, o sufrágio universal introduzia um elemento de dissolução interna do sistema. Como afirma Edmund Burke, na sua crítica à Revolução Francesa, as verdades metafísicas nem sempre, e em regra não são, verdades históricas.[87] A conjuntura sociocultural do povo da Terceira, e de Portugal no seu todo, não permitia o sucesso de uma mudança tão radical como a proposta pela *Constituição* vintista. A soberania da Nação, afirmada e tornada efectiva pelo sufrágio universal, se realmente assumida, excluiria a soberania régia. De resto, foi o que sucedeu em França no denominado período das antecipações, levando ao

---

[86] Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, Fundo Conde da Praia, mç. 1.º, n.º 5 Acta da 7.ª sessão, 8 de Agosto de 1832

[87] Ed. Burke, *Reflexions sur la Révolution Française*, (1790), Paris, Hachette, 1989.

regicídio. Mas ela não só não podia ser assumida como era manipulada para a vitória do seu contrário. A maioria da população, arraigada à tradição, e efectivamente realista, deixaria convencer-se facilmente pelos seus tradicionais chefes, afectos eles também à soberania régia. Foi precisamente o que aconteceu nas primeiras eleições em Angra. Assim, o escrutínio transformou-se no palco de diatribes e os estritos defensores do constitucionalismo, como Mascarenhas Grade, puderam ser acusados de criminosos de lesa-soberania da nação, enquanto os seus inimigos pretendiam servir-se dela para atingir o fim oposto. O conturbado processo alongou-se excessivamente pelo que o Auto da eleição, do segundo escrutínio, iria chegar à Comissão de Verificação e Constituição de Poderes no período em que as Cortes Gerais se começavam a dissolver naturalmente, em vésperas da Vilafrancada, mais precisamente a 18 de Maio de 1823.[88] A indicação que o Barão Clemente José dos Santos[89] dá acerca do deputado da divisão de Angra para as Cortes ordinárias, o desembargador Roque Francisco Furtado de Melo, não nos parece correcta porquanto aquele deputado foi eleito em segundo escrutínio pela divisão eleitoral da comarca da Horta, conforme ficou dito acima.

As eleições cartistas, censitárias e, em virtude disso mesmo, limitativas da soberania da Nação que a outorga da *Carta* já cerceia em si mesma, porquanto a sua origem, como em parte a da soberania, não está na Nação mas na pessoa do Rei, apresentaram-se mais conformes à salvaguarda do regime liberal. O regime cartista concedendo à História, aos dados da *civitas*, um espaço tão relevante quanto ao dos princípios fundamentais do liberalismo político, os direitos naturais, permitiu uma evolução consentânea com a possibilidade de

---

[88] Existe uma pasta classificada como documento n.º 30, na cx. 18 do AHP em cuja capa se pode ler: "Presidente da Junta de Divizão da Comarca de Angra – Officio acompanhando o Autto da Elleição com copia dos Deputados por aquella comarca". Por estranho que pareça a dita pasta encontra-se vazia não se encontrando também entre os documentos das demais pastas.

[89] *Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portugueza*, Lisboa, 1888, v. I, p. 487.

alteração dos quadros mentais. Por outro lado, no que respeita ao sistema eleitoral, limitando esta prerrogativa a assembleias definidas pelos rendimentos dos participantes,[90] não só restringe o número como permite uma negociação mais eficaz. É evidente que esta negociação podia ser tão perversa quanto a manipulação do sufrágio universal. Todavia, a actuação de grupos de liberais, nomeadamente da maçonaria tendeu para a quebra da tradição e consequente alteração do regime político e a pouco e pouco dos quadros mentais.

[90] Cem mil reis de renda os votantes nas assembleias de paróquia; 20.000 rs. os que nelas podem ser eleitos e eleitores nos círculos eleitorais onde se elegem os deputados dentre os eleitores que tiverem de rendimento mais de 400.000 rs., cf. *Carta de 1826*, c. V, Art.º 65, § 5, art.º 67, § 1, art.º 68, § 1.

A "Conquista" liberal dos Açores

General Manuel de Sousa Menezes

1. Há cerca de 5 anos procurava eu, na Biblioteca do Exército, conhecida pela Biblioteca dos Paulistas, informações que me permitissem completar um estudo que estava fazendo sobre a Academia Militar da Ilha Terceira, estudo que apresentei no 4.° Colóquio.

Eis quando o então director daquele estabelecimento me fala num conjunto de documentos relativos "aos últimos acontecimentos nas ilhas dos Açores", publicados pela Imprensa do Governo, em Angra, em 1831.

Por estes anos se situava a existência da Academia Militar referida e se tinham desenvolvido terríveis lutas entre Portugueses, bem saguinárias, nas disputas entre liberais e miguelistas.

Os documentos despertaram imenso a minha curiosidade, na medida em que se me afiguravam inéditos e fiquei pensando voltar a eles quando me surgisse disposição e oportunidade. A oportunidade surgiu agora dada a insistência do Dr. Álvaro Monjardino para vir a este Colóquio, mas a disposição é que é pouca porque a idade já diminui a capacidade de concentração e a resistência à leitura. Por isso, este trabalho será curto mas farei o possível para deixar os elementos necessários a quem o quiser retomar.

2. Na realidade, trata-se de um conjunto de "Documentos Oficiais" abrangendo cerca de 40 páginas, interessantíssimas no conteúdo e na forma, sobre Ordens do Dia; Proclamações aos soldados e às populações; Relatos sobre os desembarques e conquistas para a causa liberal nas ilhas do Pico, S. Jorge, Graciosa, Faial, Flores e Corvo e, finalmente, S. Miguel; carta de D. Pedro de Alcântara ao Conde de Vila Flor, quando passou pelo Faial, vindo do Brasil, a caminho da Europa; Relatório do Conde de Vila Flor dirigido à rainha D. Maria sobre as acções levadas a efeito nas ilhas dos Açores, para as recuperar para a causa liberal; Mapas de prisioneiros e de mortos nas acções de combate; Ordem do Dia para as operações contra a ilha de S. Miguel; Proclamação às forças de desembarque e à população de S. Mguel, sobre a razão de ser da operação; Relato circunstanciado sobre o combate da Ladeira da Velha; Carta régia recebida pelo Comandante das Forças das ilhas dos Açores, Conde de Vila Flor, a enaltecer e a agradecer as acções levadas a efeito e a manifestar o apreco e a gratidão da Rainha pelas vitórias alcançadas; finalmente, Relação nominal dos mortos sofridos pelas forças libertadoras, material de guerra capturado e prisioneiros feitos ao adversário.

A toda esta documentação, depois de fotocopiada, foi dada a forma de livro encadernado que tenho o prazer de oferecer a este Instituto Histórico e à Biblioteca de Angra.

3. Embora muito sucintamente, parece indispensável situar no tempo o que se vai descrever a seguir. Não serão necessários longos textos dado que se me afigura haver relatos correctíssimos e bastante descritivos nos *Anais da Ilha Terceira*, no *Arquivo dos Açores*, em Belisário Pimenta, em Verissimo Serrão, no *Percursor* etc. etc. sobre esta problemática. Mas é, com certeza, indispensável situar no tempo o que chamei a "Conquista Liberal dos Açores".

4. No dia 15 de Junho de 1829, o imperador do Brasil mandou constituir na Terceira, baluarte do liberalismo, o Conselho de Regência para governar os reinos de Portugal e dos Algarves enquanto sua filha, D. Maria II, não pudesse recuperar o trono ocupado por seu tio D. Miguel.

O Conselho é constituído por três membros e a escolha recai no primeiro Marquês de Palmela, no sétimo conde de Vila Flor (mais tarde primeiro duque da Terceira) e no conselheiro José António Guerreiro.

O Marquês de Palmela e o conselheiro só chegam a Angra em Março do ano seguinte. Em 22 de Junho de 1829, tinha desembarcado o Conde de Vila Flor, a bordo de uma escuna que forçara o bloqueio miguelista e toma o título de Governador e Capitão General das Ilhas dos Açores. Com ele vêm reforços em homens e materiais, homens emigrados nos Países Baixos, em França e na Inglaterra, material constituído por espingardas e pistolas de fabrico inglês ou capturadas aos exércitos napoleónicos.

Vila Flor desenvolve uma extraordinária actividade no sector militar e no sector político-administrativo; sobretudo no sector militar promove a melhoria e reforço das fortificações ao longo da costa, elaborando um plano de defesa com especial incidência na defesa do porto da Praia, numa antevisão de este ser o mais provável objectivo do ataque dos miguelistas quando decidissem acabar com as actividades liberais na ilha Terceira.

E foi por força desta antevisão que o ataque e desembarque das forças miguelistas, apoiadas pelo fogo de cerca de 22 navios, uma guarnição de 280 homens e uma força de desembarque de 3000 homens e 340 peças bem municiadas, foi repelido e foram desbaratadas as forças do atacante. Foi, como se sabe, o 11 de Agosto de 1829.

Mas a sua acção político-administrativa também, desde logo, se afirma, pondo ordem na organização administrativa e, pela sua presença de chefe prestigiado, acabando com as invejas e com as lutas pelo poder.

5. Parece-me suficiente ficar por aqui, para agora poder entrar na apreciação concreta do conteúdo dos documentos em estudo.

6. Vila Flor, depois de destituir a Junta Provisória que se queimava em lutas intestinas, e de consolidar, com os seus pares, a regência, vê-se na obrigação de trazer para a obediência da Rainha as mais ilhas do arquipélago.

As forças de que dispunha, e que iam engrossando com o retorno dos emigrados espalhados pela Europa, eram essencialmente constituídas pelos batalhões de caçadores n.° 5, n.° 7, pelo Batalhão de Voluntários da Rainha, organizado em Plymouth, em Setembro de 1828, composto por 6 companhias das quais a primeira era a célebre Companhia Académica de Coimbra. Tudo no total de 900 homens e mais as forças das milícias e ordenanças organizadas localmente, as mais importantes das quais sob acção e comando do Conselheiro Theotónio de Ornelas Bruges, sem dúvida um dos grandes líderes liberais da Terceira.

7. Vila Flor, convém sublinhar, tem de facto o papel decisivo na consolidação das estruturas constitucionais e sobretudo na pacificação das gentes e famílias da Terceira que se tinham digladiado e destruído por razões em que se tomavam as ideias liberais ou miguelistas como forças motivadoras para a acção destrutiva.

8. Pacificada e organizada a família terceirense, Vila Flor entende chegado o momento de destruir os usurpadores do poder nas restantes 8 ilhas; para o efeito é necessário criar uma força capaz de o fazer e julgo não andar longe da verdade se definir a sua ideia de manobra e o seu plano de operações com meia dúzia de verdades que me parecem evidentes. Tentarei apresentá-las em termos actuais, embora correndo o risco de cometer algum abuso.

Em primeiro lugar, há que trazer os rebeldes e os desavindos ao seio liberal da família portuguesa; para isso, há que impor os princípios liberais pela palavra e pela acção, e se necessário pela força.

A prioridade da acção segue o velho princípio de começar por resolver o mais fácil e caminhar de pés firmes para a solução do mais difícil. Assim, a acção começaria pelas ilhas do núcleo central e ocidental, deixando o grupo oriental, S. Miguel e Sta. Maria, para o fim, por serem as mais dificeis de resolver: sobretudo S. Miguel, a maior ilha, com metade da população do arquipélago, fortemente arraigada ao absolutismo e mais afastada do centro das operações.

Também as condições atmosféricas eram, concerteza como agora, fortemente condicionantes da acção, visto que chuva, vento, nevoeiro podiam alterar prioridades, uma vez que toda a movimentação das forças se fazia em barcos frágeis cuja força propulsora era o vento.

Faltaria ainda avaliar as capacidades da esquadra de D. Miguel a intervir contra esta acção naval; tudo parecia indicar que, depois do 11 de Agosto de 1829, na Praia da Vitória, a esquadra afecta a D. Miguel não mais voltaria a arriscar-se nos mares dos Açores. Aliás, era forte indício disso a relativa facilidade com que os reforços liberais furavam o bloqueio e chegavam a Angra.

Posto isto, que me parece não forçar em nada a realidade dos factos sucedidos, é altura de descrever os acontecimentos que alguém, pomposamente, chamou "A conquista liberal dos Açores".

9. Vila Flor freta algumas embarcações, das que vinham à laranja, que juntamente com as pequenas embarcações locais e com o brigue Liberal (comprado à custa dos soldos dos liberais e armado em nau almirante) carrega uma força de desembarque de 600 homens, devidamente armados, e parte de Angra em 17 de Abril de 1831, com destino ao Faial.

10. Antes de embarcar, Vila Flor faz a concentração geral das forças no Largo de S. Francisco e dirige-lhes uma proclamação de confiança na vitória e de incitamento "à gloriosa guarnição da Terceira que vai de novo medir as suas armas com as dos usurpadores do trono e pugnar pelo restabelecimento da carta constitucional".

Não põe em dúvida o êxito desta acção, visto ter sido confiada a soldados cuja honra e valor já deram grandes provas em tantos e gloriosos combates, mas lembra-lhes que ninguém vai satisfazer vinganças pessoais nem tirar desagravos de ofensas particulares porque isso só à lei pertence.

11. De Angra a força ruma ao Faial, mas por razões de ventos contrários ou porque no porto da Horta estava ancorada a corveta Isabel Maria, afecta a D. Miguel, e que não tinha respondido ao convite de Vila Flor para a sua capitulação, bem como outros tranportes de nacionalidade americana, fundeia no Pico, onde desembarca as suas forças sem encontrar a menor resistência. Pelo contrário as tropas recebem o melhor acolhimento por parte dos habitantes, que a consideram como libertadora.

Vila flor aproveita o primeiro êxito para lançar uma forte e bem elaborada proclamação aos povos dos Açores e aos militares que serviam os usurpadores.

Aos açorianos diz que não vem fazer a guerra porque sabe que os sentimentos de lealdade e de honra existem nos seus corações. Por isso, veio para os livrar da pesada pata do usurpador e plantar entre eles o regímen das leis e do direito, bem como uma justa e regrada liberdade.

Aos militares que tiveram "a desgraça de servir debaixo das bandeiras do usurpador", devem aproveitar esta última oportunidade para lavar uma tal mancha. A Regência, em nome da Rainha, afiança a todos estes militares que voluntariamente passarem para as fileiras leais, o serem tratados como irmãos.

12. As condições atmosféricas obrigam Vila Flor a estar parado na ilha do Pico cerca de 30 dias e só em 13 de Maio embarca toda a força com a ideia de ir atacar ou o Faial ou S. Jorge. O vento leva-o para S. Jorge onde, na madrugada do dia seguinte, ancora em frente às Velas. Desembarca 2 destacamentos de razoável força, ambos a oeste de Velas: um no pequeno porto da Ribeira do Nabo, outro no

Morro Grande. Em seguida, o resto da força também desembarca nestes dois locais e marcham sobre as Velas, Urzelina e Manadas que ocupam na tarde desse dia, não sem que as forças locais oferecessem forte resistência. As baixas são pesadas para os defensores, cerca de 400 mortos e feridos e dezenas de prisioneiros.

S. Jorge bateu-se fortemente pelo absolutismo e alguns dos prisioneiros conseguiram fugir de barco para S. Miguel.

13. De S. Jorge, Vila Flor zarpa para a Madalena, na Ilha do Pico, onde vai constituir uma base de ataque ao Faial; como a travessia da Madalena ao Faial é pequena, decide fazê-la apenas com barcos e lanchas de porte médio.

Na madrugada de 23 de Junho chega à Madalena e logo se avista grande movimentação de lanchas no porto da Horta, sobretudo entre a Corveta Isabel Maria e a terra; observa-se também a saída de um brigue americano que se dirige para norte.

Vila Flor percebe e depois confirma que a guarnição estava tentando evacuar a ilha e por isso decide atravessar o canal do Pico, rapidamente, com uma força de Caçadores. Chega à Horta a tempo de evitar que um transporte de tropas largue para o mar e assim obtém a rendição de uma parcela importante da guarnição.

A outra parte da guarnição, o governador, a Corveta e o seu comandante não se renderam e largaram para outros destinos. E assim o Faial se acha libertado e restituído à obediência de Sua Majestade a Rainha "sem que uma só gota de sangue dos nossos soldados corresse nestas praias".

O número de prisioneiros feitos, oficiais, sargentos e praças, atinge o total de 304 homens.

14. No grupo central do arquipélago, das 5 Ilhas, faltava apenas a Graciosa aclamar a S. D. Maria II, Rainha de Portugal. Depois da rendição do Faial, Pico e da vitória em S. Jorge, a Graciosa, no dia 10 de Julho, segue o caminho do bom-senso e por sua alta recriação

proclama fidelidade e obediência à S. D. Maria II, elaborando o respectivo auto na Casa da Câmara de Sta. Cruz, que é assinado pelos vereadores e por mais 36 personalidades.

15. Em 21 de Julho, nas Flores, a Câmara da Vila das Lages, logo seguida da Câmara de Vila de Sta. Cruz, informa ter aclamado, neste dia, a Senhora D. Maria II como Rainha de Portugal a quem juram respeito e fidelidade. Por arrastamento a ilha do Corvo, com os seus mil e poucos habitantes, também aclama D. Maria.

16. Vila Flor cumpre assim uma boa parte da missão a que se tinha proposto, só faltando a conquista de S. Miguel e de Sta. Maria. Havia, portanto, que organizar e planear o ataque à Ilha de S. Miguel o mais rapidamente possível.

É assim que, nove dias depois da aclamação feita pelas Flores e Corvo, Vila Flor publica a organização da força que, sob o seu comando directo, vai operar contra a Ilha de S. Miguel.

(Nota do Autor: A frase "publicar a organização" não significa a difusão generalizada da organização, o que seria uma quebra da segurança e segredo da operação; creio que se trata de publicar a "Ordem do Dia", que é um documento, pelo menos, restricto.)

Essa força tem os seguintes elementos principais:

Capitão Baltazar de Almeida Pimentel – Encarregado da Repartição do Quartel-Mestre General (ou seja, Logística).

Tenente-Coronel António de Vasconcelos Correia – Encarregado da Repartição do Ajudante-General (ou seja, Pessoal).

Dois Oficiais do Real Corpo de Engenheiros (ou seja, Comando da Engenharia).

Major de Milícias Jacinto de Sousa Tavares – Encarregado da Repartição de Víveres (ou seja, Intendência).

Capitão Anacleto Taveira Mosqueira e Tenente Miguel Baptista, pagadores (ou seja, Serviço de Contabilidade).

Brigadeiro Conde de Alva – Comandante da Brigada Ligeira, composta por Corpo de Cadetes, Corpo de Voluntários Académicos, Batalhão de Caçadores 5, e Corpo de Sapadores.

Coronel Henrique da Silva Fonseca – Comandante da Coluna de Infantaria de Linha, composta por um Batalhão do Regimento de Infantaria 18, um Batalhão do Regimento Provisório de Infantaria.

Capitão Pedro Teixeira de Passos – Comandante do Contingente do Batalhão de Artilharia de Angra.

No dia 28 de Julho de 1831, a Divisão formou no Campo do Relvão, em ordem de marcha, destinada a libertar S. Miguel.

O Marechal passou revista às forças e fez uma patriótica proclamação em que exaltou "o valor, constância e disciplina das tropas que actuaram na libertação do povos das Ilhas de S. Jorge, Pico e Faial e que abriram caminho a um movimento espontâneo e patriótico do regresso à legitimidade das Ilhas Graciosa, Flores e Corvo cumprindo-se agora que a Guarnição de S. Miguel seja submetida e que os povos sejam libertados".

No dia 30 de Julho, pelo meio dia, principiou o embarque das forças e, às quatro da tarde, a Flotilha levantou ferro da Baía de Angra, a caminho de S. Miguel.

17. Na frente do comboio seguiu a chalupa de guerra a quem foi marcado um ponto de encontro junto à costa norte de S. Miguel por alturas da Ribeira Grande. O comboio navegou toda a noite e na tarde do dia seguinte, mas os ventos contrários alteraram-lhe a rota para a ponta oeste de S. Miguel (digamos por alturas dos Mosteiros). Assim, teve que bordejar toda a costa norte da Ilha até ao ponto de desembarque, onde chegou pela madrugada do dia seguinte, ou seja, dia 01 de Agosto.

No local do desembarque, chamado Achadinha, as condições do mar e do vento não eram boas, agravadas pelo escarpado da costa que era de difícil acesso.

O inimigo, de terra, foi acompanhando o movimento do com-

boio e para o local de desembarque deslocou uma força que foi reunindo aos poucos e outra que tinha no Vale das Furnas.

Após o encontro dessas forças com os desembarcados, aquelas foram repelidas, deixando mortos, feridos e prisioneiros.

Concluído o desembarque, Vila Flor reuniu todas as forças na região da Maia e daqui partiu para alcançar Porto Formoso, cujos fortes se achavam já abandonados.

Porto Formoso é uma pequena baixa, junto ao mar, rodeada por fortes elevações a Este, a Sul e a Oeste. Na continuação para Ríbeira Grande a estrada trepa por encostas abruptas e encaixadas, rodeadas de várias barreiras verticais. É a chamada Ladeira da Velha, constituindo a posição um fortíssimo obstáculo militar pelo seu difícil acesso, pela curta extensão da frente e pelo apoio dos flancos de um e outro lados das montanhas.

Os defensores guarneceram a posição com todas as forças disponíveis na região da Ribeira Grande, estimadas em cerca de 3.000 homens.

Vila Flor, percebendo que não podia atacar de frente e em força, decide manobrar: pela sua esquerda, lança uma forte coluna apeada que visa romper o flanco direito do inimigo e ameaçá-lo depois pela rectaguarda, aliviando assim a frente na Ladeira da Velha, onde ataca de seguida.

A operação não é fácil, dada a dificuldade dos movimentos que tem a coluna do lado esquerdo, mas o êxito é completo, de tal forma que o inimigo nunca mais se conseguiu agrupar para continuar a defender a Ilha.

Estava assim concluída a subordinação da Ilha de S. Miguel à soberania da Senhora Dona Maria II, Rainha de Portugal, com algumas baixas para as forças liberais e com pesadíssimas para os defensores: cerca de 420 mortos e feridos graves. O próprio General Comandante de S. Miguel, General Prego, abandonou a Ilha em navio inglês.

18. No dia 02 de Agosto de 1831, é aclamado, pelo meio dia,

no Forte de S. Brás, o legítimo governo da Rainha de Portugal, a Senhora Dona Maria II.

A Ilha de Sta. Maria, por arrastamento, neste dia, também faz idêntica aclamação.

19. Antes de concluir este trabalho mal ficaria, embora não mencionada nos documentos em apreciação, se não dissesse uma breve palavra sobre a expedição ao Mindelo.

Consolidada a soberania dos liberais nos Açores, D. Pedro sente por obrigação regressar a Angra e para lá se encaminha a partir de França; as condições de vento e de mar obrigam-no a arribar a S. Miguel onde fica alguns dias. Depois segue para Angra, ainda capital do reino, onde é recebido com todas as honras e festejos populares no dia 3 de Março de 1832. E logo na recepção da Câmara de Angra, D. Pedro anuncia o seu desejo de derrubar a tirania e de libertar a população oprimida no território nacional. Inicia logo a preparação e organização de forças que irão cumprir essa missão.

Foram chegando à Terceira os transportes com as tropas e as gentes portuguesas que se encontravam exiladas em Plymouth, constituindo uma parte importante da força que havia de ir ao Mindelo.

A concentração faz-se em S. Miguel, ali se reunindo as tropas, as armas e a pólvora espalhadas pelas outras ilhas.

Finalmente, a 9 de Maio de 1832, a força expedicionária, constituída por 7.500 homens, é dada como pronta, dirigindo-se às praias do Mindelo onde ancorou a 8 de Julho.

20. Parece agora altura de concluir este trabalho fazendo alguns comentários:

– O primeiro respeita à importância dos documentos aqui trazidos ao conhecimento generalizado. Não são, com certeza, inéditos porque, pelo menos Ernesto do Canto, no seu ensaio bibliográfico, se refere a eles no "catálogo de obras nacionais e estrangeiras relativas aos sucessos políticos de Portugal nos anos de 1828 a 1834". Mas são

interessantíssimos os documentos porque são redigidos e publicados na altura dos acontecimentos: as suas Proclamaçoes, as suas Ordens do Dia, os seus Relatos Operacionais assinados pelo próprio comandante das forças do Conde Vila Flor; as Exaltações Patrióticas cheias de conselho e perdão aos chamados usurpadores; as Relações Nominais dos prisioneiros feridos e mortos, tudo redigido em excelente português e imbuído de grande exaltação política, tornam estes documentos também necessários para se falar da "Criação do Contemporâneo nas ilhas dos Açores".

E é por isso que tenho o prazer de os oferecer, devidamente encadernados, ao Instituto Histórico e à Biblioteca de Angra.

– O segundo respeita ao que os documentos revelam sobre a importância da luta ideológica nas ilhas dos Açores entre absolutistas e liberais travadas entre os seus habitantes; os Anais já a descrevia com pormenor e bastante crueldade, mas agora, a descrição oficial dos factos feita com sobriedade e vigor dá credibilidade ao que foi a violência dessa luta.

– O terceiro comentário é o da confirmação que a conquista e a imposição das ideias políticas se faz quase sempre com o apoio da força militar, mesmo quando estamos convencidos que a força das ideias novas, trazidas pela revolução francesa, não necessitavam de *manus militare*.

– Em quarto lugar, queria manifestar o meu elevado apreço pela figura do Conde Vila Flor, capitão-general dos Açores, pela forma como, desde a sua chegada a estas funções, afirma a sua presença de respeito, de ordem e de disciplina na família açoriana, contribuindo decisivamente para o regresso da legitimidade ao reino de Portugal.

Nota: Falou-se em armas e em navios. Há possibilidade de saber do que se trata:

– As armas, tipos, modelos, origens e características estão perfeitamente identificadas pelo Senhor Rainer Daehnhardt, sem dúvida o maior especialista português em armamentos e armaduras até ao séc. XIX.

Teve a gentileza de me fornecer uma meia dúzia de fotografias a cores de algum desse armamento, entre as quais uma carabina inglesa com uma gravação na coronha, entalhada à navalha, com as seguintes letras *3A-20*

O que pode querer dizer pertenceu ao soldado n.º 20 na ilha Terceira.

A colecção de armas de Baptista de Lima tem, segundo me dizem, abundantes exemplares deste armamento.

– Quanto aos navios, falou-se neste texto em Barcas, Galeras, Lugres, Palhabotes, Iates etc. etc. Todos são identificáveis em Rogério de Castro e Silva, oficial de marinha no seu estudo "Arte Naval Moderna", 1945.

João Ignacio d'Oliveira, lendário criador de gado do Noroeste americano

Donald Warrin

O grande Rio Colúmbia desce do Canadá para entrar no nordeste do Estado de Washington. Daí, em forma de semicírculo, dobra a oeste, logo ao sul e a leste, antes de juntar-se com o Rio Snake e correr para o Pacífico. A região circunscrita pelo rio no seu longo percurso por Washington chama-se o Big Bend Country, isto é a Terra da Grande Volta. A sua área mede aproximadamente 200 quilómetros de leste a oeste, e 150 de norte a sul. É quase toda uma planície ondulante e desértica. Para essa terra inóspita e até então desocupada por gente branca, chegou um jorgense da vila de Santo Antão, Topo, que se chamava na altura John Enos, embora fosse conhecido por todos como "Portuguese (ou seja "Portugee") Joe".

João Ignacio d'Oliveira, o nome com que se baptizou, nasceu em 1838 e, como tantos outros jovens da sua época, cedo deixou a sua ilha natal para uma vida no alto mar. Nada consta da data da sua chegada ao oeste americano. Sabe-se que nos anos 60 trabalhava num barco a vapor no Rio Colúmbia. No ano de 1870 começou também a criar gado e, em 1875, levou a manada para o Big Bend. Ali, nas margens do Cannawai Creek, estabeleceu o seu rancho.



John Enos, antes do casamento
(Spokane Daily Chronicle,
27 de Junho de 1913)

Dois anos mais tarde os poucos brancos da região amedrontaram-se com as notícias de um levantamento dos Nez Percés, e todos fugiram para a cidade de Walla Walla, ao sudeste. Conta-se que, ao regressarem às suas terras, os habitantes deram por falta de Portuguese Joe. Mas um grupo que foi em sua procura encontrou-o porém placidamente trabalhando nas suas terras, o único branco a não fugir dos Nez Percés.[1]

Apesar das grandes perdas causadas pelos desastrosos invernos de 1880 a 1881 e 1889 a 1890, Enos progrediu como criador de gado. Nas palavras de um amigo *cowboy* da época, «era um homem muito teimoso nos negócios».[2] Como muitos dos seu conterrâneos, John Enos dava grande apreço à aquisição de terras. Assim, no ano de 1888, as suas propriedades, consistindo em gado, terras silvestres e outras na pequena cidade de Sprague, onde começara a formar-se uma modesta comunidade de Açorianos, eram avaliadas em quase $20 000. Era o segundo homem mais rico do seu condado de Lincoln.

A região do Big Bend era originariamente uma terra de gado. A chegada do caminho de ferro nos anos 80 havia facilitado ainda mais esse comércio, com o rápido transporte do gado para os mercados do Leste. Entretanto, esses mesmos comboios, cheios de bezerros na ida, ao regressarem começavam a trazer uma carga humana. Esses indivíduos, atraídos pela propaganda das companhias ferroviárias, descobriram a fecundidade das terras do Big Bend e iniciaram lá a cultura do trigo, o que chegou afinal a dominar a vida económica da região. Até o fim da década de 90 tornara-se evidente aos criadores de gado locais que os seus dias findavam. Uns poucos anos antes Enos podia ter comprado por quase nada as extensas terras onde pastava o seu gado. Agora os povoadores espalhados por aqui e por ali tornavam cada vez mais inviável o negócio do gado.

---

[1] C. G. Gerlach, "Defied Indians and Remained on Ranch," *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 8 de Maio de 1936.

[2] B. J. Lyons, *Thrills and Spills of a Cowboy Rancher* (New York: Vantage Press, 1959), 133.

Enos era um homem entroncado que aparentava ser mais alto do que era. Nunca dominou a língua dos Americanos; as expressões que usava, – produto da uma vida de marinheiro e de *cowboy* –, eram muitas vezes grosseiras. Nem aprendera a ler e escrever. Na sua velhice soube desenhar o seu nome, embora, como diziam, «ninguém fora de ele mesmo era capaz de o ler».[3] Contudo, essas limitações não impediram que John Enos se tornasse o mais conhecido e lendário dos criadores de gado da região do Big Bend. As origens do enigma que continua a ser John Enos devem-se em parte ao seu aspecto algo ímpar numa região povoado por agricultores provenientes da Alemanha, da Rússia, da Irlanda e de outros países do norte da Europa. Os Portugueses radicados no Big Bend eram, na óptica dos outros, gente algo esquisita. «Alto, trigueiro e carrancudo», observou um historiador local ao escrever sobre Enos quase meio século após a sua morte.[4] «Muita mãe», continuou, «calava uma criança choramigas com as palavras <se não fores bom, Portugee Joe vai apanhar-te>».

Um trabalhador irlandês no rancho de Enos troçava dele de vez em quando, tendo composto até uma canção cujos versos, cantados ao redor das fogueiras do acampamento, entretiveram mais de uma geração de *cowboys* no leste de Washington. Só temos a primeira estrofe, transcrita anos mais tarde, provavelmente com alguma imprecisão, por um antigo companheiro de John Enos:

> My name is Joe Enos Lavere,
> I came from Portugal:
> Five and fifty years, my boys,
> I have lived without a girl.[5]

---

[3] Charles P. Lund, Affadavit 244179, registado no Condado de Spokane, 24 de Junho de 1909; *Wilbur Register*, 7 Julho 1911.

[4] Kenneth Kallenberger, "Saga of Portegee Joe: Fabulous Character of the Big Bend Country Whose Career Rose to a Climax after Death," *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 8 de Fevereiro de 1953.

[5] Lyons, *Thrills and Spills of a Cowboy Rancher*, 132. "Lavere" foi o apelido usado ocasionalmente por Enos, derivado de Oliveira.



Celeiro no rancho de Jhon Enos
(Donald Warrin, 1994)

Em verdade Enos passou quase toda a vida como solteiro. Ou é que se casou com uma índia quando era mais novo? Quase um século após a sua morte ainda se conta no local toda uma mescla de histórias contraditórias sobre John Enos: casou com três índias; odiava os indígenas e envenenou três deles; depois enterrou-os mais dois *cowboys* no seu rancho; tinha cinco cortes na sua pistola; enforcou um chinês; trazia cavalos de longe para o seu rancho, a altas horas da noite; matou a tiro um jovem que cavalgava perto do rancho por julgar que furtava cavalos; escapulira-se da justiça no Leste; era mesquinho; costumava chicotear seus *cowboys*; era um homem muito bondoso e generoso.[6]

Até o rancho entrou na mitologia local. Conta-se que uma vez um *cowboy* caiu pela camada de gelo de um lago perto da casa de Enos e afogou-se, e que desde então esse lugar está assombrado.[7] O facto é que as realidades da vida de John Enos andam tão entretecidas com as lendas que é impossível actualmente discernir com clareza a verdade. Mas o facto de os aspectos negativos e violentos predominarem, evidencia um grau de preconceito por parte dos habitantes do Big Bend que fortuitamente encontraram num indivíduo um pouco mais moreno que eles um objecto dos seus convencionalismos.

Numa entrevista concedida em 1963, mais de meio século depois da morte de John Enos, o seu antigo advogado opinou sobre a origem dessas lendas. «Parecia ser estrangeiro e não era muito falador, e esses dois factores encorajaram o público a conjecturar e falar dele», lembrou, acrescentando que «conheci-o bastante bem depois que se fixou na cidade [Spokane] e parecia tão vulgar como qualquer

---

[6] Kallenberger, "Saga of Portegee Joe"; *Lincoln County: A Lasting Legacy*, ed. Donald E. Walter (Davenport, Wash.: Lincoln County Centennial Committee, 1988), 54; Robert e Marcine Diefe, entrevista com Donald Warrin, Enos Ranch, Condado de Lincoln, Wash., 20 de Julho de 1994; Frank Johnson, conversação telefónica com Donald Warrin, 22 de Julho de 1994; William C. e Esther Rollner, entrevista com Donald Warrin, Odessa, Wash., 20 de Julho de 1994; Al Scheibner, entrevista com Donald Warrin, Odessa, Wash., 20 de Julho de 1994.

[7] Dolores Cook, entrevista com Donald Warrin, Odessa, Wash., 20 de Julho de 1994.

outro».[8] De facto, os jornais da época e outras pessoas cujos antepassados tiveram contacto com ele, descrevem-no como um homem singularmente generoso, valorizado por todos seus vizinhos. Segundo um ancião do Big Bend, ter negócios com Enos representava uma certa honra na época.[9] Um homem que cuidava do rancho de Enos enquanto este viajou a Paris em 1900, declarou que Portuguese Joe «era um dos melhores homens para o qual tinha trabalhado».[10] Segundo um jornal local da época, Enos era bondoso e compassivo. «Alimentava centenas de famintos *cowboys* que por acaso passaram por seu rancho».[11] Ele mesmo cozinhava para todos no rancho. Só em raras ocasiões é que aparecia uma mulher para ajudar. Disse o jornal: «O sítio do Joe era sempre um lugar de abrigo para o fatigado e retardado viajante sem vintém. Ele era um tipo excepcional de rancheiro hospitaleiro».[12]

Um velho companheiro relatou uma história da generosidade de Enos:

> Tenho um anel de ouro puro que me ofereceu Portuguese Joe que uso há uns trinta anos. Portuguese Joe estava a partir para a Califórnia e disse-me: «Bill, desejo dar-lhe um presente, portanto compre um relógio grande ou, se não quiser um relógio, compre um anel grande. Quanto maior for o relógio, tanto mais me vai agradar». Nunca mais o vi.[13]

Um dos factores no sucesso financeiro de John Enos era a sua

---

[8] Carol Pelo, "Lawyer Recalls Colorful 1913 Case," *Spokane (Wash.) Chronicle*, 27 de Junho de 1963.

[9] Entrevista com Al Scheibner.

[10] *Ibid.*

[11] *Wilbur (Wash.) Register*, 7 de Julho de 1911.

[12] *Ibid.*

[13] William Willford, *Told by the Pioneers*, 3 vol. (Olympia, Wash.?: Works Projects Administration, 1937-38), 1:205.



Árvores plantadas por John Enos para protecção contra o vento
(Donald Warrin, 1994)

visão. Como disse um amigo, «todos os seus planos e projectos eram bem pensados».[14] O rancho em Cannewai Creek era modelar. Tinha um sistema de irrigação, um dos primeiros pomares da região, uma pequena casa construída em cima de uma fonte para manter frescos maçãs e leite, e uma adega cavada numa pequena colina atrás da sua residência. O amplo celeiro era todo fabricado com cavilhas de madeira em vez de pregos. E, para protecção contra o vento, plantou-se uma série de altas árvores alinhadas.[15]

O ano de 1900 marcou uma transformação na vida de John Enos. Era então dono de uns 2 000 hectares de pasto com os indispensáveis direitos às águas neles contidas. Já com 62 anos de idade, ansiava pôr fim às suas responsabilidades de rancheiro. «Go Cafornia [*sic*], drink wine», dizia aos amigos.[16] Com outro rancheiro português da vizinhança fez uma demorada visita à Europa, a fim de assistir à Feira Mundial de Paris desse ano. Mas ao voltar descobriu que, devido ao crescente cultivo de trigo na região, não havia quem lhe comprasse o rancho nem os terrenos de pasto. Afinal, em 1903, Enos começou a trocar as suas propriedades rurais por outras na cidade de Spokane, Washington. Em 1905 recebeu um hotel em troca do rancho.[17] No ano seguinte já residia na cidade, a sua profissão registada como "capitalista".[18] Em 1907 já era vice-presidente de um banco.[19]

Um antigo amigo de Enos resumiu as qualidades que permitiram a esse imigrante analfabeto fazer a transição para o mundo dos negócios urbanos:

Dei com Joe pela última vez no hall do hotel Pacific

---

[14] Lyons, *Thrills and Spills of a Cowboy Rancher*, 132.

[15] Lyons, *Thrills and Spills of a Cowboy Rancher*, 134; Kallenberger, "Saga of Portegee Joe."

[16] *Wilbur (Wash.) Register*, 2 de Setembro de 1904.

[17] Deeds, Condado de Lincoln, Grantors Book 26, pág. 54-55; Deeds, Condado de Spokane, Grantees Book 155, pág. 398.

[18] *Spokane City Directory* (Spokane: R. L. Polk and Co., 1905), 309.

[19] *Ibid.* (1906), 303.



Casa para leite e maçãs
(Donald Warrin, 1994)



Adega no rancho de John Enos
(Kenneth Kallenberger, ca. 1953)

> em Spokane poucos anos antes do seu falecimento. Ainda mostrava um agudo interesse pelos amigos da sua juventude pioneira, perguntando por eles e lastimando o facto de só poucos deles terem vindo à cidade na mesma época que ele, numa altura em que havia mais oportunidade para ganhar com os investimentos.
>
> .....
>
> Portuguese Joe era um típico pioneiro e um homem de rara presciência. Aqueles que o julgavam demasiado ignorante para ter êxito na cidade, ou que tentavam enganá-lo nos negócios, logo ficaram bem desiludidos.... As qualidades que o distinguiram como criador de gado de grande êxito serviram-lhe bem no papel de homem de bens imóveis, e os que o pretendiam burlar tiveram de buscar suas vítimas alhures.[20]

Se John Enos enfrentou os negócios com grande astúcia na sua ascensão de marinheiro a rancheiro e finalmente a empresário de bens imóveis, fracassou bem em outro sentido, isto é, nas relações com as mulheres. Segundo os seus amigos, como veremos no segundo dos dois litígios contestando o seu testamento, nos anos de rancheiro Enos nunca viveu com uma mulher. Costumava dizer que não queria esposa porque cada vez que ia à cidade teria que comprar-lhe um vestido ou um chapéu novos. Se decidisse casar, contava aos seus amigos, seria quando já fosse velho. Para tal, aliás, havia de voltar a Portugal, porque «tinha medo das mulheres deste país...».[21]

Nesse aspecto um amigo relatou uma anedota sobre Enos:

---

[20] Lyons, *Thrills and Spills of a Cowboy Rancher*, 136-137.

[21] Testemunho de Thomas Walters, *Spokesman Review* (Spokane, Wash.), 25 de Junho de 1913.

> Quando os modestos cultivadores de trigo começaram a aparecer e a estabelecer-se nas terras que obtinham gratuitamente do governo federal, os seus casinhotos apareciam por todo lado na planície. Isto tinha para Portuguese Joe uma só significação, o lento mas inevitável desaparecimento do seu pasto.
>
> Um dia apareceu no rancho do Joe um rapaz algo presunçoso que lhe era desconhecido. Apresentando-se como recenseador, pediu detalhes concernente ao número e idade dos filhos do Joe para os fins de se organizar um distrito escolar. Reconhecendo o significado das perguntas, Joe fixou bem o seu interlocutor e, num tom de escárnio, disse, «Não tenho mulher. Quando quiser criar uma família caso com uma vaca».[22]

Rico, aliviado das responsabilidades de rancheiro, John Enos continuou a viajar. Em Abril de 1905 fez a primeira de várias viagens à sua terra natal. Lá se hospedou com o irmão Manuel Jacinto Oliveira, em cuja casa chegou a conhecer a empregada, Maria Senhorinha, que dentro em breve teria um papel de relevo na sua vida. Uns trinta anos mais jovem que Enos, tivera já dois filhos ilegítimos. Ao outro ano Enos voltou a São Jorge onde comprou uma residência. Nela acolheu as três irmãs mais Senhorinha como empregada. Em 1907 Enos voltou a Spokane para regressar outra vez a São Jorge dois anos mais tarde. Desta vez residiam com ele Maria Senhorinha, mais a mãe e filho desta.[23]

No Outono de 1909 os dois decidiram casar. Por julgar demasiado complexas as leis portuguesas que regulavam o casamento, Enos levou a noiva a Boston onde se desposaram a 20 de Novembro na

---

[22] Lyons, *Thrills and Spills of a Cowboy Rancher*, 133.

[23] Depoimento de Manuel Jasinto [*sic*] Oliveira, registado 9 de Outubro de 1912, causa 6790, Corte Superior, Condado de Spokane.



Jhon Enos (João Ignacio d'Oliveira) com a esposa
Mary (Maria Senhorinha), ca. 1910
(Rose Hink e Florence Stout)

igreja portuguesa de São João Baptista. Ao voltar a Spokane descobriu que uma empresa ferroviária lhe oferecera $130 000 pelo hotel de que era dono.[24] Investiu os fundos no novo e elegante Hotel Empire e os dois aí se hospedaram.

Portuguese Joe, ex-criador de gado do Big Bend e empresário hoteleiro de Spokane tinha sido, antes do casamento, uma figura imponente. Algo calvo, com longas patilhas brancas dos lados e um grande bigode alvo, patenteava a autoconfiança de quem havia conseguido êxito na vida. Ao regressar a Spokane depois das núpcias, era, aos setenta e um anos, um homem transformado: tinha a cara rapada, empoada, colorida e perfumada, levando por cima uma peruca negra. Perdera, segundo o vespertino de Spokane, toda a sua qualidade anterior de pitoresco.[25] Em 1911 Enos consentiu numa visita a Santo Antão, com a promessa por parte da mulher de que não se demorariam muito tempo. Aí, no dia 11 de Maio, poucos dias após a chegada do casal, Enos adoeceu. Quatro dias mais tarde estava morto. *A República* da Vila da Calheta anotou simplesmente, «Faleceu na freguesia de Santo Antão, o Sr. João Ignacio d'Oliveira que havia regressado na última viagem do vapor Funchal. Possuía uma importante fortuna».[26]

A carreira de John Enos como astuto criador de gado, generoso e algo excêntrico, deu-lhe fama em todo o leste de Washington. No momento em que ele se prontificava a deixar o rancho, o jornal local observou: «O nome de Portugese [*sic*] Joe é bem conhecido por todos os antigos pioneiros desde Yakima a Spokane e do Rio Snake à fronteira [com o Canadá]»[27] Quando o mesmo jornal noticiou o falecimento de John Enos sete anos mais tarde, declarou que era ele «talvez a pessoa mais conhecida e mais proeminente de toda a terra

---

[24] "Lis Pendens," Chicago, Milwaukee & Puget Sound Railway Company vs. John Enos, et al, Corte Superior, Condado de Spokane, registado 1 Novembro 1909.

[25] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 27 de Junho de 1913.

[26] *A República* (Vila da Calheta, São Jorge), 4 de Junho de 1911.

[27] *Wilbur (Wash.) Register*, 2 de Setembro de 1904.

do Big Bend.»[28] Mas a morte e o enterro numa terra longínqua e o lento desaparecimento da memória de um dos mais destacados pioneiros do Noroeste, não era o seu destino. Ao contrário, havia de ganhar muito mais renome ao passo que os detalhes da sua vida e morte vinham à luz nos tribunais de Spokane.

No seu testamento, formalizado pouco antes da malfadada última viagem a São Jorge, Enos deixara $10 000 à paróquia de Santo Antão e mais outros $10 000 ao Asilo de Mendicidade da Vila das Velas. Aos irmãos legou bem menos: $500 para cada uma das duas irmãs sobreviventes e só $5 a cada um dos dois irmãos. O resto, uns $250 000 investidos em dois hotéis de Spokane, o Alger e o Empire, destinava-se à mulher, agora chamada Mary Enos.[29]

Em Maio de 1912, os quatro irmãos do finado John Enos – Justina, Joaquina Narciza e Manuel Jacinto nos Açores, e Domingos Jacinto, residente na Califórnia –, contestaram os termos do testamento, alegando que no momento de o compor estivera em mau estado de saúde, fraco de corpo e cabeça, e por consequência incompetente de fazer um testamento. Acusaram Mary Enos de haver obtido a maior porção da herança do marido por dolo e força, abusando o marido mental e fisicamente (embora fosse muito mais pequena que ele), e enchendo-o constantemente de álcool. Disseram que Mary Enos quisera voltar às ilhas para estar com um amante, José Martins, e que escondera do marido o facto de ter dois filhos ilegítimos, (embora um deles tivesse vivido com eles em São Jorge). Alegaram, aliás, que o irmão sempre lhes prometera ser generoso.[30]

Com o fim de se prepararem para o procedimento, os dois advogados, Fred Miller, representando os disputantes, e W. S. Gilbert, a representar a viúva, partiram na demorada viagem a Santo Antão a fim de recolher os depoimentos dos irmãos e de outras testemunhas.

---

[28] *Wilbur (Wash.) Register*, 7 de Julho de 1911.

[29] Last Will of John Enos, Causa 6790, Corte Superior, Condado de Spokane.

[30] Amended Petition Contesting Will (Causa 6790), Corte Superior, Condado de Spokane; Depoimento de Jacinto.



Manuel Nunes
Guarda-costas da Sr.ª Enos
(Spokesman-Review [Spokane, Wash.], 23 de Novembro de 1912)

Em 20 de Novembro de 1912 iniciou-se o processo na sala do juiz, H. L. Kennan. Estava um dia fresco de Outono. A Sra. Enos chegou, acompanhada de seu guarda-costas, Manuel Nunes, descrito pelo matutino como «um homem moreno de figura mediana, em boas condições físicas, com penetrantes olhos pretos».[31] Tinha o costume de enrolar lentamente as longas pontas do bigode enquanto respondia ao interrogador. «A presença dele e de outros portugueses na sala do tribunal tem atraído muita atenção», observou um jornalista.[32]

As testemunhas para os disputantes declararam que Enos desejara ter um filho, e que havia sido pródigo nas suas ofertas à esposa, um facto com que esta concordou, dizendo que recebera brincos com diamantes, colares de ouro e mais outras coisas.[33] Uma empregada que também servia de professora de inglês à Sra. Enos disse que esta dava álcool constantemente ao marido e o importunava para compor o seu testamento, alegações que ela negou fortemente.[34] A ser interrogada, Mary Enos impressionou o público com o seu comportamento. O vespertino disse dela que era «extremamente inteligente».[35]

Com o fim de contradizer esses testemunhos, vários indivíduos foram chamados para afirmar que nunca haviam visto o falecido sob influência do álcool. O advogado para o testamenteiro e os seus assistentes invocaram os detalhes da criação do testamento, explicando que «ao observar o procedimento Enos tinha sido muito astuto, revendo os parágrafos várias vezes com o seu advogado, para acertar que tudo se conformasse com os seus desejos».[36]

Enquanto interrogava as testemunhas em São Jorge, o advogado dos disputantes alegara que o suposto amante, José Martins, ho-

---

[31] *Spokesman Review* (Spokane, Wash.), 21 de Novembro de 1912.
[32] *Ibid.*
[33] *Spokesman Review* (Spokane, Wash.), 23 de Novembro de 1912.
[34] *Spokesman Review* (Spokane, Wash.), 21 de Novembro de 1912.
[35] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 22 de Novembro de 1912
[36] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 22 de Novembro de 1912.

mem de sete ofícios de John Enos, tinha ido a outra freguesia pouco antes de este adoecer e que tinha voltado só após a morte dele. O médico que tratara o doente disse, no seu depoimento, que Enos morrera da hematémese, isto é, o vómito de sangue, que os sintomas duraram vários dias e que, aliás, não havia nenhum motivo para suspeitar envenenamento.[37]

Ao resumir a causa dos disputantes, o advogado Frank Graves retractou uma aventureira que só se casara com John Enos pelo dinheiro. Pintou um velho de setenta e três anos bem vividos, desorientado pela influência da mulher e do álcool e, aliás, efeminado, o que seria para aquele ambiente do "Velho Oeste", a maior das desgraças.[38] Em 26 de Novembro, depois de ouvir toda uma semana de declarações, o júri decidiu pelos disputantes. Essa tarde apareceu o seguinte cabeçalho no vespertino: «Júri Adverte que Tribunal Anule Testamento de "Portuguese Joe"».[39] O papel do júri, entretanto, era só o de aconselhar. Se o juiz aceitasse os seus conselhos, metade do legado de John Enos destinar-se-ia aos quatro irmãos. O procedimento fora, segundo o mesmo jornal, «a maior contestação de um testamento na história do condado de Spokane».[40]

O magistrado adiou a sua decisão até Janeiro de 1913, quando anunciou que não ia aceitar o conselho do júri. Imediatamente os disputantes apelaram para o tribunal supremo do Estado. Contudo, outros acontecimentos iam eclipsar o papel dos irmãos de John Enos na disputa sobre o seu testamento. Nesse mesmo mês apareceu uma nova figura para reclamar os seus direitos à herança. Chisheetqua Sysic, uma indígena velha, filha do chefe Quêquetas da tribo dos Néspelem, requereu, sob o nome de Susanne Enos, que o tribunal lhe concedesse a herança de John Enos, alegando na sua solicitação que

---

[37] Depoimentos de M. C. Azevedo, John T. Brazil, Manuel Jasinto Oliveira e Dr. Ricardo José Vera Cruz.

[38] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 25 de Novembro de 1912.

[39] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 26 de Novembro de 1912.

[40] *Ibid.*



Susanne (Chisheetqua Sysic)
(Spokesman-Review [Spokane,
Wash.], 29 de Junho de 1913)

os dois haviam passado muitos anos juntos em estado conjugal.[41] Disse que se desposara com Enos em Setembro de 1870, que viveram como casal uns doze anos e que da união saíram três filhos, dois dos quais já falecidos.[42]

Os Néspelem e seus vizinhos, os Sanpoil, são duas pequenas tribos do povo Salish. Vivem ao longo de dois rios dos mesmos nomes no nordeste do estado de Washington. Embora apertadas de todos os lados por tribos mais agressivas, conseguiram manter uma cultura notavelmente pacífica e democrática. Na década de 70 assumiu importância dentro da tribo Sanpoil um carismático aleijado com o nome de Skolaskin. Rejeitado inicialmente como líder, foi eleito chefe logo após o grande terramoto de 1872.[43] Considerado um profeta, liderou os Sanpoil durante muitos anos, opondo-se veemente à ideia de a sua tribo se submeter ao domínio do governo federal, enquanto profetizava um novo dilúvio. Para salvar os membros da tribo mandou construir uma grande arca. Também fez edificar um cárcere, meio subterrâneo, onde colocou aqueles que julgava culpados de vários delitos, frequentemente, dizia-se, os maridos daquelas que cobiçava, porque parecia exercer um efeito hipnótico sobre as mulheres.[44] Afinal, o governo federal, cansado de tratar com ele, mandou-o para a prisão de Alcatraz na Califórnia, só permitindo o seu regresso a Washington sob promessa de bom comportamento. Desde o seu retorno, o velho profeta foi uma figura de pouco destaque na comunidade indígena. Ironicamente, hoje em dia a povoação de Skolaskin e de seus vizinhos Sanpoil jaz debaixo das águas do lago Roosevelt, detrás da barragem do Grand Coulée.

---

[41] Nos jornais da época o seu nome apareceu com variantes: Kemptika, Kinlitka, Nempitka e Sempitka, todos com o apelido Sysic. Emprega-se aqui a grafia adoptada em Robert H. Ruby e John A. Brown, *Dreamer-Prophets of the Columbia Plateau: Smohalla and Skolaskin* (Norman, Okla.: Univ. of Oklahoma Press, 1989), 136.

[42] "Petition in the Matter of the Estate of John Enos, Deceased," Causa 6790; *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 19 de Junho de 1913.

[43] Ruby, *Dreamer-Prophets of the Columbia Plateau*, 143.

[44] Ruby, *Dreamer-Prophets of the Columbia Plateau*, 144.

Na manhã de 19 de Junho de 1913 caía um chuvisco fresco sobre a cidade de Spokane. Era uma quinta-feira, o dia de abertura do segundo processo, um espectáculo que os habitantes de Spokane recordariam por muito tempo. Entre os assistentes para apoiar as alegações de Chisheetqua Sysic estavam o velho profeta Skolaskin e dois chefes actuais da tribo, Néspelem George, irmão da disputante, e Coloatiquim.[45] Apareceram muitos outros índios também, todos, com a excepção de Susanne e duas intérpretes, vestidos com as suas tradicionais roupas cerimoniais. Apoiaram-nos, aliás, vários pioneiros de bom renome da terra do Big Bend. Para a defesa aparecia o que um escritor descreveu como um *roundup* de antigos pioneiros.[46] Um jornal descreveu-os como «banqueiros pioneiros, *squawmen* [isto é, brancos casados com índias], grandes criadores de gado e rancheiros de cabelos grisalhos que viram a planície transformar-se numa vastidão sem fim de trigo....»[47] Tinham chegado de todos os lados: Oregon, Idaho, Montana, Canadá. A defesa apresentou tantas testemunhas – mais de cinquenta –, que o advogado da disputante, ao interrogar uma delas, falou, «O senhor diz que esse filho que trabalhava para Joe está na terra do Big Bend hoje. Eu gostava de saber se o senhor conhece alguém que ainda esteja lá hoje?».[48]

É forçoso reconhecer que se tratava de um debate entre desiguais. Os índios vieram da sua reserva para enfrentar a elite do Noroeste, que não hesitava em rebaixá-los sempre que convinha. Entretanto, reinava na sala do juiz J. Stanley Webster um ar de objectividade. O povo de Spokane ainda conhecia bem os seus vizinhos indígenas, e estava consciente do facto de muitos dos pioneiros se terem casado com índias. «O casamento com uma boa índia nunca

---

[45] Escrito também como Kolataquin and Kotalimkin.

[46] William S. Lewis, *The Story of Early Days in the Big Bend Country* (Spokane: W. D. Allen, 1926), frontispício. Durante o julgamento trinta e dois homens e mulheres, todos pioneiros e testemunhas para a defesa, sentaram-se para um retrato que aparece no frontispício.

[47] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 26 de Junho de 1913.

[48] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 26 de Junho de 1913.

apoucou qualquer bom homem», escreveu um dos participantes no processo.[49]

O julgamento abriu com as palavras do advogado da queixosa que retractou a cena do casamento e depois a vida conjugal dos dois até o ponto em que, uma dúzia de anos mais tarde, ela «foi rejeitada por Portuguese Joe quando os brancos começaram o povoar a região e depois que ela lhe tinha cuidado o gado, cortado a lenha, lavado a roupa, preparado a comida e dado à luz três filhos».[50] O testemunho mais vivo, porém, vinha das bocas de Néspelem George e Coalátiquim, os quais falaram no seu idioma. George disse que havia presenciado as núpcias da irmã uns quarenta anos atrás. O pai deles entregara Susanne a Portuguese Joe em troca de dois cavalos. «Portuguese Joe era alto e trigueiro», disse. «Parecia índio mas era um forasteiro».[51] Ao passo que o testemunho avançava, com uma pormenorizada descrição da cerimónia do casamento relatada pelo octogenário Coalátiquim, —acompanhando o seu testemunho com grandes gesticulações, os seus cabelos caindo sobre os ombros em cachos—, o juiz desceu do seu lugar e colocou-se ao lado da intérprete, para não perder uma palavra.

Disse Coalátiquim por meio da intérprete:

> O homem parecia mestiço. Veio do outro lado do Colúmbia. Disse que desejava uma esposa. Disse, dê-me uma mulher e eu lhe pago. O pai de Susanne [Quêtetas, chefe dos Sanpoil] diz: «Se casar com ela damos-lhe Systic Kimpitka (Susanne)»....
>
> O pai da Susanne ele disse a ela que se gostava desse homem para casar com ele e se não, não tinha de casar. A mãe e todas as raparigas disseram que devia ca-

---

[49] Lewis, *The Story of Early Days in the Big Bend Country*, 27-28.
[50] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 19 de Junho de 1913.
[51] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 20 de Junho de 1913.

> sar com ele. O pai da Susanne diz, «Se acredita que a pode tratar bem, ao seu irmão e à sua mãe pois pode tê-la». Joe, ele diz, «Vou ser como seu filho. Quando tiver fome vou dar-lhe comida.» Então disseram que Joe podia tomá-la por esposa. Então foram todos à casa de orações, onde se casaram.[52]

O testemunho dos índios galvanizou a atenção dos espectadores:

> A sala do tribunal tomou o aspecto de uma assembleia indígena, os quais observavam impassivelmente o combate legal travado frente a um júri de homens e mulheres convocado para ouvir a história do Noroeste contada do ponto de vista dos índios.[53]

Apareceu, pois, uma série de cidadãos a retractar animadamente a vida de John Enos e Susanne. Charles Sprague, antigo político e rico criador de gado, foi o primeiro a testemunhar:

> Trabalhei para o Português em 87 e 88. No princípio do ano de 88 um índio e duas índias chegaram a cavalo ao rancho do Joe e ele disse-me que uma delas era sua mulher. Disse-me que a única razão pela qual ela não podia ficar por aí foi que os brancos falavam. Disse-me também que a única razão por que não foi molestado pelos índios durante o levantamento [dos índios em 1877] foi porque tinha uma esposa indígena».[54]

Outros disseram que Susanne lhes fora apresentada como a mulher do Joe e que ele era reputado ser um *squawman*. A. J.

---

[52] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 20 de Junho de 1913.
[53] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 20 de Junho de 1913.
[54] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 19 de Junho de 1913.

Latham, um pioneiro casado com índia, declarou que visitara a casa de Portuguese Joe quando Susanne era sua mulher, e que Enos lhe chamara sua *kloochman*, a palavra Sanpoil para "esposa". Disse, aliás, que vira um menino, aparentemente mestiço, na casa.[55] O testemunho continuou ao outro dia, quando vários indivíduos, inclusive uma irmã de Susanne, descreveram a sua familiaridade com esta como a esposa de John Enos.[56]

O processo recomeçou na segunda-feira, dia 23 de Junho. Era a vez de Chisheetqua, que «primou no seu testemunho».[57] Susanne descreveu detalhadamente o primeiro encontro com Enos e, durante o interrogatório do advogado deste, disse jamais estar casada com outro. Chegou, então, a vez da defesa. Segundo várias testemunhas Susanne havia sido casada com «'Charlie', 'Bill', 'Bob', o chefe Skolaskin e mais outros».[58] Na terça-feira o desfile de testemunhas para a defesa continuou, alguns afirmando que Enos nunca foi *squawman*, outros atacando a veracidade de Susanne. Albert M. Anderson, antigo director da Agência Índia em Forte Spokane, declarou que ela desposara Bob Tweezelkin [*sic*], vivera com ele até 1902 e herdara bens consideráveis dele.[59] John M. Johnson, director da Agência Índia na Reserva Colville, disse que Susanne tivera uma filha, Alice Nicholson, com o ex-chefe Skolaskin.[60]

Com o fim de diminuir a importância do relacionamento entre Skolaskin e Susanne, um facto que ela continuava a negar, vários dos defensores da índia começaram a menosprezar o velho chefe; e a história deste "Noé dos indígenas do Noroeste", como se desenrolou durante as audiências, serviu para distrair ainda mais o público. Rickard D. Gwydir que, como director da Agência Índia na Reserva

---

[55] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 20 de Junho de 1913.

[56] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 20 de Junho de 1913.

[57] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 23 de Junho de 1913.

[58] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 24 de Junho de 1913.

[59] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 24 de Junho de 1913; Twizliken era um índio da tribo Okanogan (Ruby, *Dreamer-Prophets of the Columbia Plateau*, 136).

[60] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 25 de Junho de 1913.

Colville nos anos 80, tivera muitos problemas com Skolaskin, relatou ao tribunal uma versão da história do terramoto. Descreveu como Skolaskin, enquanto assistia a uma reunião da tribo, reconheceu que o seu desejo de ser seleccionado chefe seria negado pelo facto de ele ser aleijado. Saindo enraivecido, pronunciou: «Antes que passe mais um dia, vocês vão lamentar o facto de não me terem eleito chefe». Essa mesma noite todo o Noroeste tremeu com um violento sismo e, no dia seguinte, os membros da tribo, amedrontados, declararam-no chefe. Gwydir seguiu explicando como Skolaskin alegara estar em contacto directo com o Grande Espírito, o qual costumava mandar que tomasse mais outra esposa, sempre a mais linda da tribo.[61] O chefe Coalátiquim falou sobre a grande arca (que nunca foi terminada): «Ele disse que todos os índios bem comportados podiam entrar na arca.... Forçou-nos a cavar a terra [para o cárcere] e àqueles que recusavam a trabalhar ou os meteu na escavação ou exigiu que lhe dessem cavalos».[62]

Quando a defesa começou de novo a apresentar o seu testemunho, Thomas Walter, um dos primeiros pioneiros da região, declarou que dormira na cabana de Portuguese Joe «tantas vezes quantas tenho dedos nas mãos e nos pés. Joe preparava as próprias comidas e opunha-se amargamente ao casamento».[63] Um após outro, pelas dezenas, antigos *cowboys* e criadores de gado apresentaram-se para afirmar que Portuguese Joe nunca deixara a vida de solteirão. «Muitas vezes passámos a noite na casa do Joe quando cavalgávamos na vizinhança», disse R. E. Bingham, velho criador de gado do Big Bend. «Quando caçoávamos com o Joe sobre a ideia de ele casar com uma índia, sempre disse que não queria nem uma *squaw* nem qualquer outra mulher. Declarou que se por acaso casasse seria com uma portuguesa».[64]

---

[61] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 24 de Junho de 1913.
[62] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 20 de Junho de 1913.
[63] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 25 de Junho de 1913.
[64] *Ibid.*

Algumas testemunhas disseram que Enos não chegara à região do Big Bend senão em 1875, cinco anos depois do alegado casamento, e que o conheciam no período entre 1870 e 1875 quando morava na comunidade branca na Reserva Yákima ao oeste. Durante esse tempo, segundo as testemunhas, era solteiro e não se associava com índios. Albert Sunderland declarou que Joe e ele residiram em cabanas uma ao lado da outra durante quatro anos e eram companheiros constantes no campo aberto, salvo pelo período de um mês quando Joe foi ao Colúmbia trabalhar num barco a vapor. «Joe e eu cavalgámos milhares de milhas juntos», afirmou.[65] Jefferson Irby, que ajudara Enos a fixar-se em Cannewai Creek, falou com mais franqueza: «O assunto dos *squawmen* sempre irritava o Joe. Sempre os amaldiçoava».[66] Outra testemunha disse que Enos se referia aos meninos indígenas como «coyotes».[67] Mais outra, J. W. Johnson, disse ter vivido com Enos por uns seis anos no fim dos anos 70 e princípios dos 80, e nunca vira uma índia na sua casa. Recordou, aliás, o momento em que os dois andaram pela região em 1877, avisando a população branca do levantamento dos Nez Percés antes de seguirem para Walla Walla, o que pôs em dúvida outro aspecto do testemunho anterior.[68]

O velho criador de gado Glenn Armstrong, usando «um chapéu Stetson da aba ancha e um fato de veludo cotelê», declarou que desposara uma irmã de Susanne mas nunca ouvira dizer que a cunhada era esposa de Portuguese Joe. «Fui a Crab Creek em 1869, onde me casei com a irmã da Susanne», disse. «A Susanne era a mulher de Skolaskin e os dois viveram juntos até 1883.... Depois o chefe deixou-a».[69]

Ao interrogar uma das testemunhas o advogado de defesa apontou o facto da universalidade da alcunha 'Portuguese Joe' e a hipótese de uma confusão de identidades:

---

[65] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 24 de Junho de 1913.
[66] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 24 de Junho de 1913.
[67] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 26 de Junho de 1913.
[68] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 25 de Junho de 1913.
[69] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 25 de Junho de 1913.

> *Pergunta*: Havia mais alguém na região conhecido pelo nome de Portuguese Joe?
>
> *Resposta*: Havia, sim, um Português residente no lago Colville, conhecido pelo nome de "Portuguese Joe". Era em realidade Joe Tavis [Tavares], e viveu aí até havia uns seis anos. Também havia um homem chamado Joe Freeman que eu creio chamar-se "Portuguese Joe". Morava perto da feitoria da Companhia de Hudson Bay em Walla Walla. Mas nenhum deles tinha parentesco algum com Joe Enos.[70]

O testemunho durante o julgamento, boa parte do qual não passava de boato e conjectura, serviu para solidificar mais a lenda de Portuguese Joe. Os jurados ouviram a história das três esposas indígenas, a dos índios envenenados e provavelmente outras. Até o juiz, inquisitivo, interrompeu uma testemunha, o pioneiro criador de gado Daniel M. Drumheller, então vice-presidente de um banco de Spokane, para indagar, «É verdade que o senhor enforcou um homem lá no passado?» «Oh, não senhor,» respondeu o banqueiro, «Eu troçava com o Joe a esse respeito, mas era só um boato».[71]

Logo depois de a defesa terminar o seu testemunho, os advogados da queixosa começaram a apresentar uma réplica bem convincente. Uma vez findo o processo, uma dos jurados, a Sra. Addie Keller, declarou que o testemunho de Rickard Gwydir «foi especialmente influente».[72] Gwydir conhecera Enos por volta de 1878,

---

[70] Testemunho de W. H. Vent, *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 26 de Junho de 1913. Vent enganou-se a respeito de Joe Tavis. Era em realidade José Souza Tavares, conhecido na região como Joe Tavares. Chegou aos Estados Unidos em 1874 e empregou-se como criador de gado no Big Bend por muitos anos. A esposa, Florence, era também portuguesa. Tavares naturalizou-se no Condado de Lincoln em 1892. Evidentemente era sobrinho de John Enos (entrevista com Walt Kik).

[71] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 25 de Junho de 1913.

[72] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 29 de Junho de 1913.

> e foi apresentado a Susan por Joe como sendo ela sua mulher. Desde mais ou menos 1885 as visitas de Joe a sua esposa começavam a rarear e afinal abandonou-a. A mulher entendia que o Joe tinha regressado a Portugal ou tinha falecido. Então ela voltou à sua tribo onde outra vez se tornou uma *squaw* laboriosa.[73]

Na sexta-feira, 27 de Junho, após um processo de sete dias, terminou o julgamento. O advogado da queixosa recapitulou a demanda, apelando às emoções dos jurados: «Naquele momento perigoso quando todos os brancos tiveram de fugir para Walla Walla, Portuguese Joe não deixou a sua casa. A razão é evidente. Era um *squawman*. O povo dela era o seu povo, e estava protegido. Peço que dêem a ela o que por longo tempo lhe foi devido».[74] Entretanto, o juiz lembrou aos jurados que o estado de Washington não reconhecia o casamento consensual, pois era necessário que a cerimónia fosse realizada por um indivíduo autorizado e que pelo menos o casal devia acreditar que este procedimento os casava legalmente. Indicou-lhes que era necessário decidirem se um casamento legal, segundo os estatutos do estado, se havia realizado entre Enos e Susanne.[75]

Depois de deliberarem três horas, os jurados voltaram com a sua decisão: Susanne era a esposa legítima de John Enos. Se o juiz concordasse ela teria direito a metade da herança. Apesar das palavras de mais de cinquenta testemunhas de defesa, só dois dos jurados tinham hesitado na primeira votação mas convenceram-se logo. A apresentação pública da vida enigmática de Portuguese Joe Enos chegara ao seu termo. O matutino de Spokane sintetizou-a assim: «O processo foi um dos mais singulares na história dos tribunais do No-

---

[73] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 19 de Junhode 1913.
[74] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 26 de Junho de 1913.
[75] *Spokane (Wash.) Daily Chronicle*, 27 de Junho de 1913.
[76] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 28 de Junho de 1913.

roeste».[76] Cabia agora ao tribunal decidir o destino da herança de Portuguese Joe.

Passados três meses, no dia 16 de Setembro de 1913, o juiz anunciou a sua decisão negando o julgamento do júri e declarando que não houve um casamento legal entre Enos e a índia. Reconheceu que a causa da queixosa «se calculava não só a merecer consideração do ponto de vista da simpatia», mas também reflectia «o forte elemento de ressentimento pela prática de uma injustiça». Notou, contudo, a falta de quaisquer documentos para comprovar a verdade do alegado casamento, e o facto de que os índios, apesar das suas animadas descrições da cerimónia, podiam estar a descrever quaisquer núpcias a que tivessem assistido. O juiz impressionou-se em especial com as declarações de tantos velhos pioneiros que vieram testemunhar «numa causa em que não tinham nenhum interesse».[77] No entanto, podia-se alegar que estes mesmos pioneiros sentiam pelo menos uma obrigação moral para com John Enos. Como notou o matutino durante as audiências:

> Frequentes alusões foram feitos ... pelas testemunhas aos dias «em que éramos todos pobres». Mais de um dos que agora são capazes de passar um cheque bem nas cinco cifras evocou a época em que pediram emprego ao Joe, por terem que «ganhar o suficiente para alimentar crianças famintas e uma esposa».[78]

Sem dúvida a solidariedade evocada durante este último *roundup* dos pioneiros duma outra época encorajara não poucas palavras na defesa do velho Joe Enos. Quando Andrew Jackson Splawn, presidente da câmara de North Yakima e candidato malogra-

---

[77] "Order Dismissing Petition of Susan Enos", Causa 6790, Corte Superior, Condado de Spokane, 16 de Setembro de 1913, 12y and 13y.

[78] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 26 de Junho de 1913.

do a governador do estado em 1908, recebeu um telegrama pedindo a sua presença como testemunha para a defesa, declarou com entusiasmo: «Foram intimados homens que não se viam havia 40 anos». E, explicou o jornalista que o entrevistava, «por essa razão é que ele anseia lá ir para renovar amizades com os *cowboys* que andavam por este país quando não havia nada mais que artemísia».[79]

Apelou-se a decisão do tribunal. Mas a 12 de Maio de 1914 a suprema corte do estado validou ambos os julgamentos.[80] No ano seguinte a corte recebeu um documento da ilha de São Jorge, com a data de 28 de Abril de 1915, acusando da parte de Mary Enos o recebimento da herança. Os bens de Portuguese Joe Enos encontraram, afinal, o seu repouso. E, com mais de $200 000 (com o valor hoje em dia de aproximadamente $3 000 000), a Sra. Enos era com certeza uma das cidadãs mais abastadas das Ilhas.[81]

---

[79] *Spokesman-Review* (Spokane, Wash.), 25 de Junho de 1913.

[80] *Cases Determined in the Supreme Court of Washington, March 27-June 1, 1914*, vol. 79 de *Washington Reports* (Seattle: Bancroft-Whitney Co., 1914), 583-599.

[81] *Ibid.*, 590.

O estado religioso de uma diocese atlântica há 100 anos – o "Relatório" do bispo de Angra para a visita "ad sacra limina"

João Maria Mendes

1. Introdução

Quando me encontrava em Roma a frequentar a Universidade Lateranense (1990-1993) costumava fazer algumas incursões ao Arquivo Secreto Vaticano na mira de poder encontrar algum documento respeitante aos Açores, como de facto veio a acontecer ao deparar com um volumoso manuscrito assinado pelo Bispo de Angra D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito e enviado à Santa Sé em 10 de Novembro de 1898, ou seja, há 100 anos atrás.[1]

Tratava-se do "Relatório" quinquenal que os Bispos deviam enviar à Cúria Romana sobre o estado das suas Dioceses e que, no caso presente, excedia em muito um simples documento daquela natureza para se tornar num extensíssimo e interessante relato da Diocese de Angra.

Esta comunicação tem como finalidade apresentar o estado da Diocese, na perspectiva do seu Bispo, há um século atrás a partir do

---

[1] ARQUIVO SECRETO VATICANO, S. Congr. Concilii Relationes, Angren, pasta 51.

texto do "Relatório". O método será usar, sobretudo, o próprio texto dada a sua clareza descritiva e as intenções de acção descritas pelo Prelado, em vez de comentários ou outro tipo de explanação, as quais ficarão para uma possível e futura publicação integral do "Relatório".

2. O 30º Bispo de Angra – Dom Francisco José Ribeiro Vieira e Brito

D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito foi o 30º Bispo de Angra, apresentado para esta sede episcopal a 13 de Janeiro de 1892 pelo Rei D. Carlos[2] e confirmado pela Santa Sé por Bula de 5 de Março do mesmo ano.[3]

Sucedia na Sé de Angra ao Bispo D. Francisco Maria do Prado de Lacerda que havia falecido a 23 de Dezembro de 1891, na Vila da Chamusca,[4] pelo que a Diocese esteve "sede vacante" poucos meses, tendo sido então eleito, pelo Cabido, Vigário Capitular o Deão Dr. José da Fonseca de Abreu Castelo Branco[5]. Esta eleição não foi reconhecida pelo então Ministro da Justiça, o Bispo de Betsaida D. António Aires de Gouveia, por ter sido insinuado outro Cónego para ocupar aquele cargo.[6]

---

[2] *"O Peregrino de Lourdes"* nº 188 de 13-2-1892.

[3] Cf. CÓNEGO PEREIRA (J. A. PEREIRA), *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, Angra, 1950, p. 441-461.

[4] Idem, *o. c.*, p. 439.

Os jornais da época, que se publicavam em Angra, dedicaram números especiais à notícia da morte do Bispo de Angra:; *"A Terceira"*, suplemento ao nº 1700 de 11-1-1892; *"O Peregrino de Lourdes"*, número especial de 14-1-1892.

Igualmente, o *Boletim do Governo Ecclesiastico dos Açores* (doravante citado pela sigla B.E.A.) dedica todo o nº 247, de Janeiro de 1892, à morte de D. Francisco Maria do Prado de Lacerda.

[5] O Cónego Dr. José da Fonseca Abreu Castelo Branco era natural de Pala, concelho de Pinhel e distrito da Guarda. Era bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra. Depois de ter exercido vários ofícios eclesiásticos na sua Diocese, foi apresentado, em 1862, Cónego da Sé de Angra com o ónus de ensino no Seminário de Angra então recentemente fundado. Era destacado membro do Partido Progressista e foi várias vezes deputado pelo círculo de Angra. Faleceu em Angra a 13-6-1901. *"O Angrense"* dedicou um número especial por ocasião do seu falecimento (nº 2892 de 14-6-1901).

[6] C. PEREIRA, *o. c.*, p. 439-440. *"O Peregrino de Lourdes"* trata deste caso de forma desenvolvida e rebate a notícia publicada noutro jornal de que D. Francisco José, novo Bispo de Angra, não tinha feito a participação da sua eleição por não reconhecer o Cabido e o Vigário Capitular. Trata, também, do problema da insinuação régia (nº 189 de 20-2-1892). Também *"O Angrense"* (folha do Partido Progressista Terceirense, como se intitulava o próprio semanário) reproduz o artigo de *"O Peregrino de Lourdes"* e vem em nítida defesa do correligionário político que era o Deão Castelo Branco (nº 2448 de 6-4-1892).



Retrato mural sobre a visita régia aos Açores onde se vê o Bispo D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito – Entrada principal do Palácio de Santana em Ponta Delgada da autoria de Ernesto Ferreira Condeixa (1857-1933) (foto de Valter Franco)

D. Francisco José nasceu a 6 de Junho de 1850 em Santa Maria de Rendufinho, concelho da Póvoa de Lanhoso, da Arquidiocese Primacial de Braga. Depois de ter feito o curso de Teologia no Seminário de Braga, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi ordenado de Presbítero em 7 de Junho de 1873, exerceu a advocacia na sede do seu concelho natal, foi professor do Seminário de Braga, Promotor e Vigário-Geral, Governador da Arquidiocese em 1889 e Cónego da Sé Primacial. Exerceu, durante alguns anos, o cargo de Reitor do Liceu de Braga.

Segundo ele próprio descreve no "Relatório", foi sagrado Bispo na Sé de Braga a 27 de Março de 1892, sendo sagrante o Arcebispo Primaz D. António José de Freitas Honorato, assistido pelo Bispo Conde de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina e pelo Bispo de Bragança D. José Alves de Mariz.

Saíu de Braga no dia 31 de Março e a 5 de Abril embarcou em Lisboa com destino a Angra no vapor "Açor"[7]. A 9 de Abril aporta a Ponta Delgada depois de uma viagem tormentosa, onde desembarca e visita as principais Igrejas da cidade.[8]

Finalmente, no dia 11 de Abril de 1892 chega à cidade episcopal de Angra onde foi recebido pelo Cabido, Clero, autoridades e grande concurso de povo, delegando no Deão da Sé o encargo de tomar posse da Diocese.[9]

---

[7] *"O Angrense"* noticia, em primeira página, a vinda do novo Bispo no "Açor" (nº 2448 de 6-4-1892).

[8] O *"Açoriano Oriental"* dá a notícia em primeira página da chegada do novo bispo a Ponta Delgada *"... acompanhado de sacerdotes seus familiares e do seu secretário particular e irmão o revdº João Maria Ribeiro Vieira e Brito. S. exª revd.ma desembarcou pelas 11 horas da manhã, no caes d'Alfandega, indo processionalmente para a egreja Matriz onde se cantou um Te Deum em acção de graças, fazendo a saudação, o revdº Anjos, distincto pregador regio. O illustrado bispo, que é um vulto sympathico e insinuante, visitou alguns templos d'esta cidade ...".*

Na edição da semana seguinte aquele jornal volta a descrever a passagem do Bispo por Ponta Delgada, as visitas que fez a diversas igrejas e a recepção oferecida pelo Governador Civil.

"Açoriano Oriental" nº 2972, de 9-4-1892 e nº 2973, de 16-4-1892.

[9] Grandes reportagens nos jornais de Angra: *"O Angrense"* (nº 2449, de 14-4-1892); *"A Terceira"* (nº 1714, de 16-4-1892) e *"O Peregrino de Lourdes"* (nº 197, de 16-4-1892).

Dirige a sua primeira saudação Pastoral aos seus Diocesanos no quadragéssimo dia da sua posse e entrada em Angra, ou seja, a 20 de Maio de 1892.[10]

Como Bispo de Angra promoveu as solenes celebrações do 4° centenário da descoberta da América[11], o 5° centenário do nascimento do Infante D. Henrique[12] e o 4° centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama.[13]

Como nota curiosa registe-se que foi este Bispo quem baptizou, a 16 de Abril de 1899, na Sé Catedral, o Régulo principal de Gaza Gungunhana e os seus parentes que se encontravam deportados em Angra.

Deslocou-se uma única vez a Roma em visita "ad sacra limina" em 17 de Abril de 1900 e incorporou-se na Peregrinação Portuguesa que foi à cidade eterna para participar no Ano Jubilar da passagem do século.[14]

Em Abril de 1901 o Bispo teve de enfrentar o grave problema da expulsão dos Jesuítas, conhecidos por "Padres da Graça" por habitarem no já demolido Convento Graciano do Alto das Covas, os

---

[10] B.E.A., 250 (Maio de 1892), p. 251-264.

[11] Publicou uma extensa Provisão, de 21-9-1892, a convocar a Diocese para estas comemorações e, como se verá, a promover as primeiras Conferências do Clero.

B.E.A., 254 (Setembro de 1892), p. 309-316.

O "Sermão" que o Bispo pregou nas referidas comemorações, as quais decorreram na Sé a 12-10-1892, está publicado no B.E.A., 255/256 (Novembro de 1892), p. 332-344.

[12] Publicou uma Pastoral a este respeito.

B.E.A., 262 (Fevereiro de 1894), p. 105-125.

[13] D. Francisco José enviou uma Carta Circular de 6-8-1897 ao clero da Diocese a pedir a colaboração de todos para estas comemorações.

B.E.A., 300 (Agosto de 1897), p. 185-186.

[14] *"A União"*, n° 1885, de 16-4-1900. Também a este propósito noticiou o *"Açoriano Oriental": "Com destino a Roma, saiu no «Açor» para Lisboa, o ex.mo prelado d'esta diocese, sr. D. Francisco José.*

S. ex.ª revd.ª desembarcou entre nós e aqui passou 24 horas, tendo-se hospedado no Collegio Fisher, como é seu costume, sempre que nos vista.

O illustre prelado, ao ser informado de que existiam no hospital alguns sacerdotes, dignou-se visita-los, o que muito os penhorou e sobremodo honra o preclaro chefe da egreja açoriana.

S. ex.ª embarcou com as honras devidas."("Açoriano Oriental", n° 3390, de 21-4-1990).

quais tinham vindo para Angra a convite de D. Francisco José, como se verá.[15] Também em Ponta Delgada, e na mesma altura, foram incomodados os Padres da Congregação do Espírito Santo e as Irmãs de S. José de Cluny trazidos, igualmente, pelo Bispo de Angra.

Em Julho de 1901 D. Francisco José acompanhou a visita Régia de D. Carlos e D. Amélia aos Açores, sendo Presidente da Comissão promotora dos festejos para a recepção de Suas Majestades em Angra.

Foi apresentado como Bispo de Lamego em Dezembro de 1901 e veio a deixar a cidade de Angra a 2 de Janeiro de 1902, terminando nesse dia a sua jurisdição episcopal nos Açores. Governou a Diocese cerca de 10 anos e durante o pontificado do Papa Leão XIII (1878-1903).

3. A visita "ad sacra limina" e o "Relatório"

Desde a Idade Média que se tinha estabelecido o uso de os Bispos fazerem a chamada visita "ad sacra limina" ou "ad limina Apostolorum", ou seja, uma visita que, do ponto de vista teológico e eclesial, pretendia vincar a unidade da Igreja Católica através da presença, junto do Romano Pontífice, dos Bispos de todo o mundo que, por outro lado, também veneravam os túmulos dos Apóstolos Pedro e Paulo. Era um símbolo visível da unidade de uma Igreja que é católica, isto é, universal, como professa o símbolo dos Apóstolos e o símbolo niceno-constantinopolitano: *"Igreja una, santa, católica e apostólica"*.

A obrigação dos Bispos fazerem a visita encontra-se pela primeira vez num texto do Papa São Zacarias (741-752) do ano 743 e referenciado no Decreto de Graciano. Por uma Constituição Apostó-

---

[15] Sobre este caso cf. *"A União"*, nº 2177, de 15-4-1901. Os Jesuítas embarcaram no "Açor", a 17-4-1901 (*"A União"*, nº 2180, de 18-4-1901).

lica do Papa Sisto V, de 1585, veio juntar-se a esta visita a obrigação dos Bispos elaborarem uma relação sobre o estado das suas Dioceses e a ser apresentado na Cúria Romana.[16]

Esta norma foi codificada pelo Código de Direito Canónico de 1917 (cf. cânone 340 § 1)[17] e permanece em vigor no actual Código de 1983 (cf. cânone 400)[18].

O "Relatório" objecto desta comunicação foi elaborado pelo Prelado Diocesano precisamente para satisfazer aquela antiga obrigação de os Bispos enviarem à Cúria Romana uma relação da vida da Diocese que lhe estava confiada.

4. Estado religioso e social da Diocese de Angra

Depois de descrever a sua escolha e ordenação para o Episcopado, bem como a tormentosa viagem até aos Açores, o Bispo D. Francisco José entra a analisar o estado da sua Diocese.

Foi estabelecer a sua residência na "sede do bispado", ou seja, no Paço Episcopal que era uma casa sita na Carreira dos Cavalos, ao pé da Sé, doada pelo rei D. João III, por carta-patente de 3-11-1544, para habitação dos Bispos de Angra[19] e hoje denominada Paços da Junta Geral.

Como primeiro cuidado de actuação o Bispo procurou agir segundo os seguintes parâmetros por ele traçados:

– Estreitar relações e captar a simpatia do Cabido, clero, autoridades e povo em geral.

---

[16] A. LONGHITANO, I Vescovi, in: AA, *Il Diritto nel Mistero della Chiesa*, Roma, 1990, p. 384-386.

[17] *Codex Iuris Canonici*, Pii X Pontificis Maximi iussu digestus Benedicti Papae XV auctoritate promulgatus, AAS 9 (1917-II) 521 pp.

[18] Codex Iuris Canonici, auctoritate Ioannis Pauli PP. II promulgatus, AAS 75 (1983-II) XXX+317 pp.

[19] BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DE ANGRA, Arquivo da Mitra, reservados. Transcrição in: C.-M. de Witte, *Documents Anciens des Archives du Chapitre d'Angra*, *Lusitânia Sacra*, IX (1970/71), p. 157-159.

– Inteirar-se dos negócios da Diocese, seu regime e *"modo de administrar tantas ilhas, separadas por grandes distâncias umas das outras e da sede do bispado"*.

– Informar-se das necessidades mais urgentes da diocese.

– Inteirar-se da índole, usos e costumes dos seus habitantes.

– Informar-se de tudo o que podia concorrer para uma boa, discreta e conveniente administração da Diocese de Angra.

Desde já torna-se interessante salientar que o novo Bispo de Angra trazia consigo um plano bem definido de actuação pastoral, não apenas como autoridade religiosa que se impõe no plano jurídico-canónico, mas, sobretudo, com intenções de uma renovação espiritual e pastoral destas ilhas que lhe tinham sido confiadas, as quais, na própria análise do Bispo, haviam atravessado um período de perfeito estado de decadência moral e religiosa.

Para justificar esta análise negativista, o "Relatório" de D. Francisco percorre as vicissitudes histórico-políticas dos últimos anos que tinham marcado a vida do Arquipélago, estabelecendo dois períodos distintos, um de 1828 a 1840 e outro desde este ano até à sua entrada na Diocese em 1892.

É de notar que ao longo do século XIX a Diocese de Angra teve uma série de Bispos que, fruto do pensamento e da acção política da época (regalismo, liberalismo e maçonaria em contraposição às ideias conservadoras) tiveram procedimentos diversos na sua actuação pastoral. Refiram-se os casos de D. Frei Alexandre da Sagrada Família (1816-1818)[20] que teria sido iniciado na maçonaria; seguiu-se um período de "sede vacante" em que foi eleito Vigário Capitular o Dr. João José da Cunha Ferraz (1818-1820),[21] acérrimo liberal e de-

[20] Foi o 25º Bispo de Angra e o primeiro natural dos Açores que governou a Diocese. Sobre a sua história e actuação à frente dos destinos da Diocese cf. C. PEREIRA, *A diocese de Angra*, p. 199-238.

[21] Sobre o governo deste Vigário Capitular cf. C. PEREIRA, *o. c.*, p. 239-248. Pequena biografia in: C. PEREIRA, *Padres Açoreanos*, Angra, 1939, p. 38-39.

fensor do regalismo[22]; sucedeu na Diocese D. Frei Manuel Nicolau de Almeida (1820-1825)[23] que foi acusado de professar doutrinas temerárias ao por em causa as indulgências e o poder temporal do Papa;[24] depois, foi nomeado Bispo D. Frei Estevão de Jesus Maria (1827-1870),[25] o qual ficou impedido de vir para a Diocese devido à revolta liberal de Angra de 22 de Junho de 1828, e só veio a dar entrada na Diocese em 2 de Dezembro de 1840 mas ficando, mesmo assim, cerca de 19 anos em Ponta Delgada sem nunca vir para a sede do bispado e sem visitar as restantes ilhas. Acresce a este acontecimento o facto da Diocese ter sido governada, como se se tratasse de "sé impedida", por ilegítimos Governadores nomeados pela facção liberal que dominava os Açores[26]. Refira-se ainda que durante este período Portugal estava de relações cortadas com a Santa Sé.[27]

---

[22] Acerca desta doutrina que defende as regalias do poder civil nas relações do Estado com a Igreja ver síntese in AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, s/d, vol. XXIV, p. 766-767.

Refira-se que em Portugal as teses regalistas foram amplamente defendidas pelo canonista Gabriel Pereira de Castro (1571-1632) na sua obra *"Tractatus de Manu Regia"*, com impressões em Lugduni [Lyon], 1673 e em Lisboa em 1742.

[23] D. Fr. Manuel Nicolau de Almeida foi o 26º Bispo de Angra, e teve o governo da Diocese entre 1820 e 11-10-1825, data em que faleceu em Lisboa.

Sobre este Bispo cf. C. PEREIRA, *o. c.*, p. 249-264.

[24] Publicou, sob anonimato, *"Cartas de Hum Amigo a Outro, sobre as Indulgências"*, Lisboa, 1822. No ano seguinte publica *"Resposta do Bispo d'Angra, eleito de Bragança, a alguns reparos, que se fizerão a respeito do opusculo anonimo, publicado pelo mesmo bispo, e que tem por titulo: Cartas de hum amigo a outro, sobre as Indulgencias"*, Lisboa, 1823.

Ferreira Drumond, diz que D. Frei Manuel Nicolau de Almeida *"... em Lisboa fôra prêzo, em razão de seus escriptos pouco cautelosos, ..."*, e, em nota de rodapé acrescenta: *"O tractado das Indulgencias, obra muito livre que elle compôz e fêz imprimir no anno de 1823 o comprometteu tanto, que dizem fôra esta a causa de sua prisão em Lisboa a maior parte do tempo, e lá morreu sem poder justificar-se."*

F. F. DRUMMOND, *Annaes da Ilha Terceira*, Angra, 1864, t. IV, p. 86-87 (e nota de rodapé nº 10, da p. 87).

[25] Foi o 27º Bispo de Angra e, tal como o seu antecessor, governou a Diocese durante o período do agitadíssimo das lutas liberais..

C. PEREIRA, o. c., p. 267-370.

O *Arquivo dos Açores* transcreve alguns documentos relativos a este Bispo no v. XII, p. 473-478 e 481-491

[26] Esses Governadores do Bispado foram o Dr. João José da Cunha Ferraz, o Dr. Bernardo Faria e Maia, o Deão da Sé do Funchal Januário Vicente Camacho e o P.e José de Cristo Carvalhal da Silveira.

C. PEREIRA, o. c., p. 273-308.

[27] O corte de relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé verificou-se em Março de 1834 após a expulsão do auditor da Nunciatura de Lisboa, dado que o Núncio Apostólico já havia sido expulso em Agosto de 1833. O restabelecimento das relações diplomáticas aconteceu em Maio de 1841 com a apresentação das cartas credenciais ao Papa pelo embaixador português junto da Santa Sé e o envio de um Internúncio para Lisboa.

P. S. MARTINEZ, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, 1986, p. 417-419.

No que diz respeito ao período que medeia entre 1828 e 1840 o Bispo de Angra traça o seguinte perfil da vida dos Açores:

- *"A revolução de 1828 não se limitou a implantar nos Açores uma nova forma de liberdades publicas, mas, instigada pelas sociedades secretas, invadiu os dominios da consciencia e da religião e foi por muitos annos, um verdadeiro flagello para a Santa Egreja e um obstaculo poderoso ao desenvolvimento religioso da Dioceze."*
- O Bispo de Angra (D. Frei Estevão de Jesus Maria) tinha estado retido no Continente até 1840.
- Tinham sido interrompidas as relações com a Santa Sé e com o Prelado.
- A Diocese tinha sido governada por *"administradores temporaes que arrogavam a si um poder discucionario (sic) no espiritual"*
- Os melhores e mais fecundos elementos do desenvolvimento religioso quase que desapareceram.
- As ordens religiosas foram extintas e os seus bens incorporados nos próprios nacionais.
- O clero em grande parte perseguido por não ser afecto às ideias liberais.
- O fervor do culto enfraqueceu notavelmente e quase que se extinguiu.
- As próprias Igrejas viram-se privadas das suas alfaias, pratas e mais utensílios sagrados, sendo os sinos derretidos para cunhar moeda;
- Os fieis, que felizmente constituíam a grande maioria do povo açoriano, se coibiam de manifestar em público os seus verdadeiros sentimentos religiosos.

Após estes 18 anos de grandes dificuldades para a Diocese, começou em 1840 um novo período de acalmia assim caracterizado por D. Francisco José:

- Foi restabelecido o regime normal da jurisdição eclesiástica, isto é, com a vinda do Bispo para Angra.
- Sanaram-se muitas irregularidades, coibiram-se bastantes abusos, regulou-se a disciplina.
- Reformou-se o clero e os próprios costumes foram notavelmente modificados, a ponto de se reconhecer já a necessidade de um desenvolvimento religioso, que independente das influências partidárias promova o bem social e a tranquilidade das consciências.

No ano em que toma posse e, possivelmente, depois de um conhecimento da realidade da Diocese, o Bispo de Angra traça, finalmente, o perfil sócio-religioso dos Açores o qual, como se pode verificar é bastante positivo:

- Povo geralmente dotado de boa índole e fundo religioso.
- Clero submisso e afeiçoado aos seus hábitos talares.
- Dos antigos conventos apenas existiam dois de religiosas de Santa Clara na cidade de Ponta Delgada, hoje extintos pelo falecimento das últimas freiras professas; dois recolhimentos sob a administração do bispo, um na cidade de Angra e outro na de Ponta Delgada para abrigo de mulheres pobres e viuvas desamparadas.
- Existência do Colégio Fisher a cargo dos padres da Congregação do Espírito Santo, inaugurado em Janeiro de 1892, na cidade de Ponta Delgada.
- O Seminário Diocesano em via de melhoramentos materiais importantes, mas carecedor de nova organização literária e direcção espiritual.[28]

---

[28] Sobre o Seminário Episcopal de Angra cf. J. A. PEREIRA, *O Seminário de Angra – Esboço Histórico*, Angra, 1958.

Em contrapartida, o Bispo descreve a situação das instituições de beneficiência e Irmandades como estando em situação de bastante descrédito e dificuldade:

- As outras instituições de caridade e beneficiência como hospitais, albergues, asilos de infância desvalida e de Mendicidade, as próprias irmandades, confrarias e juntas de paróquia, que pelas leis do país têm sua administração independente da autoridade do Bispo, lutavam com grandes dificuldades por falta de meios que ainda hoje sentem, para o preenchimento de seus fins espirituais e temporais.
- *"As mesmas associações de piedade e devoção que os meus venerandos antecessores, coadjuvados pelo zelo d`alguns ecclesiasticos e outras pessoas respeitaveis haviam estabelecido em muitas localidades achavam-se bastante desanimadas, umas por falta de conveniente direcção e outras ainda talvez por menos apropriadas ao meio em que foram creadas."*
- Finalmente a propaganda protestante ameaçava também alas-alastrar-se e propagar-se nas principais ilhas do arquipélago e principalmente na de S. Miguel e Pico, em que tomara proporções inquietadoras, não obstante os esforços empregados para debelar o seu contagio e alastramento.

Era este, portanto, o estado da Diocese que o Bispo veio encontrar em 1892 e que, como se verá, procurou com grande zelo pastoral modificar da seguinte forma:

"Em vista do exposto comprehendi desde logo que não era tanto pela promulgação de novas constituições ou leis que os fieis deviam ser mantidos e animados no aprisco da Santa Egreja, mas que era principalmente pela mais conveniente applicação e observancia das prescripções existentes, que se devia despertar em todos o zelo e enthusiasmo pelas coisas de Deus e cumprimento do dever de cada um."

Podemos, pois, concluir que a Diocese de Angra, se, por um lado, apresentava uma estrutura eclesiástica sólida e unida, com um laicado fiel e submisso à fé católica, por outro, sofria do desgaste das lutas anti-clericais promovidas pelas sociedades secretas, era minada, pelo menos no entender do Bispo, pela influência do Protestantismo, tinham-se extinguido as ordens religiosas e as instituições de assistência social estavam débeis.

5. As Ordens Religiosas existentes: a sua actuação e a oposição às mesmas

A situação das Ordens Religiosas na Diocese de Angra era periclitante e mesmo motivo de grandes paixões anti-clericais por parte das facções mais liberais que, certamente, tinham estado na génese da extinção das mesmas.

O Bispo de Angra, no seu "Relatório", descreve cada um dos muitos Conventos que existiram nestas Ilhas e qual era a sua situação em 1898: a maioria entregue para repartições públicas ou então a servirem de recolhimento para senhoras idosas.

Mas, o que mais nos interessa para este trabalho é a análise que D. Francisco José faz das Ordens Religiosas na actualidade, ou seja, em 1898, e quais as tentativas para a reintrodução das mesmas na Diocese de Angra.

No primeiro aspecto a visão do Bispo é a seguinte:

> *"Depois da chamada extincção das ordens religiosas pelos decretos de 1832 e 1834, parece que desappareceu dos Açores aquelle fervor e enthusiasmo pelas ordens religiosas, que tanto animou e fortaleceu na fé os povos do archipelago.*
>
> *Diversas causas concorreram para este esfriamento, sendo sem duvida a principal o predominio das ideias liberaes, à sombra das quaes se vibraram golpes profundos e audaciosos e se privaram os fieis do ensino que nos conventos se ministrava da*

magnificiencia das festas que n'elles se celebravam, da caridade que se exercia e até, como diz um abalizado escriptor Terceirense, do movimento mesmo commercial a que elles davam logar, sem fallar na piedade que n'elles se abrigava e d'onde tanta grandeza e propesridade (sic), resultava para os lugares em que estavam edificados. O povo pela sua indole pacifica e docil foi-se acommodando com a nova ordem de couzas, e desamparado pelos bons religiosos que tiveram de emigrar ou occultar-se em refugios particulares, foi-se habituando ao viver dissoluto d'aquelles que por falta de vocação religiosa se tornaram uma verdadeira pedra de escandalo para a sociedade e um tormentoso flagello para o bondoso coração do Prelado.

N'estas circunstancias não admira que em 1866, sendo chamados aos Açores e principalmente à ilha de S. Miguel alguns valerosos missionarios da Companhia de Jesus, ao passo que attrahiam a sympathia de muitas familias distinctas e da grande massa popular, tiveram de soffrer as rudes contrariedades e surda perseguição d'aquelles que haviam empolgado a força da propria auctoridade civil.

Dominavam ainda os desfacelados restos das sociedades secretas, e o Prelado tem de ceder à intimação formal do governo da metropole para que expulsasse da dioceze os benemeritos missionarios.

Todavia a sua passagem pelos Açores não foi esteril.

Dispertaram o sentimento religioso, crearam associações religiosas, como a das Filhas de Maria, da cidade de Ponta Delgada e ainda hoje se falla com saudosa recordação dos seus trabalhos apostolicos."

Como resultado da vinda dos Jesuítas e da acção do Bispo, em 1898 tinham já sido estabelecidas cinco casas religiosas nos Açores, as quais, não revestiam a forma de conventos autónomos mas sim de casas geridas por religiosos com fins de instrução e beneficiência.

Duas dessas casas situavam-se em Ponta Delgada e eram o Instituto Fisher e o Colégio de São Francisco Xavier. As outras três estavam na sede do Bispado e eram uma residência da Companhia de Jesus, e duas instituições entregues às Irmãs de São José de Cluny: o Asilo de Infância Desvalida e o Asilo de Mendicidade de Angra.

Voltemos ao "Relatório" do Bispo de Angra que descreve a fundação de cada uma destas casas religiosas em São Miguel e na Terceira:

a) Instituito Fisher, da cidade de Ponta Delgada – ilha de S. Miguel =

O germen do fervor religioso lançado pelas missões de S. Miguel foi-se conservando e progredindo ainda que lentamente, até que tres piedosas senhoras da cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel – D. Maria Margarida Fisher Berquó[29] *e suas irmãs D. Maria Jeronyma*[30] *e D. Maria Filomena Fisher Berquó*[31] *[...] resolveram applicar uma parte consideravel de seus bens à creação d'um instituto de creação religiosa, denominado = Instituto Fisher = que promovesse o bem das almas, perpetuasse ao mesmo tempo o nome da familia, desse exercicios espirituaes ao clero, e dirigisse almas para o ceu. Ás deligencias e afervorado zelo do revdº. José Maria Eloy do Rego, director espiritual das ditas senhoras e com approvação do Prelado da Dioceze, foi acceite em Paris a 15 de setembro de 1891 pelo superior Geral da Congregação do Espirito Santo e Sagrado Coração de Ma-*

---

[29] Nasceu em Ponta Delgada a 5-9-1836, onde faleceu a 12-10-1890, no estado de solteira. Era filha dos morgados João Maria da Câmara Berquó e de D. Maria Ana Guilhermina Fisher, grandes prioprietários na ilha de S. Miguel.

J. G. R. LEITE, *Os Fisher*, separata da revista *"Atlântida"* (colecção *"Ínsula"* nº 11), p. 71-72.

[30] D. Maria Jerónima Fisher Berquó nasceu em Ponta Delgada em 23-8-1840 e aí faleceu em 1-12-1891 no estado de solteira.

Idem, *o. c.*, p. 72.

[31] D. Maria Filomena Fisher Berquó nasceu em Ponta Delgada a 9-12-1842, onde veio a falecer, no estado de solteira, a 25-1-1893.

Idem, *o. c.*, p. 72.

ria, a fundação d'este Instituto religioso d'educação com o titulo de «Instituto Fisher» segundo a intenção das fundadoras e a 12 de janeiro de 1892, demovidas todas as difficuldades, era inaugurado o mesmo Instituto na cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, tendo por Director o revdº. Francisco Xavier Schurrer da mesma congregação.

Assim se fundou nos Açores a primeira casa religiosa depois de 1834.

Quando pela primeira vez visitei este Instituto na minha passagem para Angra em 9 d'abril de 1892, occupava elle uma pequena casa na rua do Mercado nº. 19, onde meses antes havia sido inaugurado, contava já um rasoavel nº de alumnos e gozava de geraes sympathias e acceitação. Todos reconheciam a conveniencia e vantagem d'um instituto d'esta natureza no archipelago e a competencia dos Padres do Espirito Santo para o dirigir.[...] Todos admiraram os progressos d'estes em tão pouco tempo. Combinei então com o muito revdº. Director do Instituto que a missão dos revdºs. Padres se limitasse por enquanto á educação e ensino no collegio, e que só depois de bem conhecido e acreditado este, se estendesse a sua acção aos outros fins que as Instituidoras tinham tambem em vista e a que os Padres muito desejavam dar cumprimento.

Actualmente estão os Padres do Espirito Santo prestando em Ponta Delgada revelantissimos serviços e em via de alargar dentro em pouco a ampla esphera da sua actividade.

Na ultima quaresma de 1897 já elles estabeleceram na Egreja do extincto convento de Santo André uma cathechese publica que tem dado e continuara a dar excellentes resultados.

As missões e outras obras de piedade e educação nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria por emquanto, estão reservadas para os religiozos franciscanos que espero vêr em breve ali installados, mas os Padres do Espirito Santo não teem descurado tambem esta obra evangelisadora."

A outra casa religiosa aberta em S. Miguel foi o Colégio de São Francisco Xavier, ainda hoje existente, para o qual vieram trabalhar as Irmãs de São José de Cluny e que tinha como principal objectivo a educação:

"b) = Collegio de S. Francisco Xavier da cidade de Ponta Delgada

Foi a segunda casa religiosa que depois de 1834 se fundou nos Açores, devido ao zelo e piedade d'algumas senhoras distinctas da cidade, que fazem parte da « Associação das Filhas de Maria » instituida pelos revd°s. Padres da Companhia de Jesus durante a sua missão em S. Miguel. Entre estas senhoras, todas ellas muito dedicadas ao Instituto, tem-se distinguido por sua actividade, dedicação e protecção a Exm^a. Snr^a. D. Hermelinda Pacheco Gago da Camara, Presidente da Associação das Filhas de Maria, a quem se deve sem duvida a immediata vinda das Irmãs de S. José de Cluny, para esta ilha [...]

O seu Collegio de S. Francisco Xavier em Ponta Delgada foi inaugurado no dia 23 de janeiro de 1893 na rua Direita do Perú n°. 6. No festival do collegio por occasião da minha visita em maio d'esse anno surprehendeu todos os assistentes pelos notaveis progressos de suas alunnas.

O objectivo mais importante da sua missão é a educação religiosa, litteraria e profissional das meninas, com que tem adquirido geraes sympathias não só da ilha, mas mesmo fóra d'ella. Em outubro de 1897 mudaram de casa por ser aquella excessivamente dispendiosa e de limitados commodos, mas é ainda para sentir que se lute com graves difficuldades em se obter casa propria e susceptivel do alargamento necessario para os fins que as benemeritas Irmãs por vezes tem manifestado. Uma

creche, um dispensario, aulas publicas para raparigas pobres, etc, seriam de incontestavel vantagem para a cidade e para a ilha. Oxalá a Providencia de Deus venha brevemente em seu auxilio."

Todavia, a vinda das Irmãs de São José de Cluny, ou Irmãs da Missão como também eram conhecidas, suscitaram alguma reacção em S. Miguel como diz o Bispo no seu "Relatório":

"Com a vinda das Irmãs de S. José de Cluny para Ponta Delgada em janeiro de 1893 parece que os seus habitos de religiosas ia fazendo despertar os antigos preconceitos contra as ordens religiosas. Resolvi então fazer uma visita aos dous collegios e não só se desvaneceram os receios havidos, mas ficou sendo mais conhecido o perseverante zelo e dedicação d`uns e d`outras pela educação e aproveitamento dos alunnos."

No que diz respeito à Ilha Terceira, onde estava a sede da Diocese, o Bispo Dom Francisco José serviu-se, sobretudo, da Companhia de Jesus para uma renovação espiritual tanto do Clero como dos fiéis em geral, convidando os Padres Jesuítas a fazerem os retiros do Clero, a serem directores espirituais do Seminário e, enfim, fazerem pregações por todas as Ilhas. Igualmente, conseguiu que as Irmãs de São José de Cluny tomassem a direcção dos Asilos da cidade de Angra.

Voltemos ao texto do "Relatório":

"c) = Residencia da Companhia de Jesus, da cidade de Angra – Ilha Terceira

A companhia de Jesus é ainda hoje a sociedade religiosa mais combatida, odiada, calumniada e perseguida pelas sociedades secretas, e todavia ella pode dizer-se a guarda avançada do Catholesismo.

Ora eu com a sua vinda não desejava descanço, procurava cooperadores amestrados. Para isso tratei desde o começo de preparar o terreno e dispôr a opinião publica, servindo-me principalmente das conferencias religiosas de outubro de 1892, para que os Padres fossem bem recebidos e podessem exercer dezassombradamente o seu ministerio. Esforcei-me para que viessem ao menos dous em setembro de 1893 dar exercicios ao Clero e seminaristas.

Effectivamente chegaram a Angra dous Padres a 27 de aquelle mes e deram os primeiros exercicios regulares aos collegiaes a que assisti com os respectivos professores, não os dando ao restante Clero por estar o seminario occupado com os seminaristas e não haver outra casa onde se podesse reunir o clero.

Estabeleci os revd.^{os} Padres no seminario e nomeei um d'elles director espiritual do mesmo.

Como recciasse abrir desde logo missões em forma, resolvi de combinação com os padres se fossem dando a titulo de novenas ou triduos consoante as circunstancias.

A primeira foi dada em fins de dezembro d'aquelle anno e principios de janeiro de 1894 na villa da Praia da Victoria, onde os Padres se demoraram perto de 12 dias e assistindo eu a parte dos trabalhos. Em setembro d'este anno de 1894 tiveram logar os primeiros exercicios ao clero pelos Padres da Companhia; em seguida as conferencias religiosas, a que já assistiram ecclesiasticos de quasi todas as ilhas.

A sympathia pelos Padres era já enorme, e para que estes tivessem mais liberdade d'acção, mudaram em dezembro a sua residencia do seminario para uma casa proxima no sitio dos Remedios. Os pedidos de missões eram constantes; mas entendi não ser ainda opportuno alterar o meu plano.

Não me enganei, porque, tendo voltado a Lisboa em junho de 1895 para assistir ao Congresso Catholico internacional que

n'este mes e cidade teve logar então, deixei recommendado que se fizesse no verão seguinte os exercicios espirituaes do Clero e continuassem os demais trabalhos como até ali. Infelizmente não se fizeram, porque todos receavam fasel-os não estando prezente o Prelado.

Todavia os triduos e novenas continuaram a produzir os desejados effeitos, não obstante convencer-me da conveniencia de começar as missões regulares pelos extremos da Dioceze. N'este sentido resolvi em 1896 fazer a visita Pastoral ás ilhas do Corvo e Flores.

Os trabalhos dos revdºs. Padres durante esta visita foram admiraveis e prolongaram-se por espaço d'um mes, e seria imprudencia demoral-os mais, não só por causa do cançasso do pessoal, como pela intensidade do enthusiasmo que despertaram em todo o povo corvino e florentino.

O echo d'esta visita e missões repercutiu-se em todo o archipelago e ainda fora d'elle; os revdºs. Padres ficaram mais relacionados nas ilhas da Graciosa, S. Jorge, Pico e Fayal por onde passamos, e julguei chegado o momento opportuno de abrir campo franco às missões regulares e em forma.

As principaes d'estas missões não só pela importancia das localidades, como pelos fructos que teem produsido são as das Lages, Ribeirinha, Agualva, Fontinhas e Porto Martins todas na ilha Terceira.

Alem d'isto teem os revdºs. Padres da Companhia de Jesus feito annualmente os exercicios espirituaes do Clero no seminario, os exercicios e trabalhos constantes da direcção espiritual dos seminaristas, a preparação proxima e exercicio dos ordinandos. Tem tambem superintendido e dirigido a cathechese publica do seminario frequentado semanalmente por mais de 200 crianças, abriram nova cathechese na Egreja de S. Gonçalo, e depois do seu estabelecimento na casa propria da Graça, ainda uma outra na respectiva Capella, sem fallar nos demais tra-

balhos de pulpito e confessionario, em que teem sido incansaveis. Agora resta-me alargar pelas outras ilhas do archipelago o seu campo de operações para o que ando desde há bastante tempo preparando o terreno.

Que Deus Nosso Senhor continue a abençoar os trabalhos apostolicos d'estes benemeritos Padres para maior gloria de sua Divina Magestade e salvação eterna das almas."

As Irmãs de São José de Cluny, por sua vez, tomaram a seu cuidado duas instituições de assistência fundadas na cidade de Angra durante o século passado:

"d) = Irmãs de S. José de Cluny no Asylo de Infancia desvalida na cidade de Angra [32]

Foi a quarta casa religiosa que se estabeleceu na Dioceze depois de 1834. O asylo de infancia desvalida está estabelecido no edificio do extincto convento de St°. Antonio dos Capuchos para este fim cedido por Carta de lei de 27 de fevereiro de 1858. Tinha sido ahi installado em 16 d'abril de 1853 pelo zeloso impulso do seu fundador e conselheiro Niculau Anastacio de Benttencourt (sic), então Governador Civil do Districto. Os seus estatutos foram approvados por Decreto Real de 8 de junho do dito anno e a sua administração e manutenção está a cargo da irmandade de N. Sr°. do Livramento pelo mesmo Decreto legalmente erecta.

A actual meza administrativa do asylo e irmandade, que sem desmerecer as administrações anteriores, gere com digno louvor esta benefica instituição desde novembro de 1890, por ter sido reeleita na sua quasi totalidade nos annos de 1892, 1894 e 1896, concebeu desde o principio da sua gerencia os mais ar-

[32] B.E.A., 268 (Dezembro de 1894), p. 63.

dentes desejos de elevar esta casa de caridade ao estado de progresso e florescencia d'alguns asylos do continente dirigidos internamente pelas benemeritas Irmãs de S. José de Cluny. Reanimada com a nova orientação publica accentuada pelas conferencias religiosas de 1892 e com os incansaveis esforços do virtuoso e benemerito Mordomo conego da Cathedral, Antonio Maria Ferreira, secundado em grande parte pelo revd.º mesario Pe. Eugenio Augusto d'Oliveira, professor do Lyceu nacional, foram removidas todas as difficuldades, e finalmente assignado em nome da mesa no dia 3 de novembro de 1896, na cidade de Lisboa o contrato para a vinda das Irmãs, e a 27 d'este mez já tres d'estas tomavam solemnemente posse da direcção interna do Asylo. São incalculaveis as vantagens religiosas e sociaes que tem resultado da vinda das Irmãs para esta casa de educação e caridade ». Os frutos d'esta reforma, diz o relatorio da Exmª. Meza administrativa de 30 de junho de 1897, ahi estão bem patentes e por vezes tem sido unanimamente confessada pela imprensa a competencia das Irmãs para a espinhosa missão de educar e ensinar creanças, admirando-se o asseio e ordem com que ellas conservam o Asylo. Differentes festas litterarias se teem realisado no Asylo e ás quaes tem assistido uma grande parte da sociedade angrense, admirando todos o adiantamento das creanças e a deligencia e paciencia que as Irmãs terão de empregar para assim poderem apresentar as suas educandas.

Mas como eu esperava e confiava em Deus, as vantagens do estabelecimento das Irmãs não se limitaram ás prosperidades da casa, progresso e adiantamento das educandas, o que já era muito, foram muito além; despertaram geralmente as sympathias pelas congregações regulares e pozeram em evidencia a superioridade do ensino e educação religiosa e christã e seus beneficos resultados no meio social.

A egreja do asylo é um verdadeiro centro de religião e piedade, e a organisação d'um conselho protector de senhoras,

creado pela mesa administrativa, com o encargo de visitarem frequentemente o asylo durante os meses do anno que lhes cahir em sorte, para tomar conhecimento das necessidades da casa e propor qualquer ideia ou melhoramento que vejam ser util para o ensino e educação das creanças e para a economia do estabelecimento, vem despertar e desenvolver nas senhoras angrenses um franco enthusiasmo pelo espirito associativo, e um verdadeiro interesse pelas couzas de de Deus e pela caridade publica.

Assim é que a obra das Irmãs e dos seus benemeritos protetores e protectoras vae progredindo e florescendo a olhos vistos com a visivel efficacia da Graça Divina.

c) = Irmãs de S. José de Cluny, no asylo de Mendicidade da cidade d'Angra =[33]

É a quinta casa religiosa estabelecida na Dioceze depois de 1834. Este asylo de Mendicidade havia sido inaugurado em 14 de abril de 1860, devido ao cuidado e zelozo impulso do commendador José Maria da Silva Leal, então Governador civil do districto.

Collocado n'uma parte do andar baixo do vasto edificio do Hospital da Mizericordia que outróra pertenceu às religiosas de N. S.ª da Conceição com entrada independente, dormitorios para os dois sexos em separado, cerca para horta e passeio dos pobres, foi a sua administração commettida a uma commissão de cinco membros, nomeada de dous, em dous annos pelo governador Civil do Districto, e tendo por presidente nato o bispo da Dioceze. O seu compromisso ou Estatuto foi approvado pelo real decreto de 21 de janeiro de 1861.

Desde ha muito que as benemeritas mesas administrativas

---

[33] B.E.A., 273 (Maio de 1895), p. 143; 282 (Fevereiro de 1896), p. 285-286.

trabalhavam com especial empenho em melhorar as condições do Asylo; mas todos os seus esforços naufragavam perante os habitos inveterados dos pobres velhos asylados e a escacez de meios para adquirir pessoal competentemente habilitado e sufficiente para a sua direcção interna.

A ideia de entregar esta direcção a uma congregação religiosa, ou nunca foi lembrada, ou se o foi nem por isso vingou com receio de alarmar a opinião publica e afastar a concorrencia de esmolas, taes eram os preconceitos que desde muitos annos predominavam nos Açores, e que deixavam antever sempre mais ou menos incerteza ao futuro.

Com a nova orientação, porém, da opinião publica a favor das Ordens religiosas, em face da attitude do clero nas conferencias religiosas de 1892, com o visivel exemplo dos progressos de toda a ordem, mesmo economicos, introduzidos pelas Irmãs de S. José de Cluny no Asylo de Infancia Desvalida, com o franco appoio mais moral do que propriamente financeiro do Prelado da Dioceze e approvação da auctoridade civil, e sobretudo com a firme resolução e dedicados esforços do m.tº revdº. Conego Thesoureiro-Mór da Cathedral D.r João Paulino d'Azevedo e Castro,[34] *que acabava de ser nomeado Vice-Presidente da meza administrativa, secundado pela unanime boa vontade e dedicada cooperação dos restantes vogaes da meza, deram entrada no Asylo e tomaram posse da sua direcção interna as Irmãs de S. José de Cluny no dia 27 de janeiro de 1896, em sessão solenne a que presidi.*

Os heroicos sacrificios feitos pelas Irmãs logo á sua entrada, a transformação que operaram no Asylo, debaixo do ponto de vista hygienico, moral e religioso, captivaram desde logo as sympathias de todos e abriram uma nova epocha de prosperida-

---

[34] J. A. PEREIRA, *Padres Açoreanos*, p. 15.

de para aquella casa de caridade e benificencia. A modesta casa pela limpeza, asseio e boa ordem introduzida pelas irmãs parecia já outra, e a todos cauzou admiração como em tão pouco tempo se podem transformar os habitos e costumes dos pobres velhos asylados, que tomavam aquella casa mais como um mero albergue do que propriamente como asylo que era.

Só quem presenciou os constantes e improbos trabalhos das irmãs é que pode avaliar aproximadamente os sacrificios que fizeram para elevar o asylo, até ali desprovido do mais necessario, á altura em que actualmente se encontra.

Reformaram o serviço da cosinha, da rouparia, da limpeza da casa, do cultivo e aproveitamento das hortas, do regimen interno dos asylados e asyladas e finalmente implantaram ali o sentimento religioso que quazi era desconhecido n'aquella casa. Para este effeito auctorizei a erecção d'uma Capella, que não havia, formei esta dos necessarios paramentos e imagens, instituí n'ella o SS. Sacramento e tenho-a provido do respectivo capellão, proporcionando aos asylados não só o cumprimento dos seus deveres religiosos, mas ainda a assistencia aos moribundos que até ali quasi que morriam ao desamparo da religião.

Actualmente é este asylo e respectiva capella novo centro de grande piedade pelas festividades e devoção ali estabelecidas e um attrativo de geraes sympathias. As Irmãs são tambem coadjuvadas por um conselho de benemeritas senhoras á semelhança do que se acha estabelecido no Asylo d'Infancia Desvalida, e pode dizer-se que o Asylo progride na mais auspiciosa prosperidade."

6. Obstáculos ao movimento religioso da Diocese

Todo o conteúdo do "Relatório" do Bispo de Angra para a Santa Sé tem em vista, como é evidente, descrever não só a situação da vida religiosa da Diocese como também apresentar as soluções pastorais que pareciam mais adequadas ao Prelado Diocesano para um engrandecimento da vida espiritual destas Ilhas. É nessa perspectiva que D. Francisco José tem necessidade de relatar quais foram as principais dificuldades que, nas últimas décadas, tinham impedido e dificultado a acção pastoral da Igreja Católica nos Açores.

É um capítulo interessante porque, mais uma vez, vem fazer uma análise sócio-política da situação que se vivia no fim do século XIX no Arquipélago e que era, ao fim e ao cabo, a consequência prática da revolução liberal e de todas as suas lutas partidárias. A presença dos liberais nos Açores e, depois, a instalação das companhias estrangeiras ligadas a actividades comerciais vêm contribuir para a difusão e actuação das chamadas sociedades secretas.

Por outro lado, o "Relatório" do Bispo de Angra salienta um novo factor determinante para estas ilhas, que foi a emigração, a qual começa por influenciar a vivência social da população açoriana quando regressam pessoas que viveram no estrangeiro, especialmente, para o caso presente, nos Estados Unidos da América e que trazem o Protestantismo o qual procuram, proselitamente, difundir.

Para além das causas naturais apresentadas pelo Bispo como obstáculos aos trabalhos pastorais da Diocese, embora D. Francisco José confesse não existirem grandes dificuldades ao bom funcionamento da vida diocesana em 1898, são duas as queixas do Prelado: as sociedades secretas e o protestantismo.

Passemos, mais uma vez, ao texto do Relatório:

"1º. = Obstaculos communs e geraes =

Actualmente pode bem dizer-se que não ha obstaculos que

se opponham, impeçam ou difficultem o movimento religioso da dioceze, senão aquelles que proveem da fragilidade e fraqueza humana e das circumstancias especiaes em que se encontram os fieis disseminados por diversas povoações e logares distantes entre si, ou em contacto com os grandes centros de população onde mais ou menos abundam os elementos de corrupção. Felizmente o zelo e bom exemplo do clero em geral e a boa indole e simplicidade dos costumes do povo teem conservado nos fieis açoreanos, não só o fervor da fé, mas ainda a pratica dos bons costumes, e se alguma falta se nota n'elles deve atribuir-se mais á fragilidade e indolencia natural, do que propriamente á indifferença religiosa e ao espirito de corrupção."

6.1 – O Protestantismo

Um dos obstáculos que o Bispo de Angra aponta como tendo sido dos mais preocupantes para a sua acção pastoral à frente da Diocese foi a existência de alguns focos de Protestantismo. É de salientar, como se pode ver pelo texto do "Relatório", que se tratava de propaganda proveniente dos Estados Unidos da América e trazida por emigrantes que haviam regressado a estas Ilhas. Supomos que deveriam ser pessoas ligadas às novas igrejas denominadas evangélicas e fundadas nos Estados Unidos, como os Adventistas e Baptistas, e respectivas Sociedades Bíblicas.

A acção da propaganda protestante estava localizada nas cidades de Ponta Delgada e Angra e na freguesia da Calheta do Nesquim da ilha do Pico como se pode ver no "Relatório" que passamos a transcrever:

"2º. = Protestantismo =

A introdução do protestantismo nos Açores não é muito an-

tiga; e principalmente no tempo dos meus dous ultimos antecessores é que elle tomou maior incremento e causou alguns estragos, não obstante os esforços empregados por elles, para debellar o seu contagio. No meu entender a importação do protestantismo nos Açores foi devida ou teve a sua origem na emigração reciproca e relações commerciaes e mesmo particulares com os Estados Unidos do Norte d'America e outras nações protestantes e na propaganda das sociedades biblicas. [...]

Foi effectivamente na cidade de Ponta Delgada pertencente a esta ilha [São Miguel] a mais populosa, commercial e industrial de toda a diocese que a propaganda biblica tomou maior incremento e onde conserva ainda alguns restos. Em virtude d'isto o meu venerando antecessor resolveu combater o mal de frente por meio da predica e elle mesmo correu a S. Miguel em visita pastoral.

Na occasião em que se dispunha chrismar para cima de duas mil pessoas reunidas na egreja matrix de Ponta Delgada, uma senhora estrangeira começou a distribuir pelos fieis biblias e folhetos protestantes. O zeloso prelado queixou-se ao respectivo agente consular e este prometteu tomar as devidas providencias, assegurando-lhe que não mais se repetiria semelhante facto.

Assim foi, mas precisando um dos revd°s. conegos da Cathedral que acompanhava o prelado n'esta visita de concertar o seu chapeo, veio mais tarde encontrar dentro do forro d'este uma pequena collecção de livretos protestantes.[...]

Quando em 9 d'abril [de 1892] eu aportava a Ponta Delgada na passagem para a ilha Terceira, já ahi encontrava um novo templo protestante em adiantado e quasi completo estado de construcção. Na ilha do Pico e principalmente na freguezia da Calheta de Nesquim alguns individuos regressados da America do Norte haviam tentado implantar ali tambem o protestantismo e a sua propaganda sob a direcção d'um pobre sapateiro assalariado e sustentado para esse fim, chegou a alas-

trar-se e perturbar quasi toda a freguezia, com perigo de se estender às visinhas.[...]

Na ilha Terceira tambem a propaganda protestante era exercida por um estrangeiro director de uma fabrica industrial, que como agente estipendiado das sociedades biblicas distribuia avultado numero de folhetos protestantes entre os empregados e serviçães das diversas freguezias que frequentavam a sua casa. Além d'estes tres fócos mais principaes, ainda não há muito n'uma ou outra ilha appareciam sombras do protestantismo devidas à diffusão de folhetos biblicos, mandados directamente da America do Norte por individuos que para ali haviam emigrado; mas felizmente esta forma de propaganda, pouco ou quasi nenhum resultado chegou a dar pela apparição do revdº. clero e dos sentimentos religiosos do povo.[35]

No entanto, nos tres centros principaes de S. Miguel, Pico e Terceira o movimento protestante ameaçava crescer e alastrar-se; de todas as partes me pediam providencias e a minha energica interferencia a exemplo do meu venerando antecessor. E apresentando por mim este assumpto à ponderação da conferencia do revdº. Clero de 1892, limitou-se este a reconhecer a necessidade de rigorosa vigilancia da parte do clero com o fim de prevenir os fieis contra a propaganda protestante. Em vista d'isto resolvi combater o protestantismo não directamente pela prégação, por que seria revelar a existencia do mal aos fieis que o ignoravam, ou pelo menos despertar n'elles vontade de saber coisas desconhecidas, como bem disse um dos illustrados conferentes; mas sim combatel-o por meios indirectos e principalmente pelo ensino da Catechese nas Egrejas e no seio das familias, pelo estabelecimento de devoções pias e constante

---

[35] Em 1821 teriam chegado aos Açores um carregamento de Bíblias, traduzidas para português, enviadas por uma sociedade de Inglaterra.

J. W. WEBSTER, *A Ilha de S. Miguel em 1821*, in: *Arquivo dos Açores*, v. XIII, p. 44.

frequencia de Sacramentos. D'esta forma contido o exaltado ardor do revdº. Clero de S. Miguel contra o protestantismo notei desde logo que a propaganda protestante em Ponta Delgada esfriou a ponto de que um anno depois, fazendo eu uma visita àquella cidade, fui encontrar o templo protestante ainda sem acabar – e no mesmo estado em que o tinha encontrado na minha primeira passagem por aquella cidade, a catechese e devoções religiosas mais frequentadas e animadas, e o proprio ministro protestante ausente por falta de recursos certamente, por ter desmerecido a importancia da sua propaganda.

Muito tempo depois, voltando a Ponta Delgada o mesmo agente de propaganda sempre conseguiu concluir o templo e fazer a sua inauguração com o concurso de cento e tantas pessoas, na sua quasi totalidade artistas e empregados de fabricas michaelenses. Desde então para cá, rarissimas vezes apparece ali o principal agente e algumas reuniões das que tem tentado fazer apenas tem sido frequentadas por oito a dez pessoas e pode considerar-se hoje aquelle templo protestante completamente abandonado e fechado, ao passo que o movimento religioso nas Egrejas catholicas está progredindo d'um modo admiravel e consolador. Para conseguir o mesmo resultado na Calheta de Nesquim, da ilha do Pico, comecei por transferir para a ilha do Fayal o sacerdote que o meu venerando antecessor havia encarregado de prégar contra o protestantismo, conservando apenas n'aquella importante freguezia o revdº. parocho, na verdade zeloso, mas muito doente e insufficiente para curar toda a freguesia. Assim pois, quasi, abandonada esta de recursos espirituaes, começaram os fieis d'ellas a pedir-me novo coadjutor do revdº. parocho e respondi-lhe que desejava muito satisfazer os seus desejos, mas visto a freguezia ter abraçado em grande parte o protestantismo não reconhecia a necessidade de mais sacerdotes além do revdº. parocho, e quando esse fosse insufficiente recorressem aos sacerdotes aos Sacerdotes (sic) das freguezias

visinhas. Em vista d'esta minha attitude começaram os fieis a abrir os olhos e a insurgirem-se contra os propagandistas protestantes, a ponto de que com a morte d'alguns e com a desautorisação d'outros, todos se reconciliaram com a Egreja e o proprio sapateiro e sua familia que se consideravam como chefes, desapparecceram da localidade para viver vida ignorada na ilha do Fayal, segundo me consta. É claro que desde logo provi o logar de coadjutor e com muita satisfação registo hoje o progresso religioso d'aquella freguezia.

Na ilha Terceira tambem a propaganda protestante desappareceu por completo, mais por um accaso ou acto de Providencia do que propriamente pelo combate directo contra a mesma propaganda.

Consultado por alguns revd°s. parochos sobre o que devia fazer-se a respeito dos livros biblicos que a cada passo eram espalhados pelas suas freguezias, e informado por elles de que o recolhimento dos mesmos livros dava logar a nova e mais abundante distribuição d'elles e de que os fieis na sua quasi totalidade não prestavam attenção alguma a semelhantes livros e ignoravam até o seu conteúdo e fim com que lhe eram offerecidos, a conselheiros a que os fossem colhendo, não tanto por que eram livros prohibidos, o que de certo seria um perigo imminente por despertar a attenção dos proprios fieis sobre elles; mas sim a pretexto de curiosidade em os ler e possuir, e que guardassem occasião opportuna para debellar esse contagio. Effectivamente essa occasião não se fez esperar muito. Fallecendo um dos principaes agentes da propaganda que ha mais de dez annos deixava de frequentar os Sacramentos da Egreja, e nos logares mais distantes da sua freguezia aliciava os visinhos nas suas praticas protestantes, consultou-me o revd°. parocho respectivo se sim ou não lhe devia dar sepultura ecclesiastica; respondi-lhe que não. E o effeito foi tão prompto e decisivo que toda a povoação exultou de alegria pela minha decisão, pois, como geralmente

diziam, não queriam que os caes fossem enterrados no logar destinado aos christãos, e no mesmo dia do enterro à noute toda a familia do finado e visinhos aliciados por este, vieram logo procurar o revd°. parocho para que os admittisse aos Sacramentos e os considerasse no futuro como filhos obedientes à Santa Egreja, como o tem sido até hoje.

Este facto constado por toda a ilha deu um golpe fatal na propaganda protestante. Todavia o agente principal continuava ainda a distribuir alguns folhetos, e empregados todos os meios possiveis e cordatos para o dissuadir d'essa propaganda já ia perdendo as esperanças de o conseguir quando uma circumstancia puramente accidental lhe veiu pôr termo. Encontrando-me eu em uma reunião particular com esse individuo, sua esposa e uma encantadora creança sua filha, depois dos respectivos cumprimentos aos paes, não deixei de acariciar a menina de tal forma que o pae segundo informações fidedignas, na minha ausencia, voltando-se para os restantes que com elle ficaram, lhes manifestou a sua satisfação pela maneira como recebi a sua filhinha e declarou que não mais tornaria a distribuir folhetos protestantes para me não desagradar. E o facto é que desde então até ao prezente não me consta haver sido distribuidos mais folhetos, terminando por esta forma a propaganda na ilha Terceira, e pode dizer-se que em todos os Açores, a não ser o insignificante resto da ilha de S. Miguel e um ou outro folheto importado dos Estados Unidos por um ou outro emigrante que d'ali regresse, mas que felizmente não tem tido acceitação entre o povo."

6.2 – As Sociedades Secretas

Outro dos aspectos que D. Francisco José põe em evidência no "Relatório" é a existência e actuação do que ele chama "sociedades secretas":[36]

"3º. = Sociedades Secretas =

As sociedades secretas espalhadas em algumas das principaes povoações e ilhas dos Açores estão merecendo a minha especial attenção e vigilancia não tanto pelo que valem actualmente, mas sim pelo receio que pode haver no futuro. Implantadas nos Açores pelos emigrados de 1820, e principalmente pelos de 1828, radicaram-se ahi de tal forma que dominaram o movimen-

---

[36] Segundo Oliveira Marques, terão existido, até a esta época do "Relato" as seguintes lojas maçónicas:

Em Angra: "Valor e Constância nº 300 (=3), fundada antes de 1836 e extinta antes de 1867; "Amigos da Pátria", f. antes de 1848 e ext. talvez em 1849; "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", f. depois de 1859 e ext. em 1868 ou 1869; "1º de Dezembro de 1640", f. em 1862 (Confederação Maçónica Portuguesa) e ext. em 1871 já no Grande Oriente Lusitano Unido.

A.H. de OLIVEIRA MARQUES, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, 1986, v. I, p. 77.

No que diz respeito a Angra, existem dois estatutos ou regulamentos impressos de Lojas que existiram nesta cidade:

Estatutos ... (da Loja "Democracia e Tolerância"), Angra, 1864.

Regulamento da R. L. 1º de Dezembro de 1640, Angra, 1864.

J. J. DA GRAÇA JÚNIOR, *Discurso na sessão do banquete que a R. L. Cap. Democracia e Tolerancia ao Valle d'Angra do Heroismo offereceu ao seu Ven. na noite de 12 de Maio de 1866...*, Angra, 1866.

Na Horta: " ... houve Maçonaria organizada desde cedo, devido à passagem frequente de navios ingleses. Talvez em 1791-92 trabalhou aí uma primeira loja." "Amor da Liberdade", f. entre 1832 e 1834 e já não existente em 1844; "Lealdade", f. antes de 1863 e ext. antes de 1867; "Amor da Pátria", f. em 1863 e com actividade para além de 1930; "Luz e Caridade", f. em 1878 e com actividade neste século; "Regeneração", f. em 1879 e ext. em 1893.

A. H. O. MARQUES, *o. c.*, p. 742.

(Nada se cita acerca de Ponta Delgada por não existir na Biblioteca Pública de Angra o volume deste Dicionário relativo à letra P).

Sobre a Maçonaria no Faial cf. o interessante relato *"Ramos d'Acacia"* in: *"Arquivo dos Açores"*, Ponta Delgada, 1982, v. IX, p. 89-92.

Ainda sobre este assunto da maçonaria nos Açores cf. P. SIEBERTZ, *A Maçonaria na luta pelo poder*, Porto, 1945, que insere um capítulo sobre "A Ilha Terceira, ponto de apoio das sociedades secretas" (capítulo XXIII, p. 331-339).

to politico e religioso até 1840 e ainda se revelaram depois em 1866 contra os revdºs. padres da Companhia de Jesus que foram missionar a S. Miguel. Actualmente teem-se conservado amortecidas ou pelo menos inofensivas para os interesses religiosos. A mais importante e tenebrosa d'estas sociedades foi a estabelecida na ilha Terceira para levar a effeito o estabelecimento do regimen liberal no paiz. Funcionou por muito tempo no edificio que actualmente serve de Paço Episcopal e na sala de recepção que então servia de templo maçonico, se decretaram muitas mortes das quaes felizmente só uma se levou a effeito por modo barbaro e traiçoeiro. Felizmente essa sociedade dissolveu-se mais tarde por divergencias politicas e ainda pelo desapparecimento dos principaes influentes.

Pelo mesmo motivo pode julgar-se dissolvidas ou pelo menos desorganisadas as de S.Miguel, pois que, se alguma manifestação de desagrado tem apparecidd contra o movimento religioso, e designadamente contra o estabelecimento das ordens religiosas n'aquella ilha, mais parece acto izolado e puramente individual sem importancia e acolhimento publico do que plano ou conluio proveniente d'alguma collectividade. Na ilha do Fayal é que ainda existem algumas com diversas denominações sob o pretexto de exercerem a caridade publica, com algumas caixas economicas de avultados fundos, mas que felizmente se têm abstido de intrometer-se no movimento religioso da ilha. Das outras ilhas apenas tem aparecido nos jornaes uma ou outra adhesão a algum acto das sociedades secretas do continente por parte de lojas tão pequenas e insignificantes que certamente não passam d'um ou outro adherente e são inteiramente desconhecidas e sem importancia nas proprias localidades.

Na ilha Terceira é que haverá dous para tres annos, se formou uma nova sociedade maçonica, a meu ver, com o pretexto inicial de simples divertimento, mas que afinal chegou a ter algum desenvolvimento e organisação. Felizmente vim tarde por-

que o espirito publico e o movimento religioso era já de tal ordem que aquella sociedade merece desde o seu começo a reprovação e indignação geral. Em primeiro logar convidou para a prezidencia successivamente muitos dos mais importantes homens da cidade, reconhecidos como out'ora iniciados na antiga maçonaria e de todos receberam a mais formal recusa e desemgano. Depois intentou fundar um jornal contra a reacção religiosa, e logo o seu primeiro numero foi na sua quasi totalidade devolvido com manifesto assombro dos proprios empregados do correio. Mesmo os aliciados se cohibiam de receber o jornal em suas proprias casas para que suas familias não suspeitassem sequer a sua iniciação na respectiva sociedade, e toda a imprensa sem distinção de côr politica recebe tão friamente a sua publicação que se algum acuzou a sua recepção nunca mais tornou a fallar n'elle, e a maior parte nem uma nem outra coisa fez para evitar o reclame. No entanto o jornal continuou a publicar-se, atacando directa e deslargadamente as ordens e instituições religiosas principalmente a Companhia de Jesus, e a sociedade procurava manifestar os seus intentos anti-religiosos nas associações em que por ventura entrava algum dos seus membros.

O primeiro acto publico em que ella levantou lucta foi na Associação do Monte Pio dos Artistas para collocar ahi um filiado seu, mas a separação foi tão unanime e compacta que não só o pretendente foi excluido, só por esse motivo; e recusado até em uma importante casa commercial particular, mas até foi expulso um outro que se descobriu pertencer á mesma sociedade. Um outro acto em que se revelou tambem foi no Asylo de Mendicidade, cuja direcção interna está confiada ás irmãs de S. José de Cluny, e de cuja administração fazia parte um dos individuos filiados na mesma sociedade. Foi porém tal a minha attitude como prezidente nato d'aquella administração que não só todas as suas tramas foram descobertas e reprovadas pela

opinião publica mas ainda as benemeritas irmãs receberam os devidos elogios e louvores, e adquiriram numerozas sympathias em proveito do asylo que administram. Aos ataques feitos no jornal contra as instituições religiosas nunca consenti que se désse resposta nos jornais catholicos. Esta minha attitude foi louvada e seguida por toda a imprensa seria e cordata, e o jornal sem importancia alguma, exposto ao desprezo do publico, acaba de suspender a sua publicação. Alguns dos membros da sociedade ainda se associaram à fundação de uma cosinha economica; mas não me consta, nem é muito plauzivel que d'ali provenha algum mal para os interesses religiosos da dioceze, visto ser-lhe inteiramente adverso o sentimento publico que graças a Deus é genuinamente Catholico. Em prezença de todos estes desastres para a sociedade e dos sentimentos religiosos do povo Angrense é muito de prezumir que venha em breve a extinguir-se ou pelo menos venha perder toda a importancia que os seus iniciadores lhe queiram dar."

7. – Os Meios de Evangelização e as Conferências Eclesiásticas para o Clero

Perante esta situação do estado da Diocese, D. Francisco José Vieira e Brito procurou elaborar e pôr em execução um plano de revitalização da vida religiosa das Ilhas açorianas numa linha de pastoral que convém analisar, dado que, a nosso ver começa a denotar uma perspectiva diferente de actuação evangelizadora.

Em vez de normas persecutórias e inquisitoriais, o Bispo de Angra propõe um plano pastoral baseado na formação do clero e dos fiéis, na renovação da vida espiritual da Diocese e uma reforma profunda das instituições, como sejam o Cabido e o Seminário Diocesano, aliada à introdução de algumas Ordens Religiosas, como já se disse, que vieram trazer uma lufada de ar fresco a uma Igreja

que tinha passado por um período de instrumentalização política por parte do regime e das forças liberais.

Enfim, começa-se a notar uma tendência pastoral para uma separação, embora incipiente, entre a Igreja e o Estado delimitando esferas distintas de actuação. Esta tendência vai-se verificar em relação a um Clero Diocesano que se tinha transformado quase em funcionário do Estado e que o Bispo queria ver mais empenhado numa actuação evangelizadora e na transformação das mentalidades dos fiéis. A vinda dos Padres da Companhia de Jesus para a direcção espiritual do Seminário Diocesano e as suas pregações pelas diferentes ilhas, na companhia do próprio Prelado, certamente que devem ter provocado uma mudança de atitudes pastorais fundamental para o início dessa renovação que se vai prolongar até aos nossos dias, mais concretamente, à grande reforma provocada pelo Concílio Vaticano II.

Retomemos o texto do Relatório do Bispo de Angra sobre este plano de renovação que D. Francisco José queria ver posto em prática:

> *"3º O meu plano.*
>
> *Não obstante comprehender as difficuldades com que tinha de luctar para dar um novo impulso ao movimento religioso da dioceze, como a experiencia de mais de 14 annos de trabalhos na archidiocese de Braga me estava indicando, não hesitei na escolha dos meios adequados.*
>
> *Qualquer alteração no regimen da Dioceze, se bem que fosse geralmente desejada, correria o risco de ser improficua e descabida, não só pela merecida veneração que devia ser tributada aos meus antecessores, mas tambem porque, não sendo devidamente comprehendidas as novas reformas, o proprio esforço em as executar por mais laborioso que parecesse, seria sempre sem vantagem nem proveito, quando prestado constrangidamente, por mero temor ou complacencia. Portanto não me*

deixei arrastar pelas primeiras impressões recebidas, nem fui dominado pela vangloria de ligar o meu nome a reformas que considerava intempestivas por falta de conveniente preparação e opportunidade. O que mais convinha era substituir a rotina fria e commoda pelo zelo e fervor religioso, vencer a indolencia natural produzida pela acção do clima e aggravada ainda por habitos inveterados, e n'uma palavra imprimir uma nova e mais proveitosa orientação aos negocios da Dioceze para melhor consolidar as reformas que houvesse de fazer. Com semelhante intento, e confiado na desvelada dedicação do Revdº. Cabido e clero, comecei por interessar cada vez mais um e outro não só no movimento religioso e moral da Dioceze, mas ainda no proprio governo e administração d'ella, dentro dos limites traçados pela conveniencia e pela prudencia.

Procurando sempre inspirar confiança aos proprios seculares e auctoridades civis, tratei ao mesmo tempo de fazer sobresahir e prevalecer o prestigio do Prelado e do Clero em geral; e aproveitando-me dos bons elementos existentes, empenhei-me na creação d'outros que por toda a parte imprimissem vida nova e harmonica, de modo que os bons resultados d'uns não fossem inutilisados pelos outros.

Finalmente para estimular a boa vontade de todos percorri quasi todas as freguezias da ilha Terceira, promovendo e assistindo às festas religiosas, visitei as principais povoações das nove ilhas de que se compõe a Dioceze e esforcei-me por despertar em todas ellas a sympathia e o enthusiasmo popular. [...]"

A primazia deste plano consistiu na realização das denominadas "Conferências religiosas" para o Clero da Diocese, as quais consistiram num quase plenário de todos os sacerdotes da Diocese e que, no dizer do Bispo, conseguiram uma transformação profunda do presbiterado dos Açores.

O Bispo de Angra, conforme a solicitação do Papa Leão XIII, publicou uma Provisão datada de 21 de Setembro de 1892, a convocar toda a Diocese para as comemorações do 4º centenário da descoberta da América.[37]

Argumentando, na referida Provisão, que essa descoberta *"... abriu uma nova epocha e brilhante para a religião christã e para a civilisação moderna ..."*, as comemorações que se avizinhavam deviam, por sua vez, ser o pretexto para *"... ressurgir um novo periodo de esplendor para a religião catholica e de prosperidade para estas abençoadas terras açorianas, ..."*.

Nesse contexto o Bispo D. Francisco José, na sua Provisão, diz o seguinte: *"No intuito, pois, de promover a regeneração moral e religiosa da nossa sociedade, tão abalada pela indifferença dos que se dizem catholicos e pela hostilidade d'aquelles que, dominados pelo espirito das trevas, louca e insensatamente fomentam a nossa ruina espiritual e temporal, é que Nós rezolvemos associar ás festas religiosas para a celebração do quarto centenario do discobrimento da America por Christovam Colombo a ideia de convocar e reunir o Nosso clero em conferencia, para de commum accordo assentar nos melhores meios praticos de cumprir e desempenhar a sua missão sagrada, defender os direitos da Egreja e da sociedade, e diffundir entre o povo a semente da bôa doutrina e o exemplo das mais acrisoladas virtudes; o respeito aos poderes constituidos e o cumprimento do dever."*.

As primeiras "Conferências" tiveram lugar em 12, 13 e 14 de Outubro de 1892,[38] por ocasião das solenidades promovidas pelo Bispo de Angra para comemorar o 4º centenário da descoberta da América.[39]

---

[37] B.E.A., 254 (Setembro de 1892), p. 309-316.

[38] Foram presididas pelo Bispo de Angra e estavam presentes, segundo a respectiva Acta *"... o Rv.mo Cabido, os Ex.mos Conselheiro Governador Civil, Secretario Geral, Juiz de Direito e Sub-delegado do procurador regio, o Rv.mo Clero de toda a ilha Terceira e mais pessoas que desejaram assistir;..."*.

[39] Houve solene Pontifical na Sé pelas 10:00 horas e as Conferências tiveram início pelas 16:00 horas na sala das sessões Capitulares.

Cf. B.E.A., nº 254 (Setembro de 1892), p. 315.

As segundas "Conferências" foram convocadas para os dias 24, 25, 26 e 27 de Setembro de 1894, por Circular do Bispo datada de 16 de Julho de 1894.[40]

Como o próprio refere no Relatório, era intenção de se realizarem anualmente mas tal tornou-se impossível, sobretudo, pela dispersão geográfica da Diocese.

Os temas tratados nas primeiras "Conferências" foram os seguintes, segundo o Relatório:[41]

> *"Procurei dar a estas conferencias uma orientação inteiramente pratica, chamando a attenção do revd.º Clero principalmente sobre os assumptos seguintes: 1º = Necessidade e conveniencia das ordens religiosas; - 2º Attitude politica do Clero; - 3º Propaganda protestante; - 4º Devoção ao S.S. Sacramento; - 5º Necessidade e vantagem dos exercicios espirituaes; - 6º Conferencias ou palestras para melhor recreação e instrucção do Clero; - 7º Festas do Espirito Santo e modo de cohibir os abusos introduzidos desde longa data; - 8º Cathechese e doutrina principalmente para a primeira communhão; - e finalmente sobre a diffusão de associações de piedade e estabelecimento de novas instituições religiosas."*

Merece especial destaque a referência que o Bispo de Angra faz à tendência que havia junto do Clero para a fundação de um partido político de influência católica e ao qual o Prelado se opõem, de forma sensata porque, numa perspectiva de unidade de todos os cristãos, diz ser indiferente a militância partidária desde que todos se sintam unidos à Igreja. Como já se disse, nota-se nas orientações do Bispo uma preocupação para uma cada vez maior separação entre a vivência

---

[40] B.E.A., 264 (Julho de 1894), p. 147-148.

[41] D. Francisco José mandou publicar um "Regulamento" e um "Programa" para estas Conferências Religiosas do Clero dos Açores.
B.E.A., 254 (Setembro de 1892), p. 317-322.

cristã orientada pela Igreja e a esfera político-partidária[42]. Vejamos o que escreve D. Francisco José no seu Relatório:

> *"Um outro effeito foi a acalmação politica do momento e que ainda hoje continua subsistindo com vantagem para os interesses religiosos. Tratava-se n`aquella occasião de introduzir na rotação politica do paiz um novo elemento de propaganda pela creação d`um novo partido chamado catholico. Desde logo previ as consequencias que semelhante attitude podia trazer à religião, e esforcei-me por mostrar ao revd.º Clero o grande perigo das paixões partidarias que desunem quando mais se precisa de união, e a necessidade de que todos os catholicos se congrassem (sic) pelo que respeita ao bem da Egreja e da Patria, seja qual fôr o partido politico em que militem.*
>
> *Esta minha attitude e a resolução correlativa da Conferencia teve a vantagem de collocar o Prelado e os interesses da religião fóra e acima das dissensões partidarias e ao mesmo tempo que inspirava confiança aos partidos politicos, attrahia a sympathia de todos elles, o que muito tem concorrido para o bom regimen da Dioceze e facilitado o apaziguamento das paixões partidarias, não só entre o clero, mas tambem entre os proprios fieis."*

Destas primeiras Conferências foram elaboradas "Actas" que estão publicadas no Boletim do Governo Ecclesiastico dos Açores.[43]

As segundas "Conferências" tiveram a seguinte temática:[44]

[42] Esta questão de um partido ou centro político de inspiração cristã transparece na Acta nº 2 das Conferências.

[43] B.E.A., 160 (Março de 1892), p. 39-78. As conclusões estão publicadas no mesmo Boletim p. 79-83.

[44] Por Provisão do Bispo de Angra de 16 de Julho de 1894 foi publicado o "Programa" destas Conferências.

B.E.A., 264 (Julho de 1894), p. 148-150.

"N`ellas chamei a attenção do revd° Clero sobre : - a Sanctificação do Padre - sobre a necessidade do estudo - sobre as relações reciprocas dos revd.°s parochos e seus curas coadjutores e capellães - sobre as devoções e em especial sobre o culto prestado ao S.S. Sacramento - sobre as procissões com o S.S. Sacramento - sobre a communhão dos fieis - sobre as festas do Espirito Santo - sobre as confrarias e associações religiosas, e finalmente - sobre as obrigações relativas às proprias egrejas, ornamentos e vasos sagrados."

Estas segundas Conferências tiveram lugar no Seminário Diocesano nos dias 24 e 25 de Setembro de 1894, tendo o Bispo D. Francisco José Vieira e Brito, por Provisão de 29 de Setembro de 1894, autorizado a publicação das "Resoluções" aprovadas.[45]

As outras reformas preconizadas e levadas a efeito pelo Bispo de Angra foram as seguintes:

– Uma profunda reorganização do Seminário Diocesano, sobretudo a nível de planos de estudo e o envio de alunos para se especializarem em Roma.

– Uma estreita colaboração com o Cabido Diocesano.

– Algumas reformas no Clero Diocesano e Paroquial.

---

[45] B.E.A., 267 (Novembro de 1894), p. 33-36; 268 (Dezembro de 1894), p. 49-55; 269 (Janeiro de 1895), p. 65-71; 270 (Fevereiro de 1895), p. 81-87; 271 (Março de 1895), p. 97-103; 272 (Abril de 1895), p. 113-121; 273 (Maio de 1895), p. 129-136; 275 (Julho de 1895), p. 161-170.

BIBLIOGRAFIA

Arquivo dos Açores, Ponta Delgada, 1982, v. IX.

ARQUIVO SECRETO VATICANO, Sacra Congregatione Concilii Relationes, Angren, pasta 51.

AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, s/d, v. XXIV.

Boletim do Governo Ecclesiástico dos Açores (citado com a sigla BEA), Angra.

CASTRO, GABRIEL PEREIRA DE, *Tractatus de Manu Regia*, Lisboa, 1742.

Codex Iuris Canonici, Pii X Pontificis Maximi iussu digestus Benedicti Papae XV auctoritate promulgatus, AAS 9 (1917-II) 521 pp.

Codex Iuris Canonici, auctoritate Ioannis Pauli PP. II promulgatus, AAS 75 (!983-II) XXX+317 pp.

DRUMMOND, FRANCISCO FERREIRA, – *Annaes da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1864 (tomo IV).

LEITE, JOSÉ G. REIS, *Os Fisher*, separata da revista *"Atlântida"* (colecção *"Ínsula"* nº 11), Angra, s/d.

LONGHITANO, ADOLFO, – *I Vescovi*, in: AA.VV., *Il Diritto nel Mistero della Chiesa – II Il Popolo di Dio, Stati e Funzioni del Popolo di Dio, Chiesa Particolare e Universale, La Funzione di Insegnare*, Roma, 1990 (2ª ed.), p. 372-398.

MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA, – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, 1986.

MARTINEZ, PEDRO S., *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, 1986.

PEREIRA, CÓNEGO (José Augusto Pereira), – A Diocese de Angra na História dos seus Prelados, Angra do Heroísmo, 1950.

_____, – O Seminário de Angra – Esboço Histórico, Angra, 1958.

_____, – Padres Açoreanos, Angra, 1939.

SIEBERTZ, PAULO, – A Maçonaria na luta pelo poder, Porto, 1945.

WEBSTER, J. W., – A Ilha de S. Miguel em 1821, in: Arquivo dos Açores, v. XIII, p. 44.

WITTE, CHARLES-MARTIAL DE, – Documents Anciens des Archives du Chapitre d'Angra", in: Lusitânia Sacra, IX (1970/71), p. 157-159.

Cartas de São Jorge (1899-1913):

O ESPAÇO VIVIDO E RECORDADO DA FAMÍLIA LACERDA

João Carlos Garcia / Miguel Nogueira

Esta tentativa de leitura de uma fonte epistolar enquadra-se na reflexão sobre o papel das ilhas do Atlântico na criação do contemporâneo, tema da reunião científica onde foi apresentada publicamente. Dois notáveis jorgenses comentam entre si a ilha, o arquipélago, o país e o mundo, entre 1899 e 1913, quando o espaço açoriano jogou um particular papel económico, geo-estratégico e de circulação de ideias, na ligação entre os continentes europeu e americano.

1. A correspondência e a sua leitura

Se os estudos de epistolografia não são numerosos em Portugal, mais rara se revela a utilização de núcleos de correspondência como fontes para análises geográficas. Os mais próximos exemplos de estudos onde os aspectos da alteridade ocupam um papel determinante, são os da reconstituição de áreas específicas a partir de

textos de ficção e a sua ligação com espaços coevos mais ou menos relacionados com as vivências dos autores [1].

Andrée Rocha, um dos poucos autores que entre nós comentaram o género epistolográfico na análise literária, recorda: "A carta obedece a certas normas de estrutura que enquadram a sua substância propriamente dita. Na sequência *quando?*, *onde?*, *a quem?*, *o quê?*, *por quem?* que se lhe pode aplicar, o factor *o quê* – recheio e motivação do texto – é evidentemente primacial. Contudo, os outros elementos (lugar, data, destinatário e assinatura) só aparentemente são exteriores e secundários". E acrescenta quanto ao aspecto geográfico: "O *lugar*. É este um factor preponderante na feitura da carta. A importância da troca epistolar e o seu volume dependerão, em primeiro lugar, da situação no orbe do signatário, relativamente ao seu ou seus correspondentes" [2].

A nossa base de partida é o volume de correspondência enviada por João Caetano de Sousa e Lacerda a seu filho Francisco de Lacerda, maestro, compositor e musicólogo, publicado em Angra do Heroísmo, pela Secretaria Regional da Educação e Cultura da Região Autónoma dos Açores, em 1988, com introdução, fixação do texto e notas por Teresa e J. M. Bethencourt da Câmara, sob o título: *Cartas a Francisco Lacerda.*

Para este caso, o exercício geográfico a que nos propomos parecia apresentar apenas uma relativa dificuldade, por os textos serem mais próximos dos factos reais. Porém, como veremos, a "realidade espacial" de João Caetano de Sousa e Lacerda foi a que ele próprio criou e cultivou, como qualquer de nós: os problemas de interpretação não se revelam simples. Mais interessante ainda seria figurar cartograficamente os locais correspondentes aos sons e às melodias

---

[1] Ver J. C. Garcia - "Eça de Queirós na Aquitânia: o turismo no fim do século" in *Actas I Jornadas de Estudo Norte de Portugal- Aquitânia*, Porto, CENPA, 1986, p. 381-395; Teresa Barata Salgueiro e J. C. Garcia - "Lisboa nos fins do século XIX, Geografia de uma transição" in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, II, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1988, p. 399-410 e Fernanda Cravidão - "Ficção, Espaço e Sociedade", *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 11, 1992, p. 37-47.

[2] Andrée Rocha - *A Epistolografia em Portugal*, 2ª Ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 14.

que o exilado Francisco de Lacerda compunha em Paris, evocando a ilha de São Jorge e os Açores ou os que mais tarde preservou ao inventariar aspectos da etnografia madeirense mas, essa é uma tarefa que não pode ser levada a cabo apenas pelos geógrafos [3].

Assim, sobre esse conjunto documental impresso que são as *Cartas a Francisco de Lacerda* foi tentada uma leitura geográfica, não no sentido mais amplo mas, tão só, no âmbito da Geografia da Percepção e da Geografia Cultural e Histórica. A partir de uma análise de conteúdo que coligiu, contabilizou e organizou as referências (explícitas ou implícitas) ao espaço, estas foram agrupadas tematicamente mas, sobretudo, segundo escalas, com vista à sua posterior figuração cartográfica. Complementarmente, foram inventariadas fontes históricas que enquadram as áreas e o tempo em estudo, de onde destacamos as demográficas e a imprensa regional e local. Para estas últimas escalas procurámos também estudos históricos, geográficos e corográficos, coevos ou actuais. Finalmente, partimos para as possíveis representações de Cartografia temática que, levantando novas hipóteses interpretativas, divulgam imagens simples mas eficazes. A Cartografia actual de base (topográfica) revelou-se imprescindível nessas construções, já que a busca de mapas antigos com razoáveis escalas de trabalho foi praticamente vã [4]. A Cartografia científica do arquipélago a grande escala é relativamente recente [5]. Aos métodos e técnicas de gabinete juntámos um detalhado trabalho de campo em S. Jorge, em particular na freguesia da Ribeira Seca

---

[3] Cfr. José Bethencourt da Câmara - *Jornadas Musicais dos Açores. I/Homenagem a Francisco de Lacerda*, s.l., Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1997, p. 18 e Francisco de Lacerda - *Folclore da Madeira e Porto Santo*, introdução e fixação do texto por J. M. Bethencourt da Câmara, Lisboa, Colibri, 1994.

[4] Cfr. A. de Brum Ferreira - "Notícia da Cartografia das Ilhas Adjacentes", *Finisterra*, Lisboa, II, 4, 1967, p. 286-291. O único mapa de maior escala então credível era a carta inglesa do Hydrographic Office: *Azores - Fayal, Pico and San Jorge* surveyed by Capt. A. T. E. Vidal, R. N., 1844. O mapa foi gravado por J. & C. Walker, em 1855 e impresso com correcções, pelo menos até meados da década de 1890. O documento é citado por José de Lacerda no seu opúsculo *Algumas palavras sobre interesses açorianos*, publicado em Lisboa com base num discurso proferido nas Cortes, em 1902.

[5] A cartografia de base sobre a qual construímos os nossos fundos de mapa e sobre a qual identificamos a toponímia citada foi a seguinte: *Arquipélago dos Açores - Ilha de São Jorge*, escala 1:50.000, folhas W e E, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1969 e *Carta Militar de Portugal - Calheta (S. Jorge - Açores)*, escala 1:25.000, folhas 14 a 20, Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, 1960.

que, por um lado, solucionou numerosas dúvidas levantadas pela fonte e, por outro, enriqueceu sobremaneira a informação existente ligando-a com a actualidade [6].

2. O autor e o seu espaço

João Caetano de Sousa e Lacerda (1829-1913), o autor da correspondência em análise, descendia de uma das antigas famílias açorianas do Grupo Central e destacou-se entre as marcantes figuras públicas da ilha de S. Jorge, durante a segunda metade do século XIX [7]. Proprietário, homem da administração, político, polígrafo e músico amador, todas as actividades cultivou Sousa e Lacerda com determinação, coragem e paixão [8]. Entre 1863 e 1906 foi por cinco vezes administrador do Concelho de Calheta, num total de 19 anos [9].

Com ligações familiares ao Pico (Calhau do Pico e Lages do Pico), onde passou a infância, e ao Faial, João Caetano viveu uma vida movimentada que inclui cenas da Guerra Civil, emigração para a Terra Nova (1861) e viagens a outras ilhas açorianas e a Portugal Continental. Para a nossa geografia interessa a sua formação de latinista, no Pico, o seu perseverante autodidatismo sobre aspectos da cultura e das línguas estrangeiras (inglês e francês) mas, em particular, o seu espírito curioso e atento.

À data da sua morte não deixa de ser interessante o elogio que um dos seus inimigos políticos lhe fez e que retrata bem a personalidade do autor da correspondência como homem e como cidadão:

---

[6] Queríamos deixar aqui o nosso agradecimento a todos quantos nos auxiliaram aquando da nossa estada em S. Jorge, nas Velas, na Calheta e na Ribeira Seca, em especial ao Prof. Nemésio Serpa e a seu filho, o Dr. Ruben Serpa, geógrafo como nós e particular amigo.

[7] Cfr. João Caetano de Sousa e Lacerda - "Os Meus Antepassados", sep. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, 6, 1, 1970-1974, 24 p.

[8] Ver de Jorge Augusto Paulus Bruno - *João Caetano de Sousa e Lacerda. Colectânea de artigos publicados em jornais, 1871 - 1910*, Calheta, Câmara Municipal da Calheta, 1984.

[9] Cfr. Manuel de Azevedo da Cunha - *Notas históricas. Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, II, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, p. 961-962.

"No dia 10 do corrente, victimado por antigos padecimentos, faleceu na sua casa da 'Fragueira', da freguezia da Ribeira Seca, o sr. João Caetano de Sousa e Lacerda, na avançada idade de 84. O finado era um espírito muito lúcido, um pujante talento, d'uma sólida ilustração. Foi um escritor brilhante, primoroso, medonho como polemista e terrível e engraçadíssimo na crítica. Quem estas linhas escreve teve ocasião de por várias vezes terçar na imprensa armas com o distinto escritor, algumas vezes na defeza de *amigos* que hoje o mordem, e sentir-lhe a violencia do ataque; e embora ultimamente estivesse de relações cortadas com o brilhante polemista, não pode deixar de reconhecer o seu alto valor intelectual e a sua muita ilustração e inteligência (...)" [10].

O centro do mundo de João Caetano de Sousa e Lacerda e de sua família, originários da freguesia da Ribeira Seca, foi desde cedo a Fragueira, pequena fajã da costa sul de S. Jorge, entre a Ribeira Seca e a Fajã dos Vimes [11]. Aí possuíam os Lacerda uma casa para passar o Verão que, pouco tempo depois da constituição da família, se tornou residência definitiva. Sobre a Fragueira escreverá o maestro Francisco de Lacerda muito mais tarde:

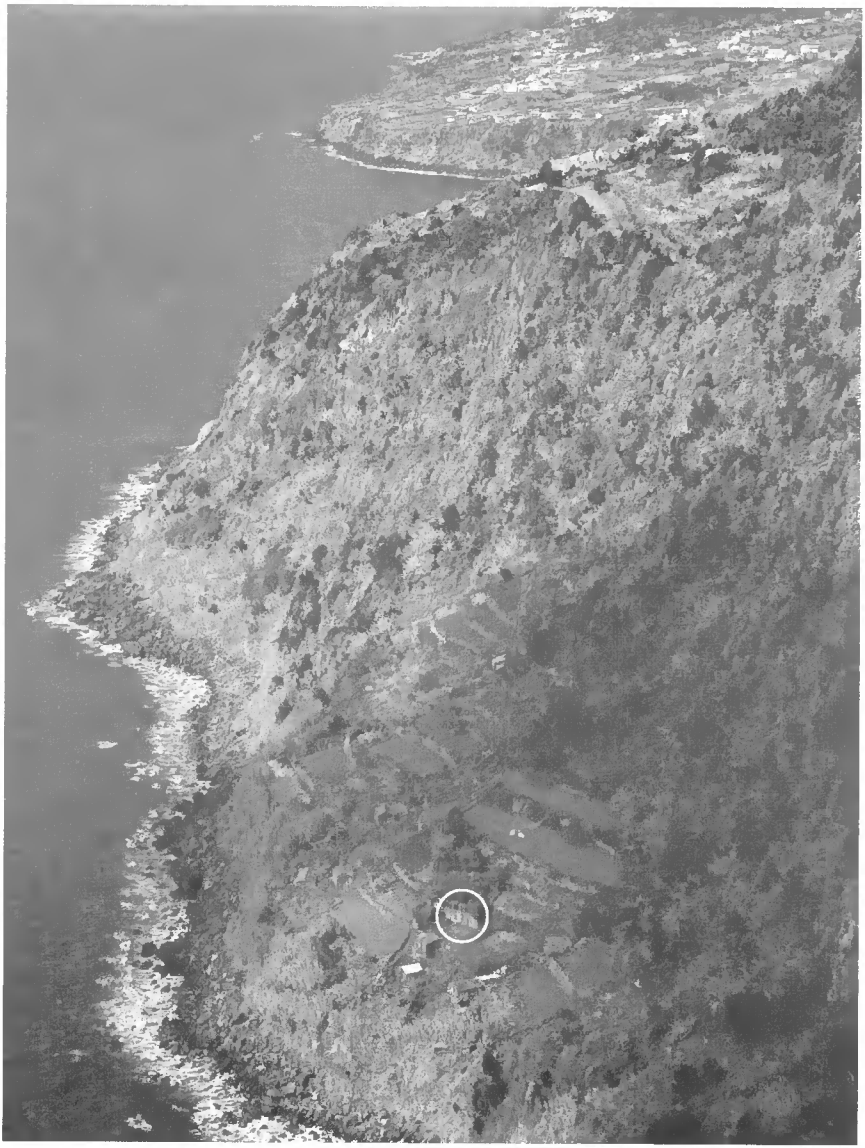
"A Fragueira! Lembranças que se confundem com o rumor do mar, o canto das aves, o odor das plantas, a luz e a sombra, os jogos das ondas, o horizonte sem limites... Era tudo tão harmonioso, tão perfeitamente belo que em toda a minha vida não consegui aprender as palavras necessárias para transmitir uma ideia vaga de toda a beleza deste período. Seria preciso pintura, música e versos – como os de Dante!" [12].

---

[10] *A República, semanário republicano democrático*, Calheta, III, 124, 13 de Abril de 1913, p. 3. Sobre a ironia de Sousa e Lacerda lembraríamos o curioso episódio em que o autor tencionava enviar, através do filho: "(...) um magnífico canivete que desejava oferecesses ao sr. Eça de Queirós para este cavalheiro aparar as unhas que por vezes parecem agudas de mais..." (*Cartas a Francisco Lacerda, op. cit.*, p. 25).

[11] Ver Odília Teixeira - *Ao Encontro das Fajãs*, 2ª ed., Velas, Câmara Municipal das Velas, 1995, p. 186-187.

[12] J. Bethencourt da Câmara - *O essencial sobre Francisco de Lacerda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 5.



A casa da Fragueira

Foto de Filipe Jorge in *Açores vistos do céu*, Lisboa, Argumentum, 1998, p. 80.

Com a saída dos filhos José e Francisco, primeiro para estudarem medicina e música, no continente [13]; depois para viverem noutros locais com as respectivas famílias, o núcleo de residentes na fajã resumia-se ao casal já idoso, a uma filha, um filho doente mental e a um ou outro empregado. A correspondência publicada data de então, após a partida de Francisco de Lacerda, com a mulher e a filha, que haviam permanecido de visita entre os fins de 1899 e os meados do ano seguinte. A última demorada estada do Maestro na ilha, até à morte de seu pai, em 1913.

Em 1902 José Cândido da Silveira Avelar comentava na sua obra *Ilha de S. Jorge – apontamentos para a sua história*:

"O sítio da Fragueira tem-se tornado notável aos povos da ilha por haver no isolamento da sua rocha o sr. João Caetano de Sousa e Lacerda, ilustrado e simpático cavalheiro jorgense, construído uma bela casa onde reside com sua ex.ma família" [14].

A "rocha" de João Caetano era, de facto, uma pequena fajã de talude, como diversas outras que se sucedem para leste da Calheta, "quando a costa de arriba antiga deixa de ter o abrigo de Sul", no dizer de Maria Eugénia Moreira Lopes, que assim caracteriza aquelas formas de morfologia litoral: "Todos esses pequenos depósitos planos, ou de fraco declive formados de calhaus rolados ou boleados pelo mar e de blocos angulosos que caíram da escarpa fazendo o mar se evadir, e que aparecem na base da arriba penetrando na água como baixas línguas de terra a indicar 'onde o monte acaba e o mar começa', constituem as fajãs de talude" [15].

---

[13] Cfr. Correia da Cunha - "Francisco de Lacerda, o Homem e o Músico", sep. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, 6, 1, 1970-74, p. 3.

[14] José Cândido da Silveira Avelar - *Ilha de S. Jorge - apontamentos para a sua história*, Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902, p. 334.

[15] Maria Eugénia Moreira Lopes - *A Ilha de S. Jorge do arquipélago dos Açores. Contribuição para o estudo da sua morfologia e actividade vulcânica*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1970, p. 72. A cartografia geológica figura a meia vertente, para o Portal, solos basálticos e para a Fragueira (como para a Fajã dos Vimes): "depósitos de vertente e de fajã" e "cascalheiras de praia" (*Carta Geológica de Portugal, Ilha de S. Jorge (Açores) - B*, escala 1:50.000, Lisboa, Serviços Geológicos, s/d [1970]).

Na ligação entre a Ribeira Seca e a Fajã dos Vimes, passado o pequeno lugar do Portal, situado numa pouco espaçosa rechã, existiam duas alternativas possíveis: a mais longa e demorada estrada a meia vertente, contornando lombadas e vales ou a descida ao caminho junto ao mar, pela Fragueira e, depois, pelo calhau. Esta última sempre foi a principal ligação terrestre. A estrada abriu-se pelo início do século XX [16]. A Fragueira era assim, a primeira e reduzida fajã, mas protegida dos ventos de Oeste e de terrenos apropriados para a batata, para o vinho e até para o café.

Na casa da Fragueira, freguesia da Ribeira Seca, vem João Caetano a falecer em 10 de Abril de 1913, com 84 anos de idade. Pouco tempo depois chegará a S. Jorge o maestro Francisco de Lacerda com a família e aí permanecerá até 1921, radicado na povoação da Urzelina [17]. As propriedades jorgenses dos Lacerda serão depois vendidas e a família instala-se definitivamente em Lisboa, onde o Maestro falece em 1934. A Fragueira será praticamente abandonada, apenas se aproveitando os seus pequenos mas férteis terrenos para a agricultura [18].

3. A freguesia da Ribeira Seca no início do século XX

Uma pitoresca descrição da paróquia da Ribeira Seca no início do século XIX é a divulgada por João Soares de Albergaria e Sousa, na sua *Corographia Açorica*:

"*Ribeiraseca*, Aldea considerável, situada em terreno um pouco alto, mas mui aprazivel, de duas milhas a l'este da Calheta, sobre pe-

---

[16] Cfr. Manuel Teixeira Brasil - *Algumas notas sobre a cultura do inhame em S. Jorge*, Vila da Calheta, Câmara Municipal da Calheta, 1989, p. 51.

[17] Cfr. João Silveira Pires - "Francisco de Lacerda, Insigne Maestro Jorgense e Honra Nacional", Sep. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 6, 1, 1970-1974, p. 6-8 e J. M. Bethencourt da Câmara - "Roteiro da Exposição e Cronologia" *in Cinquentenário da Morte de Francisco de Lacerda*, Lisboa, Conselho Português da Música, 1984. A partir da Urzelina organizou o maestro uma intensa actividade artística e musical na ilha, da qual ainda hoje há repercussões (cfr. Luís Nemésio Pereira Serpa - *Tuna 'Maestro Francisco de Lacerda' do Centro Paroquial da Ribeira Chã*, Ribeira Chã, 1985).

[18] No *Dicionário Cronológico dos Açores* (Cambridge, MA, 1932) de Porfírio Bessone, não encontramos qualquer referência à Fragueira.

quena rocha n´o beiramar (...) A grande Povoação da Fajãdosvimes, onde ha a Ermida filial de São Matheus e um Cura parocho, n´o beiramar, he o sitio que produz os melhores inhamys dos Açores: as do Portal, e Loiral ao sueste sobre a serra; as Fajans dos Cubres, Tijolos, Bello, Redonda, da parte do norte n´o beiramar; a da Caldeira sobre a serra do nordeste; e a Sylveira ao norte, sam sujeitas a sua Parochia. Seus habitantes cultivam cereaes, muita vinhaça; frequentam a pescaria; criam muitos gados. As Aldeans d´esta grande Povoação sam as mais bellas da ilha" [19].

Passada quase uma centúria o quadro revela-se em parte diverso. A análise da repartição da população presente na freguesia da Ribeira Seca no início do século XX (Mapa 1), evidencia a assimetria na distribuição espacial sob um duplo eixo de orientação NW-SE, ao longo dos litorais e dividido pelo alinhamento das maiores altitudes, à semelhança do que acontecia no restante espaço da ilha. Aspectos naturais como o relevo ou a exposição ao Atlântico explicam o padrão de povoamento, sendo a costa meridional mais povoada do que a setentrional e nela se localizando os principais centros [20]. Em 1911, no conjunto da freguesia da Ribeira Seca, que contabilizava um total de 2.483 habitantes, a sede era o lugar mais populoso, contando 1.124 almas, seguido da Fajã dos Vimes com 306. Mas, não deverão ser esquecidas as fajãs da costa norte, com um total de 600 residentes, valor que atribui alguma expressão demográfica a esse espaço. Na mesma data, o concelho da Calheta possuía 6.866 habitantes e a ilha de São Jorge 14.239 [21]. Na Fragueira, como já foi referido, residiam 3 pessoas, em 1912.

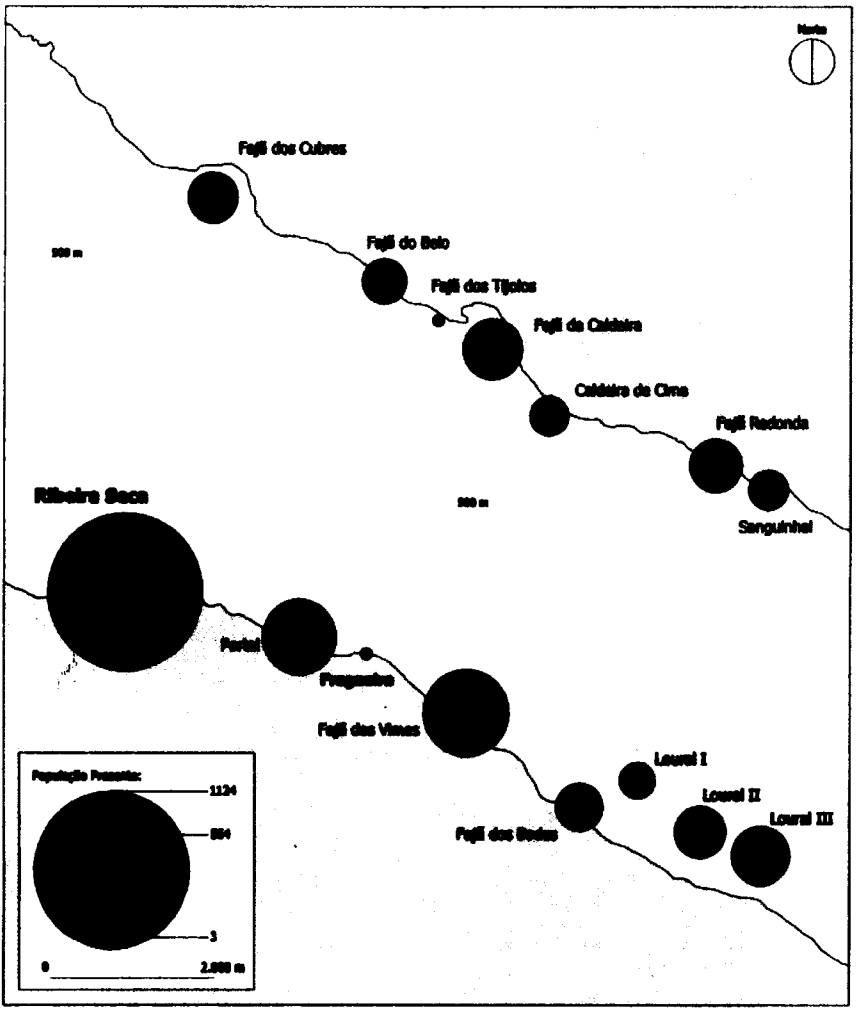
---

[19] *Corographia Açorica ou Descripção Phizica, Política e Histórica dos Açores por um Cidadão Açorense*, Lisboa, Impressão de João Nunes Esteves, 1822, p. 101.

[20] As sedes dos concelhos de São Jorge localizam-se no lado Sul da ilha. Um aspecto a reter é o facto de as freguesias terem uma disposição Norte - Sul, de costa a costa, ao contrário do que acontece, por exemplo, na Madeira, onde as linhas divisórias de águas definem os limites das freguesias. Em São Jorge, a topografia parece não ter tido qualquer influência na organização do espaço administrativo, acarretando na prática, graves problemas de gestão.

[21] *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911 (5º Recenseamento Geral da População)*, Parte VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917, p. 365.

MAPA 1
A População Presente na Freguesia de Ribeira Seca em 1911



Fonte: *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911 (5º Recenseamento Geral da População)*, Porto VI, Lisboa, Ed, 1917

Arquipélago dos Açores - Ilha de São Jorge, escala 1:50.000, folhas V e II, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1969

No total da população residente, quer na freguesia de Ribeira Seca, quer no concelho de Calheta ou na ilha de São Jorge, salientaríamos o peso da mulheres. Em 1911, a freguesia de Ribeira Seca contava 1.011 homens e 1.472 mulheres (69 H/100 M), relação semelhante, mas não tão extrema, quando considerados o Concelho de Calheta e a ilha de São Jorge: 2.919 homens e 3.974 mulheres (74 H/100 M) e 6.092 homens e 8.147 mulheres (75 H/100 M), respectivamente. Este facto estará claramente relacionado com a importância do fenómeno emigratório que assolou todo o arquipélago açoriano desde meados do século XIX (os Lacerda são também uma família de emigrantes) e que roubou os homens das suas terras, muitos com destino ao continente americano.

A este propósito escrevia João Caetano, em 1901: "Nunca houve até aqui, nem haverá de futuro um deputado eleito pelos Açores que pedisse e obtivesse do governo uma trégua limitada para o recrutamento militar, no intuito de proteger a agricultura e modificar a espantosa corrente de emigração", acrescentando ainda que "(...) o resto [do trabalho das sementeiras] não se sabe quando será, porque a respeito de jornaleiros, era uma vez... Tudo o que é novo e válido emigra para a América (...)". Ou, a propósito das actividades piscatórias: "Dos cinco rapazes que – ora um ora outro – me acompanhavam à pesca, não está nenhum; tudo se vai rumo da América" (p. 61 e 76) [22].

Entre 1900 e 1911 a variação da população presente saldou-se negativa quer para a Calheta (–10%), quer para a Ribeira Seca (–12%), valores que são também explicados pelo fenómeno emigratório, a que não é alheia, como vimos, a ameaça do recrutamento militar. Um dos reparos mais reflectidos de João Caetano sobre todo o processo é feito a propósito da prisão de um engajador, em 1900: "O sr. Manuel Augusto da Cunha veio ontem no 'Açôr', sob prisão, mas afiançando-se nas Velas, já regressou a sua casa. Ele tinha ido a Angra no úl-

[22] Todas as citações da obra em estudo - *Cartas a Francisco de Lacerda* - serão referenciadas no próprio texto.

timo 'Peninsular' acompanhando, segundo o costume, os rapazes que pretendem ir para a América e aos quais ali se dava liberdade de seguirem o seu destino. Reinavam então outros ventos; lá foram metendo no castelo os hábeis para o serviço militar, reenviaram os menores às suas famílias e o sr. Cunha foi preso e enviado sob prisão às justiças desta Comarca. Como os tempos mudam! Mas não haja medo; tudo voltará ao estado antigo, porque a Casa Bensaúde lucra com a emigração e como ela é credora dos nossos governos, quem tem de dar o beiço não será decerto a Casa" (p. 32).

Um particular e importante aspecto social deverá ser referido a propósito de São Jorge: um número significativo de habitantes da ilha é alfabetizado. A principal razão explicativa passará pela densa rede de escolas (Mapa 2), implantada na ilha desde o final do século XVIII (Velas, 1772). A abertura de escolas femininas iniciou-se em 1858, nas Velas e, na Ribeira Seca, em 1866, ainda antes da inauguração da instituição congénere na sede de Concelho, no ano seguinte. Em 1889, com a escola feminina do Topo, ficou completa a estrutura escolar.

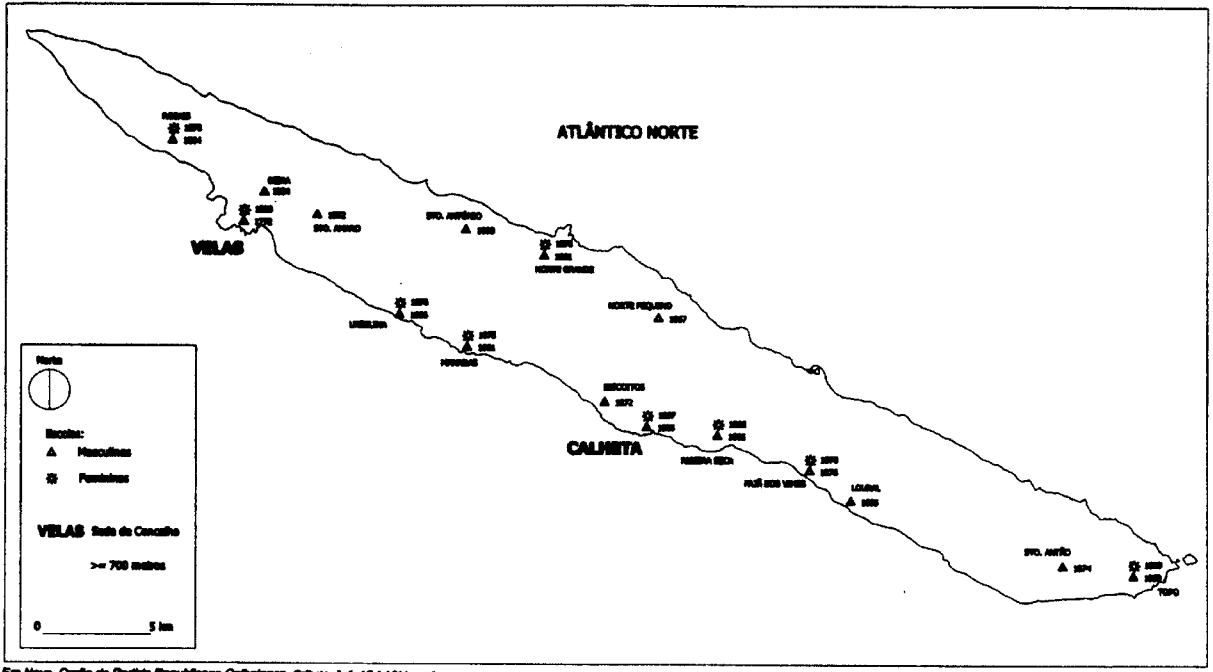
Na freguesia da Ribeira Seca, em 1911, 26% dos homens sabiam ler, subindo este valor para 34% quando consideradas também as mulheres [23]. De outro modo não se compreenderia que apenas na ilha de São Jorge e ao longo de toda a segunda metade do século XIX tivessem sido editados vários periódicos locais. Esta realidade deixa perceber que existiria um conjunto de informação em circulação que chegava a muitos pontos do arquipélago, graças também ao elevado número de potenciais leitores.

4. O espaço mental de João Lacerda: uma interpretação cartográfica

Como deixamos dito, a leitura das cartas de João Lacerda permitiu identificar várias escalas de análise geográfica. Agrupados e

[23] Estes valores assumem ainda maior importância quando comparados com os verificados no conjunto do país, para a mesma época.

MAPA 2
Criação de Escolas na Ilha de S. Jorge (1772 a 1911)



Era Nova, Orgão do Partido Republicano Calhetense, Calheta, I, 6, 15.1.1911, p. 4.

ordenados os exemplos, comentaremos sucessivamente São Jorge, os Açores, Portugal Continental e o Mundo vistos por João Lacerda, concedendo um particular enfoque à Fragueira, como espaço familiar e sentimental.

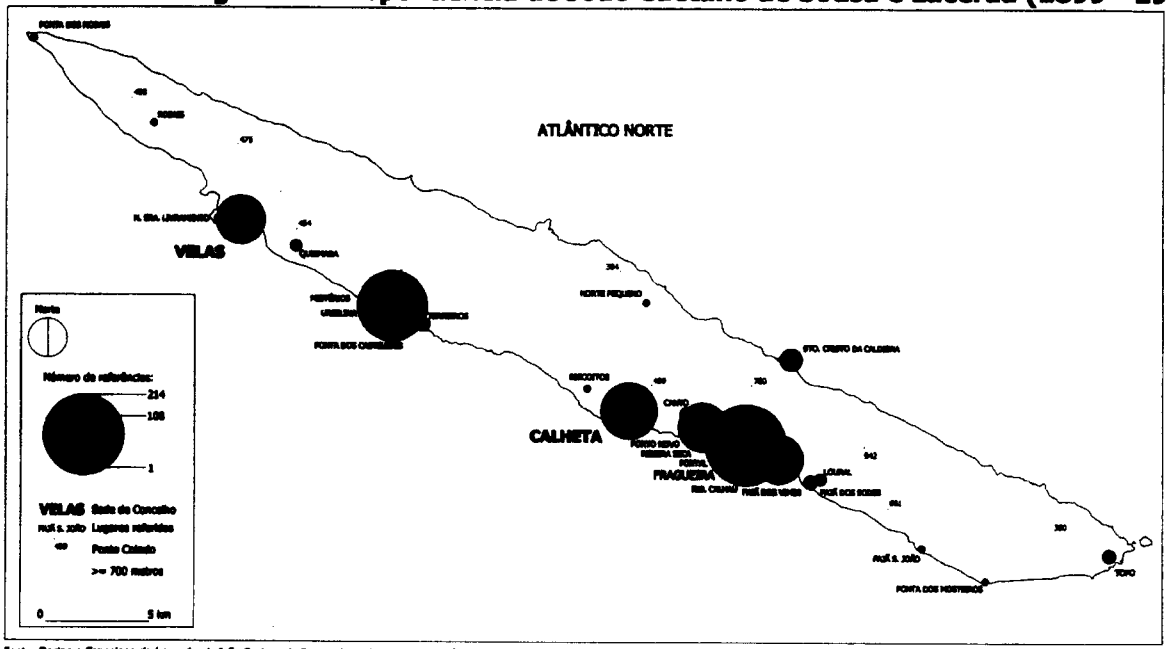
4.1. São Jorge

Consideremos em primeiro lugar o espaço da ilha de São Jorge com base no número de referências aos diferentes lugares desse pequeno território. O levantamento traz-nos, pela sua interpretação do espaço vivido/mental de João Caetano, uma imagem de São Jorge, que não corresponde nem pretende ser uma caracterização da geografia humana da ilha.

A partir do mapa *A Ilha de São Jorge na correspondência de João Caetano de Sousa e Lacerda (1899-1913)* (Mapa 3), e numa primeira análise, destacam-se de imediato as assimetrias entre o Norte e o Sul da ilha, correspondendo ao litoral sul o maior número de referências: a faixa mais povoada, onde se alinham os pequenos portos e onde vivem familiares e amigos e, por essas razões, onde se move o autor da correspondência. As poucas informações sobre o «lado Norte» prendem-se com as viagens anuais dos Lacerda, por altura da romaria do Santo Cristo da Caldeira, jornadas que se adivinham complicadas, feitas a cavalo e a pé, pelo acidentado relevo do interior da ilha, a partir da Ribeira Seca (p. 258). Numa analogia com a distribuição do povoamento do lado Norte da ilha, onde existiam lugares com alguma expressão demográfica dentro da própria freguesia, como a Fajã dos Cubres, a Fajã Redonda e a Fajã da Caldeira, não deixa de ser curiosa a ausência de citações [24]. Sai assim "mentalmente" refor-

[24] Uma das excepções é a referência ao Norte Pequeno, a propósito da tentativa de abertura de uma pequena "fábrica de manteiga" por parte de um conhecido (p. 92). Numa passagem da obra, João Caetano deixa mesmo adivinhar alguma menor consideração pelas gentes do "Norte" quando refere, a seu jeito e a propósito de uma ligação amorosa que "(...) a rapariga abandonada casa agora com o Alexandre, a meu ver, muito melhor que o malandro do norte que é bruto como um asno" (p. 99).

MAPA 3
A Ilha de S. Jorge na correspondência de João Caetano de Sousa e Lacerda (1899 - 1913)



Fontes: *Cartas e Francisco de Lacerda* de João Caetano de Sousa e Lacerda, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1988.
Arquipélago dos Açores - Ilha de São Jorge, escala 1:50.000, folhas W e E, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1969

çada a barreira física criada pela topografia, que dificultava a comunicação entre os dois lados da ilha. Atendendo às difíceis comunicações, o "alto da ilha" separava, de facto, dois mundos. No fim da romaria do Santo Cristo, o regresso à Fragueira era nostálgico: "Era com triste apreensão e indizível saudade que, do alto da ilha nos despedíamos da Caldeira até ao ano seguinte" (p. 258).

Também com menor expressão surgem referências a lugares extremos da ilha (a Oeste e a Leste): a Ponta dos Rosais, associada às pescarias (aparecimento de bonitos que ali "fixaram residência temporária"), e o Topo, a propósito de cataclismos naturais (mangas de água), das eleições ou de algum serviço administrativo.

Um outro comportamento assimétrico no que se refere ao padrão de distribuição das citações para a ilha de São Jorge é aquele que coloca em confronto o litoral e o interior. Este último é claramente um vazio de referências (e um vazio mental) para João Caetano, em detrimento de um litoral denso de citações, também porque a circulação marítima efectuada por embarcações particulares entre os pequenos portos de cabotagem era intensa. Apesar das condições climáticas e de mar não serem as mais propícias durante o Inverno, as comunicações marítimas eram sempre as preferidas durante o resto do ano, face às dificuldades da circulação terrestre [25]. O relevo acidentado e a ausência de estradas interiores com qualidade mínima de segurança poderão explicar em parte o porquê da ausência de referências ao interior [26]. Deste modo, alusões pontuais a lugares como o Loural acontecem apenas a propósito de uma caçada às galinholas, levada a cabo pelo filho, José de Lacerda e um grupo de amigos.

Contudo, será importante salientar que as citações correspon-

---

[25] Um dos mais cinematográficos relatos da correspondência é o que se refere ao transporte de um piano, por terra, desde as velas, em 1907: "D. Adriana encantada com o belo piano que escolheste. Veio no 'S. Miguel' do mês passado e chegou ao seu destino sem o mínimo acidente. Das Velas aos Mistérios veio às costas de 8 homens que se iam revezando" (p. 226).

[26] Em escassas centenas de metros, a partir da linha de costa de grande parte da ilha de São Jorge, as cotas variam entre os 0 e os 500 metros (cfr. *Arquipélago dos Açores - Ilha de São Jorge*, escala 1:50.000, folhas W e E. Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1969).

dentes ao litoral Sul, ocorrem de forma descontínua numa faixa compreendida entre as Velas e a Fajã dos Bodes (Mapa 3). Também na explicação do resultado cartográfico deverá ser considerado, por um lado, o espaço de visão do autor, compreendido entre a Ponta dos Mosteiros e a Ponta do Portal, onde se concentram os lugares mais vezes citados e, por outro, as características da costa, a existência ou não de pequenos portos e o próprio espaço marítimo.

Velas, a principal povoação de São Jorge somou, na nossa contabilização, um total de apenas 70 referências. Não obstante o seu estatuto, o autor só a recorda quando a Calheta falha na ligação ao mundo [27]. João Caetano chega mesmo a afirmar que são «raríssimos» os seus passeios às Velas e manifesta o seu desejo de lá ir, o que traduz uma considerável distância mental àquele lugar, que se explica pela falta de razões concretas e práticas para tal visita e pelos vários obstáculos e condicionantes que teriam de ser considerados para ali se deslocar.

Assim, as distâncias devem merecer alguma reflexão, face à interpretação que o autor lhes dá em diferentes momentos e enquadramentos. A ilha de São Jorge chega a parecer um espaço controlado na sua totalidade mas, simultaneamente, João Caetano afirma que "(...) os bonitos, na Ponta dos Rosais, ficam à mão dos pescadores velenses mas muito afastados destes portos daqui" ou ainda que os "(...) portos daqui [são] muito afastados de Velas" (p. 39).

Embora geograficamente mais próximas de João Lacerda e da Fragueira, localizam-se a Ribeira Seca e a Fajã dos Vimes, também com 70 citações cada. Mesmo sendo centros populacionais com expressões completamente distintas, quando comparados com as Velas ou confrontados entre si, as razões que explicam a importância do primeiro passam quase exclusivamente pela existência de laços de família. Por outro lado, a notoriedade da Fajã dos Vimes, para João Lacerda

---

[27] As comunicações telegráficas foram estabelecidas com as Velas através de cabo submarino, desde 1893 (cfr. J. C. Avellar, *op. cit.*, p. 179).

«a Fajã», numa ilha onde são inúmeras as fajãs existentes, justifica-se por motivos semelhantes: ali residirem familiares dos Lacerda, ali possuía João Caetano propriedades, e, finalmente, ali se deslocavam os habitantes da Fragueira para as suas práticas religiosas. Como referimos, a Fajã dos Vimes está no espaço visual do autor, obtido do balcão de sua casa, e dali pode ele observar determinados acontecimentos festivos que descreve nas cartas a Francisco.

Atendendo às características da fonte, um outro aspecto explicará a importância da Fajã dos Vimes: o carteiro, que entregava a correspondência na Fragueira, vindo da Ribeira Seca, seguia para a Fajã dos Vimes. Ora, o percurso que o funcionário dos correios fazia pela praia de calhaus, na ida e no regresso da Fajã dos Vimes, marcava o tempo de que dispunha João Lacerda (cerca de 40 minutos) para, depois de ler as cartas de Francisco, redigir a resposta e entregá-la ao estafeta, que se dirigia à Calheta depois da Ribeira Seca [28].

Esta vila figura no Mapa 3 com 97 citações, número superior ao de outros lugares geograficamente mais próximos da Fragueira. Mas a importância da Calheta explica-se também pelo facto de ser a sede de um dos concelhos da ilha de São Jorge e, por essa razão, com uma activa vida política, tema que preenchia muitas das cartas trocadas entre pai e filho [29]. Lá chega a residir João Caetano numa das últimas vezes que assume o cargo de administrador do Concelho.

Ainda na esfera da política, a Calheta fornece à correspondência preciosos momentos de escrita, caracterizados por uma mordaz ironia sobre alguns episódios da vida social e política da sede do concelho. Assim, relata João Caetano, em Agosto de 1901 sobre as tro-

---

[28] Nas ocasiões em que as ligações marítimas não escalavam a Calheta, a correspondência seguia para as Velas para aí ser expedida por vapor. Sobre as ligações terrestres do correio refere Silveira Avelar: "Em 1859, estabeleceram-se duas carreiras de estafetas por semana, às terças e sextas feiras para condução de malas entre as Velas, Calheta e Topo, e outra extraordinária por ocasião do paquete a vapor tocar nas Velas" (*op. cit.*, p. 178).

[29] A este propósito, referiríamos que a fonte é também um importante relato da conjuntura política que o país atravessava no virar do século. O tema é permanente abordado por João Caetano, como observador atento e crítico, face aos desempenhos políticos de seu filho José, que iniciava em Lisboa a sua carreira como deputado nas cortes.

pas que viriam de Angra para evitar conflitos por altura de eleições, de modo a garantir "(...) a mais acentuada expressão de liberdade de sufrágio" (p. 81). A sede concelhia acumula sintomáticas referências: "a Calheta tornou-se uma sentina inabitável" (pags. 48 e 53), "miseráveis intrigas que a tornam impossível de habitar" (p. 53), "quem não reside na metrópole calhetense" (p. 43), lá "restam poucos bons caracteres" (p. 55). Muitos destes sentimentos ligam-se ao passado e presente político de João Caetano exercido na Calheta, facto que o tornou conhecedor das intrigas e combates políticos antes e depois da implantação do regime republicano e que, a alguma distância, lhe pareciam ridículos e despropositados.

Finalmente, a Calheta reforça ainda a sua importância porque, existindo ali uma central postal, dali provém (e para ali vai) a informação, quer através do correio e mais tarde do telégrafo, quer através do vapor que ali faz escala [30]. A Calheta era assim, a sua ligação ao mundo e à família ausente.

Geograficamente mais afastada que a sede do concelho, a Urzelina surge como o segundo local mais vezes referido na correspondência, com um total de 158 citações. Tal facto é justificado, à semelhança do que acontecia com a Ribeira Seca, por ali residir parte da família Lacerda e porque à Urzelina se deslocavam ou nela permaneciam por temporadas, familiares próximos, nomeadamente a filha do autor. Assim, a povoação é referida quase sempre em expressões que aludem a deslocações frequentes de ou para a Urzelina, também por aí residir o médico ou de lá se receberem abastecimentos alimentares, em particular frutas.

A ligação é feita, preferencialmente, por barco e é algumas vezes de ida e volta no mesmo dia [31]. E é por existir essa proximida-

---

[30] Foi justamente através do empenho de José de Lacerda, como deputado nas Cortes, que a Calheta obteve um posto telegráfico, em 1902 (p. 110).

[31] Em Setembro de 1902, João Caetano descreve um desses percursos: "Havia uma linda brisa de oeste sem vaga; gastamos 1 hora e 55 minutos de baía a baía, *c'est-à-dire* desde que se enfraldou o pano até que se colheu defronte do porto da Fragueira" (p. 136).

de que a Urzelina não é frequentemente referida de forma explícita. Em lugar do topónimo diz-se "ali", expressão que no discurso do autor se liga a uma terceira pessoa, num terceiro lugar. A Urzelina é o terceiro espaço mental para João Caetano, depois da Fragueira e de Paris. Esta situação contrapõe-se ao que acontece quando os "cá" ou os "aqui" são aplicados ao espaço do emissor, o mesmo ocorrendo com o termo "aí", quando o pai se dirige a Francisco, referindo-se ao local onde ele, receptor, se encontra, independentemente do espaço real onde os dois correspondentes se encontram.

4.2. Fragueira

Ao longo da obra analisada, são as referências implícitas respeitantes ao espaço, aquelas que obrigaram a uma maior atenção com vista a uma identificação das áreas a que, na verdade, aludia João Caetano nas suas cartas. Expressões como "aí", "aqui", "ali", "lá", "daqui", "cá" ocorrem com regularidade, contribuindo assim de forma relevante para a contabilização das referências espaciais. Uma dificuldade acrescida e encontrada, e que será interessante referir, é que João Lacerda utiliza algumas destas expressões a diferentes escalas espaciais.

O "lá" surge muitas vezes associado à Urzelina, ou à Ribeira Seca, ou às Velas, mas também a Lisboa ou à Suíça. O mesmo sucede com a expressão "cá", encontrando-se esta palavra em substituição ora da Fragueira, ora da ilha de São Jorge em concreto, ou de Portugal, como o todo nacional. A expressão "ali" é utilizada de forma mais coerente, do ponto de vista geográfico, já que surge a propósito de lugares que espacialmente estão próximos do autor, como a Urzelina ou a Calheta. Do mesmo modo, também as expressões "daqui" e "aqui" são utilizadas apenas para os espaços que lhe estão mais próximos, seja a Fragueira, de onde se encontra quando escreve a maioria das cartas, ou a Urzelina, ou ainda a ilha de São Jorge.

A Fragueira, que contabiliza 214 referências, é, naturalmente,

o espaço mais citado de toda a ilha, o que se compreende por ser aqui o local de residência do autor e o espaço onde se desenrola a vida doméstica sempre narrada em detalhe nas cartas a Francisco. À semelhança do que acontece para o conjunto da ilha de São Jorge, as referências explícitas à "Fragueira" são em número pouco expressivo (1/4 do total), ocorrendo apenas quando João Caetano se encontra ausente. O autor substitui a referência explícita pelo termo "aqui", 68 vezes, isto é, cerca de um terço do total. Se a este valor somarmos as 78 vezes que o mesmo topónimo é substituído por "cá" compreenderemos que estas são as duas formas de referenciar o espaço vivido e a partir do qual é remetida a informação.

Inúmeros são os assuntos narrados a Francisco a propósito da Fragueira, desde o aparecimento de dourados, chicharros ou sargos e que proporcionavam boas pescarias, à excelente colheita de batatas ou aos banais episódios da vida doméstica. Uma nota curiosa acerca da importância da Fragueira para João Caetano retemos, a propósito de um naufrágio, quando o autor refere que esse caso "incomodou profundamente toda a Fragueira" (p. 143), fazendo crer que a dimensão do lugar, onde apenas residiam os Lacerda – João Caetano e sua mulher, os filhos Maricas e João, e as criadas Isabel, Mariana e Teresa – era muito maior do que na realidade.

Na Fragueira, ou nas áreas onde João Caetano possui propriedades, os micro-espaços, embora não tivessem sido alvo de tratamento cartográfico, merecem algumas reflexões, já que o autor revela um particular sentido sobre a organização espacial.

O interior da casa da Fragueira é permanentemente citado na correspondência já que tão bem o conhecem os dois interlocutores. Ainda em Novembro de 1911, aos 82 anos, João Caetano planeia uma remodelação da habitação com vista ao alojamento de Francisco e da família que prometem uma visita para breve. As propostas de João Caetano dizem bem do seu apurado sentido de espaço: "Isto com referência à tua observação de se arranjarem acomodações para ti e mais família, para cujo advento estou contando os dias. Há muito que pen-

sei nisso e começando a pôr em prática essa atenção já tenho partida a madeira que quero empregar num quarto, feito na loja, defronte da porta central, que será convertida em janela com vidraças, com pavimento de tabuado, paredes de madeira e estuque e cal, e porta lateral abrindo para a mesma loja. Ficará um excelente dormitório com comunicação interna para o andar superior. Este quarto que ficará ao oriente daquele em que dormem Mariana e Teresa, poderá ser ocupado por Maricas que assim terá perto de si a companhia delas, sem que por isso deixe de estar independente, visto que poderá isolar-se quando quiser, fechando a porta do quarto. O quarto imediato para o oriente é ocupado por teu mano, mas pode perfeitamente comportar dois leitos, um dos quais poderá ser para o *petit Jean*. Quanto a ti e a Isaura já fica sabendo que lhes pertence o quarto verde do [?] bom tempo em que aqui estiveram" (p. 292-293).

A grande janela da Fragueira era o "balcão" da casa, uma larga varanda quadrangular que domina imponente o caminho do "porto" até ao mar. Daí controlam os Lacerda quem passa no caminho, daí avistam a Fajã dos Vimes e o seu movimento, daí vigiam ininterruptamente o mar: "O 'Peninsular' passou por aqui às 6 da manhã. Ao despontar aos Mosteiros vinha bastante arredado da costa. O que me levou a crer que seria outro vapor. Entretanto fui pondo a bandeira em ordem de ser içada. Quando emparelhou com a Fajã dos Vimes o navio cortou em ângulo recto no rumo de nossa casa e foi então que compreendi a manobra do nosso amigo comandante, provavelmente de combinação com José. Queriam – os marmelos – apanhar-me desprevenido. Perderam o seu tempo. Chegando ao longo da costa defronte de nossa casa o navio apitou e abanaram da ponte. Respondeu-se-lhes no mesmo instante, abanando-se de cá e fazendo com a bandeira as três saudações de estilo" (p. 134).

Em volta da casa ficavam o forno e os tanques, o "quintal" com os animais domésticos e a "horta" com árvores de fruto (figueiras). Finalmente, os "currais" do gado e os pequenos espaços destinados à vinha e à plantação de batata. Com Francisco se chega mesmo a dis-

cutir o desbravamento de outros terrenos mais longe: "Se não estivesse tão velho metia-me a explorar o magnífico campo a que chamam o moio, mas que tem 115 alqueires de terreno, plano, sem rocha, somente com a pedra precisa para a divisão dos cerrados" (pags. 105-106). E João Caetano continua com uma análise cuidada dos rendimentos a retirar da exploração, num visionário e inteligente exercício de gestão rural.

A Fragueira tem duas entradas (ou duas saídas) terrestres: a ligação à Ribeira Seca via Portal, o que quer dizer escalar ou descer a vertente a "pique", da qual muito se queixa João Caetano com o avançar da idade, e a ligação à Fajã dos Vimes, junto à beira mar, pelo calhau, cujas características sempre são recordadas a Francisco, a propósito de cada nova deslocação. A saída e entrada marítima é o "porto" da Fragueira, que é também o porto de pesca. Diz João Caetano em Maio de 1901: "Chego do porto onde tenho estado estes últimos três dias reparando o bote, pois que está à porta a época (Junho) da pesca do corrico" (p. 71).

O mar, elemento indissociável da paisagem, assume uma particular importância no discurso do autor, ora associado à mobilidade na ilha, ora ligado à circulação de vapores entre as ilhas ou entre as ilhas e o continente europeu e outros destinos. Outras vezes, o mar é referido a propósito do clima e das suas implicações na circulação dos vapores, ou ainda como o «mar da pesca», prática comum na economia da ilha.

Para João Caetano esse "mar da pesca" divide-se entre o que se estende frente a todo o litoral sul de são Jorge, da Ponta dos Rosais ao Topo, onde actuam os pescadores jorgenses e aos quais compra a família Lacerda, muitas vezes, pescado; e ao seu espaço marítimo de pesca, que corresponde praticamente à extensão visível de mar junto à costa. Esse mar das pescarias de João Caetano é conhecido e vivido intensamente, o que se prova pela micro-toponímia dos sítios privilegiados de captura.

Finalmente, e como dissemos, o mar define a circulação e a

frequência dos contactos entre diferentes pontos da ilha. A este propósito escreve João Caetano a Francisco: "Desejas saber qual o meu meio de transporte da Fragueira para a Calheta e vice-versa. Tem sido sempre por terra na mula do Sr. Gaspar [...]. Só esta vez vim por mar no meu bote pequeno porque o mar estava esplêndido. E assim continuarei por terra quando o mar estiver rabugento, por mar quando ele estiver bom" (P. 159). A adjectivação do mar, sempre que referida, traduzirá também essa relação próxima que o autor mantinha com o mar.

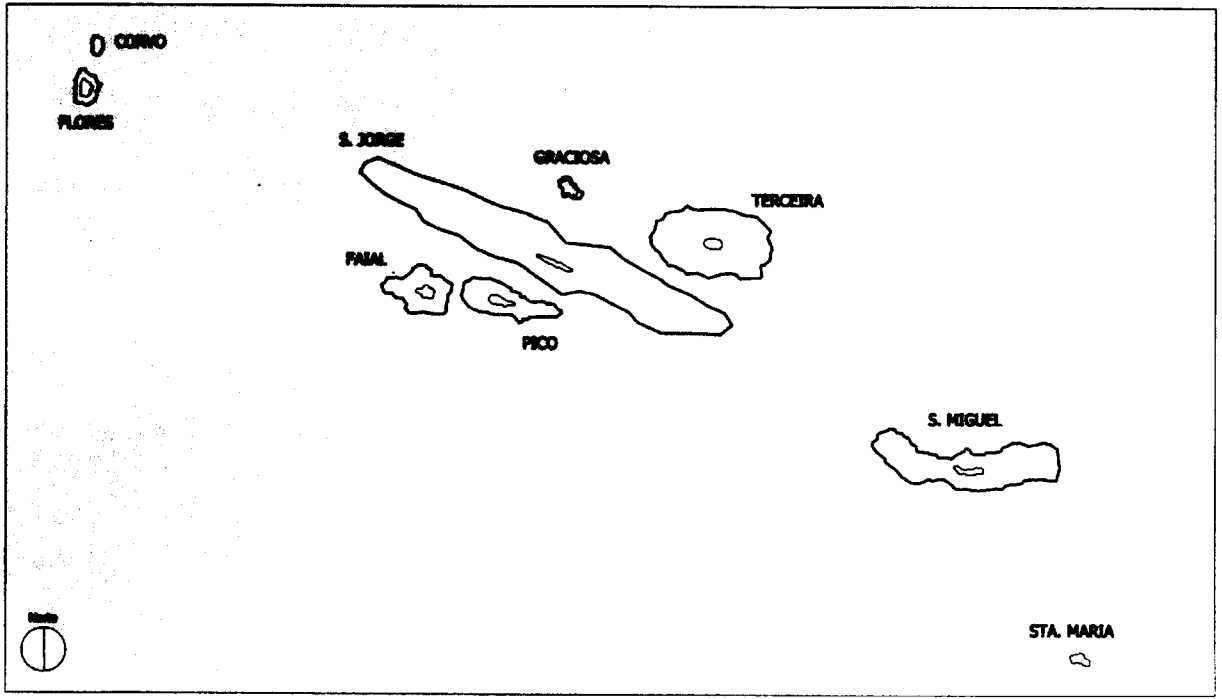
4.3. Arquipélago dos Açores

Uma bem diversa escala de análise considerada é a que respeita ao conjunto das ilhas açorianas. Naturalmente que é São Jorge a mais frequentemente referida, mas comentaremos antes alguns aspectos de conjunto neste mapa mental do autor (ver Mapa 4).

Em primeiro lugar, cerca de 2/3 das referências ao arquipélago divulgam-se através da palavra "Açores", correspondendo as restantes ao termo "Ilhas". O "Arquipélago" é referido apenas duas vezes em todo o conjunto epistolar. Curiosamente, uma delas a propósito de um boato de peste bubónica em Angra do Heroísmo que, segundo o autor, deu origem a "um pânico formidável, que também foi explorado pela política e que tem produzido graves perturbações nas relações comerciais entre as ilhas do arquipélago" (p. 254).

Em segundo lugar a divisão dos Açores em «Banda de Oeste» ou «Ilhas de Oeste», agregando o Corvo e as Flores a que se opunham, para quem está no centro, as designadas «Ilhas de Leste», São Miguel e Santa Maria. Não encontramos pois, qualquer indicação de «grupo central» por aí se encontrar o próprio comentador. A minúcia e pormenor com que João Caetano refreia a orientação, através dos pontos cardeais (utilizando mesmo os pontos sub-colaterais), a propósito do clima e dos ventos, revelam uma notável noção de posicionamento geográfico: "Dois tufões acabam de varrer esta pobre ilha (e é de crer

MAPA 4
Imagem mental do Arquipélago dos Açores na correspondência de João Caetano de Sousa e Lacerda (1899 - 1913)



Nota: Cada ilha do Arquipélago foi inicialmente reduzida a uma área de referência - unidade - correspondente a uma citação feita pelo autor. A dimensão final de cada ilha corresponde ao respectivo número de citações.

Fonte: *Cartas a Francisco de Lacerda* de João Caetano de Sousa e Lacerda, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1988.

que nas outras o mesmo sucedeu), vindo o primeiro – a 26 do corrente [Abril de 1902] – da banda do nor-noroeste e este agora do lés-nordeste, acabando de destruir o que o precedente deixara." (p. 117). Os estados de tempo e o clima são temas muito frequentes e analisados com o pormenor que se espera de um perspicaz observador ligado às actividades agrícolas e à pesca.

A ilha de São Jorge é repetidamente citada, mas apenas em duas situações João Caetano a denomina "São Jorge". Cerca de 2/3 das referências cartografadas basearam-se nos termos "aqui" e "cá", e o restante 1/3 na palavra "ilha". A mesma explicação apontada para a Fragueira lembraríamos para São Jorge: ambas encontramos no remetente das cartas que o pai envia a Francisco, a uma escala mais vasta, são o ponto de partida na troca de informações. Não deixaríamos de notar que o termo "cá" surge menos vezes a substituir a referência à ilha de São Jorge, se compararmos a sua utilização a propósito da Fragueira. A explicação poderá estar na construção formal e estilística do autor, onde surgem expressões populares e com alguma conotação regionalista ou bairrista [32].

Depois de São Jorge são frequentes as referências a São Miguel e à Terceira (cerca de 40 referências cada), quase sempre a propósito da circulação dos vapores entre as ilhas ou entre estas e o Continente, o "Peninsular", o "Açôr" ou o "Funchal" [33]. João da Silveira Avellar, na sua monografia sobre São Jorge, faz o historial dessas comunicações marítimas por vapor: "Comunica-se a ilha com a metrópole e demais ilhas do archipelago quinzenalmente, por meio de paquetes a vapor, cuja carreira começou no anno de 1857, sendo o seu porto de escala o das Velas. Ultimamente, no anno de 1892, concedeu o go-

---

[32] Escreve João Caetano a propósito da sua participação e da filha nas novenas da paróquia, enviando um exemplar dos acompanhamentos das peças de música a Francisco: "(...) é para mostrares aos senhores professores do Conservatório e s.as ex.as verem que também há por cá quem entenda da poda" (p. 30).

[33] Segundo João Caetano, a ligação entre as ilhas e o continente fazia-se de 15 em 15 dias (p. 34). Não havia carreiras regulares de vapores na primeira metade do século XIX, «na mocidade» do autor (p. 27).

verno outra escala ao porto da Calheta (...). Além d´estas carreiras há navegação de cabotagem entre as Velas, Calheta e Urzelina, com o Pico e Fayal; o Topo com a Terceira e portos do Norte com a Graciosa" [34].

São muitas as referências a contratempos e acertos das carreiras dos vapores em função, por exemplo, dos estados de tempo, facto que irrita profundamente o pai Lacerda, já que isso implica atrasos nas notícias do filho Francisco [35].

A ilha de São Miguel não é apenas citada como escala do tráfego marítimo, ela é também lembrada pelas águas termais da povoação das Furnas ou do afamado chá; enquanto a Terceira surge na correspondência através dos desastres naturais ocorridos e pela existência de surtos epidémicos. A proverbial rivalidade entre as duas ilhas é recordada por João Caetano numa das mais irónicas passagens da correspondência, a propósito da visita real aos Açores, em Agosto de 1901: "Ao falar de S. M. M. esqueceu-me dizer que a sua passagem por Angra ficou assinalada por um rasto luminoso de 'Mercês honoríficas' (...) Em S. Miguel não sei o que houve, mas esse terreno não se presta, como o de Angra, à sementeira de mercês honoríficas. Lá o que se quer é bago e fazem muito bem" (p. 80).

Quanto às ilhas do Pico e do Faial, são apenas referenciadas 14 vezes cada uma, facto estranho, se recordarmos que o pai de João Caetano era natural do Pico e nessa ilha passou o autor a infância [36]. Nem mesmo sobre o pico vulcânico encontramos qualquer notícia, e ele é presença permanente na paisagem observada de todo o litoral sul de São Jorge.

Finalmente, neste mapa mental do arquipélago de João Caetano, um reparo à ausência de qualquer referência à ilha de Sta. Maria: nem explícita nem implicitamente a ilha é evocada. A ilha não existe!

---

[34] J. da Silveira Avellar, *op. cit.*, p. 176.

[35] Era com base na carreira dos vapores que muitas vezes, carinhosamente, João Caetano se despedia com um breve "Até ao Açôr" ou "Até ao Funchal".

[36] Mas há uma etnográfica e sociológica referência: em São Jorge, "os meninos veem do Pico" (p. 302) e não de Paris e de cegonha.

4.4. Portugal Continental

O território continental do País é uma constante ao longo das cartas enviadas por João Caetano. A própria palavra «Portugal» surge apenas por 10 vezes ao longo da correspondência, mas as expressões "o nosso país" ou "este país" (num total de 12 citações) indicam que o autor considera o Portugal Continental e o Insular como um todo. Esta ideia fica reforçada com as escassas 2 referências ao "Continente" ou ao "Arquipélago".

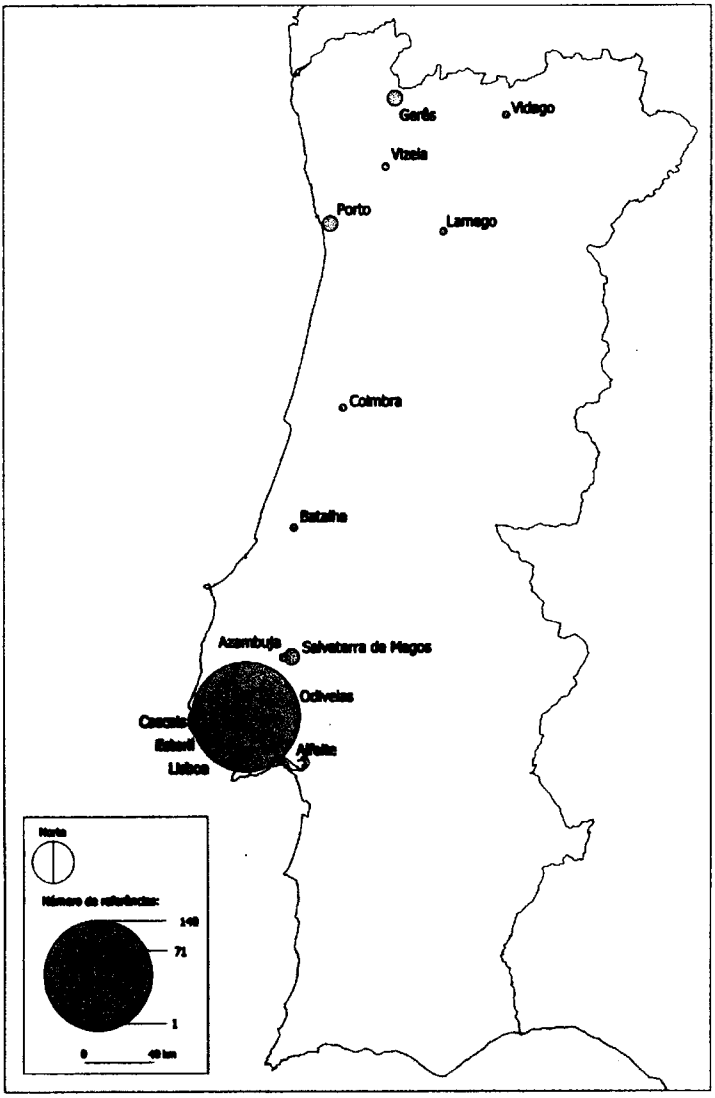
A propósito do mapa de Portugal Continental segundo João Caetano (Mapa 5), o Gerês, Vidago ou Vizela surgem associados às termas e aos cuidados de saúde, nomeadamente à "cura dos pulmões" (p. 125). Pela mesma razão é referida a ilha da Madeira, onde a filha Maricas tenta em vão restabelecer-se. Coimbra reflecte a imagem da Universidade e da vida académica. O Estoril e Cascais encontram-se associados à família e ao património imobiliário que os Lacerda ali possuíam [37].

Lisboa é naturalmente a cidade mais vezes referida. Ela é a passagem obrigatória para o "mundo" exterior aos Açores, ou para quem, vindo de fora, se dirige às ilhas. Esse papel de local de trânsito é muitas vezes recordado a propósito da circulação da correspondência. Mas, a capital é quase sempre associada à actividade política de José de Lacerda ou a subtis (mas nem sempre) e não menos vezes irónicas observações, nomeadamente sobre a classe política que se instalava com a nova República. A este propósito escreve o pai Lacerda: "Tenho procurado com todas as minh+as forças dissuadi-lo [a José] de ingerir-se na comédia que se representa em S. Bento, para a qual não lhe conheço as precisas aptidões – hipocrisia, cara deslavada, mira no próprio interesse, desprezo pelo bem deste perdido país" (p. 85).

Outro grupo visado pela acutilante escrita do autor jorgense e que engrossa o número de referências a Portugal Continental, nomea-

[37] Por morte do filho José, João Caetano era proprietário de prédios urbanos no Estoril (p. 288).

MAPA 5
Portugal Continental na correspondência de João Caetano de Sousa e Lacerda (1899 - 1913)



Fonte: Cartas a Francisco de Lacerda de João Caetano de Sousa e Lacerda, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1988.

damente a Lisboa, são os funcionários dos serviços postais. Estes são alvo de críticas incisivas de João Caetano, ligadas aos inúmeros atrasos e desvios da correspondência mantida com o filho e que, naturalmente, os afastava durante mais algum tempo. É "a pouca atenção dada às ilhas pelos alfacinhas" (p. 127). Escreve: "Há tempo o dr. Albuquerque da Graciosa recebeu uma carta procedente de Lisboa com o carimbo do correio da ilha de S. Tomé. Como se tratava de duas ilhas portuguesas os empregados postais, que são fortes em geografia, entenderam que tanto valia mandar a carta para uma, como para outra ilha." (p. 153).

4.5. Espaço internacional

Finalmente, a imagem mental mais vasta, a do Mundo segundo João Caetano (Mapa 6). O respeitado açoriano, do balcão da sua casa na Fragueira distribuía o seu conhecimento do Mundo pelo Mundo, processo reconstituível com base na correspondência que durante 12 anos manteve com o seu filho Francisco. E Francisco tem, de facto, um papel importante nesse conhecimento adquirido da «actualidade internacional», pela imprensa que enviava ao pai e pela informação do mundo que lhe fazia chegar por carta. Entre os periódicos estrangeiros citados anotámos: *La vie musical*, o *Gaulois*, *Le Matin*, *L´Aurore* e o *Journal*; entre os de Portugal Continental *O Correio de Lisboa*, *O Século*, e a revista *Arte Musical*, juntando-se a estes, os açorianos *Ilha Graciosa*, *São Jorge*, *Justiça*, *O Movimento* e o *Calhetense* [38]. É neste intenso intercâmbio de informações que nos apercebemos, por um lado, da importância assumida pelos Açores para João Caetano, e por outro, do papel da França, destino e proveniência das cartas trocadas [39].

---

[38] Segundo J. Bethencourt da Câmara, João Caetano escreveu para *O Jorgense* e *O Velense*, ambos de São Jorge, para *O Telégrafo* e *O Insular* da ilha do Faial, e ainda para o *Actualidades* de Lisboa. A colectânea de prosa jornalística coordenada por Jorge Bruno recolhe textos de outros periódicos como o *Insulano*, o *Eco Jorgense*, o *Justiça* e *O Desinfectante* (*op. cit.*).

[39] João chega a afirmar estar "mais ignorante acerca de Lisboa do que Paris" (p. 114).

MAPA 6

O Mundo na correspondência de João Caetano de Sousa e Lacerda (1899 - 1913)

Fonte: *Cartas a Francisco de Lacerda* de João Caetano de Sousa e Lacerda, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1988.

Paris, lugar de residência de Francisco, é referido por João Caetano de forma depreciativa. Muitas vezes «Paris» é substituído pelo termo "ai", colocando a capital francesa bem mais próxima do que na realidade se encontrava. E, de facto, assim era, como resultado das muitas notícias recebidas e dos jornais que chegavam. Afinal, a cidade muitas vezes insultada pelo pai, acolhia o filho e era *o palco* da sua brilhante carreira como músico. São frequentes as ironias de João Caetano sobre Paris, quase sempre ridicularizando ou criticando negativamente esse espaço: "essa moderna Babilónia" (p. 42). "enorme e medonha fornalha que se chama Paris" (p. 84) ou "vida clausurada dessa nojenta Paris" (p. 253). Pelo contrário, quando se refere à cidade que reconhece e projecta a vida artística do filho, João Lacerda altera o discurso, tecendo mesmo alguns elogios: "Ora depois da consagração que Paris – isto é, o cérebro do mundo – tem dado aos teus concertos não me parece que tenhas direito a duvidar do teu triunfo naquela imensa capital" (p. 202). Paris era, assim, um prolongamento do espaço de vivência de João Caetano, projectado nas realizações de Francisco Lacerda. Contudo, Paris não é a França e às referências à capital somam-se os lugares de veraneio ou as cidades onde o maestro rege aplaudidos concertos. A importância de França aumenta no mapa.

Mas também outros países da Europa figuram na correspondência nem sempre por agradáveis razões: a Alemanha e a Suíça, por exemplo, são frequentemente citadas a propósito dos locais de tratamento médico, já que em poucos anos, a tuberculose vitimou vários elementos da família Lacerda.

Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos da América são uma referência recorrente para João Lacerda, explicável pelo importante fenómeno migratório registado entre as ilhas açorianas e aquele país (e o Canadá), para onde viajavam ou de onde regressavam amigos e família [40]. Como acontecia em Portugal Continental, também nos

[40] A estreita ligação entre as ilhas açorianas e o continente norte-americano é atestada em várias passagens da correspondência quando, por exemplo, João Caetano reclama do atraso das cartas que enviava para Paris, explicado por estas se juntarem "ao grosso para lá [América] enviado" (p. 41).

Açores, ainda em 1910, uma das principais razões de emigrar era, uma vez mais, a fome. Conta João Caetano a Francisco: "Em um ano estéril, em que as povoações do Pico se sustentaram de bolo feito de raiz de feto mandou ele [Carlos Dabney] ao filho estabelecido em Boston, um pedaço do dito bolo, para que promovesse uma subscrição, cujo líquido deveria ser empregado na compra de milho. O filho convidou os seus amigos para um jantar. Na mesa figurava um prato coberto, que somente no fim do jantar foi descoberto e apresentado aos convidados. 'É deste alimento, disse o anfitrião, que se estão sustentando os habitantes do Pico!' A vários dos convidados rebentaram as lágrimas e um deles tirou da sua carteira um vale de 800 dólares que ofereceu (...) Alguma coisa parecida com isto, é que agora se queria, mas..." (p. 281).

5. O último porto

A elasticidade geográfica de João Lacerda é notável na abordagem dos mais diversos assuntos, das escalas de maior pormenor às escalas planetárias, ora referindo-se à forma como deverá restaurar a casa ou reestruturar os seus prédios agrícolas, ora discutindo o Canal do Panamá, os problemas políticos da França ou os males do mundo, terramotos, ciclones, incêndios e guerras. As notícias às vezes tardam porque foram "dar um passeio pelos antípodas" (p. 127).

Em carta datada de 13 de Abril de 1902 escrevia o pai Lacerda ao filho Francisco, a propósito dos êxitos políticos do irmão José, de permeio com as últimas novidades familiares e agrícolas: "Fomos eu e tua mãe ficar à Fajã para irmos hoje à missa e em certas paragens do caminho foi-nos preciso esperar para podermos passar sem perigo. Hoje é que amanheceu um dia esplêndido – o primeiro dia bom desta primavera.

Felizmente não houve prejuízos nas batatas que agora estão apenas saindo da terra, mas algum cacho-de-uvas nascido, isso foi-se de vez.

Já deves saber da boa estreia de José no Parlamento. Com certo espanto seu – diz ele – obteve calorosos aplausos e uma sincera saudação da parte do Hintze, que não usa responder a novatos.

Pela minha parte acho o facto naturalíssimo. A exposição versou sobre melhoramentos açorianos particularmente atinentes ao distrito de Angra. Pôs-se em relevo a situação geográfica das ilhas e o importantíssimo papel que estão destinadas a representar, quando se realizarem rápidas comunicações da Europa com o continente americano e com o Oriente, concluída que seja a travessia do Atlântico para o Pacífico pela abertura do Panamá: a necessidade de farolizar as costas e melhorar os portos de escala que serão para os Açores outras tantas fontes de riqueza. Ora a importância e novidade do assunto, exposto com convicção e isento da palavra pretensiosa, era natural - repito eu - que cativasse a atenção da Câmara, onde as mais das vezes se desperdiça o tempo em frívolas discussões, com mais dispêndio de retóricas, do que proveito do país" (p. 115).

João Caetano de Sousa e Lacerda é um interessado pelas geografias dos lugares, aproveitando as viagens do filho Francisco para conhecer melhor os sítios onde nunca esteve. Pede a propósito de Baule: "(...) dá-me também uma ideia da topografia do lugar" (p. 181). O seu conhecimento livresco dos lugares e dos países é grande, quando chega a sugerir alguns sítios de interesse, que proporcionariam agradáveis estadas, nas viagens que Francisco faz na Europa (p. 37).

Mas as distorções dos mapas mentais surgem claramente com base na correspondência de João Lacerda. As distâncias geográficas, quer em termos absolutos, quer em termos relativos (face ao tempo, dificuldade do percurso etc.) são alteradas por defeito ou por excesso, o que se explica muitas vezes por ligações afectivas ou estados de espírito. Os sentimentos aproximam ou distanciam dos lugares.

Na nossa leitura geográfica registámos também um outro particular espaço para João Lacerda. O autor tem sempre presente um outro mundo, com uma forte carga sobrenatural e que entra em confronto com o mundo real terreno. É um mundo para ele desconheci-

do, mas ao qual se refere cada vez com maior frequência à medida que avança na idade e a vida lhe traz muitos dissabores e problemas de saúde[41]. A propósito do «outro mundo» João Lacerda diz: "a nossa verdadeira pátria não é aqui" (p. 248) ou refere-se à " viagem para o misterioso país" (p. 291).

Depois da morte da filha, e perante a possibilidade de não voltar a reunir a família, o centro das suas atenções, as referências geográficas primam pela ausência e tornam-se mais fortes as divagações recheadas de amargura, desalento, mágoa, conformismo e muitas referências religiosas. Pede ainda a Francisco alguns romances históricos. Assim vou enganando estas medonhas noites intermináveis" e "correndo aceleradamente para o porto, que não está longe". Seria um porto semelhante ao da Fragueira o que o esperava.

Porto, Janeiro de 2000

[41] Já em Maio de 1901, João Caetano relatava a Francisco o seu regime alimentar: "Não como carne, nem peixes de coiro, nem salgados. As minhas refeições compõem-se de leite, ovos, chá, hortaliças, batatas. Café - de que muito gosto, raríssimas vezes" (p. 70).

Açorianos para o Sul do Brasil

F. Riopardense de Macedo

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido em Lisboa e nos Açores, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, reuniu centenas de informações adicionais ao estudo que vínhamos fazendo com a documentação local, que proporcionaram alguns artigos relacionados com a colonização açoriana, tanto no sentido de complementação como no de correcção de interpretação. Antes mesmo de retornar ao Brasil já começávamos a publicá-los.

Resultou daí um acervo abordando vários aspectos da cultura açoriana percebidos por um brasileiro estudioso dela, que propiciaria a composição de unidades objectivas em sua interpretação. Música, dança, culinária, arquitectura, linguagem, tudo se ligando à história do Rio Grande do Sul, província mais meridional do Brasil, marcando valores humanos que qualificam comunidades irmãs.

Destacamos a viagem, o que foi de problemas e angústias sofridas pelos colonizadores ilhéus no transporte à nova conquista lusitana.

A vinda deles, na primeira metade do século XVIII, não resultou de uma iniciativa específica. Depois da grande emigração do século

anterior para o Maranhão, o interesse aumentou, mas a ocupação do sul tinha a limitação do Tratado de Tordesilhas (1493): não poderia ser mais ocidental que o meridiano da ilha de Santa Catarina.

Mas Portugal já desrespeitava aquele tratado quando instalou a Colónia de Sacramento na margem esquerda do rio da Prata, em 1680, o que determinou longa luta entre os súbditos das duas potências ibéricas. Foi só em 1750 que Alexandre de Gusmão propôs o famoso Tratado de Madrid pelo qual Portugal entregava a Colónia do Sacramento e recebia a área das Missões Jesuíticas. Para a ocupação desta é que foram chamados os açorianos, já chegados na ilha de Santa Catarina, limite da linha de Tordesilhas.

O conjunto de matéria redigida quando visitávamos Portugal e, especialmente, os Açores, facilita a escolha mais adequada para dizer, com propriedade, o quanto deve àquele povo o Rio Grande do Sul, província mais meridional do Brasíl. Documentos daqui e documentos de lá, numa cidade que se prepara para recebê-los, o drama de uma viagem organizada e realizada com extrema avareza, a produção e devoção dos vencedores...

Outros sistemas de pontuação com o material então colhido poderia proporcionar novas unidades, mas acreditamos que o relacionado aqui permite a visão clara do que pretendemos seja a mais sincera.

1.0 – SURGIMENTO DA VILA

Pois as "mozuelas" a que se refere Silva Pais na correspondência de 1738 ao seu sucessor André Ribeiro Coutinho, foram muito desenvoltas no Presídio do Rio Grande. Logo "encontraram estado" como pretendiam os responsáveis pelo crescimento da população. Sobre elas, mais tarde, o mesmo Silva Pais volta a referir-se.

Em documento que microfilmámos na Biblioteca Pública de Évora (Portugal) diz ele: "... nem houve sezões nem febres malignas, e as mulheres que eu tinha mandado do Rio, as mais corridas e Galicadas, sem cura melhoraram e pariram quase todas".

O tom do informante talvez seja rude para os leitores que não se coloquem na contingência dos povoadores portugueses do século XVIII. Era-lhes presente, sempre, a necessidade de aumentar o número de cabeças em cada fundação que aventuravam. A vinda dos açorianos logo depois, a abolição da escravatura dos índios, no norte, e a concessão de privilégios aos que casassem com índias, sugerida pelo Marquês de Pombal, são prova disso. Mas naqueles começos do Rio Grande só o que ocorreu a Silva Pais foi mandar mulheres para reproduzirem, e a formulação dos resultados, embora assemelhe a de um criador de gado ou galinhas, tem a marca da euforia pelo sucesso: "pariram quase todas"(!)

Muito tempo se passaria até à chegada dos açorianos que viria dar novo alento à povoação. No entanto, a correspondência citada (doc. de Évora) já regista o resultado do trabalho em agricultura e as providências tomadas para o abastecimento dos moradores. Difícil imaginar a feição urbana, a paisagem da nucleação, sem um documento cartográfico que mostre a disposição das casas e dos órgãos públicos, dos logradouros e da sua rede.

Conhecíamos a primeira planta da entrada da lagoa correspondente aos primeiros meses de existência do Presídio. As fortificações, os projectos de ocupação definitiva, as barracas de provisões, etc. Mas nela não se mostrava nenhum aspecto do "traçado" urbano. Por feliz acaso vamos encontrar na Sociedade de Geografia de Lisboa o documento capaz disto, inédito também para os portugueses que, até a data de nossa visita, não o haviam identificado.

Vejamos: Cota (código): 2-H-19. Autor anónimo. Sem título nem data. Para que a Sociedade de Geografia de Lisboa se convencesse de nossa identificação o comparamos com a planta de cota 3-G-40 do mesmo arquivo, já identificada. Formato ap. 30 por 40 centímetros. Aquarelada em amarelo queimado, azul e vermelho.

O desenho, de saborosa ingenuidade, dá grande número de informações usando processos gráficos primários que, de certo modo, facilitam mais a interpretação do que se empregassem as convenções

hoje em vigor. As construções são representadas rebatidas, delas se toma conhecimento através de suas fachadas. Os letreiros que as definem bem como aos outros elementos graficados são explícitos e nos levam, pouco a pouco, a entender os motivos que levaram à elaboração do documento.

Grande parte representa cômoros de areia em torno dos quais são indicados pântanos (canto superior esquerdo), instalações d'El Rey (canto inferior esquerdo) e Rocio, ao lado direito. Este Rocio tem dois sentidos: pode ser entendido como logradouro público e como roça antiga transformada em capinzal. Parece que, no caso, o espaço representado seria uma e outra coisa. Uma roça antiga na parte superior, cercada de algumas casinhas e, no trecho inferior, seria o logradouro público principal. Esta última utilização é revelada por duas legendas: praça e pelourinho, peças inseparáveis na estrutura urbana da época. Praça era lugar de reuniões, de encontros, onde a população recebia avisos da administração, tomava conhecimento dos alvarás régios e mantinha a necessária vida de relação. Pelourinho era uma coluna de madeira ou pedra, encimada pelo brasão real ou símbolo da autoridade. Usado para expor os condenados à execração pública e afixar avisos estabelecendo a relação entre a administração e o povo. Tudo isto está a nos indicar um centro urbano. Perto um moinho de vento. Não estaria o desenhista indicando como Rocio a área que depois seria a actual Praça Tamandaré?

No canto inferior direito estão grupadas as instalações relacionadas com a Fazenda: trapiches, "armazém d'El Rey" e "Olaria d'El Rey", próximo desta o Hospital e na margem dos pântanos grupos de casas em linha. Os dois primeiros, um de seis e outro de oito, estão sob o título "Casinhas de Ilhéus pert. arrabalde da Villa". Cada grupo inclui um terreno próprio.

Quase todas as casas têm o mesmo destino, "Casinha de Ilhéus", inclusivé um dos grupos da parte superior da planta, com açougue e curral. Entre este e o anterior, o armazém da pólvora com a guarda.

No litoral do "Rio que segue a Villa" grande número de quarteirões ligam os trapiches com o pelourinho marcados com a letra Q e no canto inferior direito uma explicação: "Plano da Villa que demarca pelas quadras letra Q, habitação de Ilhéus Vizinhos". Um destes quarteirões já tem uma casa e em dois deles estão indicadas igrejas.

Parece ficar clara, com tais indicações, a época de elaboração deste curioso projecto de loteamento e a razão dele. Já haviam chegado os primeiros ilhéus açorianos (1746-8) e esperavam que chegassem outros. Os primeiros, em grupos, talvez formados em função da ilha açoriana de origem, haviam-se instalado para a constituição de chácaras colectivas, entre a areia e o pântano. Os que chegassem depois deveriam encontrar um arruamento disciplinado, com alinhamentos bem feitos, à beira d'água, desde o trapiche até o pelourinho.

2.0 – O TRANSPORTE

2.1 – Açorianos para o Brasil

Pouco se tem falado nas dificuldades que afligiram os ilhéus açorianos nos primeiros anos em que aqui viveram. Alguns autores chegam mesmo a esquecer que aqueles agricultores passaram neste "Porto de Viamão" vinte anos sem receberem terra, na espera da viagem para Rio Pardo, plantando em áreas que não lhes pertenciam ou se instalando às margens do Jacuí para fazerem o mesmo em territórios que, depois, foram chamados Santo Amaro, Triunfo, Taquari...

Mas o padecimento delès teve início muitos anos antes. O esforço da monarquia portuguesa para colonizar a área ao sul da ilha de Santa Catarina não era amparado em bases económicas apropriadas ou, àquela promoção não interessava dispensar as importâncias

adequadas. Todos sabem que naquela época Portugal ainda nutria esperanças nos resultados económicos das suas colónias da Índia e reservava pouca atenção para o Brasil.

Diferente foi o tratamento dispensado aos colonos de outras nacionalidades que aqui chegaram no século seguinte. Os alemães, amparados por D. Leopoldina, logo receberam terras, ferramentas e instalações que pertenceram à Real Feitoria do Linho Cânhamo. Os italianos, na segunda metade daquela centúria, encontraram gentes e bichos para deles disporem e com eles se fixarem.

Os documentos que encontramos em Lisboa, especialmente no Arquivo Ultramarino, quando sequenciados, nos permitem flashes nítidos de etapas da convocação e do transporte dos açorianos até Santa Catarina. Promessas. Esperanças. Desilusões. Foram tantas e de tal monta que nos admiramos até de que seja aquela mesma gente que deu ao Rio Grande a maior produção de trigo do Brasil na primeira década do século XIX, depois de, com sua energia e bravura, contribuírem na fixação das fronteiras meridionais.

Mas não só para o Rio Grande eles vieram. Também foram para o norte do país e, os primeiros, possivelmente, teriam ido da ilha do Pico após a erupção do grande vulcão em 1718. Talvez mais de um grupo tenha, então, se transportado para o Maranhão, pois o folclore guarda trágica lembrança de uma das viagens. "Sanmacaio" ou "Samacaio" é uma canção e um bailado típico, semelhante à chula do Minho (norte de Portugal). O nome, segundo o folclorista César das Neves, seria uma corruptela de São Macário (nome de um navio) e tanto o bailado como a canção seriam conhecidos nas ilhas Terceira, São Jorge, São Miguel e Flores. O Padre José Luiz de Fraga diz que também o eram no Faial e Pico. Uma das quadras refere-se ao naufrágio:

San Macaio, San Macaio deu à costa
Ai! deu à costa
Nos Baixos do Maranhão

Toda a gente, toda a gente se salvou
Ai! Se salvou
Só o San Macaio não.

Na verdade D. João V, o opulento monarca, cuja mania de grandeza canalizava o ouro do Brasil para as maiores metrópoles da Europa, não pensava em proporcionar melhores condições de transporte aos seus vassalos, desejosos de povoar a colónia que favorecia ostentação ímpar no velho continente. Durante grande parte da formação do Rio Grande do Sul (até o Tratado de Madrid) Portugal foi governado por este Monarca e, apesar dele, portugueses e brasileiros, irmanados neste extremo sul do Brasil, traçaram páginas heróicas na consolidação de nossas fronteiras.

Pois foi nos anos que precederam o Tratado de Madrid que a colonização açoriana passou a ser encaminhada para o sul, embora muitos anos antes já o Conselho Ultramarino tratasse do assunto formulando consultas ao rei. E, por absurdo que pareça, com todo o ouro daqui seguido, cogitavam de um empréstimo para financiar o transporte de 1760 "pessoas da ilha do Pico que se oferecerão a hir povoar a Terra do Brasil". O problema era saber, em 20 de Outubro de 1723, se o rei concordava no pagamento do juro de cinco por cento "aos que quiserem ajustar o dito transporte".

Antes desta época já António Bettencourt da Silveira, em face de uma carta do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, havia convocado os habitantes da ilha do Pico para se alistarem com suas famílias, voluntários, todos os que "se quisessem passar para as partes do Brasil". Em verdade esta convocação, noticiada em carta de 5 de Julho de 1722, embora abrisse esperanças "para os miseráveis pobres desta ilha" não correspondeu à viagem desejada pelos açorianos daquele lugar. Pode-se mesmo afirmar que muitos anos passariam sem verem realizadas suas pretensões. O que foi de penúria e sofrimento, então, é o que se explicará.

2.2 – Mortos em viagem

No ano seguinte o Conselho Ultramarino já possuía mais elementos para propor o empréstimo que a Corte desejava a fim de transportar os açorianos ao Brasil. Parece que neste meio tempo o rei havia concordado com o empréstimo a juros de cinco por cento. Tratava-se, pois, do montante da empresa e de alguns detalhes de menor significação. Mesmo assim, para entusiasmar o monarca, uma formulação das vantagens se apresentava constando dos itens básicos de maior destaque. Diziam que "reconheciam útil e necessário em esta gente (hir) não somente pelo que convém ao serviço de V. M entre maior número de vassalos em suas conquistas" e acrescentam, também, a conveniência para "a sua real Fazenda pelo comércio que a isto lhe pode resultar". Finalmente diziam – e parece que esta seria a razão mais importante – que (as pessoas) "ajudam muito a defesa das partes".

Na verdade esta argumentação final do documento era necessária. Tentava o Conselho conseguir trezentos mil cruzados de empréstimo pagando aquele juro que importava em dezoito contos de réis (taxas e comissões já estariam incluídos) e sugeria que tudo fosse extraído das rendas Reais das Capitanias do Brasil. Mas não estava sendo fácil consegui-lo, apesar de todas as seguranças que ofereciam aos investidores, e confessavam que já ia "espairecendo-se a esperança de tomar-lhe o tempo presente por maiores e mais eficazes diligências que se firme..."

Naquela oportunidade pretendiam transportar 1660 pessoas da ilha do Pico para o Brasil.

Tudo faz crer que as dificuldades para realizar o transporte continuaram por muito tempo porque, no documento seguinte, vinte anos depois, o rei fazia um acordo com Feliciano Velho Oldenberg que não era dos mais convenientes aos açorianos.

Este senhor, parece, seria pessoa de excelentes relações com o monarca. Os documentos provam isto e, se não bastassem, ainda

havia o facto de ter mais tarde recebido o privilégio do comércio com as Índias o que, evidentemente, representava um negócio fabuloso. Mas, naquele dia 27 de Junho de 1744, o privilégio concedido não era dos maiores e, em troca, a prestação de serviços não era daquelas que o contratador do tabaco aceitasse de bom grado. Mas aceitou.

Em poucas palavras explica-se este acordo. Feliciano Velho Oldenberg, contratador do tabaco, reclamava que o consumo nas ilhas era pequeno e que o pagamento feito em letras, muitas vezes protestadas, lhe atrasava os negócios e lhe impedia de pagar à Real Fazenda as "mezadas e quartéis" de sua obrigação. Por isso pedia autorização para receber em pagamento géneros das ditas ilhas e licença para negociá-los no Brasil, com exclusividade. Um grande negócio para o esperto negociante, que ficaria, então, com parte do privilégio da Coroa, ao menos no que diz respeito à exclusividade do comércio com a grande colónia da América. Disto se apercebeu o monarca que aproveitou a oportunidade para encaminhar a solução de um dos seus problemas e exigiu, em troca da concessão, o transporte feito, às custas do solicitante, de um casal das ilhas para o Brasil "por cada cem toneladas" de carga que delas transportasse. Prevendo alguma compensação extraordinária por parte do comerciante, o rei exigia dele a "declaração de não alterar os preços costumados das Fazendas que levar de outros particulares, nem voltar senão em corpo de frota em direitura para o Reyno".

Este acordo deve ter durado uns três anos durante os quais Feliciano Velho Oldenberg soube aproveitar muito bem o liberalismo do "Fidelíssimo", possivelmente com o sacrifício dos ilhéus que transportava. Apesar do número destes ser pequeno, porque os navios deslocavam apenas 250 toneladas, era grande o número dos que morriam em viagem.

É isto que se intui do seu requerimento de Março de 1747, no qual apresenta queixa dos que o receberam no Brasil. Diz que sua última viagem, feita com os navios San Thiago, S. Anna e Almas "nele se embarcarão os cazaes correspondentes a sua lotação e no

caminho o transporte delles a irem morrendo as mulheres e a outros os maridos de sorte que quando o dito navio chegou ao Brasil somente era um casal inteiramente salvo e vivo...

Pela redacção do documento percebe-se que naquela viagem foram quinze (15) casais. Isto quer dizer que catorze haviam morrido. Mas F. V. Oldenberg nem por isso aceita que o General exigisse que "se lh'o intere o número de casais que se tinham embarcado, levando--lhe outros em recompensa dos que por morte lhe foram desanexos". A ele não importava que a colónia americana precisasse de braços e muito menos se compadecia da sorte dos emigrantes açorianos. Preso à letra do seu contrato dispõe-se a não arredar pé dela e argumenta que "só lhe cabe o encargo de os levar nos mesmos navios de licença e tanto que neles se embarcam não lhe corre o risco de se perderem ou morrerem no mar". E conclui dizendo que a sua obrigação é de entregar no Brasil os que chegarem vivos não lhe cabendo outro compromisso pelos que se perderem ou morrerem na viagem.

Eram frequentes dramas como o havido nos três navios a que se refere este documento, porque dois meses depois, volta Feliciano Velho Oldengerg à presença do rei pedindo para não castigar o capitão de outro navio que levou casais e que ficou preso (o navio) por ter chegado com "algum" casal morto. Na verdade este "algum" com pretensão de singular, era na verdade, um conjunto de casais. De outra forma, não teria o governador do Rio de Janeiro tomado tão decisiva posição contra o responsável pelo transporte. O contratador, além de pedir a liberação do navio, pede que não seja castigado o capitão, dizendo que este "não tem maior obrigação pelo recebimento que fez dos casais, do que tem qualquer depositário de juízo que o é da cousa vivente, o qual pela morte do depositado fica desobrigado de dar contas..."

Até ali ficou a defesa do capitão e de sua empresa. Mas logo depois ocorre-lhe uma comparação denunciadora da falta de preocupação com a sorte dos ilhéus. Afirma que também os "fiéis carcereiros não têm de dar conta dos presos quando ocorre a morte de alguns deles".

Finalmente pede outra vez que nada seja feito contra o capitão e que neste sentido fosse expedida ordem ao Governador do Rio de Janeiro, o que dá a entender que não só o navio mas também o responsável pelo mesmo, teriam ficado presos no Brasil.

O despacho, datado de 4 de Maio de 1747, determina que não "se proceda contra o capitão"!

O episódio tornara-se comum. Nem os transportadores nem o reino cuidavam da segurança do transporte. Tornara-se moda transportá-los como carga e quanto mais barato, melhor. De graça, se possível. A experiência de tantos desastres não se tornara ensinamento.

2.3 – Transporte oficial

Os frequentes dramas vividos pelos açorianos no seu transporte para o Brasil não chegaram a sensibilizar os contratadores nem os arrendatários de embarcações que os traziam como carga, em função dela e a ela misturados.

Três meses depois do último desastre, um morador da ilha Terceira oferece-se ao Conselho para transportar ilhéus ao preço de 16 mil réis, sem distinguir idades mas livre de quaisquer restrições, inclusive a de comerciar no Brasil. A oferta não é aceite alegando o Conselho que, além das exigências nela contidas, nada era dito sobre a capacidade dos navios, mas mesmo assim se propõe convocar os moradores para a viagem e sugere que fosse pago 16 mil réis pelos que tivessem de sete anos para cima e a metade, daquela idade até os três anos.

A viagem seria directa para o Rio e dali para a Ilha de Santa Catarina. Pequena embarcação para isto cobrava dez mil réis (?), importância muito elevada que o Conselho sugeria eliminar concedendo ao proprietário do barco permissão para comerciar no Rio de Janeiro. E, no final, parece incluir a concessão também para obter vantagem no preço do transporte dos próprios açorianos, quando diz "por não se considerar nisto inconveniente algum para o comércio e

mediante esta concessão se espera que poderá achar-se embarcação por mui diminuto preço quando não seja de graça".

Percebe-se que a concessão de comerciar no Brasil era a constante nas vantagens oferecidas aos proprietários ou arrendatários de barcos. Vantagem tão grande que poderia, até, dispensar qualquer pagamento. No entanto, para o comerciante aquilo era uma carga pela qual não se interessava, aceita somente para a obtenção do privilégio, e quanto mais cedo deixasse de existir, durante a viagem, menos despesa lhe causaria. As experiências anteriores mostraram ao Conselho que era demasiado o número dos mortos durante a travessia e, então, para se assegurar de melhor tratamento aos emigrantes, propunha que a metade do preço fosse paga ao embarcar, mediante fiança, e a outra metade no Rio de Janeiro.

Naquele ano terminaria o transporte feito através destas concessões. Ou porque os antecedentes desta prática os tinham ensinado a inconveniência de permanecer nela, ou porque a colonizacão do Rio Grande do Sul estava a exigir cada vez mais urgentemente casais capazes de assegurar sua posse, o facto é que em 31 de Agosto o rei manda transportar, à custa da Real Fazenda, os "que quiserem ir estabelecer no Brasil". Mas, do lado de lá as preocupações acima apontadas não seriam as mais sentidas. O documento diz, em seu preâmbulo, que do transporte resultaria "às ditas ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem".

Talvez tenha sido esta formulação a responsável por se dizer que àquela época os Açores estavam superpovoados. É uma afirmação que os intelectuais daquelas ilhas, hoje, não aceitam, argumentando que actualmente a população é muito maior e os males da concentração não chegam àquela gravidade. O facto é que o "morgadio", espécie de latifúndio institucionalizado, absorvia as terras úteis não produzindo tudo aquilo de que elas eram capazes. O "morgadio" só foi extinto no início do século XIX.

O documento convocatório fixava a idade máxima de 40 anos

para os homens e de 30 para as mulheres; estabelecia ajuda de custo correspondente a cada idade, prometia ferramentas e, a cada casal, um quarto de légua em quadro. Vislumbrava-se a intenção de reduzir a pressão demográfica em Portugal quando são estendidas as mesmas vantagens "aos casais naturais das Ilhas que quiserem ir deste Reino (por se acharem nele)", e aos estrangeiros "que não forem vassalos de Soberanos que tenham domínios na América e que possam passar-se".

A convocação incluía os artífices prometendo-lhes "ajuda de custo conforme os requisitos que tiverem".

Talvez ela não fosse tardia para os interesses do Rio Grande, mas para os dos ilhéus era, porque de há muito aguardavam a viagem, tantas vezes prometida durante vinte e cinco anos. Em várias ilhas milhares de moradores haviam-se alistado para se transportarem à ilha de Santa Catarina e muitos começaram a pressionar o rei para lhes dar o transporte prometido. A situação era desesperadora. O teor das representações era dramático. Nas ilhas do Faial e Pico, por exemplo, estavam alistadas 9.000 pessoas, que há dois anos esperavam transporte e por isso haviam vendido seus bens e durante o tempo de espera consumiram o produto da venda. A queixa, datada de 6 de Setembro de 1747, incluía também os moradores das ilhas de São Jorge e Graciosa que estariam nas mesmas condições e pedem que fosse a estas também enviado um navio para o mesmo fim. Pelo documento descobre-se que a ilha mais agraciada com a atenção dos transportadores era a Terceira à qual já teriam ido cinco navios.

Mas a convocação oficial e geral, com todas as promessas acima relacionadas, deu uma nova orientação para o transporte dos açorianos. Daquele momento em diante seria tratado um transporte pago pela Coroa e os interessados poriam preço por cabeça em função das idades e das rações (alimentação) correspondentes. O transporte "de favor" como carga dos navios que iam comerciar no Brasil seria coisa do passado. No fim do ano de 1747, ou começo do seguinte (não foi possível precisar a data do documento), era posta em

arrematação "o transporte dos Cazaes das Ilhas à de Santa Catarina". Foi proposto um preço com ração inteira para os que tivessem de catorze anos para cima, desta idade até sete pagariam a metade do preço e receberiam a ração na mesma proporção, e de sete até três anos de idade "pela terça parte de uma e outra couza".

Houve um só lançador que se propôs ao transporte por 60 mil réis por cabeça para os maiores de sete anos de idade e a metade para os menores.

Foi então que o Conselho propôs a Vasco Lourenço Velloso que fretasse o navio de que era "administrador em que poderiam ir 400 pessoas pagando o dito Conselho os Serviços e as Rações". Vasco Velloso aceitou o transporte por 40 cruzados e o Conselho concluiu que, desta forma, com o que teria de pagar pelas rações, o preço seria os mesmos 60 cruzados que havia rejeitado. Nesta ocasião entra Feliciano Velho Oldenberg com a sua proposta.

2.4 – Dramática viagem

Imagina-se a posição do esperto Feliciano Velho Oldenberg na reunião para arrematação dos transportes dos açorianos no Brasil, em que cada um punha preço ou imaginava pô-lo sobre a cabeça dos ilhéus. Macabro leilão em face dos dramas até então conhecidos. Triste, também, pela discussão do preço e da quantidade de mantimentos que se propunham a dar, conforme a idade dos transportados.

Esperou que botassem preços. Calmamente esperava a oportunidade de entrar no negócio. Quando verificaram que o transporte por conta do governo sairia praticamente pelo mesmo preço do candidato que aparecera, Feliciano Velho Oldenberg colocou-se entre o Conselho e o candidato, oferecendo preço menor do que o deste, com a condição de que não fossem aceites outros lances, liquidava, assim, o concorrente, e punha o governo em xeque. Seu preço foi de 40 cruzados para os maiores de sete anos e da metade para os menores

até três anos de idade. Nestas condições teria transportado logo 400 pessoas e, na ocasião, o Conselho ficou satisfeito porque aquele fora o preço ajustado 25 anos antes, apenas com a diferença de que, então, não se fazia diferença de idades e permitia-se levar géneros nas embarcações.

No entanto, esta satisfação durou pouco. O contratador queria assegurar o transporte de grande número de pessoas, mas o Conselho tinha esperança de conseguir ainda preço mais baixo. Por isso, dirige-se ao rei dizendo que, enquanto isso, fosse permitido àquele senhor o transporte de 1.000 pessoas dos "que consta estarem com algum descomodo".

Na verdade o "descomodo" era muito grande, como se pode ver de duas representações dos moradores da Vila das Velas, Ilha de São Jorge. Na primeira dizem eles que em número de três mil alistados para viajarem a Santa Catarina, achavam-se em miserável estado por terem vendido todos os seus bens para pagarem as dívidas e estavam esperando embarcação há dois anos. Calcula-se o desespero em que estavam aqueles pobres imigrantes pela confissão alinhada em seguida. Imagine-se que estariam acampados ou amontoados como ficam nossos nordestinos de hoje quando empreendem a grande viagem a São Paulo em busca de trabalho e saúde. Todo o tipo de preocupações os angustiava no dia a dia da espera que não tinha mais fim. Num trecho do documento dizem que:

> "se acham com suas famílias no mais miserável estado que se pode considerar por não terem do que viver" e mais adiante vai a declaração que, na certa, teriam preferido não fazer: "se deve atender ao grande perigo iminente do género feminino e mães e filhas do pecado da incontinência". Percebe-se logo a razão desta "incontinência" porque o declarante fala, também, do perigo de "uns e outros furtarem para se nutrirem".

Após a pintura deste quadro a "Representaçam" pede que o Rei

se dignasse a mandar pôr em arrematação o transporte deles e enviasse urgentemente ao porto da Vila das Velas (Ilha de São Jorge), quatro navios, pois era gente pobre que não tinha condições de pagar seu transporte, e determinasse ao Capitão Manuel da Silveira e Souza o embarque dos "de maior indigência como V.g. os que venderam os seus bens e não têm já do que viver".

A segunda representação dos moradores da mesma ilha é redigida em tom mais suplicante sem, no entanto, colocar a degradação que se esboçava pela pressão da miséria. Deixam entrever seu desgosto pela injustiça de que eram vítimas, sempre preteridos em favor da ilha Terceira, que já mandara "gente inútil assim para a laboração das terras como demais exemplos..." em lugar deles "suplicantes e suas mulheres gente de limpo sangue, oficiais de todos os oficios lavradores peritos e todos incansáveis no trabalho o que tudo se deve respeitar e atender."

Não seria aquela a primeira nem a última vez que os moradores das outras ilhas se queixavam da preferência dada aos da Terceira. Mas tudo se compreende quando sabemos que era nesta que residia a administração de todo o arquipélago, que tinha ela a função de capital, sendo governada pelos mais destacados morgados (grandes proprietários de terra) e que seria natural desejarem estes livrar-se o quanto antes da pressão sócio-demográfica dos sem-terra.

Nesta altura dos acontecimentos já teriam chegado à Ilha de Santa Catarina os açorianos que viriam colonizar o Rio Grande. Não foi menor o trabalho que padeceram daquela ilha até à costa do Rio Grande e ao Porto de Viamão, muito bem narrado por Borges Fortes no livro "os Casaes", Edição do Centenário Farroupilha, 1932.

Mas que estes antepassados nossos também padeceram na vinda para o Brasil parece não restar dúvida, porque é o próprio governador da Ilha de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, que manda instaurar um inquérito, em 1750, sobre o procedimento de José Lopez, capitão do navio N. S. da Conceição do Pará, termo que chegou àquela ilha em Dezembro de 1749, "para se averiguar a

assistência que no mar se fez ou deixou de fazer aos passageiros". A simples abertura do documento, correspondente a este inquérito, já deixa ver que o mau tratamento dispensado aos ilhéus, durante a viagem, se tornara público e notório. O governador da ilha que os recebia era constrangido a tomar uma posição face ao ocorrido, embora, ele mesmo, em outras oportunidades, teria procedido como quem pretendia também aproveitar-se dos açorianos.

2.5 – Relatório da viagem

Em 1750, Francisco de Souza Fagundes substituíra Feliciano Velho Oldenberg no transporte dos açorianos ao Brasil. A emigração continuava e o tratamento não melhorara. Um navio levava dois a três meses de viagem para trazê-los dos Açores à Ilha de Santa Catarina e quando nesta chegava eram doentes, mortos e moribundos no meio de um montão de estropiados que desembarcavam, num desfile tétrico ante povo e autoridades.

Manuel Escudeiro de Souza, governador da ilha de Santa Catarina faz um relato ao rei do que foi um destes desembarques no início daquele ano. Três navios haviam chegado com pouca diferença um do outro. O último aportou no dia 20 de Janeiro trazendo mortos 10 adultos e dezesseis crianças, outros morreram ao desembarcar e 130 se recolheram doentes a dois hospitais, com "malignas e correição escorbútica".

Parece, no entanto, que o estado dos enfermos era realmente grave pois trataram logo de dar os sacramentos "por viático em um só dia a mais de 100 que se achavam deploráveis e desde então até hoje faleceram dez, por cujos motivos ficaram muitos órfãos de pai e mãe e não poucas viúvas sumamente desamparadas".

A informação seguinte do documento trata da capacidade normal daqueles barcos. Dizia que a causa de tanta mortandade era o excessivo número de pessoas transportadas, que haviam lotado com 686 pessoas, além da tripulação de cinquenta homens e que "não é

possível que um navio de popa fechada tenha capacidade para acomodar um tal número nem ainda uma terça parte menos..."

Na verdade parece que bem menos deveria ser a lotação para aquele tipo de barco, pois a seguir opina que só deveriam neles ser embarcados "quarenta até cinquenta casais pois excedendo este número tudo é desordem e confusão..." e, mesmo para este número recomendava-se barcos de popa aberta (recomendação possível de ser formulada porque a carta estava sendo escrita no mês de Fevereiro).

Mas o governador da Ilha de Santa Catarina era um homem prático. Via na chegada dos ilhéus valioso aumento da mão-de-obra e uma contribuição importante para as terras que administrava. Seu relatório denunciava esta visão quando reclamava contra a vinda de "gente velha e inútil" que não correspondia aos termos da convocação real e declarava que não tinha "outro fim que o de sustentar-se a espensas régias". E concluía: "se a magnanimidade de S. M. resolvesse dar-lhes esmolas estas poderiam ter sido dadas lá mesmo, sem a despesa do transporte". Reclama, também, pela vinda de muitas famílias nobres que não sabem nem podem trabalhar, sentindo-se, de qualquer forma, "perdidas neste país que presentemente só é útil para os que se criaram com foice e machado nas mãos".

No entanto Escudeiro de Souza além de homem muito prático era, também, muito esperto e logo encontra uma solução para o caso dos nobres. Que se mandasse "vir de Angola por conta da Real Fazenda um transporte de escravos capazes de trabalhar para se distribuírem a crédito pelos homens de bem". Pois, neste caso aquelas pessoas se poderão manter "hipotecando os mesmos escravos e ainda as próprias terras que com eles beneficiarem e satisfação do empréstimo que contraírem".

Não se pode julgar mal as intenções de S. Exa. o Senhor Governador da Ilha de Santa Catarina, mas percebe-se, facilmente, que aquela sugestão continha o meio de importar escravos sem pagá-los (por conta da Real Fazenda) e que logo passariam às suas mãos ou às de quem emprestasse dinheiro aos nobres que haviam chegados nos primeiros meses daquele ano de 1750, como se fossem agricultores.

Dizia que sua "humilde proposta" era para não ver "envelhecer aquelas famílias a quem Deus e V. M. fez nobres", mas que também eles, os escravos, são úteis ao serviços da marinha e para substituir os índios no trabalho ordinário.

Não há dúvida que Escudeiro de Souza era homem de muitas iniciativas e disposto a promover a povoação ou ajudar a ocupação deste sul da Colónia, como já vinham fazendo desde o fim do século anterior os Brito Peixoto. É interessante alinhar aqui algumas das dificuldades que uns e outros encontravam para isto, de acordo com outro trecho do mesmo documento. Tais dificuldades relacionam-se, também, com a vinda dos açorianos logo que aqui aportaram.

É claro que uma das razões que levava aquele senhor a criar novas nucleações resultava da necessidade de alojar os ilhéus. A emigração destes feita, como vimos, com tanta economia, desde o transporte até a alimentação, não previa o aumento do equipamento comunitário que compreendia desde o mais elementar, que atendesse a saúde, até o mais evidente, relacionado com a defesa. Por isso naquele documento era pedido mais um cirurgião e um médico "assim como há na Colónia (do Sacramento)" e reclamava armas pois não tinha chegado mais nenhuma "fora das 116 que trouxeram os primeiros transportes no ano de 1748" pois sem elas estão todos "expostos a fereza e crueldade dos tigres e onças que lhes acometem os ranchos valendo-se para os afujentar de fazer fogos e recolhendo-se do trabalho do dia não podem descançar de noite com o temor dos que vivem com suas amedrontadas famílias".

Mas não só de armas careciam para a manutenção e defesa da comunidade em surgimento. Precisavam, ainda, de uma guarnição disciplinada que as usasse. Os que lá estavam deveriam voltar para a guarnição do Rio de Janeiro logo que a nova chegasse. Como esta não vinha começavam a ser frequentes as deserções. Mesmo os que guardavam as fortalezas as abandonavam "como aconteceu há poucos dias fugindo toda a guarda do posto de Araranguá da repartição de Laguna e da Fortaleza da Conceição".

Enquanto isto aqui acontecia, em 1750, os açorianos lá nas ilhas cercados pelo "mar tenebroso", no meio do Atlântico, entre Portugal e Estados Unidos, continuavam aguardando novos transportes. Vinte e oito de Setembro de 1751 é a data de outro documento que ratifica as condições de transportes oferecidos pelo mesmo Francisco de Souza Fagundes, ao preço de 26 mil e oitocentos réis por cabeça.

Nesta altura, já se pensava em mandar alguns deles para o sul a fim de cumprirem o Tratado de Madrid. Deviam deslocar-se para as áreas que, em virtude deste Tratado, se tornariam portuguesas. A Comissão de Limites, tendo Gomes Freire de Andrade como representante português, deixaria a zona das Missões para Portugal, e a Colónia do Sacramento seria, definitivamente, espanhola.

No ano seguinte grande número deles viriam para a foz do Jacuí e outros à Vila do Rio Grande e se constituiriam no grande núcleo povoador do Rio Grande do Sul, lutando pela sobrevivência, plantando e colhendo, defendendo as fronteiras da mãe pátria que são hoje as do Brasil Meridional.

3.0 – PRODUÇÃO E DEVOÇÃO

3.1 – Moinhos no Sul do Brasil

Talvez, mais do que o sabor pitoresco de uma paisagem de moinhos, com suas grandes pás ao vento, abandonadas no cimo das colinas, o que nos impressiona seja esta grande vitória do homem sobre os elementos quando, ainda artesão, ele usa a máquina e quando, no uso desta, usa uma força motriz que o meio físico lhe oferece à vontade e a todas as horas.

A água, como força motriz, prendeu o homem às margens dos arroios e logo as terras desta subiram de preço. O vento, não. Em qualquer colina mesmo na pequena elevação do terreno, ele foi o servo permanente e incansável, que fazia girar as mós, no contínuo

triturar o trigo e o milho. Com ele o homem atingiu mais um degrau da sua liberdade. Teve quem por ele movimentasse a máquina e, ao mesmo tempo, se tornou independente do alto preço das terras, à beira dos cursos d'água que faziam andar as azenhas.

Porto Alegre, pelo nome de dois de seus grandes bairros, está ligada a estes velhos engenhos. As azenhas e os moinhos de vento foram ali usados no fim do século XVIII e começo do seguinte, para garantir, nas primeiras décadas da centúria passada, a maior produção de trigo do Brasil. Para evocar uma paisagem perdida, andámos, anos atrás, em busca de exemplares que tivessem sobrado no Uruguai, preocupados com o tipo certo e as proporções exactas.

É que o moinho é uma peça ergológica. Varia o modelo e varia o material de construção, conforme a região em que se encontra, o regime de ventos a que vai estar sujeito e o nível técnico atingido pelos seus construtores. Por isso mesmo, além do seu valor plástico, como elemento vivo da paisagem, para encanto dos turistas, encerra real importância para a história da técnica e, de certo modo, um caminho para a antropologia, numa classificação geográfica.

É neste sentido que desenvolve seu trabalho a Sociedade Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, que reúne associados de toda a Europa e deles recebe efetiva colaboração. Tendo nos seus quadros directivos pessoas como o urbanista engenheiro Manoel de Sá e Mello, Director do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação, e o Professor de História da Arte, engenheiro João Martins Santos Simões, também técnico em azulejaria, a sociedade desenvolve expressivo trabalho, reunindo elementos de todos os países e mantendo, inclusivé, velhos moinhos em funcionamento.

Curioso é notar que os nossos velhos moinhos, levados ao Rio Grande do Sul pelos açorianos, teriam sido bem diferentes dos do continente português. Neste, as pás são espécies de velas triangulares, sustentadas por forte cordoaria, em leve estrutura de madeira. Naqueles, elas são rectangulares, apoiadas em grande armadura de madeira. Mais ou menos como as do norte da Espanha, onde Dom

Quixote teria visto inimigos terríveis merecedores de valente combate, que só o cavaleiro andante poderia oferecer...

Nas nossas andanças pelos arquivos e bibliotecas, à cata de plantas que interessem à arquitectura e ao urbanismo (evolução urbana) do R. G. do Sul, tivemos a oportunidade de identificar, na Sociedade de Geografia de Lisboa, uma velha planta na pasta especial "do Brasil" que, até então, não sabiam qual a nucleação que representa. Trata-se da mais antiga planta da cidade do Rio Grande, desenhada logo após a chegada dos açorianos, com o primeiro traçado das ruas, mas antes da locação delas. O conhecimento das mais antigas plantas da mesma cidade, existentes na Biblioteca Riograndense, permitiu uma hipótese; a comparação com outra planta, identificada e posterior, da mesma Sociedade de Geografia, comprovou. Em ambas, além de órgãos correspondentes haviam dois moinhos de vento.

Este feliz achado, de moinhos mais antigos que o da capital, revela a frequência e permanência daqueles engenhos durante um século, servindo à primitiva economia do Estado, pois, os de Porto Alegre só foram demolidos em 1836, para não prestarem como "ponto de tiro alto" contra a cidade.

Sem dúvida outros moinhos semelhantes, em diferentes localidades do Rio Grande do Sul, teriam existido pela mesma época. E para acompanhar os estudiosos europeus, dando a eles a colaboração do intelectual gaúcho, é preciso que, no mesmo sentido, busquemos a significância dos nossos Monjolos e Atafonas, deles entendendo, também, o processo construtivo e a relação antropológica.

3.2 – Moinhos de vento em Rio Pardo

O lento girar das pás de um moinho evoca uma série de fantasias e a gente fica um tempão olhando as grandes pás, ou velas, girando, girando sempre, cada uma apontando, sucessivamente para o céu e para a terra. Para a terra quase encostando no chão; para o

céu, sem propósito, porque ela volta logo para nós e para o moleiro cujo trabalho facilita, cuja produção aumenta.

Não adianta ver fotografias. O moinho de vento é um mágico no topo da colina ou na ponta da rocha à beira-mar, a fazer movimentos, lentos e contínuos, que a nossa fantasia transforma em sinais, que os sinais lhe emprestam vida própria, ligada a uma porção de vidas que, para tratá-lo bem, já tiveram, um dia, legislação própria.

O Rio Grande do Sul já teve destes mecanismos.

Até há bem poucos anos sabia-se deles apenas pelo nome de um bairro em Porto Alegre. Depois pôde-se localizá-los graças a uma planta da cidade feita em 1839 com a finalidade de descrever as operações da Revolução Farroupilha.

Mas desde 1965 circulava na Europa, entre estudiosos, uma primitiva planta onde dois moinhos eram rebatidos, que o ilustre engenheiro e professor de História da Arte João Martins Santos Simões afirmava serem do tipo açoriano. Sabendo-a do Brasil não sabiam, ainda, qual a cidade representada.

Estando em Lisboa no ano de 1969 solicitaram-nos a identificação da planta, o que fizemos com facilidade graças ao conhecimento da cartografia antiga da cidade do Rio Grande. Pois era, aquela, a planta mais antiga que da nossa cidade marítima havíamos visto e deste facto logo demos conhecimento aos leitores porto-alegrenses (*Moinhos de Vento no sul do Brasil.* Caderno de Sábado do *Correio do Povo* de 1.03.1969). Mas não ficou nisto. Por insistência do colega citado, elaboramos trabalho sobre os moinhos de vento e de água do Rio Grande do Sul, que foi ao encontro que a Sociedade teria, naquele ano, em Estocolmo, Suécia (1).

---

(1) MACEDO, F. Riopardense de – Windmills in southern Brasil, in Anais of 2 nd International Symposium of Molinology, 1969 p. 235/237.

UM PIONEIRISMO RIO-GRANDENSE

Recentemente, em estudo no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, ficámos surpresos diante da importância dada pelo governo português, nos idos anos de 1772, à farinha produzida no Rio Grande do Sul e o seu empenho em construir moinhos de vento nesta região.

Sua Majestade Fidelíssima recebera nossa farinha e achara que este negócio deveria ser desenvolvido "sendo certo que será de huma grande utilidade, **ainda que se não consiga mais do que o poder-se prover dos ditos géneros o Rio de Janeiro, sem ser preciso hirem-lhe da Europa**" (2). Tal interesse parece ser baseado em informações muito objectivas porque, continua dizendo Martinho de Mello e Castro ao Marquês do Lavradio: "As pedras de moinho em que V. Excia. fala hirá com toda a brevidade, e espero também poder mandar dois moleiros para ensinarem a esses habitantes este género de trabalho". (Possivelmente não sabiam que os açorianos estavam nesta região há 20 anos).

O documento nos leva a admitir que a área portuguesa tinha negócios com os espanhóis, ocupantes da cidade do Rio Grande, onde estavam os moinhos referidos. Mas também poderia existir outros na área portuguesa, até agora não revelados pelos estudiosos.

Seis meses depois, 20 de Julho de 1772, o vice-rei Marquês do Lavradio, recebe outra correspondência sobre a mesma matéria. Estavam sendo embarcados o Moleiro Joseph da Silva Lumiar, com seu contrato, e materiais para a construção dos moinhos com a respectiva relação de peças (3). Esta relação é outra revelação do entusiasmo reinol com a farinha do Rio Grande. Diz em seu final: "Faltam oito peças de Frizal de pedra para outro moinho de vento, e se ficam aprontando para se embarcarem no próximo navio" (4).

---

(2) Códice 67, Livro 4, p. 239 – Arquivo Histórico Nacional do Rio de Janeiro.
(3) a (6) idem, p. 233, 234, 235v, e 251.

O contrato do carpinteiro de moinhos, Joseph da Silva Lumiar, estende-se por cinco itens e antes da assinatura do Procurador da Junta, Caetano Alberto Ferreira, ainda vai um "post-scriptum" em que ele desobriga a Real Fazenda no caso de se interessar em algum trabalho particular... O moleiro João Luiz Bucellas assinou contrato menor, com o mesmo procurador, e embora nele não figure data deve ser o segundo referido no ofício de Martinho de Mello e Castro (5).

Finalmente, um ano após o primeiro documento aqui citado e no mês que precedeu a instalação do governo do Continente do Rio Grande de São Pedro em sua nova capital Porto Alegre, – o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, recebia as oito pedras prometidas. Era de 27 de maio de 1773 a carta e, dentro de pouco tempo o material chegaria transportado pelo navio Campellos, sob o comando do Mestre Miguel Rodrigues Collaço (6).

Estes documentos garantem para o Rio Grande do Sul o pioneirismo na fabricação de farinha de trigo, pois já em 1772 a produção deste cereal era tal que o monarca português considerava esta região capaz de abastecer até mesmo o maior centro da Colónia, o Rio de Janeiro, e neste sentido mandava prover nossos pioneiros com o maquinismo necessário. A prova de que a actividade no sector foi continuada é, cinquenta anos depois, permanecer o interesse pelos mesmos.

MOINHOS

Pois foi em 1821 que Domingos Pereira Vianna requereu um terreno para "construir na Vila de Rio Pardo desta Capitania hum Muinho de Vento em utilidade sua, e bem comum daquele povo, e de cujo regreço e providência se tem visto privado the agora" (7).

Apesar de não ser possível a concessão no lugar pedido, o Procurador da Câmara Municipal de Rio Pardo diz que por não haver

(7) Livro de Documentos da Secretaria da Câmara de Rio Pardo, vol. 1 °, ano 1821.

na vila "Edificio algum de semelhante natureza de que a mesma se faz tanto necessário, para a comodidade pública e bem geral, se lhe poderá informar um lugar suficiente quanto seja necessário para o dito beneficio" ([8]).

Na verdade o moinho foi construído. João Martinho Buff, quando fez a planta de Rio Pardo, em 1829, o representa com suas quatro pás, tipo açoriano ([9]). E durante muitos anos suas pás giraram na acidentada paisagem da "fronteira invicta". Na metade do século ainda lá estava e o fiscal José Gabriel Teixeira reclamava contra o sepultamento de corpos ao pé do moinho" ([10]). É que a produção de trigo declinara muito a partir de 1812 pela entrada de trigo estrangeiro a preço vil e, por outro lado, com a densificação urbana, os cemitérios não podiam permanecer junto das igrejas. Mas ao menos por vinte e poucos anos as pás da velha engenhoca rio-pardense, à beira do rio, giraram apontando, sucessivamente, uma vez para a terra, outra para o céu.

3.3 – O Bairro do Menino Deus

No dia 2 de Fevereiro, não sei de que ano, a Praia do Salvador era apinhada de gente. Festejava-se a festa de Iemanjá, Deusa dos Mares, que numa saudável assimilação, o povo a identifica com Nossa Senhora dos Navegantes.

Pouco antes de nos dirigirmos à mágica Lagoa do Abaeté, imortalizada pela poesia e pela voz de Dorival Caimmi, falávamos com o gravador Calazans Neto, que pouco conhecia do Rio Grande do Sul e que, num espaço da palestra, comentou:

– Porto Alegre é uma cidade bonita. Bonita e gozada. Tem um

---

(8) Idem.

(9) MACEDO, F. Riopardense de – Rio Pardo, a arquitetura fala da história, Editora Sulina, 1972, p. 39.

(10) Acta extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pardo, de 8 de Junho de 1849.

lugar que chamam do Deus, do Jesus pequeno... Não, parece que é Menino-Deus. Exatamente, Menino-Deus; de onde veio este nome?

Estranhamente, este comentário feito por baiano autêntico, artista sensível às invocações populares, filho da terra que tem "seiscentas e sessenta e cinco igrejas". No Estado que talvez seja o mais religioso do Brasil, não havia a invocação do Menino-Deus. Mesmo a proximidade destas duas palavras era, para os seus filhos, uma novidade digna de comentários.

Faz muito tempo que isso aconteceu.

O Bairro porto-alegrense a que ele se referia recebeu o nome de primitiva capela ali existente, com aquela invocação. Originou-se, como se sabe, dos Arraiais mais antigos de Porto Alegre, primeiro que pela sua densificação e vida comunitária, mereceu transporte coletivo. A história destes transportes registra o comboio "Machambomba" nas últimas décadas de Oitocentos, com máquina a vapor, que não funcionou muito bem e que, por isso mesmo, teria sido substituído pelo transporte a burro.

Foi, no início do século passado, um aprazível local de veraneio, onde se sucediam as chácaras e a juventude lá desfilava, com apuro e galhardia exibindo as vestes domingueiras em espontâneos desfiles de beleza e elegância.

As festas do Menino-Deus proporcionavam isto.

Teriam começado na segunda metade do século XVIII, desde a primeira capela ali instalada pelos açorianos.

Sem dúvida, é uma devoção típica da ilha Terceira, Vila Nova da Praia. Havia, ali, desde o ano de 1533, o Mosteiro de Jesus, fundado pela viúva de Álvaro Martins Homem, para abrigar suas filhas. Seu marido fora o terceiro donatário da metade da Ilha e falecera em 1530. Diz a lenda que a histórica e preciosa imagem, hoje conservada na Matriz daquela povoação fora oferecida por uma velhinha, em troca de pouso e comida, numa fria véspera de natal e que, no dia seguinte, a cama que usara apareceu coberta de flores. A

imaginação fértil que criou a lenda foi a mesma que emprestou à imagem poderes milagrosos. Pequena imagem em cofre de prata teria sido a inspiradora de Sóror Maria do Espírito Santo, daquele mosteiro que, pelos meados do século XVII, criou a confraria dos Escravos do Menino-Deus. Consta, ainda, que imagens deste tipo eram frequentes e em grande quantidade nos Mosteiros. Que as religiosas as possuíam e com elas brincavam, sempre que podiam, dando, assim, vazão aos seus sentimentos maternais, violentados pelos pais ou parentes.

Mas a religiosa que criou a confraria, das poucas que manejavam muito bem a língua falada e escrita, deve ser das mais responsáveis pela grande divulgação da nova devoção, que, final, cruzou o oceano e atingiu o Continente.

Então, quando do nascimento da Infanta D. Maria Izabel, filha de D. Pedro II de Portugal, entre muitas outras, aquela imagem foi lembrada ([11]). E que a filha do monarca e da Rainha, D. Maria Francisca de Sabóia Nemours, nascera muito débil em 6 de Janeiro de 1669 e, para sua salvação, foram feitas promessas para as imagens mais milagrosas do Reino. Restabelecida a Infanta a imagem passou a ser denominada "Menino-Deus da Real Proteção", eis que o rei, em agradecimento, mandou abonar-lhe, pela Freguesia de Angra, duas arroubas de cera anualmente. No mesmo ano é levada ao Paço Real onde, em sua homenagem, se fizeram grandes festas, na ocasião falando o grande orador Padre António Vieira.

Volta a imagem à Ilha e no ano seguinte o Capitão General de Angra, certamente por ordem do Governo de Sua Majestade, mandou solenizar com grande pompa a festa da imagem do Menino-Deus, no dia 6 de Janeiro, na Igreja daquele Mosteiro. "Assim foram continuando a fazer os outros Capitães Generais considerando-se, por isso, esta festa, como oficial e feita a expensas do governo de Sua

---

(11) D. Pedro II de Portugal seria tetravô de D. Pedro I do Brasil e reinou a partir de 24 de Março de 1668.

Majestade. Nada mais era preciso para tornar notável e afamada em toda a Ilha" ([12]).

A história da Ilha regista, ainda, grandes acontecimentos relacionados com aquela imagem no século XIX. Não é de admirar, pois, que os açorianos tenham levado para o Porto do Dornelles aquela invocação bem viva na primeira metade do século anterior. Embora desde 1320 existisse no Continente uma Igreja do Menino-Deus, foi a imagem dos Ilhéus que curou a Infanta e por isso mereceu a "Real Protecção", viajou ao Paço Real e os açorianos viajaram com a memória dos seus feitos para as Terras do Brasil. Assim se conta a história de uma devoção que se tornou porto-alegrense e terminou dando nome a um Bairro.

---

(12) Cónego J. A. Pereira – A Imagem do Menino Deus da Real Proteção, in "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. VIII, página 64".

ACOTACIONES SOBRE LA VECINDAD MARITIMA Y TERRITORIAL DE ISLAS Y PENÍNSULAS MEDITERRÁNEAS

Víctor Morales Lezcano

1. A TÍTULO DE INTRODUCCION

Un año sabático suele escaparse velozmente de las manos del profesor que se beneficia de su concesión. Hay que reconocer, sin embargo, que puede dar también bastante de sí, tanto como para ayudarle a colmar parte de los impulsos que el talante investigador vislumbra con vaguedad primero, hasta adquirir, después, una configuración más precisa, un contorno mas delimitado.

Los dos trabajos que se reproducen a continuación han sido un subproducto de dos circunstancias muy concretas. No hay porqué tener empacho en dar fe de ellas: mi estancia en la Maison Méditerranéenne des Sciences de l'Homme (M.M.S.H), encuadrada en la Universidad de Aix-en-Provence/Marsella y las "incitaciones" de su entorno académico inmediato, me inclinaron a redactar los ensayos que siguen.

El primero de ellos, titulado **EL MEDITERRÁNEO DE LOS ARCHIPÉLAGOS E ISLAS** obedece a una vieja idea que había permanecido depositada en el desván de mis intenciones ensayísticas durante algunos años. Los cambios de impresiones con mis colegas apreciados Emil Kolodny y Francesco Pomponi, durante mi estancia

en la Provenza, y las anteriormente sostenidas con Antonio Telo (Universidad de Lisboa) – amén de mi propio bagaje de español insular – sirvieron de fuerza de tracción para sentarme a ratos perdidos a desarrollar la hipótesis que se explana a continuación.

Las islas del Mediterráneo han jugado desde hace siglos, milenios incluso, una función de "apeaderos" avanzados – tanto para el viaje de ida como de regreso – en el seno del mar Interior euro-africano por antonomasia. Lo han jugado, también, en las rutas que desde el fondo del Mediterráneo abocan a los pueblos ribereños a la navegación de altura en aguas del Atlántico. De ahí que el atisbo de Braudel al hablar de la **Méditerranée atlantique,** me haya reforzado en mi convicción un tanto fundamentada de incluir los archipiélagos hispano-portugueses en el esbozo histórico con que he emborronado estas páginas.

Ahora bien, las islas del Mediterráneo poseen, vistas desde el ángulo de contemplación actual, otro valor paradigmático. Porque se trata de conjuntos territoriales pequeños en superficie, aunque fecundos en vivencias socio-económicas empíricas de carácter "fusionista". Es decir, porque en su suelo ha habido un cúmulo histórico de residuos de carácter religioso, cívico, consuetudinario, linguístico, gastronómico y de otra suerte. En las islas se han solapado todos ellos confusamente a veces, con nítida delimitación estratigráfica, en otras, terminando ese acúmulo de herencias históricas dispares por constituir un **palimpsesto.** De tal modo que en unos tiempos hipersensibles al fenómeno de la multiculturalidad de fin de siglo, y de la necesidad de educar para la convivencia cómoda entre gentes y grupos etnoculturales y religiosos diferentes, el escenario insular del mar Interior podría designarse como un "microcosmos" de la complejidad del mundo mediterráneo. Su reproducción a mini-escala, si se admite la propuesta de encuadramiento.

El muestrario que brinda el pasado de algunas (casi todas) de las islas y archipiélagos del Mediterráneo no debe pasar desapercibido al culturalista, ni a los organismos de gestión de la cultura que abundan,

hoy, tanto para estudiar y transmitir el valor de la experiencia que se pretende fomentar como para extraer alguna que otra reflexión global que ayude a ver más claro el panorama de los conflictos que se generan en escenarios mediterráneo-continentales como los Balcanes, Argelia, y el contencioso palestino-israelí, por citar tres ejemplos cimeros.

Si es cierto, por ejemplo, que Chipre reproduce a escala insular el antagonismo histórico más enconado del tiempo presente en el mar Interior (el greco-turco en puridad), no menos evidente resulta el hecho de que la convivencia y tolerancia racial que se alcanza en Canarias consigue en ese archipiélago cotas paradigmáticas en años de exacerbación de prejuicios y xenofobias que se manifiestan en Europa actualmente con virulencia; coincidiendo precisamente con la voluntad, con la predisposición multicultural a que me refería poco antes. ¡ Que contradictorio resulta el espíritu de los tiempos (**Zeitgeist**), sobre el que gustaban reflexionar los Dilthey, los Bergson y los Ortega de antaño!.

A mi juicio, el valor de uso intelectual y de materia histórica capitalizable que presentan las islas e instituciones europeas de vocación insularista – del Arco Latino en un principio (Francia, Italia, España, Portugal) – me ha llevado a pensar que convendría alentar una serie de **encuentros** entre profesores, intelectuales de otra extracción que la académica, gestores de la cultura y observadores – y hasta técnicos – internacionales en los mecanismos que facilitan las funciones mediadoras entre mentalidades colectivas encontradas en un espacio dado, caso que podría ser el de los microcosmos insulares: la micronesia del Egeo; Sicilia, "pedrusco" que lanza al Mare Nostrum la leptosomática península de Italia, la atormentada Córcega; el próspero archipiélago balear. Todo ello me parece que bien merece una consideración razonada por parte de los centros y foros llamados a sopesar la bondad y aplicabilidad de la idea arriba enunciada y que aparece mutada en estas páginas como un esbozo desarrollado con supuesta legitimación histórica y que puede contribuir a convencer a los núcleos de decisión política europeos de la necesidad de iniciar

un proyecto de estudio y reflexión sobre la dualidad histórica que la convivencia y el conflicto, las instancias mediadoras y las funciones de transmisión, han tenido en las islas del Mediterráneo y que estas conservan en parte hoy en día –, **Méditerranée atlantique** (Braudel dixit) incluida.

El segundo de los trabajos que se suma al primero de estos ensayos lleva su "entradilla", en la que se explica en qué circunstancias y con qué intención fue redactado. De ahí que me ahorre ahora cualquier referencia a las circunstancias que en su momento lo propiciaron.

2. EL MEDITERRÁNEO DE LOS ARCHIPÉLAGOS E ISLAS

El mundo del Mediterráneo esta salpicado de archipiélagos e islas a lo largo de sus miles de kilómetros. Se encuentran esparcidas las islas – y con frecuencia los archipiélagos en que se arraciman aquéllas – desde la cuenca del Mediterráneo oriental (mar Egeo, por ejemplo) hasta las orillas de las Baleares.

En términos de geografía política actual, pertenecen todas ellas a estados europeos como es el caso de las múltiples islas que flotan en las aguas del Jónico y del Egeo, que pertenecen a Grecia y han sido tipificadas como "islas de navegantes" (Chios, Creta, etc.); o como Sicilia, de la que se ha dicho que es un "continente en miniatura", de soberanía italiana, como le sucede también a Cerdena; o como es el caso de la francesa isla de Córcega, dicha **Ile de Beauté** para las agencias de turismo, o "isla terráquea" de espaldas al mundo exterior inmediato y replegada sobre su constitución geológica accidentada y cubierta por el manto boscoso del maquis, para los estudiosos de la tipología insular y archipelágica (Marrou, King, Sanguin). O como le sucede al archipiélago de las Baleares, boyante región autónoma de la España actual. En resumen: Grecia y Croacia al este de Italia y las potencias del Arco Latino al oeste de la península itálica, son referentes continentales del mundo insular y archipelágico del Mediterráneo sin el cual quedaría manca la intelección del fenómeno insular.

El hecho es de importancia, siempre y cuando no se eche en olvido ue muchas de esas islas que flotan en el mar Interior y que hoy son estados independientes, como Chipre y Malta, o de soberanía griega o croata, fueron auténticas **fronteras** del tándem indisociable **que constituyen en la Historia el conflicto y la convivencia de civilizaciones ribereñas. Ese tándem indisociable se produjo – y reprodujo – principalmente entre cristianos ortodoxos en los Balcanes y musulmanes pertenecientes al imperio turco-otomano que tan fuerte** se hizo en el seno del Mediterráneo oriental, de una parte, entre cristianos de rito romano y musulmanes de los reinos del Andalus, valle del Ebro, Valencia, Baleares y Sicilia y, esporádicamente, sur de Italia, de otra parte.

La coexistencia – territorial, al menos, de chipriotas de origen heleno y de turcos de linaje insular rancio establecidos cuando la Sublime Puerta se apodero de la Isla (1571) o establecidos de nueva planta en ella a artir de 1974 – pone al observador y estudioso del fenómeno de la conflictividad inter-comunitaria en las sociedades ribereñas de este fin de siglo en posición privilegiada para sopesar comparativamente el valor paradigmático que poseen el pasado y el presente multicultural de algunas islas y archipiélagos del Mediterráneo. Chipre encarna hoy el mostrador insular más elocuente en el campo de la conflictividad inter-comunitaria mediterránea. Sobre este ejemplo habrá que volver posteriormente en las páginas de este ensayo, a condición de que no se olvide la génesis contemporánea del conflicto a partir de 1974, no exenta de enraizamiento en la pugna secular del reino de Grecia (1829) y de la naciente república de Turquía en (1918-1924) que se abrió paso entre los escombros del imperio Turco-Otoman.

Ni los países árabes, a excepción de la que fue isla de Djerba (isla unida hoy al continente por una carretera) en el golfo de Túnez ni el estado de Israel, ni incluso la litoral república de Turquía (con la salvedad de ciertos islotes) poseen en la geografía política de nuestros dias posesiones insulares de consideración. El tema de marras es, pues, europeo donde lo haya.

Otra dimensión importante del asunto reside en el hecho de que el patrimonio humano, agrícola y arqueológico de ciudades como Nicosia en Chipre, Lindos en Rodas, Mesina en Sicilia, Bonifacio en Córcega y Mahón en Menorca conserva rasgos definitorios de una personalidad urbana que hunde sus raíces en la historia del Mediterráneo medieval y moderno (siglos VIII al XVII). O sea, que la expansión maritima de la cilvilizacion árabe-islámica marcó profundamente la navegación, la pirateria el curso de todo el Mediterráneo, sus islas y sus ciudades – a la defensiva entonces frente al asedio berberisco –.

La constatación merece un subrayado a nuestro juicio por el interés evidente que despiertan – ayer y hoy – esas "fortalezas" testimoniales de la convivencia cultural registrada a lo largo de los siglos en el Mediterráneo insular. Convivencia, cierto no exenta de páginas donde la tónica de su escritura venía dada por la hostilidad entre los miembros de las tres religiones monoteístas predominantes (desde hace tres mil anos) en el seno del mar Interior. Se trata de un matiz que no debe escamotearse en nombre de operaciones de cosmética de la historia siempre inadmisibles para quien respete el apasionante entresijo que forma el palimpsesto del pasado histórico de cada territorio y de las gentes que lo han habitado milenariamente.

Una vez más, las islas del Mediterráneo serían depositarias de capas estratigráficas complejas (**palimpsesto**), interactuantes con frecuencia en acomodo difícil (**sintagma**) entre ellas, aunque verificable por los antropólogos de las sociedades del Mare Nostrum (Caro Baroja, Pitts-River).

Otro aspecto de la cuestión a no dejar de esbozar en estas cuartillas es el de la relación político-administrativa de las islas y archipiélagos mediterráneos con los referentes continentales de los que son tributarios.

El universo insular del Mediterráneo presenta, en efecto, una rica gama de variantes políticas y culturales, cuales son los diferentes estatutos económico-administrativos que gobiernan su desarrollo

material y sus relaciones con las metrópolis, continente o penínsulas de las que dependen. La tipología cubre aqui un abanico que va desde el carácter de islas-nación o estados independientes (Chipre y Malta) a regiones autónomas (Baleares y Canarias dentro de Espana; Cerdena y Sicilia dentro de Italia) y departamentos político-administrativos del tipo de Córcega (en el Hexágono francés). Una dimensión delicada de abordar es la de la percepción que ha ido distanciando – o atando – a los insulares de sus compatriotas continentales y viceversa. Este ensayo "imagino-lógico", que iría más allá de la encuesta sociológica – aunque pasando por su tamiz – merecería ser retenido para emprender su realización prioritaria en el caso de aquellas casuísticas insulares más criticas: Córcega/Paris, por poner un ejemplo candente desde los primeros años noventa. No merece menos interés para el estudioso la aproximación demográfica y económica a las realidades insulares y archipelágicas en el pasado y en el presente, con vistas a ver claro en la génesis de los cambios operados recientemente.

Asi, hay autores que han subrayado como determinantes del proceso de disminución y contracción demográfica (y económica) a los fenómenos naturales – como ciertos cataclismos –; o fenómenos históricos recidivos – como las guerras y los asedios navales –. Para algunos historiadores, el empobrecimiento general de las islas sería debido a causas naturales que tendrían luego incidencia notoria sobre las posibilidades do subsistencia de la población insular. En cuanto causa determinante de la merma demográfica del mundo insular en el Mediterráneo, hay consenso generalizado sobre la emigración en cuanto factor poderoso que ha contribuido sobremanera al despoblamiento de islas como las micronésicas del Egeo y la siempre conflictiva Córcega. El "vampiro de Atenas" (El Pireo) ha sido, como demuestran con lujo de detalle los trabajos de Kolodny, causa determinante – donde las haya – del flujo migratorio de los griegos insulares en dirección al continente y, por ende, causa del despoblamiento de muchas de las islas y archipiélagos del Mediterráneo oriental; aunque – y esto hay que apuntarlo

inmediatamente –, no ha a ocurrido lo mismo en la isla de Creta, que tras los avatares de la enemistad greco-turca que se produjo al término de la primera guerra mundial, logró compensar paulatinamente la pérdida de la población turco-chipriota, expulsada de ella en represalia por las deportaciones (1921-23) de los griegos (fanariotas) asentados en Esmirna/Estambul al término de las victorias militares del kemalismo.

En suma, la organización de la emigración de "almas" excedentarias – con cadencias repetidas a lo largo de los siglos – es un rasgo típico del mundo insular, bien estudiado por algunos historiadores demógrafos (Bonaffini para Sicilia, A. Macías para Canarias; J. Bisson, para Baleares).

Hay islas mediterráneas que, por el contrario, y aunque hayan sufrido las repercusiones adversas de coyunturas económicas cíclicas, han terminado por observar tasas de natalidad creciente (Cerdeña, Mallorca) o superior a la de la metrópoli (caso de Canarias en el denominado por Braudel "Mediterráneo atlántico"; o Creta misma como se acaba de mostrar).

En cuanto al otro ángulo de la cuestión insular y archipelágica que se somete a repaso somero en este momento, la trayectoria económica de las islas de Mediterráneo aparece tan variada cómo la fenomenología compleja de su trayectoria histórica antes esbozada. Sabemos que Córcega es una isla muy subsidiada por París; mientras que la tasa de crecimiento económico de las Baleares sitúan a este archipiélago en una posición aventajada dentro del conjunto de las regiones que constituyen el Estado de las Autonomías español. Sicilia, en cambio, es una isla continente que posee una diversificación productiva más compleja por disponer de un territorio por cima del promedio del de las islas mediterráneas, aunque la agricultura y los servicios copen la estructura económica sean la fuerza principal de las rentas que llegan a las arcas de la "bota" italiana. No obstante la difícil situación interna que vive Chipre, nos encontramos con que se trata de una isla con un estado de salud económico bueno mientras que

Cerdeña parece seguir atrapada en la espiral de un desarrollo poco armónico. La micronesia del Egeo, por su lado, ha sido reducida a un papel turístico absoluto, como sucede en enclaves del tipo de Myconos y Corfú.

Una últíma cuestión a incorporar de este inventario apresurado de los aspectos caracterizadores del mundo insular y archipelágico mediterráneo podría ser la de la función histórica que han desempeñado estos "mundos en miniatura" – por hacer uso de la expresión del título del último libro de Louise Young –. Si el término de función y el sistema funcionalista al que se supone que pertenece aquél resulta demasiado rígido y pragmático para el historiador, hágase una tregua (**passez te mot**) y veamos lo que resalta a estos efectos una autoridad académica como fue Braudel.

Braudel fue de los primeros historiadores del siglo XX que confirió a las islas del Mediterráneo un lugar bajo el sol adecuado y proporcional a los papeles que muchas de aquéllas desempeñaron en el escenano ribereño, incluso atlántico. Chipre, Creta, Rodas...."sedes de la flota inmovil" de la Soñoría de Venecia; Canarias, eslabón oceánico para los cultivos intensivos de la caña de azúcar v la vid entre Chipre, Sicilia y las Indias de América; mareantes de las Cícladas que encontraron un relevo en la tradición argonáutica de Mallorca y – ya dentro del Atlántico – en la avanzadilla archipelágica de las Azores (de Portugal a la larga), forjadoras del enlace euro-americano que potenciaron las dos guerras mundiales.

Estos mundos en miniatura, que oscilan entre los 500 y los 10.000 kms. – excepción hecha siempre de Sicilia y Cerdeña –, estas montañas en el mar, como también las bautizó el geopolitico alemán Ratzel, han unido continentes merced a su posición intermedia en las rutas navieras establecidas por navegantes genoveses y catalanes, griegos y venecianos. Braudel viene a decir, aunque no recurre a la metáfora (extraño en él, a propósito), que el mundo insular ha sido en el Mediterráneo un adelantado en el terreno de las innovaciones náuticas, agrícolas e ideológicas. No en vano Xavier Gizard ha

coordinado un libro con el título revelador de **Les Iles, colporteurs de L'Histoire**). La geogafía, cierto, las ha situado en el gran camino de la historia. ¡Ah!, pero también las ha condenado a mostrar la otra cara de su apertura al exterior: la de su aislamiento en tiempo de guerra y epidemias. En suma, las ha expuesto a sufrir de un anacronismo profundo, convirtiéndolas en un campo de observación excepcional para filólogos y etnólogos que, como los herboristas y botánicos del siglo XIX, encontraron doblemente instructiva la visita a las islas del Pacífico por el carácter residual de la flora y fauna de aquellos archipiélagos, saturados de incógnitas naturalistas y humanas. Función de enlace, pues, la de estos archipiélagos entre los mundos europeo y americano; función secular, milenaria (piénsese en qué habría sido de Ulises sin sus escalas insulares), que reactualizo a partir de los siglos XIV y XV el protagonismo que adquirieron los archipiélagos hispano-portugueses del "Mediterráneo atlántico,' Azores y Canarias muy en particular.

Estos archipiélagos ibéricos estarían llamados a cumplir con una misión histórica singular. La de estrechar los lazos entre dos continentes, prestando su pequeña masa terráquea para hacer de plataforma flotante en el océano Atlántico, el auténtico anti-desierto, como se apresuraba a apostillar Braudel; o el Atlántico de Sevilla, en términología de Chaunu: Azores, punta de lanza lusitana para Antonio Telo; Cananas, "correa de transmisión canaria" entre Europa occidental, noroeste de Africa e Indias de América" para el autor de estas cuartillas.

Archipiélagos que el azar coloca en las rutas de los periplos mediterráneos – acumuladores de técnicas náuticas secularmente a aquilatadas – y que bajo los auspicios de los precoces Estados de España y Portugal se prestaron a jugar el papel, la función vaya, de eslabones euro (mediterráneo) – americanos (atlántico).

El autor quiere dar por terminado este inventario de cuestiones que ha ido evocando al filo de un común denominador poco tenido en cuenta actualmente: el de los archipiélagos e islas del Mare Nostrum

de los romanos en la Antigüedad, hasta incluir el al-Bahr al-a-zam de los navegantes árabes en el apogeo de su expansión civilizatoria y en la de los turco-otomanos entre los siglos XV-XVII.

Se le antoja al autor de estas líneas que valdría el coste intelectual y financiero invertible, proceder a una revisión sistemática de las actividades y funciones complementarias que dentro del marco ribereño primero, y más recientemente, en la contemporaneidad, dentro del marco del océano o mar tenebroso (al-Bahr al-Muzlim que nos relató el geógrafo magrebí Idriss), han jugado las islas del continuo mediterráneo-atlántico. Un ejercicio de esta suerte podria contribuir bastante no solo a recordar y a reinterpretar, sino también a revalorizar el capital territorial, humano, histórico que encierran las islas del Mediterráneo. No sólo para la metrópolis sino incluso para los continentes que, merced a ellas, han ido aproximándose gradualmente con la lentitud propia de una era de las comunicaciones más lenta que la que hoy en día nos permite – sin estación intermediaria alguna – conectar a emisor y receptor "en menos que canta un gallo".

Este borrador habrá cumplido su pretensión si, finalmente, cualquiera de los aspectos temáticos esbozados en sus páginas vuelve a ser cribado r estudiosos del fenómeno insular mediterráneo dentro de la historia en general y, quizá, dentro de la historia del tiempo presente en particular. Poniendo énfasis, por ejem lo en la constitución compleja de las islas pertenecientes a los países del Arco Latino: Sicilia por tratarse de una isla-continente y de mucho peso en la historia de Italia; Córcega – **L'Ile de Beauté** – por la compleja relación que mantiene con Francia desde su incorporación al Hexágono en la segunda mitad del siglo XVIII; Baleares y Canarias, doble florón insular de España, que le permite substanciar sus pretensiones en el oblicuo eje gibraltareño que une a los dos archipiélagos españoles y que tegumenta la rica herencia del Mediterráneo con los vastos horizontes del ultra-mar Atlántico.

Y dejando para una segunda edición de la experiencia el mundo de las islas del mediterráneo oriental, con Chipre en calidad de

escenario paradigmático del conflicto comunitario, politico y cultural que lacera a los habitantes de los dos sectores en que se ha dividido la Isla; pero también en cuanto contencioso al que los actores directos (insulares griegos y turcos continentales) y las instituciones y foros internacionales vienen implicándose – y aplicándose – para encontrarle en el futuro una solución satisfactoria.

APÉNDICES

CUADRO INDICATIVO DE ALGUNAS MAGNITUDES E INCIDENCIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DE LAS PRINCIPALES ISLAS Y ARCHIPIÉLAGOS

Islas	Km²	Población	Población %	PIB/hb (Ecu).--- **PNB/hb (U.S.S)**	Capitales administrativas	Estatuto en el Estado de pertenencia
AZORES	2.247	252.000	112		Ponta Delgada/ Angra do Heroismo/ Horta	Región Autonóma de Portugal
BALEARES	5.014	753.000		13.304	Palma de Mallorca	Comunidad Autónoma de España
CANARIAS	7.447	1.493.784	200,6		Las Palmas de Gran Canaria/ Sta. Cruz de Tenerife	Comunidad Autónoma de España
CERDEÑA	24.090	1.648.000	68	10.811	Cagliari	Región Autónoma de Italia
CÓRCEGA	8.681	254.000	29	11.757	Ajaccio	Departamento insular de Francia
CRETA	8.600	540.054	64,8	4.443 (+)	Herakleion	Región Autónoma de Grecia
CHIPRE	8.600	601.722 *	87	**9.790**	Nicosia ** Famagusta ***	Estado independiente
MADEIRA	817	275.000	336,6		Funchal	Región Autónoma de Portugal
MALTA	316	350.000		**6.996**	La Valetta	Estado independiente
SICILIA	25.707	4.966.000	148	9.846	Palermo	Región Autónoma de Italia

(+) PIB de las Islas de Grecia. * El sector griego. El sector turco ascendía a 166.771.
** Capital del sector griego. *** Capital del sector turco.

PIB Y PNB EN LAS PRINCIPALES ISLAS DEL MEDITERRÁNEO (1990)

Regiones	PIB/ habitante (Ecu)	Puesto en la escala regional y media nacional
BALEARES	13.304	1° (España: 9.939 Ecu)
CÓRCEGA	11.757	22° (Francia: 16.622 Ecu)
CERDEÑA	10.811	15° (Italia: 14.892 Ecu)
SICILIA	9.846	17° (" " " ")
ISLAS DE GRECIA	4.443	4° (Grecia: 4.894 Ecu)

Paises	PNB/habitante (U.S.$)	Notas
CHIPRE	9.790	Sector griego solamente
MALTA	6.996	

Tipo de cambio (29/12/1990): Ecu = 6,950 F; U.S.$ = 5,212 F = 0,75 Ecu.
Fuentes: *INSEE: La France et ses régions -Édition 1993.* Paris, 1992; *Eurostat (PIB) The Statesman's Year-Book 1993-94.* London, 1993.

TASAS DE INSULARIDAD EN PROPORCIÓN CON LA SUPERFICIE Y LA POBLACIÓN DE LOS PAÍSES RIBEREÑOS

Países (Regiones insulares)	Superficie (Km2)	Superficie %	Población *	Período 1990-91 %	Período 1960-61 %
FRANCIA (Córcega)	8.681	1,6	250.371	0,4	0,4
CROACIA (Islas Dálmatas)	3.180	5,6	124.727	2,6	3,4
ESPAÑA (Baleares	5.014	1,0	709.138	1,8	1,4
Baleares y Canarias)	12.287	2,4	2.202.922	5,7	
ITALIA (Sicilia y Cerdeña e islas litorales)	50.159	16,6	6.966.386	11,8	12,3
GRECIA (Islas Jónicas, del Egeo, Creta, Eubea e islas litorales)	25.150	19,1	1.475.980	14,4	16,9

* Datos de los censos respectivos: francés (1990); croata (1991); español (población de derecho), italiano (población residente en situación legal) y griego (población presente) (1991).

BIBLIOGRAFÍA

BISSON J. – **La terre et les hommes aux isles Baleares**, Aix-en-Provence, Edisud.

BOLUKBASI, Suha. – **The Superpowers and the Third world. Turkish-american Relations and Cyprus**. University Press of América, 1988. "The Cyprus Dispute and the United Nations. Peaceful non-settlement between 1954 and 1996", **International Journal of Middle East Studies**, V. 30, (Aug. 1998) pp. 411-434.

BRIGAUD, L., y GOURMELO, F. (eds.). – **Territoires et societés insulaires** París/ Brest 1991.

BRAUDEL, F. – **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**, F.C.E., 2 vols.

CARLI, M.R. (ed). – **Economic and Population Trends in the Mediterranean Islands**, Naples, 1994.

GIZARD, Xavier (ed). – **Le colporteur des mondes. Penser Atlantique en Europe**. Poitiers, Ed. De 1'Aubea-IATT, 1996.

KOLODNY, Emil. – **La population des iles de la Grece. Essai de Geographie insulaire en Méditerranée orientale**, Aix-en-Provence, 1974; "Insularité méditerranéenne et specifité de la Corse", en **Méditerranée; Mer Ouverte**, Actas del Coloquio de Marsella al cuidado de VILLAIN-GANDOSI, DURTESTE Y BUSUTTIL, v. II, pp. 767-787.

KING, R. – **Sicily**, Newton Abbot-Harrisburg, 1973; **Sardinia**, New Abbot-Harrisburg, 1975.

MARROU, L. – "Les Iles atlantiques oceaniques". **L'Atlantique. Un regard géographique**, en Historiens et Geographes, n. 363 (Aout-Sept., 1988) pp. 281-293.

MORALES LEZCANO, V. – Canarias en la Segunda Guerra Mundial, Las Palmas, Edirca, 1996. Actas de las **"Aulas Canarias-Noroeste de Africa"** editadas por el Exmo Cabildo Insular de Gran Canaria, 1982-1988.

PICARD, Christophe. – **L'Ocean Atlantique musulman. Navigation et mise en valeur des cotes d'al Andalus et du Maghreb occidental** (Portugal-Espgne-Maroc). Maisonneuve Larose/Eds. UNESCO.

POMPONI. Francesco. – **Histoire de la Corse**, París, 1979; ed. de Les Actes du Colloque d'Ajaccio (1998) sobre **Les iles méditerranénnes et l'Orient** en **Cahiers de la Méditerranée**, n. 57 (Dic 1998).

SANGUIN, A.L. – **Vivre dans une ile: unegeopolitique de l'insularité**. L Harmattan, 1997.

TELO, Antonio. – **Os Açores e o Controlo do Atlantico (1898-1988)**, Lisboa, Ed. Asa, 1993.

YOUNG, Louise. – **Island. Portraits of Miniature Worlds**. W. H. Freeman, 1991.

VIDA DO INSTITUTO

ACTA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1999

22 de Janeiro de 1999

Aos vinte e dois dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, em segunda convocatória, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, ao Largo de Santo Cristo, na antiga casa dos Terceiros de S. Francisco, em Angra do Heroísmo, tendo como ordem de trabalhos:

– Apreciação e votação do relatório e contas relativos a 1998;

– Apresentação e votação do Plano de Trabalhos e Orçamento para 1999;

– Emissão de um Parecer sobre o novo diploma relativo à Zona Classificada de Angra do Heroísmo.

Estiveram presentes os Sócios: Sr. João Dias Afonso; Governador do Castelo de S. João Baptista, Coronel Ramalho Rocha; Ten. Cor. Manuel Augusto Faria; Eng.º José Henrique dos Santos Correia Guedes; Sr. Valdemar Mota; Dr. Álvaro Monjardino; Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias.

A reunião teve início às dezoito horas, tendo sido lida e aprovada a acta da reunião anterior.

Foi, em seguida, aprovado por unanimidade um voto de pesar pelos falecimentos do Sócio Efectivo Dr. José Orlando Bretão e do Sócio Honorário Pe. Doutor Isaías da Rosa Pereira.

Ainda antes da ordem do dia o Ten. Cor. Manuel Augusto Faria entregou um memorando relativo à proposta de construção de um esrabelecimento hoteleiro na fortaleza de S. Sebastião, propondo que o Instituto tome posição sobre o assunto. O documento – anexo à presente acta – foi distribuído e será posto à discussão na próxima reunião.

Considerando que agora termina a sua Comissão de Serviço como Comandante do Regimento de Guarnição N.º 1, foi realçado o empenho e colaboração do senhor Coronel Ramalho Rocha em tudo quanto teve a ver com a valorização e manutenção da fortaleza de S. João Baptista.

Passando-se, em seguida, ao primeiro ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente colocou à discussão o Relatório e Contas do ano de 1998, que foi aprovado, anotando-se que estão já publicados os Boletins relativos a 1993/94.

Relativamente ao Plano de Trabalhos para 1999 e respectivo orçamento, foi o mesmo igualmente aprovado após ampla troca de opiniões, nomeadamente quanto ao Colóquio em preparação, tendo o Presidente do Instituto apresentado o calendário das conferências e comunicações que se desenrolarão durante a semana de 24 a 28 de Maio e explicado vários aspectos complementares.

Passou-se então ao terceiro ponto da ordem de trabalhos. Verificando-se, porém, que não era a hora mais conveniente, foi a reunião suspensa quando eram dezanove horas e trinta minutos, devendo retomar-se os trabalhos na próxima segunda-feira, dia 25 às dezassete horas e trinta minutos.

Retomada a reunião verificaram-se as presenças dos sócios: Sr. João Dias Afonso; Pe. Dr. João Maria Mendes; Dr. Rui Meireles; Ten. Cor. Manuel Augusto Faria; Dr. José Leal Armas; Doutor Reis Leite; Dr. Francisco Maduro-Dias; Dr. Álvaro Monjardino.

O senhor Presidente passou em seguida a apresentar uma proposta de parecer que havia elaborado, no sentido de contribuir para a discussão, recolhendo-se aqui e ali contribuições dos outros sócios presentes e procedendo-se a esclarecimentos. Elaborado o Parecer terminou a reunião quando eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente acta que vai assinada por mim, Francisco dos Reis Maduro-Dias, Secretário do Instituto que a elaborei e pelo senhor Presidente.

Álvaro Monjardino (Presidente)

Francisco dos Reis Maduro-Dias (Secretário)

ANEXOS

RELATÓRIO DO PRESIDENTE

I

REUNIÕES

1. Durante o ano de 1998, a Instituto levou a efeito as duas reuniões ordinárias previstas no seu Estatuto.

2. A 1.ª reunião ordinária realizou-se em 30 de Janeiro, nela se aprovando o relatório das actividades de 1997 e respectivas contas, e bem assim o plano de trabalhos e o orçamento para 1996. Em vista dos problemas e dos notórios atrasos na publicação do Boletim, decidiu-se que os de 1996 e 1997 constassem de um único volume.

3. A segunda reunião ordinária realizou-se em 3 de Julho, prolongando-se pelos dias 10 e 13 do mesmo mês. Nesta reunião apreciou-se a execução do Plano de Trabalhos para o ano. Foi ainda produzido um parecer, solicitado pelo Governo Regional dos Açores, sobre um projecto de proposta de diploma destinado a substituir o decreto legislativo regional 15/84-A, de 13 de Abril.

4. A Mesa reuniu quatro vezes para tratar de assuntos de administração corrente.

5. Com vista à preparação e organização do Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico, o Presidente reuniu-se ainda: em Lisboa, com os doutores António José Telo, Alberto Vieira e José Guilherme Reis Leite, e em Ponta Delgada com o Doutor Avelino de Meneses.

6. Não houve reuniões de trabalho para acompanhamento do projecto do CD-ROM.

II

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS

1.º – BOLETIM

7. No ano de 1998 conseguiu-se apenas publicar o Boletim de 1995, cuja distribuição, por extraordinário que pareça, ainda não se completou. O próprio Boletim de 1993/94 somente ficou pronto no corrente mês de Janeiro. Em preparação, aparentemente adiantada, está o Boletim de 1996/97, e existe considerável material recolhido para o de 1998.

2.º – III VOLUME DA «FENIX ANGRENCE»

8. Com a publicação do III e último volume desta obra cumpriu-se finalmente o antigo projecto do Instituto de tornar acessível ao comum dos estudiosos este texto importantíssimo para a História dos Açores. Pensa-se que esta edição atingiu um elevado nível de qualidade. Reconhece-se, no entanto, que a tiragem foi excessivamente elevada para uma obra desta natureza, e para o público relativamente restrito a que se destina.

3.º – PREPARAÇÃO DO V COLÓQUIO INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DAS ILHAS DO ATLÂNTICO, A REALIZAR EM 1999

9. Realizaram-se as reuniões preliminares referidas supra, no n.º 7, e múltiplos contactos telefónicos para a Madeira, Lisboa, Inglaterra e Estados Unidos.

10. Na reunião havida em Lisboa no dia 13 de Dezembro, com os doutores António José Telo, Alberto Vieira e José Guilherme Reis Leite, ficou decidido modificar a estrutura do Colóquio no sentido de alargar o número de conferências para duas sobre cada um dos temas.

11. Além das conferências, as últimas inscrições recebidas para co-

municações atingem o número de 25, pelo que não haverá em princípio lugar para a aceitação de mais nenhuma.

12. A eng.ª Maria da Luz Monjardino criou o cartaz-anúncio do Colóquio. Dele se fez uma impressão em 250 exemplares, cuja distribuição, no entanto, pecou por muito atrasada, com manifesta perturbação do calendário das inscrições.

4.º – LIVRO DO TOMBO DE SÃO FRANCISCO

12. Face à impossibilidade superveniente de o Dr. José Pereira da Costa levar a cabo esta tarefa para que em tempos se oferecera, estudou-se a hipótese de se encontrar quem o possa fazer. Para o efeito veio a disponibilizar-se o consócio Hélder Parreira de Sousa Lima, mediante remuneração.

5.º – REORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO E DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTES

14. Continuou a nada acontecer quanto à organização da biblioteca, por indisponibilidade do pessoal do Museu. O fim das obras no edifício, cuja inauguração ainda aguarda oportunidade, somente se traduziu, até ao presente, na libertação dos espaços da séde do Instituto.

15. Não houve mais distribuição de excedentes das publicações do Instituto por instituições culturais e educativas da Região. No entanto continuaram a atender-se pedidos individuais enviados ao Instituto e disponibilizaram-se gratuitamente aos sócios contribuintes exemplares naquelas condições.

6.º – CONTINUAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO CENTRO UNESCO E REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS PERIÓDICAS

16. A actividade local do Centro UNESCO continuou reduzida à

publicação de uma página, agora já sem a periodicidade semanal, com textos das FONTES UNESCO. Não foi possível promover a realização de quaisquer conferências públicas, apesar de liberta a séde e até disponível o novo auditório do Museu.

7.° – ACÇÕES ATINENTES À PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

17. Respondendo a uma solicitação do Governo Regional dos Açores, o Instituto produziu um parecer com apreciação na generalidade e na especialidade de uma proposta de decreto legislativo regional sobre a classificação da zona central da cidade de Angra do Heroísmo.

18. O Instituto continuou a acompanhar as medidas para defesa do património sub-aquático dos Açores. No jornal A UNIÃO vêm a ser publicados semanalmente textos de informação e divulgação sobre naufrágios ocorridos em águas açorianas.

19. O Presidente do Instituto publicou no mesmo diário vários textos relativos à defesa e valorização do património: em 17 de Janeiro, «Respeito a quem o merece» (17,1), «O Gabinete» (2.3), «As calçadas» (4.3), «Classificação, desclassificação...» (23.3), «O Castelo» (28/3), «Sustos sem razão» (11.5), «A hora do Provedor» (28/5), «Perspectivas sobre o património» (11/7), Úm ovo de Colombo» (3/8), «Uma atenção ao Património» (8.10), «Orelhas de burro» (29/10), «As pedras da calçada» (4.11), «Que fazer ao Castelinho?» (21.11) e «Progresso e Património Cultural» (3.12).

20. O Secretário do Instituto manteve, durante todo o ano, uma publicação semanal no DIÁRIO INSULAR sob o título «Molduras da Cidade», orientada para a compreensão do património cultural.

21. O sócio Manuel Augusto de Faria também continuou a manter, no DIÁRIO INSULAR, colaboração sobre os fortes existentes na costa da ilha Terceira.

22. Concluíram-se as acções preventivas e de pesquisa no sfundos do porto de Angra, em ordem a ser possível o avanço das obras da

marina, que haviam sido interrompidas até que tais acções se completassem.

23. O Instituto acompanhou com preocupação os desentendimentos entre a administração regional e a municipal sobre a zona Pátio da Alfândega-Porta do Mar, verificando que, neste momento, se continua numa relativa indefinição sobre o que ali efectivamente se irá fazer, sem embargo do que tem vindo a divulgar-se. A passagem das intenções aos actos por parte da administração regional tem, a juízo do Instituto, pecado por demorada, com consequências negativas, até em termos de opinião pública.

24. O Instituto cooperou com o apoio à reconstrução, nos Biscoitos, de um moinho de vento junto da Escola Básica 2-3 desta freguesia.

8.º – QUOTAS

25. A sua cobrança foi prejudicada pelos grandes atrasos na publicação do Boletim.

III

FACTOS RELATIVOS À VIDA DO INSTITUTO

26. Faleceu o sócio honorário Isaías da Rosa Pereira. Faleceu também o sócio efectivo José Noronha Bretão.

27. O Presidente do Instituto participou oficialmente no *Simpósio Comemorativo dos 50 anos do I Congresso de História Catarinense e dos 250 anos da chegada dos casais açorianos a Santa Catarina*, que decorreu em Florianópolis, em 9 e 10 de Setembro. Proferiu ali uma conferência «Sobre os Açores e o Brasil» e ainda leu «Uma mensagem transatlântica», na respectiva sessão de encerramento. Foi ainda recebido em sessão da Directoria do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina,

para cuja biblioteca ofereceu os três volumes da *Fenix Angrence*. R fez parte da mesa de honra numa sessão da Academia Catarinense de Letras.

28. Em 27 de Abril o Presidente do Instituto apresentou em Ponta Delgada, num encontro promovido pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrático, uma palestra sobre «A Região Autónoma dos Açores e a adaptação do sistema fiscal às especificidades regionais: antecedentes». Em 30 do mesmo mês, também em Ponta Delgada e no âmbito do *IV Encontro dos Professores de História*, fez uma palestra sobre «os Açores e o mar na implantação do Liberalismo». Em 2 de maio e em Angra do Heroísmo, agora no âmbito das jornadas parlamentares do PS, fez uma conferência sobre «O desafio da adaptação». Em 9 de Junho, no auditório do Museu de Angra do Heroísmo e num encontro com a *Associação dos Alunos e Amigos do Liceu de Angra*, proferiu uma conferência «Sobre o Pátio da Alfândega e a Porta do Mar». Em 12 de Junho, na Covilhã e no âmbito do *Congresso do Espírito Santo – 1998*, apresentou uma comunicação sobre «Irradiação histórica portuguesa e actualidade do culto do Espírito Santo – Açores». Em 28 de Setembro, nas Furnas, participou no seminário *The Azores and the new Transatlantic Partnership* com um texto «Sobre os Açores no novo Atlântico». Em 2 de Outubro e no âmbito das *Jornadas Diocesanas sobre Acção Social* havidas na Ribeira Grande, apresentou uma comunicação «Sobre a situação social nos Açores». A 1 de Novembro e na Câmara Municipal do Porto Santo, num encontro rotário comemorativo da descoberta da ilha, fez uma palestra com o título «As ilhas ibéricas no Atlântico e a Europa». Finalmente em 11 de Dezembro, integrada no *II Encuentro Peninsular de Historia de las Relaciones internacionales – Portugal, España y el Mar, siglos XV-XX*, apresentou uma comunicação com o título «Os Açores e o Mar».

SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL RELATIVA À ZONA CENTRAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

I

APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE

1. O Instituto Histórico da Ilha Terceira pronuncia-se pela segunda vez sobre a matéria de que trata este diploma. Efectivamente, já o fizera sobre uma primeira versão da presente proposta, que o Governo Regional lhe submeteu no ano passado. O exame comparativo do texto de então e do actual mostra que várias das observações do Instituto foram tomadas em linha de conta. O parecer que segue é, assim, complementar do que no anterior. Mas, por se destinar a outro órgão, reproduz o essencial da informação que nesse parecer já se prestara.

2. No que respeita a cuidados com a defesa e valorização do património construído, esta proposta reproduz a maior parte das regras do DLR 15/84-A, de 13/4. Mostra-se, todavia, mais exigente, como aliás tem sido recomendado pela UNESCO (nomeadamente em instruções de 1987) ao prescrever algumas medidas em termos absolutos e ao prever a imediata elaboração e consequente vigência de um Plano de Salvaguarda. Ainda na mesma linha, alarga notavelmente o espaço classificado de molde a abranger as extensões para nascente e poente da cidade quinhentista. Além disto, cria para todo este conjunto uma enorme área de protecção.

3. As maiores diferenças situam-se ao nível orgânico-administrativo, com o desaparecimento da referência legal ao Gabinete da Zona Classificada, a prevista delegação de competências governamentais no Director Regional da Cultura e a atribuição formal de algumas funções (designadas por *competências*) ao município de Angra do Heroísmo. Sente-se uma preocupação de agradar à autarquia e ao público, decorrente não somente da aparente extinção do Gabinete como ainda da redução dos prazos para as pronúncias obrigatórias e vinculativas por parte da administração

regional. Desaparece também a garantia legal de alguns apoios financeiros, os quais se depreende ficarem relegados para disposições especiais.

4. Não pode deixar de se aplaudir o propósito de levar por diante um Plano de Salvaguarda, o que vem dar execução à *Carta Internacional para a Preservação das Cidades Históricas* (Washington, 1987). Para além dos seus fins próprios de disciplina fundamentada e sistemática, uma das vantagens do Plano é limitar a discricionariedade pontual da administração. A manutenção de praticamente todo o articulado restritivo do DLR 15/84-A reserva-o ao papel de orientação - vinculativa - para esse mesmo Plano, muito embora admitindo excepções. A redução drástica dos prazos para as pronúncias obrigatórias é uma medida louvável, que vai aliás traduzir-se em actividade e responsabildades acrescidas por parte da Administração. De facto, os enormes prazos ainda vigentes justificavam-se à partida por uma questão de cautela – nascida da inexperiência – mas deveriam há muito ter sido revistos. A sua subsistência por 15 anos foi um erro político e é grandemente responsável por anti-corpos gerados no público quanto às inevitáveis restrições e condicionamentos em obras num conjunto classificado, de responsabilidade nacional e regional.

5. O alargamento da Zona Classificada até ao Largo de São Bento e aos Portões de São Pedro é positivo, conquanto – ao contrário do que se tem dito – os espaços que ora se pretende proteger com especial rigor não façam parte da *Zona Central* que a UNESCO classificou como Património Mundial (e que por isso mesmo foi assim designada). Achamos porém que este alargamento devia ser menos abrangente como se refere abaixo, em comentário ao art. 2. Isto por razões histórico-culturais e também por razões práticas, pois todo o aumento da Zona Classificada (que já conta cerca de 1300 edifícios) vai redundar em trabalho adicional para a administração. O mesmo se diga da área de protecção que agora se pretende estabelecer. Como o diploma é omisso quanto à disciplina dessa área, cai-se na disciplina geral prevista no artigo 23 da lei do Património Cultural Português (lei 13/85, de 6/7). Quer dizer : mais pronúncias vinculativas da administração regional sobre tudo o que ali se for fazer.

6. A revogação do DR 3/80-A, de 7/2 (Paisagem protegida do

Monte Brasil) sofre do mal contrário. A razão para esta medida – apresentada no preâmbulo do diploma – afigura-se-nos insuficiente, uma vez que o DR 3/80-A também protege *toda a zona do Caminho de Baixo até ao porto de São Mateus* e não se indica, nem possivelmente existe, qualquer motivo para que esta protecção deva desaparecer. O que se justificará é uma reformulação do DR 3/80-A de maneira a proteger-se *efectivamente* essa zona suburbana, reconhecida há 19 anos como sensível, o que implica medidas especiais para ordenamento do seu território.

7. O Gabinete da Zona Classificada acabou reduzido à condição de *cabeça-de-turco*, como autêntica antepara que foi para uma administração regional até agora operante, nesta matéria, de maneira pouco decidida e mesmo errática. A sua extinção corresponde a aceitar-se uma rejeição generalizada disso mesmo. Porém a má vontade pública contra o Gabinete (para a qual a própria Câmara de Angra contribuiu, sobretudo nos primeiros tempos) não radicava apenas nisso. Radicava também numa incompreensão generalizada - e cremos que ainda subsistente, como se tem visto, nomeadamente com tudo o que se passa com a zona do Pátio da Alfândega - das profundas restrições que se impõem num conjunto urbano classificado como de interesse cultural mundial. A extinção, assim, terá sido decidida por razões de oportunidade política que não vale a pena discutir. Consideramos todavia certo que algo terá de substituir este Gabinete como estrutura de apoio técnico indispensável a um Director Regional da Cultura cujas responsabilidades irão crescer de maneira assinalável, para não dizer vertiginosa. E isto independentemente do novo *Gabinete* (municipal) *de Apoio ao Utente*, ao qual parece irem competir funções de esclarecimento e sensibilização antes atribuídas ao malquisto Gabinete da Zona Classificada pelo DRR que o estruturou. Resta saber onde se irá *realmente* desenvolver a especialização em questões de preservação patrimonial, nomeadamente ao nível de contactos externos de natureza técnica, que a este Gabinete estavam cometidos pelo DRR 26/87-A, de 26/8, e que parecem agora ficarem cumulativamente a pertencer à administração regional e à municipal, como decorre da al^{a} d) do n° 1 do art. 41.

8. A repartição, dita *de competências*, entre a administração regional e a municipal será objecto de análise na especialidade. Cumpre notar, entretanto, que a administração regional é, perante as instâncias externas, a *única responsável* pela preservação e valorização do conjunto classificado. A Câmara (como afinal todos os residentes, mas por evidente maioria de razão) terá sempre aqui funções importantes, de cooperação, divulgação e animação. Serão contudo funções subalternas, não obstante o elevado *interesse próprio* decorrente da sua condição de. autarquia onde o conjunto classificado se situa. Daí o compreender-se que se lhe cometam funções de promoção e iniciativas de valorização, em qualquer caso, sèmpre subordinadas à sanção regional. O ponto é que uma classificação *internacional* e *regional* tem de considerar-se também de relevância *nacional*, apesar da confusão que continua a lavrar à volta da ainda hoje vigente lei 13/85. O interesse protegido vai muito para além do concelhio e é por isso que a Câmara deve colocar-se numa posição fundamentalmente de *beneficiária* (ou mesmo *utente*, justamente por ser o corpo representativo dos moradores) e, no seu próprio interesse, de colaboradora activa. No entanto, a experiência terá mostrado que as motivações para um empenhamento municipal adequado e desejável para a valorização da cidade histórica implicariam *alguma* partilha de poder administrativo. É nesta perspectiva psico-política que se conseguem entender as concessões que o diploma faz ao Executivo camarário.

9. O desaparecimento de incentivos financeiros garantidos legalmente significa uma regressão quanto a outros que existem (v.g. os arts. 45 do DLR 15/84-A e 6 do DLR 10/88-A, de 30/3), muito embora os até agora previstos para a Zona Classificada, fora do contexto da Reconstrução, o fossem também por diploma regulamentar (DRR 20/95-A, de 10/10 e DRR 4/96-A, de 13/2). Consideramos que tem melhor cabimento em diploma legislativo a disciplina destes apoios, ao menos nos seus princípios básicos.

II

APRECIAÇÃO NA ESPECIALIDADE

ART. 1 – O nº 1 deste artigo reproduz o art. 1 do DLR 15/84-A, com uma alteração terminológica (*conjunto de interesse público*) que corresponde ao estabelecido na referida lei 13/85. Todavia, mercê de um extraordinário acórdão do Tribunal Constitucional de 89/05/23, vários preceitos desta lei não se aplicam às Regiões Autónomas. Desta situação resulta manterem-se antigas competências regionais para classificar... imóveis de interesse público, categoria esta que, todavia, a lei 13/85 desconhece. Acresce ainda que o título de monumento regional (nº 2 do art. 5 do DR 13/79-A, de 16/8) é justamente dado a certos imóveis de interesse público, categoria que não conhecia ainda o conceito de conjunto classificado. De resto, a lei 13/85 já nem pode sequer considerar-se lei geral da República. E, mesmo que o fosse, os seus princípios fundamentais decerto não estariam postos em causa com esta classificação. O ponto que subsiste é outro. É o de saber se o facto de a Zona Central de Angra estar incluída, como conjunto, na lista do Património Mundial, não implicaria uma classificação, como conjunto, a nível *nacional*. Parece que sim. Mas o facto é que as antigas competências regionais permitiam classificar imóveis de interesse público, o que efectivamente correspondia a uma categoria *nacional*, uma vez que, abaixo desta, somente havia a concelhia. A matéria é, assim, muito confusa, mas não por culpa da Região. Como se refere em nota ao art. 48, todo o DLR 15/84-A deve ser revogado. Mas a preocupação de manter viva a classificação de 1984 justifica uma diferente redacção para este nº, que seria assim : *A zona central da cidade de Angra do Heroísmo é classificada como conjunto de interesse público, mantendo a categoria de monumento regional que lhe foi atribuída pelo DLR 15/84-A, de 13 de Abril.*

A classificação genérica feita no nº 1 deste artigo completa-se nos 3 n.os seguintes – na esteira do que este Instituto oportunamente sugerira – com uma classificação específica como imóveis de interesse público dos

prédios sitos na zona classificada que vierem a ser considerados de acordo com as normas do Plano de Salvaguarda, de maneira a que os mesmos possam beneficiar de isenção da Contribuição Autárquica. A iniciativa desta classificação deixa-se à iniciativa dos respectivos interessados. Parece-nos, contudo, que isto não basta. E que nada obstará, antes pelo contrário, a que tal iniciativa seja alheia. Assim, entendemos que o nº 2 deve ser alterado nos seguintes termos: *Mediante proposta fundamentada, seja da administração regional, seja da Câmara Municipal, esta por iniciativa própria ou a requerimento do interessado...*

ART. 2 – Corresponde ao art. 2 do DLR 15/84-A, com as alterações traduzidas em ampliação da Zona Classificada. Tal como oportunamente havíamos assinalado, não encontramos razão válida para que ele inclua os espaços novos a norte da Guarita e de São Lázaro, bem como os de São Pedro (Fanal) e do Bailão, que são adições muito recentes ao tecido urbano. Consideramos preferível incluir na Zona Classificada apenas o que, no mapa do século XVI, levava às entradas oriental e ocidental da cidade, incluindo as ruas do Meio e de Baixo de São Pedro. O restante espaço deverá ser declarado somente zona de protecção. Concordamos com o alargamento da classificação ao espaço nascente de São João de Deus, bem como à faixa de terreno a sul do bairro novo de Santa Luzia. Quanto à nova área de protecção já prevista, parece lógico que a mesma inclua todo o espaço limitado pela Circular. Mas tudo o que respeitar a essa área implica uma ponderação muito séria (que não se mostra feita no diploma) quanto à respectiva disciplina. Este deve deixar claro quais a medidas a que fica sujeita a zona de protecção e que decerto terão de ser mais concretizadas no Plano de Salvaguarda. Serão medidas muito menos exigentes do que as previstas para a Zona Classificada, tendo sobretudo a ver com o volume das construções, a preservação ou mesmo a criação de espaços verdes e o condicionamento de certas actividades económicas. Serão, em qualquer caso, medidas mais leves do que as previstas no já referido artigo 23 da lei 13/85 e por isso a sua verificação poderia ficar somente a cargo da Câmara Municipal.

ART. 3 – Corresponde ao art. 3 do DLR 15/84-A com uma restri-

ção, pois ressalva *apenas* medidas futuras, que agora se circunscrevem às que sejam mais exigentes. *Não vemos utilidade nesta restrição*, pelo que achamos que é de manter o texto de 1984. A ressalva quanto à reserva agrícola é correcta; mas seria muito mais simples que a própria reserva agrícola, fixada por via administrativa, não abrangesse a área da zona classificada.

ART. 4 – Corresponde ao art. 4 do DLR 15/84-A com o aditamento de um nº 3. Este novo nº tem a utilidade de ampliar os elementos característicos da Zona Classificada, abrindo a possibilidade de virem a ser introduzidas alterações em *todos* os edifícios nela situados, não somente aos anteriores ao século XX ou simplesmente os existentes, como no DLR 15/84-A se previa e mais adiante, no presente diploma, continua a prever-se.

ART. 5 – Corresponde ao art. 5 do DLR 15/84-A com grandes alterações. O nº 1 permite agora a delegação da competência do Secretário Regional no Director Regional da Cultura. Os 2 novos nºs parecem dispensáveis, visto o carácter vinculativo ser pressuposto do licenciamento camarário, que sem ele será nulo. Quanto ao recurso, o mesmo tem já regras gerais que o admitem, sem necessidade de mais especificações. Em contrapartida, achamos que aqui (ou em novos artigos seguintes) teriam cabimento:

a) a disciplina a que devem estar sujeitas quaisquer obras a realizar na área de protecção, sobre as quais o diploma é inteiramente omisso;

b) a fixação do prazo, ou de prazos, para emissão dos despachos e bem assim a regra sobre o deferimento tácito, porque se acham só transitoriamente estabelecidos no nº 4 do art. 48.

ART. 6 – É novo. Dele resulta a subordinação do Plano de Salvaguarda às disposições do diploma. Por seu turno, o nº 3 define a manifesta dependência do Plano de Salvaguarda perante o Governo Regional, pelo que se depreende que a Câmara (que o elabora e o mantém actualizado – alª a) do art. 40) fica a funcionar como uma espécie de mandatária do Governo Regional nesta área.

ARTS. 7 e 8 – Novos. Parecem correctos. Atenção à redacção da

alª d) do nº 1, em que deve escrever-se *e indicação das técnicas* em vez de *e indicar as técnicas*.

ART. 9 – Corresponde ao art. 7 do DLR 15/84-A.

ART. 10 – Corresponde ao art. 8 do DLR 15/84-A, mas com valor mais tendencial do que imperativo, na medida em que o novo nº 3 contempla a previsão de eventuais excepções no Plano de Salvaguarda. No nº 1 o verbo deve estar no futuro.

ART. 11 – Corresponde ao art. 9 do DLR 15/84-A, mas com uma aparente alteração, minimizada, é certo, pelo nº 2. Parece que com estas preceitos se pretendeu responder a uma crítica que havíamos formulado relativamente ao projecto de proposta, que apenas ressalvava os pavimentos tradicionalmente em paralepípedos de basalto. A regra de que as ruas da Zona Classificada devem ter calçada com paralepípedos de basalto fica de alguma maneira em aberto com a nova restrição que se lhe faz, reduzindo-as às que (já) o sejam com este pavimento. Ora há presentemente pavimentos asfaltados que até há poucos anos eram de calçada. Pondere-se que tradição do calcetamento com paralepípedos é de formação gradual e foi substituindo formas antigas de pavimentação que desapareceram. As primeiras calçadas de Angra datam do princípio do século XVII, segundo Maldonado - mas não eram de paralepípedos. Os passeios (*ladrilhos*) receberam calçada antes das ruas propriamente ditas, o que até se justificava pelo trânsito de animais de tiro e sela. As calçadas mais recentes datam de há cerca de 50 anos. A exigência de calcetamento com paralalepípedos deve, a nosso ver, estender-se a todas as ruas da zona classificada. Ela corresponde simplesmente ao desenvolvimento, generalizado, de uma forma de dignificação dos pavimentos da cidade iniciada na sua última época histórica considerada na protecção (a época liberal, até ao fim do século XIX) ainda que com calçadas diferentes. Achamos, por tudo isto, que se deve manter o artigo 9 de do DLR 15/84-A, apesar de ele não haver sido respeitado até agora quanto à reposição de calçadas entretanto substituídas por asfalto. Parece-nos por isso imperativo que os pavimentos de asfalto subsistentes devam, ainda que gradualmente, desaparecer das ruas incluídas na Zona Classificada. Note-se que as ruas prin-

cipais que, segundo agora se pretende, passariam a integrar a Zona Classificada, tiveram calçada durante vários anos. As calçadas antigas, ou outros pavimentos sem calçada, vieram a ser substituídas por macadame - uma inovação do século XIX de que o revestimento asfáltico é hoje um mero aperfeiçoamento. O macadame clássico é presentemente inadmissível dentro de qualquer espaço urbano (pela poeira que causa e o efeito das chuvas). Pelo que se passa no resto do mundo civilizado se vê que o revestimento asfáltico não se encontra em conjuntos urbanos históricos e protegidos em função da características anteriores ao século XX.

ART. 12 – Corresponde ao art. 10 do DLR 15/84-A. O nº 2 adita uma restrição, que nos parece correcta. O nº 3 remete a exequibilidade das excepções previstas para uma previsão do Plano de Salvaguarda.

ARTS. 13, 14, 15 e 17 – Correspondem aos arts. 11, 12, 13 e 15 do DLR 15/84-A, com aditamentos admitindo excepções previstas no Plano de Salvaguarda.

ARTS. 16 e 18 – Corresponde aos arts. 14 e 16 do DLR 15/84-A, com excepções correctamente remetidas, da discricionariedade do Secretário Regional, para a previsão no Plano de Salvaguarda.

ART. 19 – Corresponde ao art. 17 do DLR 15/84-A, com um aditamento no nº 4 ressalvando, bem, as cores tradicionais, e com a supressão do nº 5, por inútil.

ART. 20 – Corresponde ao art. 18 do DLR 15/84-A, com a introdução de mais uma exigência correcta (acabamento das paredes exteriores não areado).

ARTS. 21 e 22 – Correspondem aos arts. 19 e 20 do DLR 15/84-A.

ART. 23 – Corresponde ao art. 21 do DLR 15/84-A com uma excepção nova, justificável perante estudo com expressão no Plano de Salvaguarda. Regista-se que as platibandas do século XIX são próprias de uma época, também histórica – a época liberal – da vida da cidade.

ART. 24 – Corresponde ao art. 22 do DLR 15/84-A com uma exigência adicional, a nosso ver correcta, quanto à forma das vidraças.

ART. 25 – Corresponde ao art. 23 do DLR 15/84-A, com a regra fixada de molde a só permitir excepções feitas pelo Plano de Salvaguarda.

ART. 26 – Corresponde ao art. 24 do DLR 15/84-A, com uma exigência adicional, aceitável, quanto à altura da colocação das sacadas a observar nos edifícios novos.

ART. 27 – Corresponde ao art. 25 do DLR 15/84-A, bem corrigido com a referência às cores tradicionais (que não são apenas o verde escuro) e a modelos a prever no Plano de Salvaguarda.

ART. 28 – Corresponde ao art. 26 do DLR 15/84-A.

ART. 29 – Corresponde ao art. 27 do DLR 15/84-A, com uma pequena ampliação, aceitável, das variantes admitidas.

ART. 30 – Corresponde ao art. 28 do DLR 15/84-A, aumentando a restrição a *todos* os estores, com ou sem caixa à vista. É uma posição correcta, mas rigorosa e de difícil aceitação para quem, após o início da vigência do referido DLR 15/84-A, colocou estores de caixa escondida. Por isso poderá convir uma ressalva para estas situações até que tais estores estejam inutilizáveis.

ARTS. 31, 32, 34, 35 e 36 – Correspondem aos arts. 29, 30, 32, 33 e 34 do DLR 15/84-A.

ART. 33 – Corresponde ao art. 31 do DLR 15/84-A, remetendo para o Plano de Salvaguarda e prevendo, bem, disciplina própria para os dispositivos de ar condicionado.

ART. 37 – Corresponde ao art. 35 do DLR 15/84-A, remetendo para o Plano de Salvaguarda.

ART. 38 – Corresponde ao art. 36 do DLR 15/84-A, mas com uma proibição radical, com que se concorda.

ART. 39 – Novo. Indica competências do Secretário Regional da tutela, na qualidade de principal responsável político-administrativo pela preservação e valorização do conjunto classificado. Em comentário, dir-se-á que a alínea e) nos parece de harmonização difícil com a alínea a) do art. seguinte : em qualquer caso, o cadastro só se compreende enquanto não houver Plano de Salvaguarda - porque este forçosamente o incluirá e o manterá actualizado.

ART. 40 – Novo. Indica competências da Câmara de Angra. Em comentário, apontar-se-á a já referida dificuldade de compatibilização da

alínea a) com a alínea e) do art. anterior, até porque o nº 3 do art. 6 implica que todas as actualizações sejam do conhecimento da administração regional : pelo que parece resultar de tudo isto uma duplicação de actividades. Quanto à alínea c), parece inteiramente redundante, por já decorrer da lei.

ART. 41 – Novo. Corresponde manifestamente à já apontada intenção de estimular boas relações entre dois poderes que se situam em diferentes níveis. O enunciado é mais de faculdades que de direitos propriamente ditos, ou então de direitos potestativos (não acompanhados de dever funcional). Neste artigo e do anterior é que parece residir a correspondência à promessa eleitoral de fazer desaparecer o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, apontado como o responsável por demoras em processos de licenciamento. A atribuição expressa ao município de funções de informação e mentalização públicas e bem assim de contactos externos com instituições conexas com actividades de defesa do património pode ser uma das tais maneiras de minimizar ciúmes político-administrativos que minaram as relações da Câmara de Angra com aquele Gabinete.

ART. 42 – Corresponde ao art. 41 do DLR 15/84-A, com um aumento considerável no valor das coimas. Embora a nossa anterior sugestão sobre o valor destas coimas tenha sido de alguma maneira tomada em linha de conta pelo Governo Regional, consideramos que o seu limite mínimo deve ser ainda inferior (da ordem dos 50 000$00) por haver pessoas de poucos recursos envolvida nas obrigações resultantes deste diploma. A punibilidade da negligência, prevista *ex novo*, é uma cautela útil e desmotivadora de transgressões.

ART. 43 – Corresponde ao art. 42 do DLR 15/84-A. A supressão do nº 3 está correcta, por haver possibilidade de realizar compulsivamente as obras de correcção, como vem previsto no nº 2 do art. seguinte.

ART. 44 – Corresponde ao art. 43 do DLR 15/84-A, sendo de notar que desaparece, correctamente, a referência ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas, por desnecessária e ainda, por acréscimo, fonte de confusões. Este embargo administrativo vem já previsto nos arts. 39, alí-

nea d), e 40, alínea d) pelo que são duas – a regional e a municipal – as administrações com competência para o promover.

ART. 45 – Corresponde ao art. 44 do DLR 15/84-A, mas é um preceito novo. Anota-se que o Governo Regional respondeu ao reparo que havíamos feito quanto à necessidade de estabelecer por via legislativa parâmetros sobre os prazos e sobre o deferimento tácito, como se vê no nº 3.

ART. 46 e 47 – Novos e úteis. Parecem inserir-se na apontada tendência para aproximação amistosa e colaborante da administração regional com a municipal.

ART. 48 – Novo. Pensamos que se deve limitar ao nº 1, dado que a matéria do nº 2 tem melhor cabimento no art. seguinte.

ART. 49 – Novo. O nº 1 revoga o DR 3/80-A, de 7/2, com o fundamento de que o novo diploma protege o Monte Brasil e o anterior nunca foi regulamentado. Na apreciação na generalidade (nº 6) já nos pronunciámos sobre esta revogação. Quanto ao nº 2 deverá, a nosso ver, revogar todo o DLR 15/84-A, mantendo porém a vigência, *até haver Plano de Salvaguarda em condições de se aplicar*, de toda a disciplina dos seus artigos 4 a 45.

I

Ao partir para a contestação ao projecto de construção de uma unidade hoteleira no interior do Castelo de São Sebastião, fi-lo na convicção de que vinha em defesa de uma causa praticamente perdida. Isto porque estava a prejudicar fortes interesses económicos; porque estava a contrariar uma tendência psicológica quase estrutural: quando deixamos de utilizar uma coisa deitamo-la para o lixo ou, se lhe reconhecemos ainda algum valor, reinventamos-lhe a função – espalhados pelos balcões da ilha estão os velhos caldeirões de ferro transformados em floreiras.

Para o historiador, o documento vale como tal, como documento. Importa preservá-lo. Reconstitui-lo quando e na estrita medida do necessário. Nunca falseá-lo.

Permitam-me que peça a vossa reflexão sobre esta questão.

II

Apenas as fortificações militares integradas na Zona Classificada de Angra do Heroísmo e o forte de Santa Catarina do Cabo da Praia estão legalmente protegidos. Sugiro que o IHIT proponha à Direcção Regional da Cultura a classificação de Imóvel de Interesse Público aos restantes fortes da Ilha em bom estado de conservação – fortes do Negrito, Grande de São Mateus, São Pedro dos Biscoitos –; em ruínas, mas ainda com substanciais elementos estruturais – fortes do Pesqueiro dos Meninos e de São José; e, eventualmente, das restantes ruínas – fortes de Nossa Senhora do Pilar (Cinco Ribeiras), Má-Ferramenta, Santo António do Porto Judeu, reduto da Salga, Cavalas, Caninas, Bom Jesus, São Fernando, Nazaré, São Filipe, São Bento, São Jorge e Espírito Santo.

Sendo, previsivelmente, esta a última reunião em que o Sr. Coronel Rocha, Governador do Castelo de São João Baptista, participa, realço a sensibilidade e o empenho que pôs na manutenção da fortaleza.

M Faria

RELATÓRIO DE CONTAS DO IHIT DE 1998

RECEITAS	
Saldo do ano anterior	6.434.826$00
Quotas	59.500$00
Venda de publicações	177.125$00
Subsídio da SREAS	4.250.000$00
Sub. SREAS (moínho Biscoitos)	2.381.820$00
Devolução da EDA	2.211$00
Juros da conta à ordem	32.881$00
Juros da conta a prazo	143.961$00
V Col. de Hist. das Ilhas do Atlântico (subsídio SREAS)	2.500.000$00
Total	15.982.324$00
DESPESAS	
Água	11.682$00
Luz	16.376$00
Encarregada do expediente	18.000$00
Correio	32.655$00
Expediente	124.411$00
Quota do ICOMOS	37.500$00
CD-ROM "Angra, das persp. às realidades" Jorge Monjardino (fotos)	150.000$00
Siii	800.000$00
IP Telecomunicações	56.160$00
Deslocação a Florianópolis	236.000$00
Actualização do computador	44.800$00
V Colóquio das Ilhas do Atlântico	368.971$00
Compra de mapas antigos	60.000$00
Edições:	
III Volume Fénix Angrence	4.774.250$00
Transporte dos volumes	90.276$00
Acompanhamento da edição	500.000$00
Separatas	140.000$00
Boletim 1995, sep. e Actas do Colóquio	5.468.788$00
Saldo para 1999	3.052.455$00
Total	15.982.324$00

PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 1999

RECEITAS

Quotas	300.000$00
Venda de publicações	300.000$00
Fundo do IHIT	921.426$00
Subsídio atribuído em 1998	4.000.000$00
Subsídio para 1999	9.178.574$00
Total	14.700.000$00

V Col. de Hist. das Ilhas do Atlântico

Transf. do ano anterior	2.131.029$00	
2.ª parte do Subsídio para o Colóquio	2.500.000$00	4.631.029$00
		14.700.000$00

DESPESAS

Expediente	300.000$00	
Boletim 1993/94	3.000.000$00	
Boletim 1996/97	4.000.000$00	
Boletim 1998	4.000.000$00	
Leitura do Tombo de S. Francisco	1.800.000$00	
Centro UNESCO dos Açores	350.000$00	
Informática e Multimédia	250.000$00	
Projecto CDROM Angra	1.000.000$00	14.700.000$00
V Col. de História Ilhas do Atlântico	4.631.029$00	
		19.331.029$00

PLANO DE TRABALHOS PARA 1999

1.º – Publicação dos Boletins de 1996/97, em volume único, e de 1998.

2.º – Realização do V Colóquio Internacional da História das Ilhas do Atlântico.

3.º – Providências para a leitura e transcrição do Livro do Tombo de São Francisco.

4.º – Reorganização da Biblioteca do Instituto e distribuição de excedentes das publicações em depósito.

5.º – Continuação das actividades do Centro UNESCO dos Açores, nomeadamente com o reatamento de conferências periódicas e mobilização de colaboradores.

6.º – Desenvolvimento do *site* Internet do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

7.º – Conclusão da reconstrução do moinho de vento nos Biscoitos.

8.º – Acções atinentes à preservação e valorização do património, com especial atenção aos problemas relativos à recuperação dos vestígios na zona do cais da Alfândega e ao património subaquático.

9.º – Mantém-se o valor da quota fixada para o ano anterior.

ACTA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1999

28 de Julho de 1999

Aos vinte e oito dias do mês de Julho de mil novecentos e noventa e nove, em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, ao Largo de Santo Cristo, na antiga casa dos Terceiros de S. Francisco, em Angra do Heroísmo, tendo como ordem de trabalhos:

1. Balanço da execução do Plano de trabalhos para 1999;
2. Emissão de um Parecer para a Assembleia Legislativa Regional;
3. Eventual participação num Colóquio sobre História da Baia;
4. Troca de impressões sobre a admissão de novos sócios;

Estiveram presentes os sócios Sr. João Dias Afonso; Governador do Castelo de S. João Baptista, Ten. Cor. José Augusto; Sr. Valdemar Mota; Doutor José Guilherme Reis Leite; Dr. Álvaro Monjardino; Dr. Francisco Maduro-Dias; Dr. Jorge Forjaz.

Foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

Antes da Ordem do Dia foi saudada a presença do Sr. Ten. Cor. José Augusto que desde Março comanda o Reg. de Guarnição n.º 1. Referiu-se, a propósito, a reabertura ao culto da Igreja do Castelo, ocorrida a 23 de Julho passado, aquando das comemorações do aniversário do Regimento.

Os sócios tomaram também conhecimento da recente oferta feita pelo Governo de Macau de cerca de 250 obras editadas por várias instituições daquele território. Visitaram o Instituto, por essa ocasião, o Sec. Adjunto para a Administração, Educação e Juventude, Dr. Jorge Rangel; o Presidente do Instituto Politécnico de Macau, Doutor Luís Oliveira Dias; o Presidente da Fundação Cultural de Macau, Doutor António Rodrigues Júnior; e o Chefe de Gabinete do Sec. Adjunto, Sr. José Angelo Lobo do Amaral.

Ainda antes da Ordem do Dia o Sr. Presidente apresentou alguns

desenhos recentemente remetidos a ele pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo acerca do projecto ENATUR para a fortaleza de S. Sebastião. Trocaram-se algumas opiniões acerca do projecto e do seu impacto na fortaleza, salientando-se duas correntes, uma favorável ao projecto desde que a silhueta do forte se mantenha, outra receando que a intervenção descaracterize o imóvel na linha do que já aconteceu, por exemplo, com a fortaleza de Santa Cruz na Horta.

No âmbito da Ordem de Trabalhos passou-se em revista o primeiro ponto.

Quanto ao segundo ponto, "pedido de Parecer sobre uma proposta de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Partido Social Democrata relativo à dispensa de serviço para participação em actividades culturais", o Sr. Presidente apresentou uma proposta de texto que, depois de diversos esclarecimentos, foi aprovada.

Passando-se ao terceiro ponto dos trabalhos, o Instituto foi informado sobre o IV Congresso de História da Baía, Brasil, e que o Sr. Presidente ia diligenciar no sentido de obter alguma informação adicional.

Finalmente, no que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, trocaram-se impressões sobre o tema.

Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada quando eram dezanove horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai assinada por mim, Francisco dos Reis Maduro-Dias, Secretário do Instituto, que a elaborei, e pelo Senhor Presidente.

ACTA DA REUNIÃO PARA ELEIÇÃO DA MESA

30 de Dezembro de 1999

Aos trinta dias do mês de Dezembro de 1999, em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, ao Largo de Santo Cristo, na antiga casa dos Terceiros de S. Francisco, em Angra do Heroísmo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa para o biénio 2000-2001 (art.º 2 do Regulamento Interno).

Estiveram presentes os Sócios Efectivos: Dr. Álvaro Monjardino; Director do Museu de Angra, Dr. Olívio Rocha; Dr. Francisco Maduro-Dias; Dr. Rui Meireles; Eng.º Correia Guedes; Doutor José Guilherme Reis Leite; Sr. Valdemar Mota; Governador do Castelo de S. João Baptista, Cor. Vasco Capaz; Ten. Cor. Manuel Faria; P.e Dr. João Maria Mendes.

Feitas as votações foram eleitos os seguintes Sócios Efectivos:

Presidente: Francisco dos Reis Maduro-Dias

Presidente Substituto: João Maria Sousa Mendes

Secretário: Manuel Augusto Faria

Secretário Substituto: Rui Ferreira Ribeiro de Meireles

Tesoureiro: Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves

Tesoureiro Substituto: José Henrique dos Santos Correia Guedes

E nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente acta, por mim Francisco dos Reis Maduro Dias, Secretário do Instituto, que a elaborei, e pelo Senhor Presidente.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- Cadernos do Noroeste, Vol 11(2), 1998
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 113ª, N.os 1-2 Jan-Dez, 1995
- Praia 99, Boletim Municipal, 2.º Trimestre, 1999
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 114ª, N.os 1-2 Jan-Dez, 1999
- Anais do Simpósio Comemorativo ao Cinquentenário do 1.º Congresso de História Catarinense e 250 Anos da Presença Açoriana em Santa Catarina – 8 a 9 de Set 1998
- Arquivo de Beja, Vol IX, Série III, Dez 98
- Olaria 2, Dez 1998
- Revista da Faculdade de Letras, História, II Série, Vol XIV, 1997
- Islenha, N.º 20, Jan-Jun 1999
- Insulana, Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol LIII, 1997
- Collecção dos Documentos Officiaes relativos aos ultimos acontecimentos nas Ilhas dos Açores dedicada á leal e brava guarnição das mesmas ilhas.
- Insulana, Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol LIV, 1998
- Arquivo de Beja, Vol X, Série III, Abril 99
- Arquipélago, Filosofia 6, 1998

- Arquipélago, Filosofia no Mundo Actual, Série Filosofia 5, 1996
- Actas do 1.º Encontro sobre Cultura Popular (Homenagem ao Prof Doutor Manuel Viegas Guerreiro), 25 a 27 de Set 1997
- Arquipélago, Línguas e Literaturas, Vol XV, 97/98
- Arquipélago, História, 2.ª Série, Vol II, 1997
- Arquipélago, História, 2.ª Série, Vol III, 1999
- Arquipélago, Línguas e Literaturas, Vol XIII, 92/93
- Estudos Blondelianos, Maria do Céu Patrão Neves
- Arquipélago, Línguas e Literaturas, Vol XIV, 94/96
- Revista di Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3.ª Fase, N.º 17, 1998
- Le Symbolisme du Triple Couronnement et les Empires du Saint-Esprit
- Catálogo das Obras Impressas no Séc XVII
- Ágora, Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Ano XII, N.º 26 , 2.º Semestre, 1997
- Dos Açores ao Brasil Meridional: Uma Viagem no Tempo, Velson Francisco de Farias
- Autonomia dos Açores – O 1.º Movimento
- Viajar à Procura do Sonho – Encantos Históricos de Macau, Lei Soi Cheong
- O Poeta, a Cidade e o Mar, Carlos Marreiros
- Arquivo Histórico da Madeira, Vol XXII, 1999
- Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 17 a 21 de Março de 1997
- Oxford University Press
- Ágora, Ano X, N.º 20-21, 1995
- Boletim do Núcleo Cultural da Horta, Separata, Vol XII, 1996/7
- Ciência para o Século XXI – Um Novo Compromisso

ÍNDICE DOS AUTORES

Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt **AMORIM**
– *Crescimento demográfico e emigração. O caso da freguesia de S. João, no Sul do Pico* 517

Doutor Luís Manuel **ARRUDA**
– *Pensamento científico de Arruda Furtado no contemporâneo dos Açores* 435

Eng.° Orlando Vasconcelos de **AZEVEDO**
– *Campanhas oceanográficas do Príncipe de Mónaco nos Açores* 423

Dr. Ricardo Manuel Madruga da **COSTA**
– *Guerra peninsular, conjuntura transatlântica e seu impacto nos Açores* .. 97

Eng.° José Carlos Magalhães **CYMBRON**
– *Manhan e a emergência do poder americano* 261

Doutora Fátima Sequeira **DIAS**
– *A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre "politicamente correcta" do viajante nas ilhas)* 171

Doutora Maria Fernanda Dinis T. **ENES**
– *As primeiras eleições constitucionais e cartistas em Angra: ideologias em presença* 577

Doutor José Manuel **FERNANDES**
– *Os Açores no contexto da Macaronésia: espaço construído no séc. XIX, uma síntese* 393

Dr. Carlos Santiago Martín **FERNÁNDEZ**
– *Notas Sociogeográficas sobre el S. XIX, para la Isla de El Hierro (Islas Canarias), realizadas por investigadores y viajeros* 449

Doutor João Carlos **GARCIA** / Doutor Miguel **NOGUEIRA**
– *Cartas de São Jorge (1899-1913): O espaço vivido e recordado da família Lacerda* 695

Dr.ª Ana Cristina da Silva Rodrigues **GOMES**
– *Espelhos distorcidos: viagem e poder* 471

Doutor Eric **GROVE**
– *The Azores and British Naval Strategy* 161

Dr. Emanuel **JANES**
– *A apetência inglesa pela Madeira no final da Monarquia Absoluta e princípio do Liberalismo (1801-1828)* 235

Doutor José Guilherme Reis **LEITE**
– *A entrada no Contemporâneo vista dos Açores* 549

Doutor Víctor Morales **LEZCANO**
–Acotaciones sobre la vecindad maritima y territorial de islas y península mediterráneas 761

Doutor F. Riopardense de **MACEDO**
– *Açorianos para o Sul do Brasil* 731

Dr. João Maria **MENDES**
– *O estado religioso de uma diocese atlântica há 100 anos – o "Relatório" do bispo de Angra para a visita* ad sacra limina 653

Doutor Avelino de Freitas **MENEZES**
– *Os Açores na defesa do Império Luso-Brasileiro – as incidências de meados do século XVIII* 479

General Manuel de Sousa **MENEZES**
– *A "Conquista" liberal dos Açores* 607

Dr. Álvaro **MONJARDINO**
– *O Atlântico, porta do Contemporâneo* 13

Doutor Miguel **NOGUEIRA** / Doutor João Carlos **GARCIA**
– *Cartas de São Jorge (1899-1913): O espaço vivido e recordado da família Lacerda* 695

Doutor Nereu do Vale **PEREIRA**
– *As Ilhas Açorianas e o Brasil Meridional* 491

Doutor João Adriano **RIBEIRO**
– *Considerações sobre o relacionamento entre as ilhas e os EUA após a sua independência* 329

Doutor Jorge Manuel Martins **RIBEIRO**
– *O papel dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no relacionamento luso-americano nos finais do século XVIII e inícios do século XIX* 285

Dr. Paulo Miguel Fagundes de Freitas **RODRIGUES**
– *A Ilha da Madeira durante as* Guerras Napoleónicas: a génese das ocupações britânicas de 1801 a 1807 105

Dra. Maria Júlia de Oliveira e **SILVA**
– *A importância das Ilhas Atlânticas no comércio dos mercadores estrangeiros – sobretudo ingleses – nas primeiras décadas do séc. XVIII*.. 205

Pedro da **SILVEIRA**
– *Os Açores visitados: De George Forster e o Conde de Ségur a Ida Pfeiffer* 563

Doutor Rui Alexandre Carita **SILVESTRE**
– *O poder emergente dos Estados Unidos nos finais do século XVIII. A situação na Madeira com as colónias de comerciantes estrangeiros* 307

Dr.ª Teresa Cláudia **TAVARES**
– *O projecto identitário açoriano à luz de uma representação bostoniana da comunidade emigrada* 461

Doutor António José **TELO**
– *A Armada (e as Ilhas) na formação do Portugal Contemporâneo* 49

Doutor Geoffrey **TILL**
– *Islands and Maritime Power* 25

Doutor Bruce **VANDERVORT**
– *Caesura: Azorean-North American relations in the American War for Independence (1776-1783)* 249

Doutora Mary Theresa S. **VERMETTE**
– *Diplomacy in Atlantic Outposts: American Consulates in the Azores (1700-1900)* 333

Doutor Alberto **VIEIRA**
– *Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX* 353

Doutor Donald **WARRIN**
– *João Ignacio d'Oliveira, lendário criador de gado do Noroeste americano* 621

Doutor José Augusto **ZEFERINO**
– *Ilha de Santa Catarina, Brasil: A Geografia das Fortalezas no Contemporâneo* 63

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

Acotaciones sobre la vecindad maritima y territorial de islas y península mediterráneas
Doutor Víctor Morales Lezcano 761

Os Açores na defesa do Império Luso-Brasileiro – as incidências de meados do século XVIII
Doutor Avelino de Freitas Menezes 479

Os Açores no contexto da Macaronésia: espaço construído no séc. XIX, uma síntese
Doutor José Manuel Fernandes 393

Os Açores visitados: De George Forster e o Conde de Ségur a Ida Pfeiffer
Pedro da Silveira 563

Açorianos para o Sul do Brasil
Doutor F. Riopardense de Macedo 731

A apetência inglesa pela Madeira no final da Monarquia Absoluta e princípio do Liberalismo (1801-1828)
Dr. Emanuel Janes 235

A Armada (e.as Ilhas) na formação do Portugal Contemporâneo
Doutor António José Telo 49

O Atlântico, porta do Contemporâneo
Dr. Álvaro Monjardino 13

The Azores and British Naval Strategy
Doutor Eric Grove 161

Caesura: Azorean-North American relations in the American War for Independence (1776-1783)
Doutor Bruce Vandervort 249

Campanhas oceanográficas do Príncipe de Mónaco nos Açores
Eng.º Orlando Vasconcelos de Azevedo 423

Cartas de São Jorge (1899-1913): O espaço vivido e recordado da família Lacerda
Doutor João Carlos Garcia / Doutor Miguel Nogueira 695

A "Conquista" liberal dos Açores
General Manuel de Sousa Menezes 607

Considerações sobre o relacionamento entre as ilhas e os EUA após a sua independência
Doutor João Adriano Ribeiro 329

Crescimento demográfico e emigração. O caso da freguesia de S. João, no Sul do Pico
Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim 517

Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX
Doutor Alberto Vieira 353

Diplomacy in Atlantic Outposts: American Consulates in the Azores (1700-1900)
Doutora Mary Theresa S. Vermette 333

A entrada no Contemporâneo vista dos Açores
Doutor José Guilherme Reis Leite 549

Espelhos distorcidos: viagem e poder
Dr.ª Ana Cristina da Silva Rodrigues Gomes 471

O estado religioso de uma diocese atlântica há 100 anos – o "Relatório" do bispo de Angra para a visita *ad sacra limina*
Dr. João Maria Mendes 653

Guerra peninsular, conjuntura transatlântica e seu impacto nos Açores
Dr. Ricardo Manuel Madruga da Costa 97

A Ilha da Madeira durante as *guerras napoleónicas:* a génese das ocupações britânicas de 1801 a 1807
Dr. Paulo Miguel Fagundes de Freitas Rodrigues 105

Ilha de Santa Catarina, Brasil: A Geografia das Fortalezas no Contemporâneo
Doutor José Augusto Zeferino 63

As Ilhas Açorianas e o Brasil Meridional
Doutor Nereu do Vale Pereira 491

A importância das Ilhas Atlânticas no comércio dos mercadores estrangeiros – sobretudo ingleses – nas primeiras décadas do século XVIII
Dra. Maria Júlia de Oliveira e Silva 205

Islands and Maritime Power
Doutor Geoffrey Till 25

João Ignacio d'Oliveira, lendário criador de gado do Noroeste americano
Doutor Donald Warrin 621

Manhan e a emergência do poder americano
Eng.º José Carlos Magalhães Cymbron 261

Notas Sociogeográficas sobre el S. XIX, para la Isla de El Hierro (Islas Canarias), realizadas por investigadores y viajeros
Dr. Carlos Santiago Martín Fernández 449

O papel dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no relacionamento luso-americano nos finais do século XVIII e inícios do século XIX
Doutor Jorge Manuel Martins Ribeiro 285

Pensamento científico de Arruda Furtado no contemporâneo dos Açores
Doutor Luís Manuel Arruda 435

O poder emergente dos Estados Unidos nos finais do século XVIII. A situação na Madeira com as colónias de comerciantes estrangeiros
Doutor Rui Alexandre Carita Silvestre 307

As primeiras eleições constitucionais e cartistas em Angra: ideologias em presença
Doutora Maria Fernanda Dinis T. Enes 577

O projecto identitário açoriano à luz de uma representação bostoniana da comunidade emigrada
Dr.ª Teresa Cláudia Tavares 461

A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre "politicamente correcta" do viajante nas ilhas)
Doutora Fátima Sequeira Dias 171

ÍNDICE GERAL

O Atlântico, porta do Contemporâneo
Dr. Álvaro Monjardino 13

Islands and Maritime Power
Doutor Geoffrey Till 25

A Armada (e as Ilhas) na formação do Portugal Contemporâneo
Doutor António José Telo 49

Ilha de Santa Catarina, Brasil: A Geografia das Fortalezas no Contemporâneo
Doutor José Augusto Zeferino 63

Guerra peninsular, conjuntura transatlântica e seu impacto nos Açores
Dr. Ricardo Manuel Madruga da Costa 97

A Ilha da Madeira durante as *guerras napoleónicas:* a génese das ocupações britânicas de 1801 a 1807
Dr. Paulo Miguel Fagundes de Freitas Rodrigues 105

The Azores and British Naval Strategy
Doutor Eric Grove 161

A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre "politicamente correcta" do viajante nas ilhas)
Doutora Fátima Sequeira Dias 171

A importância das Ilhas Atlânticas no comércio dos mercadores estrangeiros – sobretudo ingleses – nas primeiras décadas do século XVIII
Dra. Maria Júlia de Oliveira e Silva 205

A apetência inglesa pela Madeira no final da Monarquia Absoluta e princípio do Liberalismo (1801-1828)
Dr. Emanuel Janes 235

Caesura: Azorean-North American relations in the American War for Independence (1776-1783)
Doutor Bruce Vandervort 249

Manhan e a emergência do poder americano
Eng.º José Carlos Magalhães Cymbron 261

O papel dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no relacionamento luso-americano nos finais do século XVIII e inícios do século XIX
Doutor Jorge Manuel Martins Ribeiro 285

O poder emergente dos Estados Unidos nos finais do século XVIII. A situação na Madeira com as colónias de comerciantes estrangeiros
Doutor Rui Alexandre Carita Silvestre 307

Considerações sobre o relacionamento entre as ilhas e os EUA após a sua independência
Doutor João Adriano Ribeiro 329

Diplomacy in Atlantic Outposts: American Consulates in the Azores (1700-1900)
Doutora Mary Theresa S. Vermette 333

Descobrir o Atlântico nos Séculos XVIII e XIX
Doutor Alberto Vieira 353

Os Açores no contexto da Macaronésia: espaço construído no séc. XIX, uma síntese
Doutor José Manuel Fernandes 393

Campanhas oceanográficas do Príncipe de Mónaco nos Açores
Eng.º Orlando Vasconcelos de Azevedo 423

Pensamento científico de Arruda Furtado no contemporâneo dos Açores
Doutor Luís Manuel Arruda 435

Notas Sociogeográficas sobre el S. XIX, para la Isla de El Hierro (Islas Canarias), realizadas por investigadores y viajeros
Dr. Carlos Santiago Martín Fernández 449

O projecto identitário açoriano à luz de uma representação bostoniana da comunidade emigrada
Dr.ª Teresa Cláudia Tavares 461

Espelhos distorcidos: viagem e poder
Dr.ª Ana Cristina da Silva Rodrigues Gomes 471

Os Açores na defesa do Império Luso-Brasileiro – as incidências de meados do século XVIII
Doutor Avelino de Freitas Menezes 479

As Ilhas Açorianas e o Brasil Meridional
Doutor Nereu do Vale Pereira 491

Crescimento demográfico e emigração. O caso da freguesia de S. João, no Sul do Pico
Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim 517

A entrada no Contemporâneo vista dos Açores
Doutor José Guilherme Reis Leite 549

Os Açores visitados: De George Forster e o Conde de Ségur a Ida Pfeiffer
Pedro da Silveira 563

As primeiras eleições constitucionais e cartistas em Angra: ideologias em presença
Doutora Maria Fernanda Dinis T. Enes 577

A "Conquista" liberal dos Açores
General Manuel de Sousa Menezes 607

João Ignacio d'Oliveira, lendário criador de gado do Noroeste americano
Doutor Donald Warrin 621

O estado religioso de uma diocese atlântica há 100 anos – o "Relatório" do bispo de Angra para a visita *ad sacra limina*
Dr. João Maria Mendes 653

Cartas de São Jorge (1899-1913): O espaço vivido e recordado da família Lacerda
Doutor João Carlos Garcia / Doutor Miguel Nogueira 695

Açorianos para o Sul do Brasil
Doutor F. Riopardense de Macedo 731

Acotaciones sobre la vecindad maritima y territorial de Islas e Penínsulas Mediterráneas
Doutor Víctor Morales Lezcano 761

VIDA DO INSTITUTO

Acta da 1.ª reunião ordinária de 1999 779
– Anexo – Relatório do Presidente 781
– Relatório de Contas de 1998 800
– Previsão orçamental para 1999 801
– Plano de trabalhos para 1999 802

Acta da 2.ª reunião ordinária de 1999 803

Acta da reunião para eleição da Mesa 805

Publicações recebidas 807

Índice dos Autores 809

Índice dos Assuntos 813

fotocomposição, impressão e brochura
União Gráfica Angrense
Tiragem: 300 exemplares
Angra do Heroísmo – Abril de 2000
Depósito Legal N.º 120918/98